

OLARIA ROMANA ROMAN POTTERY WORKS

Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental

International Seminar and Experimental Archaeological Workshop

Carlos Fabião, Jorge Raposo, Amílcar Guerra e Francisco Silva

(coordenadores)



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq



FACULDADE DE
LETRAS

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



seixal
câmara municipal
ecomuseu

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

FCCN



CAA
Centro de Arqueologia de Almada

Título | Title

Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental

Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop

Coordenação geral | General coordination

Carlos Fabião, Jorge Raposo, Amílcar Guerra e Francisco Silva

Coordenação técnica | Technical coordination

Centro de Arqueologia de Almada

Edição | Published by

UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa /
/ Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologia de Almada

Apoio | Sponsor

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Local de edição | Printed in

Lisboa

Data de edição | Edition date

2017

Tiragem | Initial printing

100 exemplares

Suporte | Media type

DVD

Também disponível em | *Also available in*

Repositório da Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras /
/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ)
<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8771>

ISBN

978-989-99146-4-3



Nota de abertura / *Presentation*

Carlos Fabião, Jorge Raposo, Amílcar Guerra e Francisco Silva 005-008

O contributo dos estudos cerâmicos para a História da presença romana
no Ocidente da Península Ibérica

Carlos Fabião 009-032

Les ateliers d'amphores dans la Lusitanie romaine, après vingt ans de recherches

Françoise Mayet 033-048

A olaria romana do Morraçal da Ajuda: estruturas de produção

**Guilherme Cardoso, Severino Rodrigues,
Eurico Sepúlveda e Inês Alves Ribeiro** 049-088

A olaria romana da Garrocheira, Benavente:
resultados de três intervenções arqueológicas

Clementino Amaro e Cristina Gonçalves 089-112

As olarias romanas do estuário do Tejo:
Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal)

Jorge M. Cordeiro Raposo 113-138

De las alfarerías de *Baetica*: focos de producción, tecnología y
análisis microespacial de las *estructuras de producción*

José Juan Díaz Rodríguez e Darío Bernal Casasola 139-174

Produção de ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia:
ensaio de caracterização de um novo tipo Algarve 1

Carlos Fabião, Rui Roberto de Almeida, Sandra Brazuna e Iola Filipe 175-194

Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana:
os dados do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira)

João Pimenta 195-206

As ânforas Keay 16 da Necrópole da Caldeira, Tróia (Grândola)

João Pedro Almeida 207-220

Olarias romanas do Sado Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva	221-238
A produção oleira romana no Algarve João Pedro Bernardes e Catarina Viegas	239-256
Balance provisional de un proyecto atípico: el programa <i>Officina</i> Luis Carlos Juan Tovar	257-274
A evolução crono-estratigráfica do ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V José Carlos Quaresma	275-306
O Castro de Segóvia: técnicas de produção de cerâmica manual em Época Romana Patrícia Bargão	307-318
Studying Roman ceramics from the production perspective David Williams	319-332
Rumansil I (Murça do Douro, Portugal): uma produção de cerâmicas da segunda metade do século III e do início do século IV no vale do Douro Tony Silvino, António Sá Coixão e Pedro Pereira	333-340
Marcas de ânfora lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira João Pimenta e Henrique Mendes	341-350
O sítio hispano-romano de Torrejón de Velasco (Madrid): novos dados para o conhecimento da produção cerâmica em âmbito rural na Meseta, no início do período Imperial Rui Almeida, Francisco López Fraile e Jorge Morín de Pablos	351-362
Seminário / Ateliê "A Olaria Romana": balanço organizativo Amílcar Guerra	363-365

Nota de Abertura

Concretizada em Junho de 2017, a apresentação deste volume de actas reveste-se de múltiplos significados.

Em primeiro lugar, fecha o ciclo iniciado no já longínquo ano de 2010, com a realização do Seminário Internacional / Ateliê de Arqueologia Experimental *A Olaria Romana*, tornando finalmente públicas as conferências, comunicações e posters então apresentados por especialistas de diferentes países.

Por outro lado, assinala e celebra a passagem de 25 anos sobre a data em que o Estado português classificou a Olaria Romana da Quinta do Rouxinol como Monumento Nacional (Dec. 26-A/92, de 1 de Junho), voltando a chamar a atenção para a importância e valor científico e patrimonial deste arqueossítio.

Por fim, espera-se que marque mais um virar de página no processo de investigação multidisciplinar, de conservação, de valorização e de divulgação desencadeado com a descoberta e escavação arqueológica da olaria, entre 1986 e 1991, e consolidado com a sua integração na estrutura polinucleada do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), garantindo ao monumento um presente e um futuro que sirva os interesses da comunidade científica, mas também das comunidades e dos cidadãos da Área Metropolitana de Lisboa, em particular os do Seixal.

A Olaria Romana da Quinta do Rouxinol esteve na base de um amplo programa de iniciativas, iniciado em 2008 com uma parceria entre o EMS e o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), no âmbito do programa ProMuseus, então patrocinado pelo Instituto dos Museus e da Conservação (IMC). Dessa parceria resultou a exposição “Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo”, exibida no MNA com assinalável sucesso entre 2009 e 2013.

O Seminário / Ateliê *A Olaria Romana* integrou o vasto programa de acções complementares de um projecto cujo conceito e objectivos desde o início extravasaram o estrito âmbito museológico e museográfico. A organização continuou a ser iniciativa do EMS, agora em colaboração com a UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e com o Centro de Arqueologia de Almada (CAA), e com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e do Departamento de Arte, Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar (IPT).

Realizado no Seixal, de 17 a 20 de Fevereiro de 2010, visou partilhar e criar conhecimento teórico, metodológico e empírico em dois planos complementares e claramente interligados.

No primeiro, um seminário reuniu especialistas portugueses, espanhóis, franceses e britânicos para apresentação e debate de temas relacionados com a organização espacial e funcional das olarias

romanas, a arquitectura e o modo de funcionamento dos fornos e as respectivas produções cerâmicas.

No segundo, a construção de um forno que restitui, na escala natural, a forma e o modo de funcionamento de um dos fornos da olaria do Rouxinol, permitiu realizar um evento experimental de grande impacto e muito bem-sucedido, que envolveu o enforamento / cozedura / / desenforamento de um conjunto de réplicas de ânforas e de loiça doméstica de produção local, num processo que foi instrumentalmente monitorizado e avaliado quanto ao comportamento da estrutura de combustão e, depois, pela análise de amostras de pastas das cerâmicas cozidas.

Desde então, o forno experimental constitui um recurso patrimonial muito relevante para a interpretação do sítio arqueológico, no contexto das iniciativas do EMS e, em particular, do programa de iniciativas de serviço educativo que promove em continuidade, direccionado para todo o tipo de públicos.

No que respeita ao Seminário, infelizmente, um conjunto de circunstâncias prolongou a edição das respectivas actas muito mais do que seria desejável. Até Abril de 2013, a responsabilidade editorial recaiu sobre a Câmara Municipal do Seixal, que assegurou a obtenção de boa parte dos conteúdos originais e o tratamento dos respectivos textos e imagens. Depois disso, esse encargo transitou para a UNIARQ, mediante um acordo com que as duas entidades procuraram ultrapassar o impasse a que se chegara. Nessa nova fase, a UNIARQ contou com o apoio técnico do CAA, que concluiu todo o tratamento editorial e executou a produção gráfica da obra.

Contudo, vicissitudes várias conduziram a que só agora, em Junho de 2017, estas actas passem a estar disponíveis para todos os interessados. Apelamos à compreensão dos autores, que puderam fazer pequenas revisões e actualizações, mas certamente gostariam de ter tido o seu trabalho publicado mais cedo. E esperamos que os leitores encontrem muitos motivos de interesse num conjunto de contribuições qualificadas e diversificadas, que mantém plena actualidade e constitui, certamente, uma fonte indispensável para futuros estudos da cadeia operatória e das produções cerâmicas em Época Romana. ■

Carlos Fabião, Jorge Raposo,
Amílcar Guerra e Francisco Silva,
Maio de 2017

Presentation

Completed in June 2017, the presentation of this proceedings volume has multiple meanings.

Firstly, it closes the cycle begun in the distant year of 2010, with the realization of the International Seminar / Experimental Archaeological Workshop *Roman Pottery Works*, finally making public the conferences, communications and posters then presented by experts from different countries.

On the other hand, it marks and celebrates the 25-year anniversary of the date on which the Portuguese State classified the Roman Kilns of Quinta do Rouxinol (Seixal, Portugal) as a National Monument (Dec. 26-A / 92, June 1), giving awareness to the importance of the scientific and patrimonial value of this archaeological site.

Finally, it is expected to mark another turn of the page in the process of multidisciplinary research, conservation, valorisation and dissemination triggered by the archaeological discovery and excavation of the pottery, between 1986 and 1991, and consolidated with its integration into the Seixal Municipal Ecomuseum (SME) structure, guaranteeing to the monument a present and a future that serves the interests of the scientific community, but also the communities and citizens of Lisbon Metropolitan Area, in particular those of Seixal.

The Roman Kilns of Quinta do Rouxinol was the basis of a broad program of initiatives, initiated in 2008 with a partnership between the SME and the National Museum of Archaeology (NMA), under the ProMuseus program, sponsored by the Institute of Museums and Conservation (IMC). This partnership resulted in the exhibition "Quinta do Rouxinol: roman kilns in the Tagus estuary", exhibited in the NMA with remarkable success between 2009 and 2013.

The *Roman Pottery Works* Seminary / Workshop integrated the vast program of complementary actions of a project whose concept and objectives exceeded the strict museological and museographic scope. The organization continued to be an initiative of the SME, now in collaboration with UNIARQ - Centre of Archaeology of the University of Lisbon and with the Almada Centre of Archaeology (ACA), and with the support of the Foundation for Science and Technology (FCT) and the Department of Art, Conservation and Restoration of the Polytechnic Institute of Tomar (PIT).

Held in Seixal, from 17 to 20 February 2010, it aimed to share and create theoretical, methodological and empirical knowledge in two complementary and clearly interconnected plans.

In the first, a seminar brought together Portuguese, Spanish, French and British experts to present and discuss topics related to the spatial and functional organization of Roman potteries, the architecture and mode of operation of the kilns and their ceramics production.

In the second, the construction of a kiln that restores, in the natural scale, the form and the way of functioning of one of the Quinta do Rouxinol kilns, allowed to perform a trial event of great impact and very successful, that involved the stacking / firing / unstacking of a set of amphorae replicas and local coarse ware in a process that was instrumentally monitored and evaluated the combustion structure behaviour, and then, by the analysis of the ceramic samples.

Since then, the experimental kiln has been an important heritage asset for the interpretation of the archaeological site, in the context of the SME initiatives and, in particular, for the museum educational service initiatives that promotes it in continuity, in sight of all types of audiences.

As regards the Seminar, unfortunately, a set of circumstances prolonged the editing of the proceedings much more than would be desirable. Until April 2013, editorial responsibility fell on the Municipality of Seixal, which ensured the obtaining of much of the original content and the management of the respective texts and images. After that, this task was transferred to UNIARQ, through an agreement with which the two entities sought to overcome the impasse that had arisen. In this new phase, UNIARQ had the technical support of the ACA, which concluded all the editorial treatment and executed the graphic production of the work.

However, several vicissitudes have led to the fact that these proceedings are now available to all only in June 2017. We appealed to the authors' understanding, who were able to make minor revisions and updates, but they certainly would have liked to have their work published sooner. And we hope that readers will find many reasons for interest in a set of qualified and diversified contributions, which still fully updated and are certainly an indispensable source for future studies of the operative chain and ceramic productions in the Roman era. ■

Carlos Fabião, Jorge Raposo,
Amílcar Guerra and Francisco Silva,
May 2017

O Contributo dos Estudos Cerâmicos para a História da Presença Romana no Ocidente da Península Ibérica

Carlos Fabião

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Arqueologia / UNIARQ
(cfabiao@campus.ul.pt).

Texto revisto em Maio de 2017.

Resumo

Apresenta-se um breve historial dos estudos da cerâmica romana no extremo ocidente da Península Ibérica, procurando avaliar a importância que lhe foi sendo dada. Em uma primeira etapa, encontramos somente a valorização da cerâmica como artigo da época romana (antiguidade).

Progressivamente, assistimos à afinação dos instrumentos de classificação e estudo, à valorização do binómio importação / produção local e ao recurso à cerâmica como fonte de conhecimento do passado romano. Identifica-se as décadas de sessenta e setenta do século XX como as etapas em que o refinamento destes processos conduziu à valorização da cerâmica como fonte para a história do Império Romano.

Palavras-chave: Cerâmica romana, Lusitânia, História da investigação.

Abstract

This short introduction aims to present a brief historical account on Roman ceramic studies in the westernmost part of the Iberian Peninsula, trying to evaluate the different levels of relevance each author gave to the subject. A first moment, chiefly with antiquarian perspective, consists only at an appreciation of the Roman nature of the ceramics.

As time passed, new and more refined classification and study tools were acquired and the both local and imported items were combined for a better understanding of the role ceramics could have played in Roman Lusitania. The sixties and the seventies of the twentieth Century can be seen as crucial for the growing quality of Roman ceramics research, and then Roman wares were seen as relevant sources of information for the history of Roman Empire.

Key words: Roman wares, Lusitania, Research history.

O Contributo dos Estudos Cerâmicos para a História da Presença Romana no Ocidente da Península Ibérica

Carlos Fabião

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Arqueologia / UNIARQ
(cfabiao@campus.ul.pt).

Texto revisto em Maio de 2017.

Introdução

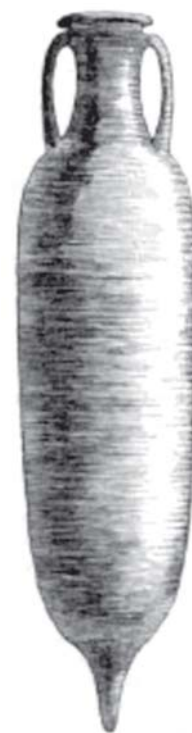
Em texto que considero um clássico dos estudos de cerâmica romana, Nino Lamboglia, um dos autores que mais contribuiu para a renovação destes estudos, define dois níveis distintos de abordagem que, *mutatis mutandis*, poderemos considerar plenamente actuais: a cerâmica como *mezzo* e como *fine* (LAMBOGLIA, 1972). Tomando com as devidas adaptações este ponto de vista, poderemos considerar o *fine* como a correcta identificação, descrição e classificação dos produtos da olaria romana, dizendo que tal constitui um louvável objectivo em si mesmo (e o presente seminário apresenta bons contributos desta perspectiva); o *mezzo* residirá sobretudo nos usos que da informação pudermos fazer para incrementar o nosso conhecimento sobre a história do Império Romano. Contudo, não deveremos em nenhuma circunstância perder de vista que a qualidade deste depende da correcção da-quele, pelo que considero ambas abordagens essenciais (e complementares) na investigação.

Nestas palavras introdutórias, pretende-se apresentar um brevíssimo historial dos estudos da cerâmica romana em Portugal, valorizando os distintos contributos

individuais e procurando identificar as principais etapas por que passou este domínio da investigação. Como não poderia deixar de ser, porque também considero o *mezzo*, não deixarei de atentar nos modos como se procurou utilizar a informação construída para entender a dinâmica da presença romana no ocidente peninsular.

1. Os primórdios

A cerâmica romana foi desde há longa data identificada, mas desigualmente valorizada. Encontramos notícias de colecções de pequenos objectos, como lucernas, reunidas e guardadas pelas suas figurações plásticas, numa clara valorização da dimensão estética e simbólica, ainda que sem esquecer o cariz exótico das suas formas. Isso mesmo podemos observar, a título de exemplo, na recolha e representação gráfica de uma lucerna de Tróia, do tipo Atlante X C2, Tipo 54, var. B, com cenas bíblicas, de Bonifay, por frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas – exemplar exposto, acompanhado do respectivo desenho, no Museu de Évora



Figuras 1 e 2 –

À esquerda, lucerna recolhida por Frei Manoel do Cenáculo Villas-Boas (Museu de Évora).

Em cima, ânfora do tipo Dressel 14, proveniente de Tróia (segundo XARO, 1860).

(DELGADO, 1948: 221 e fig. 4; DELGADO, 1949: 238) (Fig. 1) – ou na estampa incluída no II volume dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, onde, uma vez mais, se representam lucernas (ANNAES..., 1851: 27-29 e estampa).

De igual modo, as ânforas, pelo insólito da sua forma, atraíam a atenção dos eruditos. Somente a título de exemplo, veja-se o exemplar de ânfora do tipo Dressel 14, também procedente de Tróia, em resultado dos trabalhos do arcebispo de Évora, apresentado por Gama Xaro, nas páginas do *Archivo Pittoresco* (Fig. 2). Dizia o antiquário sobre esta peça: “*Que razão de conveniência moveria os antigos a darem a estes vasos uma fôrma tal, que para estarem perpendiculares carecem de outra base? Não acho nenhuma, que seja aceitável, o que me não maravilha, porque em materia de usos e costumes, em todos os povos há coisas, da existencia das quaes a unica razão que póde dar-se, é terem assim existido*” (XARO, 1860: 376).

Mesmo sem saber como explicar ou que razões dar para uma tal morfologia, esta assumia particular interesse pelo simples facto de se tratar de um artefacto romano. Presumivelmente, o mesmo Gama Xaro também tratou o tema, nas páginas dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, mas sem continuar a encontrar uma explicação para a rara morfologia das ânforas que, ainda assim, não deixa de ilustrar com um exemplar da forma Almagro 51c e outro, incompleto, talvez da forma Sado 1 (S/ AUTOR, 1851: 39-42 e Estampa).

Em qualquer destas ilustrações, conseguimos reconhecer facilmente ânforas lusitanas, certamente saídas das olarias sadinas, por se encontrarem em Tróia. Contudo, não parece haver consciência de que se trataria de artigos da artesanaria local, menos ainda da relevância de que se revestiria o seu estudo. Nas páginas dos *Annaes* lê-se: “*Os vasos cujos desenhos apresentamos neste numero, achados nas excavações das ruínas*

de Cetobriga, poderão dar uma quase perfeita ideia do próprio talhe das amphoras gregas e romanas saídas das oficinas cerâmicas de Corinto, Samos, Chio, Athenas e Sagunto, e tantas outras cidades famosas e florescentes neste tracto de industria e commercio" (IDEM: 42). O autor recenseava algumas das mais conhecidas áreas de fabrico de cerâmica antiga, partindo da informação literária, sem admitir que também estas "menos famosas" paragens ocidentais poderiam ter conhecido o florescimento de tal actividade.

Por estes dados, podemos verificar que, por manifesta incapacidade de os explorar na sua extensão, a apresentação justificava-se pelo simples facto de se tratar de cerâmica romana. Há todavia uma outra dimensão que se revela deveras interessante. Na apresentação da lucerna da Fig. 1, atendendo à iconografia, Frei Manoel do Cenáculo identificou uma cena bíblica, que descreveu e valorizou, como demonstração da remotíssima antiguidade do Cristianismo no ocidente da Península Ibérica. Contudo, décadas depois, um outro eclesiástico, o padre Gama Xaro, perante elementos muito mais expressivos, simplesmente não valorizou este dado.

Foi nas intervenções de 1850, promovidas pela Sociedade Archeologica Lusitana em Tróia, que se recolheu uma peça "de barro saguntino – um prato grande, quebrado, mas concertado [sic] com gatos de chumbo" (ANNAES..., 1851: 36), devidamente documentado na Estampa do terceiro fascículo dos *Annaes* (Fig. 3). Trata-se de um exemplar da forma Hayes 103a, com decoração no fundo interno constituída por três pombas (motivo 195 de Hayes?), rodeando cruz (motivo 311c ou d), no estilo E(ii) de HAYES (1972: 157-160 [para a forma 103]; 222, 259 e 277 [para o estilo e motivos decorativos]) – MNA n.º 16866 (Fig. 4). O exemplar apresenta uma reparação antiga e, parafraseando o texto de autor desconhecido no mencionado fascículo, "o nosso prato é propriamente de barro saguntino,

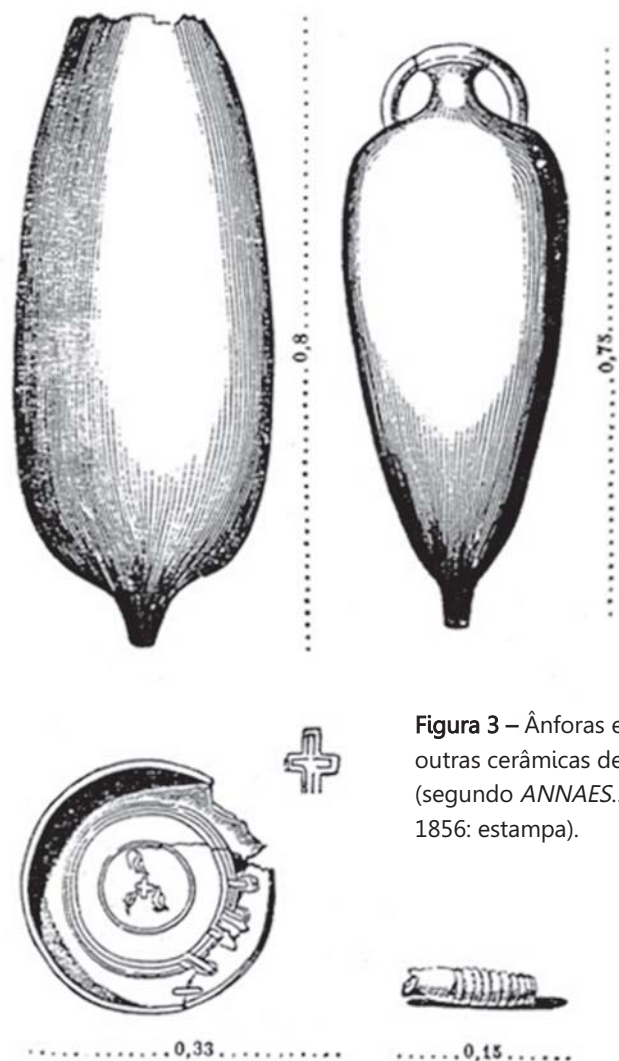


Figura 3 – Ânforas e outras cerâmicas de Tróia (segundo ANNAES..., 1856: estampa).

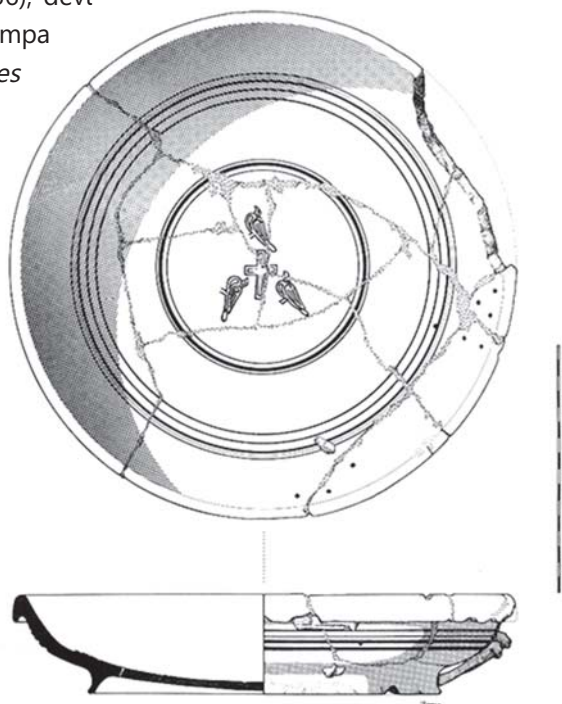


Figura 4 – O prato de sigillata clara D de Tróia, representado na estampa da figura anterior.

Desenho: Dario Sousa, Arquivo de desenho do MNA B-16.
Foto: João Almeida (MNA).

e tem alguns gatos de chumbo, notáveis pela sua monstruosidade: é mister reconhecer que este trabalho dos antigos é muito imperfeito” (ANNAES..., 1851: 36). Ao contrário do verificado no texto de Cenáculo, estas iconografias de evidente simbólica cristã simplesmente não foram valorizadas pelo eclesiástico, que já não buscava nos areais de Tróia os testemunhos remotos do Cristianismo português, mas tão-somente pôr a descoberto ruínas e recolher objectos de época romana. Em outra perspectiva, poderíamos dizer que para Cenáculo a observação / estudo do artefacto funcionou como *mezzo*, ou seja, como forma de extrair do mesmo informações relevantes para a história do ocidente peninsular, enquanto para Gama Xaro a descrição do prato de Tróia constituía somente um *fine*, na acepção de Lamboglia, apresentar um prato romano decorado, mas mal reparado.

Por este pequeno exemplo, podemos compreender que o questionário histórico de cada autor conduzia naturalmente à valorização de determinados aspectos do registo arqueológico, independentemente do real conhecimento dos artefactos encontrados.

Um outro bom exemplo pode ver-se na obra de Martins Sarmiento, um dos ilustres pioneiros da Arqueologia portuguesa. Nos seus estudos, Sarmiento buscava explicitamente a caracterização dos lusitanos, entendidos como os remotos antepassados dos portugueses ou, como explicou em carta endereçada ao seu amigo Pereira Caldas, “procurar elementos que me guiassem mais seguramente que os livros no problema das nossas origens étnicas”. Reconhecia os vestígios materiais como fontes privilegiadas para o esclarecimento de questões ininteligíveis pelo recurso a outras fontes, e o método arqueológico como o mais adequado para a sua construção. Nas suas pesquisas, buscava o genuinamente pré-romano e, por isso, valorizou mais o Castro de Sabroso do que a Citânia de Briteiros, uma vez que “Sabroso apresenta-se sem esta suspeição [a da presença de influências romanas] Faltam aqui as telhas, as ânforas, a louça aretina [...], a louça marcada, as inscrições – tudo isso que na Citânia era lançado à conta da incómoda influência romana” (SARMENTO, 1933 [1879]: 22). Registava e sabia o que definia uma presença romana: telhas, ânforas, louça aretina, louça marcada e inscrições, de todas fez abundante recolha e minucioso registo fotográfico, como se pode ver no *website* que conserva

e valoriza o seu legado – http://www.csarmiento.uminho.pt/sms_42.asp. Contudo, a cerâmica romana não constituía para si um particular objecto de estudo, ou seja, nem fim, nem meio, a não ser o de poder descartar do perímetro dos seus interesses sítios e contextos onde ela estava presente.

Uma outra questão diz respeito ao reconhecimento e interpretação do registo arqueológico, por um lado, e à percepção do que com o mesmo se pode fazer. Nestes domínios, Leite de Vasconcelos, esse outro dos grandes pioneiros da Arqueologia portuguesa, deixou notória marca.

Desde sempre, o fundador do Museu Ethnológico revelou particular interesse pelas ânforas. Logo no primeiro volume do periódico que fundou, *O Arqueólogo Português*, dedicou atenção ao tema, estabelecendo comparação entre ânforas e bilhas alentejanas, propondo que as segundas se tivessem inspirado nas primeiras, sugerindo que “a perda do bico terminal tornou o vaso de uso mais comodo” (VASCONCELOS, 1895b). Neste caso, recorrendo à ânfora da Herdade do Celão, Mombeja, estabelecia onexo entre artefacto arqueológico e etnográfico, seguindo a sua linha de investigação, que buscava na arqueologia a explicação do dado etnográfico, sem deixar de sublinhar que ambas (ânfora e bilha) se conservavam no Museu Municipal de Beja (Fig. 5).



Figura 5 – Ânfora e bilha alentejana (segundo VASCONCELOS, 1895b).

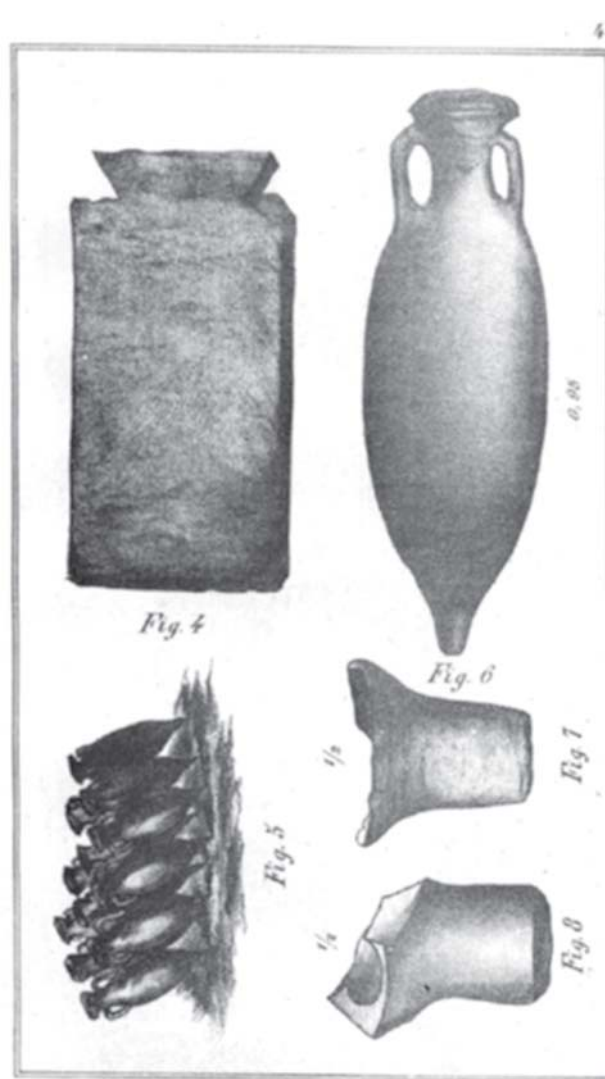
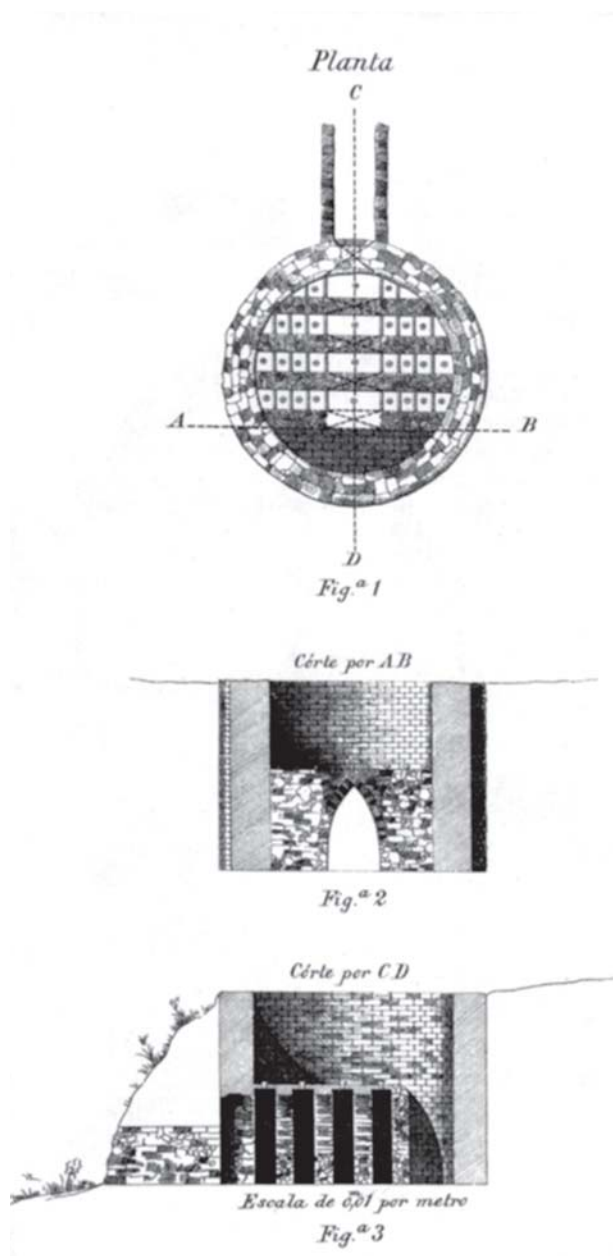


Figura 6 – Forno e depósito de ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim (segundo VASCONCELOS, 1898).

Em 1896, Vasconcelos procedeu à escavação de um forno cerâmico e depósito de ânforas no Algarve, lugar de S. Bartolomeu de Castro Marim, a primeira intervenção conhecida em uma olaria romana no ocidente da Península Ibérica. O forno, que se encontrava em excelente estado, foi cuidadosamente desaterrado, registado e de novo coberto para assegurar a sua conservação. Nas imediações, foi identificado e escavado um depósito de ânforas, associado à olaria e entendido como testemunho da sua laboração e não vestígio de adega ou armazém de alimentos (VASCONCELOS, 1898: 333-334) (Fig. 6). Depois de recolher um lote destas ânforas para o Museu, Vasconcelos remata o seu estudo dizendo: “As doze amforas que consegui extrahir, e que, como disse,

trouxe para o Museu Ethnologico Português, constituem neste uma secção importante da epocha luso-romana, por serem todas de uma localidade, e saídas de uma só oficina. Com ellas estão os outros fragmentos ceramicos e tijolos de que falei a cima. Todos estes objectos podem servir de ponto de partida para o estudo dos objectos análogos, e tambem para o conhecimento de relações que por ventura houvesse naquela entre a estação industrial de S. Bartholomeu de Castro Marim, e vários pontos do país, sobretudo do Sul” (IDEM: 335).

O comentário é notável. Vasconcelos percebeu o potencial e alcance do seu estudo: havia identificado uma olaria e os seus produtos e, partindo desse acervo, poderia ensaiar a indagação e o registo da sua

dispersão. A razão por que se ficou pelo mero enunciado é fácil de entender: à época, não se encontrava ainda difundida nenhuma sistematização formal de ânforas romanas, nem se sabia de facto que tal pudesse existir. É certo que já Dressel tinha publicado a sua primeira tabela de formas, em resultado das escavações dos depósitos de Castro Pretório (1879), mas não havia ainda a célebre figura do *CIL* XV, publicada somente em 1899 e, acrescente-se, só muito mais tarde devidamente valorizada e utilizada, quando se percebeu o verdadeiro carácter de valor “universal” da proposta do sábio alemão. Até então, a variabilidade formal das ânforas era sobretudo entendida como resultado de localismos, de particularidades regionais, daí a ideia de buscar no sul de Portugal a área de dispersão dos artigos de Castro Marim.

Deve também valorizar-se a capacidade demonstrada por Leite de Vasconcelos para entender a natureza da olaria e do seu depósito. Recorde-se que, pela mesma época, A. dos Santos Rocha explorou o que interpretamos hoje como entulheira de uma olaria romana, sem se aperceber do que se tratava, tomando-a por *cella uinaria* (ROCHA, 1895: 201-203; FABIÃO e ARRUDA, 1990). De igual modo, Vergílio Correia, profundo conhecedor dos vestígios arqueológicos do baixo Sado e região de Alcácer do Sal, não interpretou correctamente os extensos vestígios de entulheiras das olarias de época romana das margens do rio, avançando uma outra explicação para as acumulações de fragmentos cerâmicos: “*Nas margens do Sado, perto de Alcácer do Sal, divisam-se por vezes volumosas acumulações de ânforas partidas. Supomos tratar-se de cais de embarque das villae rusticae, obedecendo a sua formação aos mesmos motivos que criaram o Testaccio, de Roma*” (CORREIA, 1928: 288). Anos depois, corrigiu parcialmente essa observação escrevendo: “*Os cais de embarque, rio acima, estão marcados ainda pelo amontoado de ânforas partidas rebordando os desaparecidos pontões. Oficinas de oleiros e fornos [...] perduram perto da corrente, como anexos das villae rusticae*” (CORREIA, 1930 [1972]: 130).

Aparentemente, nem Vasconcelos, nem Correia retomaram a notícia publicada por Joaquim Correia Baptista, nas páginas de *O Archeólogo Português*, identificando duas grandes olarias sadinas, na Herdade

da Barrosinha e na Xarrouqueira: “*A avaliar pela grande quantidade de pedaços que em ambos os pretensos fornos se encontram, bem notáveis deveriam ser aqueles estabelecimentos de industria ceramica*” (BAPTISTA, 1896: 7).

Anos mais tarde, José Leite de Vasconcelos voltou a ocupar-se de ânforas romanas, a propósito de um depósito aparecido em Mértola (VASCONCELOS e SA, 1905; FABIÃO, 1987). Não deixou de relacionar esta realidade arqueológica, que não observou directamente, já que a intervenção foi realizada por Bernardo de Sá, à época funcionário ao serviço do Museu (Fig. 7), com essa outra de Castro Marim. Sublinhou, porém, que: “*ao passo que junto do de Castro Marim se encontrou o proprio forno em que as amphoras se fabricaram, no de Mertola não se encontrou nada de semelhante*” (VASCONCELOS e SA, 1905: 96). Já então conhecedor dos trabalhos de Jorge Bonsor no Guadalquivir, o fundador do Museu Ethnologico não

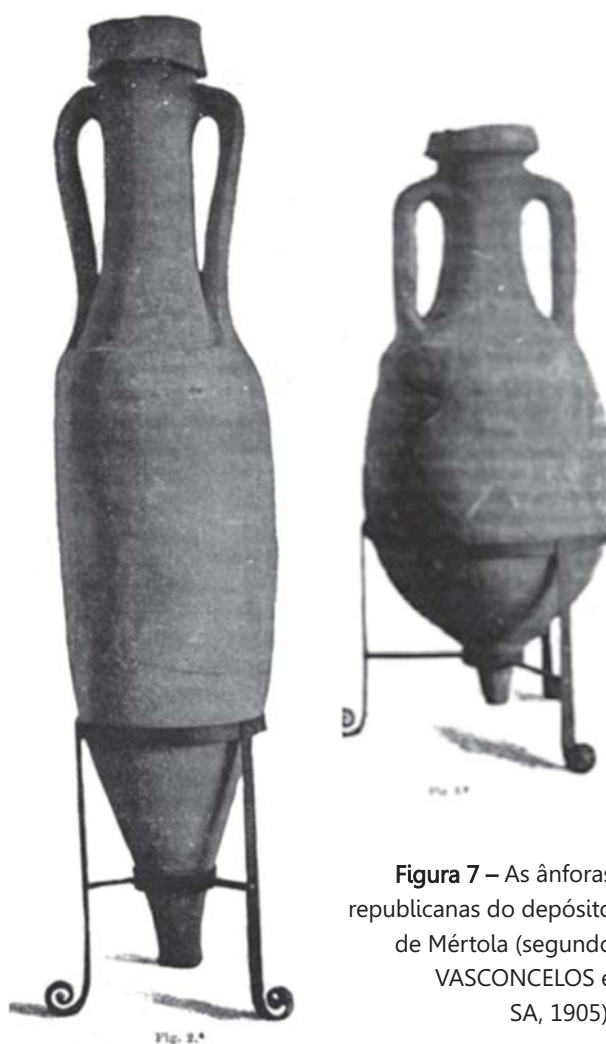


Figura 7 – As ânforas republicanas do depósito de Mértola (segundo VASCONCELOS e SA, 1905).

deixou de sublinhar uma analogia entre os materiais de Castro Marim e Mértola: *"Num caso e noutro os depositos ficavam perto do Guadiana, por onde as amphoras facilmente se expediam para longe"* (IDEM: *ibidem*); de novo se esqueceu das olarias sadinas, que constituiriam outro bom exemplo. Não parecia ocorrer a Vasconcelos que, tal como facilmente se expediam, facilmente se receberiam, quando se tratava (como é o caso) de materiais importados.

Em Viana do Alentejo, Vasconcelos recebeu a oferta de uma outra ânfora, claramente um exemplar do tipo Dressel 14, presumivelmente de fabrico lusitano, que registou nas páginas de *O Archeólogo Português* (Fig. 8). Partindo da sua larga experiência de campo, escreveu: *"No sul do reino apparecem bastantes amphoras inteiras; não assim na Beira ou no Norte, onde o que vulgarmente se encontra são bicos, asas, gargalos, bocaes ou pedaços de bojo. É bom, comtudo, coligir sempre estes fragmentos, porque com eles muitas vezes reconstituem-se typos. As amphoras do nosso país são de diferentes typos, como é natural; a essas diferenças corresponde não raro a do barro. As asas, só por si, podem constituir documentos archeologicos de certa importancia, quando contem inscrições (marcas de oleiros): há especimes d'estes no Museu Ethnologico, obtidas por Estacio da Veiga no Algarve; o Museu de Alcacer do Sal também possui um"* (VASCONCELOS, 1904: 278-279). Registe-se como se ia apercebendo do elevado potencial de informação deste tipo de artefactos: diferentes tipos e fabricos (diferença do barro), interesse em coligir mesmo os fragmentos, para eventual reconstituição tipológica, riqueza dos elementos epigráficos. Faltava porém um mais robusto acervo de informação para que se pudesse tirar efectivo partido desse potencial – intuído, mas não explorado.

A atenção concedida às ânforas não tinha correspondência com a chamada cerâmica comum. Por esta época, por iniciativa do Museu Ethnologico, realizaram-se escavações em diferentes sepulturas, como a dita de Gala, em Tróia, e necrópoles romanas, como a de Rouca, Alandroal, ou Fraga, Marco de Canaveses. Em ambos casos, a escavação foi suficiente-

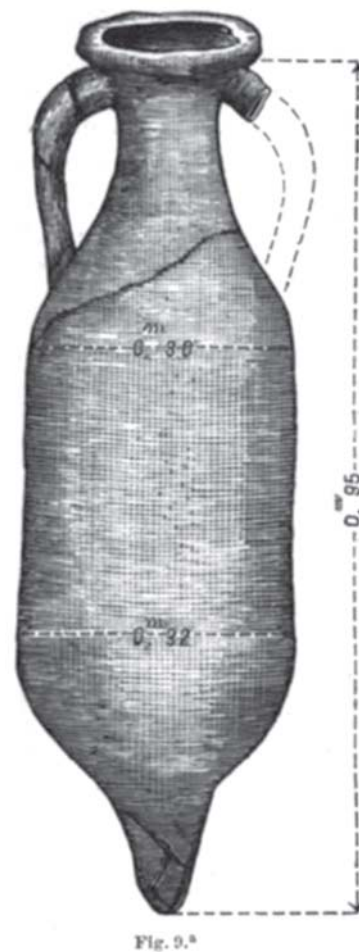


Figura 8 – Ânfora do tipo Dressel 14, de presumível origem lusitana, da Herdade do Palanque, Viana do Alentejo (segundo VASCONCELOS, 1904).

mente criteriosa para registar os espólios votivos depositados em cada sepultura. Contudo, o tema não mereceu mais do que um brevíssimo apontamento nas páginas de *Religiões da Lusitania*: *"Das excavações feitas por pessoal do Museu Ethnologico em Troia de Setubal, na Rouca (Alandroal), e na Fraga (Feira Nova: Marco de Canaveses) podemos inferir que os cadáveres eram incinerados junto das sepulturas, e que dentro d'estas se recolham os restos mortuários, collocando-se-lhes ao pé vasilhame, lucernas, objectos de vestuário, moedas, etc."* (VASCONCELOS, 1913: 370-371). Aparentemente, só interessava de facto documentar a natureza do rito funerário e a presença de espólios datantes, com especial referência para as moedas, uma vez que os restantes materiais não possuíam ainda esse potencial, parecendo irrelevante a descrição sistemática do restante depósito votivo, que nem era objecto de representação gráfica – no caso concreto da necrópole da Fraga, de que existem fotografias, desenhos e inventário dos conteúdos das

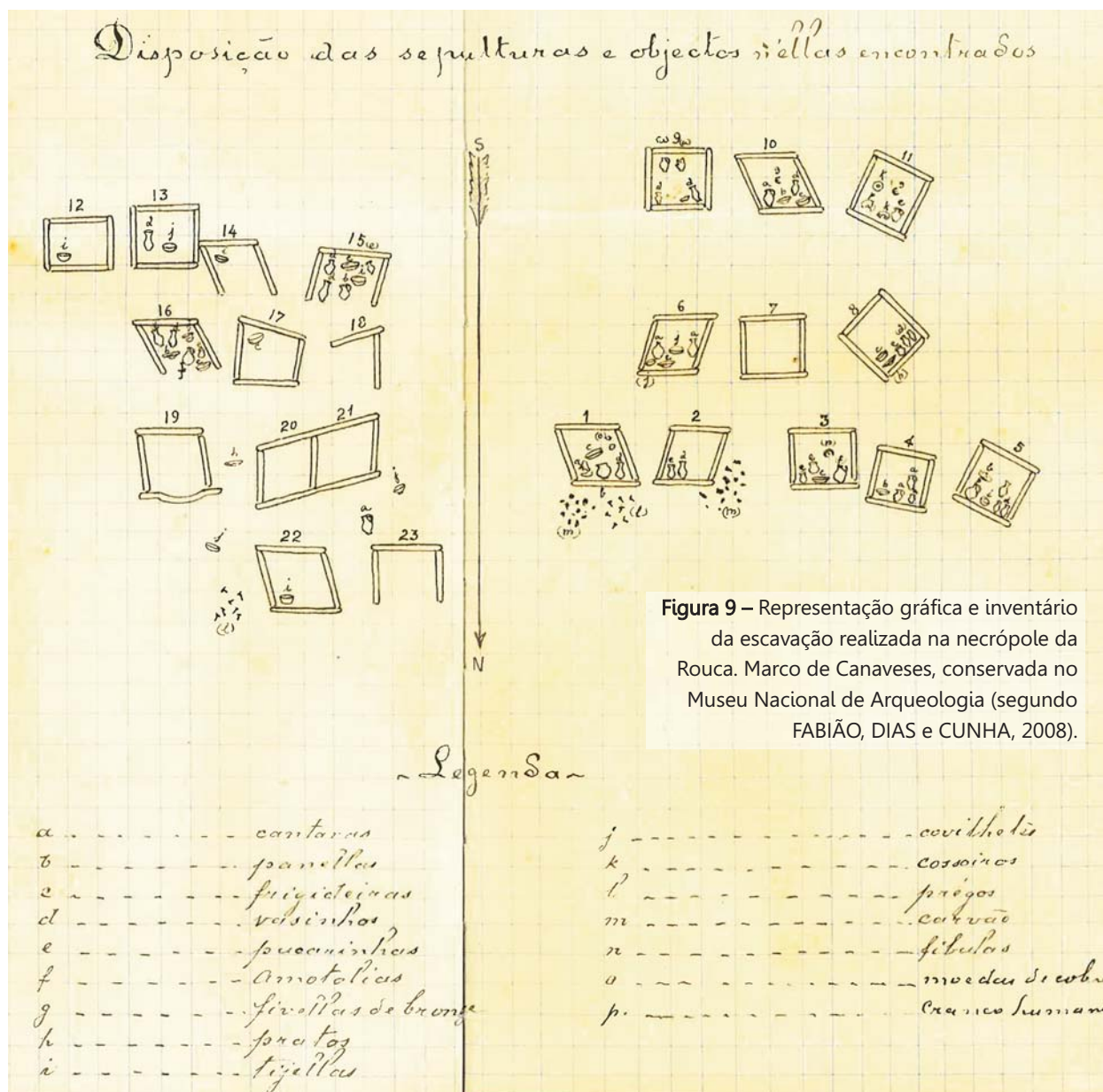


Figura 9 – Representação gráfica e inventário da escavação realizada na necrópole da Rouca. Marco de Canaveses, conservada no Museu Nacional de Arqueologia (segundo FABIÃO, DIAS e CUNHA, 2008).

sepulturas (Fig. 9), no dito volume usa-se somente como ilustração uma gravura feita a partir de uma fotografia representando a caixa funerária, ainda com a respectiva cobertura, sem deixar ver o seu interior e respectivo conteúdo (*IDEM: ibidem*).

Santos Rocha, nas suas investigações algarvias, revelou-se sempre mais atento à divulgação dos espólios cerâmicos encontrados quer em sítios de *habitat*, quer nas sepulturas romanas que escavou, representando-os graficamente, como se pode ver nas ilustrações do seu relatório, publicado nas páginas de *O Archeólogo Português* (ROCHA, 1895) (Fig. 10). Mas, uma vez mais, faltava um maior volume de informação de referência para que se pudesse ultrapassar o me-ro enunciado e apresentação.



Figura 10 – Espólio cerâmico da necrópole romana de Fonte Velha, Bensafrim (segundo ROCHA, 1895: fig. 9).

Foi somente nas primeiras décadas do século XX que a abordagem de Vasconcelos começou a mudar e se verifica uma real valorização dos materiais que compunham os depósitos fúnebres. Sirva de exemplo o caso da sepultura de Gala (Tróia). Sabemos que a escavação se realizou em 1895, com directa intervenção de Maximiano Apolinário, tendo os materiais dado entrada no então Museu Ethnographico Português (VASCONCELOS, 1895a: 221). A epígrafe foi tratada por mais de uma vez, tanto nas páginas de *O Archeólogo Português* como em *Religiões da Lusitania* (VASCONCELOS, 1913: 370). Contudo, a efectiva publicação do espólio funerário foi somente concretizada muito tempo depois, com as respectivas ilustrações (VASCONCELOS, 1929).

Creio poder inferir que seria o contexto geral das novas tendências de estudo que estimulou a mudança. Percorrendo as páginas de *O Archeólogo Português*, temos a sensação de que não seria já concebível deixar de ilustrar as cerâmicas encontradas no interior das sepulturas. Sirva de exemplo a publicação da necrópole de Parada Todeia, Paredes, por Mendes CORREIA (1923-1924). Mesmo a chamada cerâmica comum começava a merecer mais particular atenção, tornando-se efectivo objecto de estudo, como se vê nas nótulas “*ceramográficas*” do malogrado Rui de Serpa Pinto, um autor que revelava particular atenção às novas orientações da investigação (PINTO, 1929). A sensação geral que temos quando se aborda a história das investigações arqueológicas em Portugal, é a de um relativo impasse ao longo das primeiras décadas de um conturbado século XX. Por um lado, as ideologias nacionalistas prevalecentes tornam pouco popular o estudo dos vestígios romanos, em detrimento dos pré e proto-históricos; por outro, parecem multiplicar-se as dificuldades de publicação: sócobrou na primeira década o projecto da revista *Portvgalia*, do Porto, associada a um dos mais dinâmicos grupos de investigação da época; a revista *O Archeólogo Português* começa a conhecer números duplos e de edição espaçada a partir de 1918 até iniciar a *Nova Série*, em 1951; a *Revista de Guimarães*, que não se publicou entre 1913 e 1921, não assumira ainda o carácter de publicação de forte pendor arqueológico, que a partir da década de 50 veio a adquirir; a Associação dos Arqueólogos Portugueses, já desfeita a sua ligação aos arquitectos civis, iniciou a sua série

Arqueologia e História em 1922, mas revelando escassa atenção aos temas de cerâmica romana. Este panorama de dificuldade ou de linhas editoriais explica e justifica a extraordinária dispersão de artigos pelos mais díspares periódicos, dificultando sobremaneira qualquer estudo sobre as tendências da investigação, valendo para o efeito as utilíssimas resenhas bibliográficas de Eduardo Pires Oliveira (OLIVEIRA, 1984; 1985; 1993).

Com as limitações inerentes a este tipo de abordagem, consultando os índices destes volumes, encontramos cerca de duas dezenas de referências para *ânfora* ou *cerâmica* (não especificada) e *cerâmica romana*, durante o período que se estende do século XVI a 1934 (OLIVEIRA, 1993: índices), não se registando diferença significativa no número de referências para o período de 1935 a 1969 (OLIVEIRA, 1984: índices), em clara demonstração da nula relevância que o tema tinha nos estudos publicados.

Alguma diferença se vai tornando perceptível na década de 50, com a entrada em cena de novos investigadores.

2. A lenta renovação da década de 50 do século XX

Na Península Ibérica, os cursos de Verão de Ampúrias, onde pontuou Nino Lamboglia, assumem um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos cerâmicos. Foi explicitamente a partir dessa experiência que J. M. Bairrão Oleiro iniciou o levantamento de carácter sistemático das marcas de *terra sigillata* documentadas em Portugal (OLEIRO, 1951: 82). Fazia-o porque o estudo destas cerâmicas “*se reveste de uma importância muito particular, pelos elementos cronológicos, económicos e artísticos que fornece*” (IDEM: *ibidem*), em claro eco da lição de Lamboglia. Revelando uma vez mais os seus objectivos, Oleiro deu à estampa um novo trabalho com o expressivo título: *O Estudo da “Terra Sigillata” como Auxiliar das Investigações sobre a Romanização do Território Português* (OLEIRO, 1953). Assumidamente, seguia na senda da cerâmica como *fine*, mas também como *mezzo* para estudo e compreensão de fenómenos históricos mais amplos.

No primeiro artigo publicado, Oleiro referia os parcos antecedentes do seu esforço: breves notas de Hübner no *CIL*, referência de Vasconcelos em *De Campolide*

a *Melrose*, as notas do malogrado Rui de Serpa Pinto, que publicara as marcas de *sigillata* de Briteiros, e uma nota de Eugénio Jalhay sobre uma marca da Citânia de Sanfins. Muito pouco, portanto (OLEIRO, 1951: 82-83), embora omita na sua abordagem, provavelmente por lapso, os trabalhos que Russell Cortez vinha realizando no Norte de Portugal e que, por essa mesma altura, publicava em revistas regionais. Visto de fora, o panorama era: Oleiro e Cortez renovando os estudos sobre a *terra sigillata* em Portugal, como escreveu J. Maluquer em breve nota na revista *Zephyrus*, de Salamanca (MALUQUER DE MOTES, 1952).

Ao longo da década de 50, os estudos sobre cerâmica romana, particularmente a *terra sigillata*, reuniram Bairão Oleiro a Abel Viana e a Fernando Nunes Ribeiro. Este último, identificou e recolheu um ingente número de fragmentos cerâmicos nos arredores de Beja, por recolhas de superfície ou, presumivelmente, pela acção combinada destas com algumas escavações mais ou menos pontuais – para não carregar excessivamente de referências estas breves páginas, remeto o leitor interessado para o repertório bibliográfico já citado (OLIVEIRA, 1984) e para a publicação moderna do acervo bejense (LOPES, 1994). A biblioteca de Fernando Nunes Ribeiro foi adquirida pelo Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa e encontra-se presentemente na Biblioteca de Arqueologia da Ajuda (DGPC), pelo que se torna possível perceber o notório esforço de actualização da informação que realizou por esses anos. A aproximação a Bairão Oleiro resultou por certo de se tratar de um dos investigadores portugueses que trabalhava o tema nos moldes então ensaiados por Lamboglia. A relação pessoal com Abel Viana fechava o círculo.

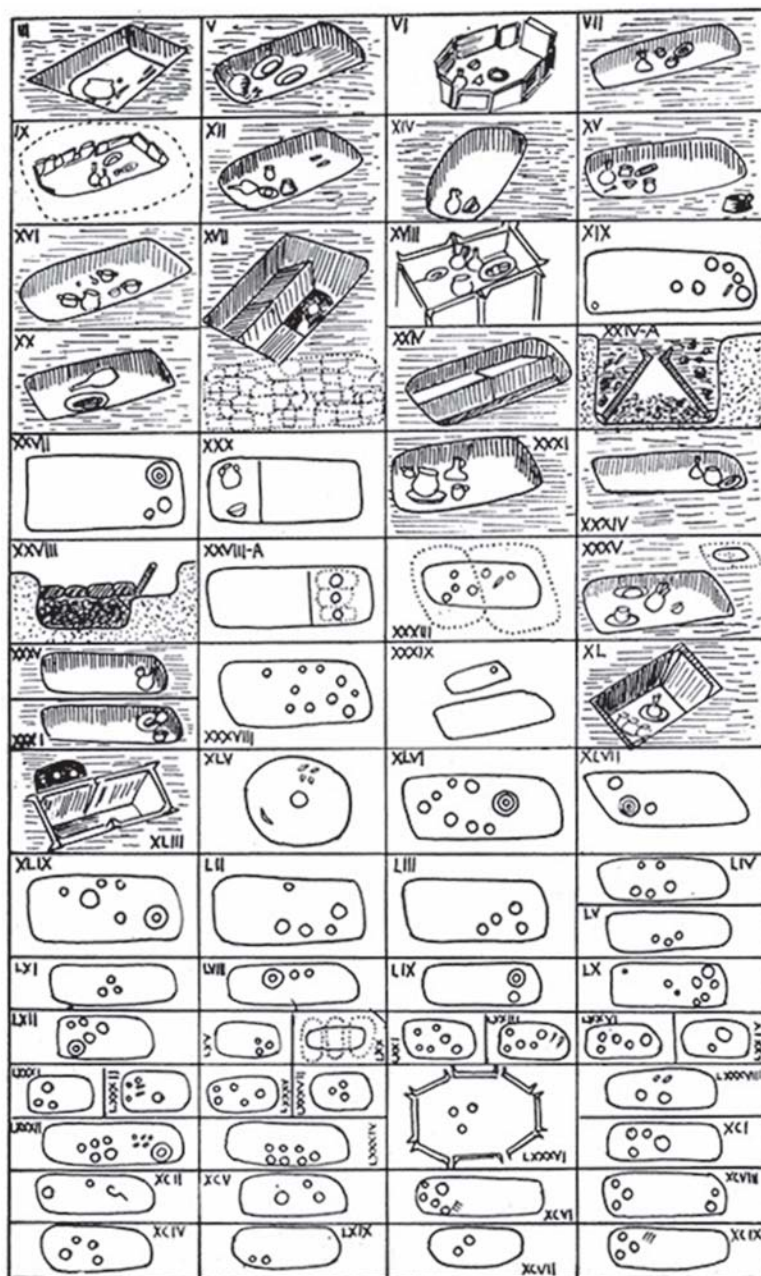


Fig. 5.—Sepulturas de la necrópolis núm. 4 de Padrãozinho.

Figura 11 – As típicas ilustrações de Abel Viana nas publicações sobre necrópoles romanas (segundo VIANA e DEUS, 1955).

De este último impõe-se sublinhar a realização ou acompanhamento de diversas escavações em necrópoles romanas no Alentejo, com breve incursão a Pedras d'El Rei, no Algarve – uma vez mais, para não multiplicar as citações, remeto os interessados para o já citado repertório bibliográfico (OLIVEIRA, 1984). Viana foi um prolixo autor, com um diversificadíssimo campo de interesses, onde a cerâmica romana so-

ABEL VIANA Y ANTONIO DIAS DE DEUS

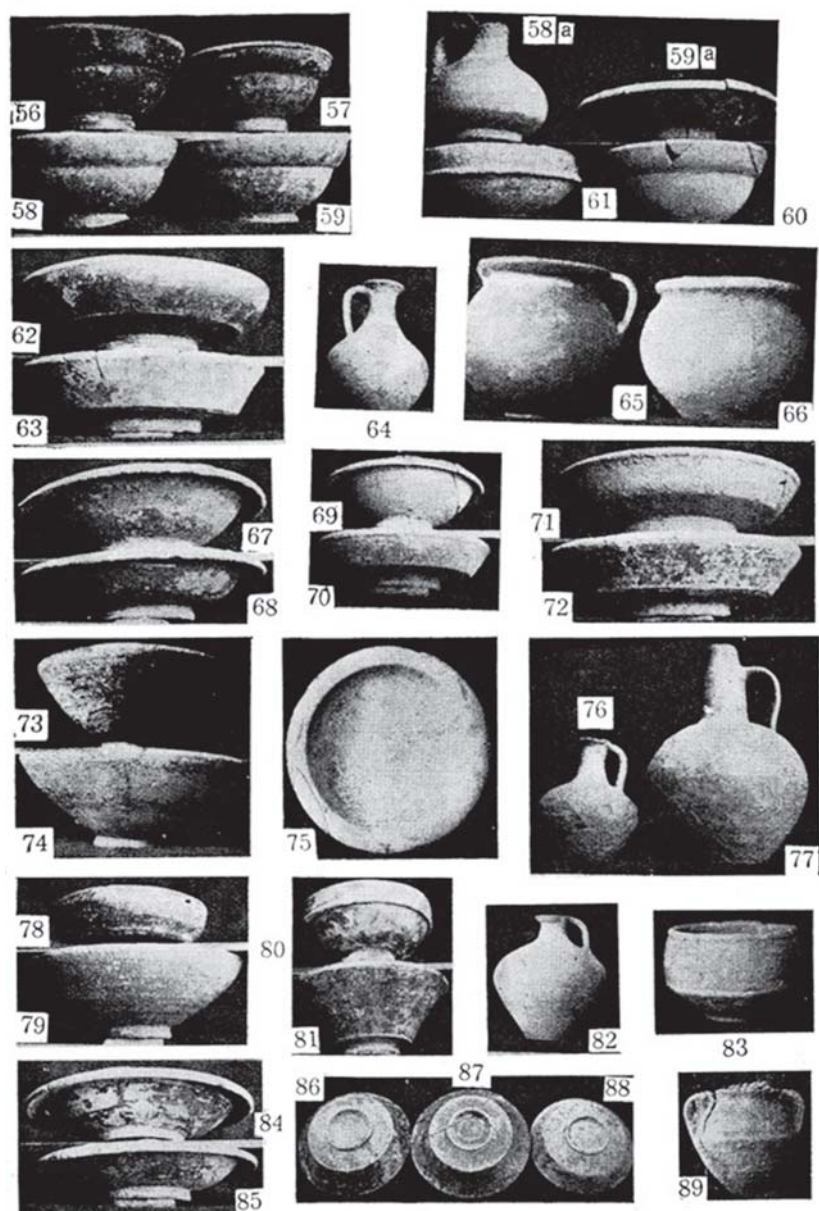


Fig. 19.—Necrópolis de Serrones. Ajuar.

Figura 12 – As típicas ilustrações de Abel Viana nas publicações sobre necrópoles romanas (segundo VIANA e DEUS, 1955).

mente ocupava pequeníssima parte. Haverá a registar, sobretudo, o cuidado que colocou nas escavações que empreendeu e meticulosamente documentou em desenho e fotografia. Consultando a sua obra, encontramos abundantes registos dos conteúdos das diferentes sepulturas escavadas em cada necrópole romana, uma imensa profusão de pequenas fotografias das peças – uma estratégia de ilustração decorrente

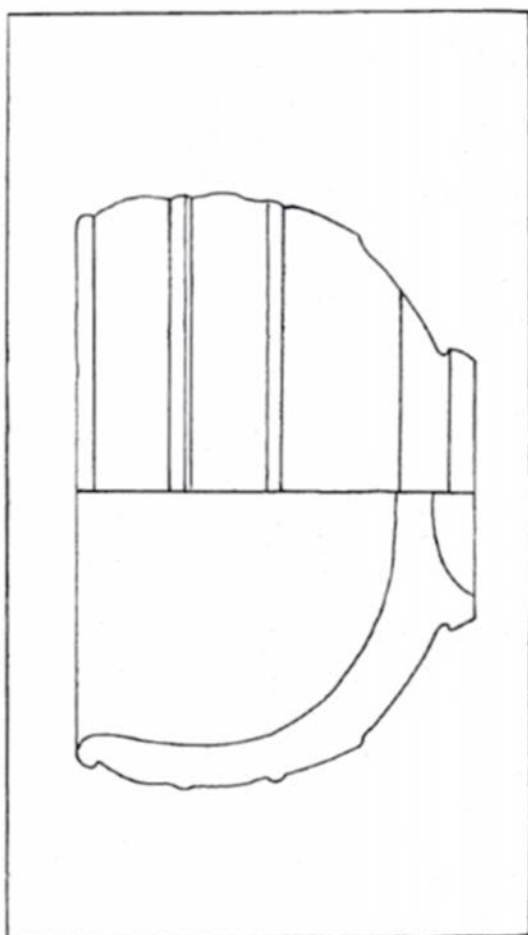
das evidentes dificuldades financeiras que rodeavam os seus trabalhos –, suscitando não poucas dúvidas, pelos desencontros verificados entre a atribuição de procedência de cada indivíduo nos seus múltiplos artigos (Figs. 11 e 12). Provavelmente, só mesmo o regresso aos materiais e ao seu estudo sistemático poderá permitir algum esclarecimento.

De um ponto de vista dos métodos ensaiados, Viana não estava longe da tradição de Vasconcelos – comparem-se as Figs. 9 e 11-12. Documenta os conteúdos por sepultura e sua distribuição no interior de cada, recolhe e fotografa os materiais e promove a realização de alguns desenhos “realistas”, ao estilo habitual dos fins do século XIX / primeira metade do XX. Não foi particularmente inovador, embora tenha sido muito activo.

A década de 50 revela ainda uma renovada atenção ao universo das lucernas romanas. Contudo, o evidente “caos tipológico” em que o estudo destes produtos se encontrava, não incentivava grandes iniciativas. Bairrão Oleiro publicou alguns materiais de museus, foi concedida atenção ao grande conjunto identificado em Pero-guarda, por Abel Viana e Nunes

Ribeiro, e A. Ferreira de Almeida consagrou ao tema das lucernas romanas em Portugal a sua tese de Doutoramento, um trabalho meticuloso e bem informado (ALMEIDA, 1953). No entanto, à semelhança do que anteriormente sucedera com Vergílio Correia, com o tempo, o autor orientou os seus interesses de estudo para a História da Arte, deixando de se ocupar de temas arqueológicos.

EST. II



Esquema e perfil do vaso reproduzido na Est. I.

EST. III

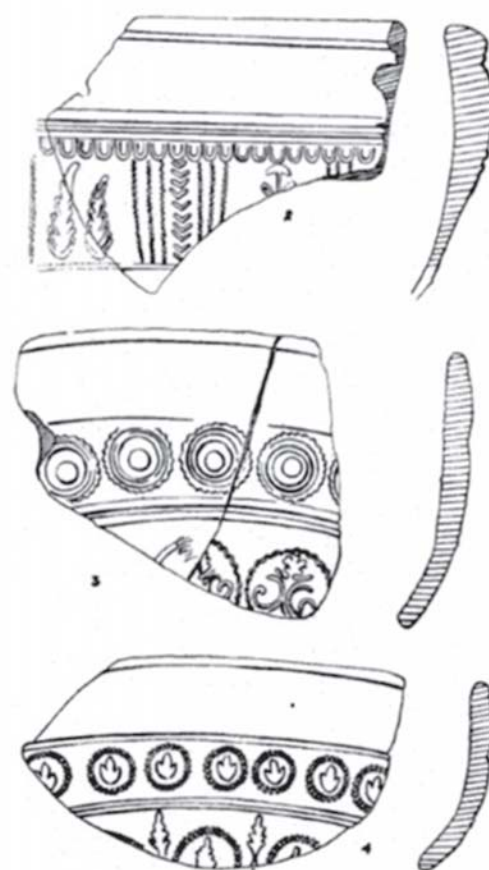


Figura 13 – A primeira publicação nos moldes actuais de cerâmica romana (segundo ALARCÃO, 1958).

Percorrendo as páginas da *Nova Série* de *O Arqueólogo Português*, ainda a principal publicação de referência nacional, nada se encontra sobre cerâmicas romanas, para lá dos trabalhos de Ferreira de Almeida sobre lucernas.

Como atrás se referiu, foi durante esta década que a revista da Sociedade Martins Sarmento (*Revista de Guimarães*) assumiu um pendor mais declaradamente arqueológico, sob a direcção de Mário Cardozo. O periódico, com um título enganadoramente regionalista, acolheu múltiplos trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros, assumindo-se como a mais relevante revista de Arqueologia portuguesa. Nos diversos artigos publicados nas suas páginas encontramos referências a cerâmicas romanas, normalmente representados em fotografia, e é justamente nas suas páginas que encontramos, no final da década, um fun-

damental artigo que, pode dizer-se, marca a viragem do estudo e publicação das cerâmicas romanas. Refiro-me concretamente ao estudo que Adília Alarcão dedicou à *terra sigillata* hispânica dos museus do Norte de Portugal (ALARCÃO, 1958). Neste texto encontramos não somente o estudo detalhado e informado dos exemplares depositados nos museus, mas também o novo método de representação das cerâmicas em desenho da vista frontal e secção, bem como a representação igualmente frontal e de perfil dos fragmentos decorados, já anteriormente usado por Russell CORTEZ (1951), mas ainda pouco difundido (Fig. 13).

Fechando esta década, veio a Portugal, em 1958, Howard Comfort, que por aqui tinha passado em 1940, para observar cerâmicas romanas do Museu Etnológico, como o próprio narra, registando o que

lhe parecia então um “*notable increase of interest in, and knowledge of, the Roman pottery of the Iberian Peninsula*” (COMFORT, 1959: 1). Visto à distância e em plano de síntese, sinto alguma dificuldade em partilhar o encomiástico optimismo confortiano. Contudo, esse é provavelmente um defeito (ou erro) típico de uma qualquer síntese retrospectiva como a que aqui se ensaia: a aparente modéstia das iniciativas, quando olhadas *a posteriori* e na longa duração, que assim não eram vistas por quem com elas se deparava vindo de um passado ainda mais cinzento.

O artigo foi publicado no número inaugural da revista *Conimbriga*, uma nova publicação arqueológica portuguesa que se constituiria como referência fundamental da arqueologia romana ao longo das décadas seguintes, sobretudo pela acção de alguns autores que ensaiaram a publicação dos seus primeiros estudos na década de 50, mas ganhariam maior notoriedade nas décadas seguintes.

3. Na década de 60: um novo incremento

Na história dos estudos de cerâmica romana em Portugal, *Conimbriga* constitui sem dúvida uma das mais relevantes *palavras-chave*. De facto, nas páginas da revista desse nome verificamos o novo impulso da investigação, em boa parte associado ao projecto luso-francês de investigação da cidade romana do mesmo nome. Sublinhe-se, porém, que foram sobretudo os portugueses os obreiros da renovação dos estudos cerâmicos.

Logo no segundo número da revista (um número duplo, revelador das dificuldades de edição registadas de há longa data na comunidade científica portuguesa), Adília Alarcão prossegue a publicação dos seus estudos sobre *terra sigillata*, dedicando atenção à colecção do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa, resultante das escavações de Abel Viana nas necrópoles alentejanas (ALARCÃO, 1960-1961).

Creio poder considerar-se um importante marco nesta nova tendência de estudos o quinto volume da revista *Conimbriga*, integralmente dedicado à necrópole romana de Valdoca, Aljustrel, criteriosamente escavada por Veiga Ferreira e Freire de Andrade (1966), cujo es-

pólio foi estudado por Jorge e Adília Alarcão (1966). Trata-se do primeiro estudo sistemático de uma necrópole romana, considerando o conteúdo de cada deposição fúnebre e, sobretudo, a totalidade do espólio votivo depositado, em boa parte constituído por cerâmica comum, sem valorizar especialmente qualquer das categorias de artefactos. As associações contextuais destes materiais com as cerâmicas de grande circulação revelam-se particularmente importantes, e todo o material aparece representado segundo a norma gráfica que ainda hoje se utiliza nos estudos de cerâmica. Estes dois autores desenvolveram também, ao longo da década, uma notável actividade de publicação de informação cerâmica gerada no decurso de escavações realizadas por outros investigadores, como no Castelo da Lousa, Mourão, ou na *villa* romana dita de Cardílio, Torres Novas, ultrapassando as habituais ilustrações de fotografias de fragmentos cerâmicas que constituíam a norma dos estudos anteriores. Começam também os mesmos autores a publicar materiais cerâmicos de *Conimbriga*, secundados por Manuela Delgado, que dedicou especial atenção às cerâmicas finas tardias, concretamente à *sigillata* clara (DELGADO, 1967), bem antes da grande publicação de John Hayes, quando os trabalhos de Lamboglia constituíam ainda a principal referência.

A ligação destes três autores a Bairrão Oleiro e ao projecto de estudo da cidade de *Conimbriga* desenha aquilo a que poderemos chamar um primeiro esboço de “escola” de investigação, que cresceu e robusteceu na década seguinte, como haverá oportunidade de comentar.

Ao que julgo saber, Adília Alarcão foi também a primeira investigadora portuguesa a participar em uma reunião da Associação *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, a oitava, com um estudo preliminar sobre a cerâmica de Braga (incluindo a chamada “bracarense”), num assinalável esforço de internacionalização (ALARCÃO, 1966), infelizmente, sem continuidade. De um modo geral, até há bem pouco tempo, as relações internacionais da investigação portuguesa viviam mais da presença entre nós de investigadores estrangeiros do que da participação nacional em projectos ou encontros científicos além-fronteiras.

Merece ainda um comentário a identificação e estudo das olarias de época romana. De facto, ao longo desta década regista-se o aparecimento de algumas olarias, que suscitaram diferentes abordagens. Os remotos antecedentes eram escassos. O já comentado forno de ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim, identificado e estudado por Leite de Vasconcelos, alguns fornos, principalmente de material de construção, observados e descritos por Santos Rocha, nas imediações da Figueira da Foz (ROCHA [1897], 1975), e as sempre esquecidas ou desvalorizadas menções de Baptista às olarias sadinas. Na década de sessenta do século XX multiplicaram-se as referências, sem que todavia se possa dizer que o tema suscitasse particular interesse.

Partindo da escavação de um forno de materiais de construção de Idanha-a-Velha, Fernando de Almeida e O. Da Veiga Ferreira ensaiam o inventário das olarias romanas documentadas no ocidente da Península Ibérica (ALMEIDA e FERREIRA, 1968), voltando ao tema aquando da descoberta e primeira publicação da olaria da Herdade do Pinheiro, em Alcácer do Sal (ALMEIDA, ZBYSZEWSKI e FERREIRA, 1971). Se a escavação do forno de Idanha se ficou pelo registo do mesmo e a identificação da sua funcionalidade, associada à produção de material de construção, nos fornos do Pinheiro a atitude afigura-se distinta. Relacionam a olaria com o grande complexo da Península de Tróia – *“estamos convencidos que muita da cerâmica usada em Tróia foi cozida nestes fornos”* (IDEM: 164) – e anunciam a intenção de realizar ali escavações para melhor entender as relações entre ambos sítios (IDEM: *ibidem*), uma vez que, em sua opinião: *“A cerâmica encontrada nas entulheiras nas vizinhanças dos fornos grandes do Pinheiro é toda do tipo doméstico ou industrial [...] Pela espessura e extensão destes restos pode supor-se que os fornos trabalharam imenso tempo”* (IDEM: *ibidem*). A imensidão temporal intuída limitava-se, porém, *“até ao século IV porque a partir dessa época começa a decadência em Tróia e em todos os estabelecimentos conserveiros do ocidente peninsular”* (IDEM: *ibidem*), num claro registo apriorístico que valorizava a “decadência” tradicionalmente associada à tardo-antiguidade. Contudo, as escavações não chegaram a realizar-se. De salientar o facto de, pela primeira vez, se estabelecer uma relação entre as olarias e a produção de preparados de

peixe de Tróia, rompendo com a antiga ideia de Vergílio Correia de serem estas as olarias das *villae* locais, destinadas a receber os seus produtos.

Das restantes olarias inventariadas e cartografadas pouco haverá a dizer, na medida em que somente anos mais tarde foram objecto de estudo mais detalhado, como é o caso das olarias de Alcácer, recuperando a informação de Correia Baptista, ou do Monte da Abula (= Abul); da olaria de Sines, que Dias Diogo valorizou anos mais tarde no Colóquio do Seixal, de 1991 (DIOGO e COSTA, 1996), ou a do Martinhal, Sagres, com uma intervenção de emergência realizada muito tempo depois, quando se verificava já acentuada degradação do sítio (SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990). Interessante, por outras razões, é o caso da olaria documentada em S. Sebastião do Freixo, no âmbito das escavações realizadas por Bairrão Oleiro e Jorge Alarcão em busca da cidade de *Collippo* (OLEIRO e ALARCÃO, 1969). No local, foi ensaiado de modo experimental uma prospecção não invasiva, com magnetómetro de protões, por M. J. Aitken (IDEM: 8-9), uma absoluta novidade no contexto da arqueologia portuguesa. Uma das anomalias identificadas correspondia a um forno romano, que foi escavado e devidamente registado, sem que tivesse sido possível identificar que materiais ali teriam sido produzidos. Os investigadores realizaram ainda uma nova campanha na área *“na esperança de descobrir algum monte de cacos”* (IDEM: 11), o que se não veio a verificar, como não se verificaram futuras campanhas de escavação então anunciadas.

As olarias passaram assim a fazer parte dos horizontes da investigação, ainda que sem produzirem informação relevante, fosse por permanecerem inéditas, como no caso de Sines, fosse por não terem fornecido as indispensáveis “entulheiras”, passíveis de enriquecer a informação, como em S. Sebastião do Freixo, ou simplesmente por não ter existido um real investimento no estudo das suas produções, como ocorreu no Pinheiro, onde as entulheiras existiam, talvez porque se esperasse trabalhar de uma forma mais efectiva a informação no contexto das anunciadas “futuras escavações”, que não chegaram a concretizar-se.

Este multiplicar de actividades de diferentes grupos e agentes, nos finais da década de sessenta, anunciava a chegada da grande década da investigação nacional sobre cerâmica romana.

4. Os gloriosos anos setenta

A década de setenta do século XX constituiu sem dúvida a grande fase de incremento e consolidação dos estudos sobre cerâmicas romanas, em boa parte devido ao amadurecimento e sofisticação do trabalho da geração que iniciara a publicação de estudos em décadas anteriores, mas também pelo surgimento de novos agentes de dinamização destes estudos. Entre uns e outros as relações são mais ou menos evidentes, pelo que se poderá falar de uma “escola informal” de estudos cerâmicos, nascida, sobretudo, em Coimbra. A década está igualmente marcada pela afirmação mais consistente de uma linha arqueométrica nos estudos cerâmicos, onde J. M. Peixoto Cabral assume particular relevância.

Em termos de ciclo, poderemos traçar uma linha cumulativa, que se inicia no II Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Coimbra, em 1970, onde se ensaiou um balanço da década precedente (ALARCÃO e ALARCÃO, S/data [1970]), continuada pelo grande colóquio internacional *A propos des céramiques de Conimbriga*, realizado em 1975, culminando na publicação dos diferentes volumes monográficos das escavações daquela cidade romana, concretamente, os volumes 4, 5 e 6. Central em todo este processo é o grupo Adília M. Alarcão, Jorge Alarcão e Manuela Delgado, a que se somaram Françoise Mayet e Salette da Ponte. Contudo, esta renovação dos estudos cerâmicos assume verdadeiramente dimensões extraordinárias com a entrada em cena de investigadores de outros âmbitos académicos e geográficos, como J. Rigaud de Sousa e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, a norte, Elisabeth Cabral, Maria Maia, Manuel Maia, José Caeiro, Dias Diogo e Guilherme Cardoso, em Lisboa, Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Luísa Ferrer Dias e Joaquina Soares, em Setúbal, ou ainda Jeanette Nolen que, sem enquadramento institucional, produziu trabalhos marcantes, também a partir desta década.

Neste período, vão perdendo relevância algumas das publicações periódicas tradicionais, como *O Arqueólogo Português*, que de 1972 em diante publicou somente um volume triplo, e a *Revista de Guimarães*, onde os trabalhos sobre outros temas que não os estritamente arqueológicos se multiplicaram. Num balanço geral da década, são escassos os artigos que trataram de

cerâmica romana publicados nessas revistas. Ainda assim, algumas referências haverá a registar, como os trabalhos de Maria Maia ou José Caeiro, no primeiro, ou os de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, no segundo. A Associação dos Arqueólogos Portugueses regista algum dinamismo, com a publicação da revista *Arqueologia e História* e pela realização das suas Jornadas Arqueológicas, com três edições, onde têm escassa presença os estudos de cerâmica romana, excepção feita aos trabalhos de Maria Garcia Pereira Maia, José Caeiro e pouco mais. A década é, sem dúvida, a da plena afirmação da revista *Conimbriga* e, de certo modo, de uma nova publicação periódica, *Setúbal Arqueológica*, saída a bom ritmo a partir da segunda metade da década, de algum modo suprimindo a ausência da publicação do Museu Nacional de Arqueologia.

O primeiro marco assinalável é o II Congresso Nacional de Arqueologia, cujo segundo volume de *actas* apresenta uma notável lista de trabalhos. Manuela Delgado efectuou o balanço dos conhecimentos sobre cerâmica campaniense em Portugal, explorando diferentes fundos de museus e classificando os exemplares identificados, não deixando de chamar a atenção para a existência de imitações locais desta cerâmica de grande circulação (DELGADO, 1971). Adília Moutinho Alarcão realizou um balanço análogo para a *sigillata* itálica, com uma robusta lista de materiais conhecida em diferentes sítios arqueológicos (15 ao todo) e um extenso catálogo de marcas, e realiza ainda uma boa análise do “estado da arte” destes estudos além-fronteiras (ALARCÃO, 1971). Maria Garcia Pereira (mais tarde, Maia) apresenta uma amostra das diferentes categorias de *sigillata* de *Mirobriga*, a título de amostra (PEREIRA, 1971). Françoise Mayet ocupou-se da cerâmica de “paredes finas”, “*une des céramiques romaines les moins bien connues*” de *Conimbriga* (MAYET, 1971: 445), iniciando aqui um percurso que a levaria a estudar de um modo mais abrangente estas cerâmicas na Península Ibérica. Rigaud de Sousa trata da chamada cerâmica “bracarense” em texto que revela os sólidos conhecimentos do autor e a correcta abordagem desta produção, onde não falta a referência ao Prado, como fonte de matéria-prima, comprovada por análises (SOUSA, 1971),

um primeiro interessante afloramento da via arqueométrica.

A exposição intitulada *Dez Anos de Actividade Arqueológica em Portugal 1960-1969*, realizada no âmbito do Congresso, apresentava um panorama das actividades desenvolvidas ao longo dessa década e, sobretudo, para o tema que nos interessa, incluía uma rica mostra de cerâmicas romanas, com pequenos textos explicativos (ALARCÃO e ALARCÃO, S/data [1970]). Embora no painel com a referência de catálogo “n.º 9 (6)” se apresentassem *Ânforas de Tróia de Setúbal* (sic) (IDEM: 86), a intenção parece ter sido meramente ilustrativa, uma vez que nenhum texto ou imagem se lhes dedicou no breve catálogo da exposição.

Toda a atenção concedida à cerâmica romana expressa no II Congresso Nacional de Arqueologia não encontra continuidade no III, realizado no Porto, em 1973, onde somente Maria Garcia Pereira Maia publica um importante estudo sobre a *sigillata* foceense (então chamada *Late Roman C Ware*, a partir da publicação de John Hayes) de Tróia, recuperada nas antigas escavações ali realizadas (MAIA, 1974). Provavelmente, a concentração no estudo dos materiais de *Conimbriga*, por parte de alguns dos mais activos investigadores desta década, explicará a escassez de comunicações ao Congresso.

À margem do Congresso, embora pela mesma época, Carlos Alberto Ferreira de Almeida iniciou uma nova abordagem aos estudos cerâmicos, juntando na sua análise a cerâmica indígena (“castreja”) com a cerâmica romana, identificando mesmo produções locais que imitam as formas da *terra sigillata*, que considerava uma das suas categorias dentro das cerâmicas locais (*Estilo E*). Particularmente interessantes são as considerações que fez sobre este grupo que, claramente, situava em etapa cronológica anterior ao florescimento da chamada “cerâmica bracarense”: “cerâmica de pasta e de aspectos técnicos castrejos mas onde se notam já nítidos sintomas de romanização. Isto acontece não só quando se copiam tipos de cerâmica romana e suas modas decorativas, como quando, e isto em fase mais tardia e devido a mudanças económicas e culinárias, aparecem outras formas de cerâmica com outras funções. Nestes aspectos as grandes novidades, relativamente à época castreja que passa a findar, são os pratos de cozinha e de comida, os jarros, as lu-

ernas, as imitações de *sigillata aretina*” (ALMEIDA, 1974: 190).

A longa citação justifica-se plenamente por revelar a riqueza de perspectivas do autor, que entende a cerâmica como um meio privilegiado para captar as transformações culturais, justificando-se assim a consideração em uma mesma abordagem dos artigos da artesanaria local e as “imitações” de cerâmicas romanas, interpretadas como sintomas de um mundo que finda, dando lugar a outro. A cerâmica, na óptica de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, constituía um instrumento privilegiado de leitura dos processos de transformação e mudança. Nos estudos sobre os materiais do Monte Mózinho, Almeida voltou ao tema, sublinhando a ligação entre formas cerâmicas e hábitos alimentares em mudança, uma perspectiva francamente inovadora (ALMEIDA, 1977).

Na abordagem a esta década de estudos, merece especial destaque o colóquio internacional *A propos des céramiques de Conimbriga*, realizado em 1975 (um tempo em que Portugal enfrentava outras preocupações nada arqueológicas), cujas actas foram publicadas no volume 14 da revista *Conimbriga*. O evento apresenta múltiplos aspectos notáveis. Desde logo, a possibilidade de realizar um balanço da presença e distribuição de algumas das grandes categorias cerâmicas no espaço hoje português e não somente na cidade romana de *Conimbriga*, constituindo um excelente momento de reunião e debate que juntou os estudiosos portugueses com os principais autores internacionais. Em segundo lugar, justamente essa etapa de internacionalização absolutamente única, que trouxe até ao ocidente da Península Ibérica os investigadores internacionais de referência. Com este Colóquio, pode dizer-se, a *Lusitania* entrou de pleno direito no Império Romano, no que aos estudos cerâmicos dizia respeito. Jorge e Adília Alarcão, Manuela Delgado e Françoise Mayet foram autores das exposições temáticas sobre cada categoria cerâmica, e a lista de participantes nos debates é deveras impressionante: Comfort, Lamboglia, Carandini, J.-P. Morel, C. Goudineau, A. Vernhet, P. de Palol, P. A. Février, J. Hayes, F. Pallarés. Foi indubitavelmente uma etapa de relevante afirmação da investigação portuguesa e da sua integração nos circuitos internacionais – lista de participantes em ALARCÃO e ETIENNE, 1975: 157-159).

A reunião científica, que se pretendeu ampla e abrangente, deixou de fora duas categorias cerâmicas: as ânforas e as lucernas, uma vez que *"Les trouvailles e Conimbriga, très fragmentaires pour les premières, plus abondantes pour les secondes, n'enrichissent guère ce que l'ont sait déjà de ce matériel"* (ALARCÃO e ETIENNE, 1975: 6). Não seria exactamente assim. O principal motivo estaria antes associado ao desenvolvimento específico de ambas áreas da ceramologia arqueológica. Lucernas e ânforas, recorde-se, justamente as categorias cerâmicas que de há longuíssima data mais atraíram os eruditos, encontravam-se, então, ainda, em estado embrionário do conhecimento, como adiante voltarei a comentar. Algumas décadas volvidas, as ânforas ganharam um novo protagonismo (e disso falarei mais adiante); as lucernas continuam à espera de voltar a ter a atenção que merecem – por ser de elementar justiça, deve recordar-se os trabalhos de Claudette Belchior sobre as lucernas de *Conimbriga*, bem como os de Elisabeth Cabral sobre Tróia, Alcácer do Sal ou *Mirobriga*, e ainda os de Adília Alarcão e Salete da Ponte, em clara demonstração de que o tema não ficou propriamente esquecido (uma vez mais, veja-se as referências em OLIVEIRA, 1985).

Das actas do encontro, com a sua imensa riqueza, destacaria um par de temas, por demais importantes, justamente o que se prende com a destruição / abandono de *Conimbriga* e suas implicações nos estudos cerâmicos, e o do lugar da *Lusitania* no contexto do Império Romano.

O encontro aconteceu pouco depois da publicação da grande síntese de John HAYES (1972), com as respectivas propostas cronológicas. Acontece que, para a cidade lusitana, havia a célebre referência da *Crónica* de Hidácio de Chaves aos ataques suevos de 465 e 468, o último dos quais supostamente devastador e definitivo, referências utilizadas para datar o que seriam os níveis de destruição documentados no *forum* e em outras zonas da cidade. Nesses níveis apareciam as formas tardias da *sigillata* clara D, datadas por Hayes em intervalos cronológicos posteriores aos dos mencionados ataques. É interessante verificar como a discussão girou em torno da rectificação das cronologias propostas por Hayes, com base nos dados arqueológicos de *Conimbriga*, "datados" pelas referências idacianas. Em claro fecho do círculo, A. Tranoy, nos seus comentários à edição da *Crónica*, dada à estampa nessa

mesma época, referiu que as escavações de *Conimbriga* estavam a demonstrar a veracidade do texto do flaviano, pela identificação de um nível de destruição correspondente a estes ataques (TRANOY, 1974: 125). Assim, o texto de Idácio datava os níveis de destruição de *Conimbriga*, tal como os níveis de destruição da cidade confirmavam a notícia do bispo.

O tema fez ainda correr tinta depois do Colóquio, mas, por fim, a cronologia das cerâmicas acabou por triunfar sobre a leitura, demasiado literal, da obra de Idácio de Chaves. Penso que o episódio é suficientemente expressivo de como (lentamente, é certo) o registo arqueológico e a cerâmica ganhavam estatuto de fonte histórica credível na construção das narrativas sobre o passado romano.

Um outro aspecto importante da reunião científica sobre as cerâmicas de *Conimbriga* consistiu na forte chamada de atenção para a plena integração do extremo ocidente da Península Ibérica no Império Romano, por apresentar a uma plêiade de especialistas internacionais a boa representação das cerâmicas de grande circulação, desde época tardo republicana à Antiguidade Tardia. Fazia sentido então insistir no forte carácter mediterrâneo do registo arqueológico da cidade romana, em oposição às suas "raízes célticas", como se comentou.

De entre os diversos apontamentos que se poderiam salientar, tome-se o exemplo da robusta presença de *sigillata* foceense, então chamada *Late Roman C ware*. A apresentação de Manuela Delgado foi bastante clara, insistindo na forte presença desta cerâmica em *Conimbriga*, sublinhando uma suposta cronologia dos meados do século V, que casava pacificamente as datações de Hayes com as datas de destruição da cidade, segundo Idácio – polidamente, Hayes aceitou na generalidade a proposta, mas não deixou de notar que alguns fragmentos lhe pareciam mais tardios; com uma ponta de sarcasmo, P. A. Février interrogava-se se *Conimbriga* tinha entrado em contacto com o Oriente, no momento em que era saqueada. Delgado, reportando as suas observações em museus portugueses, referiu que esta categoria cerâmica estava mal representada em Portugal, uma vez que só eram conhecidos os exemplares de Tróia, recentemente publicados por Maria MAIA (1974). Certeiramente, Lamboglia afirmou que *Conimbriga* não seria por certo excepção, e que estas cerâmicas encontrar-se-

-iam em outros sítios portugueses, lembrando como era importante retomar o tema das relações Oriente-Occidente.

Hayes haveria de recordar os materiais de *Conimbriga* e Tróia quando publicou o seu *Supplement to Late Roman Pottery*, em 1980, ao referir alguns materiais dispersos pelo sudoeste da Grã-Bretanha e Irlanda: “recent finds of the ware [sigillata foceense] in Portugal serve to provide the vital connecting link between the Mediterranean distribution of the ware and its occasional presence, previously unexplained in terms of any normal pattern of distribution, on sites in southwest Britain” (HAYES, 1980: lix). Esta arguta observação, valorizando a “rota atlântica” no contexto do mundo antigo, não recebeu de imediato a atenção que merecia (e merece).

O que se passava então com as ânforas, um tema central do nosso seminário, excluídas do debate *A propos des céramiques de Conimbriga*?

Os materiais recolhidos nas escavações da cidade foram publicados por J. Alarcão, em capítulo próprio, no sexto volume de *Fouilles de Conimbriga* (ALARCÃO, 1976b), e várias outras em outro capítulo do mesmo volume intitulado *Cerâmicas Comuns de Importação*, onde o autor admite poderem estar várias ânforas (ALARCÃO, 1976a), como de facto estão. O principal problema que Alarcão enfrentou no seu estudo foi o da generalizada falta de informação de referência. Justamente na década de setenta do século XX assistia-se ao nascimento / crescimento do interesse pelas ânforas romanas, ainda que debaixo de alguma ambiguidade. Recorde-se, por exemplo, que há um capítulo dedicado às ânforas no volume de Mercedes Vegas sobre as cerâmicas comuns romanas (VEGAS, 1973), ou seja, a ânfora ainda não era valorizada como categoria cerâmica distinta e autónoma, antes uma variedade de “cerâmica comum”. O interesse pela história económica valorizava crescentemente as ânforas, com especial relevo para as Dressel 20, pelo seu exuberante hábito epigráfico, enquanto a arqueologia subaquática com escafandro autónomo ia revelando os naufrágios da bacia do Mediterrâneo, quase sempre barcos carregados de ânforas – embora os primeiros naufrágios revelados / estudados fossem quase todos de época republicana. Por esse tempo

se dizia que a arqueologia subaquática era a arqueologia da ânfora, o que justifica a constituição do acervo do Museu de Mar de Cascais ou do Centro Português de Actividades Submarinas.

Em 1971, a Escola Francesa de Roma organizou um primeiro Colóquio Internacional sobre ânforas romanas, onde é por demais evidente o estado embrionário das investigações – um pouco mais de metade do volume é constituído pelo estudo de Rodríguez Almeida sobre a epigrafia do Testaccio (VV.AA., 1972). No Colóquio lá estão Nino Lamboglia, Fausto Zevi, André Tchernia, os principais obreiros da nova etapa do estudo das ânforas, nomeadamente pela recuperação da tabela de Dressel no *CIL* XV, valorizando-a face às outras tabelas dos acampamentos militares da Germânia (Haltern ou Oberaden). Lá está também a estratigrafia de Ostia, apresentada por C. Panella, ainda com várias dúvidas sobre a proveniência de algumas ânforas, como essas parecidas com a forma Dressel 14, mas de fabrico distinto. Tinha acabado de se publicar o estudo fundamental de Miguel BELTRÁN LLORIS (1970), que Panella já utiliza, mas não ganhara ainda suficiente projecção. É este o contexto em que decorreu e se concretizou o estudo das ânforas de *Conimbriga*, é importante não o esquecer.

Contudo, deve sublinhar-se, que o rigor e qualidade da publicação permite-nos, voltando às suas páginas, perceber que as produções de Peniche (classificadas então, com reservas, como ânforas da forma Oberaden 81) se documentam em níveis claudianos e flavianos (ALARCÃO, 1976b: 84, n.ºs 16-25), ou que as Lusitana 3 estão presentes em estratos da época de Trajano (ALARCÃO, 1976a: 75, pl. XIX, n.º 63), e ainda detectar a presença das ânforas Almagro 51c lusitanas nos níveis de destruição da casa a norte das termas (ALARCÃO, 1976b: n.º 49), nos níveis de demolição da insula do vaso fálico, ambos casos datáveis do século V, e outras ainda das chamadas “casas bárbaras” (*IDEM*: 88). Em suma, apesar das limitações existentes à época de publicação do estudo, o rigor e qualidade do registo mantêm *Conimbriga* como referência importante para o debate sobre as ânforas lusitanas.

Para lá da investigação da cidade romana, registam-se contributos interessantes na década de 70 de Manuel Maia, sobretudo estudando fundos antigos de

museus, de Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares, que publicam ânforas de Setúbal (depósito do museu local e os materiais da destruída olaria da Quinta da Alegria), e Guilherme Cardoso que, estudando o acervo de ânforas do Museu do Mar de Cascais recolhido em diferentes locais, fez a primeira grande valorização / caracterização de muitas das olarias do baixo Sado, de anterior conhecimento difuso (CARDOSO, 1978: 64-65).

No II Colóquio sobre ânforas promovido pela Escola Francesa de Roma, em 1974, mas só publicado mais tarde (VV.AA., 1977), A. Parker apresenta um conjunto de notas resultantes de uma viagem pelos museus portugueses, com registo fotográfico de várias ânforas. O seu artigo, sem dúvida importante para a internacionalização dos dados do extremo ocidente peninsular, teve a virtude de chamar a atenção para a notória produção de preparados de peixe na Lusitânia, relacionando-a com a produção de ânforas para a sua exportação, como a sua presença em naufrágios mediterrâneos demonstrava (PARKER, 1977: 41-42). Esteve menos bem ao supor que algumas das ânforas saídas das olarias do actual Algarve eram somente de produção / circulação local.

Em jeito de epílogo

Aqui chegados, a datas situáveis há cerca de trinta anos atrás, poderíamos continuar esta abordagem, que soaria sempre como uma espécie de "História ao Vivo", uma vez que estão presentes neste seminário o grosso dos agentes activos nestas últimas décadas. Pode dizer-se que a atenção à cerâmica romana cresceu uma vez mais explosivamente, nas últimas duas décadas, em boa parte devido à benéfica influência do desenvolvimento da década de setenta e à acção pedagógica dos seus principais agentes. Esse crescimento justificou a reunião de uma mesa-redonda dedicada às ânforas lusitanas, realizada em *Conimbriga* em 1988 (ALARCÃO e MAYET, 1990), seguida de umas jornadas reunidas aqui no Seixal, com a atenção mais focada na problemática da ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado, em 1991, cujo volume de estudos tardou em ver a luz do dia (FILIPE e RAPOSO, 1996). Nestes encontros, bem como no presente seminário, escreve-se a história das últimas décadas de investigação, que seria tão pretensioso como ocioso pretender contar a muitos daqueles que têm sido os seus mais directos agentes. ■

Referências

- ALARCÃO, A. M. (1958) – “*Sigillata* Hispânica em Museus do Norte de Portugal”. *Revista de Guimarães*. 68 (3-4): 249-315.
- ALARCÃO, A. M. (1960-1961) – “Algumas Peças de *Terra Sigillata* na Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa”. *Conimbriga*. 2-3: 181-201.
- ALARCÃO, A. M. (1966) – “Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée à *Bracara Augusta* (Portugal)”. *Rei Creatariae Romanae Fautorum Actae*. 8: 45-50.
- ALARCÃO, A. M. (1971) – “A «*Terra Sigillata*» Itálica em Portugal”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. II, pp. 421-432.
- ALARCÃO, J. e ALARCÃO, A. M. (1966) – “O Espólio da Necrópole Luso-Romana de Valdoca (Aljustrel)”. *Conimbriga*. 5: 7-104.
- ALARCÃO, A. e ALARCÃO, J. (S/data [1970]) – *Dez Anos de Actividade Arqueológica em Portugal 1960-1969*. Coimbra: II Congresso Nacional de Arqueologia (poli-copiado).
- ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.) (1990) – *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conimbriga, 1988)*. Coimbra / Paris: MMC / Diff. E. De Boccard.
- ALARCÃO, J. (1976a) – “Céramiques communes d’importation”. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. (dir.). *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diff. E. De Boccard. Vol. VI - “Céramiques diverses et verres”, pp. 71-77.
- ALARCÃO, J. (1976b) – “Les Amphores”. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. (dir.). *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diff. E. De Boccard. Vol. VI - “Céramiques diverses et verres”, pp. 79-91.

- ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. (eds.) (1975) – “A propos des céramiques de *Conimbriga*”. *Conimbriga*. 14: 5-173.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974) – “Cerâmica Castreja”. *Revista de Guimarães*. 84: 171-197.
- ALMEIDA, C. A. F. (1977) – *Escavações no Monte Mozinho II. 1975-1976*. Penafiel: Centro Cultural Penafidelis.
- ALMEIDA, D. F. e FERREIRA, O. V. (1968) – “Um «Fornax» Lusitano-Romano na Egitânia”. *O Arqueólogo Português*. 3.^a série. 2: 61-70.
- ALMEIDA, D. F.; ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. V. (1971) – “Descoberta de Fornos Lusitano-Romanos na Região da Marateca (Setúbal)”. *O Arqueólogo Português*. 3.^a série. 5: 155-165.
- ALMEIDA, J. A. F. (1953) – “Introdução ao Estudo das Lucernas Romanas em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Nova Série. 2: 5-208.
- ANNAES da Sociedade Archeologica Lusitana (1850-1851) – Lisboa: Imprensa Nacional. 3 volumes.
- BAPTISTA, J. C. (1896) – “Salacia”. *O Archeólogo Português*. 2: 5-10.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las ánforas romanas de España*. Zaragoza: Monografías Arqueológicas, 8.
- BONIFAY, M. (2004) – *Etudes sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: BAR-IS, 1310.
- CARDOSO, G. (1978) – “Ânforas Romanas do Museu do Mar (Cascais)”. *Conimbriga*. 17: 63-78.
- COELHO-SOARES, A. e SILVA, C. T. (1978) – “Ânforas Romanas da Área Urbana de Setúbal”. *Setúbal Arqueológica*. 4: 171-201.
- COELHO-SOARES, A. e SILVA, C. T. (1979) – “Ânforas Romanas da Quinta da Alegria (Setúbal)”. *Setúbal Arqueológica*. 5: 205-221.
- COMFORT, H. (1959) – “Some Roman Pottery in the Museu Etnológico, Belém”. *Conimbriga*. 1: 1-12.
- CORREIA, A. A. M. (1923-1924) – “A Necrópole de Parada Todeia”. *O Archeólogo Português*. 26: 1-14.
- CORREIA, V. (1928) – “O Domínio Romano”. In PERES, D. (dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, pp. 215-290.
- CORREIA, V. (1930 [1972]) – “Alcácer do Sal (esboço de uma monografia)”. In *Obras*. Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. IV - “Estudos arqueológicos”, pp. 127-150 (primeiramente publicado em *Biblos*, 6).
- CORTEZ, F. R. (1951) – “As Escavações Arqueológicas do «Castellum» da Fonte do Milho. Contribuições para a demogenia duriense”. *Anais do Instituto do Vinho do Porto*. 12: 17-88.
- DELGADO, M. J. (1946-1949) – “Sisenando Mártir e Beja sua Patria (Cópia fiel do manuscrito assim intitulado de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, existente na Biblioteca Pública de Évora, e considerações preliminares)”. *Arquivo de Beja*. Vol. 3 (III-IV): 352-362; vol. 4 (I-II): 168-181; vol. 4 (III-IV): 352-363; vol. 5 (I-II): 211-224; vol. 5 (III-IV): 464-470; vol. 6 (I-II): 229-240; vol. 6 (III-IV): 426-463.
- DELGADO, M. (1967) – “*Terra Sigillata* Clara de *Conimbriga*”. *Conimbriga*. 6: 47-128.
- DELGADO, M. (1971) – “Cerâmica Campaniense em Portugal”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. II, pp. 403-420.
- DIOGO, A. M. D. e COSTA, J. M. (1996) – “Elementos sobre a Produção de Ânforas e a Transformação Piscícola em Sines Durante a Época Romana”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. M. C. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, pp. 107-110.
- DRESSEL, H. (1879) – “Di un grande deposito di anfore rinvenuto nel nuovo quartiere del Castro Pretorio (con tavole litografiche)”. *Bullettino della Commissione archeologica comunale di Roma*. Anno VII. N.º 1 (serie II): 36-64.
- DRESSEL, H. (1899) – *CIL XV. Inscriptiones urbis Romae Latinae. Instrumentum domesticum (pars II, fasc. 1)*. Berlin: G. Reimerum.
- FABIÃO, C. (1987) – “Ânforas Romanas Republicanas de um Depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”. *O Arqueólogo Português*. 4.^a série. 5: 125-148.
- FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M. (1990) – “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra / Paris: MMC / Diff. E. De Boccard, pp. 215-224.
- FABIÃO, C.; DIAS, M. e CUNHA, M. (2008) – *Sit Tibi Terra Levis. Rituais funerários romanos e paleocristãos em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia (catálogo de exposição).
- FERREIRA, O. V. e ANDRADE, R. F. (1966) – “A Necrópole de Valdoca (Aljustrel)”. *Conimbriga*. 5: 1-6.

- FILIPPE, G. e RAPOSO, J. M. C. (eds.) (1996) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, J. W. (1980) – *Supplement to Late Roman Pottery*. Londres: The British School at Rome.
- LAMBOGLIA, N. (1972) – “La ceramica come mezzo e la ceramica come fine”. In *I problemi della ceramica romana di Ravenna, della vale padana e dell’alto Adriatico (Ravenna, 10-12 Maggio, 1969)*. Bolonha: Arnaldo Forni Ed., pp. 37-41.
- LOPES, M. C. (1994) – *A Sigillata de Represas. Tratamento informático*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia.
- MAIA, M. (1979) – “As Ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim”. *Clio*. 1: 141-151.
- MAIA, M. G. P. (1974) – “Cerâmica Fina Oriental de Tróia de Setúbal: Late Roman C Ware”. In *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*. Porto: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação, pp. 333-342.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1952) – “Los estudios sobre la «Terra Sigillata» en Portugal”. *Zephyrus*. 3: 88.
- MAYET, F. (1971) – “La céramique a «parois fines» de Conimbriga”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. II, pp. 445-450.
- OLEIRO, J. M. B. (1951) – “Elementos para o Estudo da «Terra Sigillata» em Portugal. I. Marcas de oleiro encontradas no país”. *Revista de Guimarães*. 61: 81-111.
- OLEIRO, J. M. B. (1953) – “O Estudo da «Terra sigillata» como Auxiliar das Investigações sobre a Romanização do Território Português”. In *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. 13º (Lisboa, 1950). 7ª secção. Ciências históricas e filológicas*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, pp. 315-322.
- OLEIRO, J. M. B. e ALARCÃO, J. (1969) – “Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha)”. *Conimbriga*. 8: 1-11.
- OLIVEIRA, E. P. (1984) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1935-1969)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural / Departamento de Arqueologia.
- OLIVEIRA, E. P. (1985) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (1970-1979)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural / Departamento de Arqueologia.
- OLIVEIRA, E. P. (1993) – *Bibliografia Arqueológica Portuguesa (séc. XVI-1934)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico / Departamento de Arqueologia.
- PANELLA, C. (1972) – “Annotazioni in margine alle stratigrafie delle terme ostiensi del nuotatore”. In VV. AA. *Recherches sur les amphores romaines*. Roma: École Française de Rome, pp. 69-106.
- PARKER, A. (1977) – “Lusitanian amphoras”. In VV.AA. *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Colloque, Rome, 1974)*. Roma: École Française de Rome, pp. 35-46.
- PEREIRA, M. A. F. G. (1971) – “Subsídio para o Estudo da Terra Sigillata de Mirobriga”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. II, pp. 433-443.
- PINTO, R. Serpa (1929) – “Notulas ceramográficas: I. Um vaso pintado, de Lamego”. *O Archeólogo Português*. 27: 159-164.
- ROCHA, A. S. (1895) – “Notícia de Algumas Estações Romanas e Árabes do Algarve: 1. Antiguidades de Marim (Olhão): 2. Antiguidades do concelho de Faro: 3. Antiguidades do concelho de Lagos”. *O Archeólogo Português*. 1: 193-212.
- ROCHA, A. S. ([1897] 1975) – “Fornos Luso-Romanos da Freguesia da Brenha”. *Memórias e Explorações Arqueológicas*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis. Vol. III - “Memórias sobre a Antiguidade”, pp. 225-230.
- SARMENTO, F. M. (1933 [1879] – “Acêrca das Escavações de Sabroso (estudo)”. In *Dispersos. Colectânea de artigos publicados, desde 1876 a 1899, sobre Arqueologia, Etнологia, Mitologia, Epigrafia e Arte Pre-Histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 22-35 (primeiramente publicado em *A Renascença*, Porto).
- S/ AUTOR (1851) – “Amphoras Achadas na Antiga Cetobriga”. *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. 3: 39-42.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. e CORREIA, V. H. (1990) – “Produção de Ânforas Romanas no Martinhal (Sagres)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conimbriga, 1988)*. Coimbra / Paris: MMC / Diff. E. De Boccard, pp. 225-246.
- SOUSA, J. J. R. (1971) – “Cerâmica Fina Típica de Braga”. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional / Junta Nacional da Educação. Vol. II, pp. 451-455.

- TRANOY, A. (Introduction, texte critique et traduction) (1974) – *Hydace, Chronique*. 2 vols. Paris: Les Éditions du Cerf (*Sources Chrétiennes*, 218).
- VV.AA. (1972) – *Recherches sur les amphores romaines (Colloque, Roma, 1971)*. Roma: École Française de Rome.
- VV.AA. (1977) – *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Colloque, Rome, 1974)*. Roma: École Française de Rome.
- VASCONCELOS, J. L. (1895a) – “Acquisições do Museu Ethnographico Português”. *O Archeólogo Português*. 1: 218-222.
- VASCONCELOS, J. L. (1895b) – “Amphora e Bilha”. *O Archeólogo Português*. 1: 261.
- VASCONCELOS, J. L. (1898) – “Olaria Luso-Romana em S. Bartolomeu de Castro Marim”. *O Archeólogo Português*. 4: 329-336.
- VASCONCELOS, J. L. (1904) – “Antiguidades de Vianna do Alentejo: I. Excursão arqueológica”. *O Archeólogo Português*. 9: 271-282.
- VASCONCELOS, J. L. e SA, B. A. (1905) – “Explorações Archeologicas em Mertola”. *O Archeólogo Português*. 10: 95-100.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.
- VASCONCELOS, J. L. (1929) – “Sepultura de Galla”. *O Archeólogo Português*. 28: 52-60.
- VEGAS, M. (1973) – *Cerámica común romana del Mediterraneo occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona / Instituto de Arqueología y Prehistoria.
- VIANA, S. e DEUS, A. D. (1955) – “Nuevas necrópolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal)”. *Archivo Español de Arqueología*. 28: 33-68.
- XARO, G. (1860) – “Amphora de Barro Grosseiro de um Metro de Altura, Achada nas Ruínas da Antiga Cetobriga”. *Archivo Pittoresco*. 3: 376.

Les Ateliers d'Amphores dans la Lusitanie Romaine, Après Vingt Ans de Recherches

Françoise Mayet

Directeur de recherche émérite du
Centre National de la Recherche
Scientifique (CNRS).

Texte soumis pour publication en Août 2010.

Révisé ponctuellement en Novembre 2013.

Résumé

Vingt années après la tenue des Journées d'Études de Conimbriga (13-14 octobre 1988), quelles sont les avancées et les questions encore en suspens dans le domaine des amphores lusitaniennes. Sur la répartition des centres de production, peu de découvertes nouvelles complètent la carte déjà établie à cette date : seul l'atelier de Peniche permet de sortir des trois zones traditionnelles (Tage, Sado, Algarve), dans la mesure où nous laissons de côté les ateliers du nord du Portugal qui se trouvent en dehors de la province romaine de Lusitanie. Nous n'avons pas trouvé pour autant la totalité des ateliers d'amphores : les analyses scientifiques démontrent le contraire.

La typologie des amphores a été complétée par de nouveaux types et de nouvelles variantes ; nous connaissons mieux les débuts de la production de l'amphore Dressel 14 (début du I^{er} siècle de notre ère), ainsi que l'évolution finale des dernières amphores lusitaniennes (fin IV^e-V^e siècle). Il demeure encore à découvrir les relations avec les types d'amphore semblables produits dans la Bétique voisine.

Sur le plan du commerce lointain, la faible présence des amphores lusitaniennes contraste beaucoup avec le nombre d'ateliers et l'importance de la production d'amphores, ainsi qu'avec le nombre d'installations de salaisons de poisson. Seule l'intégration du littoral lusitanien dans la sphère commerciale de Gadès permet de trouver une explication. Enfin, l'opposition chronologique et typologique entre Haut et Bas Empire mérite d'être évoquée sans recourir nécessairement à la « crise du III^e siècle ».

Mots-clés : amphore romaine, typologie, production, atelier, commerce, Lusitanie.

Resumo

Vinte anos após a realização das Jornadas de Estudo de *Conimbriga* (13-14 Outubro 1998), quais são os avanços e as questões ainda pendentes no domínio das ânforas lusitanas. Sobre a distribuição dos centros de produção, poucas descobertas novas complementam a carta já estabelecida nessa data: só a olaria de Peniche permite sair das três zonas tradicionais (Tejo, Sado, Algarve), na medida em que deixemos de lado as olarias do Norte de Portugal, já fora da província romana da Lusitânia. Até à data, não foi identificada a totalidade das olarias de ânforas: as análises arqueométricas demonstram o contrário. A tipologia das ânforas foi completada com novos tipos e variantes; conhecemos melhor os inícios da produção da ânfora Dressel 14 (início do século I da nossa Era), assim como a evolução final das últimas ânforas lusitanas (final do século IV - século V). Continua por esclarecer a relação com os tipos de ânforas similares produzidos na vizinha Bética. No plano do comércio a longa distância, a escassa presença de ânforas lusitanas contrasta fortemente com o número de olarias e a importância da produção de ânforas, bem como com o número de unidades de salga de peixe. Só a integração do litoral lusitano na esfera comercial de *Gades* permite encontrar uma explicação. Enfim, a distinção cronológica e tipológica entre Alto e Baixo Império deve ser evocada sem recorrer necessariamente à "crise do século III".

Palavras chave: ânfora romana, tipologia, produção, olaria, comércio, Lusitânia.

Abstract

Twenty years after the *Conimbriga's* conference (13-14 October 1998), what are the advances and issues still outstanding in the field of Lusitanian amphoras?

On the distribution of the production centres, few new discoveries update the data already established on that date: only Peniche pottery workshop allows to head off the three traditional production zones (Tejo, Sado, Algarve), as we leave aside the potteries of the North of Portugal, already outside the Roman province of Lusitania. Till now, amphora workshops haven't been all identified: the archaeometric analysis shows otherwise.

Amphorae typology was completed with new types and variants; we have better knowledge about the beginnings of Dressel 14 amphora production (early 1st century AD), as well as the final evolution of the last Lusitanian amphorae (late 4th-5th century). The relationship with similar types of amphora produced in neighbouring Baetica remains unclear.

In the area of long-distance trade, the scarce presence of Lusitanian amphoras contrasts sharply with the number of potteries and the importance of amphorae production, as well as the number of fish salting units. Only the integration of the Lusitanian coast into the commercial sphere of *Gades* allows us to find an explanation. Finally, the chronological and typological distinction between High and Low Empire must be evoked without necessarily resorting to the "third century crisis".

Key words: Roman amphora, typology, production, pottery, trade, Lusitania.

Les Ateliers d'Amphores dans la Lusitanie Romaine, Après Vingt Ans de Recherches

Françoise Mayet

Directeur de recherche émérite du
Centre National de la Recherche
Scientifique (CNRS).

Texte soumis pour publication en Août 2010.

Révisé ponctuellement en Novembre 2013.

Au moment d'entreprendre notre prospection sur les ateliers d'amphores dans la basse vallée du Sado, à partir de 1988, il nous avait paru bon, à Adília Alarcão et à moi-même, d'organiser deux journées d'étude à *Conimbriga*. L'objectif était de faire le point des recherches sur les amphores et leurs lieux de production. Les fouilles, officielles ou clandestines, se multipliaient alors ainsi que les publications, la plupart sous forme de courts articles ne présentant que très peu de tessons mais établissant déjà une typologie (par exemple DIOGO, 1980 et 1983; DIOGO *et al.*, 1991). Tous les chercheurs intéressés étaient présents et les résultats furent à la hauteur de nos espérances, tout au moins sur les lieux de production, les questions sur la typologie et sur le commerce restant moins abordées. Trois régions se partageaient les ateliers d'amphores connus, sinon étudiés, dans le secteur portugais inclus dans la province romaine de Lusitanie: la vallée du Tage, la vallée du Sado et l'Algarve. Ces trois régions apparaissent, dans les Actes de ces Journées d'Étude (ALARCÃO e MAYET, 1990), très inégalement fouillées et étudiées: la vallée du Tage était alors la mieux connue avec, en particulier, les ateliers de Quinta do Rouxinol (Seixal), Garrocheira (Benavente) et Porto dos Cacos (Alcochete); la vallée du Sado

semblait la moins étudiée dans ces Actes, avec la seule présentation de quelques fragments d'amphores provenant de « prospections » sur trois ateliers; enfin l'Algarve, avec une prospection proche des fours de S. Bartolomeu do Mar (Castro Marim) faisant apparaître la continuité de leur production jusqu'au Bas Empire; avec une production d'amphores du Bas Empire attestée à Quinta do Lago (Loulé), sans que l'on y ait découvert de fours, tout comme à S. João da Venda (Faro); enfin avec les fours et les amphores tardives de Martinhal (Sagres) constituant, pour cette région, la plus grande nouveauté.

Outre la présentation de ces trois zones principales de production, d'autres questions ont été évoquées, comme le contenu de ces amphores, leur dénomination et leur commercialisation, ainsi que les problèmes d'analyses scientifiques de laboratoire, encore balbutiantes en 1988.

Où en est-on, vingt plus tard? De nouvelles découvertes, de nouvelles études ont-elles permis de résoudre des problèmes, de répondre aux questions restées en suspens? Autrement dit, connaît-on mieux les amphores luso-romaines, leur production, leur typologie et leur commercialisation?

1. La localisation des centres de production

Si nous dressons la carte des ateliers d'amphores aujourd'hui connus, nous constatons qu'elle n'a pas beaucoup changé en vingt ans. Si nous nous limitons toujours à la seule Lusitanie romaine, en laissant donc de côté les découvertes du nord du Portugal, peu de nouveaux centres ou peu d'ateliers ont été ajoutés à la liste déjà établie. En dehors des trois zones principales de production, on peut citer essentiellement l'atelier de Morraçal de Ajuda, à Peniche, sur lequel une communication est prévue lors de ce Séminaire. Signalé en 1998 et 1999 (CARDOSO, GONÇALVES e RODRIGUES, 1998; CARDOSO, RODRIGUES e GONÇALVES, 1999), on y connaissait en 2004 (CARDOSO, RODRIGUES e SEPULVEDA, 2006), après six campagnes de fouille, quatre fours creusés dans la roche et construits en adobes, de forme circulaire ou presque circulaire, présentant cinq arcs parallèles et une sole construits en briques cuites. Les fours 1 et 3, les mieux conservés, mesuraient 3,25 et 3,95 mètres de diamètre interne respectivement, les deux autres étant plus petits et incomplets. Les fouilleurs avaient également découvert un alignement d'amphores Dressel 14 « tardives » et des dépotoirs. Les amphores produites dans cet atelier étaient identifiées par les auteurs comme Dressel 7/11 ou Beltrán I, avec trois variantes locales, Pascual 1, Haltern 70, Dressel 14 et deux types locaux (Morraçal 1 et 2). Cette typologie, ne reposant sur aucune forme complète, a pu subir des modifications pendant ces dernières années. On peut cependant relever la présence de nombreux exemplaires de la marque L.ARVENI.RVSTICI, *tria nomina* sur lesquels nous reviendrons un peu plus loin. Cet atelier, daté de la fin du I^{er} siècle avant Jésus-Christ jusqu'au début du III^e siècle de notre ère, serait un des plus anciens ateliers implantés en Lusitanie. À côté des amphores, cet atelier aurait aussi produit des vases à parois fines, des imitations de sigillées, des céramiques communes et des matériaux de construction.

Dans la vallée du Tage, trois sites ont produit de façon certaine des amphores romaines: Quinta do Rouxinol, Porto dos Cacos et Garrocheira dans la mesure où l'on y a fouillé des fours circulaires et des dépotoirs d'amphores et de céramique commune assez abondants, du moins pour les deux premiers.

Nous ne sommes pas convaincue que l'atelier de Muge (Salvaterra de Magos), présenté en 1988 (CARDOSO, 1990) et à nouveau étudié en 1996, soit réellement un atelier d'amphores; il s'agit plus probablement d'une villa romaine ayant reçu des produits vinaires et piscicoles de diverses provenances (CARDOSO e RODRIGUES, 1996), comme la villa de São Cucufate en Alentejo. La présence d'un four moderne peut éventuellement signaler la présence d'argile sur le site et l'on sait que de nombreuses villas ont produit une partie de leur céramique commune et surtout des matériaux de construction. L'absence de four antique et de dépotoirs d'amphores empêche de l'intégrer pour l'instant dans la carte des ateliers romains de la vallée du Tage. Porto dos Cacos (Alcochete), partiellement fouillé (RAPOSO, 1990; RAPOSO e DUARTE, 1996), constitue sans doute le gisement le plus prometteur pour la compréhension d'un atelier luso-romain de céramique dans cette région: même si les fours circulaires mis au jour datent du Bas Empire, les dépotoirs démontrent que cet atelier fonctionnait également sous le Haut Empire. Des structures annexes, comme une nécropole (SABROSA, 1996), laissent présager que l'on pourra un jour mieux comprendre sur ce site le fonctionnement d'un atelier de potiers. A Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal) (DUARTE, 1990; DUARTE e RAPOSO, 1996), on a identifié trois fours ayant fonctionné au Bas Empire, deux d'entre eux ayant pu être fouillés, ainsi qu'un vaste dépotoir où prédominaient les amphores Almagro 50, Almagro 51c et Lusitana 9, avec beaucoup de céramique commune. Pour l'instant, on n'a pas la preuve que cet atelier fonctionnait sous le Haut Empire. En revanche, les deux fours identifiés à Garrocheira (Benavente) (AMARO, 1990) ne semblent avoir cuit que des amphores Dressel 14, ainsi que des céramiques communes. Il est dommage que le matériel exhumé jusqu'ici soit si peu abondant; mais ces résultats peuvent être modifiés par la poursuite éventuelle de fouilles.

Dans la vallée du Sado, les progrès de ces vingt dernières années portent non pas sur la multiplication de nouveaux ateliers mais sur une plus grande connaissance de deux d'entre eux, Pinheiro et Abul. Les

résultats des recherches, menées conjointement par Carlos Tavares da Silva et le Musée Archéologique et Ethnographique de Setúbal, d'une part, et par la Mission Archéologique Française au Portugal, dirigée par Françoise Mayet, d'autre part, ont été publiés dans trois volumes, entre les années 1996 et 2002 (MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996; MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998 e 2002). Ils seront présentés pendant ce Séminaire par ces mêmes auteurs. Le hasard permettra sans doute de découvrir à l'avenir d'autres fours, d'autres ateliers, qui ne viendront pas changer considérablement les résultats obtenus dans cette vallée. Aujourd'hui, il convient d'ajouter l'atelier de Zambujalinho (Palmela), situé sur l'herdade de Zambujal (FERNANDES e CARVALHO, 1996) qui n'était pas encore très connu à l'époque où nous travaillions dans cette région. C'est un site qui a donné un matériel céramique abondant et très diversifié. De nombreux sondages y ont révélé des sépultures, avec des plats en sigillée claire D, et un abondant matériel céramique du Haut et du Bas Empire, ainsi que des objets en bronze et en verre. Les premières campagnes de fouille ont révélé l'existence d'un habitat (serait-ce une villa?) et d'une nécropole et ont permis aux fouilleurs d'émettre l'hypothèse d'une production locale d'amphores et de céramique commune. Les fouilles récentes ont fait connaître depuis l'existence de trois fours du Bas Empire (?) dont un ayant été transformé en four à chaux comme le four 1 d'Abul et un dépotoir d'amphores Dressel 14 (FERNANDES e FABIÃO, 2014). Ces auteurs ont découvert sur cet atelier une série de marques imprimées sur des amphores Dressel 14, marques d'interprétation délicate: SC, SFC, CVP, SFA, CRE, ER (?).

Le littoral de l'Algarve semble, pour l'instant, moins richement pourvu en centres de production d'amphores qu'en usines de salaisons. L'urbanisation de la côte, ainsi que le caractère fragile des structures architecturales d'un atelier, expliquent sans doute cette situation. Un atelier est attesté à chaque extrémité de ce littoral, à l'est S. Bartolomeu do Mar, près de Castro Marim, et à l'ouest, à Martinhal, près de Sagres. Les fours du premier sont connus depuis la fin du XIX^e siècle (VASCONCELLOS, 1898) et ont produit une variante de l'amphore Dressel 14; des fragments d'amphore Almagro 51c, trouvés en superficie, attestent

que cet atelier a fonctionné tout au long de l'Empire Romain (ALVES, DIOGO e REINER, 1990).

Les quatre fours de Martinhal, en revanche, ne semblent avoir fonctionné qu'au Bas Empire, en produisant exclusivement des amphores Almagro 51c et Almagro 51a-b (TAVARES DA SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990). Ces fours disparaissent aujourd'hui avec le recul de la falaise et une fouille de sauvetage apporte de nouveaux éléments sur l'organisation de cette officine (BERNARDES e VIEGAS, 2017). Entre ces deux ateliers, aucun autre four n'a été mis au jour récemment, du moins à notre connaissance; mais diverses découvertes de matériel amphorique suggèrent l'existence d'autres lieux de production. A Quinta do Lago (Loulé) (ARRUDA e FABIÃO, 1990), un atelier a été localisé près d'une fabrique de salaisons de poisson, grâce à la présence de rebuts de cuisson parmi d'abondants fragments d'amphore Almagro 51c; cette hypothèse est renforcée par l'existence de fragments de supports (*IDEM, ibid.*: 210, fig. 58) qui servaient à fabriquer ce type d'amphore, comme on a pu le vérifier dans les ateliers de la vallée du Sado, à Pinheiro notamment. Il en va de même pour le site de S. João da Venda (FABIÃO e ARRUDA, 1990), près de Faro, qui aurait produit des amphores du Bas Empire, Almagro 51a-b essentiellement; on n'y a trouvé qu'un dépôt d'amphores mais pas de four. Même chose pour le site de Manta-Rocha (Cacela) (VIEGAS, 2006) que l'on identifie comme une villa qui aurait produit des amphores Dressel 14; nous espérons que la poursuite des fouilles pourra le prouver avec plus de force. Il est vraisemblable que cette carte des ateliers s'enrichira à l'avenir avec l'avancement des travaux d'urbanisme dans cette région; mais l'Algarve était sans doute plus riche en ressources halieutiques qu'en glaisières, ce qui l'a contrainte à importer des amphores de la province voisine de Bétique.

Cette cartographie est d'autant plus provisoire que, dans le matériel amphorique des villas de São Cucufate (Beja), les analyses pétrographiques ont détecté au moins deux groupes de production n'ayant aucun rapport avec les ateliers connus du Tage, du Sado ou de l'Algarve (MAYET e SCHMITT, 1997: 84-91). Il reste donc encore des ateliers à découvrir non seulement dans ces trois zones déjà bien connues, mais aussi dans le reste de la Lusitanie.

2. L'organisation d'un atelier

Si la carte des centres de production a peu changé au cours des vingt dernières années, connaît-on mieux l'organisation d'un atelier? Jusqu'à présent, aucun programme de fouilles n'a eu la possibilité de mettre au jour la totalité d'un atelier: fours, bâtiments d'appui à la production et logements des potiers et des divers ouvriers. Il faut reconnaître les difficultés d'une telle entreprise: les terrains doivent être libres d'accès, ce qui est rarement le cas, bien des sondages doivent être rebouchés à la fin de chaque campagne; obtenir des crédits pour une fouille qui n'a rien de spectaculaire et n'attirera pas les touristes n'est pas chose aisée. Il faut reconnaître que l'extension topographique des ateliers le long des rives des estuaires du Tage et du Sado est relativement importante: les potiers n'hésitaient pas à construire de nouveaux fours plus ou moins éloignés des anciens fours. Retrouver aujourd'hui l'ensemble des constructions et des dépotoirs d'un atelier, bien souvent enterrés sous plus d'un mètre de sables et de terres, eux-mêmes recouverts de pins maritimes et/ou de chênes-lièges, n'est pas une entreprise facile. Une autre difficulté réside dans l'abondance du matériel céramique exhumé: on est toujours heureux de trouver les restes des dernières productions au fond d'un four, si utiles pour dater la fin du fonctionnement de ce four; si on est enthousiaste quand on découvre les premiers dépotoirs, on l'est un peu moins quand ils se multiplient en donnant des tonnes de fragments d'amphore répétitifs et aucun profil complet ou presque. C'est ce qui nous est arrivé, sur le site de Pinheiro en particulier. Le rapport entre le faible nombre de jours de fouille et l'énorme quantité de matériel exhumé à étudier est assez étonnant. Impossible de faire une fouille extensive sur ce site, d'ailleurs très détruit par la construction du canal d'irrigation et les travaux de maintenance du chemin qui le longe. Les pelles mécaniques continuaient de le détruire au moment où nous avons commencé les travaux archéologiques sur ce site. Nous nous sommes contentés de faire un certain nombre de sondages entre les années 1990 et 1994; quand nous avons eu suffisamment de fours et de dépotoirs illustrant toute la période de fonctionnement de cet atelier (milieu du I^{er} - milieu du V^e siècle), nous avons préféré publier les résultats

obtenus (MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998). Nous avons eu la chance de découvrir une cuisine ou cantine commune, du Haut Empire (*Ibid.*: 47-52), mais l'habitat nous a échappé alors que la découverte de sigillées claires D et de monnaies suggéraient son existence au moins sous le Bas Empire. Mais que resterait-il de ces constructions sommaires, quand on sait que les maisons ou cabanes des ouvriers qui travaillaient sur les huîtres à Abul au siècle dernier, n'ont laissé aucune trace sur le terrain; ils étaient près d'une centaine pourtant et certains de nos ouvriers étaient nés sur ce site.

En fait, mis à part le site de Peniche qui paraît avoir été longuement fouillé, pendant ces dernières années, deux autres sites ont apporté un début de connaissance sur l'organisation d'un atelier et pourraient faire l'objet de nouveaux programmes de recherches. C'est tout d'abord le site de Porto dos Cacos (Alcochete) sur le Tage: fours et dépotoirs du Bas Empire, alignement d'amphores Dressel 14, quelques structures non encore élucidées et même une nécropole (SABROSA, 1996) révèlent l'implantation permanente d'une communauté artisanale. Je ne connais pas personnellement les conditions d'une reprise et d'une extension possibles de sa fouille, mais il paraît évident que l'on aurait avec ce site la possibilité de mieux comprendre le fonctionnement d'un atelier de potiers. L'autre site est celui d'Abul, sur l'estuaire du Sado. Installé au pied d'un comptoir phénicien (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2000), il correspond à une officine relativement bien limitée en superficie. Nous n'avons pas eu le temps, ni les moyens financiers, de la mettre totalement au jour, mais là aussi un futur projet de recherches pourrait apporter des compléments importants sur son origine et sur son fonctionnement. Outre la batterie de cinq fours circulaires installés au pied du promontoire, en profitant de la dénivellation laissée par l'existence d'un fossé de drainage de l'époque phénicienne, nous avons découvert un entrepôt ou magasin plus au sud, avec au moins deux remaniements réduisant chaque fois les dimensions du bâtiment. La remontée du niveau de la mer au cours du II^e siècle de notre ère a obligé les potiers à construire des canalisations au fond des fours 2 et 3, pour évacuer les eaux, et à abandonner ces fours

avant même la fin de la production des amphores Dressel 14; dès le début de ce même siècle, il a fallu drainer le sol de l'entrepôt grâce à des amphores couchées et alignées sous un dallage de briques. Certains murs de cet entrepôt se poursuivent en direction du nord enfermant une grande cour centrale à l'ouest et appartenant sans doute à des bâtiments annexes où les potiers devaient tourner les amphores et autres céramiques communes (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2002).

Quelques traits de caractère communs aux ateliers d'amphores méritent d'être soulignés. Justement, il ne s'agit jamais d'ateliers n'ayant produit que des amphores, comme presque tous les ateliers d'amphores du monde romain. Ce sont tous des ateliers « mixtes » ou plutôt à productions diverses, ayant fabriqué amphores, céramique commune et matériaux de construction. On n'y trouve presque jamais de céramiques fines, telles que sigillées et parois fines, les argiles ne se prêtant pas à ces productions. La plupart du temps, toutes ces céramiques ont été cuites dans les mêmes fours circulaires, comme c'est le cas à Abul. A Pinheiro en revanche, pour le Haut Empire exclusivement, nous avons découvert des fours de forme différente: circulaire pour la cuisson des amphores et des céramiques communes, presque carré et assez grand pour la cuisson des briques et des tuiles, rectangulaire et tout petit pour la cuisson des opercules d'amphore; mais au Bas Empire, il n'y avait plus que des fours circulaires devenant de plus en plus petits et de forme ovale avec le temps. Il est impossible de savoir, pour l'instant, si le schéma de l'atelier de Pinheiro du Haut Empire se répète par ailleurs ou bien si c'est un cas unique.

3. La typologie des amphores

Notre expérience dans la vallée du Sado nous a permis de constater une évolution chronologique et quantitative des productions des ateliers: pendant les deux premiers siècles de notre ère, la production d'un seul et unique type d'amphore, l'amphore Dressel 14, a été prépondérante; les matériaux de construction, évidemment nécessaires à l'édification des fours et autres constructions annexes, ont été abondants et variés; la céramique commune n'a joué qu'un rôle secondaire sans doute destiné à occuper les ouvriers

durant les périodes creuses ou bien à mieux remplir les fours.

Au Bas Empire, les productions d'amphores sont plus variées et de moins en moins dominantes, les céramiques communes prenant une plus grande place, alors que l'on constate une forte réutilisation des matériaux de construction anciens. Cette évolution est à peu près identique sur tous les sites ayant fonctionné du I^{er} au V^e siècle.

Au niveau de la typologie des amphores, ces vingt dernières années ont permis de préciser le début et la fin de ces productions; dans l'ensemble, les archéologues proposent des schémas relativement proches les uns des autres. Ce sont davantage les problèmes de dénomination des amphores qui les séparent ou les opposent encore. Pour l'amphore Dressel 14, tout le monde s'accorde à en remonter l'apparition au début du I^{er} siècle de notre ère (fin Auguste/Tibère), car sa grande diffusion est attestée dès le règne de Claude: à partir de ce moment-là, sa morphologie est stabilisée et se retrouve à peu de chose près identique dans toutes les zones de production. Nous avons proposé ce schéma avec la stratigraphie d'Abul, grâce au dépotoir domestique augusto-tibérien contenant les premiers essais d'une production locale. Ce que nous appelons essais et première variante de l'amphore Dressel 14 (variante A) à Abul, d'autres archéologues parlent d'amphores Dressel 7/11, Pascual 1, Haltern 70, etc., comme à Peniche entre autres. Il nous paraît difficile de donner à des tessons de bord une dénomination bien attestée par ailleurs, sans savoir comment se présentait l'amphore dans sa totalité. Par exemple, les amphores vinales Pascual 1 et Haltern 70 ont un fond plein, alors que les amphores à *garum* présentent toujours un fond creux; or, à Peniche, tous les fonds publiés sont creux. Que les potiers lusitaniens se soient inspirés des amphores de Bétique lorsqu'ils ont cherché à produire une amphore à *garum* qui convienne aux *negotiatores*, cela ne fait aucun doute; mais ces essais n'ont pas dû être exportés loin de leur zone de production. Très vite, ces potiers sont parvenus à la morphologie de l'amphore Dressel 14 « classique » que l'on retrouve dans les ateliers du Tage et du Sado, ainsi que dans les sites de consommation aussi éloignés que Pompéi ou Ostie. Dans ce sens, l'amphore Dressel 14 nous paraît être une « création » lusitanienne,

d'ailleurs assez éloignée de la morphologie de son homologue de Bétique.

Malgré quelque évolution dans le profil du bord et de la pointe du fond (variantes B et C), c'est une amphore qui a été produite pendant un siècle et demi et que l'on identifie toujours assez facilement. On peut parler à son sujet d'une production massive et très standardisée. Les dépotoirs d'Abul étaient considérables et le site de Pinheiro était presque totalement recouvert de fragments d'amphores Dressel 14, ce qui n'est guère étonnant quand on pense aux nombreux bassins à salaisons de Tróia et aux énormes quantités de produits piscicoles à exporter.

Cette amphore unique pour le Haut Empire porte très rarement une marque imprimée qui aurait pu révéler le nom du propriétaire ou de l'*offinator* de l'atelier: les fouilles d'Abul n'en ont donné aucune et celles de Pinheiro un seul exemplaire (FB), apposé sur une anse (MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998: 104, fig. 34, n° 1). Si sa lecture ne pose aucune difficulté, son interprétation est plus délicate: s'agit-il du nom d'une *figlina* ou bien de l'abréviation des *duo nomina* d'un chef d'atelier? Dans ce contexte, la découverte de timbres sur les premières amphores (appelées Dressel 7/11, Pascual 1 et Haltern 70 par les fouilleurs) produites dans l'atelier de Peniche apparaît tout à fait remarquable. Lucius Arvenius Rusticus (CARDOSO, RODRIGUES e SEPULVEDA, 2006: 262, fig. 17 et 18; 263, fig. 19 et 270, fig. 25) est sans doute soit le propriétaire soit l'*offinator* responsable de cet atelier. Son nom, Arvenius, n'est connu ni en Lusitanie (NAVARRO CABALLERO e RAMIREZ SABADA, 2003: *passim*), ni dans le reste de la Péninsule Ibérique (VIVES, 1971: *passim*); on pourrait donc penser qu'il venait de plus loin, peut-être de Gaule si son *nomen* découlait du nom de son peuple, les Arvènes. Un autre nom intéressant apparaît sur une inscription funéraire trouvée autrefois à Peniche, celui de Lucius Terentius Furnus (VENANCIO, 2000. Inscription *CIL* II, 5227, conservée au Musée du Louvre - MA 4105); il est difficile de ne pas mettre en relation le *cognomen* de Furnus, four, avec les découvertes récentes d'un atelier sur ce même site. Les timbres constituent une découverte passionnante, signalant qu'un homme étranger à la région a établi un atelier destiné à faciliter l'exportation des salaisons locales et nous pensons qu'un schéma identique a pu se dérouler sur

l'atelier d'Abul à la même époque; nous avons le riche matériel céramique qu'il a importé quand il a commencé à produire des amphores, mais nous n'avons pas eu la chance de rencontrer son nom. Le nom VARVI gravé sur un peson trouvé d'Abul doit correspondre davantage à un potier travaillant sur ce site, plutôt qu'au propriétaire-fondateur de cet atelier (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2002: 163, fig. 85, n° 347). Mais sait-on jamais? A ce court catalogue, il convient d'ajouter les marques déjà connues sur des sites de la vallée du Sado (MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998: 65), ainsi que celles du nouvel atelier de Zambujalinho.

Il est possible que ces entrepreneurs aient eu des liens avec les marchands désireux d'acheminer les saumures lusitaniennes jusqu'à Gadès, d'où la présence de nombreuses amphores et céramique commune de Bétique dans le dépotoir domestique augusto-tibérien d'Abul.

En revanche, les graffites gravés avant cuisson sur le fond conique des amphores Dressel 14 sont fréquents dans presque tous les ateliers, et particulièrement dans celui d'Abul: nous en avons recueilli cent cinquante exemplaires (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2002: 108-110 et 149-156, fig. 71-78). Nous pensons que ces lettres ou ces signes permettaient de comptabiliser le travail de chaque potier, non pas amphore par amphore, mais par lots de plusieurs amphores regroupées: chaque graffite permettait au chef d'atelier de connaître le nombre d'amphores tournées par chaque potier, ce qui explique le grand nombre d'amphores et de fonds qui ne portent aucun signe. Le rôle de ces graffites ne pouvait qu'être interne à l'atelier car ils étaient inscrits quand l'amphore était mise à sécher, le col placé sur le sol (d'où la présence de grains de sable sur le bord). Quand l'amphore était remplie de sauces ou de salaisons de poisson, il était plus que difficile de les lire. Ils sont révélateurs et de l'importance de l'atelier et du niveau de culture des potiers qui savaient donc souvent écrire leur nom ou le début de leur nom.

La typologie des amphores du Bas Empire est beaucoup plus variée que sous le Haut Empire. Les deux époques de production sont séparées par une période de transition pendant laquelle les potiers ont fabriqué diverses formes d'amphore, correspondant en gros à

la première moitié du III^e siècle, peut-être un peu moins.

Le four 1 d'Abul, déjà démantelé, a été partiellement comblé par les amphores d'une des dernières fournées du four 5, voisin, amphores correspondant donc aux dernières productions de ce site (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2002: 167-215, fig. 97-120). On y retrouve l'évolution tardive de l'amphore Dressel 14, plus petite, plus mince et plus fragile que les exemplaires du Haut Empire, les amphores Almagro 50 et Sado 1 en assez petit nombre et, bien plus abondantes, les premières productions de l'amphore Almagro 51c (variante A), ainsi que quelques supports ayant servi à fabriquer cette dernière. Un dépotoir de l'atelier de Pinheiro (MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998: 113-135, fig. 46-52) a fourni un répertoire très semblable: on y voit moins d'amphores Almagro 50 et Sado 1 qu'à Abul, mais en revanche on y a trouvé beaucoup d'amphores Almagro 51c (variante A, au bord nettement vertical) et quelques bords s'inspirant du bord de l'amphore Dressel 28 de Bétique; il a également fourni un nombre considérable de supports, certains portant eux-mêmes des graffites. On retrouve un tableau assez proche dans les ateliers de la vallée du Tage, avec une originalité pour l'atelier de Porto dos Cacos. En effet, des amphores, appelées par les fouilleurs amphores semblables au type Dressel 30 et très semblables à la première variante de l'amphore Almagro 51c, portent des timbres imprimés soit sur le bord, soit sur l'anse, soit à la base de l'anse (GUERRA, 1996). Parmi ces timbres, imprimés une ou deux fois sur la même amphore, on reconnaît les surnoms de Germanus (le plus représenté, avec cent trente exemplaires et plusieurs poinçons différents, exporté jusqu'à Munigua, en Bétique), de Rusticus (deux exemplaires) et de Clarianus (sept exemplaires). Ces *cognomina* correspondent davantage à de simples potiers qu'à des *offinatores* ou à des propriétaires. Seul le timbre TMM ou TMAM révèle des *tria nomina*, sans que l'on puisse connaître le statut de l'homme qui les portait. De toute façon, il est intéressant de voir que ces timbres semblent avoir une autre signification que ceux de Peniche, datant de deux siècles plus tôt. Cette période de transition n'est pas sans rappeler un peu la période d'essais de la première moitié du I^{er} siècle, avant la grande production de l'amphore Dressel 14 classique.

A partir du milieu du III^e siècle, l'amphore Almagro 51c va devenir le conteneur le plus important de la Lusitanie romaine; elle a été fabriquée dans toutes les zones de production, mais pas dans tous les ateliers qui ont produit l'amphore Dressel 14 aux deux premiers siècles de notre ère. Elle va durer deux siècles, jusqu'au milieu du V^e siècle, en évoluant; sa panse s'allonge et s'affine au IV^e siècle et elle se réduit au V^e siècle, comme presque toutes les amphores de cette époque. Il est intéressant de voir que les fours deviennent de plus en plus petits, et mal construits, au fur et à mesure de cette évolution. L'amphore Almagro 50 lusitanienne n'a pas eu le même succès que son homologue de Bétique; elle n'en est que le pâle reflet. A Pinheiro, la forme Sado 1, dérivée également de l'amphore Almagro 50 de Bétique, a été davantage produite et présente une évolution entre le III^e et le IV^e siècle, surtout au niveau du bord et du fond. Au IV^e siècle, paraît l'amphore Almagro 51a-b qui évolue par la taille et par le profil du bord jusqu'au milieu du siècle suivant. Cette amphore, tout comme l'amphore Almagro 51c, était également fabriquée dans les ateliers du littoral de la Bétique voisine et il n'est pas toujours aisé de les distinguer, dans les cargaisons des épaves en particulier. Enfin, les dernières productions d'amphores (Sado 2 ou Lusitana 9) au V^e siècle deviennent de plus en plus petites et n'ont plus qu'une diffusion locale et régionale. Longtemps confondues avec la céramique commune, elles ont été reconnues dans les villas de l'Alentejo: VAZ PINTO e LOPES, 2006, p. 201, fig. 3 et p. 210 fig. 9, n^{os} 55-60).

4. Les analyses scientifiques

Les analyses scientifiques, présentées lors des Journées d'Étude de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1990; TAVARES, 1990; PINTO COELHO e CARDOSO, 1990; PEIXOTO CABRAL, 1990), ont-elles apporté une contribution majeure pour la connaissance des amphores lusitaniennes et de leurs lieux de production? Le but essentiel alors évoqué était de savoir si on pouvait préciser notre connaissance des ateliers et distinguer leurs productions, quand l'examen à l'œil nu et la typologie étaient insuffisants. A dire vrai, chacun défendant sa méthode, il était difficile de savoir laquelle apporterait les meilleurs résultats aux archéologues.

Lorsque nous avons commencé notre prospection sur le Bas Sado, nous avons opté pour les analyses pétrographiques dans la mesure où l'on connaissait déjà un certain nombre d'ateliers sur le terrain. Nous avons donc écarté le recours aux analyses chimiques plus aptes à déterminer la provenance de céramiques dont on ne connaît pas les lieux de production. Nous les avons écartées aussi pour des raisons financières tout simplement: le rapport entre leur coût et leur contribution à notre problématique ne paraissait pas très favorable. Surtout, à quoi bon distinguer en laboratoire des productions que l'archéologue ne pourra pas repérer sur le terrain.

Notre objectif était donc de savoir si les analyses pétrographiques permettaient de caractériser les productions de chaque atelier identifié sur le terrain et de distinguer les ateliers du Sado des autres ateliers connus en Lusitanie. Les résultats des analyses d'Anne Schmitt n'ont sans doute pas répondu à tous nos espoirs, car elles ont mis en évidence la difficulté à séparer des ateliers situés dans le même contexte géologique. C'est ainsi que Sado-aval et Tage forment un même groupe pétrographique; les deux autres groupes du Sado ne s'en distinguant que par quelques caractéristiques du dégraissant, plus ou moins grossier et de forme arrondie (Sado-amont) ou par un dégraissant de taille moyenne calibré (Quinta de Alegria). En revanche, les productions de ces deux zones se distinguent parfaitement de celles de l'Algarve qui, d'ailleurs, ne présentent pas une grande homogénéité entre elles (MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996: 121-165).

L'intérêt de cette méthode est qu'elle peut être reproduite par d'autres géologues et être étendue aux nouveaux ateliers, au fur et à mesure de leur découverte. D'autre part, elle n'exige pas un financement exorbitant. Il nous a paru tout de suite nécessaire d'appliquer les résultats de ces analyses sur le matériel d'un centre de consommation, comme celui de la villa de São Cucufate, en Alentejo (MAYET e SCHMITT, 1997: 167-186; MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996: 167-186). À côté des amphores d'importation (groupes G et H) provenant de Bétique, de la baie de Cadix sans aucun doute, les amphores lusitaniennes de São Cucufate se répartissent entre trois groupes correspondant à la région Sado-aval/Tage (groupes A, B et D), un groupe correspondant à la région Sa-

do-amont (groupe C), un groupe très proche des amphores de Castro Marim (groupe E) et enfin un groupe original (groupe F), identifié par la nature des inclusions contenues dans la pâte, des amphiboles, que l'on ne retrouve dans aucun des ateliers connus. Il faut donc rechercher la provenance de ce groupe près d'un affleurement d'amphibolites existant dans le sud du Portugal. Une première hypothèse est apparue quand Anne Schmitt a étudié les groupes pétrographiques mis en place par Inês Vaz Pinto sur la céramique commune des villas de São Cucufate (VAZ PINTO, 2003: 655-665). Les groupes 1 et 2 et sans doute les groupes 3 et 4 sont très proches du point de vue géologique, ne se distinguant entre eux que par une granulométrie différente: ils contiennent tous des amphiboles, comme le groupe F des amphores trouvé sur le même site. Leur conclusion est que ces groupes de céramique commune proviennent sinon du même atelier, du moins d'une même zone de production, sans doute assez vaste. Leurs prospections dans la région les ont conduites à proposer la région des « gabbros » de Beja, plus précisément la zone de Represas, située à trois ou quatre kilomètres de la ville de Beja. Ces groupes régionaux constituent la grande majorité de la céramique commune de São Cucufate, soit près de 90% pour ces quatre groupes (VAZ PINTO, 2003: 576-577 et 581, fig. 680).

Grâce à ces analyses pétrographiques de la céramique commune de São Cucufate, on peut se demander si dans cette même zone de production un atelier, proche de *Pax Iulia*, n'aurait pas également produit des amphores à salaisons, au moins sous le Bas Empire: les analyses en question concernent une amphore Dressel 14 tardive (MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996: 184, fig. 82, n° 32) une amphore Almagro 51c (variante A) (ÉTIENNE e MAYET, 1997: 106, fig. 43, n° 57) et une amphore Keay LXXVIII/Sado 1 (*Ibid.*: 109, fig. 46, n° 74). Ce ne serait pas la première fois qu'une production d'amphores à *garum* serait attestée dans l'intérieur des terres, loin des usines de salaisons; nous connaissons déjà le cas de Lyon, en Gaule, qui a produit et exporté des amphores *similis* Dressel 9, alors qu'il n'existe aucune industrie de salaisons dans les environs. Dans ce cas, nous nous demandons si des analyses chimiques ne permettraient pas de mieux étayer ou d'infirmer cette hypothèse car il existe peut-être d'autres gisements d'amphibolites, près du

littoral; cet atelier demeure donc encore à découvrir. En effet, les analyses chimiques pourraient sans doute apporter une contribution non négligeable. Un programme d'analyses chimiques a été entrepris peu d'années après les Journées d'Études de 1988, sous la direction de João M. Peixoto Cabral, en illustration de la méthode que ce chercheur avait présenté à *Conimbriga*. L'objectif était de savoir si les ateliers du Tage fonctionnaient de façon autonome et indépendante les uns des autres, surtout dans l'approvisionnement des matières premières, de l'argile notamment, ou bien s'ils faisaient partie d'un grand centre de production, celui de la vallée du Tage.

Il a commencé par étudier une centaine de prélèvements sur des amphores de l'atelier de Porto dos Cacos: 38 prélèvements d'amphores Dressel 14, 70 prélèvements d'amphores Almagro 51c et 3 prélèvements d'amphores Almagro 50 (PEIXOTO CABRAL, GOUVEIA e MORGADO, 1996). Ces analyses déterminent les concentrations de vingt-sept éléments chimiques dont trois correspondent aux constituants principaux des pâtes céramiques, les autres n'étant présents que sous forme de vestiges. Les résultats obtenus, grâce aux méthodes d'analyse statistique multivariée, donnent une distribution en trois groupes: l'un d'eux constitué surtout par des amphores Dressel 14, les deux autres principalement par des amphores « Dressel 30 »/Almagro 51c. Les auteurs expliquent le changement entre Dressel 14 et amphores Almagro 51c par un changement d'approvisionnement de la matière première: les potiers se seraient servis de nouvelles glaisières. De même, la différence entre « Dressel 30 » et Almagro 51c se comprendrait également par un changement de glaisière, car ces deux amphores étaient produites à des époques différentes. Après avoir demandé aux archéologues de réviser leur matériel et de mieux séparer le groupe « Dressel 30 » et le groupe Almagro 51c (la confusion typologique est normale puisque pour nous la « Dressel 30 » n'est que la première variante de l'Almagro 51c), les scientifiques concluent que le regroupement effectué par les analyses chimiques concorde de « façon excellente » avec le regroupement typologique. Ces résultats nous laissent songeuse: que les potiers changent de glaisière chaque fois qu'ils fabriquent une nouvelle amphore est plutôt étonnant, car à cette époque ils n'utilisent que l'argile se trouvant à

proximité des fours. D'autre part, nous avons appris par M. Picon que l'on retrouvait la même composition de pâte sur des vases produits à l'époque romaine et sur des vases produits à l'époque médiévale sur le même lieu de production. Enfin, si tout ce travail ne sert qu'à confirmer le classement typologique proposé par les archéologues, inutile dorénavant de dépenser autant d'argent.

A Quinta do Rouxinol, vingt-cinq prélèvements (13 sur amphores Almagro 51c, 11 sur Almagro 50 et 1 sur Dressel 28) ont été analysés (PEIXOTO CABRAL, GOUVEIA e MORGADO, 1993-1994). Contrairement à Porto dos Cacos, il n'y a cette fois-ci aucune relation entre les groupes fondés sur les attributs de nature chimique et les groupes typologiques des archéologues. Avec peu d'exceptions, les amphores de Quinta do Rouxinol forme un seul groupe différent des amphores de Porto dos Cacos. Pour les auteurs de ces analyses, tout porte à croire que la caractérisation chimique des pâtes, avec l'aide des méthodes statistiques, pourra déterminer la provenance des amphores fabriquées dans les différents ateliers du Tage et que l'on pourra donc étudier avec plus de rigueur le commerce des produits transportés dans ces amphores. S'il faut analyser ainsi toutes les amphores exportées, on n'aura jamais les moyens financiers nécessaires pour ce type de programme; d'autre part, et sur ce point nous sommes d'accord avec une réflexion faite par A. Dias Diogo (ALARCÃO e MAYET, 1990: 290) en 1988: est-il si important de savoir si une amphore trouvée à Rome vient de l'un ou de l'autre atelier de la vallée du Tage? Il est suffisant d'identifier la zone de production pour mieux appréhender les problèmes commerciaux de l'époque romaine. Des tessons d'amphore de la vallée du Sado ont été confiés pour être analysés à l'équipe de J. M. Peixoto Cabral et M. I. Prudêncio, mais ni Carlos Tavares da Silva ni moi-même n'avons reçu de résultats à leur sujet. Peut-être font-ils partie des différentes études publiées dans des colloques tenus en dehors du Portugal (PRUDENCIO *et al.*, 2003; PRUDENCIO *et al.*, 2009). Avant de se lancer dans des analyses coûteuses, les scientifiques devraient demander aux archéologues leur problématique et devraient chercher à répondre aux questions que ceux-ci ne peuvent pas résoudre avec leurs moyens habituels.

5. Les rythmes chronologiques

Au terme de cette présentation des progrès accomplis dans le domaine des ateliers et des amphores romaines au cours des vingt dernières années, je voudrais revenir sur les rythmes chronologiques qui ont été confirmés au cours de nos travaux dans la vallée du Sado. Du milieu du I^{er} siècle au milieu du V^e siècle, deux grandes périodes de prospérité ont été suivies par deux périodes de régression. La première période de prospérité, sous le Haut Empire, débute à l'époque claudienne ou un peu avant et dure jusqu'à la fin du II^e siècle. La seconde reprend vers le milieu du III^e siècle, connaît son apogée au IV^e siècle, diminue à nouveau dans la première moitié du V^e siècle pour s'éteindre vers le milieu de ce siècle, ce qui correspond à peu près au Bas Empire (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2010). Ces cycles sont absolument parallèles dans le domaine de la production de salaisons de poisson et dans le domaine de la production d'amphores. Si les périodes de prospérité sont aisées à comprendre, il n'en va pas de même pour les crises qui leur succèdent; je voudrais vous faire part de mes réflexions à ce sujet.

Du côté des usines de salaisons de Tróia, les sondages que nous avons effectués dans le complexe I/II nous ont permis de constater que la grande usine I avait subi une destruction vers la fin du II^e ou le début du III^e siècle, le matériel céramique ne permettant pas de réduire cette fourchette chronologique (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: *passim*). Au fond de deux bassins non réutilisés par la suite, nous avons retrouvé toutes les tuiles de la couverture tombée en une seule fois sur un fond propre, sans restes de salaisons; ces bassins étaient donc prêts à fonctionner; les céramiques sigillées claires A, les fragments de stuc peint provenaient de la maison toute proche du maître du lieu, maison détruite en même temps que l'usine. Depuis, de nouveaux sondages dans des bassins situés sur le littoral même du Sado, toujours à Tróia, ont découvert une situation identique. Visiblement, l'effondrement des toitures est soudain, dans des usines qui n'étaient pas du tout abandonnées. De même, l'entrepôt d'amphores situé entre les usines I/II et le littoral a été abandonné au même moment: on y a découvert des amphores Dressel 14 encore debout, certes étêtées, recouvertes de sable.

Notre conclusion est qu'un événement inattendu est venu ruiner ces établissements, tout comme de nombreux autres établissements tout au long du littoral atlantique et au long des estuaires qui y débouchent. Nous pourrions citer, sans être exhaustive, les usines de Setúbal, Sines et Pessegueiro, où l'on retrouve cette rupture à la fin du II^e siècle, suivie d'une période d'abandon plus ou moins longue. Leur activité est à nouveau bien attestée vers le milieu du III^e siècle, avec une subdivision des grands établissements, ainsi qu'avec de plus petits bassins, les grands bassins du Haut Empire étant souvent eux-mêmes subdivisés. Nous avons voulu voir ce qui se passait sur des sites plus lointains. A *Baelo Claudia* (Tarifa, province de Cadix), il faudrait revoir la chronologie des maisons à péristyle liées aux usines de salaisons actuellement visibles; leur abandon nous paraît être proche de celui du *macellum* et de la basilique, c'est-à-dire fin II^e / début III^e siècle. Ces deux derniers monuments n'ont jamais été reconstruits par la suite, bien que l'économie du lieu ait repris. On a parfois émis l'hypothèse d'une destruction partielle de cette ville par un tremblement de terre (SILLIERES, 1995: *passim*). Au Maroc, l'usine de Cotta semble avoir été abandonnée et transformée en maison non pas à la fin du III^e siècle, comme le croyaient les fouilleurs, mais au tournant des II^e/III^e siècles, en raison de la présence de sigillées claires A semblables à celles que nous avons trouvées dans les bassins de Tróia (PONSICH e TARRADELL, 1965: 55-68).

Nous retrouvons donc dans tout le sud-ouest de la Péninsule Ibérique, depuis le détroit de Gibraltar jusqu'à l'estuaire du Tage, le même coup d'arrêt d'une production florissante de salaisons de poisson qui a nourri une partie du monde romain pendant les deux premiers siècles de notre ère.

Si nous regardons les ateliers d'amphores, nous retrouvons parallèlement les deux périodes de prospérité constatées dans les zones de production des salaisons. Sur le site d'Abul, dans le courant du II^e siècle, Max Guy a remarqué, dans des sondages et carottages qu'il a effectués, une montée de 0,80 mètre du niveau de la mer qui a obligé les potiers à lutter tout d'abord contre l'inondation des fosses d'accès et des chambres de chauffe des fours. Les fours ont

été abandonnés progressivement entre le milieu du II^e et le début du III^e siècle; seul le four 5 a cuit les premières amphores qui ont succédé à l'amphore Dressel 14, mais au milieu du III^e siècle cet atelier était définitivement abandonné. Même constat du côté de l'entrepôt dont le sol a été drainé par des amphores couchées, puis dallé, sans doute au début du II^e siècle; cet entrepôt a été détruit à la fin de ce siècle, grossièrement reconstruit, avec des dimensions beaucoup plus petites, au moment où seul le four 5 fonctionnait encore.

Sur l'atelier voisin de Pinheiro, nous retrouvons une chronologie comparable avec la destruction des fours et de la cuisine commune. Pourquoi les potiers ont-ils abandonné des fours parfaitement construits et que nous avons retrouvés en assez bon état? Pourquoi ne les ont-ils pas réutilisés? Ils ont construit d'autres fours soit plus haut, à l'intérieur d'un dépotoir d'amphores Dressel 14, soit plus loin de la berge. Il faudrait savoir si ces constatations et ces conclusions peuvent être étendues à l'ensemble des ateliers connus en Lusitanie et même en Bétique; dans la baie de Cadix, de nombreux fours étaient construits près du littoral. Là aussi, on constate une certaine rupture entre les amphores des deux premiers siècles et celles du Bas Empire; les deux grands fours de Puente Melchor (Puerto Real) auraient fonctionné depuis l'époque augustéenne jusqu'à un moment précis, situé entre les ultimes décennies du II^e siècle et les premières décennies du III^e; un troisième four, bien plus petit et moins profondément implanté, aurait cuit par la suite des amphores Almagro 51c (GARCIA VARGAS e LAVADO FLORIDO, 1995). On y retrouve un peu le même schéma que sur l'atelier de Pinheiro. Il faudrait préciser la chronologie de ces grands fours pour savoir s'ils n'ont pas été touchés par le même événement que ceux de la province voisine.

Que s'est-il passé au tournant des II^e/III^e siècles de notre ère? Il ne peut s'agir d'une simple remontée du niveau de la mer, même si celle-ci a eu lieu dans le courant du II^e siècle; les destructions et abandons que nous constatons ne peuvent pas non plus provenir d'une simple crise économique que l'on ne voit pas par ailleurs à cette date-là. Cette destruction généralisée au bord de l'océan ne peut venir que d'une catastrophe naturelle liée à un séisme ou plus vrai-

semblablement à un tsunami consécutif à un tremblement de terre dont l'épicentre aurait été situé dans l'océan Atlantique. Cette hypothèse nous a paru évidente lorsque nous avons appris qu'un tremblement de terre survenu à l'ouest du cap Saint-Vincent, durant l'été 2007, a provoqué un léger tsunami qui a été ressenti jusqu'à la presqu'île de Tróia. S'il y avait eu, dix-huit siècles auparavant, un tsunami de l'importance de celui qui a eu lieu dans l'océan Indien en décembre 2004, tout ce qui était bâti sur le littoral et sur les berges des estuaires pourrait fort bien avoir été détruit; marais salants, établissements de salaisons de poisson, bateaux de pêche, fours d'amphores ont dû disparaître en quelques instants. Seul ce type de catastrophe est capable d'expliquer les destructions subites et contemporaines, constatées dans les fouilles, destructions certainement accompagnées de pertes humaines importantes. On comprend mieux ainsi la lenteur de la reprise de l'activité économique: si les exportations de salaisons de poisson ont repris à partir du milieu du III^e siècle, il faut attendre le IV^e siècle pour qu'elles retrouvent un niveau convenable, mais certainement inférieur à celui qu'elles avaient sous le Haut Empire.

Certes, ce n'est qu'une hypothèse, difficile à vérifier, mais elle a le mérite d'expliquer comment cette industrie a pu être brutalement décimée alors qu'il n'y a aucune crise économique dans le reste du monde romain. ■

Bibliographie

- ALARCÃO, Adília (1990) – "Introdução ao estudo laboratorial das ânforas lusitanas". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 253-258.
- ALARCÃO, Adília; MAYET, Françoise, eds. (1990) – *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Conimbriga-Paris* (Actes des Journées d'Étude tenues à Conimbriga les 13 et 14 octobre 1988).
- ALARCÃO, Jorge; ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise (1990) – *Les villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris.
- ALVES, Francisco S. J.; DIOGO, António M. D.; REINER, Francisco (1990) – "A Propósito dos Fornos de Cerâmica Lusitano-Romanos de S. Bartolomeu do Mar". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 193-198.

- AMARO, Clementino (1990) – “Olaria Romana da Garrocheira, Benavente”. Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 87-95.
- ARRUDA, Ana Margarida; FABIÃO, Carlos (1990) – “Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)”. Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 199-213.
- BERNARDES, João Pedro; VIEGAS, Catarina (2017) – “A Produção Oleira no Algarve”. *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ, pp. 239-256 (actas de seminário/ateliê | *proceedings of seminar/workshop*, Seixal, 2010).
- CARDOSO, Guilherme (1990) – “O Forno de Ânforas de Muge”. Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 153-166.
- CARDOSO, Guilherme; GONÇALVES, João Ludgero; RODRIGUES, Severino (1998) – “Forno Romano de Cerâmica Descoberto em Peniche”. *Al-Madan*. II Série. 7: 178-179.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1996) – “O Contexto Oleiro de Muge na Produção Romana do Médio e Baixo Tejo”. Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 167-178.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; GONÇALVES, João Ludgero (1999) – “Uma Olaria Romana em Peniche”. *Al-Madan*. II Série. 8: 8.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico de (2006) – “A Olaria Romana do Morraçal da Ajuda de Peniche”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 253-278 (Actes du Simpósio Internacional “Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet”).
- DIOGO, António M. D. (1980) – “Fornos de Ânforas do Monte Bugio. Notícia preliminar”. *Conimbriga*. 19: 147-150.
- DIOGO, António M. D. (1983) – “Fornos de Ânforas do Monte da Enchurrasqueira e do Vale da Cepa. Notícia preliminar”. *Conimbriga*. 22: 209-215.
- DIOGO, António M. D.; FARIA, João Carlos; FERREIRA, Maria Fernanda; FERNANDES, Lúcia (1991) – “Ânforas dos Fornos do Abul I no Museu Municipal de Alcácer do Sal”. *Arqueologia*. Porto. 21: 28-30.
- DUARTE, Ana Luisa C. (1990) – “Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo”. Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 97-115.
- DUARTE, Ana Luisa C.; RAPOSO, Jorge Manuel C. (1996) – “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”. Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 237-247.
- ÉTIENNE, Robert; MAKAROUN, Yasmine; MAYET, Françoise (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Avec la collaboration de Guislaine HENNEQUIN, Maria DA CONCEIÇÃO LOPES et Carlos TAVARES DA SILVA. Paris.
- ÉTIENNE, Robert; MAYET, Françoise, eds. (1997) – *Itinéraires lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris (Actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l'occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal).
- FABIÃO, Carlos; ARRUDA, Ana Margarida (1990) – “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”. Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 215-224.
- FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1996) – “Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal). Primeiros resultados”. Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 73-106.
- FILIPE, Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C., eds. (1996) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- GARCÍA VARGAS, Enrique; LAVADO FLORIDO, M. L. (1995) – “Ânforas alto, medio y bajoimperiales producidas en el alfar de Puente Melchor (= Villanueva, Paso a nivel: Puerto Real, Cádiz)”. *SPAL*. 4: 215-228.
- GUERRA, Amílcar Ribeiro (1996) – “Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete)”. Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 276-282.
- MAYET, Françoise; SCHMITT, Anne (1997) – “Les amphores de São Cucufate (Beja)”. Dans ÉTIENNE et MAYET, 1997, pp. 71-109.
- MAYET, Françoise; SCHMITT, Anne; TAVARES DA SILVA, Carlos (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris.
- MAYET, Françoise; TAVARES DA SILVA, Carlos (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Avec la collaboration de Júlio COSTA et Yasmine MAKAROUN. Paris.
- MAYET, Françoise; TAVARES DA SILVA, Carlos (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul. Comptoir et sanctuaire (Portugal)*. Avec la collaboration de Yasmine MAKAROUN. Paris.

- MAYET, Françoise; TAVARES DA SILVA, Carlos (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Avec la collaboration de Júlio COSTA et Yasmine MAKAROUN. Paris.
- MAYET, Françoise; TAVARES DA SILVA, Carlos (2010) – "Production d'amphores et production de salaisons de poisson: rythmes chronologiques sur l'estuaire du Sado". *Conimbriga*. 49: 119-132.
- NAVARRO CABALLERO, M.; RAMÍREZ SÁBADA, J. L. (coords.) (2003) – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida-Burdeos.
- PEIXOTO CABRAL, JOÃO M. (1990) – "Determinação da Proveniência de Ânforas Mediante a Análise Química da Cerâmica". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 273-288.
- PEIXOTO CABRAL, JOÃO M.; GOUVEIA, M. Ângela; MORGADO, Isabel (1993-1994) – "Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo, II. Quinta do Rouxinol". *Conimbriga*. 32-33: 191-200.
- PEIXOTO CABRAL, JOÃO M.; GOUVEIA, M. Ângela; MORGADO, Isabel (1996) – "Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo, I. Porto dos Cacos". Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 301-322.
- PINTO COELHO, A. V.; CARDOSO, João Luis (1990) – "Estudos Sobre Pastas de Ânforas de Fornos do Vale do Tejo e do Sado: análises macro e microscópicas". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 267-271.
- PONSICH, Michel; TARRADELL, Miguel (1965) – *Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Paris (Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques, XXXVI).
- PRUDENCIO, M. I.; DIAS, M. I.; GOUVEIA, M. A.; MARQUES, R.; FRANCO, D.; TRINDADE, M. J. (2009) – "Geochemical signatures of Roman amphorae produced in the Sado River Estuary, Lusitania (Western Portugal)". *Journal of Archaeological Science*. 36: 873-883.
- PRUDENCIO, M. I.; DIAS, M. I.; RAPOSO, Jorge; GOUVEIA, M. A.; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar; BUGALHÃO, J.; DUARTE, Ana Luisa; A. SABROSA, Armando (2003) – "Chemical characterisation of amphorae from the Tagus and Sado estuaries production centres (Portugal)". Dans DI PIERRO, S.; SERNEELS, V.; MAGGETTI, M. (éds.). *Ceramic in the Society, Proceedings of the EMAC'01*. Fribourg, pp. 245-253.
- RAPOSO, Jorge Manuel C. (1990) – "Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 117-151.
- RAPOSO, Jorge Manuel C.; DUARTE, Ana Luisa C. (1996) – "O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)". Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 249-265.
- SABROSA, Armando José G. (1996) – "Necrópole Romana no Porto dos Cacos (Alcochete)". Dans FILIPE et RAPOSO, 1996, pp. 283-300.
- SILLIERES, Pierre (1995) – Baelo Claudia. *Une cité romaine de Bétique*. Madrid (*Collection Casa de Velázquez*, 51).
- TAVARES DA SILVA, Carlos; COELHO-SOARES, Antónia; CORREIA, Virgílio Hipólito (1990) – "Produção de Ânforas Romanas no Martinhal (Sagres)". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 225-246.
- TAVARES, António F. (1990) – "Composição Mineralógica de Ânforas do Vale do Sado". Dans ALARCÃO et MAYET, 1990, pp. 259-266.
- VASCONCELLOS, José L. de (1898) – "Olaria Luso Romana em S. Bartholomeu de Castro Marim". *O Archeólogo Português*. Série I. 4: 329-336.
- VAZ PINTO, Inês (2003) – *A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisbonne.
- VAZ PINTO, Inês; LOPES, Conceição (2006) – "Ânforas das Villae Romanas Alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora)". *Setúbal Arqueológica*. 13: 197-224 (Actes du Simpósio Internacional "Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet").
- VENÂNCIO, A. (2000) – "De uma inscrição encontrada em Peniche à História de uma importante família olisiponense". *Conimbriga*. 39: 259-273.
- VIEGAS, Catarina (2006) – "O Forno Romano da Manta Rota (Cacela-Algarve)". *Setúbal Arqueológica*. 13: 177-196 (Actes du Simpósio Internacional "Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet").
- VIVES, J. (1971) – *Inscripciones latinas de la España romana*. Barcelone.

Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche)

estruturas de produção

Guilherme Cardoso

Arqueólogo da Câmara
Municipal de Lisboa.

Severino Rodrigues
Eurico de Sepúlveda
Inês Alves Ribeiro

Associação Cultural de Cascais.

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.

Revisto e actualizado em Abril de 2017.

Resumo

A olaria romana do Morraçal da Ajuda localiza-se na fachada atlântica da antiga província romana da Lusitânia. Na época do seu funcionamento, Peniche era uma ilha, hoje encontra-se ligada ao continente por um istmo de areia. Desde a sua descoberta, em 1998, até 2009, realizaram-se seis campanhas de escavação que possibilitaram identificar vestígios de quatro fornos de planta circular com corredor central, entulheiras, um muro de alvenaria e, adossado a ele, um alinhamento de bocas de ânfora tipo Peniche 12.

Ali fabricaram-se diversos tipos de ânforas, cerâmica de paredes finas, cerâmica comum e de construção.

O barro, cinzento, utilizado no fabrico das produções de cerâmica, era proveniente das imediações da olaria e, após a cozedura, dá origem a uma cerâmica de cor vermelha. Em menor quantidade, foi utilizada uma argila clara de má qualidade que se mantinha branca após a cozedura, servindo fundamentalmente como engobe.

A *figlina* foi fundada nos inícios da nossa Era, durante o principado de Augusto, e manteve-se em laboração até à segunda metade do século II. Os 110 exemplares de selos de produção impressos nos colos das ânforas, recolhidos até ao momento, revelam que o primitivo proprietário era Lúcio Arvénio Rústico, certamente um “colono” originário da península Itálica. Com ele teria uma série de oleiros rodistas de qualidade, detentores de grande perícia e conhecedores de modelos de peças de prestígio, de que resultaram imitações de *terra sigillata* em cerâmica comum.

Palavras-chave: fornos romanos, estruturas, ânforas, cerâmicas várias, Peniche (Portugal).

Abstract

The Roman *figlina* of Morraçal da Ajuda is located in the city of Peniche (Portugal) in the Atlantic coast in the ancient Roman province of Lusitania. It was discovered in 1998 and four ceramic kilns were unearthed, as well as dumping pits, a stone wall and a array of Peniche type12 amphorae rims, during the six archaeological excavations that took place since then.

A variety of amphorae types, imitations of fine wares, coarse wares and building ceramics were products of the *figlina*.

The same grey clays used by the Roman potters were found in the surroundings of the kilns and were analysed by a team of Portuguese experts that defined their chemical components. These clays when fired turned into reddish coloured fabrics. Some of the amphorae were covered with a white/yellow slip obtained from poor quality clays.

This figlina was producing ceramics since Augustan times up to the second half of 2nd century AD. We found, until now, 110 potter's stamps with the *trianomina* of L. Arvenivs Rusticvs the pottery's owner, roughly.

We guess Lucius was an Italian, maybe a Roman "*colonus*" that came to Lusitania with a group of well skilled potters. Knowing the secrets how to make terra sigillata they tried to make some good imitations of these vases, to sell/ export, to the markets of Lusitania.

Key words: Roman kilns structures, amphorae, other ceramics, Peniche (Portugal).

Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche)

estruturas de produção

Guilherme Cardoso

Arqueólogo da Câmara
Municipal de Lisboa.

Severino Rodrigues
Eurico de Sepúlveda
Inês Alves Ribeiro

Associação Cultural de Cascais.

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.

Revisto e actualizado em Abril de 2017.

1. Introdução

Até Março de 1998, quando foi identificado um forno romano de cerâmica no Morraçal da Ajuda (CARDOSO, GONÇALVES e RODRIGUES, 1998) – durante obras de terraplanagem para a construção dos *courts* de ténis e da sede do Clube de Ténis de Peniche –, em Peniche só se conhecia, daquele período, uma inscrição tumular romana (VENÂNCIO, 2000: 261) e a cabeça de uma pequena imagem antropomórfica de terracota (VASCONCELOS, 1956: 185). Entretanto, as escavações arqueológicas realizadas no Morraçal, até 2001, puseram a descoberto mais três fornos e várias entulheiras (CARDOSO e RODRIGUES, 2005). Durante as obras de alargamento do Porto de Pesca de Peniche, em 2001 e 2002, foram também recolhidos vários fragmentos de ânforas e materiais de construção romanos, de fabrico local (VENÂNCIO, 2006: 85-89). Em 2005, prospecções que elementos da equipa de arqueólogos do Morraçal da Ajuda realizaram na rua das Operárias Conserveiras, detectaram diversos vestígios romanos a cerca de um metro de profundidade, num estrato de argila.

Rui Venâncio, em 2006, identificou uma série de bolsas com materiais romanos, durante a abertura de caboucos de uma urbanização, 170 metros a Nordeste da *figlina* do Morraçal da Ajuda. A escavação do sítio

pelos arqueólogos Tiago Fontes e Raquel Santos, da empresa de arqueologia Neoépica, colocou à vista, numa área de cerca de 600m², uma série de estruturas do Alto Império, ligadas, provavelmente, a instalações portuárias, estando o piso completamente atapetado de fragmentos de cerâmica provenientes, na sua maioria, da produção dos fornos de cerâmica do Morraçal, a par de alguns materiais importados (NETO *et al.*, 2007: 156).

Entretanto, a descoberta e recuperação de vestígios cerâmicos no mar, na zona Sul de Peniche, frente aos Cortiçais, por uma equipa do Centro Nacional de Actividades Subaquáticas, dirigida por Jean-Yves Blot, possibilitou a identificação de um navio romano transportando ânforas béticas, que ali teria naufragado no século I (BLOT *et al.*, 2006).

2. A *figlina* do Morraçal

A instalação de uma olaria no local do Morraçal terá ocorrido durante o principado de Augusto. Esta é, sem dúvida, uma das mais antigas olarias romanas construídas na Lusitânia, logo nos inícios do Império. A sua construção deve-se, certamente, à fixação, em Peniche, de um “colono” romano originário da

Península Itálica, muito provavelmente o produtor de ânforas Lúcio Arvénio Rústico, de que existem mais de uma centena de selos estampados em colos de ânforas, recolhidos nas entulheiras de rejeitados da *figlina*.

Tanto as técnicas de construção dos fornos como a sua distribuição no espaço da oficina, demonstram que o seu proprietário dominava os conhecimentos do ofício de oleiro, empregues na época. De realçar o cuidado que colocou, pelo menos na fase inicial da laboração, num fabrico de qualidade de ânforas e de cerâmicas de “paredes finas”.

3. As estruturas

Grande parte das estruturas da olaria terá sido destruída durante as terraplanagens de 1998. No entanto, o cálculo da sua área com base nas distâncias máximas entre vestígios permite-nos saber que ocuparia um espaço de cerca de 2300 m².

Até ao momento, foram detectados vestígios de quatro fornos de cerâmica e um muro de alvenaria de dupla fiada associado a um alinhamento de bocas de ânforas tipo Peniche 12. Para além destas construções, apenas se identificaram entulheiras de rejeitados na envolvente dos fornos. Isso deve-se em parte aos trabalhos de terraplanagem, que retiraram cerca de um metro de altura em toda a área Sul, afectando o espaço compreendido entre o forno 2 e a Rua Calouste Gulbenkian.

Embora desconhecendo-se se existiria algo na área aberta para a implantação do *court* de ténis no lado Norte do sítio arqueológico, os efeitos visíveis das terraplanagens afectaram fundamentalmente grande parte da estrutura do forno 1, colocando à vista uma bolsa de argilas cinzentas que se verificou, através de análises de caracterização química, serem as ar-

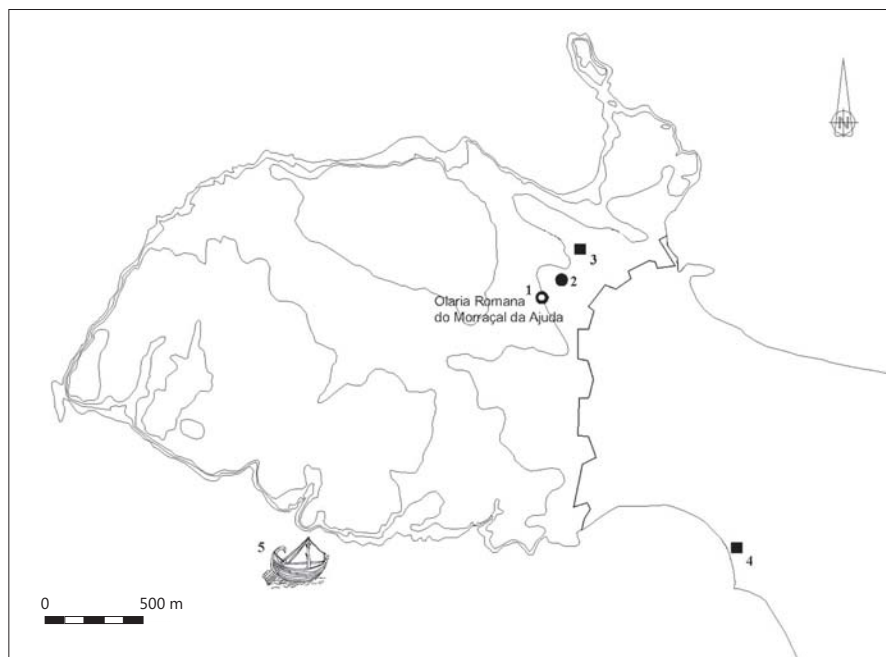


Figura 1 – Planta de Peniche com a localização dos achados romanos.
1. Olaria do Morraçal da Ajuda; 2. Estruturas romanas da Rua Azeredo Perdigão;
3. Vestígios romanos na Rua das Operárias Conserveiras; 4. Cerâmicas romanas no Porto de Pesca; 5. Naufrágio de barco romano nos Cortiçais.

gilas do mesmo tipo utilizado pelos romanos na confecção de ânforas locais (DIAS *et al.*, 2003).

3.1. Os fornos

Os fornos são todos de planta circular, de corredor central, com fundações e câmara de combustão abertas no substrato geológico, constituído por argilas e margas esbranquiçadas, para dar maior robustez às estruturas, evitando que as grandes variações térmicas a que se encontravam sujeitos os danificassem, aproveitando, simultaneamente, o declive natural do terreno, de modo a criar uma rampa pouco acentuada de acesso à fornalha.

As paredes externas dos fornos eram de adobe, ligadas com argila que, conforme se sucediam as fornadas, iam sendo cozidas, dando assim uma maior resistência às paredes. Nas zonas mais externas e mais afastadas do calor central, os adobes ainda hoje se mantêm em barro verde. Por sua vez, os arcos de *suspensura*, de volta perfeita, eram construídos com tijolos maciços, previamente cozidos. As áreas anexas aos *praefurniae* dos fornos 1 e 3 e a entrada da câmara de cocção do forno 1, eram protegidas por telheiros apoiados em muros de alvenaria seca.

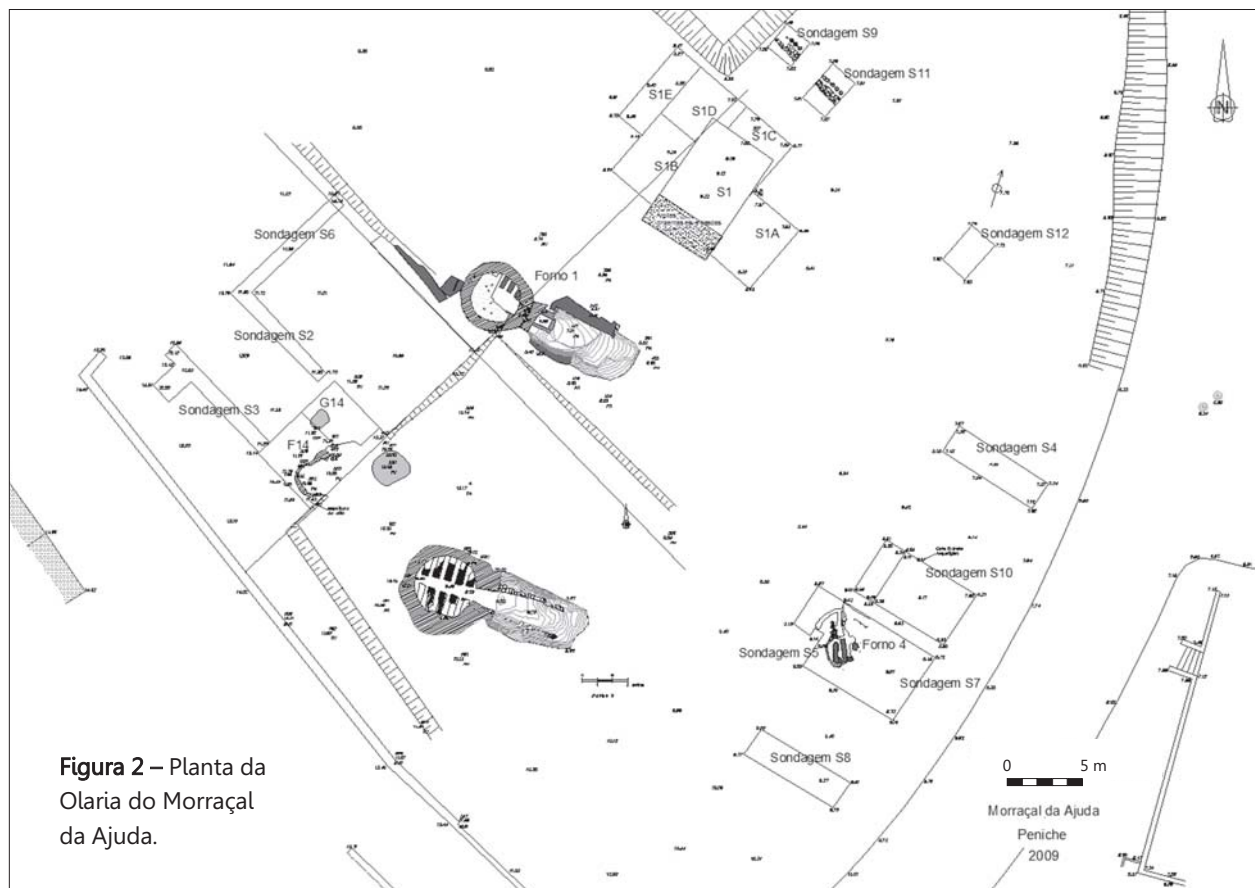


Figura 2 – Planta da Olaria do Morraçal da Ajuda.



Figura 3 – Forno 1. *Praefurnium* durante a escavação.

3.1.1. Forno 1

A câmara de cozedura deste forno tinha 3,25 metros de diâmetro interno, com 1,1 metros de altura, cerca de 0,8 metros de espessura na parede externa e uma área funcional ¹ de 8,29 m².

A câmara de cozedura era separada da fornalha por uma grelha de tijoleira, com diversos olhais, apoiada sobre arcos de tijolos, perpendiculares à abertura central e espaçados entre si, para assim se obter uma melhor distribuição do calor na câmara. Toda a estrutura de suporte – ou seja, os arcos e a grelha – foi construída de raiz com tijolo burro; as outras partes do forno eram de adobe e reforçadas com grandes fragmentos de ânforas do tipo Peniche 12.

Os tijolos da parede do primeiro arco, do lado do *praefurnium*, encontram-se vidrados devido aos efeitos do calor provocado pelas sucessivas fornadas a que estiveram sujeitos (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006: 256, nota 2).

O *praefurnium* do forno 1, situado no extremo da galeria de acesso à fornalha, tem planta quadrangular delimitada por um pequeno muro de tijolos com ves-

¹ Área interna da câmara de cocção.

tígios de vidro à superfície, resultante do reaproveitamento de tijolos de paredes internas de fornalha desmontadas.

Durante a escavação da câmara de cocção, observou-se que os olhais da grelha se encontravam cobertos por pequenos fragmentos de bojos de ânforas, talvez para evitar a entrada de sujidade para a fornalha após a última fornada. Sobre eles, depositou-se uma camada de terra vermelha finíssima, proveniente da desagregação das paredes do forno após o seu abandono.

Embora ainda com 1,1 m de altura, não foi observada inflexão na parede interna que evidencie qualquer vestígio de cúpula, o que leva a supor que esta câmara não seria fechada. A ausência de cúpula possibilita tecnicamente enforar e desenforar rapidamente, sendo empregue em vários centros oleiros nacionais, nomeadamente em Muge e em S. Pedro do Corval, cobrindo-se para isso a parte superior das peças a cozer com fragmentos de louça defeituosa, para evitar o seu contacto com o ar exterior durante a cozedura e na fase posterior de arrefecimento. O único problema existente neste processo é que, quando chove du-



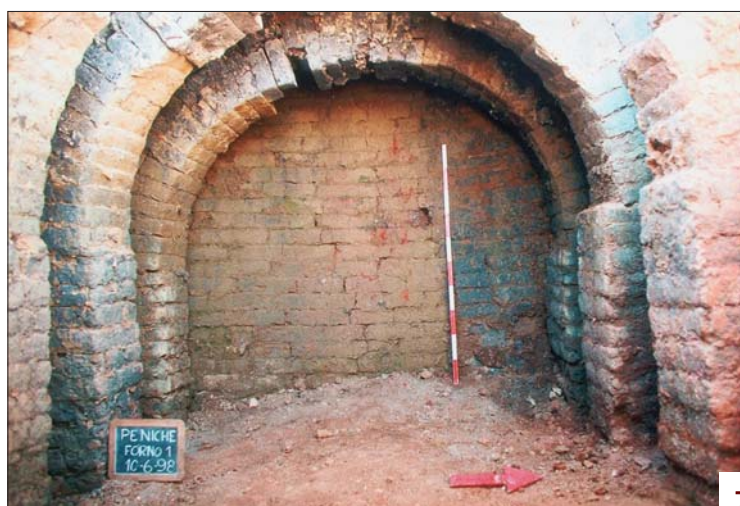
5



6

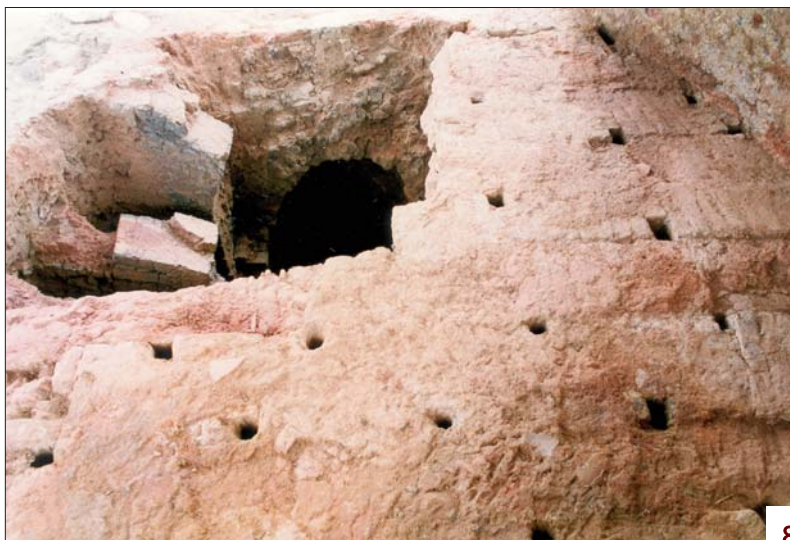


4



7

Figuras 4, 5, 6 e 7 – Forno 1. Galeria entre a fornalha e o *praefurnium* (à esquerda); parede de adobe reforçada com grandes fragmentos de ânforas do tipo Peniche 12 e pedras; parede Norte do telheiro do *praefurnium* e interior da fornalha (de cima para baixo, respectivamente).



8



9

Figuras 8 e 9 – Forno 1. Grelha e entrada da câmara de cocção (de cima para baixo, respectivamente).

rante a cozedura, esta pode levar à destruição das peças que se encontrem no interior do forno. Para evitar esse problema, em S. Pedro do Corval, vimos o espaço do forno coberto por um telheiro de chapa ondulado.

Os muros de alvenaria que se encontraram no corredor do *prae-furnium* e o lado exterior da porta da câmara de cocção evidenciam que aquelas áreas seriam cobertas e encontravam-se protegidas dos ventos por muros laterais.

3.1.2. Forno 2

O forno 2, de menores dimensões, encontrava-se em mau estado de conservação, subsistindo

do unicamente parte da parede do alicerce Sul da fornalha, sendo o seu diâmetro aproximado 1,85 m, o que dá uma área funcional de 2,69 m². A fornalha foi aberta no substrato geológico como nos demais fornos.

Verificou-se que o forno tinha sido praticamente exaurido de todos os tijolos da sua estrutura, salvo uma pequena parte. Deveu-se esta situação, certamente, ao reaproveitamento em outras construções dos materiais após o forno ter sido desactivado.

No corte do terreno aberto pela máquina, identificaram-se ossos que, após escavação, se verificou estarem depositados no fundo de uma cova aberta no lado meridional da parede do forno, a cerca de um metro de distância. Trata-se dos restos do esqueleto de um cão de porte médio, idêntico no tamanho aos descobertos nos concheiros de Muge ².

Embora seja meramente especulativo, interrogamo-nos se estamos em presença de uma sepultura eventual de um animal de estimação, ou de um sacrifício de fundação do local ou mesmo de abandono, visto o forno ter sido abandonado e os seus materiais reaproveitados.

3.1.3. Forno 3

Este forno encontra-se situado na mesma área que era destinada ao *court* Sul e foi identificado devido a uma grande mancha vermelha observada à superfície do terreno.

A escavação permitiu colocar à vista apenas o que restava dessa enorme estrutura, que não possuía a parte superior, ou seja, a câmara de cocção, nem sequer restos da grelha e, inclusivamente, faltava a par-

² Agradecemos ao Professor Doutor João Luís Cardoso as indicações sobre o tipo de animal a que os ossos pertenciam. Devido à ausência dos dentes e de ossos do crânio, não pode dizer-se muito mais.

te superior dos arcos de *suspensura*. Apresenta um diâmetro interno de 3,95 metros, em que estão circunscritos os arranques de cinco *suspensurae* em tijoleira, o que dá uma área funcional de 12,19 m². Os arcos têm uma largura de parede que varia entre os 45 e os 50 cm, distanciados entre si 18 a 32 cm. O corredor central apresenta uma largura de 80 cm e uma altura aproximada de 1,24 m.

Definiu-se, também, um corredor de acesso ao *prae-furnium*, delimitado por muros de alvenaria seca, que se encontrava totalmente preenchido por materiais, entre os quais muitos rejeitados de cozeduras. Pensamos tratar-se das últimas produções do forno 1, com lugar de destaque para a enorme quantidade de grandes fragmentos de ânfora, para além de carvões, cinzas, adobes, pedaços de tijoleira (que se revelaram pouco abundantes), e blocos de pedra das paredes do telheiro do *prae-furnium*.

O seu entulhamento parece-nos ter decorrido num breve espaço de tempo, devido aos materiais encontrados no seu interior serem muito idênticos da base ao topo.



10



11

Figuras 10 e 11 – Forno 2, com esqueleto de cão (do lado direito na Fig. 10; do lado esquerdo na Fig. 11).

3.1.4. Forno 4

Por sua vez, um quarto forno foi localizado no lado Nascente do sítio arqueológico, junto à Rua Calouste Gulbenkian. Apenas se detectaram vestígios da base de dois arcos de *suspensura* e de parte da parede lateral, não sendo de momento possível dizer, com um mínimo de certeza, quais as suas dimensões aproximadas. Este forno foi inicialmente destruído em épocas antigas pelos trabalhos de surribas do terreno para lavoura, voltando recentemente a ser muito danificado pela abertura de valas que destruíram parte do que restava da sua estrutura e que, após o seu fecho, deixaram no interior desta chapas de ferro, plásticos e vidros.

3.1.5. Volume de produção

Baseados nas dimensões internas dos fornos e do diâmetro médio da ânfora do tipo Peniche 6 (cerca de 32 cm, com uma capacidade aproximada de 26,5 litros), podemos dizer que o forno 1 teria capacidade para cozer de uma vez cerca de 72 ânforas, o forno 2 cerca de 21, e o forno 3 cerca de 96. Os cálculos são feitos tendo como hipótese as ânforas terem sido cozidas na vertical, umas ao lado das outras e sem outra camada de ânforas por cima. No entanto, temos alguns fragmentos de fundos de ânforas que apresentam indícios de cozedura oxidante e ao mesmo tempo redutora, como se o bico estivesse colocado no interior da boca de outro recipiente.



12



13

Figuras 12 e 13 – Forno 3. Escavação da fornalha e corredor de acesso ao *praefurnium*.

piscícolas, levando à progressiva diminuição da necessidade de produção, inicialmente resolvida com a desativação de alguns dos fornos e posteriormente com a consequente extinção da própria olaria.

4. Alinhamento de ânforas

Entre as sondagens S9 e S12 detectou-se a base de um pequeno alinhamento de colos de ânforas do tipo Peniche 12, com a boca virada para baixo, paralelas a um muro de alvenaria de pedra seca, localizado a Norte da sondagem S1E. Em 2009 escavou-se outro quadrado, a dois metros para Nascente, onde se encontraram mais cinco bocas de ânforas alinhadas pelo muro de alvenaria, pelo lado Norte, o que nos dá já um alinhamento de mais de seis metros de comprimento. Como as anteriores, estavam de boca para baixo, inclinadas para o lado Norte, dando a ideia que teriam sofrido pressão do muro anexo quando este descaiu na sua direcção.

Figura 14 – Forno 4. Base de *suspensura*.

Podemos ainda calcular que cada fornada teria a capacidade de fornecer vasilhame com uma capacidade de 1908 litros para o forno 1, 556 litros para o forno 2, e 2544 litros no caso do forno 3.

Excluindo os fornos 2 e 4, por não termos confirmado a sua época de laboração e desconhecermos por completo as dimensões do último, podemos dizer que o forno 1 tinha uma capacidade inferior à do forno 3, o que leva a crer que as necessidades de vasilhame podem ter decrescido por parte dos produtores de derivados



Uma das bocas tinha no seu interior um pé de ânfora. Será que as ânforas estavam inteiras quando foram ali colocadas?

Em Portugal temos paralelos para este tipo de estruturas na olaria do Porto dos Cacos, onde foram utilizadas ânforas Dressel 14 na posição vertical, a que faltam apenas os fundos (RAPOSO, 1990: 121-122). Na Catalunha, na olaria romana de Can Peixau, apareceram diversos alinhamentos realizados com a metade de ânforas da forma Pascual 1 (PADRÓS, 1998: 186-192). Em La Milagrosa, Cádiz, apareceu um pequeno alinhamento formado por fundos e bocas de ânforas perpendicular a dois muros, que faria parte do fecho de uma passagem para criar um novo espaço (BERNAL *et al.*, 2003: figs. 2 e 18, pp. 158 e 172-173). Em Montlaurès, França, foi encontrado um alinhamento idêntico mais pequeno, constituído por seis colos de ânforas, numa cabana (LAUBENHEIMER, 1990: 56 e 59).



15

5. As entulheiras

As sucessivas lavouras a que a propriedade esteve sujeita ao longo dos séculos e as recentes terraplanagens tiveram um efeito devastador nas camadas superiores do sítio arqueológico.

Como já vimos, desapareceu quase por completo um dos fornos, assim como também se nota no caso das entulheiras de peças rejeitadas. Não possuímos uma noção exacta do seu grau de destruição, pois faltam-nos as camadas superiores de uma grande área, a maioria retirada à máquina durante a terraplanagem, que chegou a atingir mais de um metro de profundidade, eliminando zonas que estariam, certamente, repletas de cerâmicas, a exemplo de outras olarias. Os vestígios que sobejaram destes importantes testemunhos são as camadas inferiores de uma grande entulheira, no lado Norte (S1), os vestígios de outra no lado oriental, já junto à via (S10), duas pequenas



16

Figuras 15 e 16 – Sondagem S11. Muro e alinhamento de ânforas.

bolsas a Poente do forno 2 (F14 e G14) e, parcialmente, o interior do forno 3, que se encontrava desactivado na fase final da olaria e que foi colmatado, em parte, com fragmentos de peças rejeitadas. Embora na área do forno 1 tenham sido encontrados diversos materiais, estes são provenientes da camada de abandono e derrube e do consequente preenchimento das de-

pressões pelas terras das camadas superiores, através do escorrimento de águas, após o abandono e ruína das estruturas.

Temos ainda o caso de testemunhos de moradores, que nos afiançaram que os vestígios de entulheiras de cerâmica prolongavam-se para lá da rua Calouste Gulbenkian, atingindo o pátio da Escola Secundária. Em S1 observou-se que as camadas inferiores eram as mais antigas, com ânforas dos tipos Peniche 1, 2, 3 e 4 – com a chancela de *L. Arveni Rustici* e à mesma cota, ao lado umas das outras –, cerâmica comum, paredes finas, pesos de rede, etc.

As entulheiras do lado oriental revelam uma continuidade de materiais anfóricos, embora se note a ausência de fragmentos de cerâmicas de paredes finas e apenas duas marcas tenham sido exumadas na parte superior da camada três, de S10. Assim como um dos dois únicos fragmentos de *sigillata* encontrados até ao momento em toda a área de escavação.

As duas bolsas nos quadrados G14 e F14, a Poente do forno 2, revelaram a presença conjunta de fragmentos de ânforas dos tipos Peniche 6, 7 e 12.

No interior da fornalha e na zona de acesso ao *prae-furnium* do forno 3, foi recolhida a maior variedade de peças em toda a escavação, nomeadamente ânforas de quase todos os tipos existentes na jazida e cerâmica comum.

Embora, no caso do forno 1, tenhamos encontrado alguns fragmentos de ânforas e de outras peças, a sua área não foi utilizada para despejos, constatando-se apenas a existência de estratos de abandono. Daí o bom estado de conservação deste forno em relação aos restantes (parcialmente, a parede da câmara de cocção e a grelha foram partidas pela máquina de terraplanagem). Tanto no interior da parede de adobe da câmara de cocção como da galeria da fornalha junto ao *prae-furnium*, bem como sobre a grelha da câmara de cozedura e a soleira da porta de acesso à referida câmara, foram recolhidos fragmentos de ânforas do tipo Peniche 12.

6. As produções da *figlina* do Morraçal da Ajuda

As principais produções desta olaria foram as ânforas, seguidas da cerâmica comum, da cerâmica de construção e da cerâmica de paredes finas.

6.1. As ânforas

No caso das ânforas temos, na primeira fase, quatro formas distintas, que apresentam a chancela do produtor *L. Arveni Rustici*: tipos Peniche 1, 2, 3 e 4. São, sem dúvida, os modelos mais representados nas entulheiras da olaria.

Embora os fragmentos de ânfora do tipo Peniche 10 sejam muito menos comuns, observa-se uma diversidade de variantes desta forma entre as bocas recolhidas, o que podemos atribuir à cronologia de fabrico mas também, certamente, aos oleiros que as fizeram. É de realçar a variante mais tardia desta forma fabricada na olaria do Morraçal (tipo Peniche 12), que possui uma boca extrovertida, em forma de trompeta, colo largo mais ou menos cilíndrico, ombro pouco saliente e bojo ligeiramente piriforme. Fragmentos de exemplares desta variante encontram-se aplicados no *prae-furnium* e no interior das paredes da câmara de cocção do forno 1. A cronologia desta variante, obtida através de datações arqueomagnéticas e de carbono 14, no referido forno, abrange todo o século II.

Para além das formas que já indicámos, existem mais três, a que atribuímos a tipologia Peniche 5, 9 e 11. São formas menos comuns e das quais não conhecemos paralelos nos trabalhos da especialidade já publicados. Podem tratar-se de ensaios ou de fabricos em menor escala, cuja produção acabaria por não vingar.

6.2. Cerâmicas finas

Para além de ânforas e cerâmicas ditas comuns, a *figlina* do Morraçal também produziu imitações de *terra sigillata* e de paredes finas, como já anteriormente referimos.

6.3. Imitações de *terra sigillata*

Na câmara de combustão do forno 3 foi encontrado um conjunto de vários fragmentos que, depois de tratado em laboratório, deu lugar a três peças, as quais mais não devem ser do que uma tentativa (?) de imitação de formas de *terra sigillata*, efectuada, possivelmente, a partir de modelos de origem itálica e galo-romana.

(continua na pág. 62)

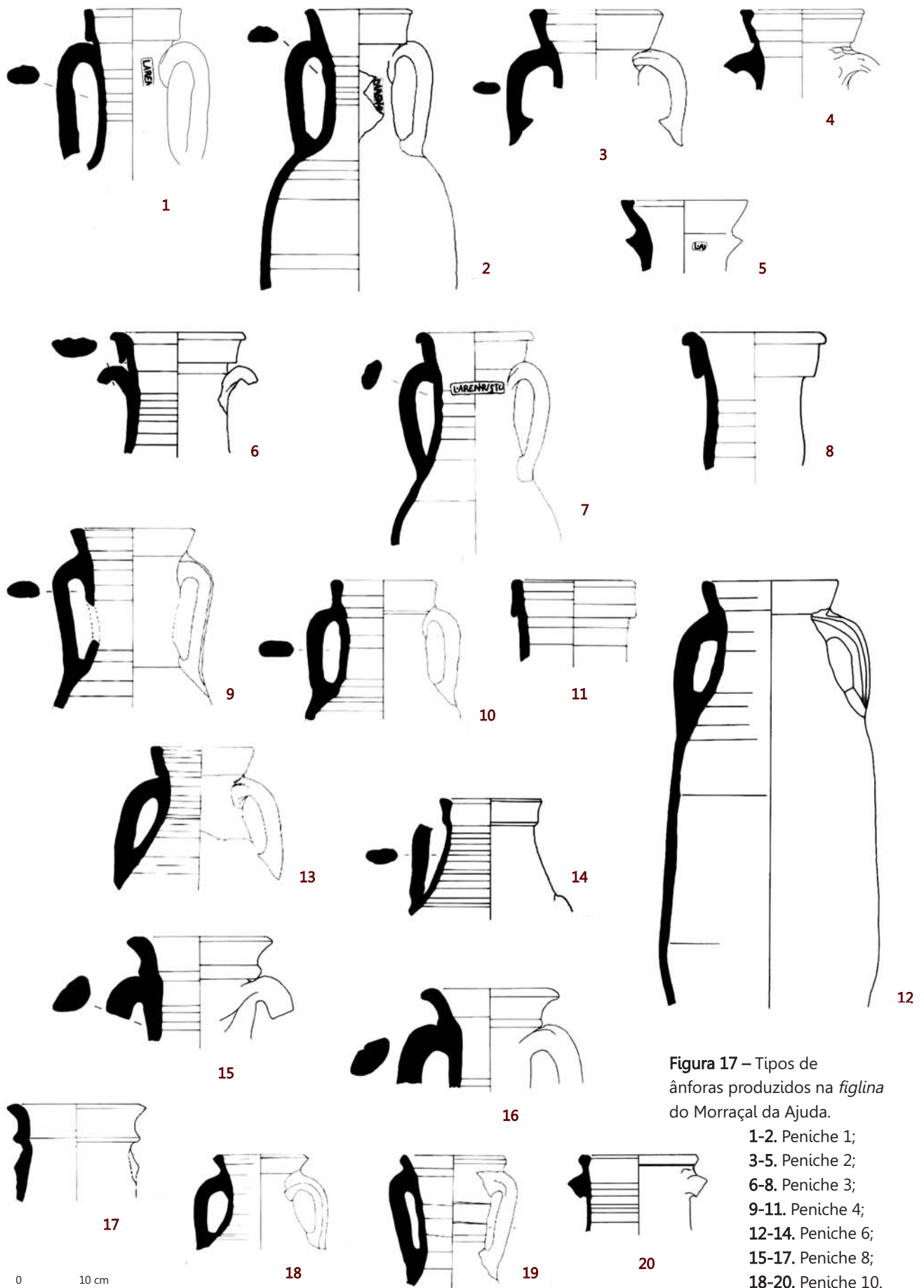


Figura 17 – Tipos de ânforas produzidos na *figlina* do Morraçal da Ajuda.

- 1-2. Peniche 1;
- 3-5. Peniche 2;
- 6-8. Peniche 3;
- 9-11. Peniche 4;
- 12-14. Peniche 6;
- 15-17. Peniche 8;
- 18-20. Peniche 10.

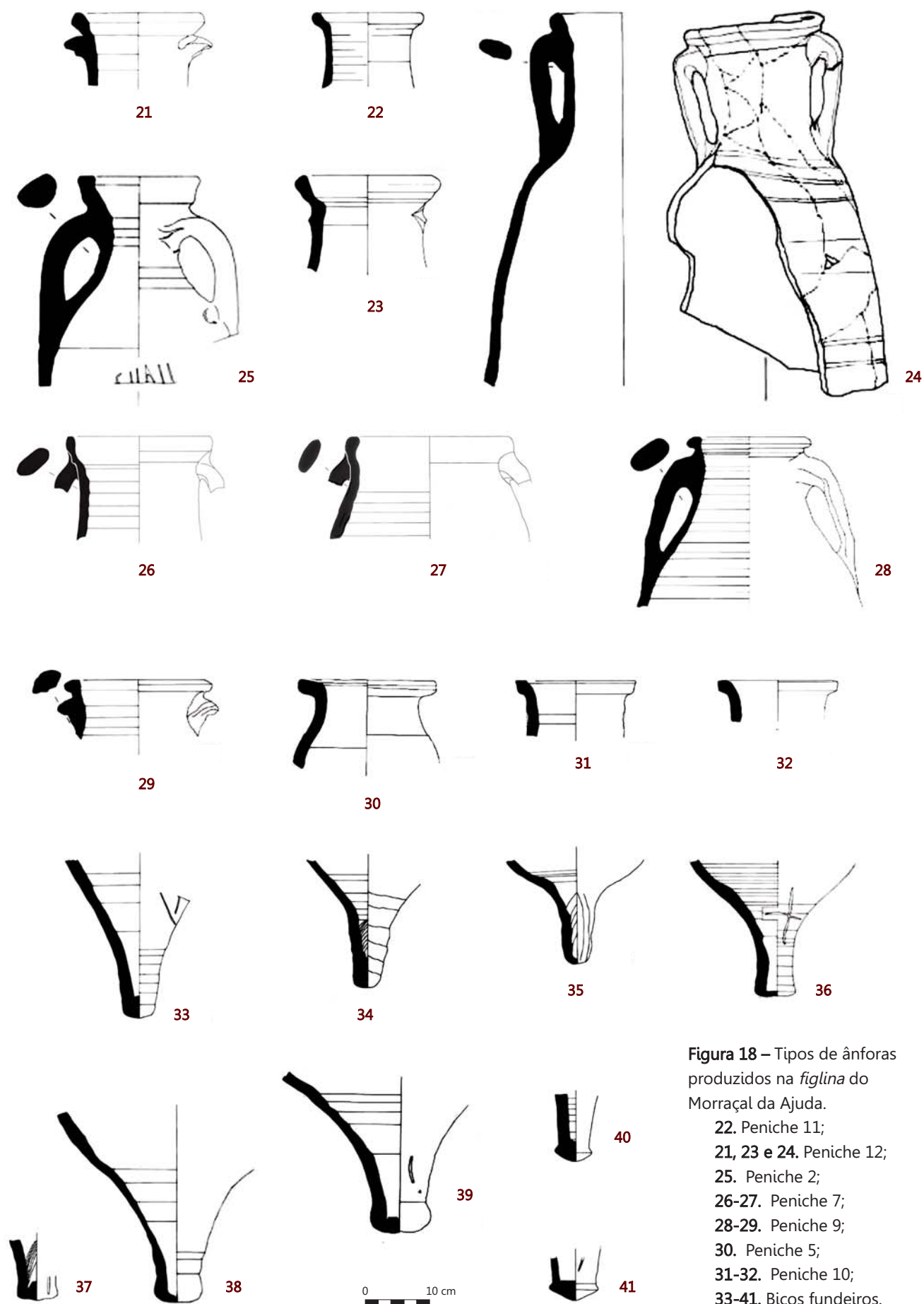


Figura 18 – Tipos de ânforas produzidos na *figlina* do Morraçal da Ajuda.

- 22. Peniche 11;
- 21, 23 e 24. Peniche 12;
- 25. Peniche 2;
- 26-27. Peniche 7;
- 28-29. Peniche 9;
- 30. Peniche 5;
- 31-32. Peniche 10;
- 33-41. Bicos fundeiros.

(continuação da pág. 59)

6.4. Cerâmica de paredes finas

É também de realçar a produção de taças e copos que poderão englobar-se neste tipo de cerâmica. A espessura das paredes, característica fundamental destas peças, foi, para os oleiros do Morraçal, uma técnica perfeitamente dominada, embora a aplicação de engobes se encontre completamente ausente.

No corredor de acesso ao *praefurnium* do forno 3, recolheu-se uma taça hemisférica, da qual não possuímos toda a parte inferior, com um perfil semelhante à forma Mayet 38. Outro fragmento, muito incompleto – pois só possuímos o bordo com lábio –, parece-nos corresponder à forma Mayet 37.

Nas sondagens realizadas a NE do forno 1, recolheram-se vários fragmentos de perfil hemisférico, com a particularidade de o seu bordo apresentar um pequeno ressalto para o interior, os quais foram englobados na forma Mayet 33, por possuírem ranhura na parede externa; bem como outros três fragmentos de copos cilíndricos com paredes rugosas (cinzentas a negras, e alaranjadas), da forma Mayet 12. Encontraram-se ainda quatro fragmentos de bilhas com paredes de espessura entre os 1,3 e os 3,6 mm, para as quais não conhecemos, no actual território português, exemplares que lhes possam servir de paralelo. Classificámo-las como sendo da forma Mayet 62, com uma diacronia de finais do séc. I a.C. até meados do séc. I d.C.

7. Cerâmica comum

Iremos aprofundar neste estudo uma análise um pouco mais desenvolvida sobre a cerâmica comum, visto considerarmos ser esta cerâmica aquela que carece de momento de uma maior atenção, pela insuficiência dos tipos já publicadas para a *figlina* localizada no Morraçal da Ajuda.

Distribuição da cerâmica comum por tipos de pastas (%)

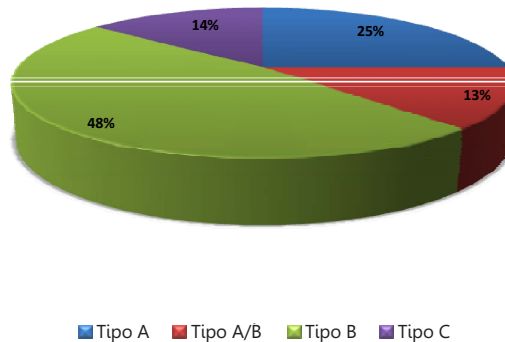


Figura 19 – Distribuição percentual das diferentes pastas no conjunto estudado.

7.1. As pastas

Embora tivéssemos recorrido a análises efectuadas no Laboratório Nacional de Engenharia Nuclear (DIAS *et al.*, 2003), no que diz respeito às ânforas, à cerâmica comum, às cerâmicas de paredes finas e aos tipos de argilas por nós recolhidas no local, decidimos que seria vantajosa a publicação dos resultados de análises macroscópicas por nós efectuadas, menos rigorosas, é verdade, mas do maior interesse para quem deseje uma análise comparativa mais singela.

Assim, como anteriormente tínhamos feito para as ânforas (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006: 261), procedeu-se à análise macroscópica, utilizando para o efeito uma lupa binocular, trabalhos que decorrem, desde há vários anos, nas instalações do Museu Municipal de Peniche.

Das observações efectuadas sobre uma amostra válida de cerca de 300 fragmentos de cerâmica comum, obteve-se um conjunto constituído por três tipos de pastas diferentes, que optámos por identificar como A, B e C, e por um subtipo classificado como A/B (Fig. 22), para além de três outras pastas observadas em apenas três fragmentos ³.

A pasta tipo A (Fig. 20) é de características arenosas, onde os elementos não plásticos são abundantes, sendo que a concentração destes é superior à verificada na pasta B. Apresenta vestígios de micas do tipo moscovite, embora muita fina. No respeitante aos quartzos, estes podem estar presentes nas va-



20



20



21



21



22



22

riantes do defumado, do leitoso e do hialino. Quanto aos óxidos, foram identificados os de cor castanho-escuro e os de cor vermelha, do tipo arredondado (estes últimos não foram detectados em todos os casos observados). Identificaram-se ainda piroxenas vestigiais. Os vacúolos existentes, que apresentam uma aura negra, são negativos da presença de matéria orgânica. Quanto à textura, esta pasta foi considerada do tipo foliácea.

A pasta de tipo B (Fig. 21) apresenta uma composição muito própria, o que nos levou a optar por designá-la como pasta tipo Peniche (Morraçal). A sua característica fundamental expressa-se na verificação da existência bem visível de pequenos nódulos de argilas brancas

Figuras 20, 21 e 22 – Pastas A, B e A/B (de cima para baixo, respectivamente).

³ 1 – FM.793[F3-PR].00, que apresenta mica, moscovite e biotite; óxidos de ferro castanhos alaranjados; quartzo leitoso, defumado e hialino; é compacta, com granulometria fina e média.
2 – FM.1912[F3-CC].00, que apresenta mica, moscovite e biotite; óxidos de ferro castanhos alaranjados; margas; quartzo leitoso, defumado e hialino; é compacta, com granulometria fina e média.
3 – FM.949[F3-CC].00, cuja pasta, por ter sido sobrecozida, não apresenta qualquer mineral passível de ser identificado.

e amarelas (algumas parecem ser margas). No entanto, na análise feita a fragmentos que foram sujeitos a uma sobrecozedura, estes apresentavam argila com tonalidades que variavam dentro da gama dos cinzentos.

A pasta é pouco arenosa, em que os elementos não-plásticos são relativamente pouco abundantes, o que implica uma concentração menor da que se observa na pasta A. Os elementos de quartzo que a constituem são idênticos aos que apurámos para o tipo anterior: defumados, leitosos e hialinos. Os óxidos de ferro variam entre os vermelhos e os castanhos-escuros. Foram identificados, também, óxidos de ferro do tipo arenoso com tonalidades vermelhas e castanhas, que apresentam uma textura arenosa e friável, pois encontram-se localizados, na sua maioria, na superfície da pasta. A existência de negativos da presença de matéria orgânica foi ainda detectada através da observação de vacúolos com uma aura negra. No respeitante à textura, é também, tipicamente, uma pasta do tipo foliáceo.

Na fronteira entre estes dois tipos de pastas distinguimos um subtipo a que chamámos A/B, pois apresentava nódulos de argila branca e os óxidos de ferro arenosos típicos da pasta do tipo B, juntamente com vestígios de micas, que só tínhamos identificado na pasta do tipo A (Fig. 22).

Por fim, foi definida uma pasta tipo C (Fig. 23), de características calcárias e muito depurada. Observaram-se, também, vestígios de nódulos de argila branca e de algumas conchas. No que diz respeito aos óxidos, apenas foram detectados óxidos de ferro de cor negra. Os quartzos estão também presentes nas variedades identificadas nas outras pastas-tipo (defumado, leitoso e hialino), embora neste caso apresentem, por vezes, grãos de dimensão superior a 3 mm, para além de se ter constatado a presença, embora de forma vestigial, de quartzo róseo. Foram também encontrados os negativos da presença de matéria orgânica, que consideramos como elemento comum a estes três tipos de pasta.

7.2. As formas

A oportunidade que se teve de possuir um conjunto cerâmico que se encontrava selado levou a equipa dos fornos romanos do Morraçal



Figura 23 – Pasta C.

da Ajuda a elaborar um estudo, que, depois das ânforas já apresentadas em outros colóquios ⁴, privilegiou as cerâmicas ditas comuns, os pesos de tear e de rede e os dormentes de olaria.

A partir do registo descritivo, gráfico e fotográfico, desenvolvido em laboratório, foi assim possível seleccionar o conjunto de desenhos que a seguir apresentamos, que nos facilitou, numa tarefa sempre complicada, atribuir tipos e subtipos às formas encontradas.

Panelas (Fig. 24)

São, basicamente, de três tipos: bordo simples extrovertido e colo estrangulado (n.ºs 1-3), de bordo em aba (n.ºs 4-5) e com bordo em S (n.ºs 6-16).

Para o primeiro e terceiro tipos temos paralelos no Castelo de Lousa, na forma B9 e C1 (PINTO e SCHMITT, 2010: estampas LXIX, LXX, n.ºs 61-82, LXXVII, n.ºs 151-159, p. 268-270 e 273) para o período tardo-republicano, bem como nas entulheiras da olaria romana de Porto Sabugueiro, Muge, datados dos séculos I ou II (CARDOSO e RODRIGUES, 1996: peças 9,

⁴ Ver os estudos apresentados no Bombarral (CARDOSO e RODRIGUES, 2005) e em Setúbal (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006).

11, 13 e 20). Na *figlina* de Abul temos paralelos para a nossa peça n.º 10, que os autores datam do tempo dos principados de Augusto-Tibério (MAYET e SILVA, 2002: fig. 18 e 19).

Tachos (Figs. 25 e 26)

É uma forma comum na olaria de Peniche, normalmente de grandes tamanhos, n.ºs 17-31. Temos paralelos em Muge (CARDOSO e RODRIGUES, 1996: fig. 1), para os séculos I-II, e em Abul, para o período de Augusto-Tibério (MAYET e SILVA, 2002: fig. 18). Também para os n.ºs 30 e 31 há paralelos dentro das terrinas da forma 2 de Castelo de Lousa (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa CXXIII, n.º 20, p. 266)

Terrina ⁵ (Fig. 26)

A peça no 32 é uma terrina. Apresenta um bordo com pequena aba, galba arqueada e asas em fita, horizontais, a partir do topo do bordo. No forno 1 foi recolhido outro exemplar com asas também horizontais, rematadas por dois botões troncocónicos.

Púcaras (Fig. 27)

De lábio triangular, colo extrovertido e bojo ovóide, n.ºs 33-37, obtivemos paralelos para elas no Castelo de Lousa, num potinho da forma 8 (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa LXXXII, n.º 20, p. 280), existindo semelhanças com outras encontradas em *Conimbriga*, que foram recolhidas em estratos do período flávio do fórum II (ALARCÃO, 1974a: n.ºs 449, 510 e 590), e numa urna do mesmo período, recolhida na necrópole de Santo André (NOLEN e DIAS, 1981: 128, D7[1]).

Jarros (Figs. 27-29)

Neste grupo integramos as peças n.ºs 38-45 e 58. Lábio extrovertido mais ou menos triangular, colo troncocónico reentrante e bojo ovóide, com paralelos em Girona, para a peça 38, estratos de Augusto e de todo o século I (CASAS I GENOVER *et al.*, 1990: n.ºs 267, 370).

Potes (Fig. 28)

Os n.ºs 46-55 correspondem ao grupo dos recipientes de armazenagem de pequeno e médio porte. Para as peças 54 e 55 encontramos paralelos no tipo 37, de VEGAS (1973: 89, 90 e 92), a primeira com uma datação do período de Augusto e a segunda já de 50-60 d.C..

Bilhas (Figs. 29 e 30)

São recipientes que, na maioria dos casos, apresentam bons acabamentos e formas graciosas (n.ºs 56, 59-75). Para o pequeno bordo em fita, n.º 60, encontramos paralelos no tipo 39-2 de VEGAS (1973: 97), que aquela autora coloca em período tardo-republicano. A pequena bilha de perfil completo e lábio trilobado, no 56, aparenta semelhanças com outra de Ampúrias datada do século I (CASAS I GENOVER *et al.*, 1990: n.º 352). No caso da peça 59, existem paralelos na necrópole de Santo André, datáveis dos inícios do século II (NOLEN e DIAS, 1981: 134, n.º I2-1), e no tipo 2-d de NOLEN (1995-1997: 368), que a data dos finais do reinado de Cláudio-inícios dos Flávios.

Cântaro (Fig. 29)

Apenas temos um pequeno fragmento de boca, peça n.º 57, pelo que, devido ao seu tamanho, não nos é possível caracterizá-lo.

Taças / Tigelas (Figs. 31 e 32)

São peças em calote ou troncocónicas, onde o bordo e as dimensões variam – n.ºs 76-91 e 95-100. Por ser uma forma prática, é utilizada em largos períodos. As taças n.ºs 76-78 são imitações de cerâmica campaniense ou de *terra sigillata* datáveis do século I a.C. (SEPÚLVEDA *et al.*, 2001: 213). Aparecem normalmente, em Cascais, em datações dos finais do século I a.C. a inícios do século I d.C. Os n.ºs 79 e 80 correspondem ao tipo 22.2 de VEGAS (1973: 61), que as data do período tardo-republicano. No Castelo de Lousa são datáveis do mesmo período (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa XLVIII, n.ºs 35-40, p. 254 e 255).

Pratos (Fig. 31)

Os três exemplares que apresentamos, n.ºs 92-94, possuem paredes arqueadas. J. Alarcão, no seu estudo sobre a cerâmica de *Conimbriga*, publica uma peça semelhante à nossa n.º 92, encontrada em contexto de época flávia (ALARCÃO, 1974a: peça 493). Para os n.ºs 93-94, encontramos abundantes paralelos no Castelo de Lousa na sua forma 1, de característica tardo-republicana (PINTO e SCHMITT, 2010: estampas LII-LV, n.ºs 1-64, p. 260 e 261).

⁵ Temos dúvidas se não devíamos incluir neste grupo as peças n.ºs 28-31.

Alguidares (Fig. 32)

Para nosso alguidar n.º 95, de bordo em “T” e galba arqueada, encontramos paralelos na forma 1 do Castelo de Lousa, datada do principado de Augusto (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa LVII, n.º 2-7, p. 264). Uma outra forma de alguidar apresenta galba ligeiramente arqueada, bordo recto com canelura na parte inferior (Fig. 32, n.º 102). É um tipo que tem datação de larga diacronia. No entanto, Encarnación Serrano coloca a sua produção nos inícios do século I d.C. (SERRANO, 1995: 233, fig. 5, 37). No Castelo de Lousa também se recolheram exemplares desta forma (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa LIX, n.º 24, p. 268).

Funil (Fig. 32)

Peça rara, de que temos apenas parte do reservatório em forma de calote, de bordo adoçado, e a parte superior do arranque do bico (n.º 101). No Castelo de Lousa foi recolhido um funil com algumas semelhanças no bordo (PINTO e SCHMITT, 2010: estampa XCVIII, n.º 1, p. 289).

Dolium (Fig. 32)

De bordo reentrante adoçado, seguido de duas caneluras decorativas (n.º 103). É uma forma comum no Império romano.

Testo (Fig. 33)

Para além dos troncónicos, em forma de tigela (n.ºs 104-107), os mais comuns são os de pequena pega central, de secção circular ou com ligeira protuberância em forma de mamilo (n.ºs 108-117). Mais raros são os de forma discoidal com furo central (n.ºs 118-120).

Pesos de rede (Fig. 37)

Os exemplares do forno 3 são de forma discoidal com furo central, de secção triangular, contorno arredondado, onde foi aberto um sulco perpendicular para fixação do fio que o prendia à rede (n.ºs 151-153). Um subtipo mais pequeno apresenta apenas um rasgo na parte exterior do anel para segurar o fio (n.º 154).

Pesos de tear (Fig. 37)

São de um furo, em forma de paralelepípedo trapezoidal. É uma forma vulgar, da qual existem variantes por todo o Império (n.ºs 155-158).

Dormentes ⁶ (Figs. 34-36)

Estes separadores de apoio às peças quando estas eram enfiadas para cozer, têm a forma de pequenos alguidares rústicos com um furo na base, habitualmente empenados e com grandes irregularidades de fabrico. Esta ausência de acabamentos justifica-se pela sua serventia, que não carecia de grandes cuidados. A presença da impressão de dedos na parte mais estreita justifica-se pela sua utilização e pela necessidade de serem agarrados pela base plana. Encontramos paralelos nos fornos de *terra sigillata* itálica de Scoppieto, Itália (BERGAMINI, 2005: 292-293), classificados como separadores em trompa. Para além deste tipo, na *figlina* do Morraçal foram utilizados os separadores cilíndricos de paredes convexas (peça n.º 147) e anelares (peça n.º 148).

Almofarizes (Fig. 36)

Do forno 3 temos dois fragmentos de almofarizes de bordo extrovertido apoiado sobre carena (n.ºs 149 e 150). São nítidas as estrias na parede interna que caracterizam normalmente estes utensílios de cozinha. Mercedes Vegas classifica esta forma como tigela do tipo 8 e data-a do século I d.C. (VEGAS 1973: 35).

Fundos (Figs. 38-40)

Existem diversos fundos de recipientes de tamanhos e peças distintas (n.ºs 159-203). De realçar a presença de peças com frete (n.ºs 159-161) ou apenas de acabamento fretado (n.ºs 162-175) mas sem pé anelar. Coexistem nos mesmos estratos também os fundos de pé em bolacha e os de corte simples.

Destaque também para duas peças deformadas durante a cozedura: uma devido às altas temperaturas (n.º 164) e outra com um grande vacúolo (n.º 175), causado por bolha de ar criada por deficiente amassar do barro durante a preparação da argila.

(continua na pág. 84)

⁶ Actualmente, nas olarias tradicionais, para além dos dormentes, para criar espaço entre as peças e as paredes do forno, utiliza-se o “burro”, calha de cerâmica, ou, mais comum, um simples tijolo para servir de apoio aos alguidares ou outras peças de grandes dimensões.

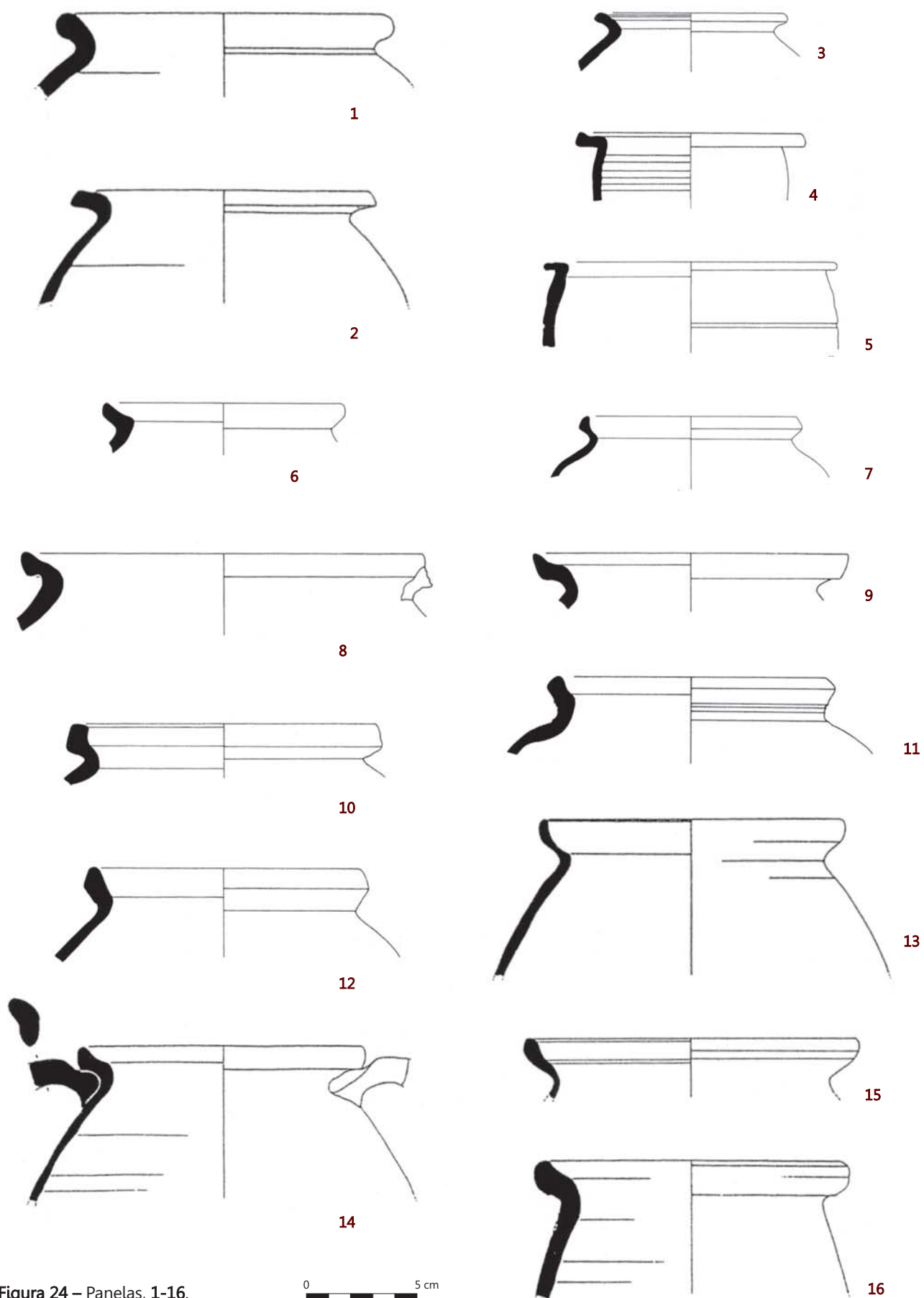


Figura 24 – Painéis, 1-16.

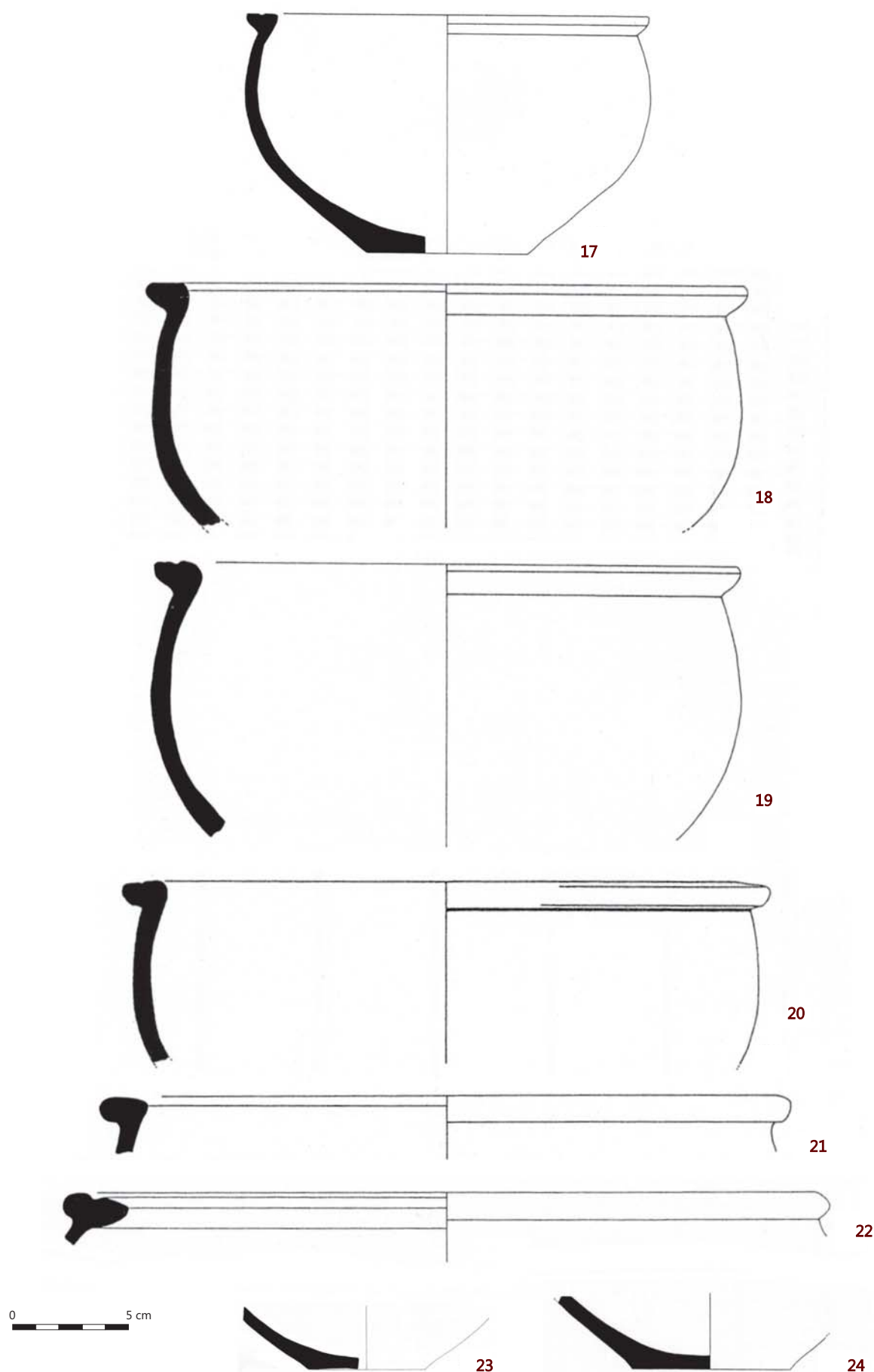


Figura 25 – Tachos, 17-24.

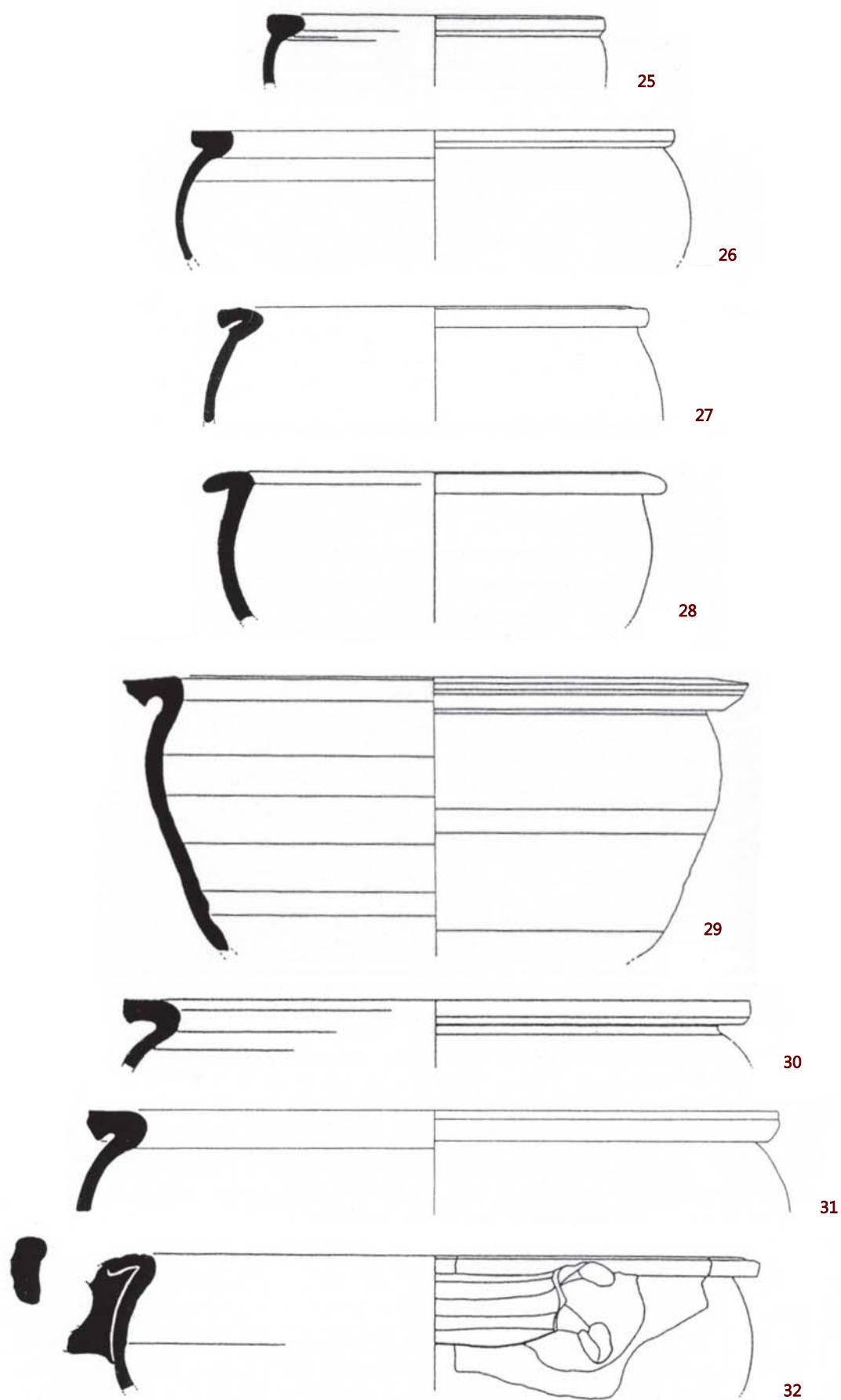


Figura 26 – Tachos, 25-31; Terrina, 32.

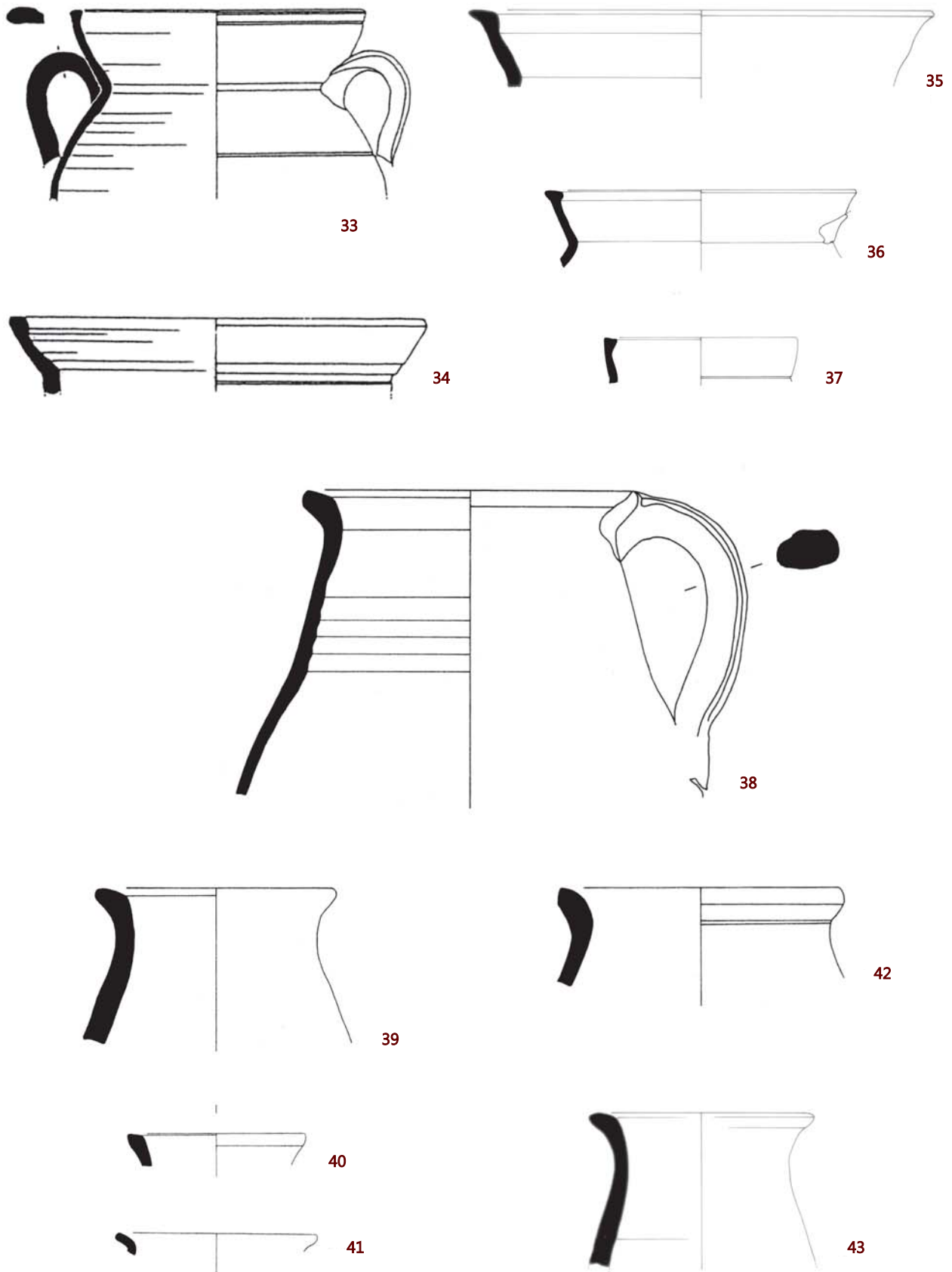


Figura 27 – Púcaras, 33-37; Jarros, 38-43.

0 5 cm

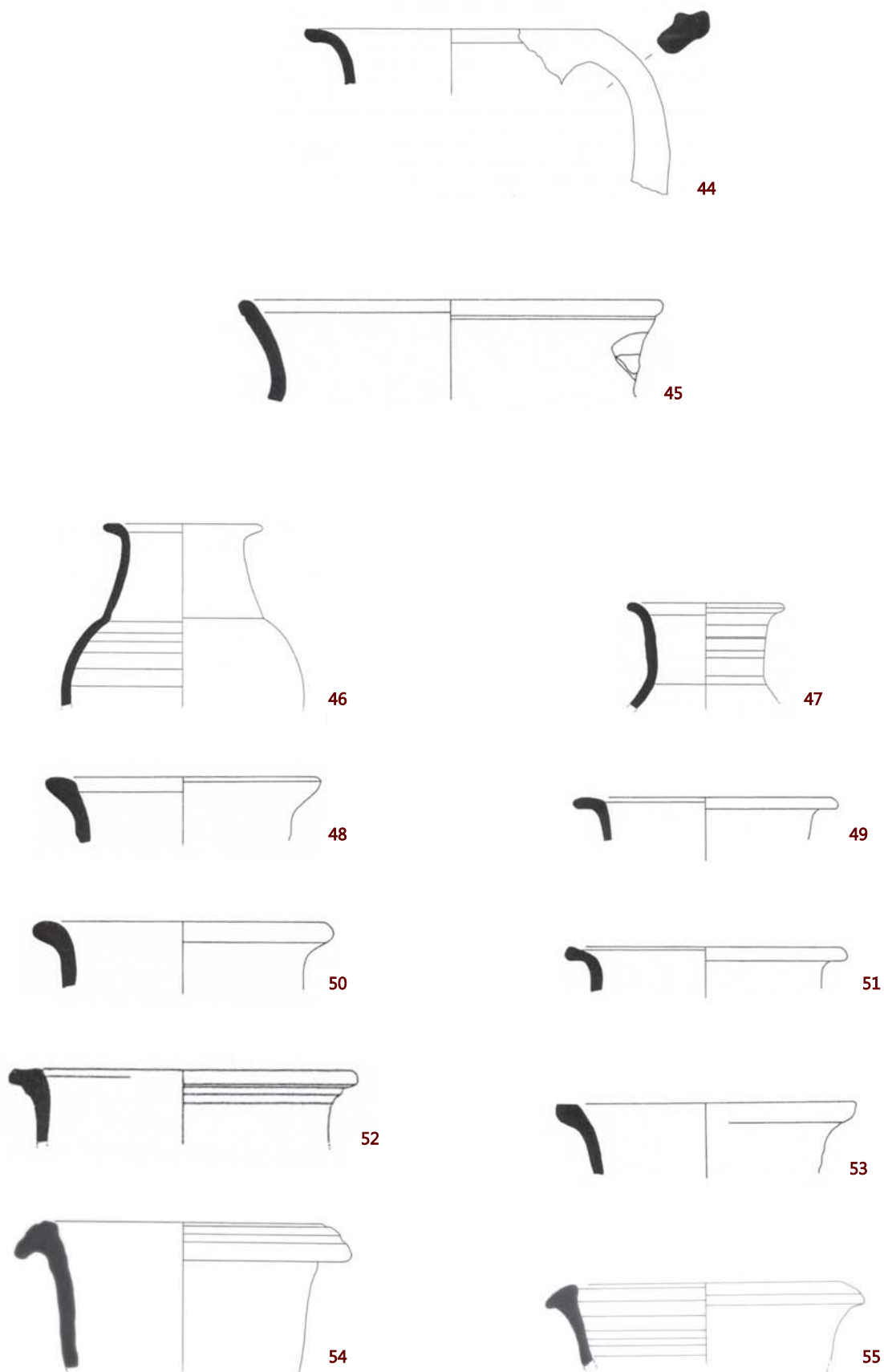


Figura 28 – Jarros, 44-45; Potes, 46-55.

0 5 cm

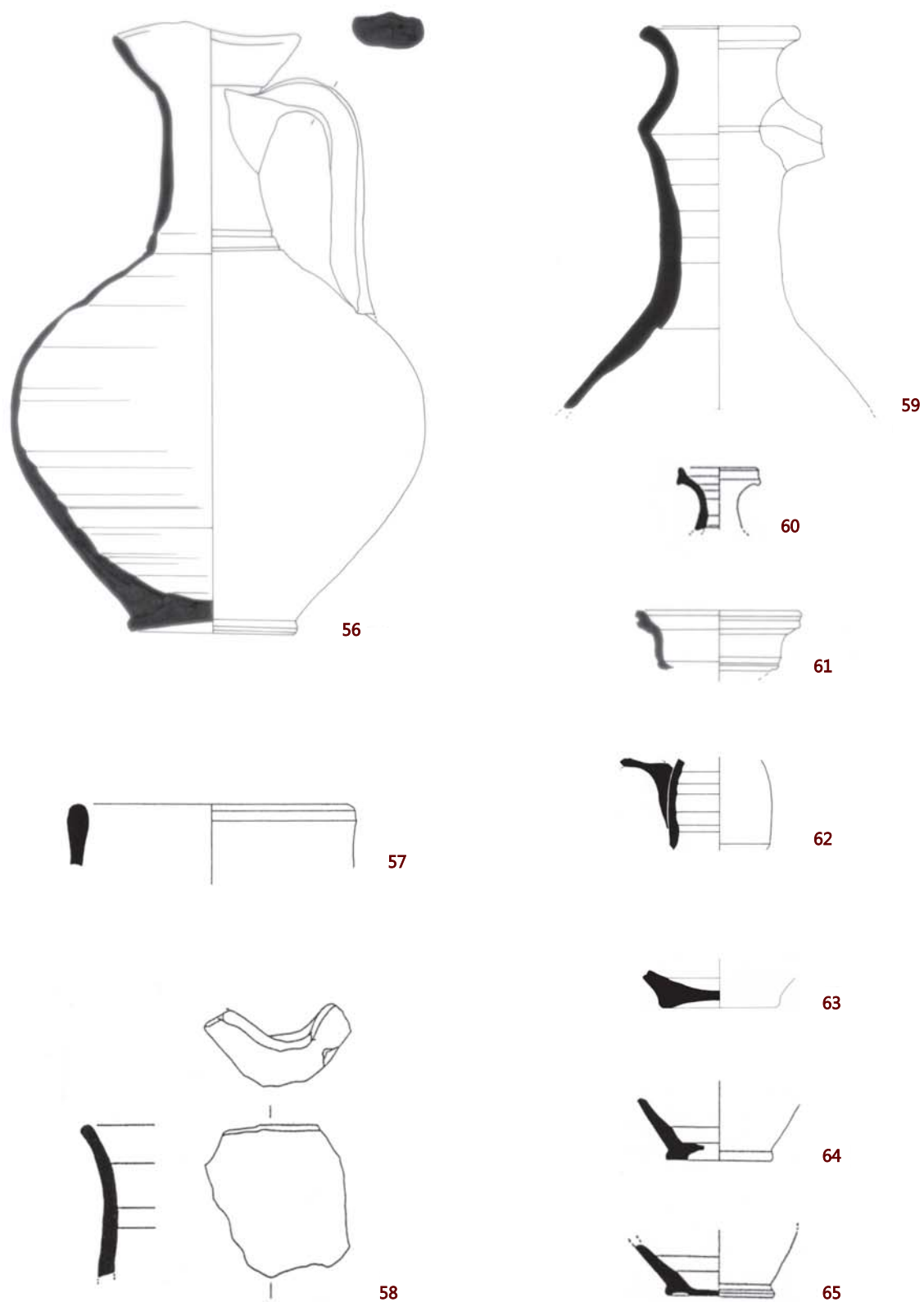


Figura 29 – Bilhas, 56, 59-65; Cântaro, 57; Jarro, 58.

0 5 cm

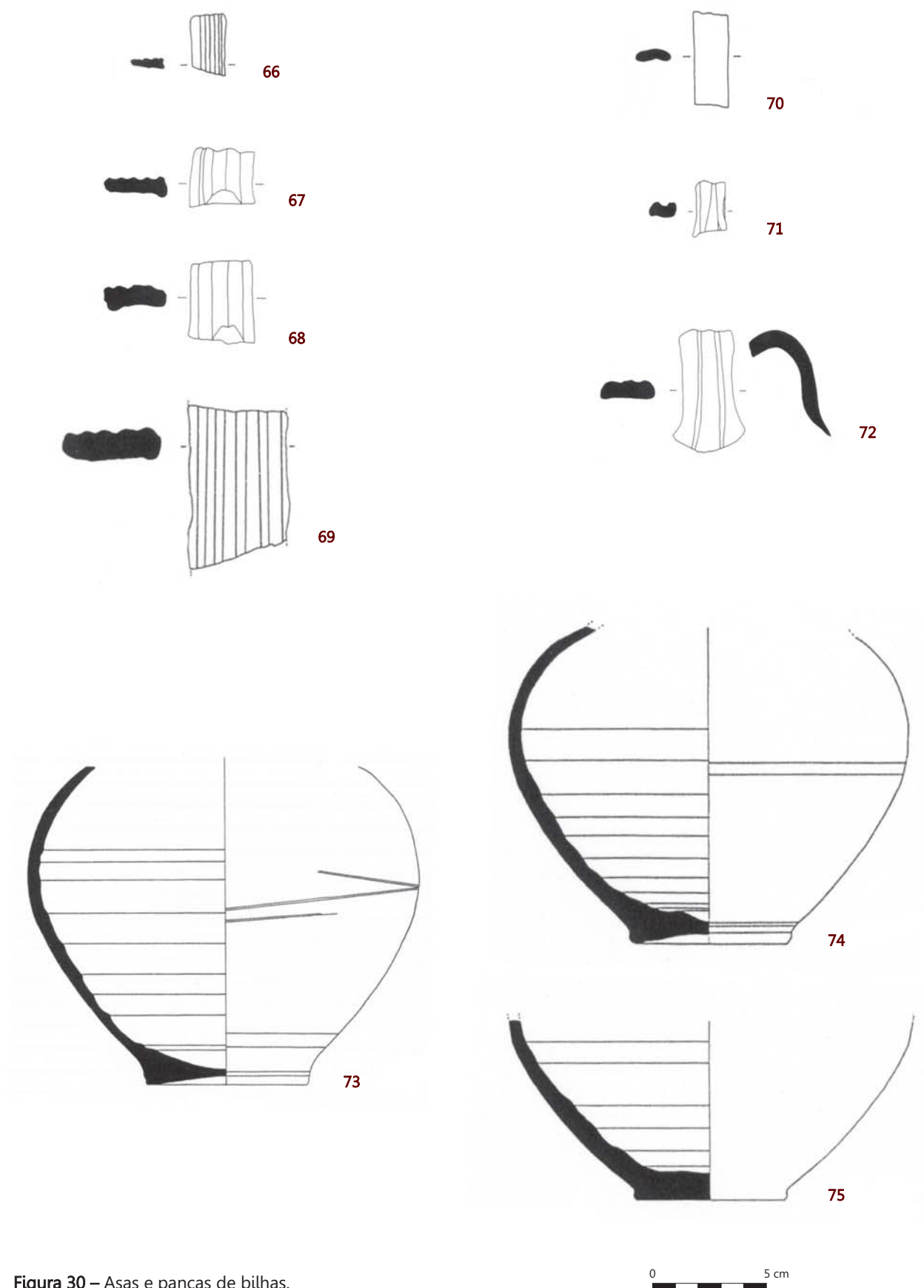


Figura 30 – Asas e panças de bilhas.

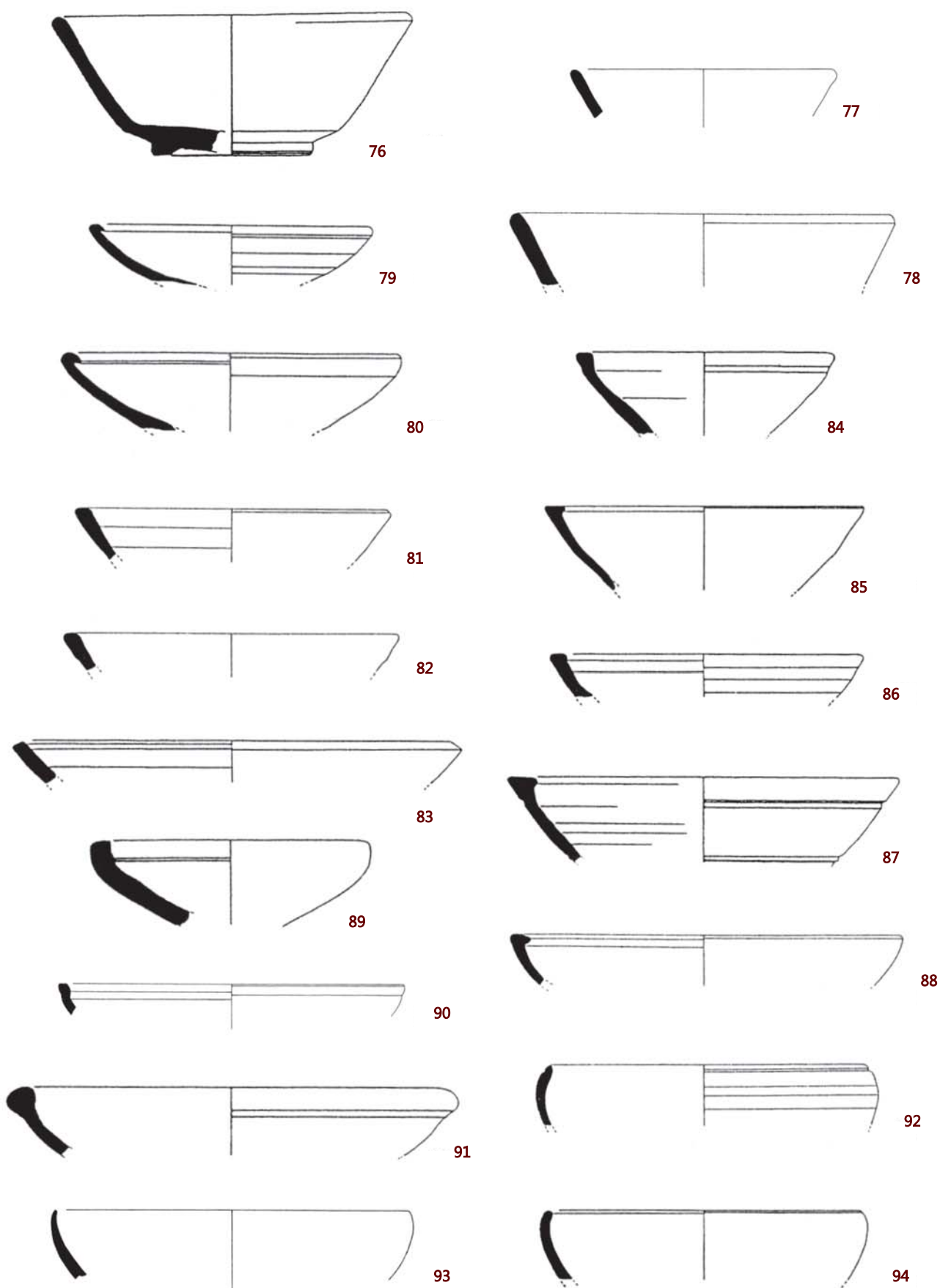


Figura 31 – Taças / Tigelas, 76-91; Pratos, 92-94.

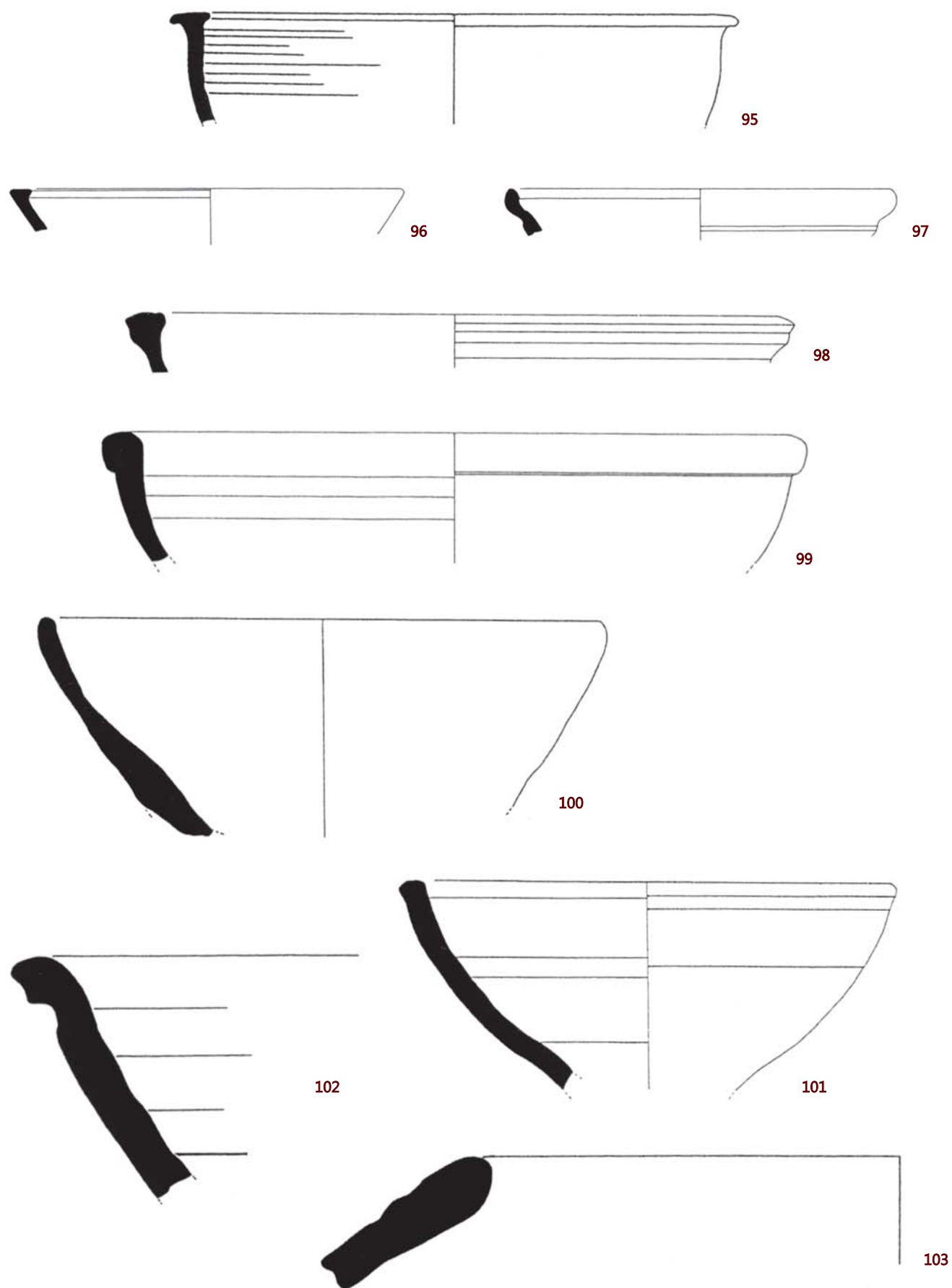


Figura 32 – Tigelas, 96-100; Funil, 101; Algalidar, 102; Dolium, 103.

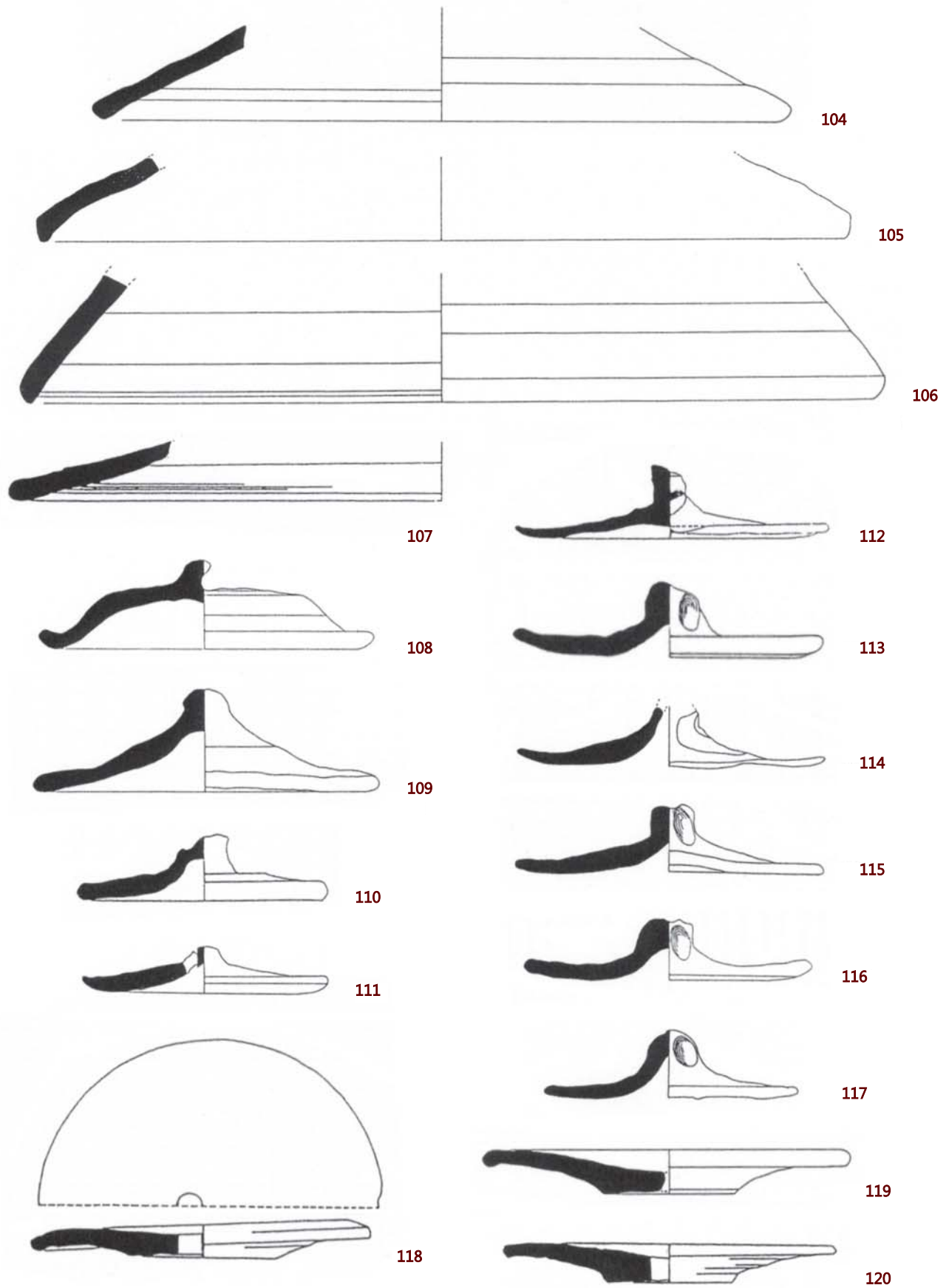
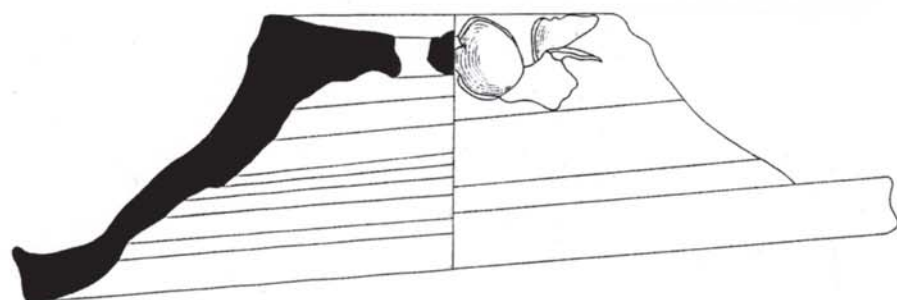
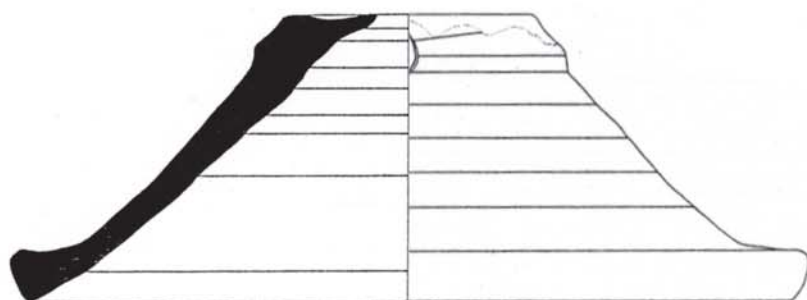


Figura 33 – Testos: troncônicos, **104-107**; com pega central, **108-117**; discoidais com furo central, **118-120**.

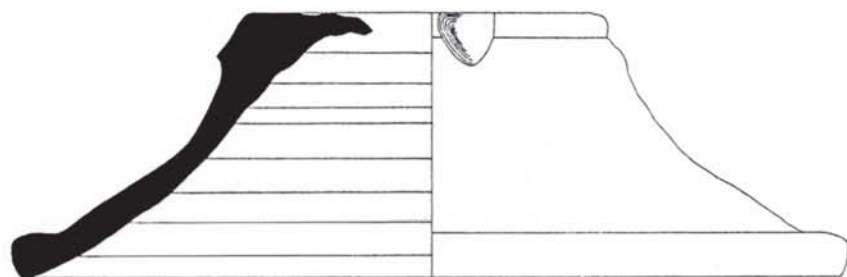
0 5 cm



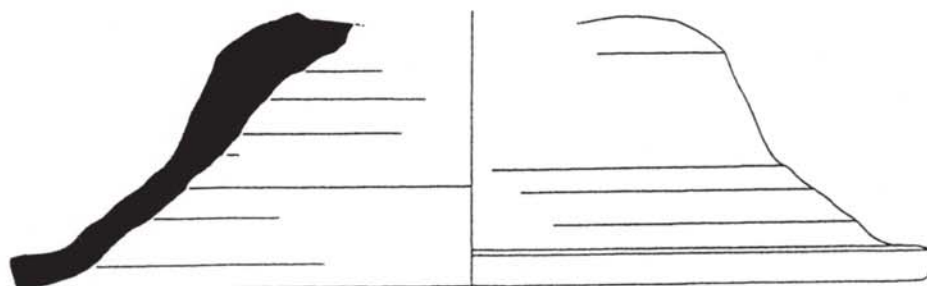
121
121



122

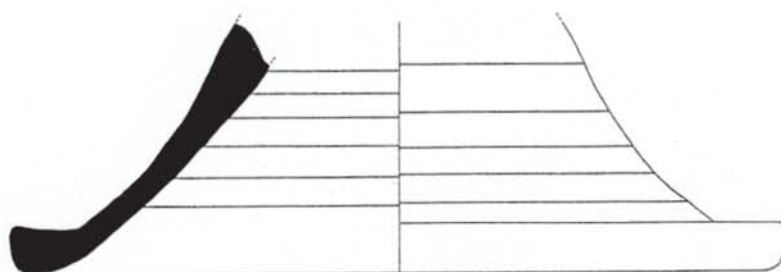


123

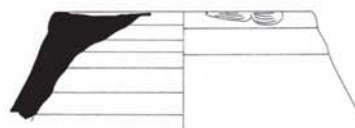


124

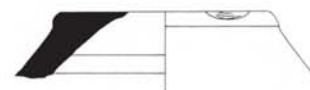
0 5 cm



125



126



127

Figura 34 –
Dormentes cónicos.

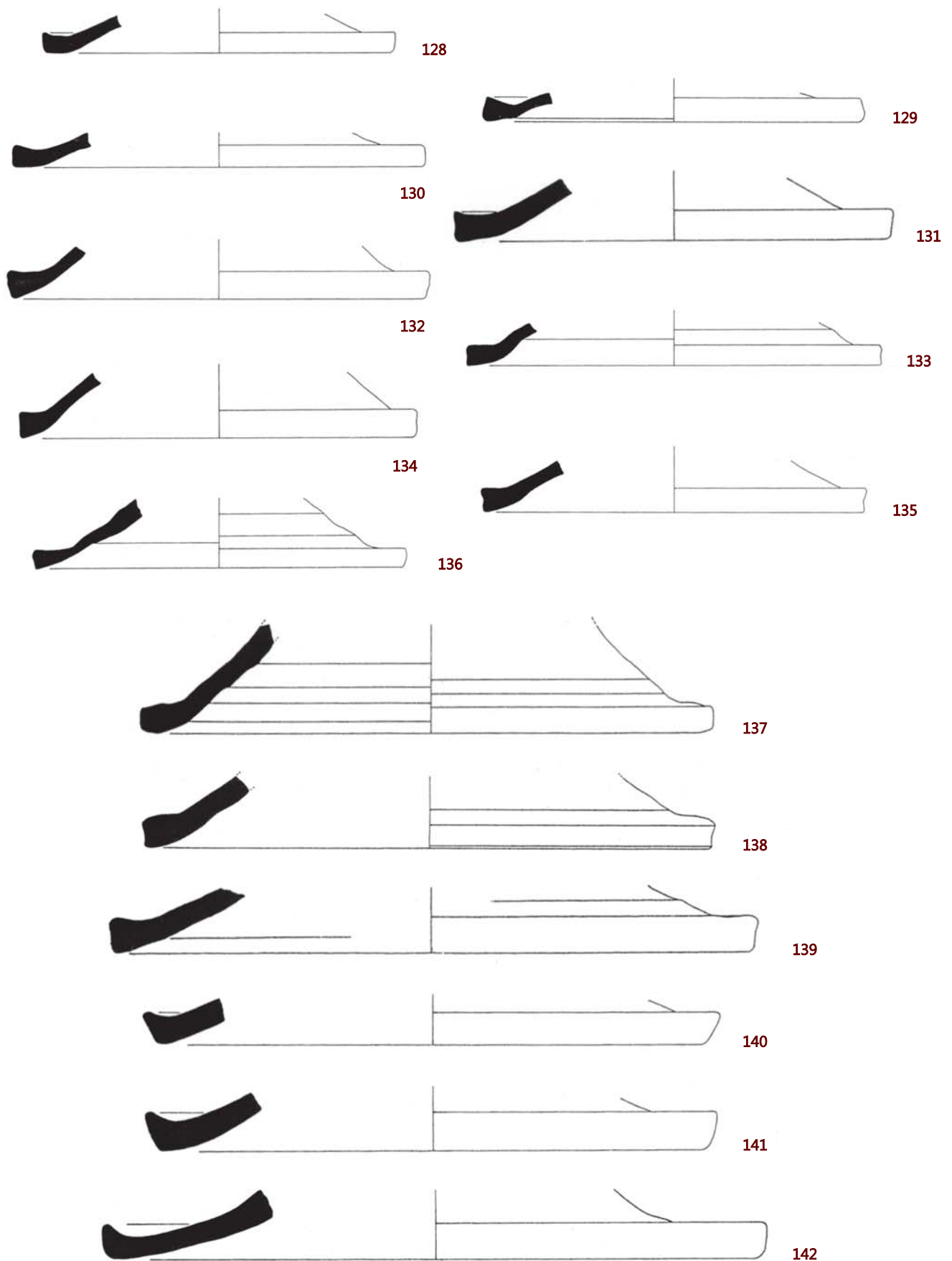


Figura 35 – Dormentes cónicos.

0 5 cm

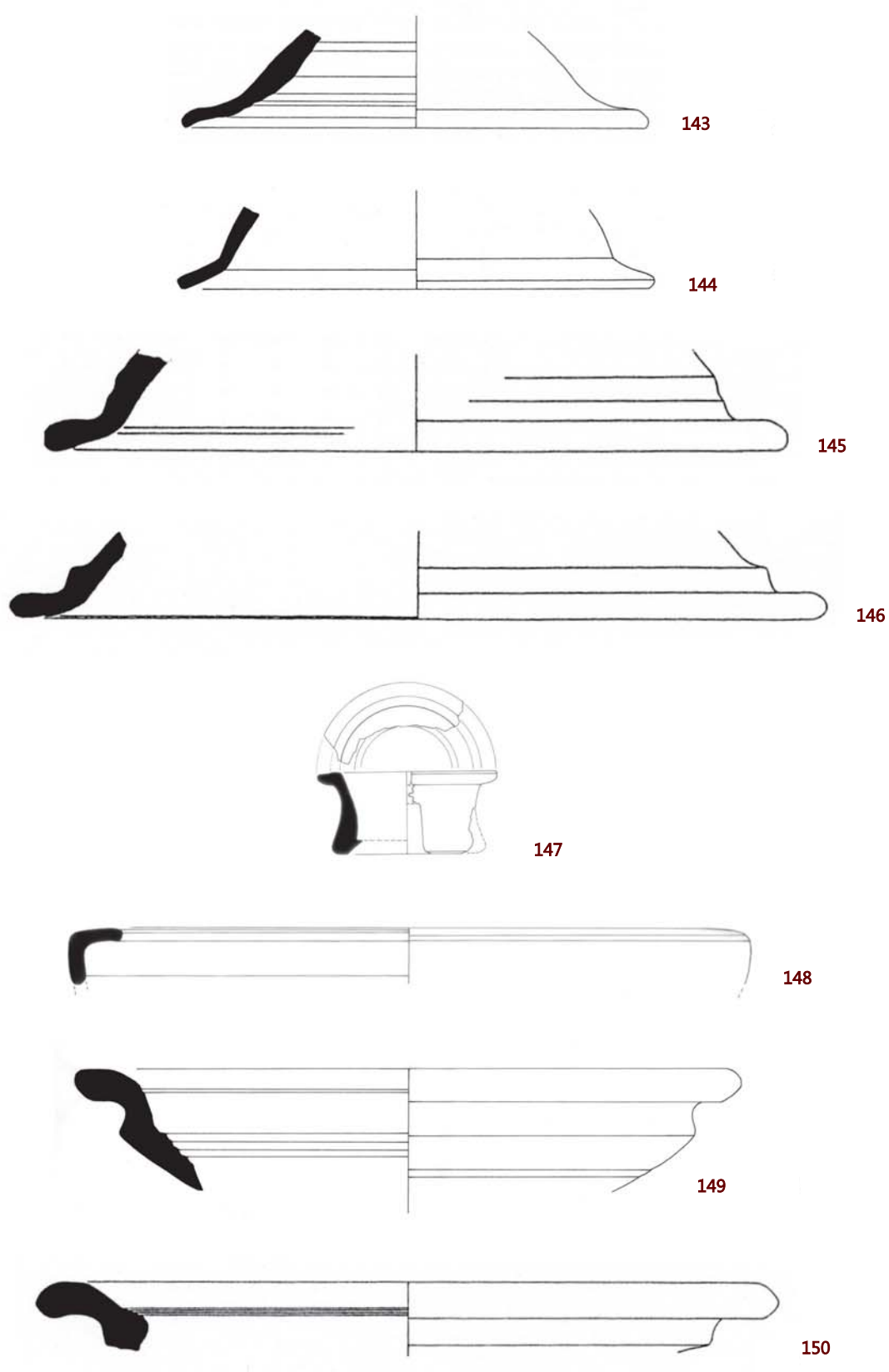


Figura 36 – Dormentes cónicos, 143-146;
Separador cilíndrico, 147; Separador anelar, 148; Almofarizes, 149-150.

0 5 cm

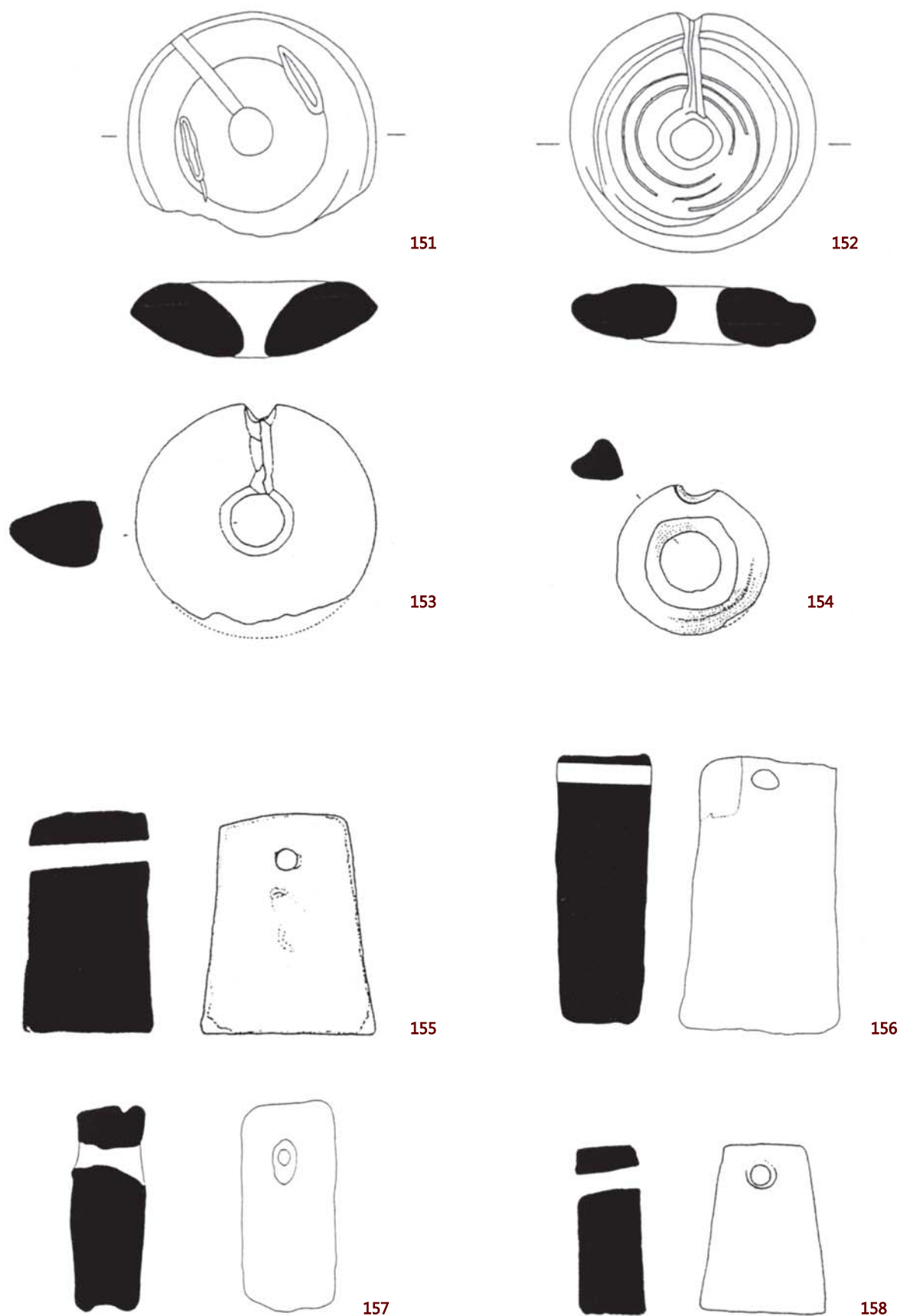


Figura 37 – Pesos de rede, 151-154; Pesos de tear, 155-158.

0 5 cm

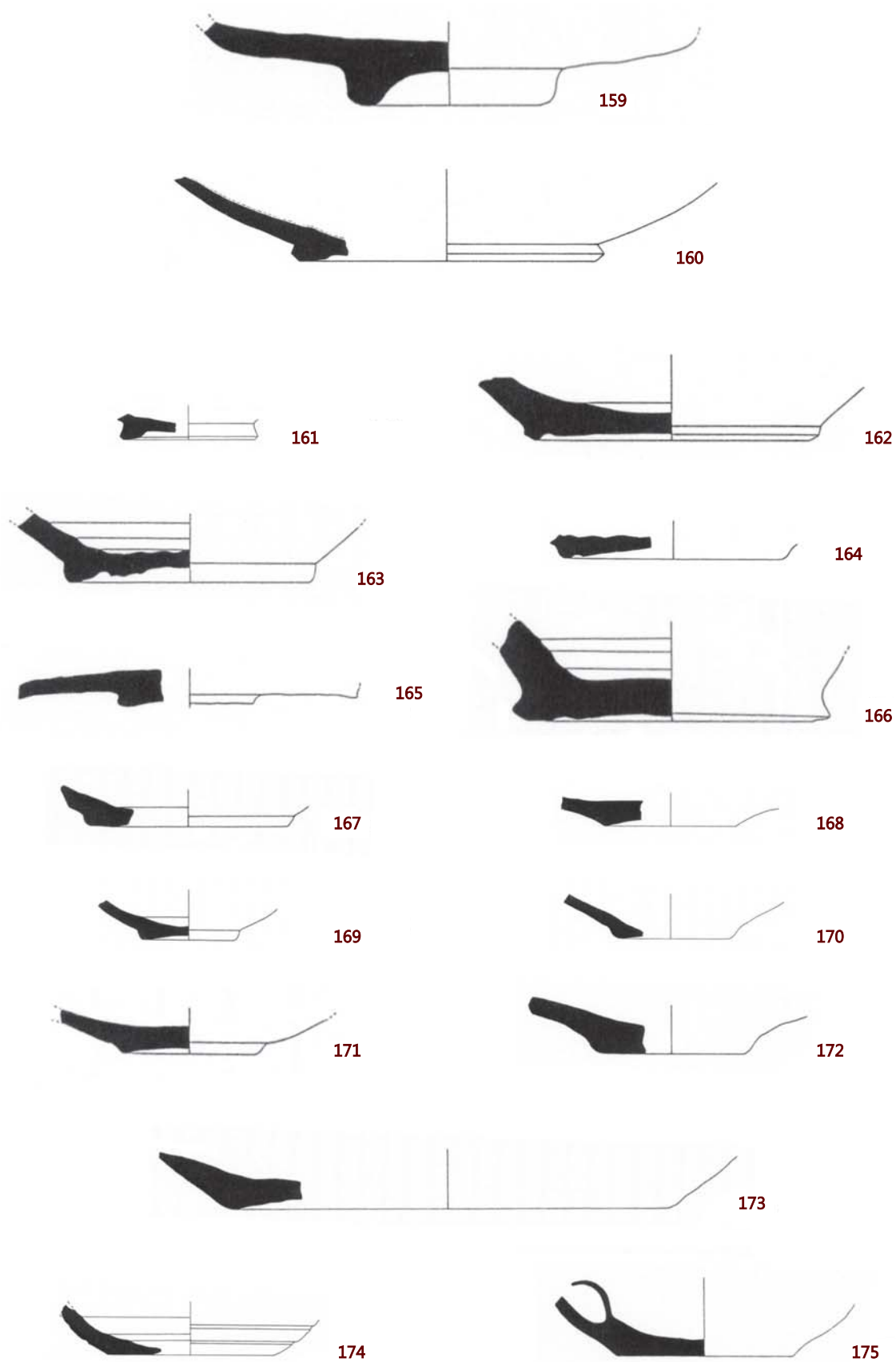


Figura 38 – Fundos fretados e de corte direito.

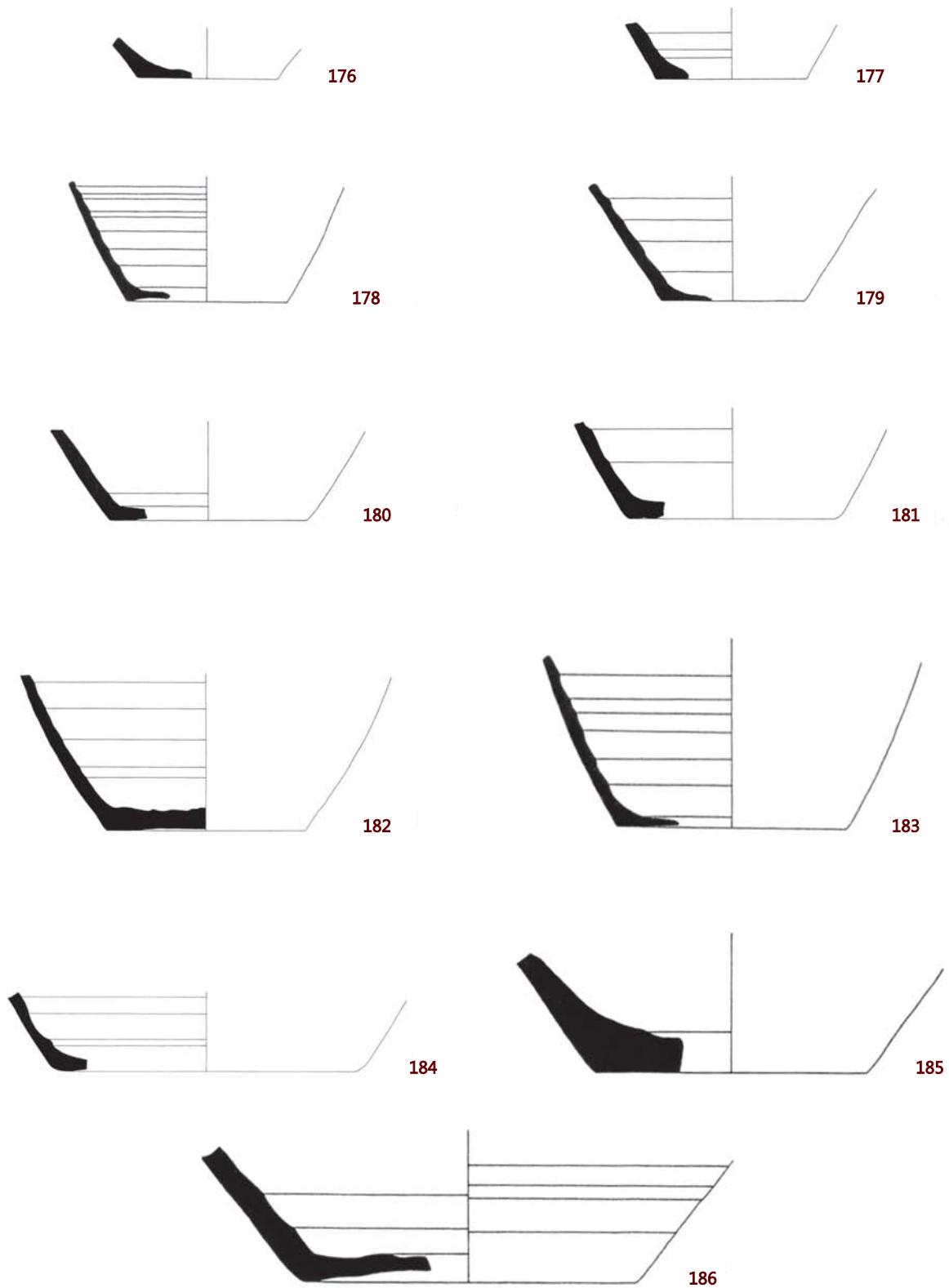


Figura 39 – Fundos simples de corte direito.

0 5 cm

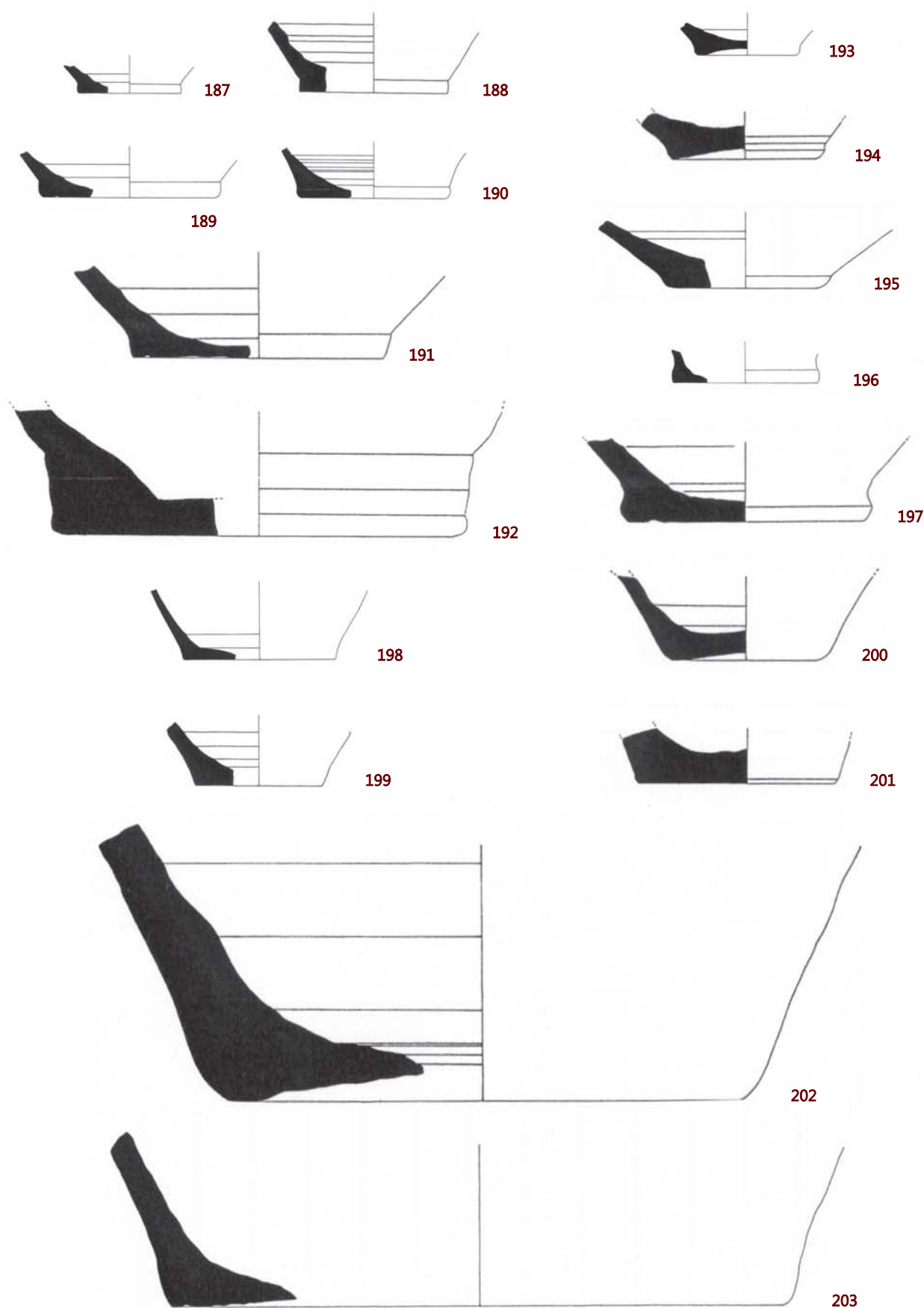


Figura 40 – Fundos em bolacha e corte simples.

0 5 cm

(continuação da pág. 66)

8. Cronologia

Embora tenhamos a certeza de que uma cronologia fina seria de esperar de um conjunto selado, é por razões que se prendem normalmente com a duração (longevidade) no tempo das formas / peças efectuadas em cerâmica comum, que teremos de recorrer a paralelos – com as suas diacronias muito próprias – quer de sítios arqueológicos no actual território português, quer de outros ligados ao vasto Império romano. As datações mais finas que obtivemos apontam para uma cronologia que pode situar-se entre Augusto e os inícios do século II d.C., o que é corroborado pela fíbula recolhida no *praefurnium* do forno 3, do tipo Aucissa, aro de bronze com a marca *Dornacus*, datável dos séculos I a.C.-I d.C. (CARDOSO e RODRIGUES, 2005: 87). No entanto, as ânforas recolhidas deste forno, abrangem, para os exemplares mais antigos, o principado de Augusto. Os mais tardios poderão ser já dos inícios do século III (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006: 276).

9. Ânforas do Morraçal da Ajuda noutras regiões

Na última década, identificaram-se vários fragmentos de ânforas provenientes do Morraçal da Ajuda, que possivelmente transportariam os preparados piscícolas produzidos em Peniche para diversos pontos da Lusitânia e da Tarraconense.

Três fragmentos com o selo *L. Arveni Rustici* foram identificados em escavações arqueológicas realizadas na ilha da Berlenga (BUGALHÃO e LOURENÇO, 2006: 289), em Santarém (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO, 2006: 239) e em Idanha-a-Velha (BANHA, 2006 e 2010), confirmando o seu transporte marítimo até *Olisipo*, de onde subiam o Tejo, em embarcações fluviais, até Santarém, Abrantes ou Vila Velha de Ródão, continuando depois o resto da viagem em carros de bois ou no dorso de animais, até ao interior da Beira Baixa, nomeadamente no caso de Idanha-a-Velha.

Mais para Sul, junto a Beja, na *villa* romana do Monte da Cegonha, foram identificados fragmentos do tipo Peniche 6, e na *villa* romana de Tourega, perto de Évora, ânforas do tipo Peniche 12 (PINTO e LOPES, 2006: 204 e 213). Segundo informação oral do arqueólogo

Virgílio Correia, também foram recolhidas ânforas de Peniche em antigas escavações arqueológicas de *Conimbriga*⁷. Por último, já na antiga província romana da Tarraconense, foram identificados, segundo o arqueólogo Rui Morais, fragmentos de ânforas provenientes do Morraçal nas antigas cidades de *Lucus Augusti*, *Bracara Augusta*⁸, *Eberubritium*, *Olisipo* e *Emerita Augusta*.

10. Importações béticas

Entre os fragmentos de cerâmica recolhidos no Morraçal da Ajuda, existe um pequeno grupo de materiais proveniente da Bética, mais concretamente da bacia do Guadalquivir. As pastas são perfeitamente distintas das locais, não deixando qualquer dúvida relativamente à sua origem: são mais claras e finas, e as linhas de fractura são diferentes. Tais achados comprovam a ligação comercial entre a Lusitânia e a Bética através de rotas marítimas. Existem fragmentos de cerâmica comum e de ânforas das formas Haltern 70, Dressel 20, Beltran I, Beltran IIA e IIB.

Embora seja estranha a presença de ânforas de centros produtores da Bética em olarias da Lusitânia, encontra-se já registada na olaria de Abul, na bacia do rio Sado (MAYET e SILVA, 2002: 28 e 29).

11. Conclusões

A descoberta fortuita de um forno de cerâmica no Morraçal da Ajuda possibilitou o início de um melhor conhecimento histórico de Peniche durante a época romana.

Na antiga ilha terá sido instalada uma olaria durante o principado de Augusto, que terá perdurado até fi-

⁷ Em 2013, Ida Buraca e Virgílio Hipólito Correia confirmaram a existência de produções anfóricas do Morraçal da Ajuda no espólio de ânforas lusitanas recolhido nesta cidade romana (BURACA, 2016).

⁸ Numa recente análise às ânforas lusitanas de *Bracara Augusta*, efectuada pelo Centro de Investigação em Química da Universidade do Minho, foram encontrados indícios de pasta de peixe em ânforas consideradas originárias de Peniche (MORAIS, OLIVEIRA e ARAÚJO, 2016).

nais do século II. O povoamento do litoral Norte da ilha ficou assim comprovado, faltando de momento identificar os locais onde os Romanos instalaram as fábricas de derivados piscícolas.

As formas de ânforas produzidas localmente, na primeira fase, são idênticas às produzidas na zona Sul da Tarraconense e da Bética, existindo da parte do produtor o cuidado de aplicar um engobe branco para dar um aspecto mais claro às pastas, muito

idêntico às das provenientes da Bética. Na última fase apareceram formas novas que, aparentemente, não tiveram grande aceitação.

As trocas comerciais fizeram-se, fundamentalmente, com a Bética, de onde se importava azeite, vinho e preparados piscícolas. De Peniche, exportavam-se, provavelmente, *garum* e outras salmouras de peixe para diversas regiões da Lusitânia e do Noroeste da Tarraconense (posterior província da *Gallæcia*). ■

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1974a) – *Cerâmica Comum Local e Regional de Conimbriga*. Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de (1974b) – “A Necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel)”. *Conimbriga*. Coimbra. 13: 5-32.
- ALARCÃO, Jorge de (1975) – “La Céramique Commune, Locale et Régionale”. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Ed. de Boccard. Vol. V, pp. 1-158.
- ALARCÃO, Jorge de (1976) – “Chapitre IX. Les amphores”. In ALARCÃO, J. e ÉTIENNE, R. *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Ed. de Boccard. Vol. VI, pp. 79-88.
- ALBIACH, R. et al. (1998) – “La Cerámica de Época de Augusto Procedente del Relleno de un Pozo de Valentia (*Hispania Tarraconensis*)”. *SFECAG. Actes du Congrès d'Istres*, pp. 144-200.
- ARRUDA, Ana M.; VIEGAS, Catarina e BARGÃO, Patrícia (2006) – “Ânforas Lusitanas da Alcçova de Santarém”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13: 233-252.
- BANHA, C. (2006) – *As Ânforas Romanas de Idanha-a-Velha (Civitas Igaeditanorum)* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado, policopiada.
- BANHA, C. (2010) – “As Ânforas Romanas de Idanha-a-Velha (*Civitas Igaeditanorum*)”. In OOSTERBEEK, L. (eds.). *Congresso Internacional de Arqueologia: Cem Anos de Investigação Arqueológica no Interior Centro, Castelo Branco 2008, Materiais*. Castelo Branco. Número especial, pp. 237-298.
- BERGAMINI, Margherita (2005) – “La Manifattura Romana di Scoppietto Elementi Fittili Funzionali”. In MENCHELLI, Simonetta e PASQUINUCCI, Marinella [cura]. “Território e produzioni ceramiche. Paesaggi, economia e società in età romana”. *Instrumenta*. Pisa. 2: 283-298.
- BERNAL, Dario; DÍAZ, J. J.; EXPÓSITO, J. A.; SÁEZ, A. M.; LORENZO, L. e SÁEZ, A. (2003) – *Arqueología y Urbanismo Avance de los hallazgos de época púnica y romana en las obras de la carretera de Camposoto (San Fernando, Cádiz)*. Cádiz: Patrimonio Histórico y Cultural de San Fernando.
- BLOT, Jean-Yves et al. (2006) – “O Sítio Submarino dos Cortiçais (costa meridional da antiga ilha de Peniche)”. In *Actas das I Jornadas de Arqueologia de Património da Região de Peniche*. Peniche: Câmara Municipal de Peniche, pp. 158-227.
- BOMBICO, Sónia (2008) – *Cortiçais (Peniche): um naufrágio romano alto imperial na costa atlântica lusitana*. Barcelona: Universidade de Barcelona. Tese de Pós-Graduação em Arqueologia Náutica Mediterrânea. Disponível em <http://independent.academia.edu/S%C3%B3niaBombico>.
- BUGALHÃO, Jacinta e LOURENÇO, Sandra (2006) – “As Ânforas Romanas da Ilha da Berlenga”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13: 279-294 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. 2004, Maio, 7 a 9).

- BURACA, Ida (2016) – “Lusitanian Amphorae in the Roman City of Conimbriga”. In PINTO, Inês Vaz, ALMEIDA, Rui Roberto and MARTIN, Archer (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 231-240 (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1996) – “O Contexto Oleiro de Muge na Produção Romana do Médio e Baixo Tejo”. In FILIPE, Graça e RAPOSO, Jorge (eds.). *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 167-178.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (2000) – “Olaria Romana de Peniche”. *Al-Madan*. Almada. II Série. 9: 210-211.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (2002) – “4ª Campanha de Sondagens Arqueológicas na Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche)”. *Al-Madan*. II Série. 11: 6.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (2005) – “Olaria Romana do Morraçal da Ajuda (Peniche, Portugal)”. In *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste”, 2001*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, pp. 81-102.
- CARDOSO, Guilherme; GONÇALVES, João L. e RODRIGUES, Severino (1998) – “Forno Romano de Cerâmica Descoberto em Peniche”. *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 7: 178-179.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino e GONÇALVES, João L. (1999) – “Uma Olaria Romana em Peniche”. *Al-Madan*. Almada. II Série. 8: 8.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino e SEPÚLVEDA, Eurico (2006) – “A Olaria Romana do Morraçal da Ajuda, Peniche”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13: 253-278 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. 2004, Maio, 7 a 9).
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico e RIBEIRO, Inês (2013) – “A Olaria do Morraçal da Ajuda, Peniche (Portugal): 12 anos de investigação”. In BERNAL, Dario; JUAN TOVAR, L. C.; BUSTAMANTE, Macarena; DÍAZ, J. J. e SÁEZ, A. M. (eds.). *Hornos, Tallers y Focos de Producción Alfarera en Hispania*. Cádiz. Tomo I, pp. 347-361 (*Monografías Ex Officina Hispana*, 1).
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico e RIBEIRO, Inês (no prelo) – “Produção e Comércio na Olaria Romana do Morraçal da Ajuda, Peniche (Portugal)”. In ALONSO RODRÍGUEZ, N.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. e JIMÉNEZ CHAPARRO, J. I. (eds.). *Actas del I Symposium Internacional «Gentes del Mar. Historia y Arqueología en el Litoral del Arco Atlántico*.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico e RIBEIRO, Inês (2016) – “Olaria Romana do Morraçal da Ajuda, Peniche: uma ‘indústria’ da Lusitânia litoral”. In *Actas do 1.º Congresso de História e Património da Alta Estremadura*. CEPAE e Câmara Municipal de Ourém.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino; SEPÚLVEDA, Eurico e RIBEIRO, Inês (2016) – “Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology”. In PINTO, Inês Vaz, ALMEIDA, Rui Roberto and MARTIN, Archer (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 3-17 (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).
- CASAS I GENOVER, Josep et al. (1990) – *Ceràmiques Comunes i de Producció Local d'Època Romana: I. Materials Augustals i Alto-Imperials a les comarques orientals de Girona*. Girona: Centre d'Investigacions Arqueològiques (*Sèrie Monogràfica*, 12).
- DIAS, M. et al. (2003) – “Chemical Characterisation of Pottery from the Kilns of Peniche (Portugal). A provenance study”. In DI PIERRO, S.; SERNEELS, V. e MAGGETTI, M. (eds.). *Ceramic in the Society Proceedings of 6th European Meeting on Ancient Ceramics 2001*. Fribourg: Universitas Fribourgensis, pp. 99-108.
- FERREIRA, José Ribeiro (1985) – *Ora Marítima*. Avieno. Coimbra: Textos Clássicos, 23.
- LAUBENHEIMER, Fanette (1990) – *Le Temps des Amphores en Gaule: vins, huiles et sauce*. Paris: Editions Errance.
- MAYET, Françoise e SILVA, Carlos T. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro, Portugal*. Paris: E. de Boccard.
- MAYET, Françoise e SILVA, Carlos T. (2002) – *L'Atelier d'Amphores d'Abul, Portugal*. Paris: E. de Boccard.
- MORAIS, Rui; OLIVEIRA, César e ARAÚJO, Alfredo (2016) – “Lusitanian Amphorae of the Augustan Era and their Contents: Oorganic Residue Analysis”. In PINTO, Inês Vaz, ALMEIDA, Rui Roberto and MARTIN, Archer (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, pp. 105-110 (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).

- NETO, Nuno *et al.* (2007) – “Neoépica, Lda. Principais intervenções em 2007”. *Al-Madan*. Almada. II Série. 7: 156-157.
- NOLEN, Jeannette (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- NOLEN, Jeannette (1995-1997) – “Acerca da Cronologia da Cerâmica Comum das Necrópoles do Alto Alentejo: novos elementos”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 13-15: 347-392.
- NOLEN, Jeannette e DIAS, Maria L. (1981) – “A Necrópole de Santo André, parte II. Os materiais”. *Conimbriga*. Coimbra. 20: 5-180.
- PADRÓS, P. (1998) – “Can Peixau. Un centre productor d'àmfores al territorium de Baetulo”. In COMAS, M. e PADRÓS, P. (coords.). *El vi a l'Antiguitat. Economia, Producció i Comerç al Mediterrani Occidental*. Badalona: Monografies Badalonines, 14, pp. 185-192.
- PINTO, Inês Vaz (2003) – *A cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. Coleção Teses.
- PINTO, Inês Vaz e LOPES, Conceição (2006) – “Ânforas das Villae Romanas Alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora)”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13: 197-224 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. 2004, Maio, 7 a 9).
- PINTO, Inês Vaz e SHMITT, Anne (2010) – “Capítulo 7.6. Cerâmica Comum”. In ALARCÃO, Jorge; CARVALHO, Pedro C. e GONÇALVES Ana (coords.). *Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: *Studia Lusitana*, 5, pp. 219-443.
- RAPOSO, Jorge (1990) – “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO, Adília e MAYET, Françoise (eds.). *As Ânforas Lusitanas, Tipologia, Produção, Comércio*. Paris: E. de Boccard, pp. 117-151.
- SÁNCHEZ, M.^a Ángeles (1992) – *Cerámica Común Romana de Mérida (Estudio preliminar)*. Cáceres: Series de Arqueología Extremeña, 3.
- SEPÚLVEDA, Eurico *et al.* (2001) – “Cerâmicas Romanas do Lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 2: cerâmicas «de verniz negro» e cinzentas”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 19: 199-234.
- SERRANO, Encarnación (1995) – “Producciones de Cerámicas Comunes Locales de la Bética”. In AQUILUÉ, Xavier e ROCA, Mercè (coords.). *Cerámica Comuna Romana d'Època Alto-imperial a la Península Ibèrica. Estat de la Qüestió*. Empúries: Monografies Emporitanes. 8, pp. 227-249.
- VASCONCELOS, José Leite de (1956) – “Miscelânea II”. *O Archeologo Português*. Lisboa. 30: 181-186.
- VEGAS, Mercedes (1973) – *Cerámica Común Romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Instituto de Arqueología y Prehistoria da Universidad de Barcelona. Publicaciones Eventual, 22.
- VENÂNCIO, Rui (2000) – “De uma Inscrição Encontrada em Peniche à História de uma Importante Família Olisiponense”. *Conimbriga*. Coimbra. 39: 259-273.
- VENÂNCIO, Rui (2005) – “Acompanhamento Arqueológico da Obra de Alargamento do Porto de Pesca de Peniche: resultados e conclusões”. In *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste”, 2001*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, pp. 79-90.

A Olaria Romana da Garrocheira, Benavente

resultados de três intervenções arqueológicas

Clementino Amaro	Arqueólogo co-responsável pelo projecto.
Cristina Gonçalves	Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Benavente e arqueóloga co-responsável pelo projecto.

Texto entregue para publicação em Março de 2011.

Atualizado pontualmente em Fevereiro de 2014.

Resumo

A olaria romana da Garrocheira no concelho de Benavente é composta até ao momento por dois fornos, dispostos em bateria, onde se produziu essencialmente ânforas da forma Dressel 14.

Realizaram-se até ao momento no local três campanhas arqueológicas (1987, 2004 e 2010).

O sítio arqueológico localiza-se num terraço na margem direita do rio Sorraia, a uma altitude média de 8 metros, constituído, geologicamente, por um depósito de aluvião, de origem fluvial, do Quaternário.

No âmbito do contexto romano da envolvente dos fornos, destaque para os vestígios de uma necrópole no sítio da Courela das Caveiras e na margem esquerda do rio regista-se uma mancha de materiais no Monte da Parreira eventualmente associável a uma *villa*.

O escoamento da produção era feito pelo rio Sorraia que à época passaria junto à olaria, por um braço hoje conhecido por “rio Velho”.

Os fornos, a nível de abastecimento de lenha, utilizavam a mata da Garrocheira que subsistiu até ao século XIX.

No decurso da segunda campanha arqueológica foi escavado o troço de um muro com cerca de 8,50 m de comprimento e apresentando uma abertura com 1,15 m e que corresponde à estrutura que delimita o pátio que integraria a área de trabalho operário, os fornos, um tanque de decantação e o telheiro fronteiro ao acesso às fornalhas.

Para além da produção anfórica, regista-se igualmente o fabrico de loiça em cerâmica comum.

Presume-se que na parte final da laboração da olaria esta tenha produzido a variante mais pequena da Dressel 14.

Deu-se, entretanto, início à análise química de argilas e do primeiro lote de amostras da forma Dressel 14 realizadas no Instituto Tecnológico e Nuclear.

Palavras-chave: Herdade da Garrocheira, fornos, ânforas, cerâmica comum, Arqueometria.

Abstract

Garrocheira's Roman pottery in Benavente municipality is composed so far by two kilns, arranged in battery, where essentially Dressel 14 amphorae form was produced. Three archaeological campaigns (1987, 2004 and 2010) were held at the site. The archaeological site is located on a terrace on the right bank of the Sorraia River, at an average altitude of 8 meters, geologically constituted by an alluvial deposit of fluvial origin from the Quaternary. Within the Roman context on the surroundings of the kilns, the remains of a necropolis on the site of Courela das Caveiras and on the left bank of the river stands out an area of materials on Monte da Parreira, possibly associated to a *villa*. The production outflow was made by the river Sorraia, which at the time would pass near the pottery, by an arm known today as the "Old River". The kilns, in terms of fuel supply, used the Garrocheira forest that survived until the 19th century. During the second archaeological campaign a wall the section about 8.50 m in length was excavated and it had an opening with 1.15 m and that corresponds to the structure that delimits the patio that would integrate the working area, the kilns, a settling tank and the shed opposite the furnaces. In addition to the amphoric production, there is also the production of common ware ceramics. Is presumed that in the final life of the pottery it has produced the smaller variant of Dressel 14. However, the chemical analysis of clays and the first set of Dressel 14 samples were carried out at the Technological and Nuclear Institute.

Key words: Herdade da Garrocheira, kilns, amphorae, common ware, archaeometry.

A Olaria Romana da Garrocheira, Benavente

resultados de três intervenções arqueológicas

Clementino Amaro	Arqueólogo co-responsável pelo projecto.
Cristina Gonçalves	Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Benavente e arqueóloga co-responsável pelo projecto.

Texto entregue para publicação em Março de 2011.

Actualizado pontualmente em Fevereiro de 2014.

1. Introdução

1.1. O sítio e seu enquadramento geográfico e geológico

A Olaria Romana da Garrocheira, no concelho de Benavente, foi detectada na década de 60 do século passado, na sequência da remoção de terras durante a fase de construção do canal de rega de Salvaterra de Magos, tendo, como consequência, destruído parte de um forno e desmontado um tanque de decantação (Fig. 1).

Procedemos ao reconhecimento da olaria em inícios da década de 80, com a identificação, no essencial, de fragmentos anfóricos que se integravam na produção da forma Dressel 14.

Após uma primeira intervenção arqueológica realizada em 1987 ¹, da qual resultou na identificação de dois fornos, dispostos em bateria, produzindo essencialmente ânforas na fase do Alto Império, mas também loiça em cerâmica comum, no decurso da segunda e terceira campanhas, respectivamente em 2004 e 2010, deu-se início à escavação das entulheiras

Figura 1 – Olaria da Garrocheira no contexto das vias romanas para Mérida, segundo ALARCÃO, 2006 (excerto).



¹ A primeira campanha inseriu-se num projecto integrado de investigação, iniciado em 1985, e que incluiu os concelhos de Almada, Alcochete, Benavente e Seixal.

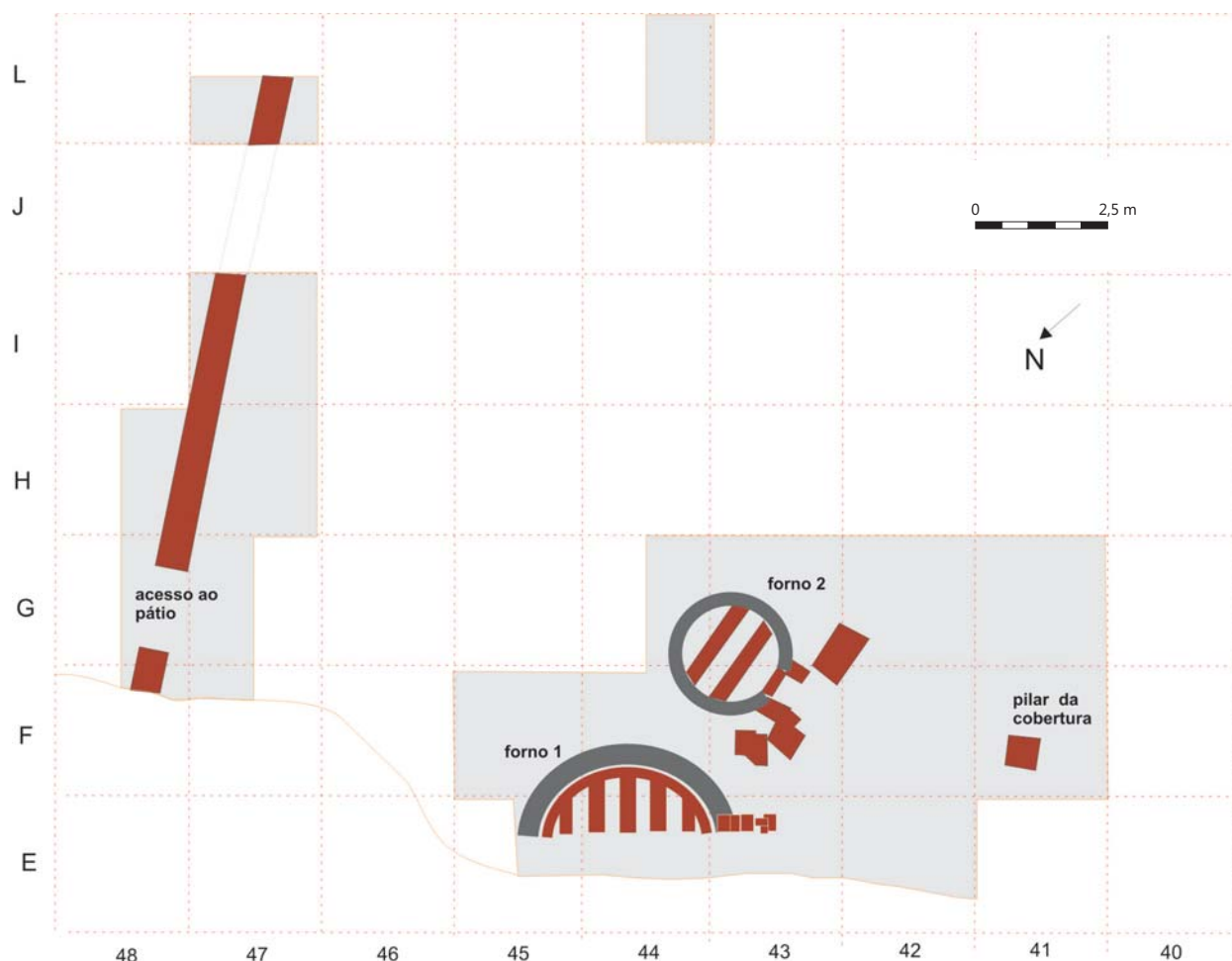


Figura 2 – Planta geral da olaria romana da Garrocheira, Benavente.

fronteiras à boca de combustão dos fornos e do muro de encerramento do pátio, e concluiu-se a escavação dos fornos (Fig. 2) ². Investiu-se ainda no estudo químico comparativo das pastas no Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), processo necessariamente dispendioso e ainda por concluir.

Como objectivo último, pretende-se disponibilizar dados que permitam relacionar a produção desta olaria com o mercado de abastecimento do contentor a nível local e regional, e do seu necessário grau de relação com o envase de produtos piscícolas produzidos no estuário do Tejo.

Quanto ao enquadramento geográfico e geológico do sítio arqueológico, já suficientemente caracterizado nas actas das Jornadas realizadas em *Conimbriga*, em 1988, é pertinente recuperar

aqui alguns aspectos, nomeadamente a sua integração e interacção no maior estuário da Europa Ocidental.

O Tejo encontra-se com o Oceano Atlântico através dum complexo sistema que pode designar-se por *misto*, já que não se trata de uma solução clássica de delta ou de estuário. A cerca de 30 km do Oceano, o Tejo ramifica-se por entre ilhas (mouchões), conjuntamente com o Sorraia, desagua num vasto regolfo (Mar da Palha) e, por fim, contacta com o Oceano através de um apertado gargalo (ou canal de embocadura), tendo o seu limite jusante na transversal Cova do Vapor - Paço de Arcos (FREIRE, 1999: 15-19).

² As campanhas de 2004 e 2010 perfizeram um total de cinco semanas de escavação arqueológica, com exclusivo apoio financeiro e logístico do município de Benavente. Para além de alunos universitários e licenciados, contamos com a participação da equipa técnica do Museu Municipal de Benavente e de voluntários.



O Mar da Palha – mais profundo no período romano, devido à evolução constante dos mouchões para jusante –, para além de local de pesca, de apanha de marisco e de moluscos, concentra na sua Margem Sul a produção anfórica e de loiça (com a vasta charneca e as matas a fornecerem o barro e o combustível), e a transformação de pescado fixa-se na área urbana de *Olisipo*, em Cacilhas e no gargalo do rio.

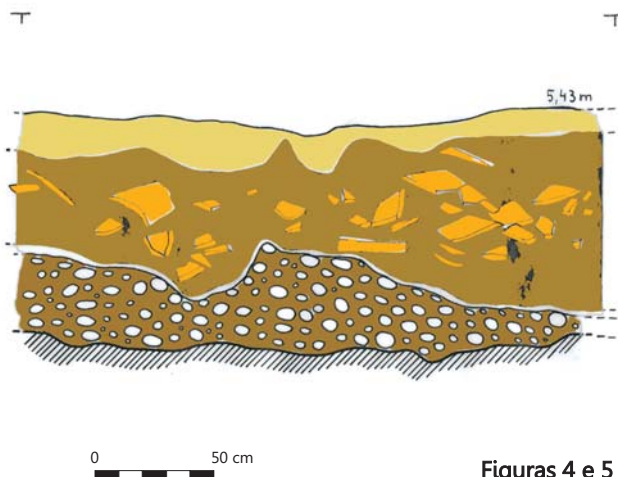
Esta realidade mantém-se praticamente inalterável até meados do século XX, concentrando-se na Outra Banda o peixe fumado ou seco, com secas de bacalhau em Alcochete e na praia do Alfeite, e de conservas na Trafaria, Porto Brandão e, já no acesso à barra, na vila de Cascais. As olarias perduram em Alcochete (do árabe *al-kuxat* – os fornos) e Barreiro (Mata da Machada e S. António da Charneca) (CARMONA e SANTOS, 2005; BARROS, CARDOSO e GONZALEZ, 1997).

O sítio arqueológico apresenta a Norte uma reduzida mancha de sobreiros e de mato e uma extensa área

Figura 3 – Relação da olaria com a várzea do Farilhão, onde predominam arrozais, vislumbrando-se uma simples vala como memória do braço de rio.

de cultura intensiva. A mata da Garrocheira, que ainda albergava lobos famintos no século XVI, é drasticamente cortada na primeira metade do século XIX, a fim de, com a venda da madeira, o município angariar fundos para a construção de valas de defesa dos campos agrícolas (AMARO, 1990b: 72-74). A Sul espraia-se uma vasta lezíria, onde se destacam os campos agrícolas do Farilhão (Fig. 3).

A olaria localiza-se num dos terraços que se desenvolvem ao longo da planície aluvial do vale do Tejo e seus afluentes, apresentando uma altitude média de dez metros. Geologicamente, o sítio é constituído por um depósito de aluvião, de origem fluvial, do Quaternário.



Figuras 4 e 5 – Entulheira directamente sobre a cascalheira nos quadrados E42-43, onde foi exumada a ânfora n.º 2.

Apresenta um vasto manto de cascalho, sob um nível de sedimentos de espessura variável, onde dominam as areias por vezes grosseiras, com presença de calhaus e burgaus. Na construção da olaria são utilizados alguns destes materiais pétreos, sendo ainda usado como local de despejo de cinzas e de peças rejeitadas (Figs. 4 e 5).

Quanto à configuração do vale do Tejo, a acção antrópica e da natureza, embora se manifeste actualmente de forma mais subtil, tem introduzido nos últimos séculos profundas alterações na topografia actual do baixo Tejo e seus afluentes. No primeiro mapa de Portugal de que há conhecimento (Fernando Álvares Seco – 1561), tal como no da *Província do Alentejo*, de 1762 (por Baptista de Castro), é clara a representação do braço de rio da margem esquerda, o chamado *Tejo Velho*, ainda navegável até Salvaterra e servindo, como tal, vários portos a partir de Pancas (Fig. 6) (DAVEAU, 1994).

A foz do rio Sorraia localiza-se imediatamente a jusante da vila de Benavente (Monte da Foz), já na fase de constituição da futura Lezíria de Vila Franca, como pode constatar-se ainda no ano de 1808, na *Carta Militar das Principais Estradas de Portugal*³ (Fig. 7). O curso do actual Sorraia até à sua foz, na Ponta da Era, incorpora a parte terminal do *Tejo Velho*, na sequência de obras hidráulicas que incluíram valas navegáveis (Vala Nova, Benavente), realizadas a partir do século XIX.

Quanto ao percurso do rio Sorraia, este sofre igualmente significativas alterações, registadas ao longo dos séculos na proximidade da vila. Um dos braços passaria junto à olaria, a Sudoeste, hoje marcado por uma vala e pela memória local de “rio Velho”. Esta memória é já registada no século XVI quando se descreve a Lezíria dos Cavalos: “... *parte da banda poente [...] pello esteiro que foy rio velho e vallado que antre huma e outra vay*” (*Ordem e Mestrado de Avis* – 1556; 1950-53). O sítio do Farilhão – entre a Garrocheira e o actual percurso do Sorraia –, deverá ter correspondido a uma ilha fluvial, como sugere o topónimo (Fig. 3).

As intervenções dos serviços de hidráulica, como da própria Companhia das Lezírias, na passagem do século XIX para o XX, vieram regularizar os percursos fluviais no vale do Tejo, o que conduziu à desactivação deste troço de rio.

O Sorraia ainda hoje reúne condições de navegabilidade até às imediações da vila de Coruche (como, em parte, teria a ribeira de Santo Estêvão), o que pode justificar o afastamento, em relação a esta região, das principais vias romanas para Mérida (Fig. 1), e a passagem de uma destas pela Erra, a montante de Coruche (ALARCÃO, 2006).

³ Estado-maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico-Militar, Arquivo Histórico-Militar.

1.2 Contexto Romano da Garrocheira

Nas proximidades da olaria da Garrocheira destacam-se dois locais que, em certa medida, contextualizam a presença romana imediatamente a montante da vila de Benavente. Um dos sítios foi localizado em Outubro de 1954 na zona da Courela das Caveiras (Corte de Alva). Trata-se de um tesouro numismático contido presumivelmente numa ânfora romana, e que foi localizado quando os trabalhadores procediam à abertura de covas para o plantio de cepas. O depósito monetário continha cerca de seis centenas de moedas, das quais 423 foram entregues ao Dr. Justino Mendes de Almeida, que no periódico *Aurora do Ribatejo* dá a conhecer o acervo monetário e as condições do achado ⁴. Refere na notícia tratar-se de 422 médios-bronzes e um pequeno-bronze (Constantino II), sendo a mais antiga moeda de Constantino Magno e as mais recentes de Honório e de Arcádio.

O conjunto é composto maioritariamente por AE2 batidos entre 378 e 395. Tudo aponta para um tesouro ocultado no século V ⁵.

Quanto ao contexto regional deste depósito, e após ter procedido a uma análise da amostragem de 17 moedas do depósito da Courela das Caveiras, José Ruivo referiu-nos o achamento em Coruche de dois conjuntos monetários de cronologia similar ao daquele sítio (TELES, 1961 e 1974).

Este depósito foi descoberto precisamente no sítio das Caveiras, onde se registam achados cerâmicos associáveis a uma necrópole romana, como o próprio topónimo já indiciava. Este sítio fica cerca de 1,5 km a Sudeste da olaria da Garrocheira, na margem direita do Sorraia, numa suave encosta que daria para o antigo braço de rio (AMARO, 1981: 132).

Tejo Velho

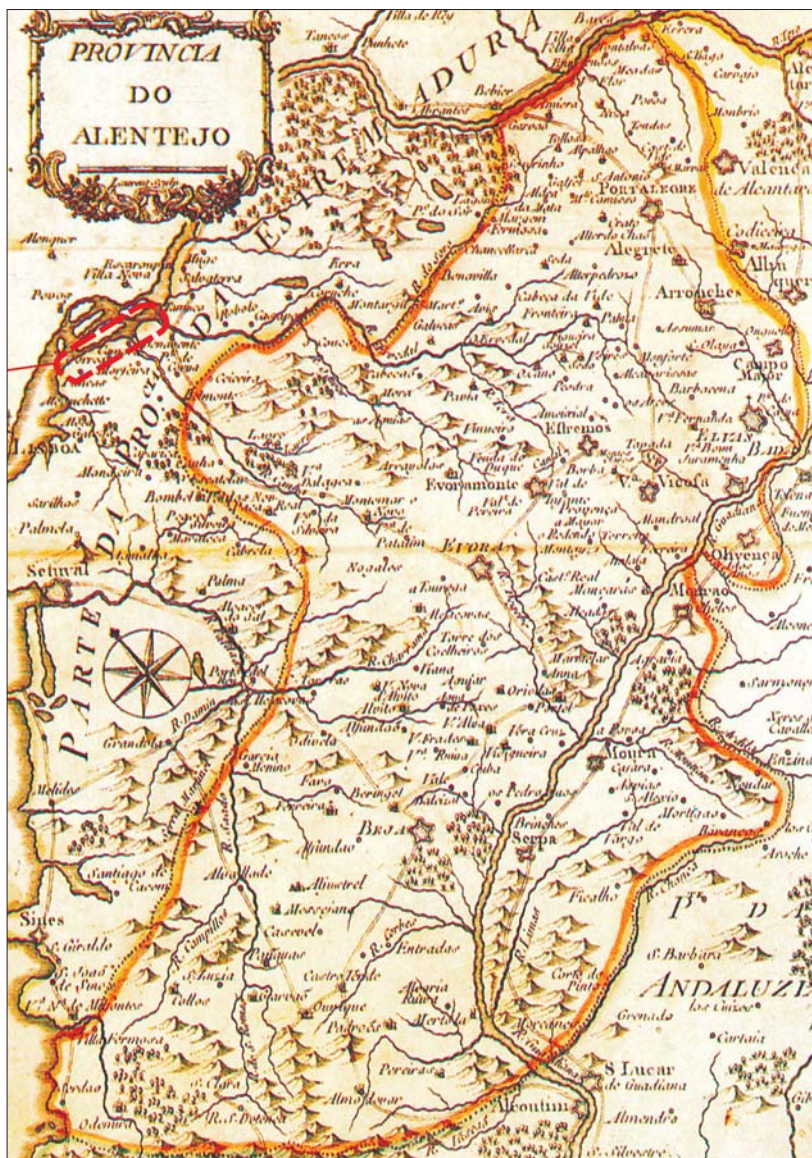


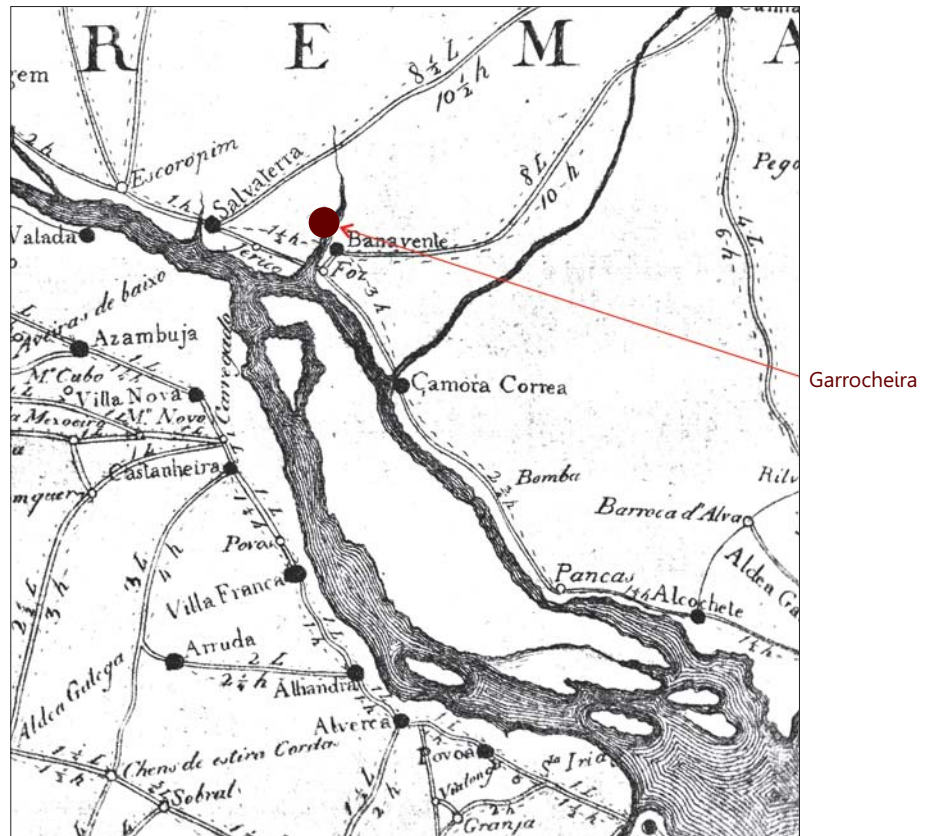
Figura 6 – Planta da Província do Alentejo de 1762, por Baptista de Castro, com o Tejo Velho ladeando, pela esquerda, os mouchões.

Relacionando a recolha efectuada no local, nos anos oitenta, de fragmentos de urna de incineração, de *terra sigillata*, de *sigillata* clara e, de acordo com o proprietário, da destruição de duas sepulturas contendo ossos, tudo indicia que aqui se tenham prati-

⁴ O Dr. Justino Mendes de Almeida era natural de Benavente, tendo disponibilizado 17 moedas deste depósito ao Museu Municipal de Benavente (MMB).

⁵ O Doutor José Ruivo procedeu à análise e listagem das 17 moedas em depósito no MMB, e acedeu à distribuição das moedas por imperadores elaborada por Justino Mendes de Almeida para o jornal *Aurora do Ribatejo*, há cerca de cinquenta anos.

Figura 7 – Carta Militar das Principais Estradas de Portugal (excerto), 1808, com a foz do Sorraia localizada ainda a cerca de 3 km a jusante de Benavente.



cado os ritos de incineração e de inumação, num arco cronológico presumivelmente longo.

O outro sítio romano referenciado situa-se no Monte da Parreira, lugar da Barroca, cerca de 3 km a Sudeste da olaria, mas agora na margem esquerda do Sorraia, e, tudo o indica, corresponde a uma *villa* romana. Visitámos o sítio pela primeira vez em Julho de 1980, alertados pela presença de uma talha intacta integrada no acervo do Museu Municipal de Benavente – em fase de arranque e montagem –, e que tinha sido recolhida junto ao actual monte (Fig. 21, n.º 66) (AMARO, 1981: 132).

No decurso de uma segunda deslocação ao local, confirmou-se que a mancha de dispersão dos materiais se estende por uma área de cerca de 250 m, imediatamente a Poente do monte e no próprio espaço residencial. O guarda da herdade encontrou, nos anos setenta do século passado, uma estrutura a que chamou de “túnel” feito em tijolo e com o chão lajeado, no decurso da abertura de uma fossa junto à habitação (estrutura de hipocausto?). Para além de diversificados materiais de construção, recolheu-se uma mó, um fragmento de fíbula em cobre/bronze, material anfórico e loiça comum (n.ºs 63 a 65). A panela e o prato enquadram-se, ao nível das pastas e da tipologia, nas produções da olaria da Garrocheira. Para além de fragmentos da ânfora Dressel 14, foi recolhido um bordo da forma Dressel 7/11 (n.º 64). A talha caracteriza-se por bordo horizontal simples e asa de fita com ligeiro sulco (n.º 65).

Estabelecer uma relação entre os três sítios é ainda prematuro. O actual momento de estudo sugere poder tratar-se de um mesmo conjunto ocupacional, dada a complementaridade entre os mesmos e a sua relativa proximidade, tendo o rio como via de ligação entre a olaria e a *villa* (LAGÓSTENA BARRIOS, 2001: 50).

2. Fornos e Estruturas de Apoio

2.1. Fornos

O local de implantação da olaria apresenta um desnível que foi aproveitado (e escolhido como tal) para a instalação dos fornos, permitindo o duplo acesso aos mesmos, através de dois níveis de circulação. O nível superior, que é marcado pela quota média do pátio (7,30 m – porta de acesso), era destinado a enforar as ânforas e a loiça comum na câmara de cozedura, e o nível inferior, que dava acesso à fornalha e à câmara de aquecimento, tem como referência a quota da base da entulheira e do pilar de suporte do telheiro fronteiro à fornalha (4,65 m). Com os dados actualmente disponíveis, presume-se que a diferença entre os dois níveis de laboração apresente valores entre 2,50 e 2,70 m (Fig. 8) ⁶.

Os fornos são estruturalmente semelhantes, embora o forno 2 possua precisamente metade do diâmetro interno do forno 1.

⁶ Levantamento graciosamente realizado pelo Campo de Voo de Benavente, a quem agradecemos na pessoa de Luís Malheiro.



Figura 8 – Centro oleiro da Garrocheira na fase final da 3.ª campanha (Abril de 2010).



Pertencem ao grupo de fornos circulares com canal central e canais secundários perpendiculares, e grelha sustentada por arcos paralelos entre si. As câmaras de combustão foram abertas no substrato geológico, caracterizado por um depósito de aluvião de origem fluvial.

O forno 1 tem 3,20 m de diâmetro interno e cinco arcos de suspensão, construídos igualmente em tijolo e regularmente espaçados. Na suspensão central, o arco da mesma arranca a cerca de 0,80 m da parede do forno. Por sua vez, o lajeado em tijoleira que reveste o chão da câmara de combustão desenvolve-se entre a parede do forno até ao início do canal central. A altura máxima da câmara de combustão que subsistiu é de 1,45m (Figs. 9 e 10).



Figuras 9 e 10 – Forno 1 e murete que subsistiu do *praefurnium*, à esquerda, e perfil de um dos arcos de suspensão, ainda com áreas de reboco.

Figuras 11 e 12 – Forno 2 com a antecâmara em primeiro plano, e vestígios da grelha sobre uma das suspensuras.

Na campanha de 2010 foram detectados vestígios que correspondem ao *prae-furnium*, com um comprimento de cerca de 1,35 m. O murete que subsistiu (com 0,65 m de largura) é executado com tijoleiras, no seu lado interno, e por presumível adobe e blocos de pedra, no lado externo.

O forno 2 tem um diâmetro interno de 1,60 m. Possui dois arcos de suspensão, tendo subsistido, assente num deles, um canto da grelha da câmara de cocção. A parede da câmara de combustão apresenta um ressalto interno, na sua base, com cerca de 22 cm de largura. O pavimento da câmara é integralmente executado em seixo rolado, apresentando uma configuração côncava.

Os arcos das duas suspensuras desenvolvem-se até cerca de 22 cm da parede da câmara. A altura da câmara de combustão (a partir do centro do pavimento até à zona inferior da grelha) é de 1,57 m.

A espessura da grelha é de 18 cm.

A porta da câmara de combustão encontra-se em razoável estado de conservação. Tem como medidas internas cerca de 0,88 m de altura e 0,56 m de largura.

Apresenta uma pequena antecâmara de planta rectangular, feita em tijoleira (Figs. 11 e 12).

As tijoleiras utilizadas na construção dos arcos de suspensão têm uma medida padronizada de 30 x 30 cm



por 5 cm de altura e subdivisões da mesma, como 30 x 15 cm ou 30 x 20 cm. Os tijolos que revestem a parede envolvente dos fornos têm igualmente 5 cm de altura e um comprimento máximo de cerca de 22-23 cm, embora se encontrem com muitas fracturas térmicas e muito desgaste.

O acesso às duas câmaras de combustão está aproximadamente orientado a Oeste, donde sopram, no local, os ventos predominantes. A entrada dos dois fornos, dispostos em bateria, era protegida por um telheiro, suportado por pilares executados em tijoleira. O pilar identificado em F41 apresentava planta quadrangular, com 60 cm de lado.

2.2. Estruturas de Apoio

A partir de um discreto alinhamento de pedras detectado no caminho vicinal que atravessa e se sobrepõe à olaria, confirmou-se a presença de um muro que encerrava o pátio.

O alargamento da área previamente sondada permitiu delimitar uma abertura, com cerca de 1,15 m de largura, e pôr à vista cerca de 8,30 m de comprimento do muro (cota máxima do muro: 7,35 m). Este possui uma largura média de 0,60 m. Uma sondagem realizada no decurso da terceira campanha (J/L47) permitiu confirmar que o muro do pátio se prolonga no sentido Sudeste (Fig. 14).

Esta estrutura foi cortada a cerca de um metro da porta, do lado Noroeste (à cota média de 7,07 m), em consequência da movimentação de terras realizada na década de 60, durante a construção do canal de rega, não restando qualquer vestígio no talude. Aquela destruição deve-se ainda ao facto de ao longo do talude ter sido aberta uma vala de rega, presença esta ainda bem visível no decurso da campanha de 1987 (Fig. 2).

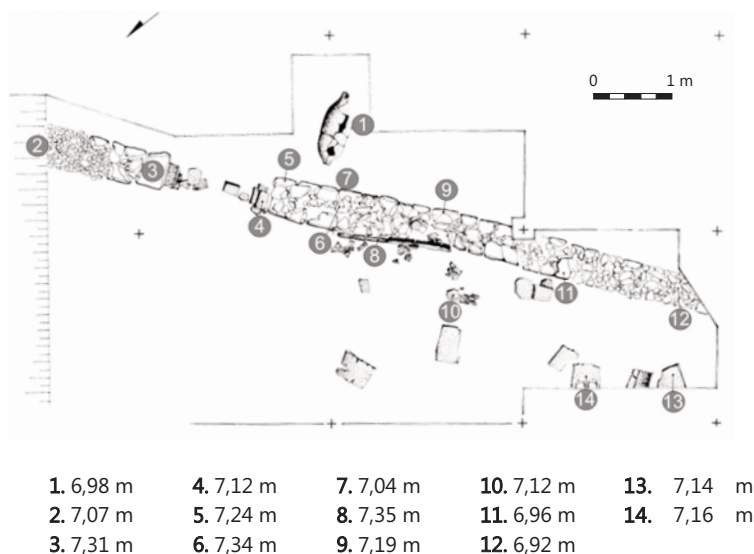


Figura 13 – Muro de encerramento do pátio e porta de acesso (2004).

Figura 14 – Panorâmica onde se destaca o caminho vicinal sobre a área da olaria e (frente à viatura) as paredes do tanque de decantação e sondagem com alinhamento do muro do pátio.



Na área da porta e no interior do pátio, registou-se a presença de dispersas tijoleiras fragmentadas, que podem eventualmente sugerir restos de um pavimento lajeado (Fig. 13). A relação altimétrica entre a soleira da porta, feita em tijoleira, e as tijoleiras dispersas no pátio, varia entre os zero e os 4 cm, variação esta desprezível e que reforça a proposta de um espaço ou sala pavimentada (cota média de 7,15 m). A existência de uma sala pavimentada a tijoleira foi registada no armazém de Abul (MAYET e SILVA, 2005).

O embasamento do muro é gradualmente mais fundo no sentido Noroeste/Sudeste, provavelmente acompanhando o declive existente no período romano, com um desnível de cerca de 0,15 m. Aquele embasamento é feito com pedra de menor calibre, maioritariamente seixos rolados, como se pode observar nos topos Noroeste e Sudeste do muro, área na qual apenas subsistiu o embasamento (Fig. 13). Os vestígios de muro que subsistem foram construídos com pedras calcárias de pequeno e médio calibre (Fig. 16) ⁷. O pátio situa-se, assim, no nível superior do terraço, local onde seriam montadas as ânforas, para além de dar acesso à tarefa de enfornar peças.

A localização da porta, virada a Nordeste, pode sugerir tratar-se do acesso à mata da Garrocheira, que se desenvolvia a partir deste local, sendo o acesso ao rio no sentido contrário, ou seja, a Sudoeste da olaria.

Uma das poucas estruturas de apoio que se reconhecem no local é a presença de grandes fragmentos de paredes revestidos a “opus cimenticium”. Terão pertencido a um tanque de decantação desmontado pela retroescavadora nos anos 60, que os amontoou junto ao muro do pátio (Fig. 14).

3. Produções

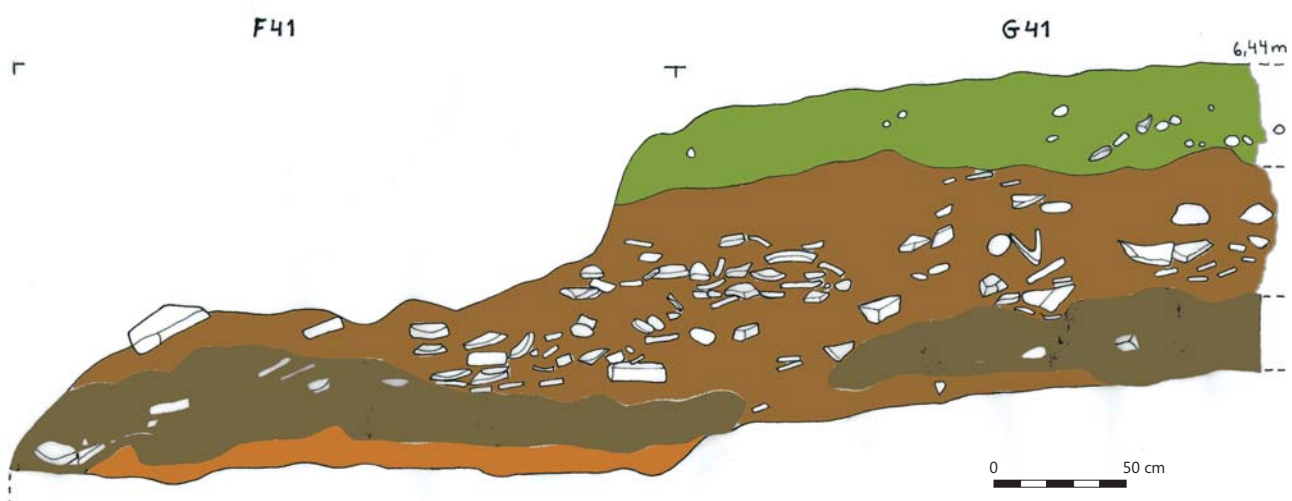
O espólio exumado no decurso das duas últimas campanhas manteve-se dentro da linha do recolhido em 1987, com destaque para a presença da ânfora Dressel 14 e de loiça comum (Figs. 17 a 21). Foi, no entanto, confirmada a presença da variante a fim à Dressel 14, de menores dimensões, que se encontra referenciada no Sado (MAYET e SILVA, 2005).

Na sequência das sondagens abertas em 1987, registámos em dois quadrados aglomerados de cerâmicas rejeitadas associadas a cinzas, que na altura foram referenciados como entulheiras: a “entulheira 1” no quadrado E42/E43 e a “entulheira 2” no quadrado F41. Trata-se em ambos os casos do mesmo contexto fronteiro ao acesso à fornalha de combustão dos dois fornos (Fig. 15).

Figura 15 – Perfil dos quadrados F41-G41:

- concentração de cinzas a uma cota consonante com os *praefurnia* dos fornos (4,90 metros na base);
- sobre aquela, uma camada castanha-avermelhada compacta com muitos fragmentos cerâmicos;
- camada superior acinzentada, arenosa, muito compacta, em resultado do caminho vicinal.

⁷ Registo fotográfico: Clementino Amaro, Eurico de Sepúlveda, Maria Empis e Guilherme Cardoso.





Procedeu-se na segunda e terceira campanhas ao alargamento da zona fronteira aos fornos (Q.G41/42), bem como ao levantamento de fragmentos anfóricos e de loiça comum, associados a uma razoável presença de *imbrices*, conjunto já identificado na 1ª campanha. A camada que integra este contexto (Q. E42/43) é quase exclusivamente constituída por cinzas, como resultado da limpeza das fornalhas próximas, e foi depositada directamente no solo de base, constituído por areia grossa, compacta e calhaus (Figs. 4 e 5). A presença de *imbrices* é notória e justifica-se, já que deveriam integrar o telheiro fronteiro aos fornos, área em fase de intervenção.

Os fragmentos cerâmicos presentes no Q.E42/43 têm maiores dimensões e encontram-se relativamente soltos, enquanto o prolongamento deste despejo para Sul (Q.G41/42) é gradualmente mais compacto e muito fragmentado.

Os exemplares anfóricos caracterizam-se, em geral, por bordos abertos, de perfil sub-triangular ou com espessamento arredondado (perfil perolado). No entanto, é notória a diversidade na execução das bocas (Fig. 17). Guilherme Cardoso já anota a diversidade de variantes de boca neste tipo de ânfora, tanto em

Figura 16 – Exumação de ânfora Dressel 14 junto ao troço do muro do pátio melhor preservado.

Peniche como em Muge (CARDOSO, 1990). Atribui o facto à cronologia de fabrico da peça e também ao oleiro que as executa (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006: 264).

As ânforas Dressel 14 possuem a particularidade de ter colo alto, atingindo os 0,25 m (n.ºs 1 e 2), característica já salientada nas Jornadas de *Conimbriga*, em 1987 (AMARO, 1990: 91). O bojo sugere ser cilíndrico, com base nos fragmentos exumados. Os pés apresentam-se cónicos, embora em geral terminem em bico maioritariamente maciço e com a extremidade em forma de glândula, sendo outros exemplares ligeiramente arredondados. As asas são verticais, em fita espessa e com sulco longitudinal.

O exemplar n.º 2 integra-se na fase inicial da produção do centro oleiro (meados do século I d.C.), de lábio extrovertido com espessamento exterior e colo bitroncocónico com caneluras internas. Asas em fita, vertical, com duas ou três caneluras, tal como o exemplar n.º 3. Aquela peça foi exumada na base da entulheira (Fig. 5).

Um bordo de ânfora destaca-se dos restantes por apresentar lábio em aba rectangular (n.º 21). Um dos paralelos próximos observa-se na produção do Morraçal da Ajuda, onde este tipo de ânfora é caracterizado por possuir colo curto, ombro descaído e corpo cilíndrico. É identificada como o tipo Morraçal 4 (CARDOSO, RODRIGUES, SEPÚLVEDA e RIBEIRO, no prelo). A Dressel 14 tardia ou Dressel 24 é uma ânfora mais pequena e de paredes com menor espessura. Os exemplares de boca identificáveis com esta ânfora apresentam em média entre 138 e 163 mm de largura, em contraste com as ânforas de maior porte, variando entre 174 e 205 mm. Existem diâmetros de bocas com valores intermédios cuja atribuição é problemática, atendendo à grande fragmentação dos exemplares em análise (n.ºs 6 e 11).

O diâmetro das bocas da Dressel 14 produzida no Zambujalinho apresenta, por seu lado, uma grande uniformidade, com uma variação entre 160 e 166 mm, com uma excepção registada (120 mm) (FERNANDES e CARVALHO, 1996: 82-85).

O perfil dos bordos da ânfora tardia é muito diverso, tal como Carlos Tavares da Silva anotou para Abul (n.ºs 5, 8, 9, 15, 16, 18). A cronologia atribuída à Dressel 14 tardia, exumada em Abul A, é a primeira metade do século III (MAYET e SILVA, 2005).

Uma das características que apresenta o conjunto publicado de cinco ânforas Dressel 14 exumadas nas Carvalheiras (Braga), para além da diversidade dos lábios, é a medida das bocas, que variam entre 144 e 160 mm, incluindo o exemplar produzido na Bética (MORAIS, 1998: 62).

Num universo mais alargado de catorze bocas de ânfora do tipo Dressel 14, variante B (lusitana), exumadas em escavações arqueológicas de *Bracara Augusta*, quatro destas (n.ºs 281, 285, 287 e 291) variam entre 149 e 154 mm. As restantes dez variam entre 170 e 204 mm. A cronologia atribuída ao conjunto é de Cláudio – finais do I/inícios do II (MORAIS, 2005: 114-115).

Aqui levanta-se a questão quanto ao pressuposto de associar o simples tamanho das bocas de menor dimensão, e correspondente menor tamanho da ânfora, à Dressel 14 tardia produzida na 1ª metade do século III, como implica ainda uma atenta análise aos contextos arqueológicos (e cronológicos) onde aquelas ânforas venham a ser recolhidas.

É provável que a olaria tenha iniciado a produção da Almagro 51c na sua fase final de laboração, embora esta forma só esteja ainda representada por um bordo exumado em 2010 (n.º 23). Alguns fundos anelares baixos exumados na entulheira da olaria (n.º 47) sugerem uma atribuição à Almagro 51c, na sua variante A, presente em Abul e igualmente no Porto dos Cacos, com a designação de *afim da Dressel 30* (Lusitana 3), fabricado aqui ainda no século II ou até primeira metade do século III. A sua produção está ausente na fase tardia do Porto dos Cacos (RAPOSO e DUARTE, 1996: 254-255).

Uma das peças por nós integrada na loiça comum (n.º 25), é provável que possa corresponder à boca da ânfora Almagro 50, produzida em finais do século II/1ª fase do século III, apesar das dimensões do fragmento. A boca tem cerca de 145 mm, correspondendo às medidas atribuídas à Lusitana 6 (DIOGO, 1987).

Este exemplar apresenta algumas semelhanças com a ânfora Almagro 50, identificada por Carlos Banha como uma variante de menores dimensões (n.º 16), exumada na *villa* de Povos, Vila Franca de Xira. Esta classe de ânforas apareceu em Povos em contextos datáveis dos séculos III-IV ao século V (BANHA, 1991-1992: 60-61 e 82).

Continuaram a exumar-se, com frequência mas ainda em quantidade insuficiente para se estabelecer qualquer estimativa, grafitos inscritos exclusivamente sobre os dois tipos de pés de ânfora. Existem exemplares de letras e de marcas anepígrafas (Fig. 20). Os grafitos inscritos nos pés da ânfora Dressel 14, com uma percentagem significativa na Garrocheira (como em Muge, Porto dos Cacos e Abul) devem corresponder à organização laboral, bem como à contabilidade do trabalho desenvolvido por cada um dos oleiros (MAYET e SILVA, 2005). Guilherme Cardoso propõe mesmo a situação laboral de migrações cíclicas de oleiros pelas diversas olarias da região, em que a aplicação do grafito é a marca que personaliza o seu trabalho, feito, presume-se, à tarefa (CARDOSO, 1990: 157).

Já na área exterior do pátio, foi detectada uma ânfora na fase final da campanha de 2004 (Fig. 16). Esta apresenta uma altura actual de cerca de 0,97 m, à qual lhe falta o fundo, a boca e respectivas asas. Tipologicamente insere-se na forma Dressel 14.

(continua na pág. 104)

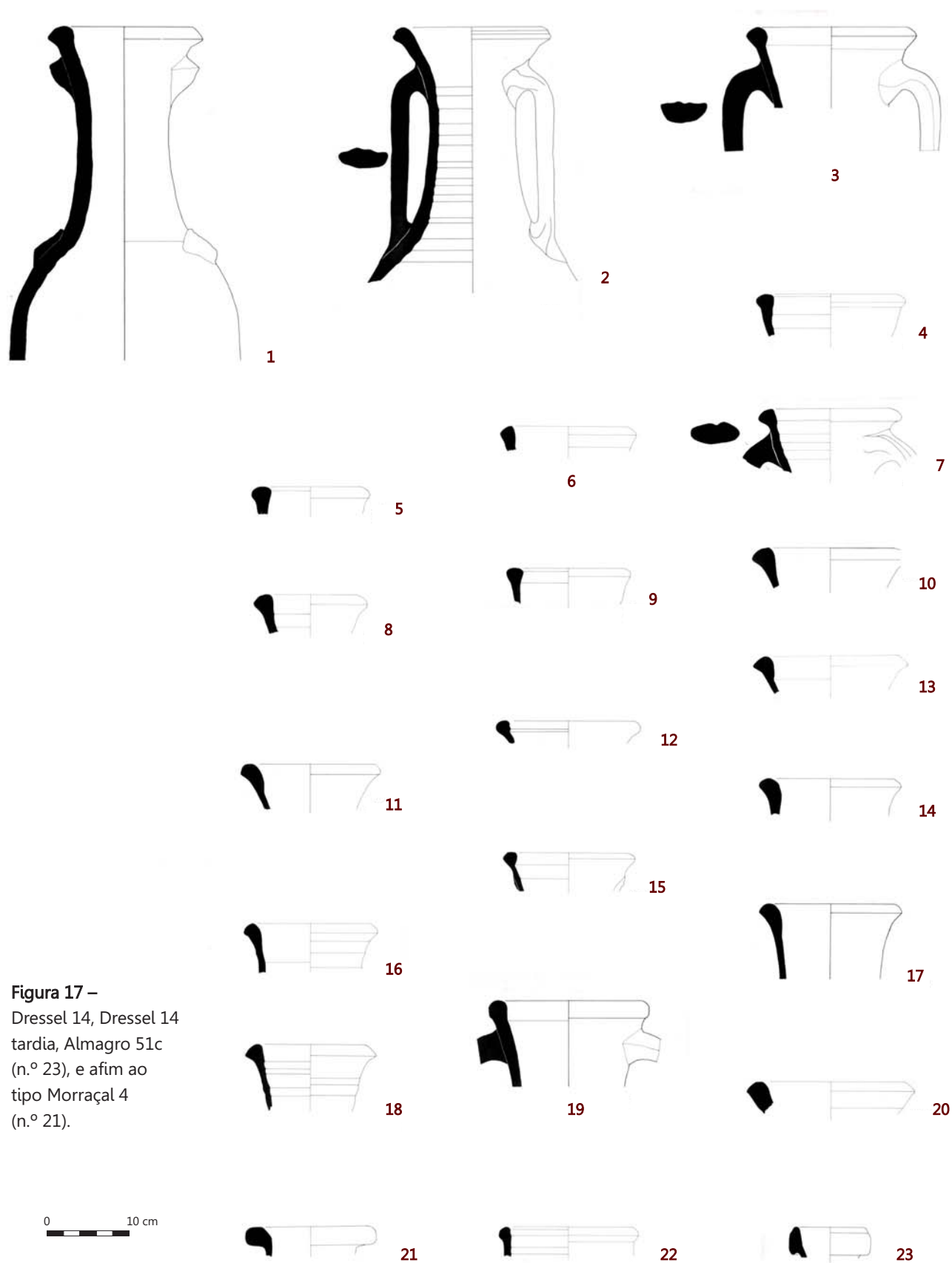


Figura 17 –
Dressel 14, Dressel 14
tardia, Almagro 51c
(n.º 23), e afim ao
tipo Morraçal 4
(n.º 21).

(continuação da pág. 102)

A presença de loiça comum, embora numa percentagem presumivelmente menor mas ainda não quantificável, é uma constante nas duas áreas da entulheira, realidade de igual forma registada noutros centros oleiros do vale do Tejo e Sado, como no Algarve, como é o exemplo da olaria de Manta Rota (VIEGAS, 2006).

A maioria da cerâmica comum recolhida integra-se nas categorias funcionais de uso culinário e de serviço de mesa (Figs. 18 e 19). No conjunto de loiça de mesa estão presentes os pratos, tigelas, panelas e tachos. Na preparação de alimentos, potes e potinhos de atribuição menos clara ⁸.

Os pratos (n.º 24) apresentam a parede muito esvasada, levemente arqueada, e o bordo arredondado, correspondendo ao tipo I-A-2 de S. Cucufate (PINTO, 2003: 166-167). De entre as tigelas, destaque para o exemplar de perfil praticamente completo, com parede duplamente arqueada e pé anelar (n.º 41). Inês Vaz Pinto refere que se trata de uma imitação da forma Dragendorff 27 em *terra sigillata*, típica da época de Augusto até princípios do século II e integrável no tipo III-A-3 (PINTO, 2003: 230-231). A produção de imitações de loiça romana fina revela um conhecimento daquela por parte dos oleiros e o seu impacto na produção oleira local, bem como a existência de um mercado regional receptivo à aquisição das mesmas.

O conjunto constituído por panelas é razoavelmente variado em termos formais. Um dos tipos de panela é de bordo oblíquo alongado, anguloso e voltado para fora, com pança ovóide e asas (peça n.º 32). Corresponde ao tipo VIII-B-3-a, que começa a aparecer no horizonte 2 de S. Cucufate e vai até ao abandono da *villa* III (PINTO, 2003: 355-358). A peça n.º 27 é integrável no mesmo tipo da anterior, embora aqui o bordo seja arredondado. A peça n.º 33 é integrável no tipo VIII-B-9, ou seja, é uma panela de perfil em S, voltado para fora, bojo ovóide e asas verticais (PINTO, 2003: 374). Esta variedade formal é nitidamente marcada e influenciada pela cultura material romana a partir da fase republicana, que perdura nos séculos seguintes (ALARCÃO, CARVALHO e GONÇALVES, 2010).

Alguns exemplares exumados integram-se no tipo de panelas de bordo dobrado sobre o ombro, de pança geralmente piriforme, sem

asas (n.ºs 36 e 38). São panelas profusamente representadas em S. Cucufate, muito difundidas no Sul do país e com fabrico registado em Muge (CARDOSO e RODRIGUES, 1996: 176) – incluem-se na forma VIII-A-2 (PINTO, 2003: 340-342).

Outros exemplares de panelas (n.ºs 37 e 39) estão de igual forma bem referenciados em olarias do Sado e Tejo – são exemplos os n.º 30 do Zambujalinho (FERNANDES e CARVALHO, 1996: 105) e o n.º 7 de Muge (CARDOSO e RODRIGUES, 1996: 176). Surgem com frequência em locais de consumo e na necrópole de Valdoca (Aljustrel) (ALARCÃO e ALARCÃO, 1966). São, no entanto, integráveis na designação adoptada por Inês Vaz Pinto, na sua tipologia das formas, de *“tachos de bordo dobrado sobre o ombro”*. Os dois exemplares apresentam bordo horizontal, pança no geral esférica ou ovóide, sem asas, do tipo VII-A-1 (PINTO, 2003: 316-320).

Deste conjunto de panelas farão parte, no geral, os fundos rasos ou levemente côncavos exumados no mesmo contexto (n.ºs 43 a 46).

Há um conjunto de loiça comum que, apesar de se encontrar razoavelmente representado, surge muito fragmentado. No entanto, são integráveis na categoria de potinhos os exemplares n.ºs 29, 30, 31 e 40. O exemplar n.º 40 integra-se nos potinhos de bordo voltado para o exterior, de colo alto e bordo simples, do tipo X-A-1-B (PINTO, 2003: 397-411).

A peça referenciada com o n.º 26 pode ser inserida na tipologia dos cântaros com bordo horizontal espessado. A peça n.º 28 é também passível de ser integrada nesta categoria.

As tampas estão igualmente presentes por um conjunto de fragmentos (n.ºs 34 e 35), onde se destaca um exemplar de bordo levemente espessado, de parede recta e aberta, integrável no tipo XIV-A-1 (PINTO, 2003: 463-466).

O acervo recolhido na entulheira inclui uma maior diversidade de cerâmica comum, embora ainda representada por escassas peças, como são os exemplos de pesos de tear, testos e uma trempe (n.º 42). Todas as cerâmicas comuns apontam para uma produção local.

(continua na pág. 109)

⁸ Desenho de campo, de gabinete e montagem: Eurico de Sepúlveda, Catarina Bolila, Beatriz Bastos, Ricardo Espírito Santo, Cristina Gonçalves, Severino Rodrigues e António José Cruz.

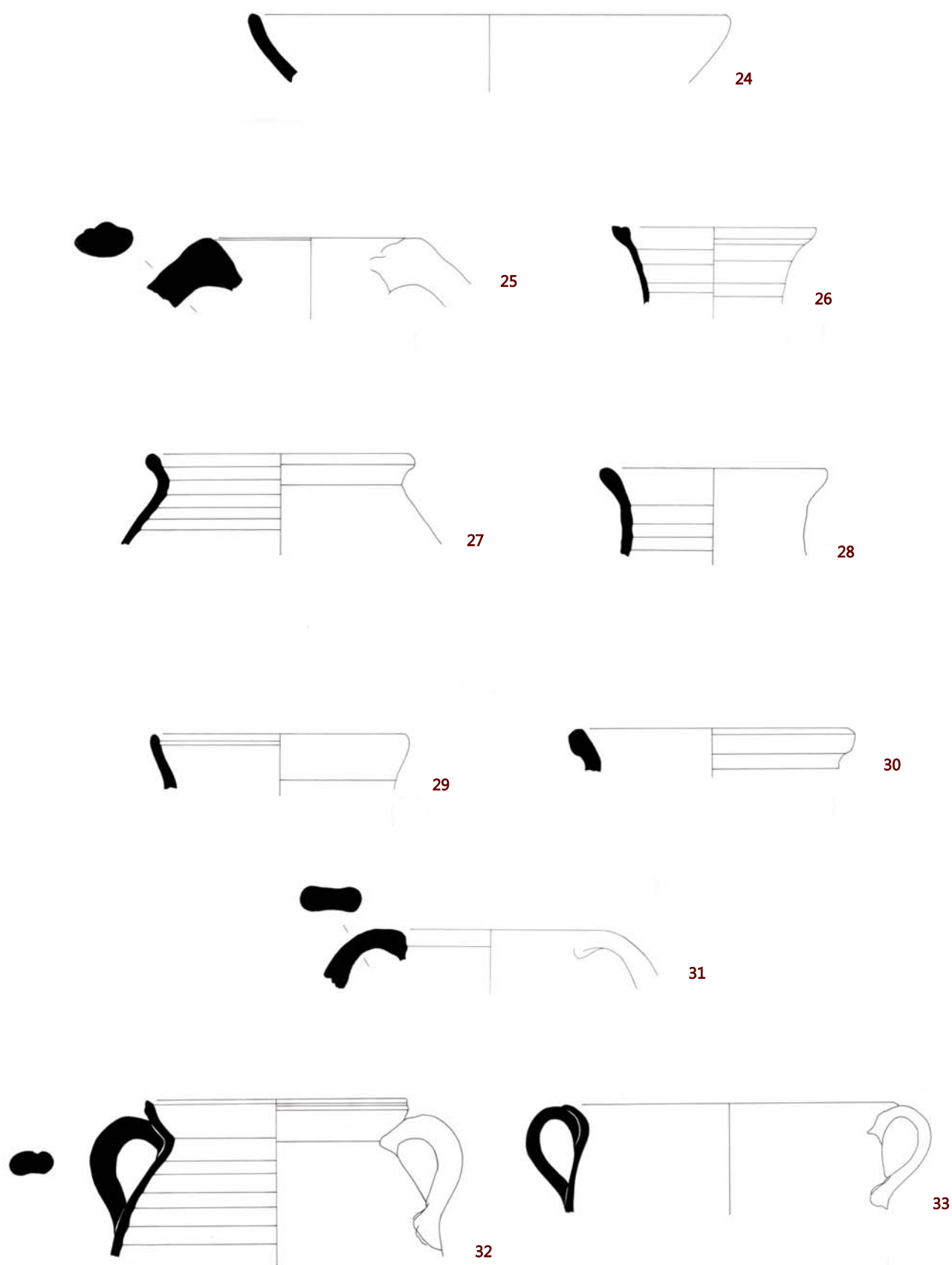


Figura 18 – Cerâmica comum doméstica.

0 5 cm

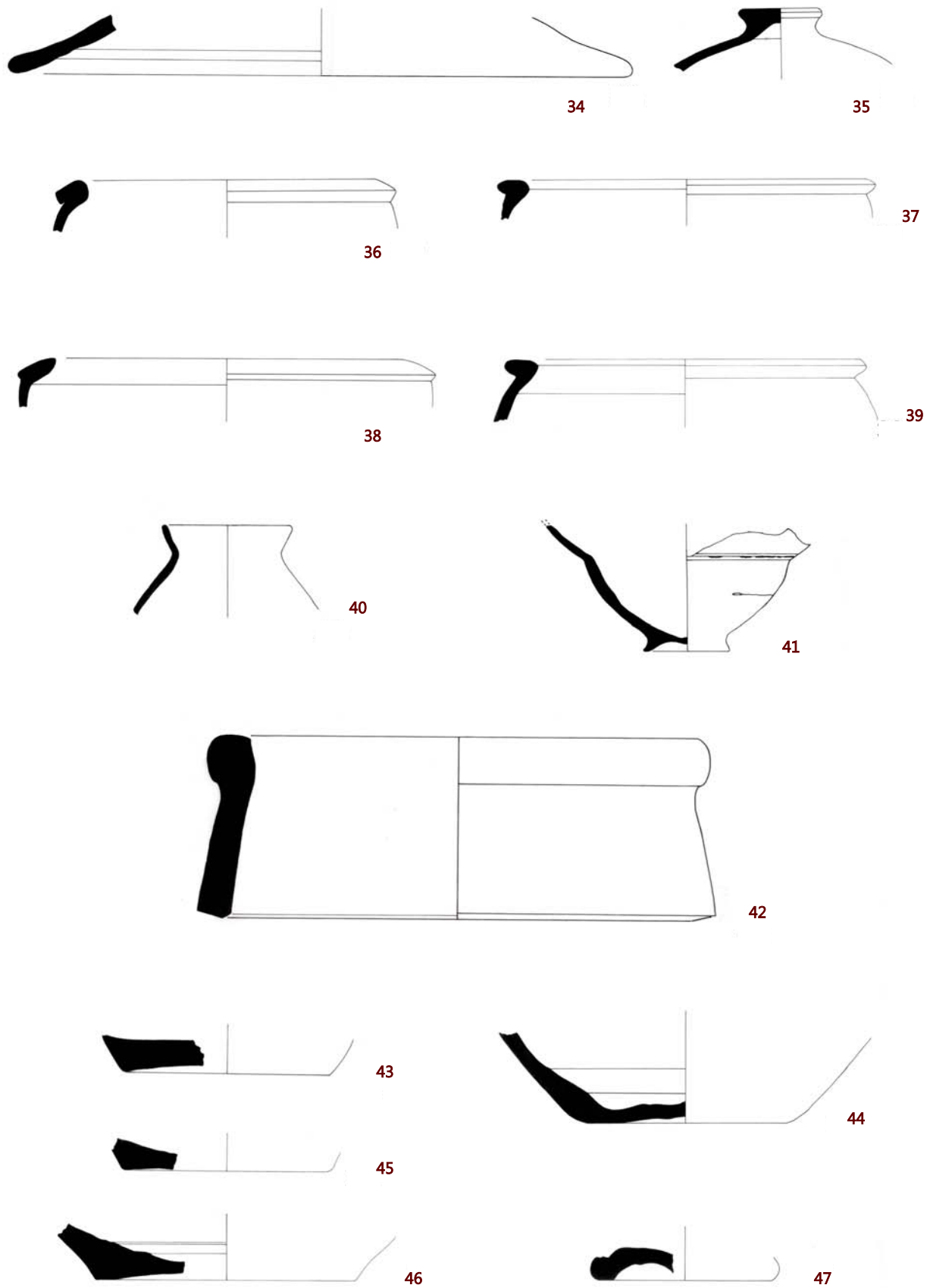


Figura 19 – Cerâmica comum doméstica, trempe (n.º 42)
e fundo de presumível Lusitana 3 (n.º 47).

0 5 cm

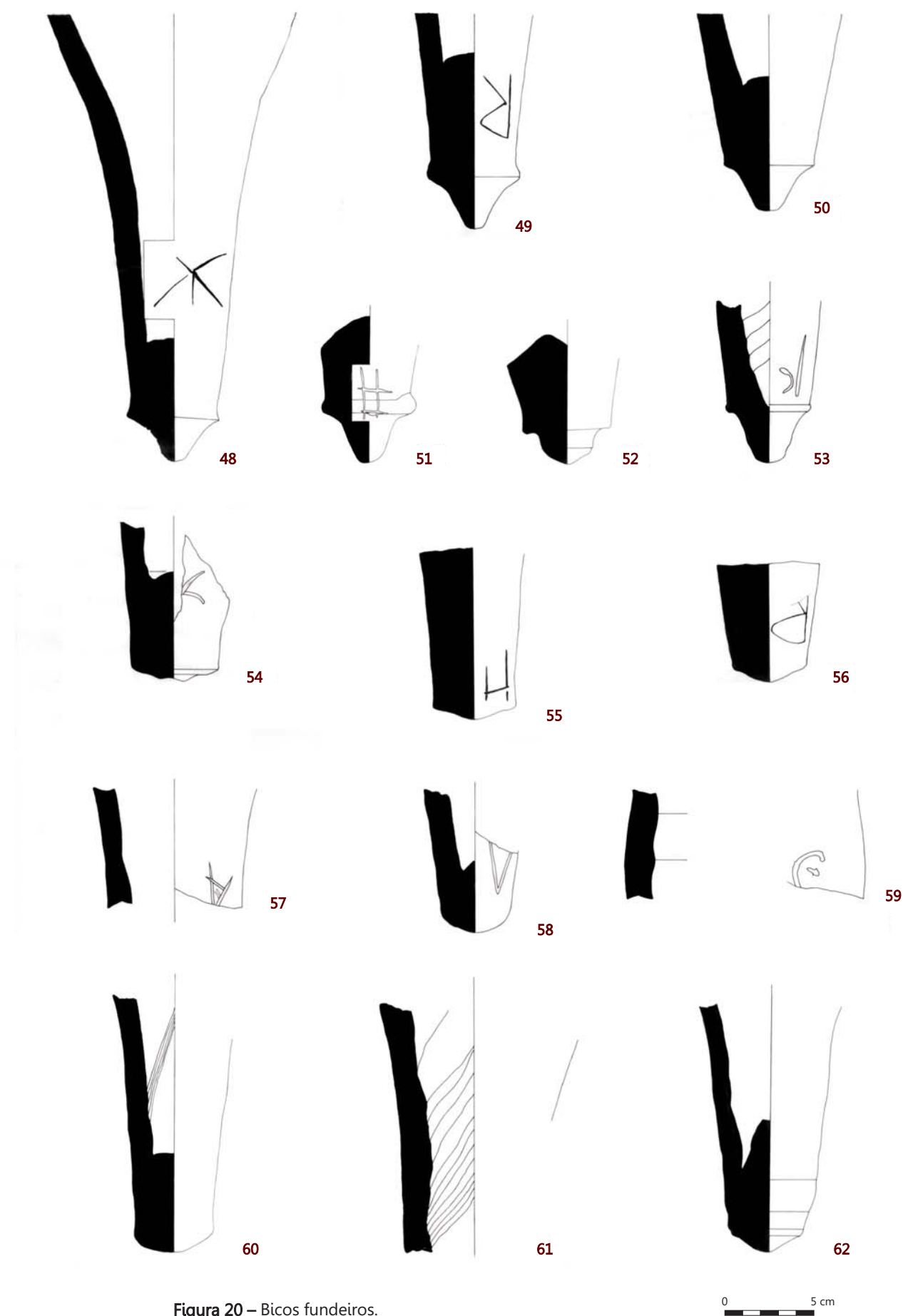


Figura 20 – Bicos fundeiros.

0 5 cm

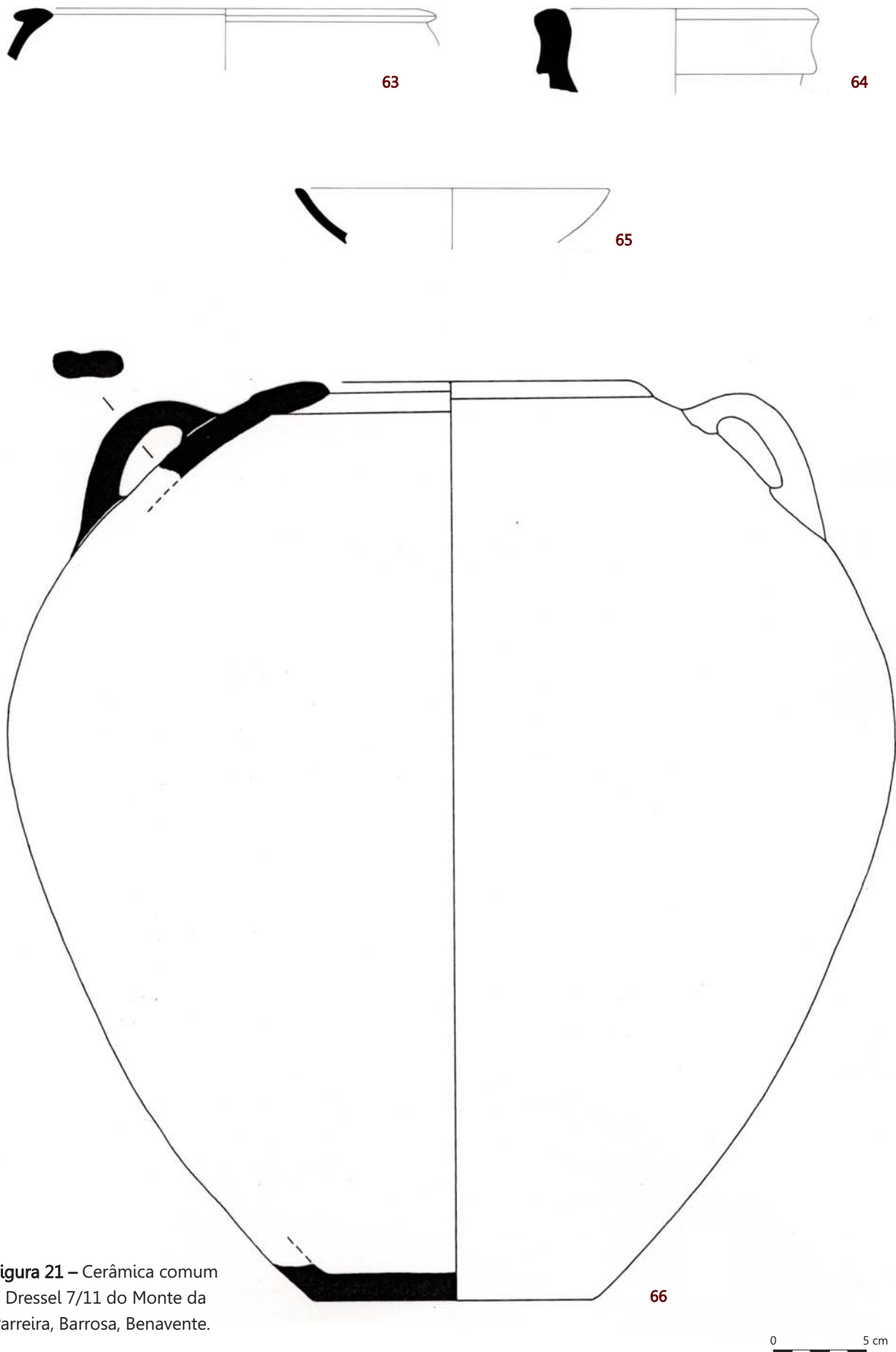


Figura 21 – Cerâmica comum e Dressel 7/11 do Monte da Parreira, Barrosa, Benavente.

(continuação da pág. 104)

4. Caracterização das pastas cerâmicas

A análise macroscópica das pastas de peças da ânfora Dressel 14 (bordos e fundos) produzida na Garrocheira permitiu verificar que estas se caracterizam por pastas entre a coloração vermelho alaranjada 2.5 YR 6/8, e pastas com o núcleo acastanhado mais intenso 2.5 YR 5/6, e menos intenso 2.5 YR 5/8 (MUNSELL, 1992). Quanto aos elementos não plásticos, predominam os grãos de quartzo, aos quais se associam, mais raramente, grãos de feldspato. Os grãos são de diâmetro médio, em geral inferiores a 0,5 mm. Observam-se ainda numerosos pequenos núcleos de óxidos ferrosos, de coloração sanguínea a castanho-escura (COELHO e CARDOSO, 1990).

A constante presença de grãos de quartzo e de feldspato em todas as amostras de ânforas Dressel 14 produzidas no vale do Tejo inviabiliza qualquer diferenciação quanto ao local de fabrico. No entanto, a presença de núcleos ferrosos foi registada apenas nas amostras da Garrocheira e do Porto dos Cacos. Apesar de terem sido diferenciados, macroscopicamente, cinco fabricos de ânforas lusitanas representadas na Alcáçova de Santarém, onde o fabrico 1A apresenta pastas de cor dentro dos padrões observados na olaria da Garrocheira, o estudo comparativo dos elementos não plásticos e químicos é ainda insuficiente para se avançar com uma interpretação consistente quanto ao local de fabrico, apesar da proximidade formal das bocas n.ºs 37, 44 e 48 com as formas produzidas naquela olaria (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO, 2006: 243-245).

Com o objectivo de diversificar o estudo e aumentar o rigor na caracterização dos elementos químicos e minerais que constituem as pastas cerâmicas em presença, foram submetidos a uma primeira caracterização química um lote final de 23 amostras da ânfora Dressel 14, realizada no então Instituto Tecnológico Nuclear (ITN).

Foi viável dar-se início a este projecto de investigação no seguimento da concessão de um apoio financeiro, em Dezembro de 2003, por parte do então Instituto Português de Arqueologia (IPA), integrado na rubrica *estudo de cerâmicas*. Deu entrada no ITN um primeiro lote de 17 amostras em Fevereiro de 2004 (GA 1 a 17), exumadas na primeira campanha, e um segundo lote de seis

amostras, agora através de subsídio da autarquia, em Julho de 2005, exumadas na segunda campanha arqueológica.

Para uma complementar análise das características químicas das pastas, deslocaram-se à olaria da Garrocheira, no decurso da segunda campanha arqueológica (Abril de 2004), as técnicas do ITN, Doutoras Isabel Prudêncio e Isabel Dias, tendo procedido à recolha de um conjunto de amostras de argilas na área envolvente ao sítio arqueológico. Os quatro locais previamente seleccionados proporcionaram a recolha de oito amostras.

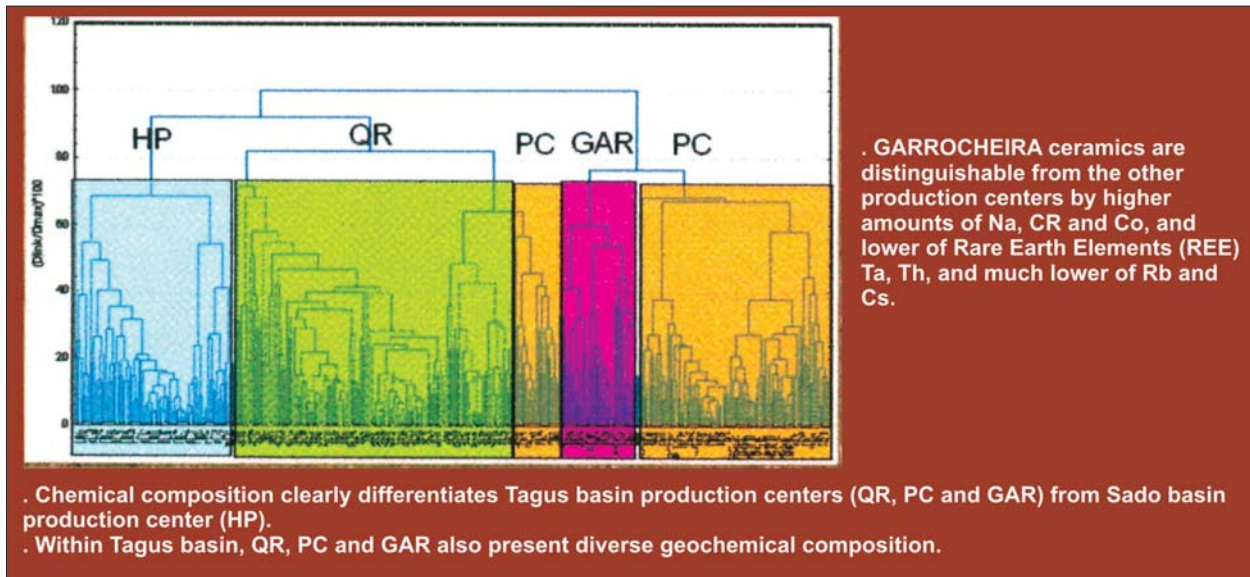
Na sequência do estudo desenvolvido, foi identificado, pelas duas investigadoras, o sítio do Furão como um dos locais de extracção de barro usado na olaria. O local fica a cerca de 500 m a Noroeste do centro oleiro, junto a um caminho vicinal e à cota máxima de dez metros, altura que caracteriza os terraços fluviais deste troço de rio.

Como resultado do estudo preliminar efectuado pelas duas técnicas do ITN quanto à caracterização por activação com neutrões das 23 amostras – em articulação com os dados arqueológicos disponibilizados pelas duas primeiras campanhas arqueológicas –, foi apresentado um *poster* ao 8th European Meeting on Ancient Ceramics, que decorreu na cidade de Lyon entre 26 e 29 de Outubro de 2005 ⁹.

No actual quadro de estudo, nas pastas da Garrocheira ocorre uma relativa homogeneidade no grupo de amostras, independentemente dos tipos que o integram. Para além desse facto, a maioria do grupo apresenta o mesmo tipo de semelhança de composição química com um determinado tipo de argila e uma pequena amostra de cerâmicas apresenta afinidades com outros tipos.

Numa análise, ainda que preliminar, ao estudo químico comparativo entre a produção da olaria da Garrocheira (GA) e as cerâmicas produzidas em outros centros oleiros romanos dos vales do Tejo (Quinta

⁹ Isabel Prudêncio, Isabel Dias, Clementino Amaro e Cristina Gonçalves. O *poster*, intitulado "The roman ceramic production center of Garrocheira (Tagus basin, Portugal): a first chemical characterization", foi apresentado pelas duas primeiras signatárias.



do Rouxinol e Porto dos Cacos) e do Sado, (Herdade do Pinheiro), destacam-se alguns elementos químicos na Garrocheira, tais como: maior presença de sódio (Na), crómio (Cr) e cobalto (Co); menor presença ou elementos raros de tantálio (Ta) e tório (Th) e ainda mais raros de rúbio (Rb) e célio (Cs).

Da análise de *clusters* resultantes das amostras dos quatro centros oleiros, é clara a diferença na composição química entre as bacias do vale do Tejo (QR, PC e GAR) e do vale do Sado (HP). De igual forma, na bacia do Tejo verifica-se uma composição geoquímica diversa entre QR, PC e GAR (Fig. 22).

5. Notas Finais

No decurso das três campanhas, não surgiram até ao momento materiais associados ao quotidiano da olaria (como cerâmicas finas e numismas) que nos permitam, desde já, propor uma cronologia mais fina para o período de laboração dos fornos. Esta restringe-se apenas à própria produção da olaria exumada no decurso das três espaçadas campanhas. Assim, confirma-se uma laboração do período Alto Imperial, que terá decorrido a partir de meados do século I d.C. (não está presente o lábio em fita da primeira fase) até, pelo menos, finais do século II d.C. ou, com maior probabilidade, primeira metade do século III, atendendo à produção da forma tardia da Dressel 14, e do fabrico de loiça cerâmica integrável em contextos do Sul do país predominantemente do século III.

Figura 22 – Análise de *Cluster* aplicada a ânforas da Herdade do Pinheiro (HP), Quinta do Rouxinol (QR), Garrocheira (GAR) e Porto dos Cacos (PC).

A suspensão da laboração da olaria sugere algum paralelo com Abul A, com uma cronologia do Alto Império a primeiras décadas do século III, onde o último forno é abandonado pouco depois do aparecimento das primeiras variantes da ânfora Almagro 51c. Quanto às pastas, quer das ânforas como da cerâmica comum, não há alterações significativas ao longo da fase produtiva, ou seja, variam entre o vermelho alaranjado e o amarelo acastanhado, apresentam grão fino e médio com elementos não plásticos, onde predomina o quartzo, e são relativamente homogêneas e de tipo semelhante na sua composição química. Quanto ao lábio das ânforas, continuam a destacar-se os de perfil subtriangular e perolado.

O encerramento da olaria algures no decurso da 1ª metade do século III poderá associar-se às grandes transformações ocorridas nos centros oleiros do extremo ocidental da península ibérica, tendo cessado a exportação da ânfora Dressel 14 para a zona mediterrânica. A substituição desta ânfora estará associada, entre outros motivos, à reestruturação da indústria conserveira, com a utilização preferencial da sardinha e do biqueirão, espécies muito abundantes nas costas malaguenha e atlântica e cuja captura não exige tanto investimento em aparelhos de pesca (GARCIA VARGAS, 2004-2005: 14).

Tudo leva a supor que a partir da segunda metade do século III os fornos mais distantes dos centros de envase dos preparados piscícolas estejam já encerrados, como provável maximização e concentração de meios e encurtamento de distâncias, dando-se um novo impulso aos fornos localizados no estuário do Tejo,

ou com acesso directo ao mesmo, como o caso do Porto dos Cacos, que permanece em plena actividade. Esta realidade que registada na Garrocheira verificou-se igualmente em Muge (CARDOSO, 1990), onde a sua produção terá terminado em finais do século II. ■

Bibliografia

- ALARCÃO, A. e ALARCÃO, J. (1966) – “O Espólio da Necrópole Lusó-Romana de Valdoca (Aljustrel)”. *Conimbriga*. Coimbra. 5: 7-105.
- ALARCÃO, J. (1974) – “Cerâmica Comum Local e Regional de *Conimbriga*”. *Suplementos de Biblos*. Coimbra. 8.
- ALARCÃO, J. (2006) – “As Vias Romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita*”. *Conimbriga*. 45: 211-251.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. e GONÇALVES, A. (coords.) (2010) – “Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002”. *Studia Lusitana*. Mérida. 5.
- AMARO, C. (1981) – “Levantamento Cultural em Três Concelhos Ribatejanos”. *Arqueologia*. Porto. 3: 131-132.
- AMARO, C. (1990a) – “Olaria Romana da Garrocheira, Benavente”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion E. de Boccard. Conimbriga/Paris, pp. 87-95.
- AMARO, C. (1990b) – “Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des) alinhar de ideias”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion E. de Boccard. Conimbriga/Paris, pp. 71-85.
- AMARO, C. (2001) – “Percursos Romanos em Benavente”. *Terras d'Água*. Benavente. 1: 21-26.
- AMARO, C. e GONÇALVES, C. (2016) – “The Roman *Figlina* at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire”. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, pp. 47-58 (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2006) – “Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 233-252 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).
- BANHA, C. (1991-1992) – “As Ânforas da *Villa Romana de Povos*”. *Boletim Cultural Cira*. Vila Franca de Xira. 5: 49-85.
- BARROS, L.; CARDOSO, G. e GONZALEZ, A. (1997) – “Primeira Notícia do Forno de S. António da Charneca, Barreiro”. In *Actas das 3ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela, pp. 295-307.
- CARDOSO, G. (1990) – “O Forno de Ânforas de Muge”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion E. de Boccard. Conimbriga/Paris.
- CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1996) – “O Contexto Oleiro de Muge na Produção Romana do Médio e Baixo Tejo”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 167-178 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. e SEPÚLVEDA, E. (2006) – “A Olaria Romana de Peniche”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 253-278 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. e RIBEIRO, I. (no prelo) – “Produção e Comércio na Olaria Romana do Morraçal da Ajuda, Peniche (Portugal)”. In *Actas do Symposium Internacional Gentes del Mar. Historia e Arqueología en el Litoral del Arco Atlántico*. Ayuntamiento de Gudón / Museu Marítimo das Astúrias / Faculdade de Geografia e História da Universidade de Oviedo.
- CARMONA, R. e SANTOS, C. (2005) – *Olaria da Mata da Machada. Cerâmicas dos Séculos XV-XVI*. Câmara Municipal do Barreiro.

- COELHO, A. e CARDOSO, J. L. (1990) – “Estudo Sobre as Pastas de Ânforas de Fornos do Vale do Tejo e do Vale do Sado: análises macro e microscópicas”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion E. de Boccard. Conimbriga/Paris, pp. 267-271.
- DAVEAU, S. (1994) – “A Foz do Tejo, Palco da História de Lisboa”. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 24-30.
- DIOGO, A. (1987) – “Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano”. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5: 179-191.
- FABIÃO, C. (2004) – “Centros Oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In Figlinae Baeticae. *Actas del Congreso Internacional Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Universidad de Cádiz. Vol. 1, pp. 379-410.
- FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1996) – “Trabalhos Arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal): primeiros resultados”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 73-106 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- FREIRE, P. (1999) – *Evolução Morfo-Sedimentar de Margens Estuarinas (estuário do Tejo, Portugal)*. Dissertação de Doutoramento em Geologia elaborada no LNEC. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Departamento de Geologia.
- GARCIA VARGAS, H. (2004-2005) – “Peces, Pescadores y Conservas del Litoral Atlántico Occidental en la Antigüedad”. In Fortunatae Insulae. *Canarias y el Mediterráneo en la Antigüedad*. Catálogo de la Exposición de Sta. Cruz de Tenerife.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de Salsas y Conservas de Pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Universitat de Barcelona. Col·lecció Instrumenta, 11.
- MANTAS, V. G. (1996) – “Comércio Marítimo e Sociedade nos Portos Romanos do Tejo e do Sado”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 343-369 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- MAYET, F. e SILVA, C. (2005) – *Abul, Fenícios e Romanos no Vale do Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal.
- MORAIS, R. (1998) – *As Ânforas da Zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho / Instituto de Ciências Sociais.
- MORAIS, R. (2005) – *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga (Bracara Augusta, *Escavações Arqueológicas*, 2).
- MUNSELL, A. (1992) – *Soil Color Charts*. Baltimore: Munsell Collor Company.
- PINTO, I. V. (2003) – *A Cerâmica Comum das Villae Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa (Coleção Teses).
- RAPOSO, J. (1990) – “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Museu Monográfico de Conimbriga/Diffusion E. de Boccard. Conimbriga/Paris, pp. 117-151.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. (1996) – “O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 249-266 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- SILVA, C. T. (1996) – “Produção de Ânforas na Área Urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 43-54 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- TELES, J. (1961) – “Mata Lobinhos. Achado de Moedas Romanas”. *Nummus*. 22: 147-148.
- TELES, J. (1974) – “Chão Barroso. Outro achado de moedas romanas em Coruche”. *Nummus*. 33: 81-88.
- VIEGAS, C. (2006) – “O Forno Romano da Manta Rota (Cacela, Algarve)”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 177-196 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).

As Olarias Romanas do Estuário do Tejo

Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal)

Jorge M. Cordeiro Raposo

Câmara Municipal do Seixal -
- Ecomuseu Municipal do Seixal e
Centro de Arqueologia de Almada.

Texto entregue para publicação em Março de 2014.

Revisto em Abril de 2017.

Resumo

Breve histórico da investigação arqueológica realizada sobre as olarias romanas identificadas na zona estuarina do Tejo e apresentação sumária dos sítios do Porto dos Cacos (Alcochete) e da Quinta do Rouxinol (Seixal), considerando os resultados dos trabalhos de campo realizados entre 1985 e 1991, bem como os estudos arqueológicos e arqueométricos posteriores.

Abordagem aos aspectos arquitectónicos e estruturais dos fornos cerâmicos detectados em ambos os sítios, e síntese das principais produções anfóricas.

Desenvolvimento do processo de investigação arqueológica e etnográfica que conduziu à sustentação de proposta de restituição formal e funcional de um dos fornos da olaria da Quinta do Rouxinol, quer para fins didácticos, no contexto da exposição “Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios, Seixal)”, exibida no Museu Nacional de Arqueologia (2009-2013), quer para acção de Arqueologia experimental inserida no programa do seminário / ateliê que deu origem à presente edição (2010).

Palavras-chave: Olaria, Tejo, Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol, fornos, Arqueologia experimental.

Abstract

A brief history of the archaeological research on Roman potteries identified in the Tagus estuary and a succinct presentation of the sites of the Porto dos Cacos (Alcochete) and Quinta do Rouxinol (Seixal), considering the results of the fieldwork conducted between 1985 and 1991, as well as subsequent archaeological and archaeometric studies.

Approach to the architectural and structural aspects of the kilns detected in both sites, and synthesis of the main amphoric productions.

Development of the archaeological and ethnographic research process which led to support the proposal for the formal and functional restitution of one of the kilns at Quinta do Rouxinol, for teaching purposes, in the context of the exhibition "Quinta do Rouxinol: Roman kilns in the Tagus estuary (Corroios, Seixal)", exhibited at the National Museum of Archaeology (2009-2013), or for experimental archaeology inserted in the seminar / workshop program that gave rise to this edition (2010).

Key words: Pottery, Tagus, Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol, kilns, Experimental Archaeology.

As Olarias Romanas do Estuário do Tejo

Porto dos Cacos (Alcochete) e Quinta do Rouxinol (Seixal)

Jorge M. Cordeiro Raposo

Câmara Municipal do Seixal -
- Ecomuseu Municipal do Seixal e
Centro de Arqueologia de Almada.

Texto entregue para publicação em Março de 2014.

Revisto em Abril de 2017.

1. Histórico da investigação

A clara identificação da zona estuarina do Tejo como centro produtor de cerâmica em Época Romana, com particular incidência nos contentores anfóricos, remonta a meados da década de 1980, quando ocorreu a descoberta e escavação arqueológica das olarias do Porto dos Cacos, em Alcochete, e da Quinta do Rouxinol, no Seixal.

Em paralelo, foi também sendo conhecida a presença de unidades de transformação de pescado em ambas as margens do Tejo: em 1981, em Cacilhas, no Município de Almada (BARROS, 1982; BARROS e AMARO, 1985), e pouco depois em Lisboa, no interior da Casa dos Bicos (DUARTE e AMARO, 1986). Seriam apenas as primeiras das várias que hoje pontuam uma extensa faixa ribeirinha Norte, de Lisboa a Cascais, e também estão representadas noutro sítio da margem Sul, o Porto Brandão, em Almada (BUGALHÃO, 2001: 50 e 52-53).

A primeira tentativa de dar alguma unidade e coe-rência, ainda que parcelar, à investigação desta nova realidade materializou-se no projecto *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, que envolveu o Centro de Arqueologia de Almada, as câmaras municipais de Alcochete, Almada, Benavente

e Seixal, e ainda a entidade que então tutelava a Arqueologia nacional, no caso o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Entre 1985 e 1991, esse projecto enquadrava trabalhos arqueológicos sistemáticos nas olarias do Porto dos Cacos (1985-1990), da Quinta do Rouxinol (1986-1991) e da Herdade da Garrocheira (Benavente, em 1987), bem como na fábrica de salga de Cacilhas (1987).

Para além de outras iniciativas de âmbito local, a primeira expressão pública desta actividade ocorreu em 1987, no contexto da exposição *Arqueologia no Vale do Tejo*, organizada pelo IPPC (AMARO, 1987). Ainda no mesmo ano, os resultados entretanto obtidos foram apresentados aos agentes locais no 1.º Congresso do Tejo (Lisboa) e nas 1.ªs Jornadas de Arqueologia Regional (Almada). Em 1988, foram também partilhados com os participantes no 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal (Setúbal) e, principalmente, ocuparam lugar de relevo nas 1.ªs Jornadas de Estudo sobre as Ânforas Lusitanas, realizadas em *Conimbriga* (AMARO, 1990a e 1990b; DUARTE 1990; RAPOSO, 1990), onde também se apresentou uma boa perspectiva do estado da questão (FABIÃO e CARVALHO, 1990).

No final de 1991, um segundo momento de intensa partilha e debate científico teve lugar nas *1.ªs Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, realizadas no Seixal (DUARTE e RAPOSO, 1996; RAPOSO e DUARTE, 1996; GUERRA, 1996; SABROSA, 1996; SANTOS, SABROSA e GOUVEIA, 1996). A ocasião serviu também para divulgar os primeiros dados de uma linha de investigação arqueométrica iniciada no Instituto Tecnológico e Nuclear, visando a caracterização química das produções cerâmicas regionais (CABRAL, GOUVEIA e MORGADO, 1996). No ano seguinte, com a colaboração da Universidade de Aveiro, ensaiou-se, ainda que de modo muito limitado, a prospecção geofísica no Porto dos Cacos (MATIAS, 1992). Paralelamente, a primeira internacionalização de resultados ocorreu em língua espanhola, através de artigo publicado quase em simultâneo em revistas da especialidade editadas em Madrid e em Roma (RAPOSO e DUARTE, 1992a e 1992b) e, em 1993, apresentou-se já um trabalho de síntese sobre a produção oleira do vale do Tejo no *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, realizado no Porto (RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995). Esta primeira fase de investigação justificou ainda a representação dos centros oleiros da margem Sul do Tejo e das suas produções cerâmicas em grandes exposições realizadas no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa: a primeira em 1994, com o título *Lisboa Subterrânea* (RAPOSO e DUARTE, 1994), a segunda em 1997, subordinada ao tema *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais* (RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1997).

O colóquio *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, realizado no Seixal, em 1999, onde se actualizou o conhecimento sobre as olarias do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol (RAPOSO, 2001), antecedeu uma nova fase de investigação regional integrada, a partir daí desenvolvida no âmbito de projecto de investigação centrado no estudo das produções cerâmicas e dos circuitos de produção e consumo locais. Intitulado *OREsT – Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros)*,

inseriu-se no *Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos 2000-2004*, com o envolvimento institucional do Centro de Arqueologia de Almada, da UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, da Câmara Municipal do Seixal e do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, tutelado pela Fundação Millennium BCP. Ainda activo, esse projecto propiciou também a intensificação de uma produtiva linha de investigação arqueométrica que adiante se detalha (ver ponto 3.2).

Os resultados foram gradualmente apresentados à comunidade científica internacional, na *1st International Conference on Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and archaeometry* (RAPOSO et al., 2005) e no *XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae* (GUERRA, 2007), ambos realizados em Barcelona, em 2002. Permitiram ainda enriquecer balanços mais generalistas, como os apresentados em 2003 no *workshop Epigrafia Anfórica*, também em Barcelona (FABIÃO e GUERRA, 2004), e no congresso *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*, que decorreu em Cádiz (FABIÃO, 2004), ou, anos depois, ainda em Cádiz, no *26th Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores: Working with roman kilns* (FABIÃO, 2008). Em Portugal, a principal sistematização ocorreu no simpósio *A Costa Portuguesa no Panorama da Rota Atlântica Durante a Época Romana*, realizado em Peniche, em 2006, através da comunicação “Ânforas Romanas do Estuário do Tejo: balanço e perspectivas de um projecto de investigação arqueológica e arqueométrica”¹.

Durante o ano de 2008, o projecto conheceu novo impulso com a preparação da exposição bilingue (português / inglês) intitulada *Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo / Roman Kilns in the Tagus Estuary (Corroios, Seixal)*, que viria a estar patente no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, onde registou mais de 400 mil visitantes

¹ Da responsabilidade de Jorge Raposo, Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Jacinta Bugalhão, Ana Luísa Duarte, Maria Isabel Dias e Maria Isabel Prudêncio, e dedicada à memória do colega e amigo Armando Sabrosa, co-responsável pela investigação realizada e então recentemente falecido, vítima de acidente em trabalho arqueológico de campo.

entre Março de 2009 e Maio de 2013 (FILIPE e RAPOSO, 2009) ².

A exposição sobre a olaria da Quinta do Rouxinol e a interpretação da arquitectura e da cadeia operatória associada a um dos seus fornos cerâmicos justificaram ainda a realização no Seixal, em 2010, do seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental *A Olaria Romana*, de que resultou a presente edição ³.

Sintetizando desenvolvimentos mais recentes, em 2011 e 2012, as olarias da Quinta do Rouxinol e do Porto dos Cacos propiciaram a apresentação de duas teses académicas à Universidade de Lisboa (SANTOS, 2011; MONTEIRO, 2012), com resultados sumariamente tratados em *posters* exibidos no *I Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: entre o mundo romano e a Idade Média*, que decorreu em Évora (SANTOS, BRAGA e RAPOSO, 2012; MONTEIRO e RAPOSO, 2012).

Ainda em 2012, uma abordagem detalhada da cro-no-estratigrafia da olaria da Quinta do Rouxinol foi tema de comunicação no colóquio *Contextos Estratigráficos Romanos na Lusitânia: da República à Antiguidade tardia*, organizado em Lisboa (SANTOS, RAPOSO e QUARESMA, 2015) ⁴.

No mesmo período de 2011-2012, o projecto ORESt iniciou uma colaboração com o projecto *Amphorae ex Hispania* (<http://amphorae.icac.cat/>), centralizado pelo Instituto Catalão de Arqueologia Clássica e dedicado à sistematização e divulgação do estudo das ânforas produzidas nas olarias das províncias ibéricas em Época Romana (BERNI *et al.*, 2014). Dessa colaboração merece destaque a preparação, em colaboração com outros investigadores portugueses, de fichas tipológicas das formas de ânforas que caracterizam as produções do Tejo e do Sado (Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 50, Keay 16, Almagro 51c e Lusitana 9), todas elas disponibilizadas *online* desde o início de 2014 (ver a área da Lusitânia ocidental, em <http://amphorae.icac.cat/amphorae/map/pelagios>).

Deve ainda referir-se a participação, em 2013, no Congresso Internacional *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution (30th Congress of*

the Rei Cretariae Romanae Fautores), realizado em Tróia, com a apresentação da comunicação "Produção de Ânforas no Vale do Tejo" (Carlos Fabião e Jorge Raposo) e do *poster* "Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): quantificação e classificação das produções anfóricas" (RAPOSO, SANTOS e ANTUNES, 2016).

Por fim, em 2014, teve início uma parceria com o Instituto Dom Luiz, laboratório associado da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, para colaboração no Projecto REGENA, que estuda a variação do campo magnético secular e pretende aplicar esse conhecimento à investigação arqueomagnética, nomeadamente como recurso para a datação de contextos arqueológicos. Para o efeito foram cedidas amostras dos fornos e/ou das cerâmicas do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol (ÂNGELO *et al.*, 2015), aguardando-se os primeiros resultados relativos a essas olarias.

2. As olarias do estuário do Tejo

2.1. Porto dos Cacos

O que se conhece do Porto dos Cacos, evidencia já o seu enorme potencial científico e patrimonial, apesar da área investigada ser relativamente pequena, quando comparada com a dimensão que pode estimar-se para o sítio. Para além da zona oleira, com pelo menos três fornos, várias áreas de materiais rejeitados e diversas estruturas de apoio, este tem associada uma necrópole que indicia a proximidade de um núcleo habitacional ainda por localizar (RAPOSO, 1990 e 2001; RAPOSO e DUARTE, 1992a, 1992b,

² A exposição continua visitável, agora no espaço virtual do Museu Nacional de Arqueologia (ver "A exposição", em <http://www.museuarqueologia.pt/default.asp?a=2&x=3&i=78>). O balanço final deste projecto expositivo e do seu vasto programa complementar foi realizado em Maio de 2013, em jornada de reflexão também acolhida pelo MNA, com a participação de especialistas do Observatório das Actividades Culturais. O registo vídeo integral está disponível em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLvPFKKqvZAKnnAqDQucO4eWesi6ylAgKR>.

³ Para informação genérica sobre este seminário / ateliê, ver RAPOSO, 2012.

⁴ Ver também, nesta edição, o trabalho de José Carlos QUARESMA (2017: 275-306).

CAMPO ARQUEOLÓGICO DO PORTO DOS CACOS

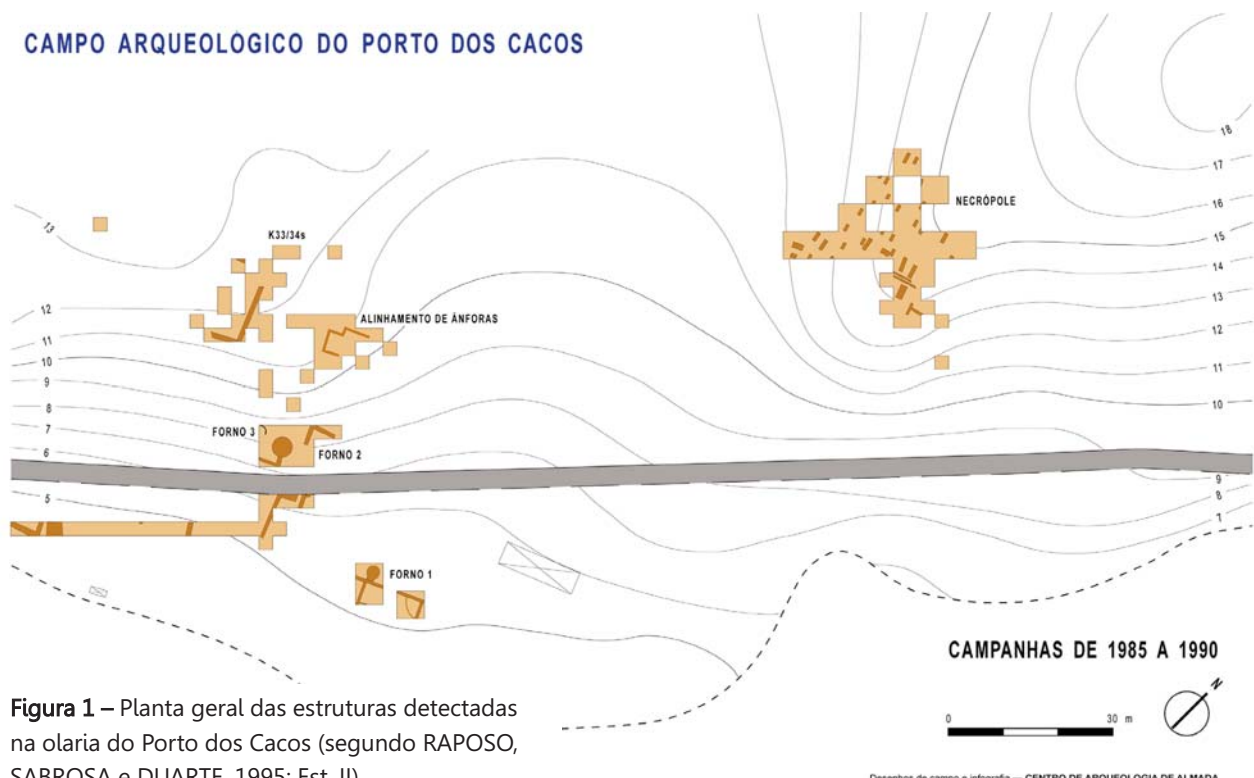
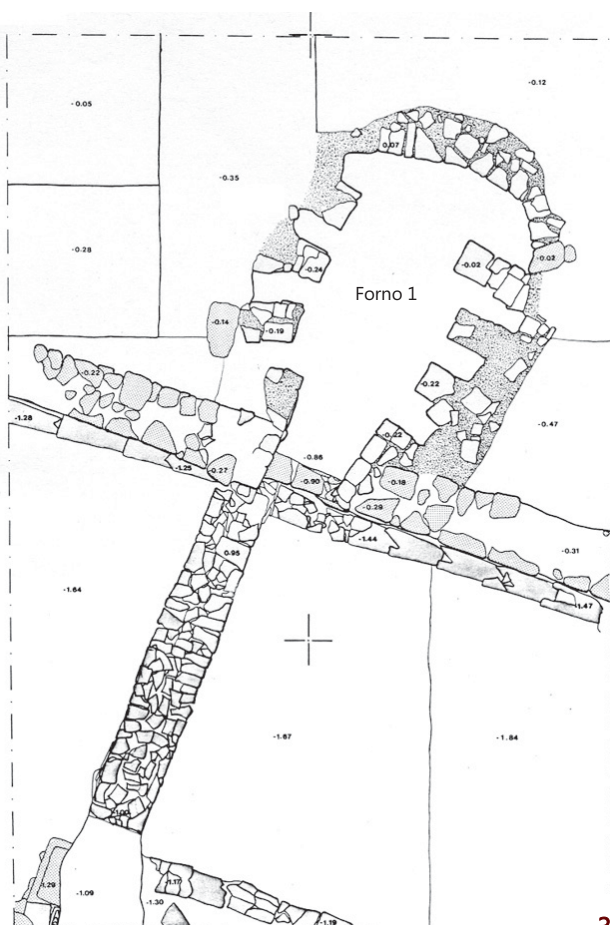


Figura 1 – Planta geral das estruturas detectadas na olaria do Porto dos Cacos (segundo RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995: Est. II).

1994 e 1996; RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995 e 1997; FABIÃO, 2004; RAPOSO *et al.*, 2005) (Fig. 1) O forno 1 tem dimensões e arquitectura muito semelhantes aos da Quinta do Rouxinol e está também reduzido à base da câmara de combustão. No entanto, surge aqui integrado num conjunto de estruturas mais complexo, que só um futuro alargamento da escavação arqueológica permitirá interpretar (RAPOSO, 1990: 136) (Figs. 2 e 3).



2



3

Figuras 2 e 3 – Aspecto geral e planta do forno 1.

Fotografia e desenho: Centro de Arqueologia de Almada.

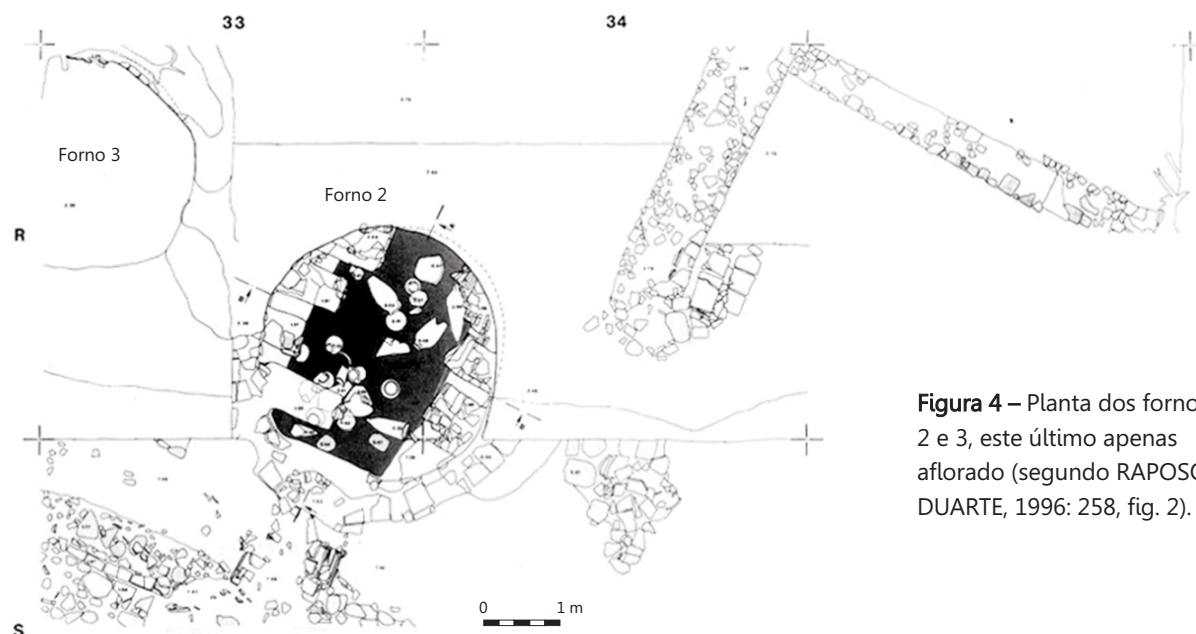


Figura 4 – Planta dos fornos 2 e 3, este último apenas aflorado (segundo RAPOSO e DUARTE, 1996: 258, fig. 2).

Os fornos 2 e 3 dispõem-se em bateria, com maior dimensão mas também integrados em estruturas de organização do espaço oleiro (Figs. 4 a 6). A intervenção arqueológica permitiu escavar quase totalmente o forno 2, verificando-se que preserva a câmara de combustão e o respectivo corredor de acesso, boa parte das arcadas de suporte da grelha, de que ainda há vestígios, e algumas zonas da câmara de cozedura (RAPOSO e DUARTE, 1996: 258-259). Os materiais associados apontam para um período de funcionamento nos séculos III-IV, com um depósito sobre o fundo do forno 2 a situar o seu abandono no final do século IV, ou mesmo nas primeiras décadas do século V (RAPOSO e DUARTE, 1996: 252) (Fig. 5). A prospeccção geofísica da envolvente dos fornos 2 e 3 sinalizou anomalia magnética que, com boa margem de segurança, sugere a presença de um outro forno (MATIAS, 1992), questão que até ao presente não foi possível investigar por metodologia arqueológica.

Figuras 5 e 6 – Aspecto geral da área intervencionada nos fornos 2 e 3 e pormenor do conjunto cerâmico depositado sobre o fundo da câmara de combustão do forno 2.



5



6

No conjunto das estruturas de apoio ao funcionamento da olaria destaca-se um alinhamento de 46 ânforas da forma Dressel 14, dispostas na vertical mas com a sua função original de contentores inutilizada pela quebra do bico fundeiro (RAPOSO, 1990: 138). Tratar-se-ia, eventualmente, de uma solução de drenagem integrada na cadeia operatória da olaria.

Na necrópole associada ao sítio conhecem-se já 37 enterramentos, dos quais só 26 escavados. São maioritariamente sepulcros de formato rectangular estruturados com tijoleiras e/ou *tegulae*, mas há também três casos de cobertura com ânforas dispostas horizontalmente e, ainda, uma sepultura do tipo *mensa*. Correspondem a rituais de inumação integráveis nos séculos IV-V (SABROSA, 1996; MONTEIRO, 2012; MONTEIRO e RAPOSO, 2012).

Os dados disponíveis apontam para uma larga diacronia de produção do sítio, com cerâmica comum e ânforas das formas Dressel 14 e Lusitana 3 numa primeira fase (da primeira metade do século I ao início do século III), e Almagro 51c, Almagro 50 / Keay 16 e Lusitana 9 num segundo período produtivo (séculos III-V). Nas produções anfóricas da sua fase inicial, o sítio destaca-se pelos hábitos epigráficos associados às formas Dressel 14 e Lusitana 3 – nos bicos fundeiros da primeira recolheram-se mais de 400 grafitos alfabéticos e numéricos; na forma Lusitana 3, reuniu-se o maior repertório português de marcas de olei-

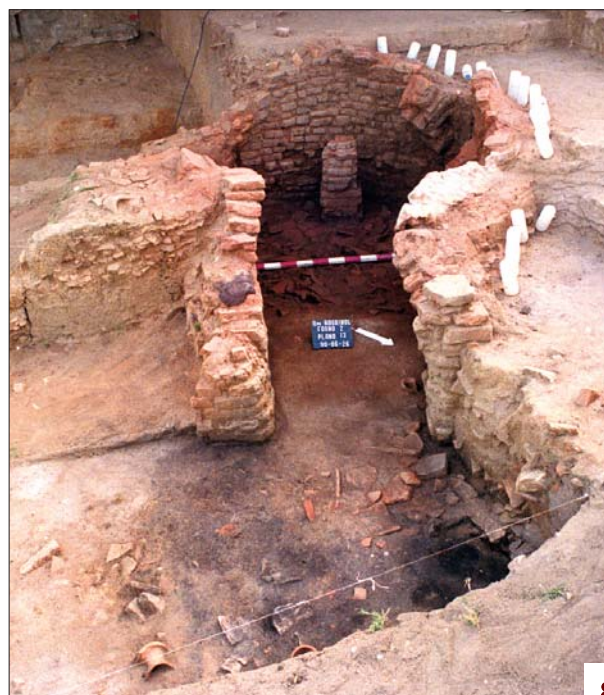
ro, com 15 matrizes diferentes e 184 exemplares aplicados em bordos, nas asas ou na ligação destas ao bojo, com forte predomínio do nome *Germanus* (GUERRA, 1996 e 2007; FABIÃO e GUERRA, 2004).

2.2. Quinta do Rouxinol

É conhecida e está preservada *in situ* uma parte da zona produtiva desta olaria, com dois fornos, vestígios de um terceiro e uma outra pequena estrutura de combustão (Figs. 7 a 9). Foram também identificadas zonas de despejo de rejeitados que forneceram materiais essenciais para a caracterização das produções cerâmicas locais.

Estas compreendem maioritariamente ânforas das formas Almagro 51c, Almagro 50 / Keay 16 e Lusitana 9, mas também cerâmicas comuns e lucernas (DUARTE, 1990; RAPOSO e DUARTE, 1992a, 1992b e 1994; RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995; DUARTE e RAPOSO, 1996; RAPOSO, 2001; FABIÃO, 2004; RAPOSO *et al.*, 2005; FILIPE e RAPOSO, 2009; SANTOS, 2011; SANTOS, BRAGA e RAPOSO, 2012; SANTOS, RAPOSO e QUARESMA, 2015; RAPOSO, SANTOS e ANTUNES, 2016).

Figuras 7 e 8 – Fase de escavação dos fornos 1 e 2 da Quinta do Rouxinol (respectivamente).



Fotografias: Centro de Arqueologia de Almada / Ecomuseu Municipal do Seixal.

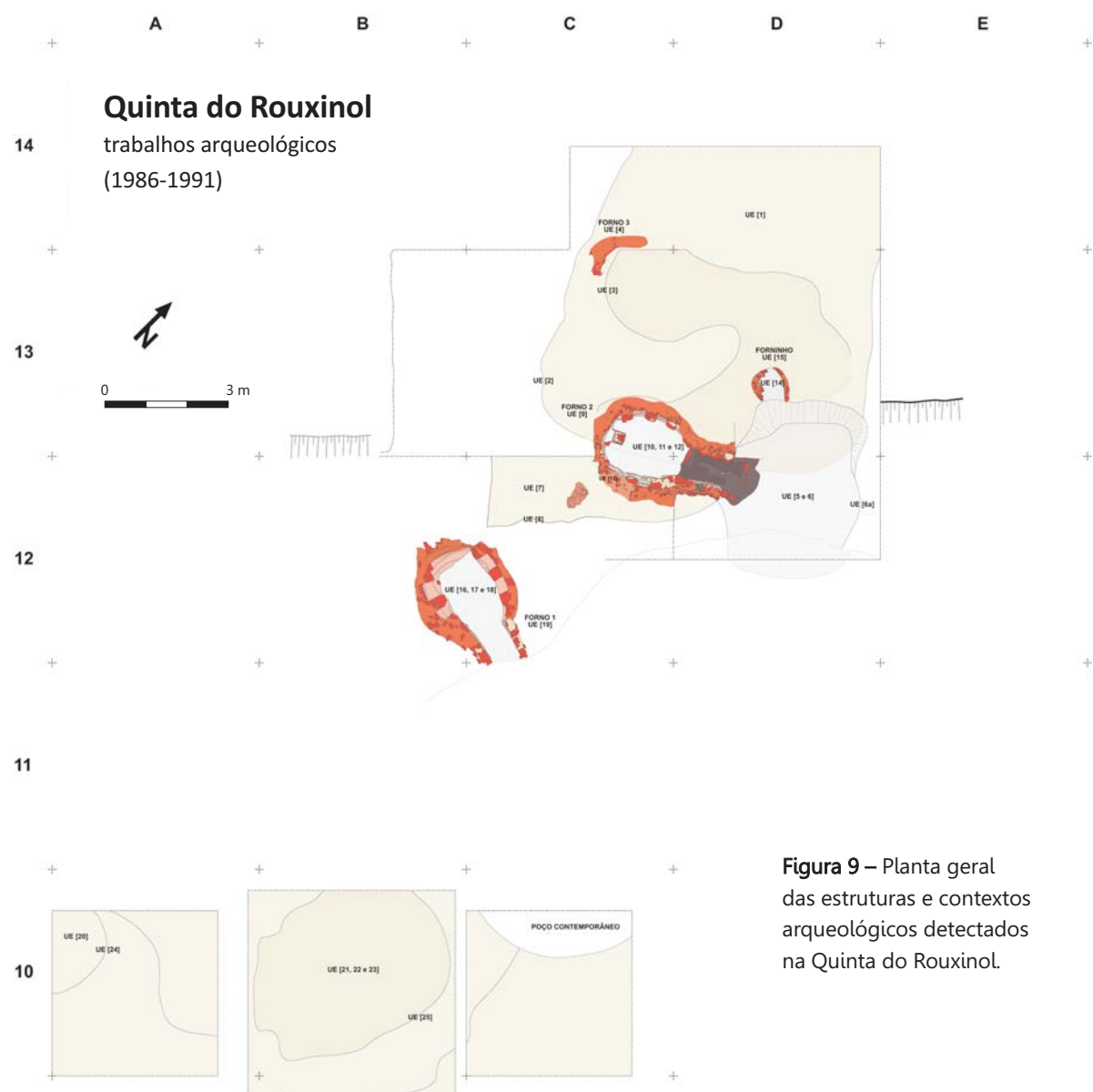


Figura 9 – Planta geral das estruturas e contextos arqueológicos detectados na Quinta do Rouxinol.

Os dois fornos melhor preservados apresentam dimensões e modelo arquitectónico semelhantes. Estão reduzidos a parte da câmara de combustão, com um curto corredor de acesso, e observa-se o arranque das arcadas que suportavam a grelha de separação com a câmara de cozedura. Não há vestígios dessa grelha nem da câmara de cozedura. O forno 2 partilha a zona de abastecimento à câmara de combustão com uma outra estrutura de dimensão muito mais reduzida, bastante destruída e, por isso, de difícil caracterização. O funcionamento destes fornos situar-se-á no período 235-300 d.C., com base na interpretação estratigráfica do sítio e no estudo do espólio associado às diferentes unidades sedimentares, o qual dedicou particular atenção aos materiais datantes,

nomeadamente *terra sigillata* hispânica e africana, cerâmica africana (comum e de cozinha), cerâmica de imitação de engobe vermelho não vitrificado, paredes finas, almofarizes de importação, vidros e numismas (SANTOS, RAPOSO e QUARESMA, 2015: 120-122; RAPOSO, SANTOS e ANTUNES, 2016: 19-20⁵). O enchimento das zonas de despejo de rejeitados (Figs. 10 e 11) comprova, contudo, que a olaria esteve em funcionamento até período posterior a 425 d.C., nomeadamente na zona que utilizou o espaço do forno 3, agora reduzido a um pequeno fragmento de parede da câmara de combustão (*IDEM: ibidem*).

⁵ Ver também, nesta edição, QUARESMA, 2017: 278-294).

Figura 10 – Em baixo, pequeno vestígio estrutural do forno 3 da olaria do Rouxinol, cujo “negativo” foi posteriormente utilizado para despejo de materiais rejeitados.



10

Quanto ao momento de instalação da actividade oleira na Quinta do Rouxinol, vários indicadores apontam para que possa remontar à segunda metade do século II (SANTOS, RAPOSO e QUARESMA, 2015: 122; RAPOSO, SANTOS e ANTUNES, 2016: 19-20, QUARESMA, 2017: 296-297).

2.3. Outros sítios

Para além das três olarias mais conhecidas (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e Garrocheira), a produção oleira na região estuarina e no baixo Tejo está atestada noutros locais directamente associados a esse rio ou à rede hidrográfica subsidiária (Fig. 12). Na margem Sul, é o caso da envolvente do Porto dos Cacos, bordejando o rio das Enguias e os pauis próximos, onde há evidência de fornos em Vale da Palha (RAPOSO, 1990: 117) e na Fonte da Raposa (CORREIA, 2005: 130-131), e indícios da sua presença junto à Ponte de Caparica (RAPOSO e DUARTE, 1996: 250, nota 1), todos no Município de Alcochete. No Olho da Telha, já em Palmela, também é visível pelo menos um forno semidestruído num talude (FERNANDES e CARVALHO, 1993: 14 e 1996: 122). A montante, na bacia do rio Sorraia e no território municipal de Bena-



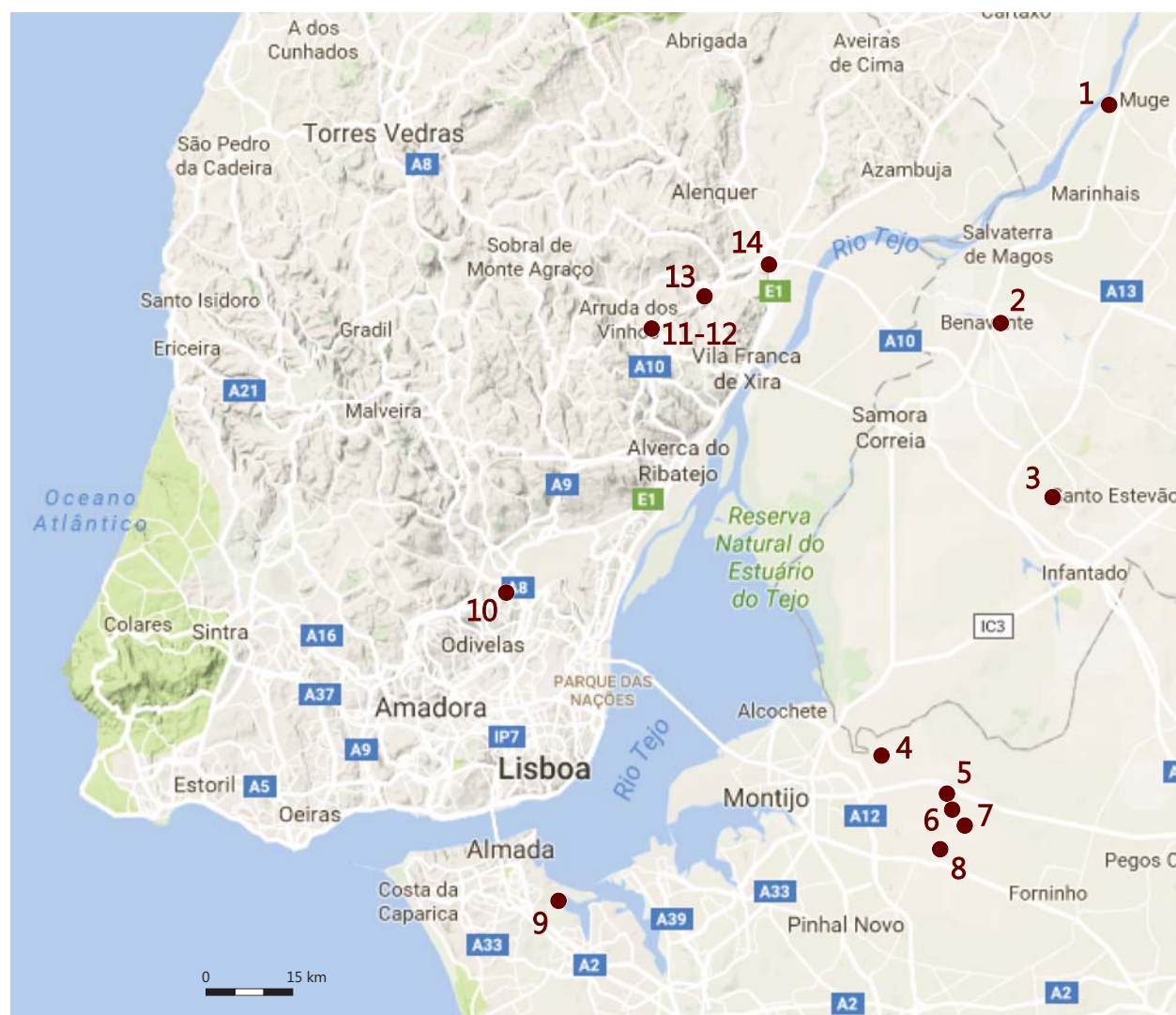
11

Figura 11 – Em cima, corte estratigráfico da principal fossa usada para descarte (quadrícula B10), na base da qual subsistem algumas ânforas quase completas e madeira não consumida no aquecimento dos fornos.

vente, à mencionada olaria da Herdade da Garrocheira acresce um forno situado na zona do Monte dos Condes e da ribeira de Santo Estevão (FABIÃO, 2004: 388). E, por fim, há fortes indícios de produção cerâmica em Época Romana no Porto Sabugueiro, perto de Muge, em Salvaterra de Magos (CARDOSO, 1990; CARDOSO e RODRIGUES, 1996), onde posteriormente se comprovou uma ocupação de larga diacronia, do Neolítico à Antiguidade Tardia (PIMENTA e MENDES, 2008).

Na margem Norte, trabalhos de minimização de impactos vêm revelando também novos achados. No Município de Loures e junto à ribeira com o mesmo nome, a construção de uma zona comercial e a abertura de uma rodovia propiciaram a identificação, em 2005-2006, de três fornos integrados na *villa* / *vicus*

Fotografias: Centro de Arqueologia de Almada / Ecomuseu Municipal do Seixal.



Mapa: suporte Google Maps.

das Almoínhas (BRAZUNA e COELHO, 2012). Quase em paralelo, em 2005, na construção da auto-estrada A10, surgiram fornos cerâmicos de cronologia romana em dois locais próximos da ribeira Grande da Pipa: na Quinta de Santo António, Carregado, Alenquer (SABROSA *et al.*, 2012), e na Quinta da Granja, Cachoeiras, Vila Franca de Xira (SABROSA *et al.*, 2012). No curso da mesma ribeira, mas já em Arruda dos Vinhos, a A10 afectou ainda um forno de interpretação menos segura, o “Forno da Pipa” (PINTO, 2012), e terá destruído outro a curta distância, na Quinta das Caldeiras (CNS 22342).

Não é clara a tipologia e função das produções cerâmicas de todos estes sítios, mas boa parte abasteceria de contentores as unidades locais de transformação de pescado. Essa relação está confirmada arqueometricamente para os que, entretanto, foram analisados (Porto dos Cacos, Rouxinol e Garrocheira).

Figura 12 – Localização dos sítios de produção oleira mencionados no baixo Tejo e na região estuarina: 1. Porto Sabugueiro (Muge); 2. Herdade da Garrocheira; 3. Monte dos Condes; 4. Fonte da Raposa; 5. Vale da Palha; 6. Ponte de Caparica; 7. Porto dos Cacos; 8. Olho da Telha; 9. Quinta do Rouxinol; 10. Almoínhas; 11-12. Forno da Pipa e Quinta das Caldeiras; 13. Quinta da Granja; 14. Quinta de Santo António.

Trata-se, contudo, de uma realidade parcelar, a enriquecer pelo desenvolvimento da investigação e pela incorporação de novos achados. O programa de caracterização de pastas cerâmicas por activação neutrónica mostrou isso mesmo, ao identificar a assinatura geoquímica de pelo menos um local de produção ainda desconhecido ou não estudado (ver adiante, ponto 3.2).

3. Produções anfóricas do Tejo

3.1. Morfologia e cronologia

As produções anfóricas do vale do Tejo incluem as formas Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51c, Almagro 50, Keay 16 e Lusitana 9, para além de outras morfologias menos representativas e ainda insuficientemente estudadas.

Circunscrevendo a análise à região estuarina, a olaria do Porto dos Cacos é a única que se integra claramente numa fase inicial de produção intensiva, começada ainda na primeira metade do século I d.C. com a forma Dressel 14, à qual se veio juntar, já no século II, a forma Lusitana 3. As duas terão continuidade até ao final desse século ou às primeiras décadas do século III.

O Porto dos Cacos mantém-se activo numa segunda fase, que se desenvolve a partir dessa transição dos séculos II-III d.C., onde transformações de natureza diversa (social, política, económica...) induzem o surgimento de novas formas de contentores – Almagro 51c, Almagro 50 e Keay 16 –, que perdurarão pelo menos até meados do século V. Nesta fase, está também operativa a olaria da Quinta do Rouxinol, e em ambas se junta às três formas mencionadas uma quarta, a Lusitana 9, produzida desde meados do século IV.

No geral, são contentores destinados a envasar preparados piscícolas, mas há indícios que também dão crédito à hipótese de um conteúdo vínic para as formas Lusitana 3 e Lusitana 9.

Para além da atenção dedicada a todas estas produções pela abundante bibliografia antes mencionada nos capítulos dedicados aos arqueossítios (ponto 2), a análise detalhada das mesmas está hoje disponível no catálogo de ânforas disponibilizado *online* pelo projecto *Amphorae ex Hispania* (<http://amphorae.icac.cat/amphorae>), que reúne o contributo de vários investigadores portugueses e espanhóis. Aí se encontram

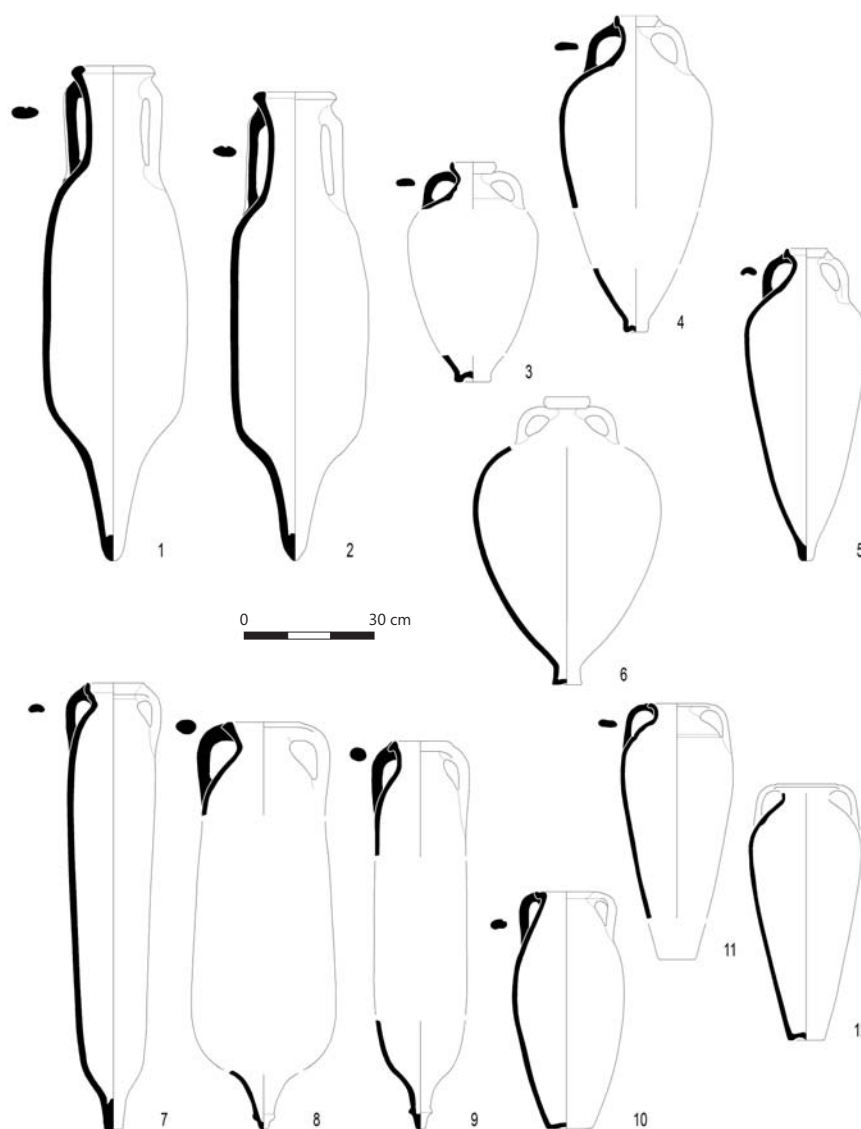


Figura 13 – Síntese das principais produções anfóricas detectadas nas olarias do Tejo (Porto dos Cacos e Quinta do Rouxinol): Dressel 14 (**1 e 2**. Porto dos Cacos); Lusitana 3 (**3**. Porto dos Cacos); Almagro 51c (**4**. Quinta do Rouxinol; **5 e 6**. Porto dos Cacos); Almagro 50 (**7**. Porto dos Cacos; **9**. Quinta do Rouxinol); Keay 16 (**8**. Quinta do Rouxinol); Lusitana 9 (**10 e 12**. Porto dos Cacos; **11**. Quinta do Rouxinol) (segundo RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995: Est. IV).

fichas detalhadas das formas Dressel 14 (RAPOSO e VIEGAS, 2013), Lusitana 3 (QUARESMA e RAPOSO, 2014), Almagro 51c (VIEGAS, RAPOSO e PINTO, 2014), Almagro 50 / Keay 16 (ALMEIDA e RAPOSO, 2014a e 2014b) e Lusitana 9 (RAPOSO e QUARESMA, 2014).

3.2. Arqueometria

A caracterização das produções cerâmicas do Tejo por observação directa, ou mesmo por métodos petrográficos, enfrenta dificuldades para distinguir as olarias locais, ou mesmo estas das do Sado, uma vez que todas usam matérias-primas provenientes de duas bacias sedimentares de matriz geológica muito similar.

Deve-se a António Vasconcelos Pinto Coelho e João Luís Cardoso o primeiro trabalho especificamente dedicado à análise macro e microscópica das pastas de ânforas produzidas em fornos cerâmicos do Tejo e do Sado, num estudo que incidiu exclusivamente sobre fragmentos da forma Dressel 14 (COELHO e CARDOSO, 1990: 271).

Esse estudo foi largamente desenvolvido por Anne Schmitt, que, no contexto de um trabalho colectivo com François Mayet e Carlos Tavares da Silva, identificou dois grandes grupos petrográficos regionais: **1)** Sado jusante / Tejo, que inclui as olarias próximas da cidade de Setúbal e a Herdade do Pinheiro, no Sado, bem como as do Tejo (Porto dos Cacos e Rouxinol), sendo as duas zonas impossíveis de diferenciar por esta metodologia; **2)** Sado montante, que agrupa produções das olarias da Enchurrasqueira / Xarroqueira, de Abúl, do Bugio e da Barrosinha (MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996: 163). Segundo a mesma autora, as características petrográficas do grupo que engloba o Tejo são a presença de elementos-não-plásticos de quartzo, feldspato e micas (*IDEM: ibidem*), mas é impossível separar as produções das olarias do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol por métodos petrográficos (*IDEM: 156*). De qualquer modo, as cerâmicas do primeiro desses sítios são descritas como homogéneas, resultando da mistura de argilas não-calcárias e areia de granulometria média, numa pasta de cor laranja-clara com inclusões numerosas e grosseiras: quartzo, feldspatos alcalinos e plagioclases, micas e fragmentos de rochas graníticas, acompanhadas pontualmente de anfíbolos (*IDEM: 152*). Quanto à Quinta do Rouxinol, o estudo evidenciou “diferenças notáveis” entre as pastas das formas Almagro 50 e Almagro 51c, ainda que, no geral, todas sejam finas, não-calcárias, de cor alaranjada, com maior ou menor quantidade de inclusões arenosas grosseiras: quartzo, feldspatos (predominantemente alcalinos) e fragmentos

de rochas graníticas, com a presença pontual de micas claras (*IDEM: 154*).

A caracterização mais detalhada dos fabricos cerâmicos da olaria da Quinta do Rouxinol foi entretanto realizada no âmbito do estudo das cerâmicas comuns de produção local (SANTOS, 2011), e está sistematizada em RAPOSO, SANTOS e ANTUNES (2016: 22-23). No essencial, para as produções anfóricas está registado um grupo petrográfico largamente maioritário, de matriz não-calcária, onde as pastas apresentam textura grosseira ou média e a superfície é tratada por alisamento e, mais raramente, pela aplicação de uma aguada espessa e esbranquiçada. Um segundo grupo petrográfico, claramente minoritário, regista a inclusão de argilas caulínicas na preparação da matriz cerâmica.

No sentido de ultrapassar as mencionadas limitações da análise petrográfica, João M. Peixoto Cabral deu início, na década de 1990, a um programa de caracterização química das pastas cerâmicas de ânforas mediante Análise por Activação com Neutrões térmicos (AAN / NAA - *Neutron Activation Analysis*), segundo metodologia que então apresentou (CABRAL, 1990). O estudo incidiu essencialmente sobre as olarias do Tejo e, quanto ao Porto dos Cacos, provou ser possível diferenciar e caracterizar grupos químicos associados a formas de ânforas produzidas nesta olaria, no caso Dressel 14, Almagro 51c e Lusitana 3 (CABRAL, GOUVEIA e MORGADO, 1996). Contudo, a posterior comparação destes dados com os que resultam de amostras da Quinta do Rouxinol não foi totalmente esclarecedora quanto à possibilidade de diferenciar peças produzidas nas duas olarias por método geoquímico (CABRAL, GOUVEIA e MORGADO, 1993-1994; CABRAL, FONSECA e GOUVEIA, 2002). No mesmo contexto, ensaiou-se uma primeira abordagem às produções do Sado, através da olaria do Pinheiro (CABRAL, FONSECA e GOUVEIA, 2000).

A partir de 2000, esta linha de investigação foi continuada por uma equipa coordenada por Maria Isabel Dias e Maria Isabel Prudêncio. Alargou-se substancialmente a amostragem da Quinta do Rouxinol, desenvolveu-se a comparação com o Sado e com outras regiões produtoras e introduziram-se na análise materiais de centros consumidores como, por exemplo,

as unidades de salga da Rua dos Correeiros, em Lisboa (DIAS *et al.*, 2001; DIAS, PRUDÊNCIO e ROCHA, 2003; PRUDÊNCIO *et al.*, 2003; DIAS *et al.*, 2010 e 2012; DIAS e PRUDÊNCIO, 2016). Os resultados permitiram diferenciar as produções cerâmicas das várias olarias e estabelecer as respectivas composições geoquímicas, identificando até grupos composicionais sem correspondência nas olarias já conhecidas, o que aponta para realidades arqueológicas entretanto desaparecidas ou ainda por revelar ou estudar.

4. Arqueologia experimental

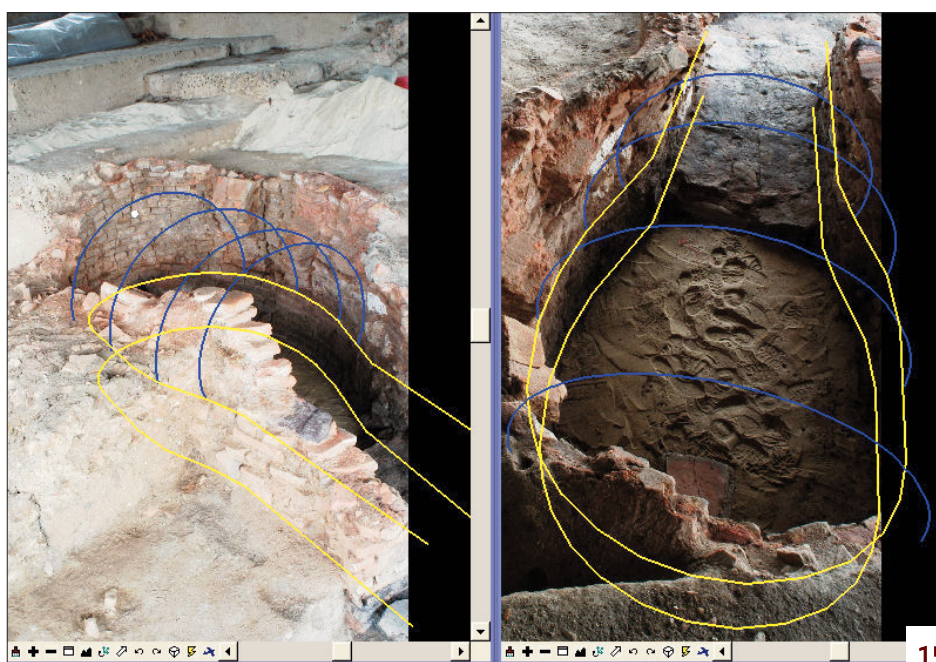
Desde o início, a abordagem metodológica à preparação de uma exposição temporária sobre a olaria da Quinta do Rouxinol para o Museu Nacional de Arqueologia (já mencionada na síntese histórica do ponto 1), procurou integrar a produção museológica no processo de documentação, investigação e valorização do arqueossítio, de modo a induzir avanços na sua interpretação técnica e operatória que perdurassem para além da efemeridade do evento expositivo.

Nesse contexto, assumiu particular relevância a digitalização de um dos fornos com recurso a tecnologia laser 3D e fotogrametria digital incorporada, sob a responsabilidade técnica da empresa Artescan (<http://www.artescan.net>). Esse registo rigoroso da estrutura conservada esteve depois na base do estudo que permitiu criar um modelo 3D que materializa uma proposta de restituição integral do forno e do seu modo de funcionamento. Os resultados da modelação 3D foram incorporados na referida exposição e apresentados em eventos nacionais e internacionais (RAPOSO *et al.*, 2009; RAPOSO e OLIVEIRA, 2010).



14

Fotografia: Ecomuseu Municipal do Seixal.

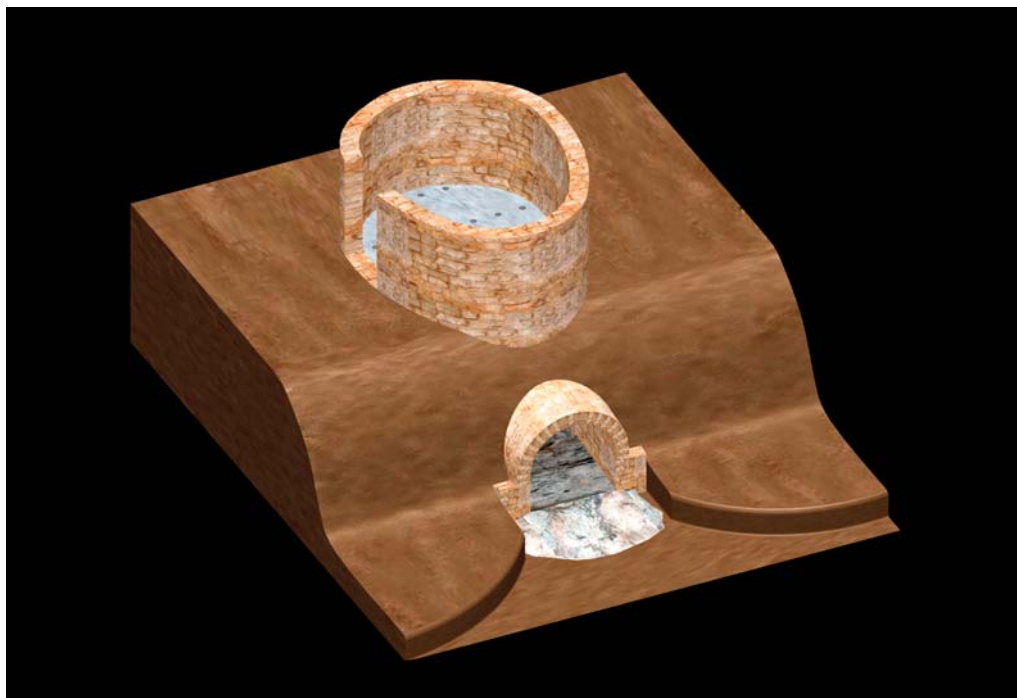


15

Fotografia: Artescan.

Figuras 14 e 15 – Em cima, imagem da digitalização *in situ* do forno 2 da olaria do Rouxinol.

Em baixo, primeiros ensaios de modelação digital da câmara de combustão e da estrutura de suporte da grelha.



Desenho 3D: Artescan.

Naturalmente, o modelo tridimensional do forno foi desenvolvido em interacção multidisciplinar com a equipa de Arqueologia ⁶, que consolidou o fundamento da solução arquitectónica e funcional na investigação arqueológica do sítio, na análise comparativa de fontes nacionais e internacionais relevantes para este tipo de contextos oleiros, e na aplicação do que conhecemos sobre as técnicas construtivas romanas. Nas fontes internacionais de referência, foi considerada a tipologia de fornos cerâmicos romanos apresentada e posteriormente actualizada por Ninina CUOMO DI CAPRIO (1972 e 2007), tal como o artigo que a mesma autora dedicou à península itálica no n.º 9-10 da *Acta Praehistorica et Archaeologica*, editada na Alemanha, que incluiu ainda outros contributos importantes, como, por exemplo, os de Geoffrey Bryant para a Britânia, e de Pascal Duhamel para a Gália (VON MÜLLER, KUTSCHER e WAETZOLDT, 1979). Para a realidade hispânica, Jaume COLL CONESA (2005) sistematizou igualmente uma proposta tipológica e voltou ao tema na monografia *Cerámicas Hispanorromanas*, editada por ocasião do XXVI congresso da associação *Rei Cretariae Romanae Fautores* (COLL CONESA, 2008), onde também merece leitura a aproximação ao ambiente funcional das olarias elaborada por José Juan DÍAZ RODRÍGUEZ (2008).

Figura 16 – Modelo 3D com proposta de restituição integral do forno 2 da olaria do Rouxinol.

Anos antes, a realização do congresso internacional *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*, em Cádiz, havia também propiciado a edição de dois volumes de actas coordenados por Darío BERNAL CASOLA e Lázaro LAGÓSTENA BARRIOS (2004), destacando-se no primeiro deles várias sínteses sobre as olarias e as produções cerâmicas de diferentes regiões ibéricas.

Contudo, face à realidade parcelar que caracteriza a maioria dos arqueossítios, onde as estruturas nos chegam já incompletas e/ou parcialmente arruinadas, muitas destas abordagens centram-se essencialmente no que subsiste, isto é, na planta da câmara de combustão e na arquitectura de suporte da grelha que a separa da câmara de cozedura. Esta última raramente está presente, o que coloca problemas à interpretação técnica e tecnológica dos fornos, como bem notou COLL CONESA (2008: 116-117).

⁶ A investigação e programação museológica de todo este projecto foi assegurada por Jorge Raposo, Carlos Fabião e João Pedro Almeida, com o apoio pontual de outros elementos das equipas técnicas dos museus envolvidos (Ecomuseu Municipal do Seixal e Museu Nacional de Arqueologia).

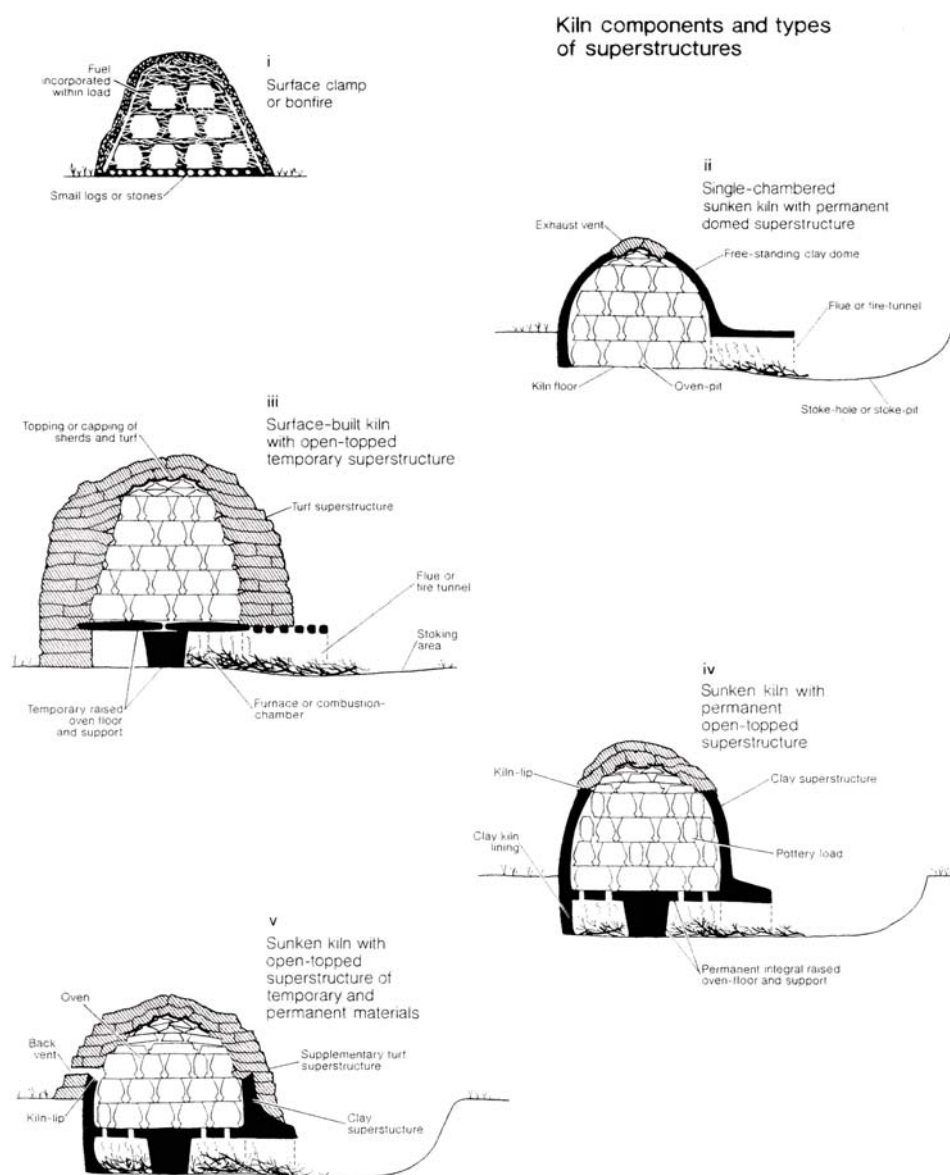


Figura 17 – Tipologia de fornos apresentada por Vivien G. SWAN (1984).

O problema ganhava acuidade no caso do Rouxinol, onde se pretendia precisamente “recuperar” a arquitectura integral e o modo de funcionamento de uma das estruturas de combustão da olaria. Para esse atingir esse objectivo, revelou-se de grande utilidade a bibliografia britânica, nomeadamente a de Vivien G. SWAN (1984), pois a autora elaborou uma tipologia de fornos romanos que integra a superestrutura da câmara de combustão. E ao fazê-lo destacou um aspecto que nos pareceu particularmente adequado ao fabrico de peças de grandes dimensões, como as ânforas, por exemplo: a existência de câmaras de combustão abertas no topo, sendo essa zona encerrada a cada fornação pela sobreposição de fragmentos de cerâmica de cozeduras anteriores (ver Fig. 17) ⁷.

A pertinência desta solução arquitectónica e funcional foi também sugerida por outra linha de investigação, de natureza arquivística e documental, nomeadamente no banco de imagens em movimento da RTP - Rádio e Televisão de Portugal. Aí se conservam programas e documentários das décadas de 1960 a 1980, preciosos para o registo do funcionamento de olarias das zonas de Montemor-o-Velho, Mafra, Lisboa e Viana do Alentejo, por exemplo (RAPOSO, 2009) ⁸.

⁷ Em data posterior à elaboração deste texto, tomei conhecimento de outras propostas de restituição semelhantes à definida para a Quinta do Rouxinol, nomeadamente no ateliê de Chapeau Rouge, em Vaise, Lyon (França) (DESBAT *et al.*, 2001). A informação ajuda a consolidar a solução adoptada no Seixal.

⁸ Um desses documentários, de 1986, tem agora acesso livre na colecção “O Homem e o Trabalho”, em boa hora disponibilizada no arquivo online da RTP (ver “O Oleiro”, em <https://arquivos.rtp.pt/colecoes/o-homem-e-o-trabalho>).

Da vila alentejana destaca-se um dos programas da série *Presença do Passado*, gravado em 1973 na olaria que então funcionava no interior do arruinado Convento de Jesus. A narração e o diálogo com o oleiro são da responsabilidade do arqueólogo Fernando Russell Cortez (1913-1994), que dedicou a parte final da sua vida à Antropologia e ao registo etnográfico. As imagens mostram-nos o quotidiano da olaria e atestam um caso muito interessante de forno a lenha com câmara de cozedura de acesso lateral e aberta no topo, onde cada fornada é coberta apenas pelos cacos de peças partidas em ocasiões anteriores (Figs. 18 e 19) ⁹.

A exploração de pontes com o passado recente e o presente da olaria tradicional portuguesa materializou-se também em várias sessões de trabalho de campo que estimularam o diálogo directo com actuais e antigos oleiros das povoações do Sobreiro e da Achada, na zona de Mafra ¹⁰. Partilharam-se memórias, experiências, histórias de vida, e discutiu-se um saber técnico valiosíssimo e indispensável para incorporar na investigação uma base de conhecimento empírico não despendiéndose, desde que acautelado o risco da sua transposição acrítica para contextos culturais e temporais muito diferentes.

O modelo concebido e modelado em suporte digital 3D integra e relaciona a investigação multidisciplinar acima sumariada. Constitui uma proposta interpretativa do forno 2 da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e teve a sua primeira materialização física num exemplar construído à escala 1:1, projectado como elemento museográfico central da exposição exibida no Museu Nacional de Arqueologia no período 2009-2013, já mencionada.

Em 2010, um segundo exemplar ¹¹, também na escala real e aqui com plenas condições de funcionamento, foi instalado no próprio sítio arqueológico (sem intrusão), tendo sido testado no ateliê de Arqueologia experimental associado ao seminário internacional de que resultou a presente edição.



18



19

Fotografias: Arquivo RTP.

Figuras 18 e 19 – Dois fotogramas de programa gravado na olaria do Convento de Jesus, em Viana do Alentejo, no ano de 1973 (Arquivo RTP), que fixam um aspecto geral do forno na fase de aquecimento e um pormenor do topo da câmara de combustão, encerrado com a simples sobreposição de fragmentos cerâmicos.

⁹ A propósito desta técnica, é muito interessante também o exemplo entretanto disponibilizado *online* pela Sardegna Digital Library (<http://www.sardegna.digitallibrary.it/index.php?xsl=2436&id=191011>), que apresenta o documentário *Artigiani della creta*, gravado em 1954 na região de Oristano (Sardenha, Itália). Mostra toda a cadeia operatória da olaria, da recolha e tratamento da argila à distribuição das produções, incluindo a utilização de um forno a lenha de câmara de combustão aberta no topo, o que prova ser esta uma solução tecnológica eficaz e largamente difundida.

¹⁰ O trabalho de campo foi realizado em Janeiro de 2008, e incidiu sobre as olarias de Álvaro Silvestre Gomes, de Araújo e Duarte, de António Batalha e de Hernâni Tomás.

¹¹ Tal como o primeiro, construído pelos mestres Amândio Santos e Nuno Santos (Sobreiro, Mafra).

A fornada então cozida ¹² incluiu 28 ânforas e 150 taças/tigelas que replicaram as produções da olaria, com base nos originais recolhidos em contexto estratigráfico ¹³. No conjunto anfórico contaram-se oito peças da forma Lusitana 9, sete Almagro 51c e outras tantas Almagro 50, a que se juntaram seis Keay 16. O enformamento ocupou dois dos oleiros durante cerca de 3,5 horas, a que se seguiram perto de 11 horas de aquecimento da estrutura até a temperatura rondar os 1000°C. No processo foram consumidos, aproximadamente, 5 m³ de madeira de eucalipto.

Toda a experiência teve o necessário enquadramento arqueológico, e foi também acompanhada por uma equipa do Departamento de Arte, Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar ¹⁴, que monitorizou o comportamento do forno. A instalação de canas pirométricas e de cones de Seger na câmara de cozedura, e também de anéis de Buller nesta e na câmara de combustão, permitiu controlar a temperatura durante o ciclo de cozedura. A posterior análise de amostras de algumas das peças cozidas por Difrakção de Raios-X (DRX), Espectrometria de Fluorescência de Raios-X em Comprimento de Onda Dispersivo (FRX) e Microscopia Electrónica de Varrimento (MEV) mostrou a homogeneidade das condições de cozedura propiciadas pelo forno.

Os resultados detalhados foram apresentados ao 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve, dedicado ao tema "A Arqueologia e as Outras Ciências" (Silves, 2010), e no III Congreso Internacional de Arqueología Experimental, realizado em Banyoles / Girona (Espanha), em 2011 (RAPOSO et al., 2014). Outra bibliografia trata o tema (RAPOSO, 2012 e 2014), e no Youtube está disponível um pequeno filme que resume o processo, da construção do forno ao trabalho de modelação das réplicas das peças cerâmicas e às operações de enformar, cozer e desenformar (www.youtube.com/watch?v=vFSvOgRvsuY).

Num balanço geral, o sucesso da cozedura experimental, de que não resultaram quebras (apenas raras e pequenas fissuras numa ou outra peça), provou a viabilidade e a exequibilidade da solução ensaiada para a interpretação técnica e tecnológica de um dos fornos da olaria romana da Quinta do Rouxinol. ■



20



21

Fotografias: Ecomuseu Municipal do Seixal.

Figuras 20 e 21 – Execução de réplicas de ânforas romanas na olaria de Álvaro Silvestre Gomes (Sobreiro, Mafra), pela mão do oleiro Paulo Franco.

Em cima, preparação do trabalho, com base nos desenhos de exemplares anfóricos recolhidos na olaria do Rouxinol impressos na escala 1:1.

Em baixo, conformação do fundo de uma peça da forma Keay 16, com o apoio de um pequeno pedaço de cana e a orientação de uma bitola artesanal.

¹² Sob a coordenação dos oleiros Álvaro Silvestre Gomes, Michael da Silva Gomes e Francisco Abel da Silva (Sobreiro, Mafra).

¹³ Todas as peças cerâmicas foram executadas pelo oleiro Paulo Franco (Achada-Sobreiro, Mafra).

¹⁴ Formada por João Coroado e Ricardo Triães, a quem agradecemos a disponibilidade.



22



23



24



25

Figuras 22 a 25 – Construção do forno experimental na olaria do Rouxinol, pelos mestres Amândio e Nuno Santos (Sobreiro, Mafra), e aspecto final da estrutura, que respeita a escala do forno romano que lhe serviu de modelo.



26



27



28



29



30

Figuras 26 a 30 – Fases de enchimento da câmara de combustão, fecho da abertura que lhe dá acesso e colmatagem do topo com fragmentos de cerâmica. A operação foi realizada pelos oleiros Francisco Silva e Michael Gomes (Sobreiro, Mafra).

Fotografias: Ecomuseu Municipal do Seival.





34



35



36



37



38



Figuras 34 a 39 – Fases da abertura do forno, após a cozedura, e aspecto final com a equipa envolvida na acção de Arqueologia experimental.

39

Fotografias: Ecomuseu Municipal do Seival.

Bibliografia

- ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.) (1990) – *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio / Les Amphores Lusitaniennes: typologie, production, commerce*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conimbriga / Diff. E. de Boccard.
- ALMEIDA, R. R. e RAPOSO, J. (2014a) – “Almagro 50 (Lusitânia ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. ICAC. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-50-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).
- ALMEIDA, R. R. e RAPOSO, J. (2014b) – “Keay 16 (Lusitânia ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. ICAC. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/keay-16-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).
- AMARO, C. (1987) – “A Presença Romana na Margem Esquerda do Rio Tejo”. In SILVA, A. C. (ed.). *Arqueologia no Vale do Tejo*. Lisboa: IPPC, pp. 87-92.
- AMARO, C. (1990a) – “Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 71-85.
- AMARO, C. (1990b) – “Olaria Romana da Garrocheira, Benavente”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 87-95.
- AMARO, C. e GONÇALVES, C. (2016) – “The Roman *Figlina* at Garrocheira (Benavente, Portugal) in the Early Empire”. In PINTO, ALMEIDA e MARTIN, 2016: 47-58.
- AMARO, C. e GONÇALVES, C. (2017) – “A Olaria Romana da Garrocheira, Benavente: resultados de três intervenções arqueológicas”. In FABIÃO et al. *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ / CMS / CAA, pp. 89-112.
- ÂNGELO, M. J.; GENEVEY, A.; ALFENIM, R. e SILVA, P. F. (2015) – “Arqueomagnetismo em Portugal: aplicações em Arqueologia”. *Al-Madan Online*. Almada: CAA. 20 (1): 64-75. Em linha. Disponível em: <http://issuu.com/al-madan>.
- BARROS, L. (1982) – “Cacilhas: uma experiência de arqueologia urbana”. *Al-Madan*. Almada: CAA. 1.ª Série. 0: 34-35.
- BARROS, L. e AMARO, C. (1985) – “Fábrica de Salga de Peixe em Cacilhas: achegas para o seu conhecimento”. *Al-Madan*. 1.ª série. 4-5: 33-34.
- BERNAL CASASOLA, D. e LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.) (2004) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Oxford. 2 volumes (BAR - *International Series*, 1266 / actas del Congreso Internacional, Cádiz, 2003).
- BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA i LACOMBA, A. (eds.) (2008) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz (editado con motivo del XXVI Congreso Internacional de la Asociación *Rei Cretariae Romanae Fautores*).
- BERNI, P.; JÁRREGA, R.; BERNAL, D.; CARRERAS, C. e GARCÍA VARGAS, E. (2014) – “*Amphorae ex Hispania*. Paisajes de producción y de consumo. Fase II: catálogo de ánforas hispanas”. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.). *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*. Porto: FLUP. Tomo 2, pp. 131-140 (*Monografias Ex Officina Hispana*, 2).
- BRAZUNA, S. e COELHO, M. (2012) – “A Villa de Almoinhas (Loures): trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização”. *Cira Arqueológica*. Vila Franca de Xira. 1: 103-114 (actas da mesa-redonda “De Olisipo a Ierabriga”. Em linha. Disponível em: <http://www.cm-vfxira.pt/front-office/pages/1331> (consultado em 2017-04-12).
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A Indústria Romana de Transformação e Conserva de Peixe em Olisipo: núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: IPA (*Trabalhos de Arqueologia*, 15).
- CABRAL, J. M. P. (1990) – “Determinação da Proveniência de Ânforas Mediante a Análise Química da Cerâmica”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 273-288.
- CABRAL, J. M. P.; FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2000) – “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Sado: I - Oficina do Pinheiro”. In *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 141-160.
- CABRAL, J. M. P.; FONSECA, S. M. e GOUVEIA, M. A. (2002) – “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo. III - Quinta do Rouxinol (continuação)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 5 (2): 325-338.
- CABRAL, J. M. P.; GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1993-1994) – “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo. II - Quinta do Rouxinol”. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33: 191-200.
- CABRAL, J. M. P.; GOUVEIA, M. A. e MORGADO, I. (1996) – “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: Porto dos Cacos”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 301-322.
- CARDOSO, G. (1990) – “O Forno de Ânforas de Muge”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 153-165.
- CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1996) – “O Contexto Oleiro de Muge na Produção Romana do Médio e Baixo Tejo”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 167-178.

- COELHO, A. V. Pinto e CARDOSO, J. L. (1990) – “Estudos Sobre Pastas de Ânforas de Fornos do Vale do Tejo e do Vale do Sado: análises macro e microscópicas”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 267-271.
- COLL CONESA, J. (2005) – “Hornos y producción de cerámica romana en la Comunidad Valenciana”. In COLL CONESA, J. e ESPONA ANDREU, P. (coords.). *Recientes investigaciones sobre producción cerámica en Hispania*. Valencia: AAMNCASGM, pp. 155-173.
- COLL CONESA, J. (2008) – “Hornos romanos en España. Aspectos de morfología y tecnología”. In BERNAL CASASOLA e RIBERA i LACOMBA, 2008: 113-125.
- CORREIA, M. (2005) – “Novos Dados para a Carta Arqueológica do Concelho de Alcochete”. *Al-Madan*. Almada: CAA. 2.ª Série. 13: 130-132.
- CUOMO DI CAPRIO, N. (1972) – “Proposta di classificazione delle fornaci per ceramica e laterizi nell’area italiana. Dalla preistoria a tutta l’epoca romana”. *Sibrium*. Varese. 11: 371-461.
- CUOMO DI CAPRIO, N. (2007) – *Ceramica in Archeologia 2. Antiche tecniche di lavorazione e moderni metodi di indagine*. Roma: L’Erma di Bretschneider (*Studia Archaeologica*, 144).
- DESBAT, A.; BATIGNE-VALLET, C.; BERTRAND, É.; BONNET, Ch.; GAYTE, Ph. e LENOBLE, M. (2001) – *L’atelier de potiers antique de la rue du Chapeau Rouge à Vaise, Lyon 9e*. Lyon: Ville de Lyon.
- DIAS, M. I. e PRUDÊNCIO, M. I. (2016) – “Geochemical Fingerprints of Lusitanian Amphora Production Centres: Tagus, Sado, Algarve and Peniche”. In PINTO; ALMEIDA e MARTIN, 2016: 95-104.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. e ROCHA, F. (2003) – “Amphorae Production at Occidental Lusitania: identification of raw material and production”. In PÉREZ-RODRÍGUEZ, J. L. (ed.). *Applied Study of Cultural Heritage and Clays*. Madrid: CSIC, pp. 187-200.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; RAPOSO, J.; GOUVEIA, Â.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L. e SABROSA, A. (2001) – “Caracterização Química por AAN das Formas de Ânfora de um Centro de Produção do Estuário do Tejo: Quinta do Rouxinol (Portugal)”. In *Actas do IV Congresso Nacional de Arqueometria*. Valência, pp. 88-93. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. Â.; TRINDADE, M. J.; MARQUES, R.; FRANCO, D.; RAPOSO, J.; FABIÃO, C. e GUERRA, A. (2010) – “Chemical Tracers of Lusitanian Amphorae Kilns from the Tagus Estuary (Portugal)”. *Journal of Archaeological Science*. 37: 784-798. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DIAS, M. I.; TRINDADE, M. J.; FABIÃO, C.; SABROSA, A.; BUGALHÃO, J.; RAPOSO, J.; GUERRA, A.; DUARTE, A. L. e PRUDÊNCIO, M. I. (2012) – “Arqueometria e o Estudo das Ânforas Lusitanas do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa) e de Centros Produtores do Tejo”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 19: 57-70. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2008) – “De la arcilla a la cerámica. Aproximación a los ambientes funcionales de los talleres alfareros en Hispania”. In BERNAL CASASOLA e RIBERA i LACOMBA, 2008: 93-111.
- DUARTE, A. L. (1990) – “Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 97-115. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- DUARTE, A. L. e AMARO, C. (1986) – “Casa dos Bicos: a cidade e a arqueologia”. In *1º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa: IPPC, pp. 143-154 (*Trabalhos de Arqueologia*, 3).
- DUARTE, A. L. e RAPOSO, J. (1996) – “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 237-247. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- FABIÃO, C. (2004) – “Centros Oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In BERNAL CASASOLA e LAGÓSTENA BARRIOS, 2004: 379-410. Em linha. Disponível em: <https://lisboa.academia.edu/CarlosFabião>.
- FABIÃO, C. (2008) – “Las Ânforas Romanas de Lusitania”. In BERNAL CASASOLA e RIBERA i LACOMBA, 2008: 725-745. Em linha. Disponível em: <https://lisboa.academia.edu/CarlosFabião>.
- FABIÃO, C. e CARVALHO, A. (1990) – “Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 37-63.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (2004) – “Epigrafia Anfórica Lusitana: uma perspectiva”. In REMESAL RODRÍGUEZ, J. (ed.). *Epigrafia Anfórica*. Barcelona: RAH, pp. 221-243 (*Col·lecció Instrumenta*, 17). Em linha. Disponível em: <https://lisboa.academia.edu/AmílcarGuerra>.
- FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1993) – *Arqueologia em Palmela: 1988/92*. Palmela: C. M. de Palmela (catálogo de exposição).
- FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. R. (1996) – “Elementos para uma Carta Arqueológica do Período Romano no Concelho de Palmela”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 111-135.
- FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.) (1996) – *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado: actas das primeiras jornadas sobre a romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: C. M. do Seixal / Pub. Dom Quixote.

- FILIPE, G. e RAPOSO, J. (coord.) (2009) – *Quinta do Rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios, Seixal) / Roman Kilns in the Tagus Estuary (Corroios, Seixal)*. Seixal: C. M. do Seixal. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- GUERRA, A. (1996) – “Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 267-282.
- GUERRA, A. (2007) – “El Proyecto OREsT y la Epigrafía Anfórica de un Centro Productor de Lusitania”. In MAYER I OLIVÉ, M.; BARATTA, G. e GUZMÁN ALMAGRO, A. (eds.). *XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae: Provinciae Imperii Romani inscriptionibus descriptae*. Barcelona: IEC. Vol. 1, pp. 675-682 (*Monografies de la Secció Històrico-Arqueològica*, 10).
- MATIAS, M. S. (1992) – “Prospecção Magnética em Porto dos Cacos”. *Al-Madan*. 2ª Série. Almada: CAA. 1: 13-14.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. e SILVA, C. T. (1996) – *Les Amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MONTEIRO, J. L. (2012) – *Necrópole Romana do Porto dos Cacos (Alcochete, Portugal)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MONTEIRO, J. L. e RAPOSO, J. (2012) – “A Necrópole Romana do Porto dos Cacos, Alcochete”. Poster apresentado ao *I Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: entre o mundo romano e a Idade Média* (Évora). Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2008) – “Descoberta do Povoado Pré-Romano de Porto Sabugueiro (Muge)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 11 (2): 171-194. Em linha. Disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/11.2/9_10_11_12/10_p.171-194.pdf (consultado em 2017-04-12).
- PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.) (2016) – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).
- PINTO, M. A. (2012) – “O Forno Romano da Pipa (Arruda dos Vinhos). *Cira Arqueológica*. Vila Franca de Xira. 1: 158-166 (actas da mesa-redonda “De Olisipo a Ierabriga”). Em linha. Disponível em: <http://www.cm-vfxira.pt/frotooffice/pages/1331> (consultado em 2017-04-12).
- PRUDÊNCIO, M. I.; DIAS, M. I.; RAPOSO, J.; GOUVEIA, Â.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L. e SABROSA, A. (2003) – “Chemical Characterisation of Amphorae from the Tagus and Sado Estuaries Production Centres (Portugal)”. In *Ceramic in the Society*. Fribourg: University of Fribourg, pp. 245-253.
- QUARESMA, J. C. (2017) – “A Evolução Crono-Estratigráfica do Ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V”. In FABIÃO et al. *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental / Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop*. Lisboa: UNIARQ / CMS / CAA, pp. 275-306.
- QUARESMA, J. C. e RAPOSO, J. (2014) – “Lusitana 3 (Lusitania ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. ICAC. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-3-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).
- RAPOSO, J. (1990) – “Porto dos Cacos. Uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO e MAYET, 1990: 117-151. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. (2009) – “A Olaria Tradicional: a propósito de uma exposição de Arqueologia”. *Ecomuseu Informação*. Seixal. 52: 12-14. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. (2001) – “Arqueologia Romana e Medieval: as olarias romanas da margem esquerda do estuário do Tejo e a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal)”. In *Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 49-77. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. (2012) – “A Olaria Romana: seminário e ateliê de Arqueologia experimental no Seixal”. *Al-Madan*. Almada: CAA. 2ª Série. 17: 174-175.
- RAPOSO, J. (2014) – “Arqueologia Experimental na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Seixal): investigação, interpretação, valorização e divulgação patrimonial de um monumento nacional”. *Movimento Cultural*. Setúbal. N.º especial: 81-89. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1992a) – “Anforas Lusitanas: los alfares del Tajo”. *Revista de Arqueología*. Madrid: Zugarto Ediciones. XII, 134: 36-45. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1992b) – “Anforas Lusitanas: los alfares del Tajo”. *Rivista di Archeologia*. Roma: Bretschneider Editore. 16: 97-107.
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1994) – “Produção de Ânforas no Vale do Tejo: as olarias romanas da margem esquerda”. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Sociedade Lisboa'94, pp. 229-231 (catálogo de exposição).
- RAPOSO, J. e DUARTE, A. L. (1996) – “O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 249-266. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.

- RAPOSO, J. e OLIVEIRA, A. (2010) – “Tecnologias de Informação e Comunicação, Património Cultural e Museologia: a propósito de um dos fornos romanos da Quinta do Rouxinol”. *Museologia.pt*. Lisboa: IMC. 3: 165-172. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J. e QUARESMA, J. C. (2014) – “Lusitana 9 (Lusitania ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. ICAC. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/lusitana-9-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).
- RAPOSO, J. e VIEGAS, C. (2013) – “Dressel 14 (Lusitania ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. ICAC. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, Â. (2005) – “OREST Project: late Roman pottery productions from the Low Tejo”. In GURT I ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA I GARRIGÓS, J. e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.). *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford, pp. 37-54 (BAR-IS, 1340). Em linha: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; OLIVEIRA, A.; FABIÃO, C.; CATARINO, L. e ALMEIDA, J. (2009) – “Quinta do Rouxinol (Seixal, Portugal): surveying, reconstructing, 3d modelling and digitally representing a roman era pottery kiln”. *Poster apresentado ao I Congresso Internacional de Arqueologia e Informática Gráfica, Patrimonio e Innovación - Arqueológica 2.0* (Banyoles / Sevilha, 2009). Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; COROADO, J.; TRIÃES, R.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, J. e SANTOS, C. R. (2014) – “Restitución Formal y Funcional de un Horno Romano de la Alfarería de Quinta do Rouxinol (Seixal, Portugal): arqueología experimental, controlo de condiciones de cocción y análisis del material cerâmico”. In PALOMO, A.; PIQUÉ, R. e TERRADAS, X. (eds.). *Experimentación en Arqueología. Estudio y difusión del pasado*. Girona: Sèrie Monogràfica del MAC, pp. 461-469 (Actas del III Congrès internacional d'Arqueologia Experimental, Banyoles, 2011). Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; SABROSA, A. e DUARTE, A. L. (1995) – “Ânforas do Vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 35 (3): 331-352. Em linha. Disponível em: <https://independent.academia.edu/JorgeRaposo>.
- RAPOSO, J.; SABROSA, A. e DUARTE, A. L. (1997) – “A Olaria do Porto dos Cacos, Alcochete”. In ALARCÃO, A. (coord.). *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 60-61 (catálogo de exposição).
- RAPOSO, J.; SANTOS, C. e ANTUNES, O. (2016) – “Roman Pottery Workshop of Quinta do Rouxinol (Seixal): quantification and classification of amphora production”. In PINTO; ALMEIDA e MARTIN, 2016: 19-46.
- SABROSA, A. (1996) – “Necrópole Romana do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 283-300.
- SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; CARVALHO, E. e GERMANO, A. (2012) – “Os Fornos Romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer). *Cira Arqueológica*. Vila Franca de Xira. 1: 148-157 (actas da mesa-redonda “De Olisipo a Ierabriga”. Em linha. Disponível em: <http://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/1331> (consultado em 2017-04-12).
- SANTOS, C. (2011) – *As Cerâmicas de Produção Local do Centro Oleiro Romano da Quinta do Rouxinol*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em linha. Disponível em: <https://cm-seixal.academia.edu/cezersantos>.
- SANTOS, C.; BRAGA, A. e RAPOSO, J. (2012) – “Cerâmicas Comuns de Produção Local do Centro Oleiro da Quinta do Rouxinol (Seixal)”. *Poster apresentado ao I Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: entre o mundo romano e a Idade Média* (Évora). Em linha. Disponível em: <https://cm-seixal.academia.edu/cezersantos>.
- SANTOS, C.; RAPOSO, J. e QUARESMA, J. C. (2015) – “Análise Crono-Estratigráfica da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal)”. In QUARESMA, J. C. e MARQUES, J. A. (coord.). *Contextos Estratigráficos na Lusitania (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: AAP, pp. 117-148 (AAP Monografias, 1). Em linha. Disponível em: <https://cm-seixal.academia.edu/cezersantos>.
- SANTOS, V. M.; SABROSA, A. e GOUVEIA, L. A. (1996) – “Carta Arqueológica de Almada: elementos de ocupação romana”. In FILIPE e RAPOSO, 1996: 225-236.
- SWAN, Vivien G. (1984) – *The pottery kilns of Roman Britain*. London: Her Majesty's Stationary Office - HMSO (Royal Commission on Historical Monuments, Supplementary series, 5).
- VIEGAS, C.; RAPOSO, J. e PINTO, I. V. (2014) – “Almagro 51c (Lusitania ocidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. Institut Català d'Arqueologia Clàssica. Em linha. Disponível em: <http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania> (consultado em 2017-04-12).

De las alfarerías de *Baetica*

focos de producción, tecnología y
análisis microespacial de las *estructuras de producción*

José Juan Díaz Rodríguez
Darío Bernal Casasola

Universidad de Cádiz

Texto presentado para su publicación en diciembre de 2010.

Revisado puntualmente en febrero de 2014.

Este trabajo se enmarca dentro del marco de actuación del Grupo de Investigación HUM-440 *El Círculo del Estrecho. Estudio arqueológico y arqueométrico de las sociedades desde la Prehistoria a la Antigüedad Tardía*, del IV Plan Andaluz de Investigación. Y de los proyectos GARVM II (HAR2016-78691-P) y RAMPPA (HAR2015-71511-REDT) del Ministerio de Economía y Competitividad / FEDER del Gobierno de España.

Resumen

En este trabajo se lleva a cabo un análisis de conjunto de la realidad alfarera de época romana en la provincia hispanorromana de *Baetica*. En él se atenderá especialmente al estudio de los diferentes focos de producción existentes en este territorio, diferenciando los talleres alfareros de la costa atlántica, de los de la costa mediterránea o los emplazados a lo largo del valle del Guadalquivir. Por otro lado, también se intentarán abordar tanto los aspectos tecnológicos existentes en los alfares béticos como el análisis pormenorizado de los diferentes espacios funcionales que existieron dentro de una *figlina*, tomando para ello contextos arqueológicos béticos paradigmáticos.

Palabras claves: *Baetica*, alfarería romana, focos de producción, tecnología alfarera, áreas funcionales.

Resumo

Neste trabalho apresenta-se uma análise de conjunto da realidade oleira de Época Romana na província hispano-romana da *Baetica*. Esta atende particularmente ao estudo dos diferentes centros de produção existentes nesse território, diferenciando os centros oleiros da costa atlântica dos da costa mediterrânica ou dos situados ao longo do vale do Guadalquivir. Por outro lado, também procurarão abordar-se tanto os aspectos tecnológicos associados às olarias béticas, como a análise pormenorizada dos diferentes espaços funcionais que existiram na organização interna de uma *figlina*, partindo de contextos arqueológicos béticos paradigmáticos.

Palavras chave: *Baetica*, olaria romana, centros de produção, tecnologia oleira, áreas funcionais.

Abstract

In this paper we analyze the Roman kilns sites in ancient Roman *Baetica*. Special care will be devoted to the analysis of the different production areas in this territory, dividing it between the atlantic coast, the mediterranean seaside and the Guadalquivir valley. We also focus on the technological aspects within these manufacture areas, trying also to study the different functional areas inside each *figlina*, selecting some specific cases for study.

Key words: *Baetica*, Roman kiln site, pottery production areas, pottery technology, functional areas

De las alfarerías de *Baetica*

focos de producción, tecnología y análisis microespacial de las *estructuras de producción*

José Juan Díaz Rodríguez
Darío Bernal Casasola

Universidad de Cádiz

Texto presentado para su publicación en diciembre de 2010.

Revisado puntualmente en febrero de 2014.

Este trabajo se enmarca dentro del marco de actuación del Grupo de Investigación HUM-440 *El Círculo del Estrecho. Estudio arqueológico y arqueométrico de las sociedades desde la Prehistoria a la Antigüedad Tardía*, del IV Plan Andaluz de Investigación. Y de los proyectos GARVM II (HAR2016-78691-P) y RAMPPA (HAR2015-71511-REDT) del Ministerio de Economía y Competitividad / FEDER del Gobierno de España.

1. Introducción

Analizar el fenómeno alfarero en *Baetica* durante época romana es una labor compleja que puede inducirnos a caer en una serie de tópicos historiográficos, que a pesar de ser ciertos esconden una realidad arqueológica mucho más compleja. Esto se debe en primer lugar a que el territorio que durante la época de dominación romana formó parte de la provincia *Baetica* fue un espacio amplio y heterogéneo en el que la costa y sobre todo el valle del Guadalquivir fueron los ejes vertebradores del mismo. A esto hay que sumarle el largo lapso cronológico objeto de estudio, ya que son más de seiscientos años los que debemos sintetizar en estas páginas. Extensión territorial y temporal que lleva consigo un gradual proceso de cambio en las formas de gestión y organización productiva, así como un desplazamiento de los ejes económicos de unas zonas a otras. Es por ello que en nuestro intento de sintetizar la problemática alfarera en esta región tenderemos hacia un discurso que obliga a ser generalistas, obviando quizás algunos elementos peculiares que, por otro lado, son lo

que realmente provocan la heterogénea riqueza de lo que en época romana se conoció como *Baetica*. No es éste el foro para plantear cuestiones territoriales sobre cuáles fueron realmente los territorios que abarcó esta provincia. Además, hay que advertir que el término de frontera en la Antigüedad fue mucho más flexible que en la actualidad. Sin embargo, sí quisiéramos incidir en el hecho de que no se puede realizar una correlación exacta entre la *Baetica* romana y la Andalucía contemporánea. En este sentido, buena parte de las actuales provincias de Granada, Jaén y Almería quedaron fuera de la Bética y debemos asociarlas administrativamente a la provincia *Tarraconensis*. De igual forma, la Bética se extendió más allá de Sierra Morena, siendo su límite más o menos preciso con la *Lusitania* el río *Anas* (actual Guadiana) y su afluente el Zújar –en la actual provincia de Badajoz–. Este territorio bético se mantuvo a lo largo del periodo romano inalterable salvo algunas modificaciones puntuales acaecidas en las últimas décadas del s. I a.C., primero con la reordenación

administrativa de Augusto y posteriormente en torno al cambio de era con el paso a la Tarraconense de la cuenca minera del sureste peninsular (CORRALES, 1997), hechos que a efectos de nuestro estudio no alteran el discurso (Fig. 1).

Aclarada el área geográfica en la que vamos a focalizar nuestro estudio, debemos advertir cómo el medio condicionó de manera

importante la instalación de alfarerías en una zona concreta. En este sentido, la cercanía a las áreas de obtención de materia prima (principalmente arcillas plásticas de calidad, agua dulce y masa forestal) fue un requisito indispensable a la hora de ubicar en una u otra zona una *figlina*. Pero además de estos condicionantes naturales, fue el factor económico el que determinó la proliferación de verdaderos focos de producción, que se situaron en aquellas zonas dónde en un momento determinado –época republicana, altoimperial, medioimperial o bajoimperial– fue pujante la actividad económica de los centros a los que abastecían. En este sentido, hay que entender la actividad alfarera como un agente económico dependiente o subsidiario en la mayoría de los casos de otras actividades económicas. Así, los alfares destinados a la fabricación de ánforas u otro tipo de contenedores cerámicos estuvieron siempre en relación con la industria pesquero-conservera, la industria aceitera o, en menor medida en la *Baetica*, con las actividades vitivinícolas. No es de extrañar, por tanto, que en los momentos de mayor pujanza de las actividades haliéuticas relacionadas con la salazón y las conservas de pescado, florecieran en el entorno costero inmediato numerosos talleres que abordasen las necesidades de contenedores cerámicos demandados. Igual ocurre en el caso de los alfares situados en el valle del Guadalquivir, que se multiplican de manera exponencial entre los ss. I-III d.C. en directa relación con la intervención del estado romano



Figura 1 – Mapa de la mitad sur de la Península Ibérica con los límites históricos de la provincia *Baetica* (en naranja) y su división en los cuatro *conventus iuridici*. En línea verde se señalan los límites actuales de la Comunidad Autónoma de Andalucía.

en el proceso de distribución del aceite producido en ese espacio. Otro ejemplo de la relación directa entre proliferación de talleres alfareros y actividades económicas paralelas se vislumbra en la producción de material latericio. Entendida siempre como producción secundaria en un alfar, cuando se analizan individualmente los talleres que se dedicaron en exclusiva a la manufactura de material latericio se observa cómo éstos suelen situarse en el entorno de las ciudades, y no es difícil asociar su instalación en un momento concreto con esos periodos históricos en los que se llevaron a cabo transformaciones urbanísticas importantes en dichas *civitates*. De esta forma, la mayoría de los alfares dedicados a la producción en exclusiva de material constructivo suelen focalizar su actividad entre época augustea y el s. I d.C. Quizás sean los centros productores de vajilla fina los que se salven de este discurso puesto que el objeto manufacturado era en sí un producto “final” y la proliferación de estos talleres no estuvo relacionada entonces con la pujanza o no de otras actividades económicas, o en cualquier caso si lo estuvo fue de manera indirecta.

2. Apuntes historiográficos

El que ahora podamos realizar un análisis fiable de la realidad alfarera de época romana en la Bética es producto de más de un siglo de actuaciones arqueológicas y estudios específicos sobre esta temática.

Por tanto somos deudores de todos aquellos investigadores que, de un modo u otro, han realizado su aportación para alcanzar las cotas de conocimiento existentes en la actualidad. Es tal el volumen de estudios, intervenciones arqueológicas y monografías que realizar un análisis historiográfico exhaustivo excedería los objetivos planteados en este trabajo. Más si cabe cuando hace algunos años proliferaron algunas publicaciones que inciden específicamente en este tema (BELTRÁN, 2004). Pese a ello, sí nos parece importante resaltar al menos algunos hitos historiográficos sin los cuales no se podría entender con claridad el estado actual de la investigación. En este sentido, todo análisis historiográfico relacionado con las actividades alfareras en la Bética debe tener como punto de partida los trabajos que, a finales del s. XIX y primeros años de la centuria siguiente, realizó G. Bonsor en el Valle del Guadalquivir. A él corresponden los pioneros trabajos de prospección arqueológica en el curso del *Baetis*, principalmente por las orillas del Guadalquivir entre Alcalá del Río (Sevilla) y La Miel (Córdoba); y por el río Genil, los cuales proporcionaron los primeros datos de la existencia de numerosos talleres productores de ánforas béticas. Dr. 20, envases éstos que ya habían sido años antes estudiados e identificados en contextos de importación en Roma por H. DRESSSEL (1878 y 1879). Los primeros resultados del trabajo de Bonsor fueron publicados preliminarmente a comienzos del s. XX por él mismo (BONSOR, 1901) y por W. G. CLARK-MAXWELL (1899); sacándose a la luz los resultados definitivos en 1931 cuando G. Bonsor ya había fallecido. Años antes, Hübner también se acercaría a esta, por aquel entonces, novedosa vía de investigación, lo que le llevó a realizar un primer corpus de sellos de ánforas béticas.

Posteriormente, el trauma de la Guerra Civil española y el periodo de posguerra trajo consigo un retroceso en las investigaciones. Sería a partir de las décadas centrales del s. XX cuando volviesen a llevarse a cabo algunas actuaciones arqueológicas de carácter disperso por varias zonas del territorio bético. En la costa mediterránea llama la atención la intervención en el alfar de Bobadilla (GIMÉNEZ, 1946), mientras que en el litoral gaditano son importantes los trabajos de M. J. JIMÉNEZ (1958) en Villanueva y de C. Pemán, quién elabora un primer mapa sobre la distribución de algunos alfares romanos en la bahía

gaditana (PEMÁN, 1959). En las siguientes dos décadas se asiste a un aumento exponencial de las intervenciones arqueológicas en yacimientos de carácter alfarero. En esos momentos adquiere especial relevancia la figura del padre Sotomayor, quién excavó en el alfar tardorrepblicano/altoimperial de El Rinconcillo en Algeciras (SOTOMAYOR, 1969), así como en los primeros alfares productores de TSH documentados en *Baetica*, con otros investigadores –M. Roca y E. Serrano en esos primeros momentos– en los Villares de Andújar –Jaén– y en Cartuja –Granada– (SOTOMAYOR, 1970 y 1972; SOTOMAYOR, ROCA y SOTOMAYOR, 1979; SERRANO, 1979). Siguiendo con las intervenciones arqueológicas también son destacables a finales de la década de los setenta las excavaciones en el alfar jerezano de Rancho Perea (CHIC, GILES y SÁEZ, 1977–1978) y en el de La Catria –Córdoba– (REMESAL, 1977–1978). Quizás de mayor relevancia para la evolución historiográfica posterior son las obras que aparecen publicadas en esas décadas y que se refieren principalmente tanto a los envases anfóricos (BELTRÁN, 1970) como a los sellos o estampillas (CALLENDER, 1965). También podemos citar los dos congresos que se celebraron en *L'École Française de Rome* (1971 y 1974), donde tanto E. RODRÍGUEZ ALMEIDA (1972) como M. BELTRÁN (1977) publicaron respectivamente sendos trabajos sobre los aspectos epigráficos de las ánforas documentadas en el *Testaccio* y sobre las ánforas de origen bético. Por último, en esos años las orillas de los ríos Guadalquivir y Genil volvieron a ser objeto de estudio; en este caso, por parte de M. Ponsich quién en el último lustro de la década de los setenta publicó los dos primeros volúmenes –el tercero saldría a la luz en 1991– sobre el poblamiento en el valle del Guadalquivir, en el que lógicamente las instalaciones alfareras dedicadas a la manufactura de envases anfóricos tenían especial relevancia (PONSICH, 1974, 1979 y 1991).

La década de los ochenta se podría denominar como los años de la consolidación de los estudios cerámicos. Mencionaremos, entre otras, las dos convocatorias congresuales sobre la *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad*, celebradas en Madrid y Sevilla respectivamente en 1978 y 1982. Siguiendo con el estudio del aceite bético, y por ende, de la epigrafía anfórica, en esta década aparecen las monografías de G. CHIC (1985 y 1988).

Otras categorías vasculares también son atendidas de manera positiva y M.I. Fernández será ahora quien encabece el impulso a los estudios de TSH en el alfar de los Villares de Andújar¹. Por otro lado, en esos años se suceden las intervenciones arqueológicas en nuevos yacimientos alfareros localizados la mayor parte de ellos en la costa malagueña. Así se excavan Peñarrubia (ATENCIA, SERRANO y LUQUE, 1982), Alameda (SERRANO, ATENCIA y RODRÍGUEZ, 1984), El Castellón (SERRANO, 1988), Torrox (RODRÍGUEZ, 1997), Huerta del Rincón (BALDOMERO y SERRANO, 1991), Manganeto (ARTEAGA, 1985) o Vélez-Málaga (RECIO *et al.* 1989). La proliferación de nuevos talleres provocó la necesaria puesta en común de todos estos avances. Es por ello que a mediados de los noventa el área de Arqueología de la Universidad de Málaga celebró un ciclo de conferencias que fueron posteriormente reunidas en la monografía *Figlinae Malacitanae* (AAVV, 1997). De igual forma, por esas mismas fechas se celebraron sendas reuniones científicas en Andújar (AAVV, 1998 y 1999) que sirvieron para darle un nuevo impulso colectivo a los estudios a nivel nacional de la TSH. También salieron a la luz dos publicaciones que centraban su análisis en el estudio sistemático de la alfarería romana en la bahía de Cádiz (LAGÓSTENA, 1996; GARCÍA VARGAS, 1998). Intervenciones arqueológicas integrales en yacimientos alfareros se suceden desde entonces por toda la geografía objeto de estudio, destacando entre otras las actuaciones en la costa granadina en el taller de Los Matagallares (BERNAL, 1998a), en la bahía de Algeciras en los alfares de Venta del Carmen y Ringo Rango (BERNAL, 1998b; BERNAL y LORENZO, 2002); o en el valle del Guadalquivir en el alfar de Las Delicias-Écija- (SÁEZ *et al.*, 2001) o en el de Hospital de las Cinco Llagas-Sevilla- (VÁZQUEZ, 2003). La proliferación de intervenciones arqueológicas ha venido de la mano de la transferencia a las administraciones autonómicas de la tutela y gestión del Patrimonio Arqueológico, aumentándose de forma exponencial su número en la última década, motivado por el *boom* urbanístico vivido hace una década.

Con el fin de ordenar y ofrecer un discurso lo más cercano a la realidad arqueológica surgida al *socaire* de esos trabajos arqueológicos, han proliferado en la última década distintos congresos y reuniones científicas de marcado ca-

rácter regional, entre las que habría que indicar los congresos *Ex Baeticae Amphorae*, celebrado en Sevilla y Écija en 1998 (AAVV, 2001) y *Figlinae Baeticae*, que tuvo lugar en Cádiz en 2003 (BERNAL y LAGÓSTENA, 2004). Finalmente, en lo relativo a estudios cerámicos también se advierten intentos de compilación de diversas categorías vasculares, siendo, en este sentido, importantes no sólo a nivel regional sino nacional las monografías publicadas por M. ROCA y M.I. FERNÁNDEZ (2005) y D. BERNAL y A. RIBERA (2008 y 2012). A todos ellos también habría que sumarles los notables impulsos que ha tenido el estudio de la epigrafía anfórica en los últimos quince años con nuevos trabajos monográficos (BERNI, 2008) o específicos sobre el Monte *Testaccio* (BLÁZQUEZ y REMESAL, 2001 y 2003, entre otros). Un caudal de datos ingentísimo pues, pero disperso y necesitado de un tratamiento global.

3. El territorio alfarero de *Baetica*: sus focos de producción

Con el término de foco de producción pretendemos designar todas aquellas zonas geográficas que albergaron en un momento determinado un número significativo de complejos alfareros que, con características similares, permiten hablar de altos niveles de producción, centrados en la manufactura de un tipo determinado de categoría vascular cerámica. A partir de esta definición y observando los mapas de situación de los diferentes alfares conocidos, podemos hablar de varios focos de producción en *Baetica*. En este sentido, cabría diferenciar entre las áreas litorales de la bahía de Cádiz y la costa mediterránea. De igual forma, en el interior se podría hablar de un verdadero foco de producción en el valle del Guadalquivir que bien podría incluso subdividirse en varios focos a partir de la concentración de muchas de esas instalaciones alfareras en determinadas áreas de los ríos Guadalquivir y Genil. Focos de producción menores se observan en la costa atlántica de Huelva, en la bahía de Algeciras o en determinados puntos del interior de *Baetica*, como pueden ser la campiña

¹ Un detallado acercamiento a las distintas publicaciones surgidas del estudio de este yacimiento se puede observar en la síntesis de M. I. Fernández (2004); así como en el reciente trabajo de síntesis sobre el yacimiento (FERNÁNDEZ GARCÍA, 2013).

jerezana, los alrededores de la antigua *Antikaria* (Antequera), o el entorno de la Subbética cordobesa.

En otros trabajos recientes, y atendiendo exclusivamente a la problemática de la industria pesquero-conservera (al litoral por tanto únicamente) se han definido una serie de zonas en parte complementarias con las aquí tenidas en cuenta, que son cinco: *Lusitania* meridional/área litoral de *Onuba*; Bahía de Cádiz/Bahía de Algeciras; Costa mediterránea occidental; Costa mediterránea oriental; y *Tingitana* mediterránea y atlántica (BERNAL, 2006: 1363-1384), lo que evidencia la complejidad de esta parcela.

La existencia de un foco de producción no conlleva necesariamente la prolongación del mismo durante todo el periodo de dominación romana, ni la omnipresencia de todos los complejos alfareros que los componen. Esos alfares sí suelen tener en común la orientación de la producción hacia un tipo de objeto cerámico, normalmente contenedores anfóricos, aunque en ellos también se manufacturen en menor volumen otras categorías vasculares. En los siguientes párrafos nos detendremos someramente en el análisis de algunos de los focos de producción que hemos individualizado, mencionando las características principales de los mismos, el patrón de asentamiento establecido, su producción, así como el devenir histórico-cronológico del mismo.

– **Bahía de Cádiz:** Engloba a todos aquellos alfares que se sitúan en este espacio geográfico, en el que habría que diferenciar los talleres ubicados en la plataforma continental (Rota, El Puerto de Santa María o Puerto Real) de los situados en el ámbito insular (Cádiz y San Fernando). Acompañan a todos esos enclaves los yacimientos ubicados en el actual término municipal de Chiclana de la Frontera (Fig. 2). Este foco de producción casi alcanza el centenar de yacimientos alfareros conocidos, si bien el grado de investigación de los mismos no es homogéneo. Más del 60% de los alfares sólo se conocen por actuaciones de prospección arqueológica, por lo que gracias a



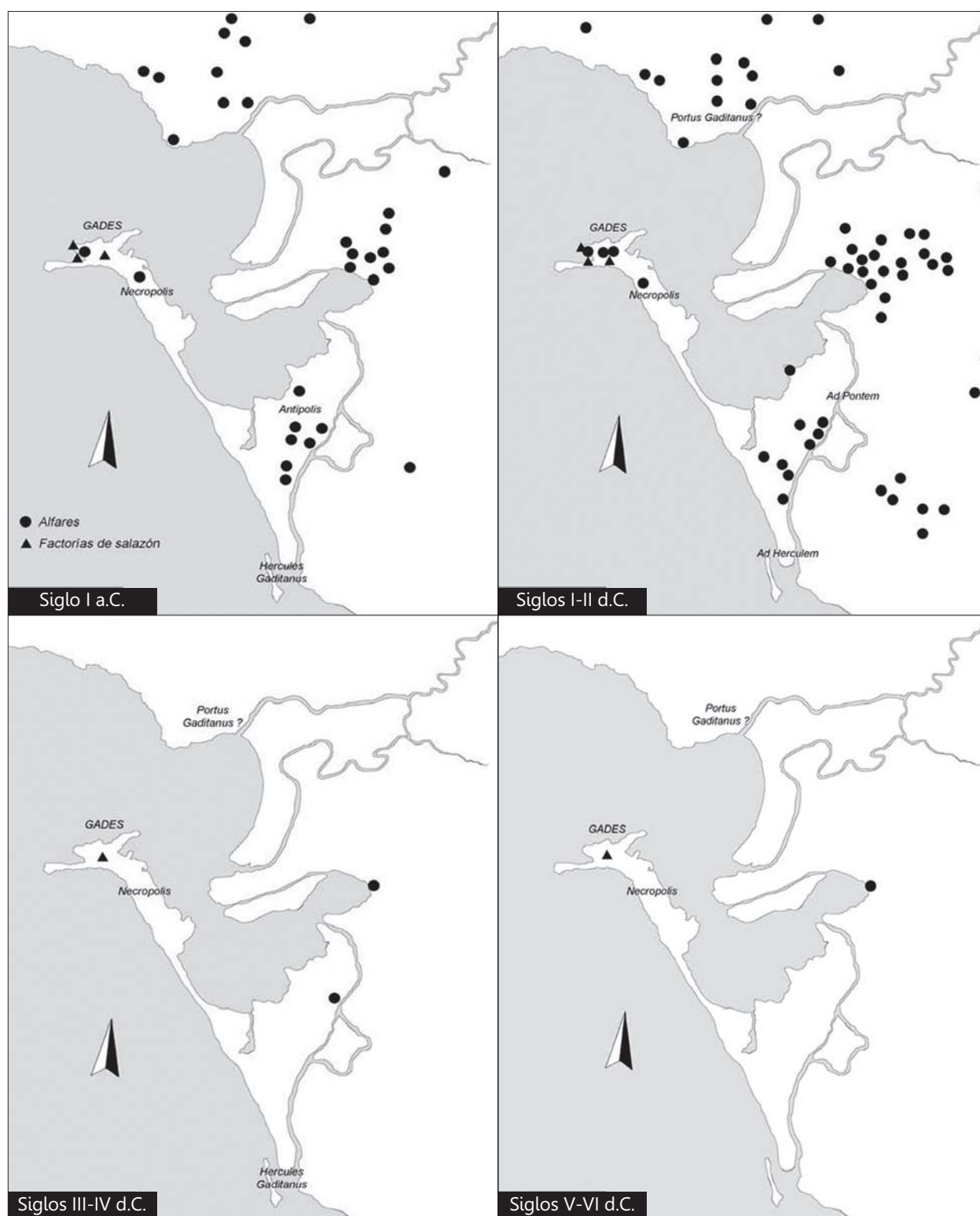
Figura 2 – Plano de la bahía de Cádiz con la localización (en círculos negros) de los distintos alfares romanos documentados (Diseño de J.J. Díaz a partir de LAGÓSTENA, 1996; GARCÍA, 1998 y BERNAL y SÁEZ, 2008).

nuevas excavaciones que se realicen en el futuro en esas *figlinae* se podrá ofrecer una actualización del análisis aquí planteado. Este foco de producción nace a partir de una realidad alfarera preexistente muy desarrollada, tal y como demuestran los estudios de los últimos años en torno a la alfarería en época púnica en la bahía gaditana (SÁEZ, 2008). Sin embargo, en época romana observamos una expansión de este fenómeno, que sobrepasa las tierras insulares y se extiende sobre todo por la retrotierra. A diferencia de otros focos de producción en los cuales el territorio es más amplio y existieron más *civitates*, en la bahía de Cádiz todos estos alfares se situaron aparentemente en el *ager* o *territorium* de una única ciudad, *Gades*, a excepción de algunos continentales, dependientes

quizás de *Asido* o de *Asta Regia*. Sin embargo, no todos respondieron al mismo patrón de asentamiento. Así, observamos cómo las *figlinae* emplazadas en la propia ciudad de *Gades* se situaron en lo que recientemente se considera un barrio industrial urbano (BERNAL, DÍAZ y LAVADO, 2010), junto con otra serie de instalaciones productivas. Así convivirán diversas *cetariae*, como por ejemplo la del Teatro Andalucía (COBOS, 1996) o la del Teatro Cómico con alfares como los de C/ Gregorio Marañón, C/ Sagasta, C/ Soledad o C/ Solano, esta última con una estructura de combustión documentada. Por su parte, los alfares emplazados en la actual San Fernando debemos vincularlos con talleres asociados a asentamientos rústicos del tipo *villa*, que poblaron buena parte de este espacio insular. Gallineras, con pavimentos musivarios, pozos, piletas posiblemente asociadas con la cría y engorde del pescado, hornos, vertederos y varias áreas de necrópolis puede ser el mejor ejemplo de este tipo de asentamientos. A un patrón distinto se ajustarían los alfares documentados en el retrotierra continental. Salvo excepciones, como las posibles *villae* con alfar anexo documentadas, entre otras, en Los Tercios, Casa de Vicuña o Las Manoteras (LAGÓSTENA, 1996), un alto porcentaje de estos complejos parece que fueron entidades autónomas de producción, muy próximas unas a otras en el caso de las localizadas en el término municipal de Puerto Real, pero todas ellas con unas características en el patrón de asentamiento muy comunes: cercanía a la costa con rápida salida al mar gracias a los esteros navegables o junto a caminos que también de manera directa los situaban en el reborde litoral costero (BERNAL, 2006 y 2008). Incluso un análisis microespacial de la ubicación de estas alfarerías unas junto a otras con escasa separación entre ellas ha provocado interesantes apreciaciones sobre la probable división del *territorium* gaditano continental en pequeños *fundi* (LAGÓSTENA y TORRES, 2001), entre los cuales la actividad principal desarrollada en ellos sería la producción alfarera. A este esquema habría que añadirle algunas excepciones, tal y como demuestra el caso específico del alfar de Puente Melchor. Carente de un estudio global que aúne todas las intervenciones arqueológicas parciales que se han desarrollado en diferentes áreas de este yacimiento, Puente Melchor sobrepasa con creces las dimensiones de las instalaciones contiguas.

Con más de una decena de hornos conocidos (LAVADO, 2004), a las instalaciones inherentes a una *figlina* (piletas de decantación, áreas de torneado, almacenes, hornos, vertederos, etc...) en Puente Melchor también se han documentado áreas de necrópolis y de hábitat –con incluso espacios termales–, lo que nos aleja del patrón de asentamiento anteriormente reseñado. A esto hay que añadirle que en la actualidad es el taller que estuvo en uso durante un mayor espacio de tiempo, siendo uno de los escasos complejos que traspasó el s. III d.C., cesando su producción durante la Tardorromanía. Quizás en el entorno de Puente Melchor se pudo establecer un *vicus* alfarero

Mencionada la cuestión cronológica habría que decir, en este sentido, que el comienzo de la actividad alfarera de época tardorrepublicana es deudor en parte de la tradición púnica precedente. Así en las islas gaditanas están activos distintos talleres en cuya producción se mantienen aún los prototipos tardopúnicos. Sin embargo, también pronto se observarán importantes cambios relacionados con la presencia itálica en la ciudad. El desarrollo de diversas técnicas constructivas novedosas hasta entonces –que serán tratadas en las páginas siguientes– impulsa una nueva realidad que no sólo se plasmará en la reordenación espacial de los talleres insulares –con la construcción del ya mencionado barrio periurbano de *Gades* o la instalación de *villae* con alfar anexo en *Antipolis*–, sino que éstos se extenderán por primera vez a la campiña litoral a partir de la segunda mitad del s. I a.C., como ejemplifica el alfar excavado de Jardín de Cano en El Puerto de Santa María (LÓPEZ ROSENDO, 2008). Será en época augustea cuando se aprecie un aumento considerable de la actividad alfarera en la que estarán activos casi todos los alfares conocidos (a excepción de los tardopúnicos que cesan o de los escasos ejemplos de talleres tardíos unifásicos). Sin embargo, este *flourit* no se mantendrá mucho tiempo, puesto que en la segunda mitad del s. I d.C. y sobre todo durante los Antoninos buena parte de esos talleres finalizan su actividad, no siendo más de una docena las *figlinae* que sobreviven a esta crisis productiva y siguen activos durante el s. II d.C. El ocaso de la producción tendrá lugar ya en la centuria siguiente, en la que como hemos dicho en ámbito continental sólo se mantiene activo el alfar de



Puente Melchor hasta un momento aún impreciso de la Antigüedad Tardía. Podríamos estar ante un fenómeno de concentración de la producción en un único ámbito, pero eso no puede eclipsar la teoría de que en época tardorromana la industria alfarera no vivía momentos de bonanza como los detectados para época altoimperial inicial (Fig. 3).

Figura 3 – Secuencia evolutiva de los talleres alfareros ubicados en la bahía de Cádiz en varios momentos de época romana (según BERNAL y SÁEZ, 2008, a partir de LAGÓSTENA, 1996).

Finalmente, para concluir este rápido análisis sobre el foco de producción emplazado en la bahía gaditana habría que referirse a los tipos y categorías vasculares manufacturadas. Si por algo se debe caracterizar este foco de producción fue por el protagonismo exponencial de la elaboración de ánforas. En época tardorrepública se modelaron ánforas tardopúnicas (T-9.1.1.1 y T-7.4.3.3 principalmente), se imitaron envases itálicos (Grecoitálicas tardías, Dr. 1A, B y C) y comenzaron a aparecer ánforas genuinamente béticas como las ovoides gaditanas o las Haltern 70, así como los primeros ejemplares de ánforas Dr. 7/11. Serán este último grupo de envases los que tendrán un protagonismo especial en el momento de máximo esplendor de este polo productivo, siendo profusamente elaborado en casi todas las *figlinae* conocidas. Junto a las Dr. 7/11 en época altoimperial aparecerán de forma residual en algunos talleres las Dr. 12 –como en Villanueva– o imitaciones de ánforas del Guadalquivir –Dr.20– como se constata en Puente Melchor; y a partir de esos momentos transicionales entre época julio-claudia y flavia surgirá otro de los envases salazoneros genuinamente béticos; las Beltrán IIA. Algo más tarde, asistimos a variaciones/evoluciones de los prototipos iniciales –Beltrán IIB–. Para momentos tardorromanos, si el número de talleres desciende drásticamente, el número de tipos de ánforas elaboradas, en este caso, asciende de manera sustancial. Aparecen las denominadas como Puerto Real 1 y 2 que pueden considerarse como las herederas evolutivas de las Beltrán IIB. A éstas habría que añadirle la elaboración de Keay XVI, Almagro 51C, Beltrán 68 así como de imitaciones de ánforas gálicas/mauritanas (familia de las G-4) o africanas (Keay IV, V y VI) (GARCÍA y BERNAL, 2008); o nuevos modelos genuinos como las recientemente estudiadas Puerto Real 3 (BERNAL y GARCÍA 2012). Pero además de las ánforas, los distintos talleres ubicados en la bahía de Cádiz completaron esta producción primaria de envases de transporte con otro tipo de categorías vasculares. Hay que advertir que no en todos ellos se produjo este fenómeno, que dependió no sólo del momento en el que estuvo activo sino también del volumen de producción que alcanzó.

En este sentido, la investigación actual adolece de un estudio específico sobre las cerámicas comunes

gaditanas, con un repertorio de cocina y mesa muy amplio, tal y como puede observarse en complejos alfareros como los de Puente Melchor (GIRÓN, 2010) o El Palomar (MONTERO *et al.*, 2008). Por otro lado, es ampliamente conocida la fabricación de lucernas en el taller de Gallineras – Cerro de los Mártires (CORZO, 1981-1982), a lo que se uniría la elaboración de TSH tipo Peñaflor en el alfar de la C/ Sagasta, pebeteros de terracota en C/ Troilo (NIVEAU y BLANCO, 2007) y material constructivo latericio en distintos talleres como los de Las Manoterías, Puente Melchor, Torrealta A y B, Fadrías o Gallineras – Cerro de los Mártires, entre otros (LAGÓSTENA y BERNAL, 2004).

– **Litoral mediterráneo:** Se corresponde con el apéndice oriental del *conventus Gaditanus*, restringido a una estrecha franja litoral comprendida entre la extensión occidental de la cordillera penibética y la costa, y que se desarrolla entre Gibraltar y el golfo de Almería (Fig. 4). Se observa un patrón de asentamiento generalizado según el cual los alfares se suelen ubicar próximos a la costa (Los Molinillos, Huerta del Rincón, La Cizaña, Faro de Torrox) o en las inmediaciones de las cuencas fluviales más importantes de este territorio, como pueden ser los ríos Guadalhorce (Colmenares), Guadalmedina (C/ Cerrojo – Almansa), Vélez (Toscanos, Manganeto) o Guadalfeo (Los Barreros, Los Matagallares, Loma de Ceres); u otros de menor importancia como los ríos Guadalmansa (alfar de El Saladillo) o el arroyo Pajares (Finca el Secretario). Asociados a este polo productivo se tienen documentados una treintena de alfares, entre los que habría que distinguir entre los situados en el *ager* de una determinada ciudad, como ocurrió en el caso de *Malaca*, y aquellos que se constituyeron como centros autónomos al amparo de otras instalaciones productivas –normalmente *ce-tariae*–, tal y como demuestran los casos de Finca El Secretario (VILLASECA y HIRALDO, 1993), o C/ Cerrojo – Almansa (SUÁREZ *et al.*, 2001; PINEDA DE LAS INFANTAS, 2002), entre otros.

En cuanto al contexto histórico en el que estos alfares estuvieron activos, también hay que reseñar cómo en la costa mediterránea también existía una tradición alfarera precedente, como pueden ejemplificar los hornos documentados en el Cerro del Villar (AUBET *et al.*, 1999) o algo más al interior el alfar de Ron-



Figura 4 – Mapa del litoral mediterráneo en el que se señalan (en círculos negros) los distintos alfares documentados en este espacio (Diseño J.J. Díaz).

da (AGUAYO, CASTILLA y PADIAL, 1992), entre otros. Sin embargo, no existió una continuidad alfarera en época republicana. Aunque en más de una ocasión se haga referencia a la existencia de un taller alfarero en Torre del Mar, la inexistencia de estructuras alfareras y de fallos de cocción imposibilitan que en la actualidad le podamos otorgar la categoría de alfar a este yacimiento; de ahí que por el momento no existan ejemplos de talleres republicanos en la costa bética mediterránea, a pesar de existir indicios diversos procedentes de recientes actuaciones arqueológicas preventivas. El nacimiento de esas instalaciones alfareras habría que retrotraerlo a época augustea, donde algunos talleres inician su actividad, como ocurre en los casos de Puente Carranque, Ladera de la Alcazaba o Faro de Torrox. Sin embargo, será en las décadas siguientes, ya entrado el s. I d.C. cuando la mayoría de los talleres de este foco productivo, salvo los de El Majuelo (con dudas), Los Barreros, Cortijo Chacón y Los Matagallares, entren en funcionamiento. Será un primer momento de *floruit*, el cual parece que entra en recesión en el s. II d.C., donde algunos talleres pero no todos cesan su actividad.

Sin embargo, en este polo productivo mediterráneo asistimos a un fenómeno que no se constata en la bahía gaditana, puesto que a los casos de continuidad de la producción alfarera –como se observa en los alfares motrileños de El Maraute (RUIZ y SERRANO, 2009) y Calahonda – Carchuna (BERNAL y NAVAS, 1998)–, se aprecia un resurgir de la industria alfarera en época tardorromana con nuevas instalaciones –

como las que se localizan en el entorno de *Selambina*– o con nuevas fases de producción en alfares que habían cesado su producción décadas atrás. En esos casos presenciamos una fase tardorromana que debió llevar asociado un alto volumen de producción, al amparo de la pujanza económica que se vivió en este litoral en esos momentos.

En este sentido, los talleres de Los Molinillos, Huerta del Rincón, La Cizaña o Faro de Torrox mantendrán su actividad hasta bien entrada la Tardoantigüedad, alcanzando en todos los casos mencionados el s. V d.C. Este polo productivo estaría preferentemente orientado hacia la elaboración de contenedores anfóricos. Se fabricaron un elenco variado de envases salazoneros, tales como Dr. 7/11, Dr. 12, Beltrán IIA, Beltrán IIB, Dr. 14 y Dr. 17, siendo estos dos últimos tipos anfóricos casi exclusivos de esta área geográfica, mientras que el resto, como ya hemos observado anteriormente, se manufacturarían también en la costa atlántica gaditana. Junto a esas ánforas salazoneras en algunos alfares mediterráneos también se modelaron ánforas olearias –Dr. 20– como ejemplifican los individuos documentados en Huerta del Rincón, C/ Cerrojo – Almansa, C/ Carretería, Manganeto, Loma de Ceres y Loma de Cabriles.

Durante el s. III d.C., los talleres activos en esos momentos van a catalizar una renovación en el repertorio anfórico en el cual comienzan a aparecer ánforas vinarias como las Dr. 30 o afines, la Gauloise 4 o Matagallares I, así como otros tipos de contenidos indeterminados como la Keay V o la XLI. No faltarán ánforas salazoneras como las Almagro 50 y 51C, Beltrán 72, Majuelo I, Keay XIX y XXVI u olearias –Dr. 23–, manteniéndose muchos de estos tipos en los siglos posteriores (GARCÍA y BERNAL, 2008).

Las ánforas no por mayoritarias serán los únicos objetos cerámicos producidos en estos talleres. Hay algunos que también dirigieron su producción hacia la manufactura de cerámicas comunes, como puede observarse en los casos de Huerta del Rincón, Mangano o Faro de Torrox. En este último taller se fabricaron también terracotas diversas (SERRANO, 2004). De igual forma, el elenco productivo de muchos de estos talleres se completaría con la manufactura de material latericio. Incluso, existen algunos ejemplos (El Coto, Vélez – Málaga o Molvízar), que habrían centrado su producción casi en exclusiva en torno a este tipo de elementos edilicios.

– **Valle del Guadalquivir:** El río Guadalquivir ha funcionado siempre como un verdadero eje de vertebración de las sociedades humanas de su entorno en todos los periodos históricos, como distribuidor de los productos elaborados en los territorios adyacentes. Cuando hablamos de este foco de producción nos referimos en concreto al valle medio del río, desde *Hispalis* hasta *Corduba*, así como la extensión hacia el sur que protagoniza el curso bajo del río Genil hasta la ciudad de *Astigi* (Fig. 5).

Es un terreno amplio en el que las alfarerías se localizan en el entorno inmediato de ambos ríos, en sus dos márgenes. Se tienen atestiguados casi 150 alfares, si bien la investigación adolece de excavaciones sistemáticas ².

El alto porcentaje de estos yacimientos se conocen por las intensas prospecciones arqueológicas superficiales que se han comentado en el apartado precedente, y son escasos los talleres excavados. Pese a ello, algunas características comunes sí se pueden observar.

En cuanto al patrón de asentamiento, habría que diferenciar los talleres vinculados al *ager* o *territorium* de algunas ciudades como las referidas anteriormente, con talleres como los de Hospital de las Cinco Llagas, Encarnación, C/ San Luis, Avda. de Roma y Diputación Provincial en *Hispalis*; o los de Fuente de la Higuera, Tostoneras, Alcaudete, Mejía, Santa Helena, Villar Tesoro, Tesoro Norte, San Miguel, Cortijo Domínguez, Juan Barba, Adelfa, Guadajoz, Santo Domingo Este y Argamasilla I para el caso del *municipium* de *Carmo* (CHIC y GARCÍA, 2004). De igual forma, también se observan aglomeraciones rurales cercanas a ciudades como ejemplifica el alfar de Alcotrista (PONSICH, 1991) en *Astigi* (Écija); o el de La Catria dependiente quizás de la ciudad de *¿Oducia?*, enclavada en la Mesa de Lora (REMESAL, 1997). Otros alfares coexistirían en el espacio junto con instalaciones productivas olearias, como ocurre en el caso de Castillo de Azanque (ROMO y VARGAS, 2001), o en Las Delicias (MAUNÉ *et al.*, 2014), donde anexo al alfar se documentó una almazara.

Como en los dos casos anteriores, el fenómeno alfarero en el valle medio del Guadalquivir no aparece con la llegada del mundo romano, sino que desde época protohistórica en este espacio ya se fabricaban tanto ánforas, como cerámicas comunes o pintadas. Ejemplos de talleres turdetanos los constatamos en Cerro Macareno, Itálica, *Carmo* o en la propia Sevilla. Todos ellos tienen como característica común su relación directa con un *oppidum* inmediato, así como la manufactura de tipologías turdetanas en aquellos alfares que se mantuvieron activos una vez que el territorio ya era dominado por Roma. Estos son los alfares mejor conocidos de época tardorrepública, donde los talleres “itálicos” brillan por su ausencia, si bien es cierto que en ámbito de consumo ya aparecen las primeras ánforas “romanas” con pastas del valle del Guadalquivir. Será a partir de mediados del s. I a.C. cuando en torno a los asentamientos de *Carmo*, *Ilipa* e *Italica* se manufacturasen ánforas genuinamente romanas, entre las que destacan las Haltern 70, ovoides e imitaciones de Dr. 1B.

² Panorama que comienza a cambiar gracias al proyecto de investigación que se está desarrollando en Las Delicias y otros alfares, dirigido por E. García Vargas y S. Mauné.

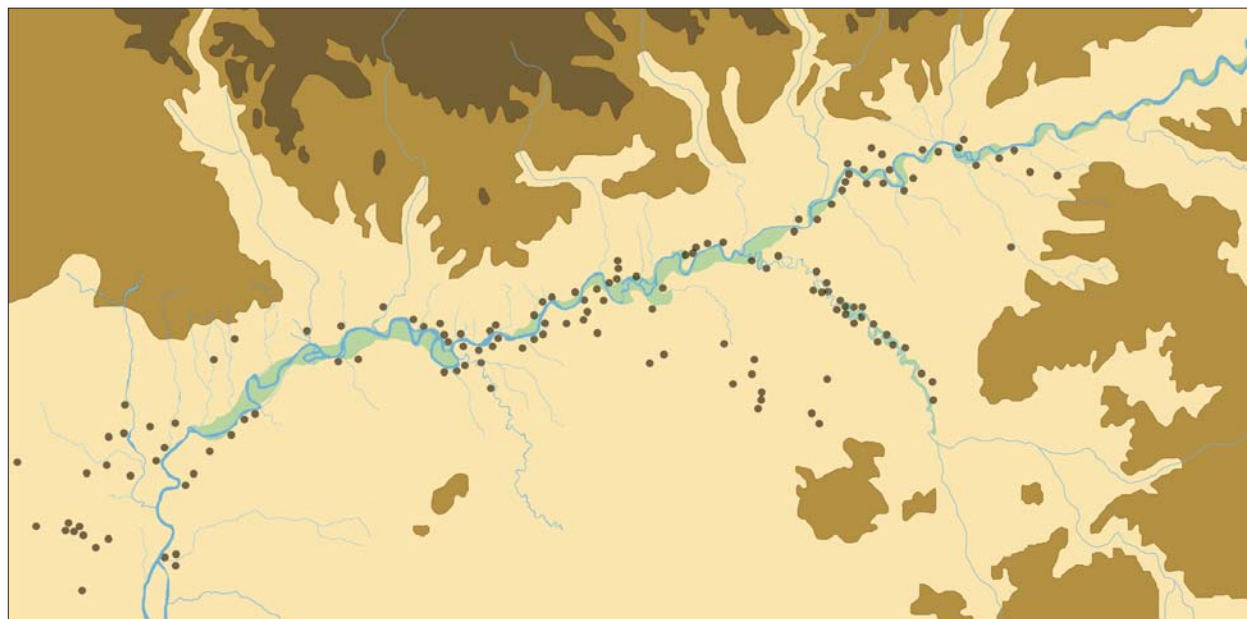
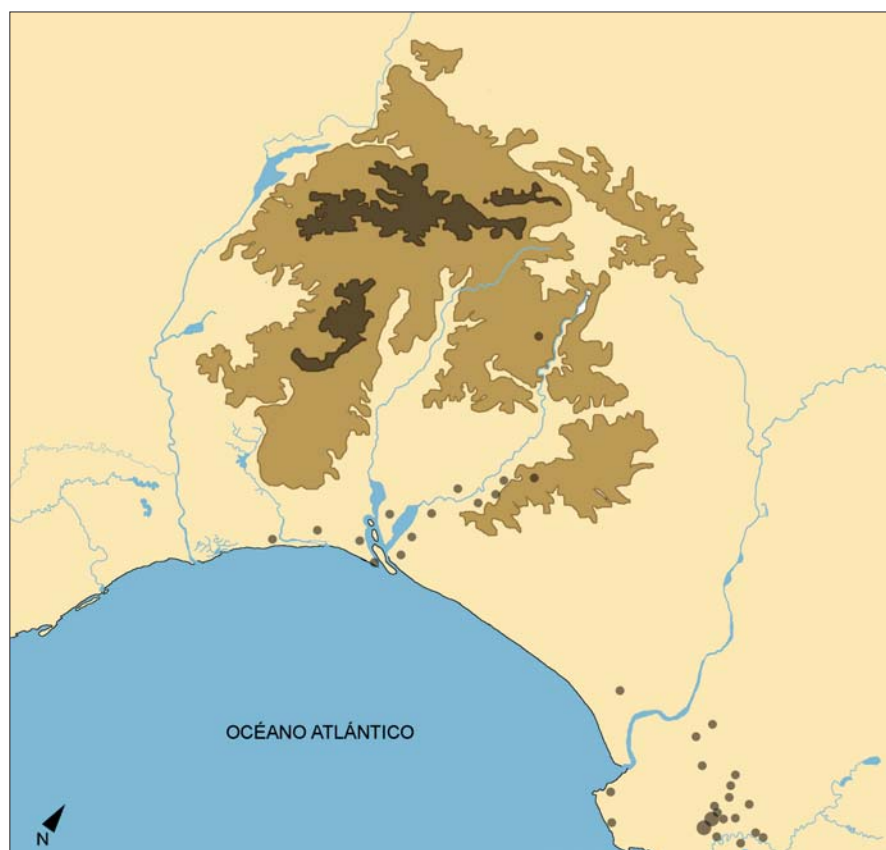


Figura 5 – Mapa del valle medio del Guadalquivir y el curso bajo del Genil en el que se señalan (en círculos negros) las distintas alfarerías conocidas (Diseño de J.J. Díaz a partir de PONSICH, 1974, 1979 y 1991 y BERNI, 2008).

Habrá que esperar a época augustea para que comience la fabricación de los envases olearios béticos por excelencia; las llamadas Dr. 20 que pronto coparán el mercado productivo, llegándose a estandarizar tal y como demuestra su manufactura idéntica en la gran mayoría de los talleres conocidos. Junto con las Dr. 20 en época altoimperial, en menor medida se fabricarán Haltern 70 y Dr. 28, por lo que además de aceite en estos alfares se manufacturaban contenedores de vino y derivados de la uva (u olivas maceradas en *sapa* o *defrutum*). En época medioimperial (ss. II-III d.C.) se asiste a una concentración de la producción en diversos talleres, cesando la producción muchos otros. De igual forma, se aprecia cierta basculación de los volúmenes de producción hacia los talleres emplazados entre *Carmo* y *Corduba* (GARCÍA y BERNAL, 2008). Las sucesoras de las ánforas Dr. 20, es decir, las Dr. 23 serían las que se fabricarían de forma casi exclusiva en los talleres que quedaban activos durante la Tardoantigüedad. Junto a éstas, se distinguen otros envases como puede ser el modelo Tejarillo 3. Hemos entrelazado en este sucinto análisis del proceso histórico la producción anfórica, al ser ésta última la categoría vascular preeminente de este polo productivo. Sin embargo, y como hemos visto en el resto de focos, junto a las ánforas también se manufacturaron cerámicas comunes –como en los alfares de Hospital de las Cinco Llagas, Montánchez, Castillo

de Azanaque, Alcolea, etc...-. Casos excepcionales serían los talleres que manufacturaron en exclusiva cerámicas comunes, como ocurre en el taller de Cortijo del Río (Marchena). Otras categorías vasculares cerámicas fabricadas en el valle del Guadalquivir serían las denominadas TS tipo Peñaflor o sigilatas precoces, que se elaboraron al menos en los talleres emplazados en la ciudad de *Celti*. De igual forma, también se ha documentado la fabricación de lucernas tanto en *Orippe* como en *Italica* (BERNAL, 1990-1991), o en *Hispalis*, con la reciente localización de un taller en La Encarnación (VÁZQUEZ PAZ, 2012). Por último, son numerosas también las *figlinae* que se dedicaron, ya fuera como complemento o en exclusiva, a la manufactura de material latericio, pudiendo mencionar en este caso talleres como los de Cruz Verde, Hacienda Fuente la Higuera, Soto del Moro y un largo etcétera de alfares prospectados por G. Bonsor o M. Ponsich, así como otros de reciente descubrimiento como el de Cobre Las Cruces (Salteras).



– Otros focos de producción:

No podríamos acabar este análisis de la geografía de la producción bética sin mencionar otras zonas donde aún siendo importante la concentración de talleres alfareros, su número es cuantitativamente menor a las áreas anteriormente analizadas. En este sentido, en el litoral bético debemos añadir el foco productivo de la campiña y litoral atlántico onubense (Fig. 6), y el de la bahía de Algeciras. El primero se vertebra en torno a la costa y al río Tinto, donde la quincena de alfares conocidos se establecen al *socaire* de la industria salazonera a la que principalmente surten de envases. Tipológicamente las ánforas manufacturadas en época altoimperial son deudoras de las pautas que marcan los talleres del área gaditana. Sin embargo, la costa atlántica onubense sufre un repunte en el volumen productivo en época tardorromana donde los alfares activos –caso de El Eucaliptal, Barro de San Pedro, El Terrón o La Orden- (CAMPOS, PÉREZ y VIDAL, 2004) muestran un repertorio más acorde con los alfares del Algarbe portugués, cuyos modelos anfóricos pueden ser visualizados en varios de los artículos de esta publicación.

Por su parte, el polo productivo de la bahía de Algeciras (Fig. 7) también cuenta con un número similar

Figura 6 – Mapa del arco occidental bético del golfo de Cádiz con la señalización (en círculos negros) de los talleres alfareros documentados en la costa y campiña onubense, así como en la campiña jerezana (Diseño de J.J. Díaz).

de alfares pues, en este caso, no llegan a la veintena. Son talleres que se emplazan tanto en la costa como en el interior –área de Jimena de la Frontera- si bien la situación de estos últimos en las inmediaciones de ríos facilita su rápida conexión con la costa. Deudores de una tradición alfarera precedente recientemente documentada (BERNAL *et al.*, 2010), la instalación de la *Colonia Latina Libertinorum Carteia* en la primera mitad del s. II a.C. también influirá para la rápida adaptación de la actividad alfarera a los cánones itálicos. Así, el alfar de El Rinconcillo muestra tanto productiva como tecnológicamente la mano de Roma de manera acuciente. De este taller saldrían imitaciones de ánforas vinarias Dr. 1 en sus tres variantes. Para momentos posteriores, *Carteia* mantendrá un protagonismo especial, pues en su *territorium* se situarán distintas fábricas, como ejemplifican los casos de Factoría CAMPSA o Loma de las Cañadas.



Figura 7 – Mapa de la bahía de Algeciras y la comarca del Campo de Gibraltar en la que se sitúan (en círculos negros) los distintos talleres alfareros conocidos (Diseño de J.J. Díaz a partir de BERNAL, 1998b).

Mención especial merece el complejo de Villa Victoria que, situado a escasamente un kilómetro y medio de dicha ciudad hispanorromana, funcionó como un verdadero barrio industrial, pues al imponente alfar documentado se le añadieron una *cetaria*, un embarcadero, así como una considerable área de necrópolis que aboga por la existencia de zonas de hábitat aún no localizadas. Si *Carteia* fue el eje sobre el que orbitaron las alfarerías del arco nororiental de la bahía de Algeciras, sobre *Iulia Traducta* debieron

gravitar las documentadas en la mitad occidental. Así son varios los talleres ubicados en el entorno de dicha ciudad, todos ellos localizados, eso sí, al oeste del arroyo de la Miel donde, por otro lado, también se ha documentado un importante sector industrial con varios conjuntos salazoneros. Para completar este panorama habría que añadir aquellos alfares que de manera autónoma se establecieron en otros puntos como pueden ser el caso de Venta del Carmen en Los Barrios (BERNAL, 1998b) o Cañada de los

Almendros en Jimena; el primero dedicado principalmente a la manufactura de envases anfóricos y el segundo centrado en la fabricación en exclusiva de material latericio. Cierra la relación de talleres el único complejo activo en época tardorromana y asociado a una *villa* –Ringo Rango (BERNAL y LORENZO, 2002)-, puesto que como característica peculiar, los alfares altoimperiales de la bahía de Algeciras cesaron su actividad a finales del s. I d.C. o principios de la centuria siguiente.

Otros focos productivos se pueden observar en el interior de la Bética, ya sea en la campiña jerezana (*vide supra* Fig. 6), la comarca antequerana, o la subbética cordobesa (Fig. 8). En el primero de los casos, los alfares documentados en la campiña jerezana debemos analizarlos como una extensión hacia el interior del polo alfarero de la bahía de Cádiz. La existencia del llamado *Lagus ligustinus* por un lado, el cauce del río Guadalete por otro, así como los caminos rurales existentes en esa época debieron favorecer la conexión entre ambas áreas. Tenemos constancia de una veintena de talleres, localizados entre los términos municipales de Trebujena y Jerez de la Frontera, de los cuales sólo uno –Mesas de Asta– no estuvo dedicado a la fabricación de ánforas. En cuanto a la cronología muestran un mismo desarrollo que en los alfares costeros gaditanos, con un *flourit* en el s. I d.C. y un ocaso productivo en la centuria siguiente. Como patrón de asentamiento, se vislumbran talleres asociados a asentamientos urbanos como ocurre en Mesas de Asta, posibles *ateliers* autónomos como es el caso del alfar de Rabatún – Los Villares o alfares anexos a *villae* rústicas como Rancho Perea o Torre-melgarejo, entre otros. La depresión antequerana presenta una nómina cercana a la decena de talleres alfareros, emplazados en torno a las ciudades de *Antikaria* y *Singilia Barba*. Son talleres productores de TSH (La Fábrica, Alameda, El Castillón, Santa María,...), cerámica común (Peñarrubia, Las Peonías) y material latericio (Cortijo de las Monjas). Son todos alfares alto-imperiales que quizás deben su razón de ser a la ubicación estratégica en la que se emplazaron en un punto de conexión de los distintos caminos existentes en época romana en el interior de la *Baetica*. Pese a ello, se ha postulado un radio de comercialización de dichos productos reducido al entorno inmediato (SERRANO, 2004). Por último, en la subbética cordobesa podemos hablar de otro pequeño polo productivo en los territorios comprendidos ente Lucena, Carcabuey, Almedinilla y Priego de Córdoba. De nuevo contamos con casi una decena de *figlinae* que están activas sobre todo en época alto y medioimperial (Los Almendros, Cortijo Nuevo o Fuente Barea); si bien también se conocen casos en los que la actividad se prolongó hasta la Tardía Antigüedad, como ocurre en los talleres de Todosaies, Los Tejares o El Ruedo. Paradigmáticos son estos dos últimos, pues el análisis

pormenorizado de cada uno de ellos bien serviría para explicar la estructuración interna de una *figlina*, con el área de producción perfectamente delimitada con su zona de trabajo anexa, los almacenes, la zona de preparación de la arcilla, etc... Para el caso del alfar de El Ruedo hay que añadirle su relación con una importante *villa* (MUÑIZ, LARA y CAMACHO, 2000) en la que además del alfar se documentó como actividad paralela una almazara. Sin embargo, en el alfar no se fabricaron envases anfóricos que pudiesen contener el aceite, sino que su producción se centró en el modelado de cerámicas comunes y material constructivo latericio que debió satisfacer la demanda de la propia *villa* y del entorno inmediato. La inexistencia de ánforas locales es un hecho palpable en este polo productivo, donde el material latericio, los *dolia* y la cerámica común coparon el espectro tipológico. Se pone, por tanto, de manifiesto cómo en las comarcas interiores de la *Baetica* aunque se produjese aceite, éste debió ser transportado en otro tipo de contenedores –¿toneles u odres?– hasta los centros de redistribución, donde quizás allí sí debieron ser trasvasados a ánforas para su posterior comercialización.

4. Tecnología alfarera en las áreas de producción de los talleres béticos

Con el nombre de *áreas de producción / cocción* nos referimos al espacio funcional dentro del taller donde se emplazaron las estructuras de combustión (DÍAZ, 2008). Podríamos haber empleado simplemente el término de áreas de cocción al ser ésta la acción que principalmente se desarrolla en este espacio. Sin embargo, su posible asimilación con la cámara de las piroestructuras donde se dispondría el material a cocer nos hizo decantarnos por la conveniencia de utilizar este otro término. En el área de producción / cocción no sólo se sitúan los hornos, sino que también cobran especial relevancia las *áreas de servicio anexas* que coinciden con esos espacios situados al exterior de los *praefurnia* de las estructuras de combustión, a través de los cuales se efectuaría la carga del combustible, así como las labores de limpieza de dichas estructuras. El análisis pormenorizado de los elementos constitutivos de dichas estructuras nos permite imbuirnos en procesos tecnológicos diversos en los que en unos casos la tradición precedente y en otros la

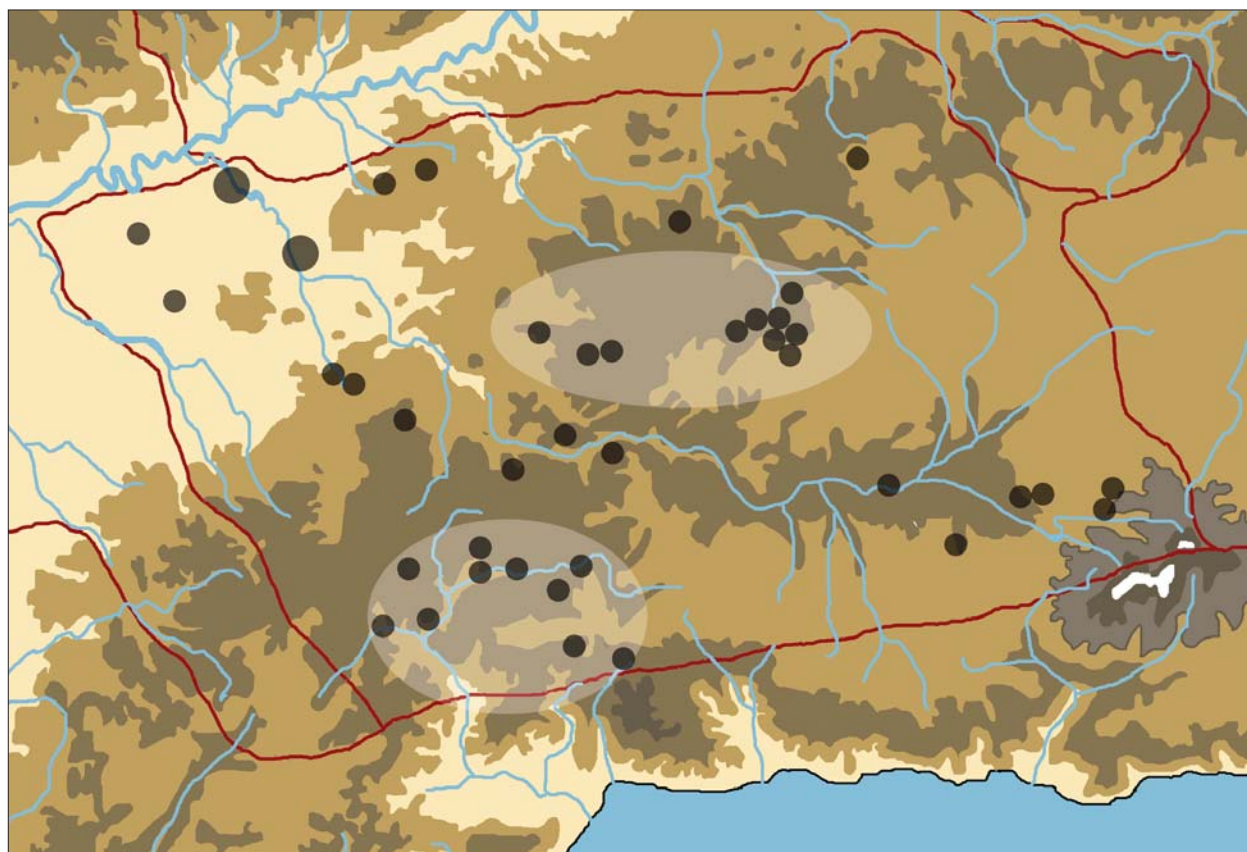


Figura 8 – Mapa del *conventus Astigitanus* con la señalización de los diferentes alfares conocidos. Se señalan en círculos negros, englobándose en círculos de mayor tamaño los situados en los márgenes del Genil. De igual forma, se señalan en elipses de tonalidad blanca los focos de producción de la depresión antequerana y la comarca subbética cordobesa (Diseño J.J. Díaz)

innovación itálica fueron configurando una realidad específica que intentaremos abordar sucintamente en las próximas páginas.

Como ya se ha puesto de relieve en el apartado precedente, con anterioridad a la llegada de Roma al territorio que posteriormente se denominó como *Baetica* existía un tejido artesanal alfarero con una implantación desigual debido, entre otras cuestiones, a la heterogeneidad cultural existente en esos momentos. Pese a ello, tenemos ejemplos de hornos por toda la geografía objeto de estudio y durante toda la Protohistoria. Alfares tartésicos se tienen atestiguados desde fecha muy temprana en el interior de la Baja y Alta Andalucía, puesto que el horno documentado en Coria del Río se ha fechado a mediados del s. VIII a.C. (ESCACENA e IZQUIERDO, 2001). Junto a éste, se conocen otros yacimientos de carácter industrial como pueden ser los hornos de Cerro de los Infantes –Pinos Puente, Granada– (CONTRERAS, CARRIÓN y JABALOY, 1983), Marmolejo (MOLINOS, SERRANO y COBA, 1990) o el Cerro de la Mora –Moraleda de Zafayona, Granada– (CARRASCO *et al.*, 1987). A estos hornos cerámicos les siguieron algo más tarde (ss. VI-IV a.C.) los hornos documentados

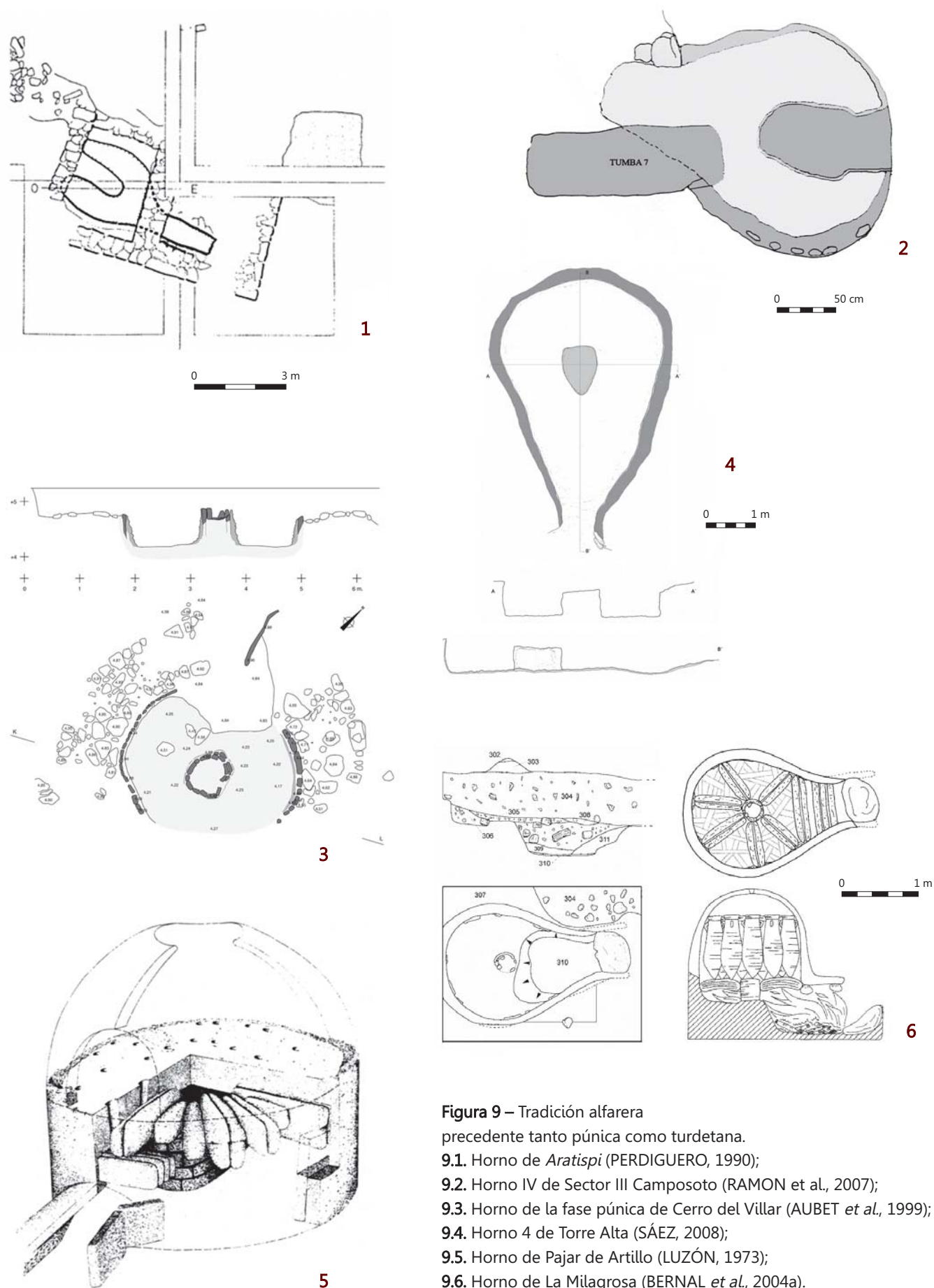
en Acci (LÓPEZ, 2008) o el Cerro Macareno (PELLICER, 1978); siendo algo más tardío el documentado en Pajar del Artillo (LUZÓN, 1973) o el del Argollón en Carmona (BELÉN, 2000). Por su parte, en la campiña y litoral mediterráneo también hay hornos tanto fenicio-púnicos (Cerro del Villar y Los Algarrobeños) como ibéricos (Ronda). Quizás sea en el ámbito de la bahía de Cádiz donde contemos con un mayor número de ejemplos de estructuras fornáceas fenicio-púnicas, todas ellas localizadas en el ámbito insular y en las que los talleres de Sector III Camposoto (RAMON *et al.*, 2007) y Torre Alta (SÁEZ, 2008) son los más representativos. En todas esas piroestructuras, se observa un uso generalizado como material cons-

tructivo del adobe. Son hornos de doble cámara separadas entre sí por una parrilla, a los que se le suma un corredor de entrada o boca de alimentación. Las piroestructuras normalmente son estructuras negativas para lo cual se realizan previamente fosas donde se insertan las cámaras de combustión y el corredor de entrada a ésta. Las paredes de esta cámara solían estar recubiertas de adobes, y posteriormente repelladas de arcilla, tal y como ejemplifican los hornos de Sector III Camposoto. Sin embargo, también se emplearía el sillarejo pétreo, tal y como se observa en el horno ibérico del s. VI a.C. documentado en *Acci* (Guadix), donde tanto el corredor de entrada como la cámara de combustión están perimetralmente delimitadas por un zócalo continuo de piedras, enfoscadas con arcilla refractaria sobre la que se dispondría el resto de la pared levantada con adobes (LÓPEZ, 2008).

Las plantas de estos hornos responden a un esquema evolutivo de transferencia tecnológica desde el Mediterráneo Oriental, pues ya en el valle del Indo y en Mesopotamia se constatan hornos cerámicos de doble cámara en la Edad del Bronce, durante el III y II Milenio. Esta tecnología será acogida por el mundo fenicio oriental, el cual desarrolla unas piroestructuras caracterizadas por la existencia de doble cámara, excavadas en el terreno natural y planta de tipo bilobulado, la cual irá evolucionando hacia modelos de tipo "omega". Este último tipo de horno se caracterizará por poseer una planta piriforme que presenta un apéndice pseudo-oval que arranca de la parte posterior de la cámara de combustión, y se desarrolla hacia la parte central de la misma, el cual sirve de sostén de la parrilla. Estas son las piroestructuras que comenzarán a desarrollarse en nuestra zona geográfica de estudio tras la implantación fenicia en la costa. Hacia el interior, el trasvase tecnológico alfarero también es perceptible en los casos de los hornos citados. Hornos de tipo "omega" se conocen en *Aratíspi* (PERDIGUERO, 1990) (Fig. 9.1), así como en Sector III Camposoto (Hornos I y II datados en los ss. VI y V a.C.) (Fig. 9.2). En el s. IV a.C. observamos una evolución, pues esos muretes axiales se transforman en pilares que se desprenden de la pared posterior, manteniendo su forma pseudo oval, aunque ahora la parte posterior del pilar será angular. Cerro Macareno (FERNÁNDEZ, CHASCO y OLIVA, 1979), es en este sentido, un ejemplo paradigmático.

Este modelo no sólo se constata en el mediodía peninsular, sino que en otras zonas peninsulares se extiende su uso tal y como demuestra el horno ibérico documentado en Casa Grande, en Alcalá del Júcar (Albacete) (COLL, 2005). La evolución del pilar en los hornos presenta un nuevo cambio en la segunda mitad del s. III a.C. En esos momentos, quizás motivado por los nuevos influjos provenientes de la presencia bárquida en la Península Ibérica, el sistema de sustentación de la parrilla descansará sobre una columna pseudo-circular. El horno IV de Torre Alta (Fig. 9.4) evidencia esta evolución, que se constatará ya de manera irreversible en la siguiente fase de este taller, en la cual los hornos 1, 2 y 3 contaron con una verdadera columna circular y una planta pseudocircular. Salvo contadas excepciones éste será el modelo fornáceo más profusamente empleado en los alfares costeros gaditanos de época romana, tal y como veremos posteriormente.

Pero un horno contó con otra serie de elementos arquitectónicos, a través de los cuales también se puede observar esta evolución tecnológica. Así nos referimos a los elementos que junto al pilar sostuvieron la parrilla. En los hornos más antiguos la parrilla estaba sostenida directamente por el pilar, estando constituida por arcillas y adobes plano-convexos, generándose un número indeterminado de toberas que hacían posible la cocción por tiro directo o vertical de los productos cerámicos situados en la cámara superior. La evolución del pilar hasta convertirlo en una columna exenta trajo consigo la necesidad de contar con otro tipo de elementos que permitieran una correcta sustentación de la parrilla, sobre todo en el caso de los hornos de mediano y gran tamaño. Es de esta forma como surgen en un momento indeterminado de la segunda mitad del s. III a.C. por influencia cartaginesa las barras de adobes, que favorecerán la sustentación de la parrilla al disponerse de manera radial, apoyándose en la pared perimetral de la cámara de combustión y alcanzando el pilar central. Existen distintos y variados ejemplos de este tipo de sistema de *suspensura* tanto en la costa como en el interior, trayendo a colación los ejemplos de La Milagrosa (BERNAL *et al.*, 2004a) y Pajar del Artillo (LUZÓN, 1973) (Figs. 9.5 y 9.6). En estas barras se ha querido ver una evolución formal de los adobes plano-convexos empleados en época precedente (SÁEZ, 2008: 201).



Sobre las cámaras de cocción, el mal estado de conservación generalizado de todos los ejemplos conocidos no favorece su análisis, si bien pensamos que el empleo del adobe y la utilización de cámaras semipermanentes³ debió ser el tipo más profusamente utilizado.

Por otro lado, el corredor de entrada también sufre modificaciones. En un primer momento éstos tendrán escaso desarrollo, no alcanzando nunca el metro de longitud. Sin embargo, conforme fueron evolucionando las piroestructuras este pasillo aumenta su longitud, al mismo tiempo que se inclina el suelo con un buzamiento hacia la cámara de combustión. Junto con estos aspectos, hay otro elemento que no podemos olvidar. En época tardopúnica surge otro cambio tecnológico que como veremos a continuación tiene su traslación al mundo romano. Seguramente motivados por la búsqueda de una mejor cocción de los productos cerámicos en hornos de reducidas o medianas dimensiones, entre finales del s. III a.C. y todo el s. II a.C. se construyeron en el ámbito gaditano una serie de hornos que poseían una diferencia de cota entre el *praefurnium* y la cámara de combustión, o en la propia cámara de combustión. Esta innovación no es exclusiva del territorio gaditano, tal y como ha expuesto A. SÁEZ (2008), quién se apoya en los trabajos de L. STIRLING (2006) para apreciar que este tipo de estructuras de combustión también aparecen en época tardorrepública en el ámbito norteafricano de Túnez. Surgían así los denominados como "hornos de *praefurnium* escalonado" (BERNAL *et al.*, 2004a), en los que se producía un escalón en el suelo. El emplazamiento de este escalón no es homogéneo, puesto que en Torre Alta se localiza en la zona de conexión entre la cámara de combustión y el *praefurnium*, mientras que en La Milagrosa (Fig. 9.6) o en Troilo este escalón se desplaza al interior de la cámara de combustión. En muchos de estos casos el *praefurnium* presenta una fuerte inclinación hacia el interior, como ocurre en Troilo, que generan un verdadero fondo de saco donde seguramente se llevaría a cabo la combustión principal. Lo importante para nuestro estudio no es sólo la constatación de que gradualmente la tecnología alfarera aplicadas a las áreas de producción fue evolucionando, sino que muchos de estos conceptos fueron asumidos posteriormente

en época romana. En este sentido, en el estudio en el que dábamos a conocer esta nueva tipología de hornos, se planteaba la discontinuidad de este elemento tecnológico en época romana (BERNAL *et al.*, 2004a: 617). Incluso en estudios posteriores (NIVEAU y BLANCO, 2007: 197) se atiende a la exclusividad en el uso de estos hornos en el mundo púnico occidental. En la actualidad, esta propuesta no la podemos mantener, puesto que gracias a los estudios de L. STIRLING (2006) sobre hornos púnicos y romanos en el Norte de África en los que existen paralelos de este tipo de piroestructuras en el área tunecina en época tardorrepública, se le unen otros hallazgos y redescubrimientos en *Baetica* que abogan por matizar estas propuestas. Así, en la segunda mitad del s. I a.C. en el alfar de Jardín de Cano se construyeron dos estructuras de combustión (hornos VI y VII) en los que entre la cota del suelo del *praefurnium* y la de la cámara de combustión había un considerable desnivel, que alcanzaba el metro de potencia para el caso del horno VI. Como veremos posteriormente, en esta alfarería está muy presente el factor itálico, puesto que los hornos se construyeron con material latericio o galbos anfóricos –algo impensable en la tradición precedente–, dispuestos en torno a un patio central forrado por muros de sillería, lo que ha favorecido la hipótesis de que fue en época de Augusto cuando tanto en *Gades* como en *su ager* se dejó notar el impulso definitivo de romanización con la implantación efectiva de colonos itálicos... Es en este momento cuando debemos fechar la edificación del alfar romano del Jardín de Cano (LÓPEZ, 2008: 58). No se menciona explícitamente pero se deja entrever una mano itálica en la construcción del complejo alfarero en época augustea, que desmanteló alguna instalación anterior. Esta afirmación habría que completarla con la idea de que a pesar del factor itálico, ciertos elementos tecnológicos tardopúnicos se emplearon en la construcción de sus estructuras fornáceas.

³ Por semipermanente entendemos aquellas cámaras de cocción que debieron poseer un zócalo construido de forma estable como proyección superior de la cámara de combustión, al cual en cada hornada se le añadiría el resto de la cámara conforme se fuera rellenando la cámara de cocción de elementos cerámicos.

De esta manera, la documentación de este modelo fornáceo en Jardín de Cano pudiera responder a la simbiosis de ideas entre los modelos tardopúnicos habituales hasta ese momento en los ambientes alfareros gadiritas y los nuevos modelos de implantación itálicos.

Otro ejemplo de la implantación de este tipo de horno en ambientes plenamente romanos nos lo ofrece el alfar puertorrealeño de Torrealta. Excavado por M.J. Jiménez Cisneros a mediados del s. XX (JIMÉNEZ, 1971), en este taller se documentaron dos hornos alineados, uno junto al otro, sobre los que se abría un área de servicio anexa cuyo periodo de actividad abarca desde mediados del s. I a.C. hasta el s. I d.C. Los dos *praeurnia* presentan un rehundimiento de los mismos, a modo de fosa longitudinal de 1 m. de profundidad con respecto a la cota del suelo de la cámara de combustión, adentrándose incluso por dicha cámara y finalizando justo antes de alcanzar el pilar central. Este dato que ha pasado desapercibido por la historiografía hasta ahora nos resulta de notable importancia, pues nos evidencia de nuevo el uso de *hornos de praeurnium escalonado* en ambientes continentales plenamente romanos. En este sentido, la instalación de alfares en el territorio continental de la bahía de Cádiz a partir de época tardorrepública no tiene precedentes en época anterior y ha sido interpretada como extensión de la romanización del territorio y no en pocas veces se ha propuesto la mano de itálicos en este fenómeno. Sin desdecir ese extremo y a la vista del análisis de estructuras de combustión continentales como éstas de Torrealta A o las de Jardín de Cano podemos advertir que éste es un fenómeno algo más complejo en el que además de las irrupciones de numerosas innovaciones tecnológicas propias del mundo romano, en ciertos talleres se mantuvieron algunos aspectos tecnológicos que habían sido usados de manera habitual en época precedente. Finalmente, este modelo tipológico trasciende las fronteras del foco de producción de la bahía de Cádiz para adentrarse en la costa mediterránea del *conventus Gaditanus*, pues hemos podido localizar otro paralelo en los hornos que pertenecieron al complejo alfarero de La Cizaña (SOTO, COMPIÁN y SÁNCHEZ, 2004). En este caso los dos hornos documentados también presentaban un escalón entre el *praeurnium* y la cámara de com-

bustión, el cual incluso se llegó a forrar con un muere de mampuestos. Su datación cronológica es otra cuestión importante a señalar puesto que los hornos debieron construirse en las décadas centrales del s. I d.C. y se mantuvieron activos en una primera fase hasta un momento indeterminado del s. III d.C. Posteriormente, el alfar tendría un segundo momento de actividad con importantes reformas de las estructuras de combustión, en las que ya el *praeurnium* y la cámara de combustión se encontraban a la misma cota.

Hemos comentado cómo algunos avances tecnológicos desarrollados en el mundo púnico y turdetano (dependiendo del área geográfica) se mantuvieron o adaptaron en época romana. Sin embargo, la presencia romana conllevaría no sólo cambios sustanciales en los modelos de gestión, producción y organización de los complejos alfareros, sino que también supuso la introducción de una serie de innovaciones tecnológicas que se fosilizaron en la construcción de nuevas estructuras de combustión. Uno de los primeros elementos que observamos ajeno a la tradición precedente será el uso de ladrillos. Los adobes seguirán empleándose en la arquitectura de las piroestructuras, sobre todo en el valle del Guadalquivir, donde son empleados tanto para el muro perimetral como para el pilar central, así como para la bóveda de los *praeurnia* y el alzado de la cámara de cocción (Fig. 10.1). Sin embargo, en el resto del ámbito bético las estructuras fornáceas se desarrollarán a partir del empleo mayoritario del ladrillo. Los hornos de Cuevas del Becerro (AGUAYO, CASTAÑO y DELGADO, 1992) (Fig. 10.2) o el onubense de La Orden (CAMPOS, PÉREZ y VIDAL, 2004) pueden servirnos de ejemplo visual de esta afirmación. Junto al ladrillo también se empleó otro tipo de material latericio constructivo, caso de las téngulas. Sin embargo, nos parece más interesante detenernos en el análisis de un fenómeno que comienza a aparecer en *Baetica* en el s. I a.C. y que se desarrolla sin visos de discontinuidad en siglos posteriores. Nos referimos al uso de material cerámico reutilizado como elemento de construcción. La cerámica, al igual que el ladrillo, conservaba ciertas cualidades refractarias que hacían plausible su uso como elemento constructivo en las estructuras de combustión. Además con el empleo de este tipo de material cerámico se conseguía una doble finalidad.

Por un lado, el coste del material era menor, al utilizarse normalmente los fragmentos cerámicos desechados del propio alfar y no tener que adquirir o destinar una hornada a la fabricación de ladrillos. Por otro lado, se aliviaba en parte el volumen de residuos generados por la continua actividad productiva. De esta manera, cuando se excavan los testares, se comprueba que no todo el material cerámico recuperado está deforme. Esto se explica por la simple rotura de piezas ya fuera en el propio horno, en el traslado desde el horno al almacén o en este mismo. Todos esos elementos iban a parar a los vertederos. Cuando en época romana la producción se multiplica se hace necesario inventar soluciones para gestionar los residuos activos que se generaban en un taller. Como veremos posteriormente, una solución será la de crear vertederos más amplios, pero otra solución fue la de darle un segundo uso a esos fragmentos cerámicos que iban a ser vertidos en los testares. Así se reutilizan como material de construcción, pudiéndose observar su uso en el alzado de las paredes perimetrales y las columnas centrales de los hornos (Fig. 10.3) así como en otros elementos arquitectónicos del taller, como pueden ser los muros de otras áreas funcionales como observamos en numerosos talleres entre los que citamos el de la Venta del Carmen o el de Villa Victoria (Fig. 10.4), y el de *Arva* por poner ejemplos separados geográficamente.

Otras innovaciones tecnológicas documentadas en los hornos béticos se concentran en el sistema de *suspensura* de las parrillas. Éstas vienen determinadas por la morfología de las piroestructuras. Tanto en la bahía de Cádiz como en el valle del Guadalquivir y en los alfares productores de ánforas de la costa mediterránea son mayoritarios los hornos de planta circular y pilar central también circular (tipo IA de Cuomo di Caprio). En todos ellos vamos a asistir a un proceso de complejidad arquitectónica de los sistemas de sustentación de las parrillas. Así se abandona el uso de barras radiales y se asiste a la aparición de arcadas de medio punto constituidas con ladrillos o adobes que desde la pared perimetral de la cámara de fuego se desarrollan hacia la columna central. El número de estos arcos es heterogéneo, pudiendo existir casos en los que sólo se aprecian arcos principales –horno de Prados de Montegil- (Fig. 10.5) o *suspensurae* en las que

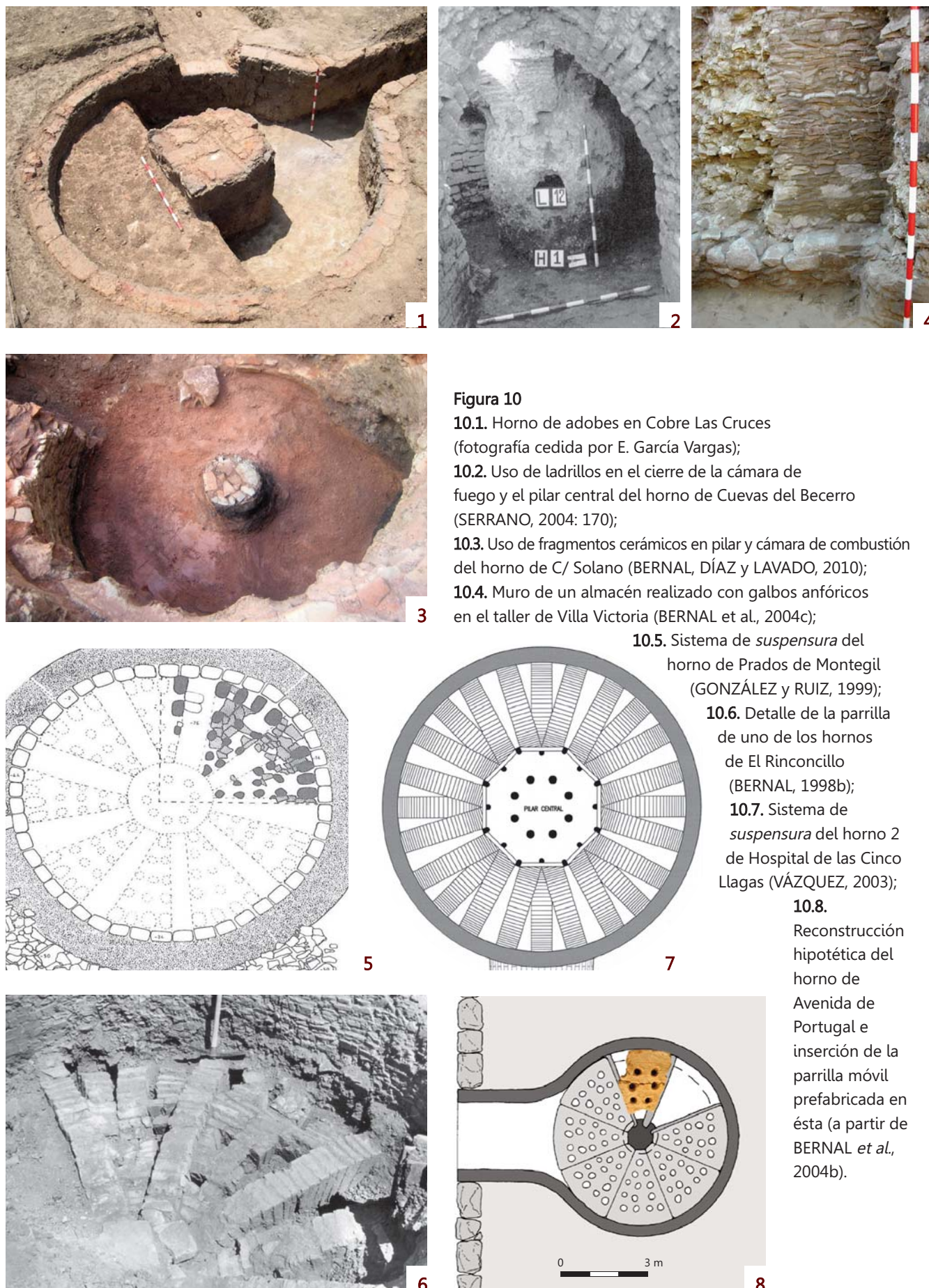
el espacio existente entre dos arcos maestros se cubre con arcos secundarios que desde la pared perimetral de la cámara de combustión llegan a morir en la intersección de las arcadas principales (horno de El Rinconcillo –Fig. 10.6- u Hospital de las Cinco Llagas). El mayor diámetro de los hornos construidos en el valle del Guadalquivir, con diámetros que oscilan entre los 3,5 m. y los 5 m. (CHIC y GARCÍA, 2004: 340), unido al empleo de adobe en lugar de *testae* o fragmentos cerámicos pueden ser las razones que podemos esgrimir para un fenómeno que sólo aparece en este polo productivo. Nos referimos a la localización de perforaciones en las columnas centrales de los hornos, las cuales facilitan el trasvase del calor en la parte central de las estructuras fornáceas (Fig. 10.7). Estos orificios funcionarían como complemento a las toberas abiertas en las parrillas, pudiendo ser de tiro vertical o de tiro oblicuo (CHIC y GARCÍA, 2004: 313).

Como dato particular traemos también a colación uno de los hornos de El Rinconcillo, el cual era de planta circular de pequeñas dimensiones, tenía un pilar cuadrangular y para la sustentación de la parrilla se emplearon cuellos de ánforas Dr. 1C de forma radial.

En toda la geografía bética no hemos podido documentar un caso parecido de sistema de *suspensura*, por lo que más que una innovación tecnológica pensamos que debe tratarse de un recurso empleado de manera puntual por los alfareros de dicho taller. Por otro lado, también habría que reseñar la existencia de parrillas portátiles prefabricadas como la localizada en el alfar gaditano de Avenida de Portugal (BERNAL *et al.*, 2004b) (Fig. 10.8), cuyos paralelos más conocidos se observan en *Britannia* (SWAN, 1984).

Por último, en distintos hornos distribuidos por esta provincia romana se conocen sistemas de regulación de la temperatura, como pueden ser el taponamiento intencionado de algunas toberas, como se puede observar en uno de los hornos cuadrangulares del Viaducto del Pretorio (MORENO y VARGAS, 2004) o en Los Tejares (Lucena) ⁴, entre otros.

⁴ Desde aquí mostramos nuestro agradecimiento a D. Daniel Botella, arqueólogo municipal del Excmo. Ayto. de Lucena, por las explicaciones realizadas *in situ* sobre este importante yacimiento alfarero.

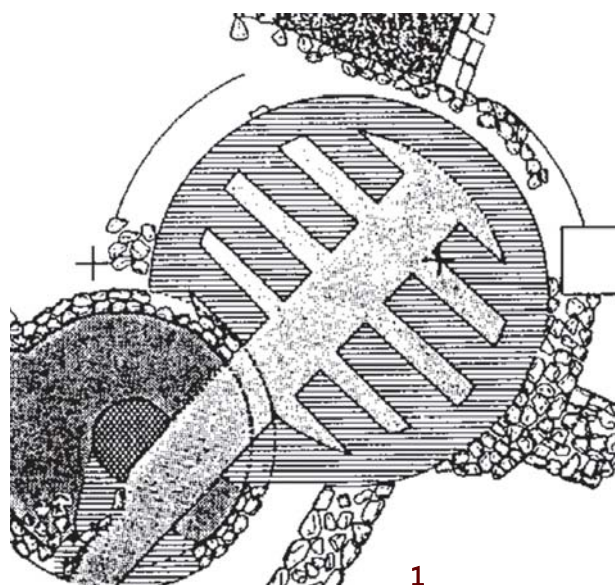


Hemos comentado cómo el tipo de horno más profusamente utilizado en la Bética fue el de planta circular con pilar central. Sin embargo, en época romana se constatan por toda la geografía bética nuevos modelos fornáceos, ya sean de planta circular o planta angular. En Pery Junquera 2 (GONZÁLEZ *et al.*, 2001) a finales del s. II a.C. y las primeras décadas de la centuria siguiente estuvo en funcionamiento un horno del tipo I/d de Cuomo di Caprio. En el litoral mediterráneo, este último modelo de horno fue más común, como se observa en época altoimperial con la localización de hornos de este tipo en Toscanos o Manganeto; en las fases tardorromanas del Faro de Torrox (Fig. 11.1) o Huerta del Rincón. En el valle del Guadalquivir la representación de este tipo de hornos fue mínima, si bien se ha podido constatar su presencia al menos en el horno de Cortijo del Río en Marchena. De igual forma, en el alfar dedicado a la fabricación de TSH, cerámicas engobadas, comunes y material latericio de Cartuja uno de los hornos se ha asociado con este modelo.

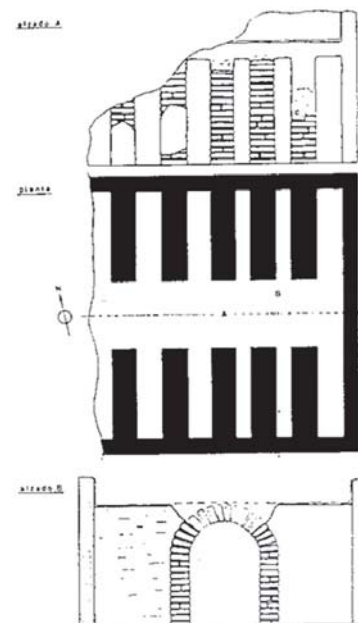
En cuanto a las piroestructuras de planta angular, éstas son asiduas en el interior de *Baetica* en las áreas productoras de TSH o material latericio. Aunque con matizaciones con casos particulares, podríamos hablar de una correlación entre hornos angulares y producciones de *testae*, *tegulae* e *imbrices*. En uno de los hornos de C/ Carretería se ha mencionado la posibilidad de que éste se asociara con un horno del tipo II/a de Cuomo di Caprio (RAMBLA y MAYORGA, 1997). De confirmarse esta hipótesis sería uno de los escasos hornos béticos con murete axial adosado a la parte posterior de la cámara de fuego, dividiendo entonces ésta en dos. Quizás otro ejemplo de este modelo se podría localizar en el taller de Pery Junquera 2. Del modelo II/c se conocen dos hornos en el alfar de Cartuja. Pese a todos estos ejemplos citados, los hornos de planta angular más representados por toda la geografía bética serían los del tipo II/b. Así los localizamos en la provincia de Cádiz (Mesas de Asta, Cortijo de los Siles, El Rinconcillo), en la provincia de Málaga (El Saladillo, quizás en Loma de Cabriles, Cortijo de las Monjas –Fig. 11.2–), en la provincia de Granada (Los Matagallares (Fig. 11.3), Cartuja o Pago de los Morales), en Córdoba (El Ruedo, Cortijo Nuevo –Fig. 11.4–) y en Sevilla (Isla Redonda). Por último, hay algunos hornos que por su especificidad

arquitectónica no pueden establecerse dentro de la tipología de N. CUOMO DI CAPRIO (2007), aunque sí dentro de las de otros investigadores. Así se conocen ejemplos de hornos del tipo B1 de COLL (2005) asociados a hornos de planta circular sin pilar, como se observa en uno de los hornos de Asta Regia o en Conservas Garavilla, Los Molinillos o Cartuja. En este caso, es de resaltar la simplicidad de algunas piroestructuras de tamaño pequeño que, por su escaso diámetro, no necesitaron de ningún tipo de elemento de sustentación de la parrilla. Se han asociado en ocasiones a la fabricación de cerámicas comunes como en El Palomar o en Hospital de las Cinco Llagas (Fig. 11.5). Por último, habría que reseñar cómo algunos hornos tardorromanos también van a ser estructuras arquitectónicas muy simples, como demuestra el horno documentado en el alfar de Ringo Rango en la bahía de Algeciras (Fig. 11.6).

Siguiendo con el análisis de las innovaciones tecnológicas desarrolladas en las áreas de producción, a partir de época romana observamos una mayor complejidad arquitectónica de estos espacios. Cuando en una alfarería se construyó más de un horno, éstos suelen situarse dentro de un mismo programa constructivo. Esta característica no es exclusiva del mundo romano puesto que en época precedente la construcción de varios hornos en un mismo espacio de trabajo está demostrada en distintos casos, de los cuáles los ejemplos conocidos del espacio insular gadirita ya citados en este texto son elocuentes tanto para época púnica como para época tardopúnica. Sin embargo, en época romana se observa cómo los hornos que se construyen en batería o formando un conjunto en torno a un patio central se verán reforzados con muros-fachadas, situados normalmente en el acceso de los *praeurnia*, aunque también se observan casos en los que este muro se desplaza hacia el interior de la estructura en la conexión de los *praeurnia* con la cámara de combustión. De nuevo contamos con ejemplos por toda la geografía bética. Castillo de Azanaque o *Arva* en el valle del Guadalquivir, Prados de Montegil o Rancho Perea en la campiña jerezana, o Torrealta A en la bahía gaditana, Finca del Secretario en la costa mediterránea o Los Almendros en la subbética cordobesa. Hay casos en los que estos muros se extendieron no sólo por la parte frontal de las piroestructuras sino por todo el contorno, funcionan-



1



2

0 1 m

Figura 11 –

Tipos de hornos minoritarios.

11.1. Horno tipo I/C documentado en Faro de Torrox (RODRÍGUEZ, 1997);

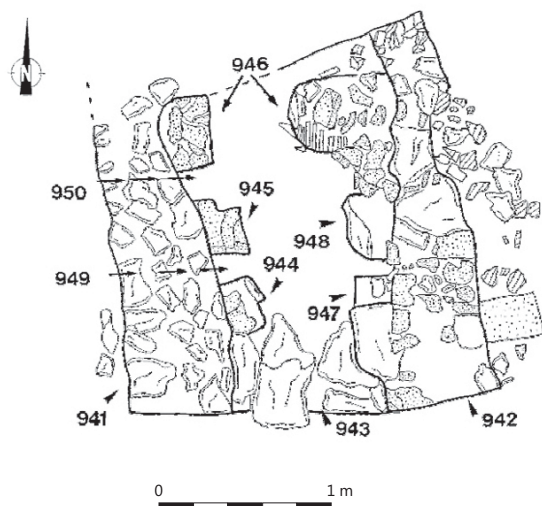
11.2. Horno tipo II/b de Cortijo de las Monjas;

11.3. Horno tipo II/b de Los Matagallares (BERNAL, LORENZO y NAVAS, 2004);

11.4. Horno de planta angular II/b en Cortijo Nuevo (fotografía cedida por D. Botella);

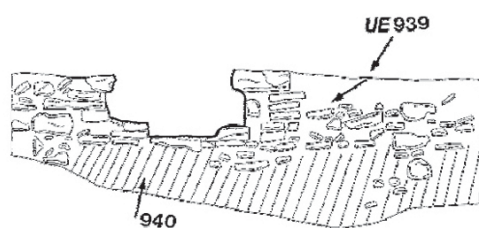
11.5. Horno 5 de Hospital de las Cinco Llagas (VÁZQUEZ, 2003);

11.6. Horno de Ringo Rango (BERNAL y LORENZO, 2002).



0 1 m

3

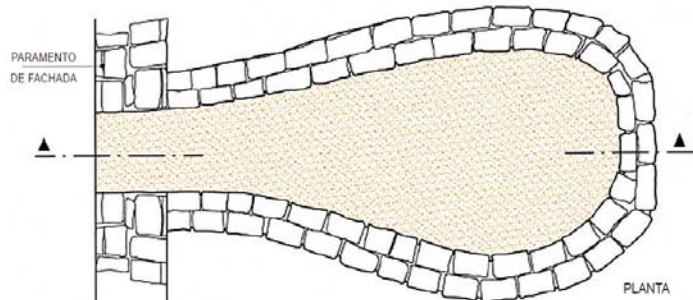


940

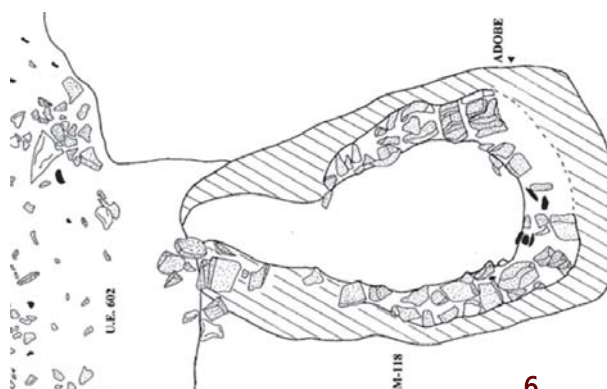


4

5



PLANTA



M-118

6

do como correas perimetrales en parejas de hornos –como en El Olivar (RAMOS y GARCÍA, 2004) o El Palomar (Fig. 12.1)-, o en hornos individuales –como en Villa Victoria (Figs. 12.2 y 12.3)-. En otros casos, estos muros entroncaron con otras unidades murarias que se dispusieron en la zona de acceso a los *praefurnia*, delimitando las áreas de servicio anexa a estos hornos. Así, contamos con modelos de áreas de servicio para un solo horno como se observa en El Tejarillo (Figs. 12.4, 12.5), donde muros recios constituidos por sillares delimitaron un espacio pseudo cuadrangular de aproximadamente 45 m² en el que se desarrollarían las labores propias de carga de combustible y limpieza del horno. Otros modelos nos lo ofrecen el alfar del Hospital de las Cinco Llagas (Fig. 12.6) o el de Los Tejares (Fig. 12.7), en los cuales los hornos se situaron en torno a un patio central al cual en tres y dos de sus lados respectivamente se orientaban las bocas de los *praefurnia* de las piroestructuras. En el caso del alfar lucentino el área de trabajo anexa estaba delimitada en sus cuatro lados por muros de sillarejo pétreo. De esos cuatro muros hay que destacar el situado en el lado largo opuesto al de los hornos principales, en el que se aprecian una serie de mechinales que han sido interpretados como oquedades para favorecer la instalación de escaleras de material deperible que facilitarían el acceso desde la zona exterior más elevada a dicha área de servicio anexa.

5. Tecnología alfarera en otras áreas funcionales de los talleres béticos

En este apartado pretendemos ofrecer una visión a vuelapluma sobre algunos factores tecnológicos que se aprecian en el resto de áreas funcionales en las que se dividió un complejo alfarero. En este sentido, si hemos hablado de cierta complejidad arquitectónica para las áreas de producción, lo mismo podríamos hablar para el resto del taller alfarero. En los distintos alfares dónde las intervenciones arqueológicas han puesto al descubierto estructuras asociadas al área de torneado, secado o almacenaje, éstas aparecen caracterizadas por muros angulares realizados con mampuestos o sillares.

También en ocasiones se documentan muros contruidos con fragmentos cerámicos tal y como indicábamos en el apartado anterior. Para las áreas de torneado, las estancias o *cubicula* suelen ser de reducidas dimensiones, como se distingue en los casos de Puente Melchor (Fig. 13.1), El Olivar, Huerta del Rincón o Las Delicias. Por su parte, las áreas de almacenaje de los productos durante su proceso de secado o posteriormente una vez cocidos suelen ser estancias alargadas de forma rectangular, que si por algo se caracterizan es por la existencia de pilares en la parte central de dichos almacenes que favorecerían la sustentación de techumbres a dos aguas, como pueden ejemplificar los casos de Huerta del Rincón (Fig. 13.2), La Cizaña o Los Tejares. En Las Delicias se documentaron dos naves paralelas situadas en la mitad SO de un edificio, con una superficie total de algo más de 200 m. sentido SE-NO y unos 30-40 m. de anchura, que se han asociado con zonas de secado y/o almacenaje de ánforas. En este caso, no se observan pilares centrales en sendas naves, lo que puede explicarse por el hecho de que se trata de dos naves contiguas en la que quizás esa techumbre a dos aguas vendría definida por el propio muro tabiquero central, el cual siendo más alto favorecería la ejecución de este tipo de techumbre (Fig. 13.3).

En definitiva, observamos cómo existe una arquitectura específica alfarera con todo un conjunto de estancias y espacios funcionales diferenciados, en los que en ocasiones se situarían otras actividades propias del ciclo alfarero como puede ser el área de tratamiento de arcillas con piletas de decantación en el interior de *cubicula* como ocurre en Puente Melchor. En otras ocasiones, espacios a cielo abierto sirvieron para situar estas áreas funcionales. Así la localización de depósitos anfóricos ha sido tradicionalmente relacionada con áreas de almacenaje (Fig. 13.4), por lo que estamos ante otro modelo funcional, en el que lo habitual es inutilizar una serie de ánforas que se disponen hincadas en el suelo sobre las que se colocaron otras tantas. Las piletas de decantación también aparecen exentas, formando conjuntos de varias unas tras otras, tal y como muestran los casos de Jardín de Cano (Fig. 13.5) o las piletas localizadas en la C/ Esperanza (Fig. 13.6) en Sevilla asociadas al taller del Hospital de las Cinco Llagas.

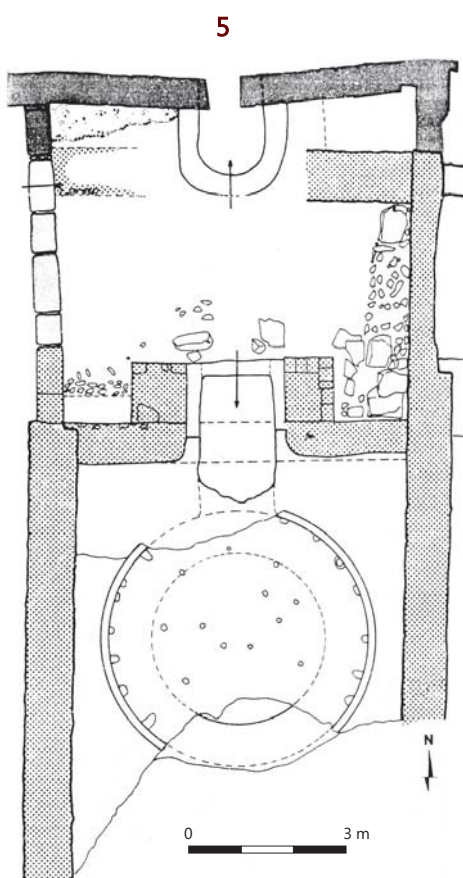


Figura 12

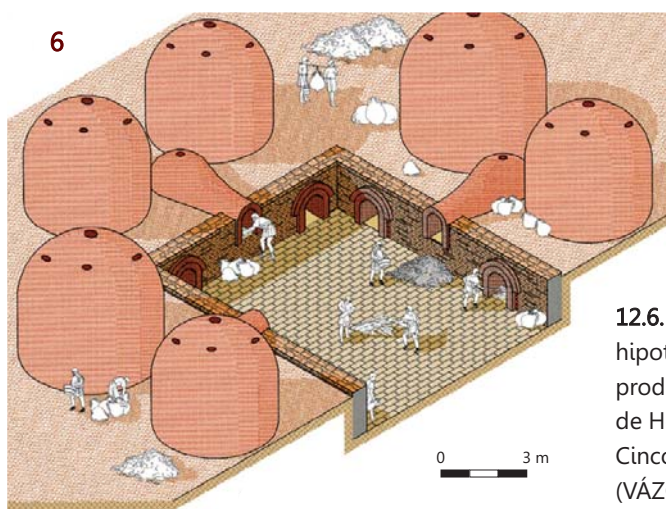
12.1. Muro-fachada en el alfar de El Palomar (LAGÓSTENA y BERNAL, 2004);

12.2 y 12.3. Vista cenital y lateral del horno de Villa Victoria;

12.4 y 12.5. Vista general y planta del área de servicio anexa del horno de El Tejarillo (REMESAL, 2004);

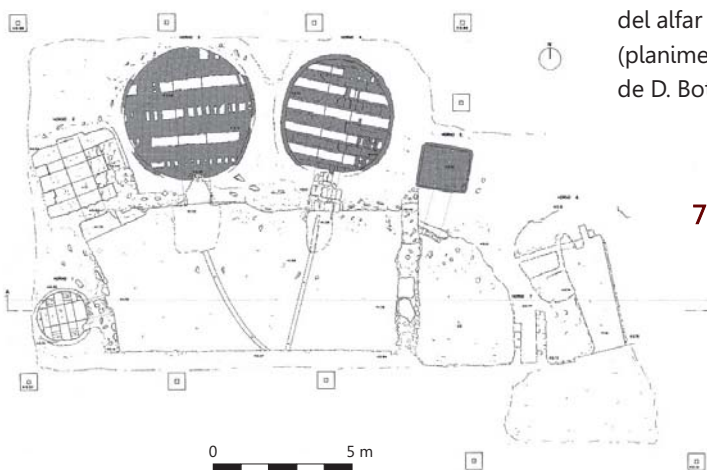


FASES A B C D



12.6. Reconstrucción hipotética del área de producción del alfar de Hospital de las Cinco Llagas (VÁZQUEZ, 2003);

12.7. Planta general del alfar de Los Tejares (planimetría cortesía de D. Botella).

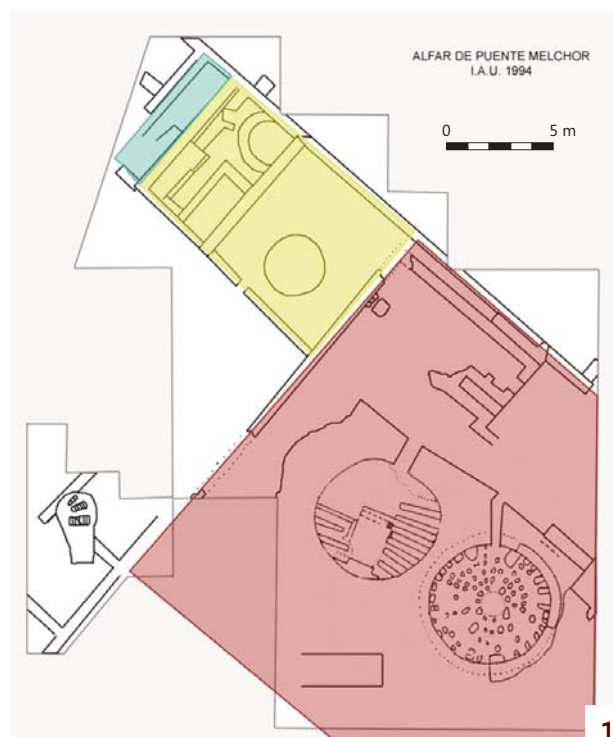


Por último, en este rápido análisis por las distintas áreas funcionales de las *figlinae* béticas no quisiéramos olvidarnos de los espacios donde iban a depositarse los productos cerámicos cuando éstos eran inservibles o defectuosos. Los vertederos romanos adolecen de un estudio monográfico en el que se puedan vislumbrar características espaciales, formas de organización, relación con estructuras de combustión o elementos constitutivos de los mismos, aspectos que nos impiden sintetizar dichos aspectos en este trabajo. Pese a ello, se puede advertir cómo en época romana observamos la creación de grandes áreas de vertidos. Se mantienen testares específicos para un determinado horno, pero también se generan verdaderos *tells* artificiales productos de la organización espacial y división funcional del taller, con la disposición del área de vertidos en un área concreta, en la que debieron verse los desechos de todas las estructuras fornáceas que estuvieran en funcionamiento en el alfar. Villa Victoria, Puente Melchor, Las Delicias o Los Villares de Andujar ilustran este tipo de testares. Incluso, la cercanía de estos vertederos a las estructuras de combustión provocó que en ocasiones almacenes u otras estancias en desuso quedaran literalmente cubiertos por el área de vertido, como ocurre en Villa Victoria. En otros casos, como en el caso de Puente Melchor, para evitar que esto sucediese con piroestructuras que aún se mantenían en funcionamiento, se construyeron muros de contención para fijar un límite físico a estos testares. Otra de las particularidades que se pueden generalizar para los alfares béticos es el reaprovechamiento de espacios con la amortización de otras áreas. Así es normal la reutilización de hornos en desuso o áreas de afloramiento de arcillas ya agotadas como zonas de vertido. Con esa reutilización se conseguía por un lado dotar de contenido a zonas inutilizadas, mientras que por otro lado se intentaba regularizar el terreno amortizando las fosas creadas. Por último, en lo relativo al contenido de los vertidos se advierte la inexistencia de vertidos polifuncionales, es decir, en los distintos vertederos de los que se conocen la naturaleza de los vertidos se comprueba que dichos estratos son de génesis o naturaleza alfarera. No suelen documentarse, por tanto, vertidos orgánicos o de otro tipo fruto de la vida cotidiana de los alfareros, apareciendo desechos puntuales de manera episódica.

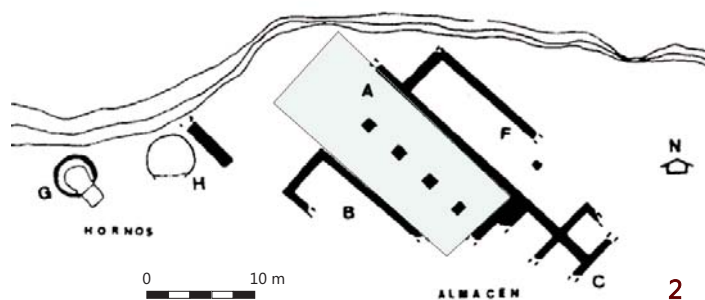
Parece vislumbrarse un uso especializado de estas áreas, en las que además de los desechos cerámicos de las hornadas fallidas se constata la presencia de bolsas de cenizas fruto de la limpieza de los corredores de entrada y cámaras de combustión de los *fornaces*; vertidos de gredas o arcillas plásticas sobrantes de las empleadas como materia prima para la elaboración de los productos cerámicos o para el repellido interior de las paredes de los hornos; estratos en los que se documentan restos arquitectónicos de hornos destruidos, etc.

6. Problemática actual de la investigación y nuevas perspectivas

A lo largo de estas páginas hemos intentado acometer una síntesis general que mostrara las características principales que hoy por hoy vislumbramos de los talleres alfareros emplazados en la Bética. Pese a ello no podemos negar que aún estamos en un estado incipiente de la investigación. Hay aspectos en los que sí se ha evolucionado, como puede ser en las seriaciones de las producciones de los distintos focos de producción, o en la naturaleza de las estructuras de combustión. Sin embargo, no por avanzados estos estudios presentan diversos problemas. Así el ceramólogo que se decide a estudiar de manera monográfica un alfar se enfrenta a un problema real de volumetría. Las ingentes cantidades de material cerámico que se extraen de un taller alfarero obligan a seleccionar, por lo que desgraciadamente los resultados siempre suelen ser estimativos y no cuantificados. Por otro lado, también se encuentran con problemas a la hora de proponer las dataciones de estos yacimientos. Hay que recordar que son centros productores, por lo que el porcentaje mayor de cerámicas son autóctonas, y entonces las dataciones suelen ser propuestas en función de las producciones locales al existir escasas importaciones que pudieran definir con mayor precisión esas cronologías. Este inconveniente se acrecienta de manera exponencial en los alfares productores en exclusiva de material latericio donde existen verdaderos problemas para proponer dataciones específicas de las fases de actividad de dichos talleres. Por último, una posible solución a esta problemática vendría de la mano de la realización de dataciones absolutas por arque-



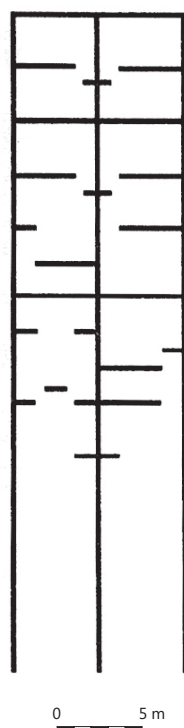
1



2



4



3

Figura 13

13.1. Planta parcial del alfar de Puente Melchor con indicación (en azul) del área de torneado (a partir de LAVADO, 2004);

13.2. Área de almacenaje (en azul) de la fase altoimperial del taller de Huerta del Rincón (a partir de BALDOMERO *et al.*, 1997);

13.3. Planimetría del área de almacenaje y área de torneado del alfar de Las Delicias (SÁEZ *et al.*, 2001);

13.4. Alineación de ánforas en el alfar de Villanueva (JIMÉNEZ CISNEROS, 1971: lám. XXXIX);



5



6

13.5. Piletas de decantación del alfar de Jardín de Cano (LÓPEZ ROSENDO, 2008);

13.6. Piletas de decantación de la C/ Esperanza asociadas al alfar de Hospital de las Cinco Llagas (CHIC y GARCÍA, 2004).

magnetismo, aprovechando el reciente calibrado de la Curva de Variación Secular para la Península Ibérica (GÓMEZ-PACCARD *et al.*, 2006).

Por otro lado, la atención que se le ha prestado a las estructuras de combustión al ser éstas las áreas funcionales más específicas y mejor documentadas en los talleres –suelen ser estructuras semisubterráneas– ha conllevado el desigual interés por otras áreas funcionales que apenas han sido objeto de estudios específicos. En este sentido, la localización de determinados elementos muebles como los tornos, productos cerámicos sin cocer o almacenados, permiten la interpretación de algunos espacios que en la mayoría de las ocasiones son imposibles de interpretar funcionalmente por la falta de evidencias. E incluso en los testares, las posibilidades de estudio no han sido del todo aprovechadas al dirigirse la investigación hacia el estudio y seriación de las producciones cerámicas de los talleres, cuando columnas polínicas, estudios antracológicos o arqueométricos nos podrían ofrecer nuevas líneas de investigación sobre el combustible utilizado para la combustión o el tipo de arcillas usadas para la elaboración de esas cerámicas. Otros problemas que se observan en la investigación se refieren a los estudios relacionados con la geografía de la producción. El desigual nivel de la investigación en unas comarcas con respecto a otras puede ofrecernos una imagen irreal del trasfondo productivo que realmente existió. La existencia de una tradición de incluso más de un siglo de estudios en áreas como el valle del Guadalquivir o la bahía de Cádiz ha provocado la atención de investigadores tanto locales como foráneos atraídos por un tema de investigación muy en boga en esas zonas, mientras que en otras comarcas la inexistencia de grupos de investigación especializados en la arqueología de la producción provoca que *verdaderas joyas arqueológicas* ya excavadas sigan esperando a que un día alguien realice un estudio monográfico sobre esos yacimientos que podrían ser convertirse en paradigmas de cómo se articuló una *figlina*.

Incluso en las áreas geográficas que se presumen estar bien estudiadas, muchos de los datos están sujetos a problemas de caracterización, al provenir únicamente de prospecciones arqueológicas superficiales. Somos conscientes que la información obtenida en una excavación arqueológica supera con creces la in-

formación limitada de los trabajos superficiales, siendo ésta una de las vías a desarrollar en el futuro. En este sentido, la investigación de la alfarería en la *Baetica* adolece de estudios integrales sistemáticos de talleres alfareros, puesto que en los que éstos se han practicado los resultados han sido muy positivos, conociéndose nuevos modelos tipológicos (caso de Venta del Carmen, Matagallares o Los Villares de Andújar), relaciones y porcentajes de los elementos manufacturados o conocimiento de la organización espacial de la *figlina* (caso del alfar del Hospital de las Cinco Llagas).

No quisiéramos terminar con una sensación de desánimo. Todo lo contrario: el estado actual de la investigación pese a los problemas planteados muestra un momento de proliferación de estudios que en los últimos años se ha multiplicado con la celebración de diferentes congresos monográficos sobre esta temática, así como la existencia de grupos de investigación cuyas líneas de estudio están íntimamente relacionadas con el tema objeto aquí de estudio. En este sentido, el proyecto anteriormente citado para el valle del Guadalquivir y el Genil encabezado por S. Mauné y E. García Vargas puede convertirse en un modelo de investigación a tener en cuenta. Quizás se eche en falta una mayor transferencia mutua de conocimiento entre la llamada arqueología preventiva –que en los últimos años ha sacado a la luz gran cantidad de nuevos talleres alfareros– y los grupos de investigación, de lo que todos saldríamos beneficiados.

Para finalizar, sólo mencionaremos algunas líneas de investigación novedosas que están siendo desarrolladas en los últimos tiempos, como podrían ser los estudios en bioarqueología que posibilitan conocer la fauna asociada a los talleres alfareros. En este caso estudios paradigmáticos como los efectuados en el taller de Matagallares (BERNAL, 1998a) o Venta del Carmen (BERNAL, 1998b) demuestran la presencia de ovicápridos, o de ovicápridos, bóvidos e incluso asnos respectivamente.

Por otro lado, los estudios epigráficos sobre envases anfóricos con una amplia trayectoria historiográfica están ofreciendo nuevas visiones (BERNI, 2008) sobre la realidad social de las *figlinae*, que se podrán completar con estudios de identidad o de relaciones parentales a través del estudio de las necrópolis con plausibles análisis genéticos de los individuos

enterrados. De igual forma, la arqueología experimental está cada vez más presente y cobra especial relevancia para el análisis de los elementos no visibles arqueológicamente, como pueden ser todos aquellos útiles de alfareros de materia deperible o técnicas que son imposibles de rastrear en los yacimientos arqueológicos. De igual forma, aspectos tecnológicos durante el

modelado de las piezas o durante la cocción de los productos cerámicos pueden ser inferidos a partir de este tipo de prácticas experimentales. En este sentido, la alfarería tradicional aún se mantiene en distintos puntos de nuestra geografía, por lo que puede ser una herramienta muy útil y accesible en un futuro inmediato. ■

Bibliografía

- AAVV (1997) – *Figlinae Malacitanae. La producción cerámica romana en los territorios malacitanos*. Málaga.
- AAVV (1998) – *Terra Sigillata Hispánica. Estado actual de la Investigación*. Jaén.
- AAVV (1999) – *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Málaga.
- AAVV (2001) – *Congreso Internacional. Ex Baeticae Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Sevilla – Écija, 17 al 20 de diciembre de 1998. IV vols.
- AGUAYO, P.; CASTAÑO, J. M. y DELGADO, P. (1992) – “Excavaciones arqueológicas de urgencia en el yacimiento del pueblo de Cuevas del Becerro (Málaga) 1990”. *AAA/90*, III. Sevilla, pp. 343-348.
- AGUAYO, P.; CASTILLA, J. y PADIAL, B. (1992) – “Excavación de urgencia en el casco antiguo de Ronda. Calle Armiñan nº 39, 41, 43 y Aurora nº 16. 1989”. *AAA/90*, III. pp. 339-342.
- ARTEAGA, O. (1985) – “Los hornos romanos de Manganeto, Almayate Bajo (Málaga)”. *Not. Arq. Hisp.* 23. Madrid, pp. 176-192.
- ATENCIA PÁEZ, R.; SERRANO RAMOS, E. y LUQUE MORAÑO, A. DE. (1982) – “Una necrópolis altoimperial en Peñarubia (Málaga)”. *I CAEC, Jaén 1981*, pp. 133-136.
- AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIA, E.; DELGADO, A.; FERNÁNDEZ, A. y PÁRRAGA, M. (1999) – *Cerro del Villar: I El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalhorce y su interacción con el hinterland*. Sevilla.
- BALDOMERO, A. y SERRANO, E. (1991) – “Notas sobre la producción de ánforas en la Huerta del Rincón (Torremolinos, Málaga)”. *Baetica*, 13, pp. 149-154.
- BALDOMERO, A.; CORRALES, P.; ESCALANTE, M. M.; SERRANO, E. y SUÁREZ, J. (1997) – “El alfar romano de la Huerta del Rincón: síntesis tipológica y momentos de producción”. *Figlinae Malacitanae. La producción de cerámica en los territorios malacitanos*. Málaga, pp. 147-176.
- BELÉN DEAMOS, M^a. (2000) – “Ánforas de los siglos VI-IV en Turdetania”. *REIb*, 4 (e.p.).
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – “Las ánforas romanas de España”. *Monografías Arqueológicas*, 8. Zaragoza.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1977) – “Problemas en torno al concepto histórico-geográfico que recubre la noción de tipo. Aportaciones a la tipología de las ánforas béticas”. *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores. Collection de l'Ecole Française de Rome*, 32. Roma, pp. 97-131.
- BELTRÁN LLORIS, M. (2004) – “Alfares y hornos romanos en Andalucía. Historiografía de la investigación y claves de lectura”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series. Oxford, pp. 9-38.
- BERNAL CASASOLA, D. (1990-1991) – “Figuli Hispani: testimonios materiales de manufactura peninsular de lucernas en época romana”. *Opus*, IX-X, pp.147-159.
- BERNAL CASASOLA, D. (ed.) (1998a) – *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un centro romano de producción alfarera en el siglo III d.C.* Ayuntamiento de Salobreña.
- BERNAL CASASOLA, D. (ed.) (1998b) – *Excavaciones arqueológicas en el Alfar Romano de la Venta del Carmen, Los Barrios (Cádiz). Una aproximación a la producción de ánforas en la Bahía de Algeciras en época altoimperial*. Madrid.
- BERNAL CASASOLA, D. (2006) – “La industria conservera romana en el Círculo del Estrecho. Consideraciones sobre la geografía de la producción”. *L'Africa Romana XVI (Rabat 2004)*. Sassari, pp. 1351-1394.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) – “Gades y su bahía en la Antigüedad. Reflexiones geoarqueológicas y asinaturas pendientes”. En O. Arteaga y H. D. Schultz (eds.). “Geoarqueología y proceso histórico en la Bahía de Cádiz”. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología*, 10, pp. 267-308.

- BERNAL, D. y GARCÍA, E. (2012) – “Las ánforas del tipo Puerto Real 3. Un nuevo envase de salazones gaditanas de época antonino-severiana”. En D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz, pp. 247-254 (*Monografías de Historia y Arte*).
- BERNAL, D. y LAGÓSTENA, L. (eds.) (2004) – *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford.
- BERNAL, D. y LORENZO, L. (eds.) (2002) – *Excavaciones arqueológicas en la villa romana del Puente Grande (Los Altos del Ringo Rango, Los Barrios, Cádiz)*. Huelva.
- BERNAL, D. y NAVAS, J. (1998) – “La producción alfarera en la costa granadina en época romana”. En D. Bernal Casasola (ed./coord.). *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un centro romano de producción alfarera en el siglo III d.C.*, pp. 63-100.
- BERNAL, D. y RIBERA, A. (eds.) (2008) – *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Madrid.
- BERNAL, D. y RIBERA, A. (eds.) (2012) – *Cerámicas Hispanorromanas II. Producciones regionales*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Cádiz.
- BERNAL, D. y SÁEZ, A. M. (2008) – “Fish-salting plants and Amphora production in the Bay of Cadiz (Baetica, Hispania). Patterns of settlement from the Punic Era to Late Antiquity”. En H. Vanhaverbeke, J. Poblome, F. Vermeulen, M. Waelkens y R. Brulet. *Thinking about Space. The potential of surface survey and contextual analysis in the definition of space in Roman times*. Lovaina: Brepols, pp. 45-113 (*Studies in Eastern Mediterranean Archaeology*, VIII).
- BERNAL, D.; DÍAZ, J. J. y LAVADO, M. L. (2010) – “Un taller alfarero en el barrio industrial urbano de Gades. A propósito del horno cerámico de la C/ Solano 3 (Cádiz)”. *SPAL*, 17 (2008). Sevilla, pp. 323-328.
- BERNAL, D.; DÍAZ, J. J.; EXPÓSITO, J. A.; SÁEZ, A. M. y LORENZO, L. (2004a) – “Los hornos púnicos de *praeurnum* escalonado (ss. III- II a.C.). Reflexiones a raíz del alfar de La Milagrosa (San Fernando, Cádiz)”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series 1266. Oxford, pp. 607-620.
- BERNAL, D.; LORENZO, L. y NAVAS, J. (2004) – “La tipología de los hornos béticos en el s. III d.C. Novedades del taller de Los Matagallares (Salobreña, Granada)”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 489-506.
- BERNAL, D.; LORENZO, L.; EXPÓSITO, J. A.; SÁEZ, A. M. y DÍAZ, J. J. (2004b) – “Las innovaciones tecnológicas itálicas en la alfarería gadirita (ss. II-I a.C.). A propósito del taller anfórico de la Avda. de Portugal”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 621-632.
- BERNAL, D.; ROLDÁN, L.; BLÁNQUEZ, J.; PRADOS, F. y DÍAZ, J. J. (2004c) – “Villa Victoria y el barrio alfarero de Carteia en el s. I d.C. Avance de la excavación del año 2003”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 457-472.
- BERNAL, D.; ROLDÁN, L.; BLÁNQUEZ, J. y SÁEZ, A. M. (2010) – “De la producción anfórica de Carteia en época republicana. Primeras evidencias”. En J. Abellán (ed.). *Homage to Antonio Caro Bellido*. Universidad de Cádiz, vol. II. Cádiz, pp. 65-82.
- BERNI, P. (2008) – Epigrafía anfórica de la Bética. Nuevas formas de análisis. *Col·lecció Instrumenta*, 29. Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona.
- BLÁZQUEZ, J. M. y REMESAL, J. (2001) – Estudios sobre el Monte *Testaccio* (Roma), II. *Col·lecció Instrumenta*, 10. Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona.
- BLÁZQUEZ, J. M. y REMESAL, J. (2003) – Estudios sobre el Monte *Testaccio* (Roma), III. *Col·lecció Instrumenta*, 14. Publicacions Universitat de Barcelona, Barcelona.
- BONSOR, G. (1901) – “Los pueblos antiguos del Guadalquivir y las alfarerías romanas”. *RABM*, 1901, pp.837-857.
- BONSOR, G. (1931) – *The archaeological expedition along the Guadalquivir 1889-1901*. New York.
- CALLENDER, M. H. (1965) – *Roman Amphorae*. Oxford University Press, Oxford.
- CAMPOS, J. M.; PÉREZ, J. A. y VIDAL, N. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Huelva. Balance y perspectivas”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 125-160.

- CARRASCO, J.; PACHÓN, J. A.; PASTOR, M. y NAVARRETE, M^a. (1987) – “Memoria preliminar de la campaña de excavaciones de 1985 en el Cerro de la Mora (Moraleta de Zafayona, Granada)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía /1985*, vol. II. Sevilla, pp. 264-270.
- CHIC GARCÍA, G. (1985) – *Epigrafía anfórica de la Betica*, I. Departamento de Historia Antigua, Sevilla.
- CHIC GARCÍA, G. (1988) – Epigrafía anfórica de la Bética. II. Los rótulos pintados sobre ánforas olearias. Consideraciones sobre la annona. *Monografías del Departamento de Historia Antigua de la Universidad de Sevilla*, 4. Sevilla.
- CHIC, G. y GARCÍA, E. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Sevilla. Balance y perspectivas”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 279-348.
- CHIC, G.; GILES, F. y SÁEZ, A. (1977-78) – “Horno cerámico romano de Rancho Perea (San Isidro del Guadalete)”. *Boletín del Museo de Cádiz*, I. Cádiz, pp. 43-49.
- CLARK-MAXWELL, W. G. (1899) – “The Roman Towns in the Valley of Baetis between Cordoba and Seville”. *Archaeological Journal of London*, LVI, pp. 245-305.
- COBOS, L. (1996) – “Intervención arqueológica en el solar del Teatro Andalucía (Cádiz)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1995. Sevilla, pp. 19-31.
- COLL, J. (2005) – “Hornos y producción de cerámica romana en la Comunidad Valenciana”. En J. Coll (coord.). *Recientes investigaciones sobre producción cerámica en Hispania*. Amigos del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias González Martí, pp. 155-173.
- CONTRERAS, F.; CARRIÓN, F. y JABALOY, E. (1983) – “Un horno de alfarero protohistórico en el Cerro de los Infantes (Pinos Puente, Granada)”. *XVI Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, pp. 533-538.
- CORRALES AGUILAR, P. (1997) – “La provincia romana de la Baetica: notas para el establecimiento de su límite oriental y su compartimentación conventual”. *Baetica Estudios de Arte, Geografía e Historia*. Málaga, pp. 415-430.
- CORZO SÁNCHEZ, R. (1981-1982) – “El ceramista Caius Iulius Dracus”. *BMC*, III. Cádiz, pp. 55-60.
- CUOMO DI CAPRIO, N. (2007) – *Ceramica in archeologia 2. Antiche tecniche di lavorazione e moderni metodi d'indagine*. L'erma di Bretschneider. Roma.
- DÍAZ, J. J. (2008) – “De la arcilla a la cerámica. Aproximación a los ambientes funcionales de los talleres alfareros en Hispania”. En D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Madrid, pp. 55-73.
- DRESSEL, H. (1878) – “Ricerche sul Monte Testaccio”. *Analisi dell'Istituto di Corrispondenza Archeologica*, L. Roma, pp. 118-192.
- DRESSEL, H. (1879) – “Di un grande deposito di anfore rinvenuto nel nuovo quartiere del Castro Pretorio”. *BCAR*, 7. Roma, pp. 36-112 y 143-196.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. e IZQUIERDO DE MONTES, R. (2001) – “Oriente en occidente: arquitectura civil y religiosa en un “barrio fenicio” de la Caura tartésica”. En D. Ruiz Mata y S. Celestino Pérez. *Arquitectura civil y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid, pp. 123-157.
- FERNÁNDEZ, F.; CHASCO, R. y OLIVA, D. (1979) – “Excavaciones en el Cerro Macareno. La Rinconada, Sevilla (cortes E-F-G. Campaña 1974)”. *Noticiario Arqueológico Hispánico, Arqueología*, 7. Madrid.
- FERNÁNDEZ, M. I. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Granada. Balance y perspectivas”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 195-238.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (2013) (ed.) – *Una Aproximación a Isturgi romana: el complejo alfarero de Los Villares de Andújar, Jaén, España*. Roma: Ed. Quasar.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana (siglos II a.C.-IV d.C.)*. Écija.
- GARCÍA VARGAS, E. y BERNAL CASASOLA, D. (2008) – “Ánforas béticas”. En D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, Madrid, pp. 661-688.
- GIMÉNEZ REYNA, S. (1946) – “Memoria arqueológica de la provincia de Málaga hasta 1946”. *Informes y Memorias*, 12. Madrid.
- GIRÓN, L. (2010) – “Las cerámicas comunes del alfar romano de Puente Melchor (Puerto Real, Cádiz). Un ensayo de clasificación de las formas abiertas”. *Herakleion*, 3, pp. 105-162.

- GÓMEZ-PACCARD, M.; CATANZARITI, G.; RUIZ MARTÍNEZ, V. C.; MCINTOSH, G.; NÚÑEZ, J. I.; OSETE, M. L.; CHAUVIN, A.; LANOS, Ph.; TARLING, D. H.; BERNAL-CASASOLA, D. y THIRIOT, J. (2006) – "A catalogue of Spanish archaeomagnetic data". *Geophysics Journal International*, 166, pp. 1125-1143.
- GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R. y RUIZ MATA, D. (1999) – "Prehistoria e Historia Antigua de Jerez". En D. Caro (coord.) *Historia de Jerez de la Frontera. De los orígenes a la época medieval*. Cádiz, pp. 19-188.
- GONZÁLEZ TORAYA, B.; TORRES QUIRÓS, J.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. y PRIETO REINA, O. (2001) – "Los inicios de la producción anfórica en la bahía gaditana en época republicana. La intervención de urgencia en la Avda. Pery Junquera (San Fernando)". *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Écija-Sevilla 1998)*. Sevilla, pp. 175-185.
- JIMÉNEZ CISNEROS, M. J. (1958) – "Beobachtungen in einen Römischen topferbeziert bei Puerto Real". *Germania*, 36, pp. 469-475.
- JIMÉNEZ CISNEROS, M. J. (1971) – *Historia de Cádiz en la Antigüedad*. Cádiz.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996) – *Alfarería romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz.
- LAGÓSTENA, L. y BERNAL, D. (2004) – "Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Cádiz. Balance y perspectivas". En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 39-124.
- LAGÓSTENA, L. y TORRES, J. (2001) – "Figlinae Gaditanae. Algunos aspectos de la economía gaditana en torno al cambio de era". *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Écija-Sevilla 1998)*. Écija, Vol. I, pp. 187-200.
- LAVADO, M. L. (2004) – "El complejo alfarero de Puente Melchor: el centro productor, la organización del espacio y su área de influencia". En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 473-488.
- LÓPEZ MARCOS, F. (2008) – "El oppidum ibérico de Acci (Guadix)". En A. Adroher y J. Blánquez (eds.). *1º Congreso Internacional de Arqueología Bastetana, Serie Varía*, 9. Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, pp. 287-298.
- LÓPEZ ROSENDO, E. (2008) – "El alfar romano altoimperial del Jardín de Cano (El Puerto de Santa María, Cádiz, España), en el contexto económico de Gades". *Revista de Historia de El Puerto*, 41 (2º semestre), pp. 39-74.
- LUZÓN NOGUÉ, J. Mª. (1973) – "Excavaciones en Itálica. Estratigrafía en el Pajar de Artillo (campaña 1970)". *EAE*, 78. Madrid.
- MAUNÉ, S.; GARCÍA VARGAS, E.; BOURGEON, O.; CARRATO, Ch.; GARCIA-DILS, S.; BIGOT, F. e VÁZQUEZ PAZ, J. (2014) – *L'atelier d'amphores à huile Dr. 20 de Las Delicias à Ecija (Prov. de Séville, Espagne)*. Marseille: SFECAG, Actes du Congrès de Chartres.
- MOLINA FAJARDO, F. y JIMENEZ CONTRERAS, S. (1984) – "Estado actual de las excavaciones en la factoría de salazones El Majuelo". *Almuñécar, Arqueología e Historia*, II. Almuñécar, pp. 185-204.
- MOLINOS, M.; SERRANO, J. L., y COBA, B. (1990) – "Excavaciones arqueológicas en el asentamiento de «La Campiña», Marmolejo, Jaén". *Anuario Arqueológico de Andalucía/1988*, III. Sevilla, pp. 197-203.
- MONTERO, R.; SÁEZ, A.; MONTERO, A. y MATA, E. (2008) – "El alfar romano de El Palomar (El Puerto de Santa María, Cádiz). Estudio Preliminar". *Actas del IV Congreso de Arqueología Peninsular*. Faro, 2004.
- MORENO, M. y VARGAS, S. (2004) – "Los hornos romanos de cerámica del Viaducto del Pretorio". En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 673-672.
- MUÑIZ, I.; LARA, J. M. y CAMACHO, C. (2000) – "Sobre alfares, silos y almazaras en la villa romana de El Ruedo, Almedinilla, Córdoba". *Antiquitas*, 11-12, pp. 233-266.
- NIVEAU, A. y BLANCO, F. J. (2007) – "Continuidad púnica en la Gades republicana. La producción vascular del horno de la calle Troilo". *SPAL*, 16, pp. 195-224.
- PELLICER, M. (1978) – "Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla)". *Habis*, 9. Sevilla, pp. 365-400.
- PEMÁN, C. (1959) – "Alfares y embarcaderos romanos en la provincia de Cádiz". *AEA*, pp. 169-173.
- PERDIGUERO LÓPEZ, M. (1990) – "Un horno alfarero de época ibérica en Aratíspí (Cauche el Viejo, Antequera)". *Jábega*, 74. Málaga, pp. 3-14.

- PINEDA DE LAS INFANTAS BEATO, G. (2002) – “Intervención arqueológica de urgencia en la factoría de salazones de C/Cerrojo 24-26 (Málaga)”. *AAA/99*, III. Sevilla, pp. 479-489.
- PONSICH, M. (1974) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, Seville-Alcalá del Río-Lora del Río-Carmona*. Pub. de la Casa de Velázquez, serie Archéologie, fasc. II. París.
- PONSICH, M. (1979) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir, La Campana-Palma del Río*. Pub. de la Casa de Velázquez, fasc. III. París.
- PONSICH, M. (1991) – *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Pub. de la Casa de Velázquez, fasc. IV, sér. Archéologie XVI. París.
- RAMBLA TORRALVO, J. A. y MAYORGA MAYORGA, J. F. (1997) – “Hornos de época altoimperial en calle Carretería, Málaga”. *Figlinae Malacitanae*. Málaga, pp. 61-78.
- RAMON TORRES, J.; SÁEZ, A.; SÁEZ ROMERO, A. M. y MUÑOZ, A. (2007) – “El taller alfarero tardoarcaico de Camposoto”. *Monografías de Arqueología*, 26. Junta de Andalucía, Sevilla.
- RAMOS, A. y GARCÍA, E. (2004) – “El alfar romano de El Olivar (Chipiona, Cádiz). De la investigación arqueológica al contexto histórico”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 447-472.
- RECIO, A.; CABELLOS, J.; RAMOS, J. y MARTÍN, E. (1989) – “Un horno romano de fabricación de cerámica en Vélez-Málaga”. *Jábega*, 63. Málaga, pp. 21-24.
- REMESAL, J. (1977-1978) – “Economía oleícola bética: nuevas formas de análisis”. *AEA*, 50-51, pp. 87-142.
- REMESAL, J. (1997) – “Evergetismo en la Bética, un nuevo documento de un municipio ignoto (= ¿Oducia?)”. *Gerión*, 15, pp. 285-295.
- REMESAL, J. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Córdoba. Balance y perspectivas”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 349-362.
- ROCA, M. y FERNÁNDEZ, M. I. (coords.) (2005) – *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Universidad de Málaga.
- RODRÍGUEZ ALMEIDA, E. (1972) – “Novedades de epigrafía anforaria del Monte Testaccio”. *Recherches sur les amphores romaines*. Roma, pp. 107-242.
- RODRÍGUEZ OLIVA, P. (1997) – “Los hornos cerámicos del Faro de Torrox (Málaga)”. *Figlinae Malacitanae*. Málaga, pp. 271-303.
- ROMO SALAS, A. S. y VARGAS JIMÉNEZ, J. M. (2001) – “Aza-naque. Evidencias arqueológicas de un centro de producción anfórica”. *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Sevilla- Écija, 17-20 de diciembre de 1998. Vol. I, pp. 405-417.
- RUIZ, P. y SERRANO, B. (2009) – “La Cañada de Vargas (Torrenueva, Granada): un nuevo centro productor de ánforas en la costa oriental de Andalucía”. *Antiquitas*, 21, pp. 115-124.
- SÁEZ FERNÁNDEZ, P.; TINOCO MUÑOZ, J.; GARCÍA VARGAS, E. y GARCÍA-DILS DE LA VEGA, S. (2001) – “Excavación Arqueológica de Urgencia en el alfar romano de Las Delicias, Écija, Sevilla”. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1997, vol. III. Sevilla, pp. 562-575.
- SÁEZ ROMERO, A. M. (2008) – “La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)”. *BAR International Series*, 1812 (2 vols.). Oxford.
- SERRANO, E. (1979) – “Sigillata hispánica de los hornos de la Cartuja (Granada)”. *BSAA*, XLV, pp. 31-80.
- SERRANO, E. (1988) – “Excavaciones arqueológicas en el Cortijo El Castellón (Antequera, Málaga). Primera campaña 1985”. *AAA/85*, II. Sevilla, pp. 412-416.
- SERRANO, E. (2004) – “Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Málaga. Balance y perspectivas”. En D. Bernal y L. Lagóstena (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C.-VII d.C.)*. BAR International Series, 1266. Oxford, pp. 161-194.
- SERRANO, E.; ATENCIA, R. y RODRÍGUEZ, P. (1984) – “Un nuevo taller de sigillata en la Baetica: Alameda (Málaga)”. *Baetica*, pp. 171-184.
- SOTO, A.; COMPIAN, P. y SÁNCHEZ, J. (2004) – “Intervención arqueológica de urgencia en la finca de la Cizaña (Torremolinos, Málaga)”. *Anuario Arqueológico de Andalucía'2001*, Vol. III.2. Actividades de urgencia. Sevilla 2004, pp. 789-803.
- SOTOMAYOR, M. (1969) – “Hornos romanos de ánforas en Algeciras”. *X CNA*, pp. 389-399.
- SOTOMAYOR, M. (1970) – “Siete hornos de cerámica romana en Granada, con producción de sigillata”. *XI CNA* (Mérida 1968). Zaragoza, pp. 713-728.

- SOTOMAYOR, M. (1972) – “Andújar, centro de producción y exportación de sigillata a la Mauritania”. *NAH, Arqueología*, I. Madrid, pp. 263-289.
- SOTOMAYOR, M.; ROCA, M. y SOTOMAYOR, N. (1979) – “Los alfares romanos de Andújar. Campañas de 1974, 1975 y 1977”. *NAH, Arq.* 6. Madrid, pp. 443-497.
- STIRLING, L. (2006) – “Aspects of punic and roman kiln design in North Africa”. *L’Africa Romana*, XVI (Rabat, 15-19 diciembre 2004), IV. Roma, pp. 2405-2416.
- SUÁREZ PADILLA, J.; FERNÁNDEZ, L. E.; MAYORGA, J.; NAVARRO, I.; RAMBLA, J. A. y SALADO, J. B. (2001) – “Intervención arqueológica de urgencia en C/Almansa esquina C/Cerrojo (Málaga). Arrabal de Tabbarin”. *AAA/98*, III (2). Sevilla, pp. 465-471.
- SWAN, V. G. (1984) – *The pottery kilns of Roman Britain*. Royal Commission on Historical Monuments, Supplementary Series 5. Londres.
- VÁZQUEZ LABOURDETTE, A. (coord.) (2003) – *Arqueología y rehabilitación en el Parlamento de Andalucía. Investigaciones arqueológicas en el Antiguo Hospital de las Cinco Llagas de Sevilla*. Sevilla.
- VÁZQUEZ PAZ, J. (2012) – “Producción de lucernas altoimperiales en *Hispalis*: el taller de la plaza de la Encarnación de Sevilla”. En D. Bernal y A. Ribera (eds.). *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz, pp. 309-323 (*Monografías de Historia y Arte*).
- VÁZQUEZ, J. y HUNT, M. A. (2011) – “Yacimiento SE-B. Primera fase romana”. En M. A. Hunt (ed.). *Intervenciones Arqueológicas en el Área del Proyecto Minero Cobre Las Cruces (1996-2011). De la Prehistoria a la Época Contemporánea (Provincia de Sevilla, España)* –capítulo 6. La época romana en el área del proyecto minero Cobre Las Cruces. Fundación Cobre las Cruces, pp. 74-76.
- VILLASECA DÍAZ, F. e HIRALDO AGUILERA, R. F. (1993) – “Excavaciones de urgencia en el yacimiento romano de la finca El Secretario, Fuengirola, Málaga”. *AAA/91*, pp. 385-388.

Produção de Ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia

Ensaio de caracterização de um novo tipo: Algarve 1

Carlos Fabião	Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / UNIARQ (cfabiao@campus.ul.pt).
Rui Roberto de Almeida	Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa / UNIARQ (rui.dealmeida@gmail.com).
Sandra Brazuna	Era Arqueologia S. A. (sandrabrazuna@era-arqueologia.pt)
Iola Filipe	Era Arqueologia S. A. (iolafilipe@era-arqueologia.pt)

Texto revisto em Maio de 2017.

Resumo

Apresenta-se a informação disponível sobre a produção de ânforas na Antiguidade Tardia no local onde hoje se ergue a cidade de Lagos. Nos séculos V-VI d.C., fabricaram-se em Lagos ânforas do tipo Almagro 51c e de uma forma próxima do que usualmente se chama tipo Almagro 51a-b.

Analisando esta última ânfora, os autores entendem dever ser considerada um tipo distinto, para o qual se propõe a designação de Algarve 1.

Descreve-se detalhadamente a forma, conhecida em dois módulos distintos, fabricada em diferentes olarias do Algarve (Martinhal, Lagos, S. João da Venda), presumivelmente, usada no transporte de preparados de peixe e exportada para as regiões meridionais da Península Ibérica e Mediterrâneo, nos séculos V e primeira metade do VI d.C.

Palavras-chave: Ânforas, Algarve, Lusitânia, Antiguidade Tardia.

Abstract

The paper presents the available data on Roman amphorae production in the area of nowadays city of Lagos (Algarve, Portugal). In Late Antiquity, Fifth to Sixth centuries, amphorae from Almagro's 51c type and other similar to that one usually called Almagro 51a-b were produced.

A detailed analysis of morphological features of the later one allows the proposal of a new amphora type called Algarve 1, also produced in other kiln centres of the region, such as Martinhal (Sagres), Lagos and S. João da Venda (Loulé).

A detailed description of Algarve 1 morphology suggests the existence of two different modules for this container used to transport fish sauces and exported to the Southern and Eastern areas of the Iberian Peninsula and probably also to other Mediterranean areas in Late Antiquity.

Key words: Amphorae, Algarve, Lusitania, Late Antiquity.

Produção de Ânforas em Lagos na Antiguidade Tardia

Ensaio de caracterização de um novo tipo: Algarve 1

Carlos Fabião Centro de Arqueologia da Faculdade de
Letras da Universidade de Lisboa / UNIARQ
(cfabiao@campus.ul.pt).

Rui Roberto de Almeida Centro de Arqueologia da Faculdade de
Letras da Universidade de Lisboa / UNIARQ
(rui.dealmeida@gmail.com).

Sandra Brazuna Era Arqueologia S. A.
(sandrabrazuna@era-arqueologia.pt)

Iola Filipe Era Arqueologia S. A.
(iolafilipe@era-arqueologia.pt)

Texto revisto em Maio de 2017.

Nota prévia

No âmbito da organização do Seminário Internacional *A Olaria Romana*, verificámos a inscrição de duas comunicações que versavam sobre o mesmo tema: a produção de ânforas em Lagos e a caracterização de uma forma concreta da Antiguidade Tardia.

O trabalho de um dos autores (RRA) ocupava-se das provas indirectas de uma produção local de ânforas, deduzidas a partir do registo arqueológico do complexo de produção de preparados de peixe da rua Silva Lopes (CNS 3087), uma intervenção arqueológica de contrato realizada por Ana Cristina Ramos e Rui Roberto de Almeida (RAMOS e ALMEIDA, 2005; RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006; RAMOS *et al.*, 2007).

O outro (CF, SB e IF) apresentava as provas indirectas da produção de ânforas, baseadas na identificação de materiais queimados (embora em nenhum caso deformado), de potentes níveis arqueológicos de cinzas e carvões, observados no decurso de uma intervenção de arqueologia de contrato realizada pela

empresa Era-Arqueologia SA na cidade de Lagos, dirigida por duas das signatárias (SB e IF), tendo outro signatário (CF) como consultor científico, particularmente, na Sondagem 14 e Caixa de Visita 7, no eixo da rua Silva Lopes, não muito longe do local onde se escavou a oficina de produção de preparados de peixe. Refira-se ainda a existência de informações orais sobre o suposto aparecimento de fornos na área, realizadas no passado, em circunstâncias não controladas de um ponto de vista arqueológico (FILIPE e BRAZUNA, 2008a e 2008b; FILIPE, BRAZUNA e FABIÃO, 2010; FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010).

As formas identificadas eram basicamente as mesmas, as provas recolhidas, embora indirectas, parecem suficientemente robustas, consistentes e coerentes. Remetiam, por um lado, para o ambiente produtivo, pelas notícias orais (de valor sempre duvidoso, mas que associamos aos níveis de cinzas e carvões e aos exemplares queimados, directamente observados e

registados), por outro, para a funcionalidade dos contentores: transporte de preparados de peixe, processados em unidades locais, como a identificada na rua Silva Lopes.

Assim, pareceu-nos não fazer qualquer sentido a apresentação de duas comunicações distintas, mas antes de reunir a informação de ambas e procurar expô-la conjuntamente.

1. Antecedentes

O conhecimento de vestígios romanos no subsolo da área urbana de Lagos é já antigo (VEIGA, 1910), sendo também antigas as recolhas de ânforas na cidade (SANTOS, 1971: 116-119; PARKER, 1977: 39). Chegou mesmo a ser sugerida a existência de uma produção local de ânforas de uma forma semelhante à Beltrán IIb (BELTRÁN LLORIS, 1990: 224), ao que parece um equívoco relacionado com a observação de exemplares do tipo Keay XVI de recolha local, conservados no Museu de Lagos, que A. Parker valorizou particularmente (PARKER, 1977: 39).

Em época recente, infelizmente, antes do quadro legal que impôs a realização de trabalhos de minimização de impactes patrimoniais no subsolo das cidades históricas, no decurso da renovação urbana, multiplicaram-se as notícias sobre realidades arqueológicas ocasionalmente observadas, bem como algumas recolhas mais ou menos aleatórias de materiais. Sirva de exemplo esta pequena notícia da imprensa generalista, que tem a vantagem de estar publicada, não pertencendo por isso ao registo das informações orais, sempre dependentes da memória selectiva do informador: *“No decurso dos trabalhos efectuados na R. Silva Lopes, em Lagos, para estabelecimento dos cabos condutores para a rede telefónica a determinar com a nova estação dos CTT, os trabalhadores fizeram surgir várias pequenas ânforas, pedaços de uma coluna de pedra, fragmentos de cerâmica e tijolos de origem romana”*, notícia publicada em Janeiro de 1970 no *Jornal do Algarve* e reproduzida na secção de notícias de *O Arqueólogo Português* (NOTÍCIAS, 1970). Pode dizer-se que, para além desta, existem muitas outras informações orais sobre achados análogos, que vêm sendo corroboradas pelas recentes intervenções arqueológicas (RAMOS e ALMEIDA, 2005; RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006; ARRUDA, 2007;

RAMOS, 2008; SERRA e DIOGO, 2008; FILIPE, BRAZUNA e FABIÃO, 2010).

Naturalmente, as palavras-chave da notícia sobre os vestígios lacobrigenses são: R. Silva Lopes, pequenas ânforas, origem romana, ou seja, tudo aquilo que os nossos trabalhos vieram confirmar.

2. O complexo de produção de preparados de peixe da rua Silva Lopes (CNS 3087) e a sua envolvente

Na intervenção arqueológica realizada na área dos imóveis com os números 4 a 8 da rua Silva Lopes, de entre vários vestígios documentados, pertencentes a distintos períodos, identificou-se parte de um complexo industrial de época romana, destinado à produção de preparados de peixe, que incluía pelo menos três unidades produtoras, com fiadas de cetárias em torno de espaços centrais (pátios), integradas num complexo de maiores dimensões, que se desenvolvia seguramente sob os actuais edifícios números 2 e 2a da rua Silva Lopes e, muito possivelmente, também debaixo do actual n.º 105 da rua 25 de Abril; contudo, não se pode excluir a hipótese de os vestígios anteriormente aí encontrados poderem pertencer a outro complexo de características análogas.

Do complexo, foi escavada sobretudo uma das unidades, que constitui o particular objecto da nossa atenção, não nos seus aspectos genéricos, já sobejamente tratados em outros lugares (RAMOS e ALMEIDA, 2005; RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006; RAMOS *et al.*, 2007), mas no que respeita às ânforas ali encontradas e respectivos contextos arqueológicos. O período de funcionamento do complexo de produção, a sua utilização / laboração, está compreendido entre um momento impreciso que pode remontar à segunda metade do século I, ou aos meados do II d.C., e os meados do século VI.

Para o tema que aqui interessa, a evidência de uma produção de ânforas, a etapa relevante é a que se estende desde o final da Fase I, momento da reestruturação e entulhamento parcial do complexo de cetárias, em inícios / meados do século V, e o da Fase II, o período decorrente entre os meados do século V e o abandono definitivo da fábrica em meados do VI d.C. (RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006; RAMOS *et al.*, 2007).

(continua na pág. 181)

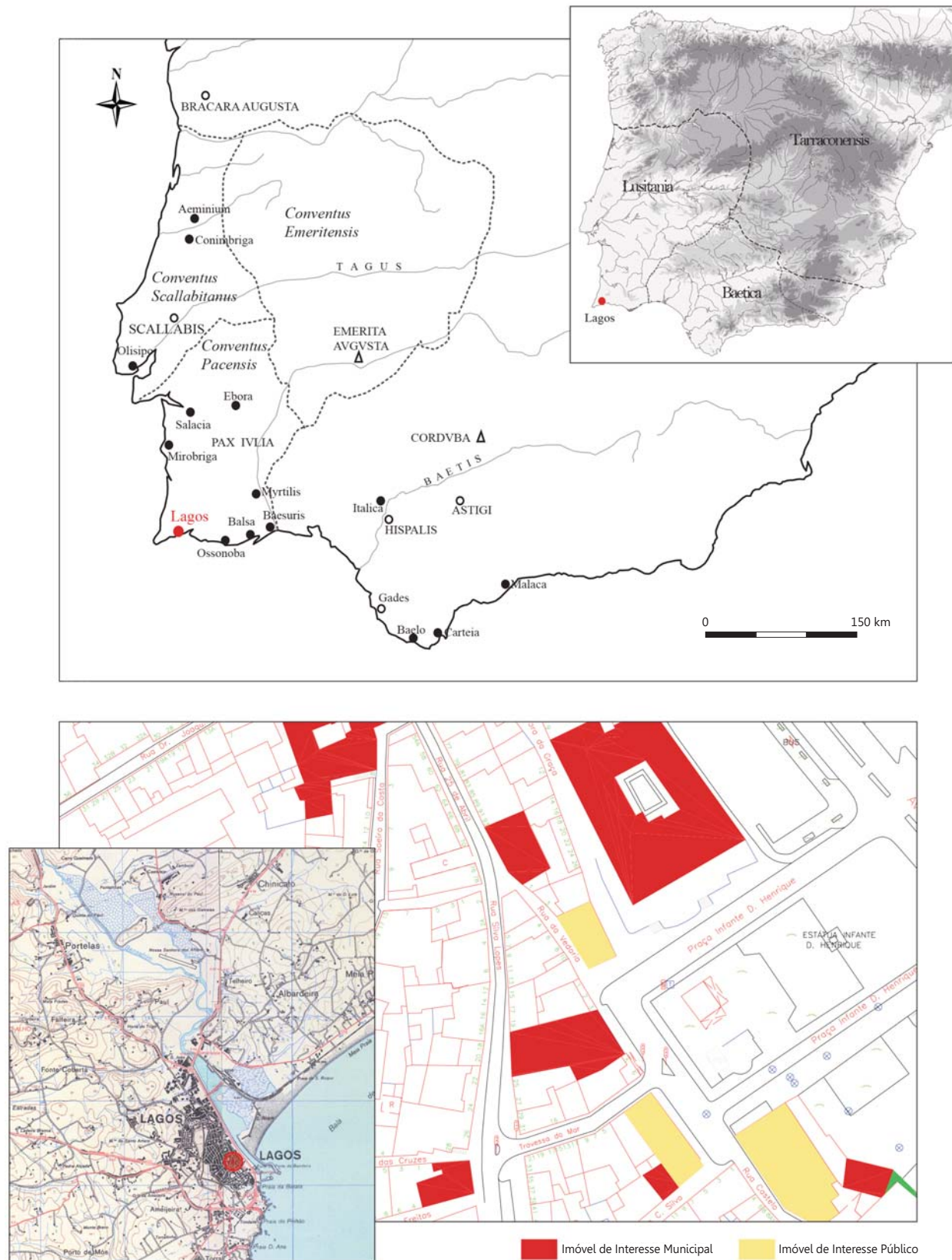
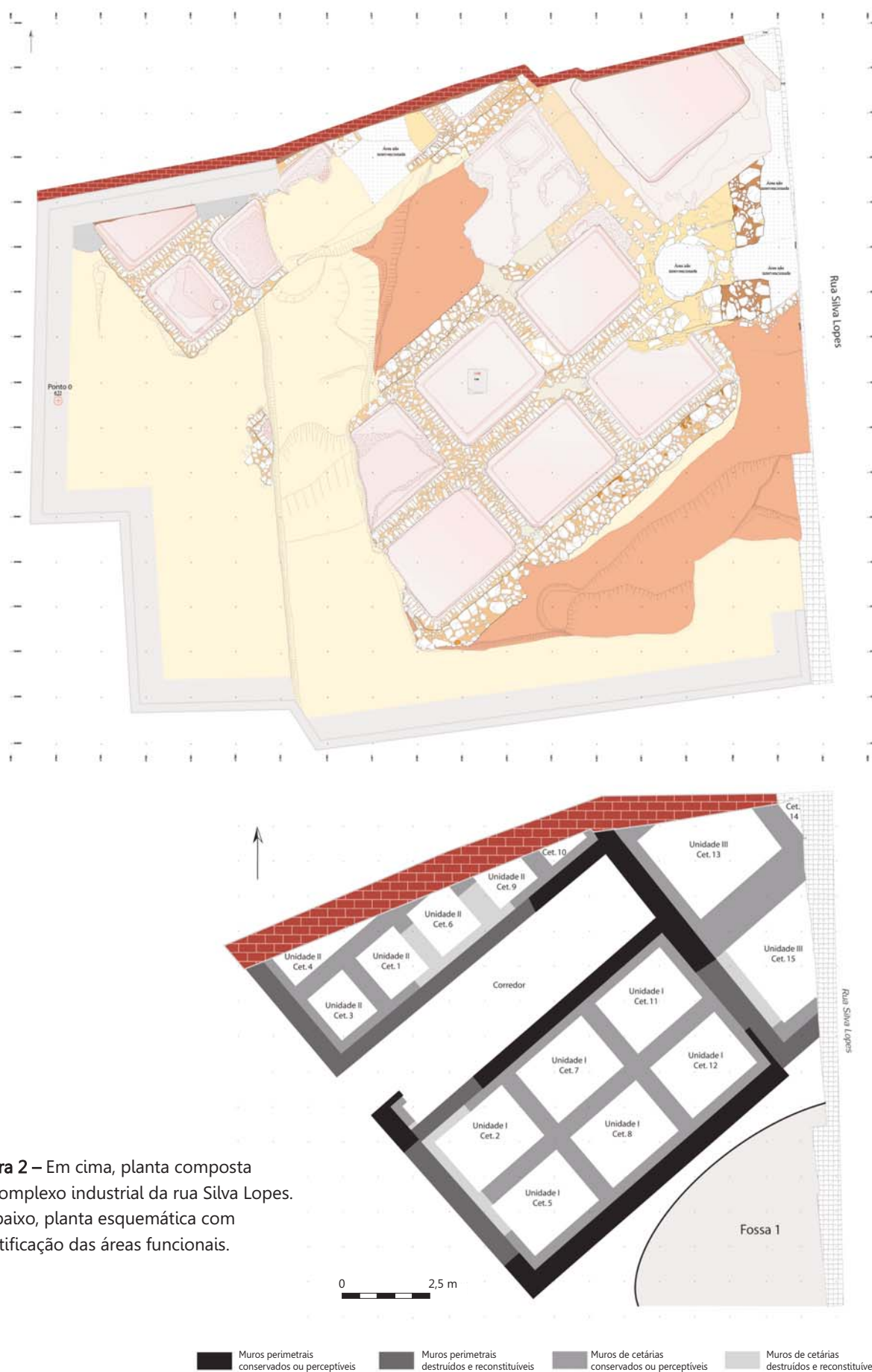


Figura 1 – Em cima, localização da actual cidade de Lagos na *Hispania* (base: Carte, 1990, modificado). Em baixo, à esquerda, na *Carta Militar de Portugal* 1: 25000; à direita, localização aproximada da área dos achados na planta do Centro Histórico de Lagos (base cartográfica: Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Lagos, 2002, adaptado).



(continuação da pág. 178)

Desde logo, a cronologia da fase final de funcionamento da unidade surpreendia, por tão tardia. Mas, para lá do âmbito cronológico que demonstrava sem lugar para dúvidas a presença / utilização de ânforas, destinadas a envasar os preparados de peixe ali produzidos, a identificação de fragmentos com deformações (RAMOS, ALMEIDA e LAÇO; 2006: 91), outros sobrecozidos e algumas trempes (*IDEM*: 94 e fig. 15, n.º 4) (Fig. 3), habituais indicadores da presença de uma produção local de ânforas, sugeria fortemente a possibilidade de existir nas proximidades uma olaria. Interessante e particularmente expressivo era o caso da cetária 12, abandonada e entulhada em torno a meados do século V, em cujo interior se recolheu um conjunto de várias dezenas de ânforas (Fig. 4), que então se classificaram como assimiláveis à forma Almagro 51a-b (Fig. 5), na sua maior parte completas, embora partidas em conexão, dispostas em pelo menos duas fiadas, apresentando várias delas evidentes deficiências de cozedura, mas ao contrário dos exemplos acima aludidos por aparente insuficiência de cozedura, parecendo tratar-se de um lote rejeitado justamente por essa deficiente cozedura. Neste depósito, era evidente o predomínio da chamada forma Almagro 51a-b, bem como a fraca expressão das ânforas do tipo Almagro 51c. Em um primeiro momento considerou-se que poderia tratar-se de uma particularidade da amostra disponível, em virtude do grande número de exemplares do primeiro tipo que, literalmente, entulharam grande parte da cetária 12, mas a escavação das restantes cetárias do complexo da rua Silva Lopes veio confirmar esta tendência, verificada em todos os contextos datados entre os inícios do século V e a primeira metade do VI d.C.



Figuras 4 e 5 – Lagos, rua Silva Lopes, cetária 12 (meados do século V d.C.).

Em cima, aspecto do entulhamento da cetária.
Em baixo, detalhe de uma das ânforas aí identificadas.



Figura 3 – Lagos, rua Silva Lopes. Fragmentos deformados de cerâmicas de construção, fragmentos sobrecozidos e trempes (segundo RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006).

Assim, embora não tivesse sido possível identificar com segurança a localização do(s) forno(s), o conjunto dos elementos recenseados era suficiente para sustentar a ideia de uma produção local de contentores destinada ao envasamento dos produtos piscícolas elaborados nas unidades de produção instaladas naquela zona da cidade.

Acrescente-se que outras intervenções, de maior ou menor fôlego, realizadas na envolvente têm fornecido mais dados de natureza similar, o que faz supor que a área apresentaria uma concentração de unidades de produção de preparados de peixe, aparentemente integrada em espaço urbano, uma vez que vários outros dados apontam claramente para a existência de áreas residenciais com evidentes sinais de riqueza: fragmentos de mosaicos, *tes-selae* e mármore, para além de um mais amplo acervo de material de construção e elementos móveis, designadamente cerâmicas finas de grande circulação, cerâmicas comuns, etc. (ARRUDA, 2007; RAMOS, 2008; SERRA e DIOGO, 2008; FILIPE, BRAZUNA e FABIÃO, 2010).

3. Os eixos viários actuais e a possível área de forno(s)

Para além de algumas notícias difusas sobre a existência de fornos na zona meridional da rua Silva Lopes, na intervenção realizada no âmbito do Projecto URBCOM (Fig. 6), na Sondagem 14 e na Caixa de Visita 7, dos trabalhos realizados naquela rua, foi identificado um depósito de elevada potência estratigráfica

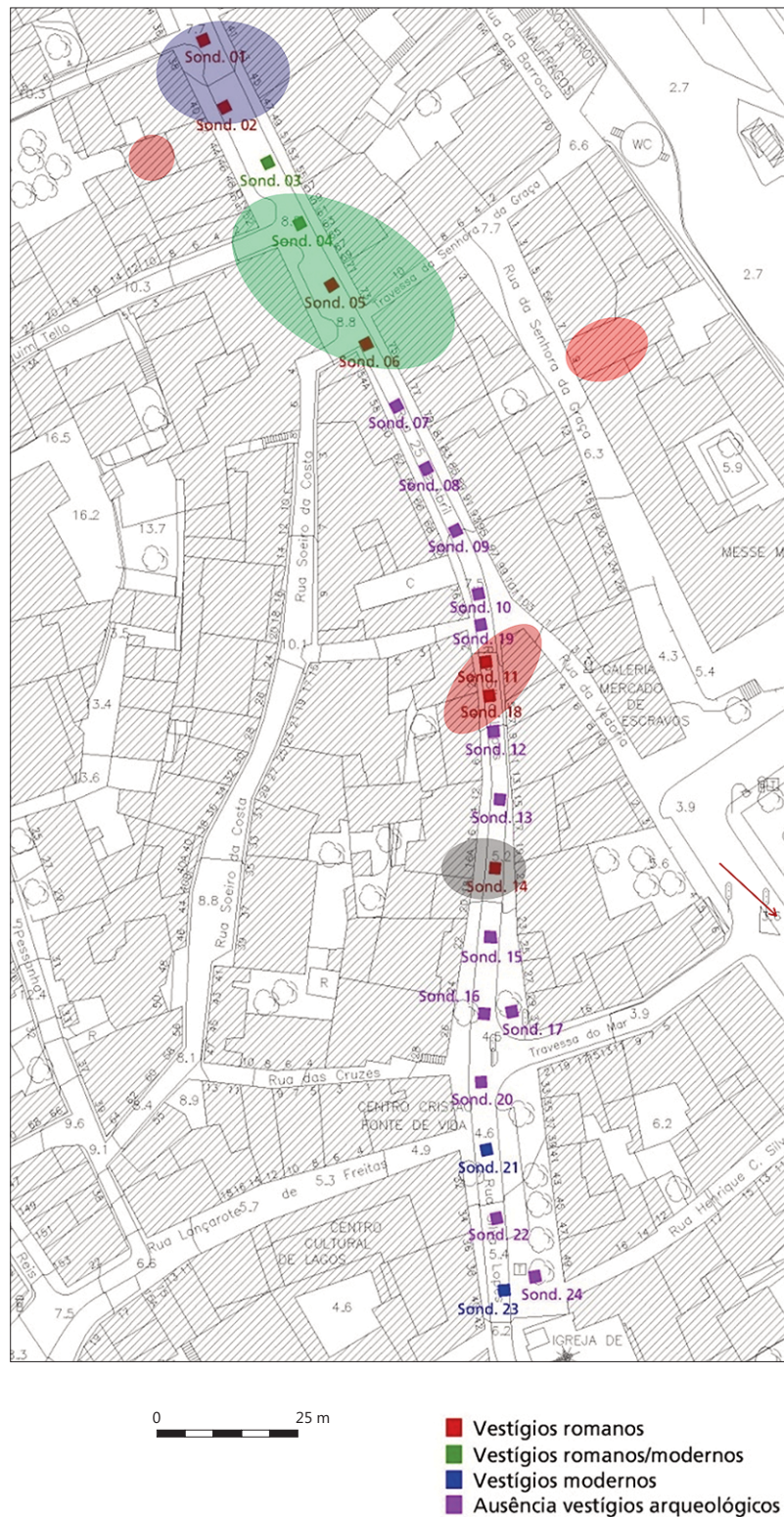


Figura 6 – Planta esquemática do centro da cidade da Lagos com as áreas de intervenção no âmbito do projecto URBCOM e respectivos resultados.



Figura 7 – Perfil Oeste da Sondagem 14, com os depósitos de despejo relacionáveis com forno(s) cerâmico(s) em primeiro plano.

com grande abundância de cinzas e carvões (Fig. 7) e a presença muito frequente de fragmentos de ânfora com indícios claros de terem sido sujeitos a altas temperaturas, que sugerem tratar-se de área de despejos relacionada com forno(s) cerâmico(s) (Fig. 8). De facto, este depósito localiza-se próximo da área onde se encontra referenciado, por várias notícias orais, o achado de um forno, presumivelmente de época romana (FILIPE e BRAZUNA, 2008a e 2008b; FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010).

De um ponto de vista topográfico, verifica-se que ao longo da actual rua Silva Lopes se observa a Norte um conjunto de indicadores da presença de áreas residenciais (RAMOS e ALMEIDA, 2005; FILIPE, BRAZUNA e FABIÃO, 2010), depois, os indícios da presença de unidades de produção de preparados de peixe (RAMOS e ALMEIDA, 2005; RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006; RAMOS, 2008) e, finalmente, a área com os vestígios da olaria (FILIPE, BRAZUNA e FABIÃO, 2010; FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010).

4. As produções locais: caracterização

Nos locais referidos, verificou-se a presença de exemplares da forma Almagro 51c, mas sobretudo de outros usualmente classificados como Almagro 51a-b de fabrico local, em número incomparavelmente superior, que pensamos serem merecedores de uma classificação específica (FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010). Estes fragmentos patenteavam duas características relevantes: vestígios de terem sido sujeitos a altas temperaturas, com fissuras e deformações, bem como uma relativa uniformidade morfológica. O fabrico, quer de uns quer de outros, apresenta singularidades, como a presença frequente de elementos calcários e de conchas / fósseis marinhos, para além

Figura 8 – Ânforas Almagro 51c (à esquerda) e Algarve 1 (à direita) recolhidas nos depósitos de despejo.



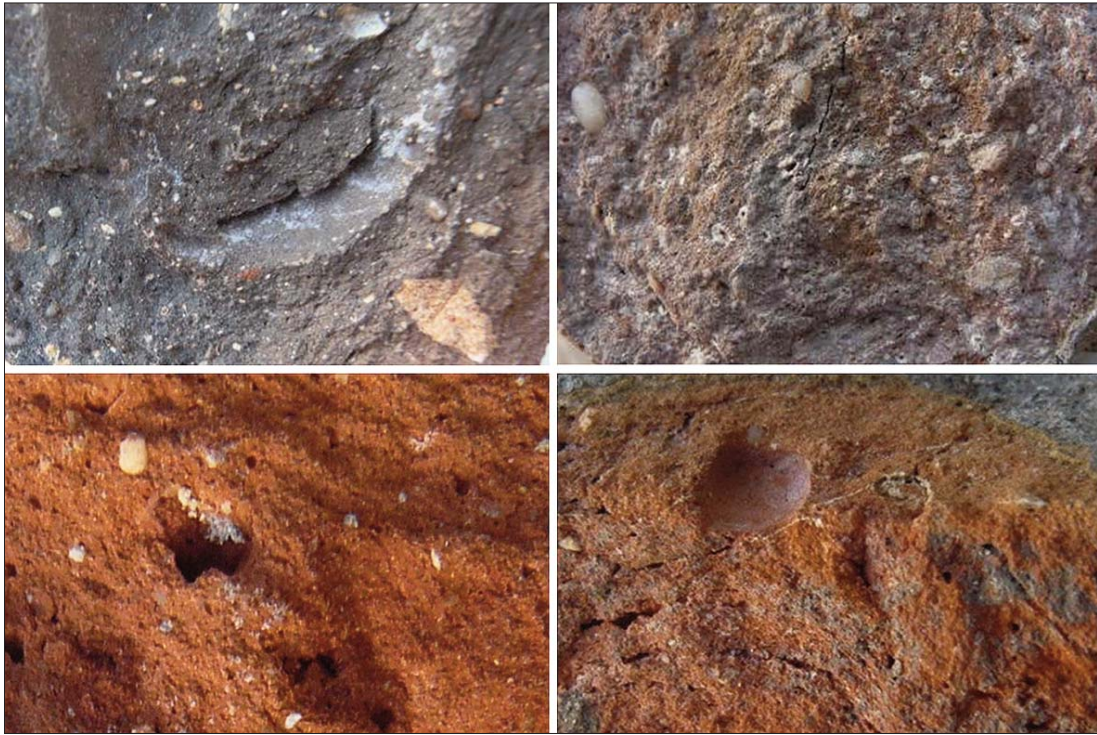


Figura 9 – Detalhes das pastas dos fragmentos recolhidos nos depósitos de despejo identificados nas sondagens da rua Silva Lopes, no âmbito do projecto URBCOM.

de grânulos de quartzo e “chamota” (Fig. 9). Assinala-se que, no âmbito das intervenções realizadas nas ruas Silva Lopes e 25 de Abril, foram igualmente recolhidos fragmentos de ânforas destes tipos (Fig. 10), algumas delas com distintas características de pasta / fabrico, presumivelmente oriundas do centro oleiro do Martinhal, Sagres.

A produção local de ânforas do tipo Almagro 51c parece ter sido pouco expressiva, pela escassez de elementos recolhidos, embora vários apresentem sinais de cozedura excessiva. Os escassos fragmentos de bordos, asas e fundos recolhidos apresentam perfis,

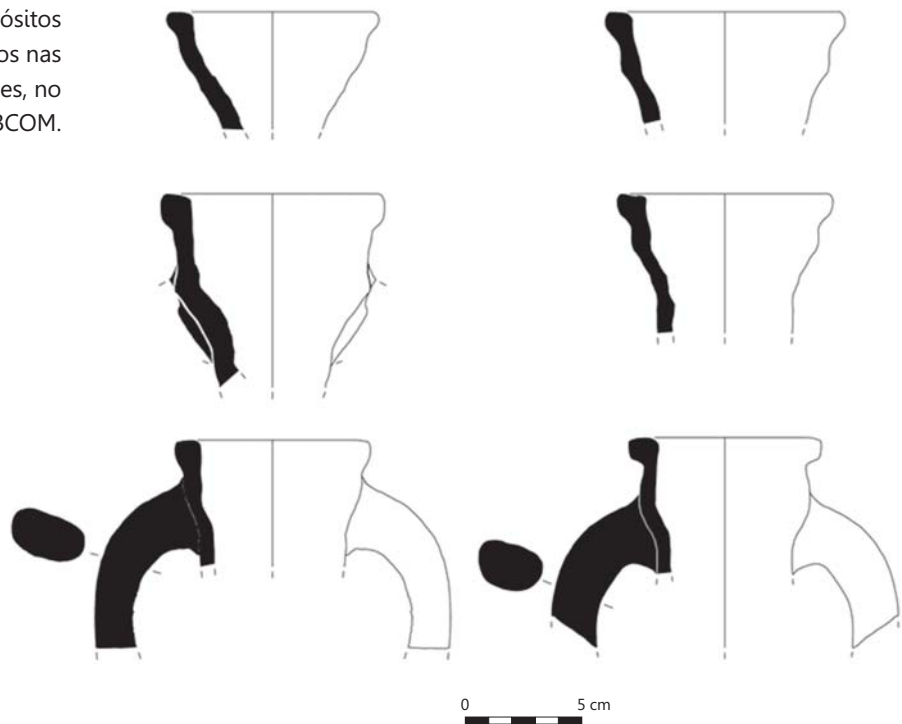


Figura 10 – Fragmentos de bordos do tipo Algarve 1 recolhidos nos depósitos de despejo identificados nas sondagens da rua Silva Lopes, no âmbito do projecto URBCOM (segundo FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010: fig. 1).

métrica e detalhes morfológicos bastante homogêneos, em tudo análogos aos documentados em outras olarias conhecidas no Algarve ocidental e central, concretamente no Martinhal (SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990; BERNARDES *et al.*, 2013) ou Quinta do Lago (FABIÃO e ARRUDA, 1990), para referir apenas os melhor conhecidos, ou até mesmo aos das suas congêneres produzidas nos vales do Tejo e do Sado. Caracterizam-se por lábios de secção circular ou subcircular / arredondada, muito raramente triangular, sob o qual ou do qual arrancam as finas asas, de secção ovalada, com um ou dois sulcos não muito pronunciados que as percorrem longitudinalmente (veja-se também VIEGAS, 2016). De forma recorrente, a estes bordos e asas parecem estar associados fundos pequenos e tendencialmente cilíndricos ou subcilíndricos, com ou sem preenchimento de argila (Fig. 8), razões pelas quais não constituem particular objecto de análise no presente trabalho.

Diferente é o caso do outro tipo, da outra ânfora aqui documentada. Trata-se de uma forma morfológicamente mal caracterizada, pelo estado fragmentado da maioria dos exemplares conhecidos, designadamente nas olarias de S. João da Venda (FABIÃO e ARRUDA, 1990) e Martinhal (RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010), excepção feita ao exemplar da Fuzeta, publicado por J. M. MASCARENHAS (1974), depositado no Museu Paroquial de Moncarapacho, utilizado por A. M. Dias Diogo para ilustrar o seu tipo Lusitano 7 (DIOGO, 1987) ou Almagro 51a-b, como mais habitualmente é designado. A observação detalhada dos exemplares recolhidos no âmbito das intervenções do Projecto URBCOM e, sobretudo, uma avaliação mais cuidada dos critérios subjacentes à constituição do chamado tipo Almagro 51a-b e aos seus desdobramentos posteriores, levou alguns de nós a propor uma nova classificação para estas ânforas – **Algarve 1** (FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010) (Fig. 11).

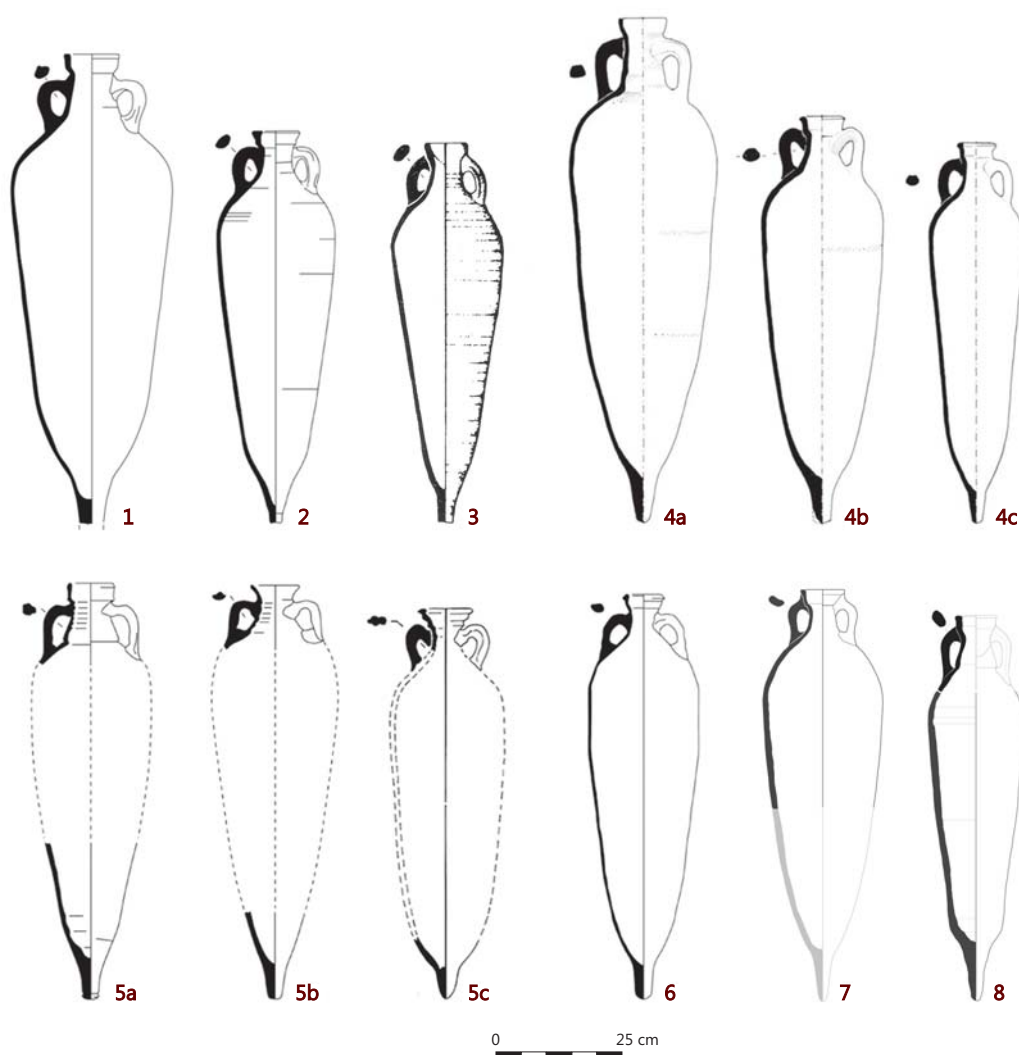


Figura 11 – Comparação entre as ânforas Keay XIX, Almagro 51a-b e Algarve 1.

1. Keay XIXc (segundo KEAY, 1984: fig. 22.10); 2. Keay XXI (segundo KEAY, 1984: fig. 22.2); 3. Keay XXIII bis (segundo KEAY, 1984: fig. 22.7); 4. Keay XIX / Almagro 51a-b do naufrágio de Sud-Lavezzi 1 (segundo LIOU, 1982: fig. 1.3, 1.4 e 1.2, respectivamente); 5. Almagro 51a-b do Pinheiro (segundo MAYET e SILVA 1998: fig. 78.3-4 e fig. 131.1, respectivamente); 6. Lusitana 7 (= Almagro 51a-b) (segundo DIOGO, 1987: 189, fig. 5.7); 7. Algarve 1 de Lagos; 8. Algarve 1 do Martinhal (segundo RAMOS, FERREIRA e NUNES 2010: fig. 15.1; BERNARDES *et al.*, 2013: 233, fig. 8.5, modificado).

A possibilidade de trabalhar esta proposta com um acervo de materiais mais robusto, nomeadamente os recolhidos no complexo de produção de preparados de peixe da rua Silva Lopes, e de alargar o quadro de referência e comparação, leva-nos a propor aqui uma mais detalhada análise e caracterização do tipo.

Pensamos ter ficado devidamente demonstrada a produção desta morfologia em outras olarias algarvias, que não somente em Lagos, pelo que mantemos a denominação de **Algarve 1** para estas ânforas.

Consideramos que este contentor constitui um tipo de características próprias, com detalhes morfológicos e técnicos particulares, cujo reconhecimento permite de forma clara a sua identificação. Sublinhe-se que a proposta aqui apresentada não se limita à valorização de um ou outro detalhe formal, mas antes à consideração global da conjugação de vários atributos que, possibilitando a caracterização do tipo, permite também identificar a sua presença, mesmo quando reduzido a fragmentos de menor expressão.

A análise sistemática que ensaiamos sobre exemplares publicados, em fase de estudo ou depositados em diferentes instituições, muitos procedentes de contextos de olaria ou de lugares de produção de preparados de peixe, mas também de simples lugares de consumo, permite-nos avançar desde já com a proposta que agora se apresenta, no que se refere aos seus principais atributos (Fig. 12); naturalmente, conscientes de que poderá não ser ainda esta a imagem global definitiva do tipo, muito embora se baseie numa amostra a que reconhecemos validade estatística. Assinale-se o que parece claramente ser a existência de dois módulos volumétricos distintos. As medidas obtidas em vários corpos e em vários metades ou terços superiores das ânforas, bem como em partes inferiores, permitem reconhecer perfeitamente duas medidas distintas, que denominamos *módulo normal* e *módulo pequeno* (Fig. 12).

Ao nível do bordo, uma das partes usualmente mais valorizadas como elemento de diagnóstico, esta forma produzida em Lagos (e em outros locais do Algarve) afasta-se claramente do tipo bético denominado Keay XIX, sistematizado por S. Keay (1984), e do(s) tipo(s) produzido(s) no vale do Sado e classificados como Almagro 51a-b (MAYET e SILVA, 1998; PINTO e MAGALHÃES, 2016) – nas olarias do vale do Tejo, a

outra das grandes áreas produtoras de ânforas da Lusitânia, não se documentou até à data o fabrico de contentores com esta morfologia, nem de qualquer outra vagamente aparentada. O bordo da **Algarve 1** apresenta uma característica fisionomia em forma de colarinho, com um lábio em fita que se destaca claramente do corpo mediante uma marcada inflexão, com diâmetros compreendidos entre os 8 e os 9 cm. Os de menor abertura parecem estar diretamente relacionados com o *módulo pequeno*.

O lábio da ânfora que denominamos **Algarve 1** pode considerar-se alto, entre 2,5 e 4 cm, tendencialmente vertical ou subvertical, com a face interna acentuadamente côncava, mostrando a sua face externa um perfil convexo-côncavo com um frequente espessamento, mais ou menos evidente, na sua parte superior. Menos frequentes são os exemplares com espessamento interno ou com o lábio biselado e projectado para o exterior, quase exvasado, de que apenas se conhecem alguns exemplares em São João da Venda (Fig. 13). Contudo, como sempre acontece quando ensaiamos a caracterização de contentores cerâmicos, podemos questionar a real validade tipológica destes detalhes, sobretudo quando verificados nas entulheiras das olarias. O que supomos ser “variante” pode simplesmente resultar dos acasos e acidentes do processo produtivo corrente.

Também no colo se observam manifestas diferenças relativamente ao tipo bético Keay XIX e ao tipo Almagro 51a-b do vale do Sado. Este apresenta-se bitroncocónico, com uma altura variável entre 7-9 cm, desde o ressalto para o bordo até à base das asas, a partir das quais descreve uma suave curva ao encontro do corpo da peça. É claramente mais comprido e estilizado que o dos outros dois tipos referidos (Fig. 14).

Nas asas, a ânfora **Algarve 1** regista igualmente aspectos diferenciados dos conhecidos nos tipos Keay XIX béticos e Almagro 51a-b sadinos. A asa da forma em apreço arranca de maneira horizontal desde a base do bordo e fixando-se nele, descrevendo depois uma inflexão próxima dos 90 graus, caindo praticamente a direito até fixar-se no ombro, com um comprimento oscilando entre os 8,5 e os 12 cm. A secção é maioritariamente ovalada / elíptica, com uma largura entre 2,5-3,5 cm e uma espessura de 2-2,5 cm.

(continua na pág. 189)

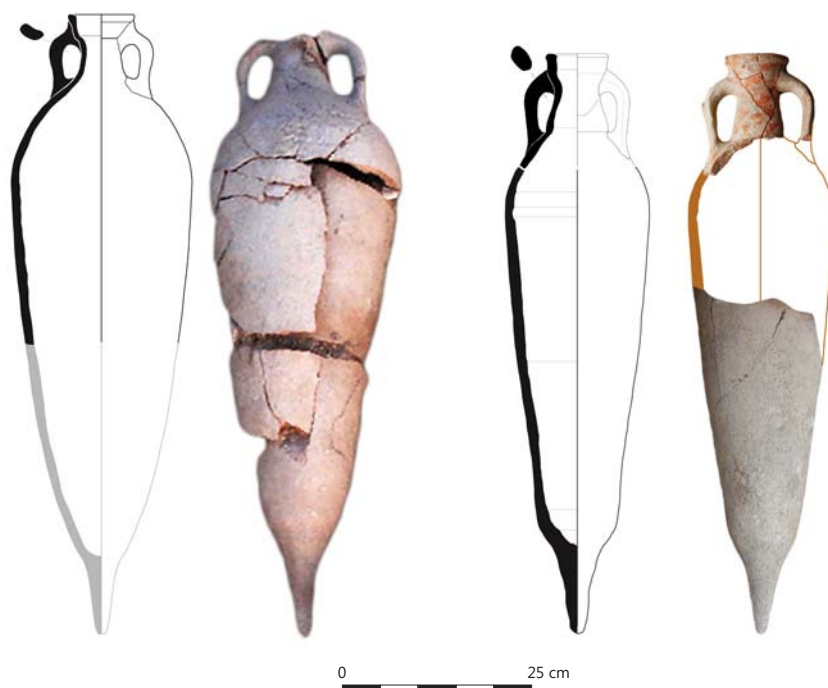
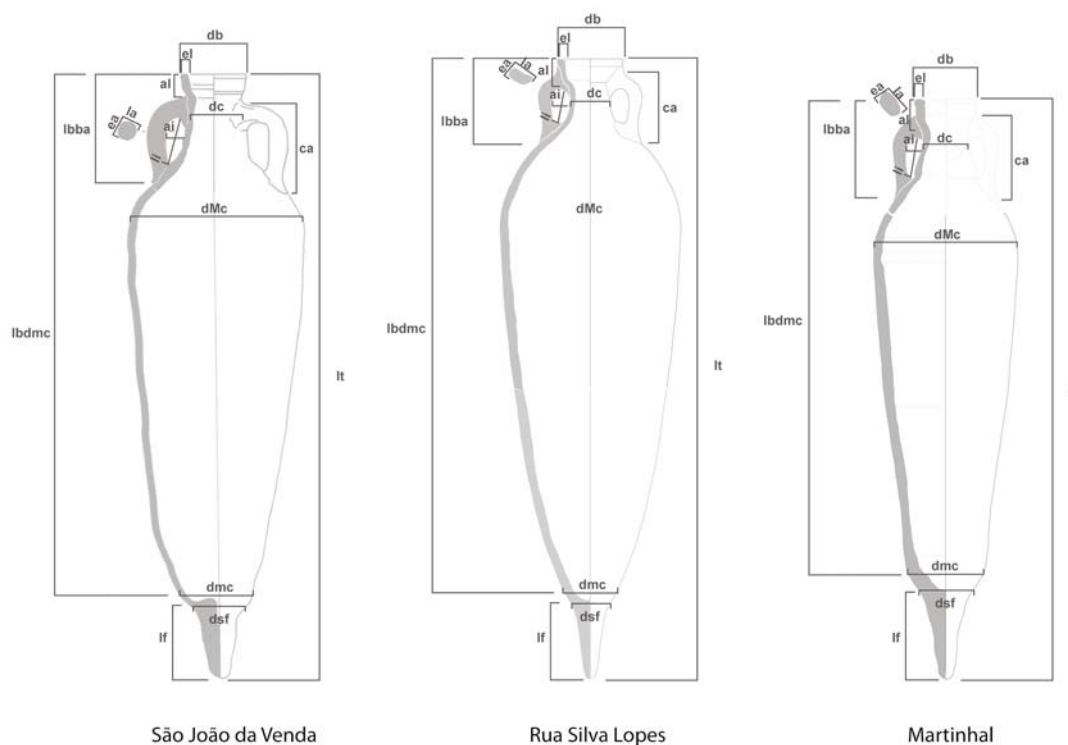


Figura 12 – Ânfora Algarve 1. Reconstituição proposta e esquema de medidas.

Em cima, da esquerda para a direita: exemplar reconstituído da fábrica da rua Silva Lopes; peça recuperada no Martinhal (a partir de foto cedida pela empresa Palimpsesto, Lda); exemplar reconstituído a partir de fragmentos do Martinhal (terço superior segundo RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010: fig. 15.1; corpo segundo BERNARDES *et al.*, 2013: 233, fig. 8.5); reconstituição fotográfica (terço superior: foto cedida pela empresa Palimpsesto, Lda do fragmento publicado em RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010: fig. 15.1; corpo: foto de Cristina Ramos e Rui R. de Almeida de um exemplar da fábrica da rua Silva Lopes, Lagos).



Em baixo, esquema analítico do tipo Algarve 1 (São João da Venda, proposta com base em FABIÃO e ARRUDA, 1990, modificado; Rua Silva Lopes, proposta com base em RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006 e ARRUDA, 2007, modificado; Martinhal, proposta com base em BERNARDES *et al.*, 2013 e RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010).

Esquema de Medidas (módulo normal / módulo pequeno)

Diâmetro do bordo (db): 8,5 - 9 cm / 8 cm
Espessura do lábio (el): 1 - 1,5 cm
Altura do lábio (al): 2,5 - 4 cm
Comprimento da asa (ca): 8,5 - 12 cm
Largura da asa (la): 2,5 - 3,5 cm
Espessura da asa (ea): 2 - 2,5 cm
Diâmetro do colo (dc): 5 - 6 cm
Largura inter-ansal (ai): 2 - 2,5 cm

Longitude inter-ansal (li): 4,5 - 6 cm
Longitude bordo-base da asa (lbba): 11,5 - 14 cm
Diâmetro máximo do corpo (dMc): 24 cm / 18 cm
Diâmetro mínimo do corpo (dmc): 10 cm
Longitude bordo-diâmetro mínimo do corpo (lbdmc): 70 cm / 60 cm
Diâmetro superior do fundo (dsf): 7 - 8 cm
Longitude do fundo (lf): 10 - 11 cm
Longitude total (lc): 80 - 85 cm / 70 - 75 cm

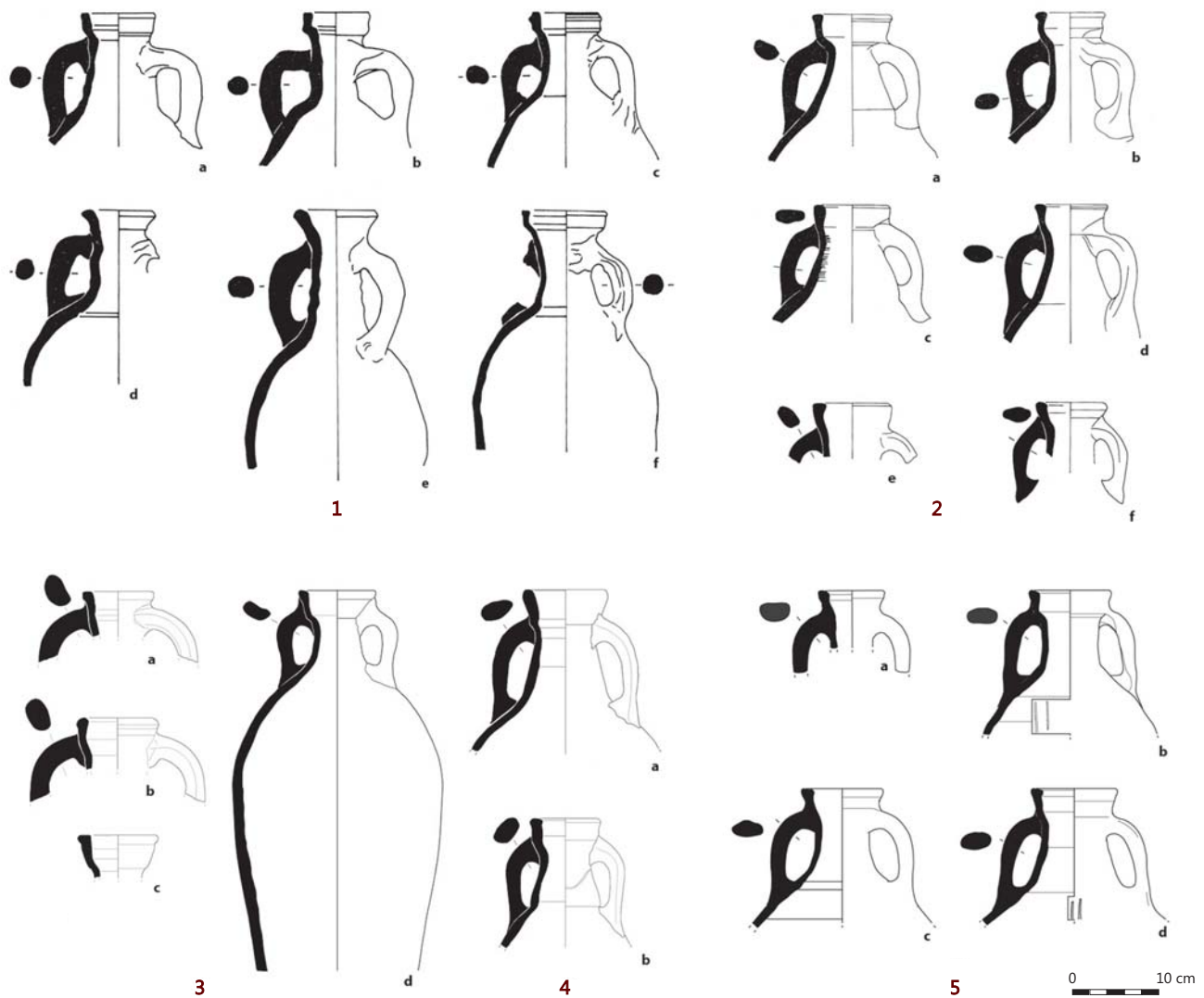
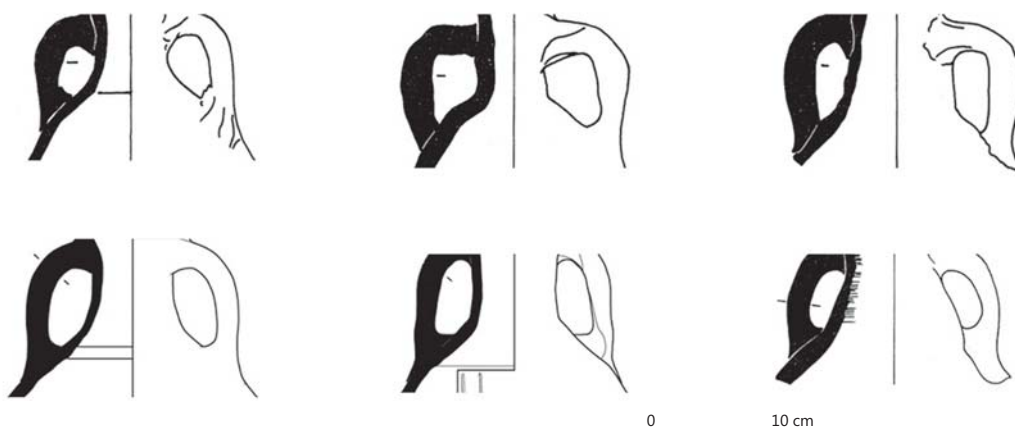


Figura 13 – Ânfora Algarve 1. Bordos recolhidos em vários locais do Algarve.

1. São João da Venda, segundo FABIÃO e ARRUDA, 1990;
2. Martinhal, segundo SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990;
3. Rua Silva Lopes, Lagos, segundo RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006;
4. Martinhal, segundo RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010;
5. Martinhal, segundo BERNARDES *et al.*, 2013).

Figura 14 – Tipos de colo da ânfora Algarve 1.



Em cima: São João da Venda, segundo FABIÃO e ARRUDA, 1990;

Em baixo: Martinhal, segundo SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990 e segundo BERNARDES *et al.*, 2013).



Figura 15 – Tipos de asas da ânfora Algarve 1.

1. Martinhal, segundo SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990;
2. São João da Venda, segundo FABIÃO e ARRUDA, 1990.

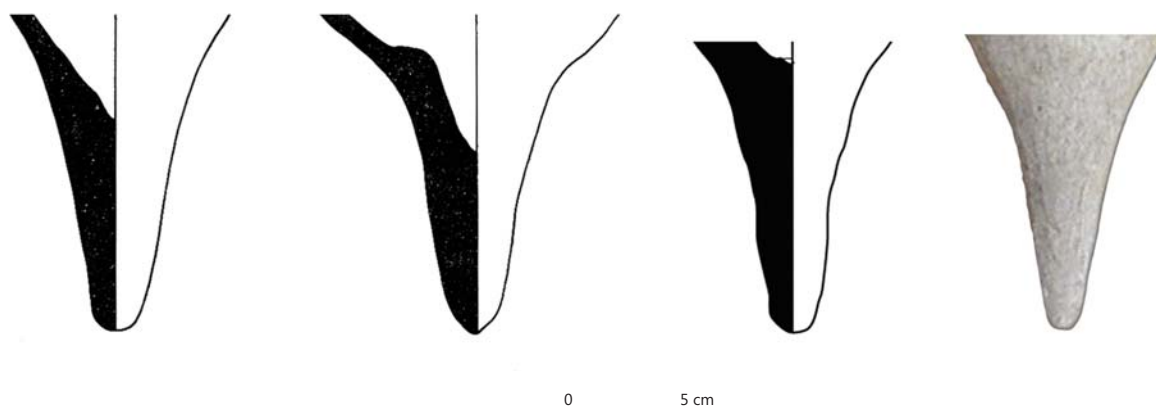
(continuação da pág. 186)

Ocasionalmente, as asas apresentam secções arredondadas, como algumas conhecidas em São João da Venda, mas também nestes casos apresentam medidas análogas, de 2,5 a 3 cm (Fig. 15). Na realidade, estas características divergem francamente das asas de perfil arredondado, em forma de "orelha", com secções circulares, cristas longitudinais e implantações no colo, usuais nos tipos béticos e sádinos.

Finalmente, no que à morfologia dos corpos e fundos se refere, novamente se fazem sentir diferenças significativas. No caso dos fundos, estes apresentam uma forma que se pode considerar mais próxima do tipo bético Keay XIX e do tipo Almagro 51a-b do vale do Sado, na medida em que consistem também em fundos cônicos apontados e maciços, embora se apresentem praticamente na continuidade do corpo (Fig. 16).

Relativamente à morfologia genérica dos corpos, estes caracterizam-se por apresentarem quase sempre um perfil acentuadamente fusiforme. Aspecto de maior relevo é, como referimos, a provável existência de diferentes tamanhos ou módulos. Actualmente conhecemos seguramente dois, que definimos como *módulo normal* e *módulo pequeno*. O *módulo normal* apresenta uma altura estimada em torno a 60 cm e um diâmetro máximo de 24-26 cm, com uma capacidade próxima da "meia ânfora", ou seja, de cerca de 24 *sextarii*, se é que faz sentido medir nestes moldes as capacidades dos contentores; o *módulo pe-*

Figura 16 – Fundos de Algarve 1.
Desenhos: Martinhal, segundo SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990; Foto: fábrica da rua Silva Lopes, foto de Rui Roberto de Almeida.



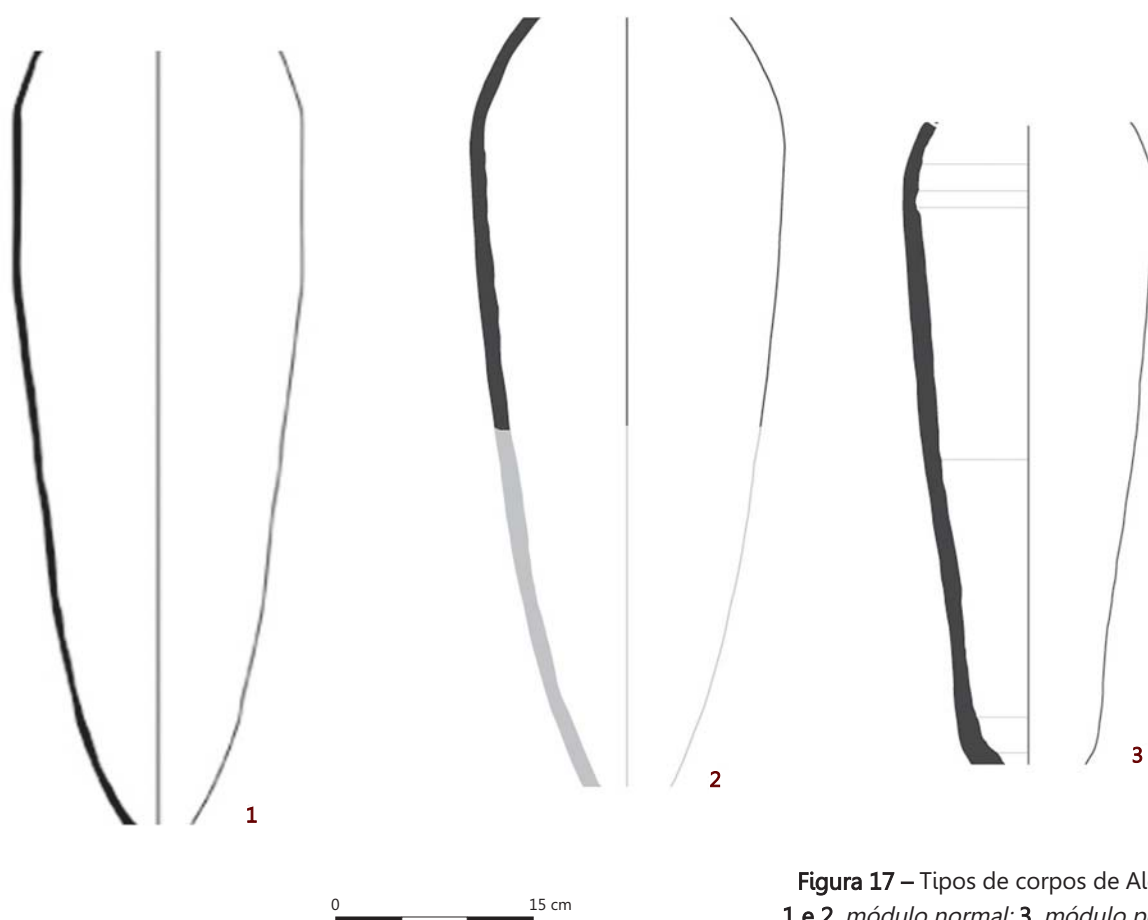


Figura 17 – Tipos de corpos de Algarve 1. 1 e 2. *módulo normal*; 3. *módulo pequeno*.

queno uma altura próxima aos 45-50 cm e um diâmetro máximo do corpo entre 18-20 cm, com uma capacidade de cerca de metade do anterior (Figs. 17 e 18). Deve sublinhar-se que, para além de vários corpos recolhidos na unidade de produção de preparados de peixe da rua Silva Lopes, em Lagos, no Martinhal e em São João da Venda, patenteando esta dualidade de modulação, alguns poucos exemplares do Martinhal e, sobretudo, um outro grande fragmento de corpo recolhido na unidade da rua Silva Lopes, com 32 cm de diâmetro (ARRUDA, 2007), permitem considerar a possibilidade de existir um terceiro módulo, *grande*, com dimensões semelhantes às da Keay XIX “canónica” da Bética (KEAY, 1984), com uma capacidade próxima dos 48 *sextarii*, ou seja, da *amphora*, enquanto unidade de medida de líquidos. No caso de se comprovarem estas variantes, poderia existir uma “trilogia métrica”, como a documentada, por exemplo, no naufrágio de Sud-Lavezzi 1 (LIOU, 1982) (Fig. 18).

Este aspecto ganha contornos ainda mais interessantes e toda uma nova dimensão se tivermos em conta o cálculo volumétrico das distintas variantes (Fig. 18). Um tema que importará trabalhar futuramente, de preferência com recurso a novos conjuntos

Comentário final

Certo é, e importa também salientar este dado, que a ânfora **Algarve 1** constitui um contentor utilizado na exportação de artigos alimentares, ao que tudo indica preparados de peixe, como parece resultar da sua presença em Lagos ou das condições de depósito nas cetárias documentadas no Martinhal, Sagres (RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010), não tendo sentido a observação realizada nos anos setenta do século XX por A. Parker de que estas pequenas ânforas algarvias serem somente destinadas a um circuito local / regional (PARKER, 1977).

(continua na pág. 192)

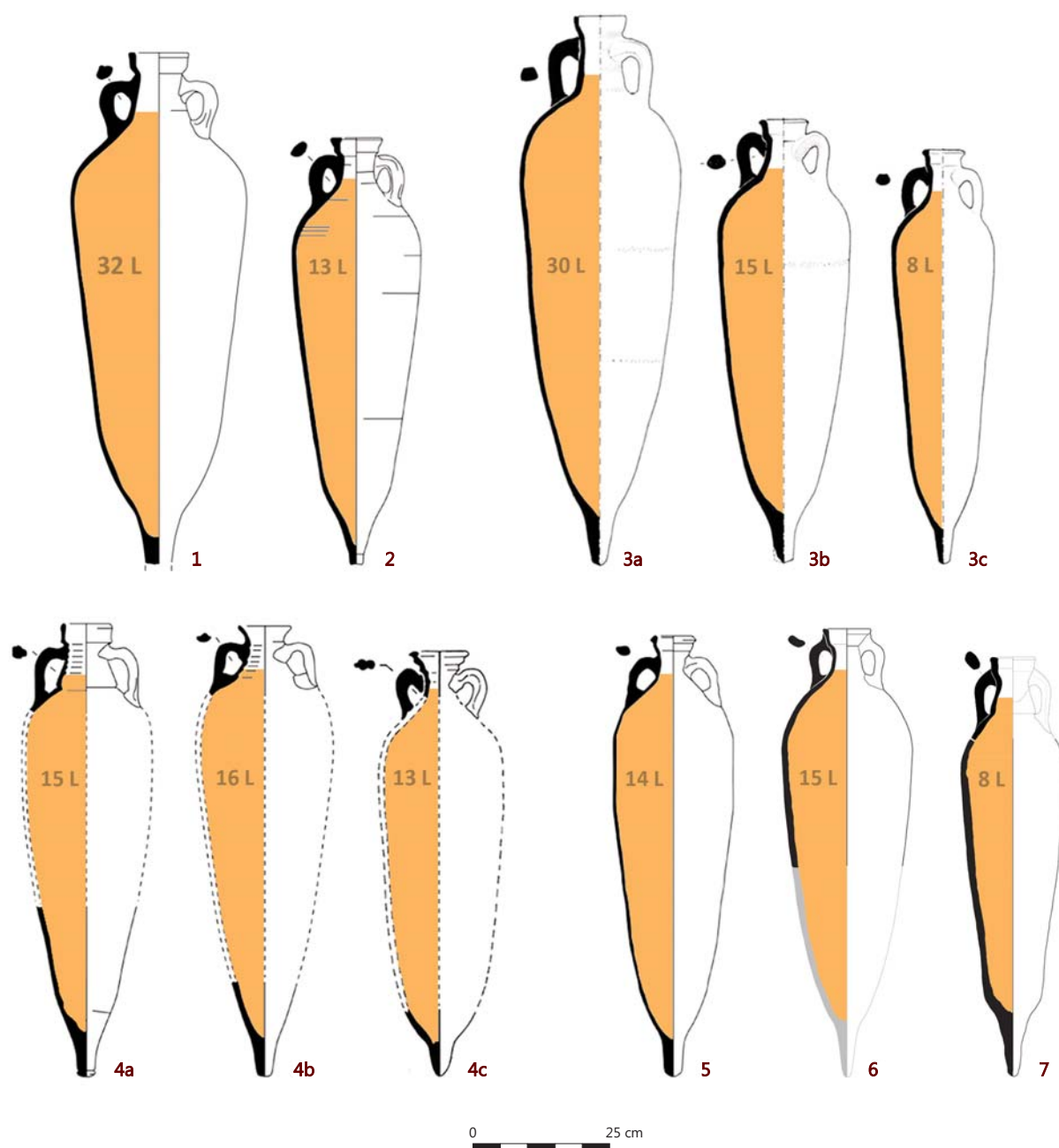


Figura 18 – Estimativa das capacidades das ânforas Algarve 1 e comparação com outros tipos similares.

1. Keay XIXc (segundo KEAY, 1984: fig. 22.10);
 2. Keay XXI (segundo KEAY, 1984: fig. 22.2);
 3. Keay XIX / 51a-b do naufrágio Sud-Lavezzi 1 (segundo LIOU, 1982: fig. 1.3, 1.4 e 1.2, respectivamente);
 4. Almagro 51a-b da olaria do Pinheiro (segundo MAYET e SILVA, 1998: fig. 78.3-4 e fig. 131.1, respectivamente);
 5. Lusitana 7 (= Algarve 1?) (segundo DIOGO, 1987: 189, fig. 5.7);
 6. Rua Silva Lopes, *módulo normal* (proposta);
 7. Martinhal, *módulo pequeno* (proposta).
- Volume do enchimento calculado mediante *software* 3D: Rui Roberto de Almeida e Francisco López Fraile.

(continuação da pág. 190)

A hipotética presença de exemplares deste tipo no referido naufrágio de Sud-Lavezzi 1, ou em contextos terrestres, do século V aos inícios do século VI d.C., em lugares como Sevilha (GARCÍA VARGAS, 2007; AMORES CARREDANO, GARCIA VARGAS e GONZALEZ ACUÑA, 2007), ou uma particular incidência no leante da Hispânia, em sítios como Cullera, Valência (ROSSELLÓ MESQUIDA e COTINO VILLA, 2005), *Portus Illicitanus* (MÁRQUEZ VILLORA, 1999), bem como uma especial representação em *Tarraco* (REMOLÁ VALLVERDÚ, 2000), concorre nesse sentido e obriga a uma futura reavaliação dos contextos arqueológicos desta época onde eventualmente também se possam documentar. Por outro lado, esse paradigmático naufrágio de Sud-Lavezzi 1, com a sua peculiar carga, é também

exemplo dos actuais óbices ao estudo dos pesos relativos que Bética e Lusitânia poderiam ter na exportação de alimentos na Antiguidade Tardia. O real desconhecimento sobre a origem de grande parte dos contentores ali documentados (Keay XIX, Almagro 51a-b ou **Algarve 1**) e dos produtos transportados impõe um regresso aos materiais, na tentativa de discernir o que pertencerá a uma ou outra das regiões, ambas ainda activas na exportação de artigos alimentares para o Mediterrâneo.

Em suma, todo um vasto campo de trabalho a desenvolver no futuro, para determinar o lugar da Lusitânia no contexto das redes de intercâmbio Mediterrâneo-Atlânticas na Antiguidade Tardia. ■

Referências

- AMORES CARREDANO, F.; GARCIA VARGAS, E. e GONZALEZ ACUÑA, D. (2007) – “Ánforas tardoantiguas en *Hispalis* (Sevilla, España) y el comercio mediterráneo”. In BONIFAY, M. e TRÉGLIA, J.-C. (eds.). *LRCW 2. Late Roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean: archaeology and archaeometry (Actes of the 2nd International Conference, Aix en Provence, 13-16 April 2005)*. Oxford, pp. 133-146 (*BAR International Series*, 1662).
- ARRUDA, A. M. (dir.) (2007) – *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las ánforas romanas de España*. Zaragoza (*Monografías Arqueológicas*, VIII).
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guía de la Cerámica Romana*. Zaragoza: Pórtico.
- BERNARDES, J. P.; MORAIS, R.; PINTO, I. V. e DIAS, R. (2013) – “A Olaria Baixo-Imperial do Martinhal, Sagres (Portugal)”. In BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAZ, J. J. e SÁEZ, A. M. (eds.). *Hornos, Talleres y Focos de Producción Alfarera en Hispania*. Cádiz: SECAH. Tomo I, pp. 317-329 (*Monografías Ex Officina Hispana*, 1).
- DIOGO, A. M. D. (1987) – “Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 5: 179-191.
- FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M. (1990) – “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diff. E. De Boccard, pp. 215-224.
- FABIÃO, C.; FILIPE, I. e BRAZUNA, S. (2010) – “Produção de Ânforas Romanas em Lagos: os dados resultantes das intervenções de contrato realizadas no âmbito do Projecto URBCOM”. *Xelb. Silves*. 10: 323-336.
- FILIPE, I. e BRAZUNA, S. (2008a) – *Relatório de Trabalhos URBCOM - Projecto de Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes. Sondagens de diagnóstico*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A.
- FILIPE, I. e BRAZUNA, S. (2008b) – *Relatório de Trabalhos URBCOM - Requalificação Urbana da Rua 25 de Abril e Rua Silva Lopes. Escavação das caixas de visita e acompanhamento arqueológico*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A.
- FILIPE, I.; BRAZUNA, S. e FABIÃO, C. (2010) – “Ocupação Romana da Área Urbana de Lagos: novos dados resultantes do Projecto URBCOM”. *Xelb. Silves*. 10: 305-321.
- GARCÍA VARGAS, E. (2007) – “*Hispalis* como centro de consumo desde época tardorrepublicana a la Antigüedad Tardía. El testimonio de las ánforas”. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 18: 317-360.

- KEAY, S. (1984) – *Late Roman amphorae in the western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence*. Oxford. 2 vols. (BAR International Series, 196).
- LIU, B. (1982) – “Archéologie sous-marine”. *Gallia*. 40: 437-444.
- MÁRQUEZ VILLORA, J. C. (1999) – *El Comercio Romano en el Portus Illicitanus. El Abastecimiento Exterior de Productos Alimentarios (Siglos I a.C.–V. d.C.)*. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante.
- MASCARENHAS, J. F. (1974) – *Fornos de Cerâmica e Outros Vestígios Romanos no Algarve*. Lourenço Marques: ed. de autor.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- NOTÍCIAS (1970) – *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Terceira série. 4: 305.
- PARKER, A. (1977) – “Lusitanian amphoras”. In VV.AA. *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Colloque, Rome, 1974)*. Roma: École Française de Rome, pp. 35-46.
- PINTO, I. V. e MAGALHÃES, A. P. (2016) – “Almagro 51A-B (Lusitania Occidental)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51a-b-western-lusitania>), 08 julho, 2016; consulta 2017-05-25.
- RAMOS, A. C. (2008) – “Novos Dados sobre a Ocupação Antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, n.º 53-55”. *Xelb. Silves*. 8: 87-98.
- RAMOS, A. C. e ALMEIDA, R. (2005) – “O Complexo Industrial Conserveiro de Época Romana da Rua Silva Lopes. Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos”. *Xelb. Silves*. 5: 101-118.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. R. e LAÇO, T. (2006) – “O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura e análise das suas principais problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitania meridional”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 13: 83-100 (Actas do Simpósio Internacional *Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homagem a Françoise Mayet*).
- RAMOS, A. C.; FERREIRA, N. M. e NUNES, J. (2010) – “Martinhal: o centro oleiro que também produziu preparados piscícolas”. *Xelb. Silves*. 10: 351-371.
- RAMOS, A. C.; LAÇO, T.; ALMEIDA, R. e VIEGAS, C. (2007) – “Les Céramiques communes du VIe s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal)”. In BONIFAY, M. e TRÉGLIA, J-C (dir.). *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford, pp. 85-97 [BAR International Series, 1662 (1)].
- REMOLÀ VALVERDÚ, J. A. (2000) – *Las ánforas tardo-antiguas en Tarraco (Hispania Tarraconensis)*. Barcelona (Col·lecció Instrumenta, 7).
- ROSSELLÓ MESQUIDA, M. e COTINO VILLA, F. (2005) – “Panorama cerámico de los siglos V-VI d.C. en Cullera (Ribera Baixa, València)”. *SAGVNTVM (PLA.V)*. 37: 139-152.
- SANTOS, M^a. L. E. V. A. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve (Subsídios)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1.
- SERRA, M. e DIOGO, M. (2008) – “POLIS de Lagos: resultados preliminares”. *Xelb. Silves*. 8: 215-222.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. e CORREIA, V. H. (1990) – “Produção de Ânforas Romanas no Martinhal (Sagres)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diff. E. De Boccard, pp. 225-246.
- VEIGA, S. P. E. da (1910) – “Antiguidades Monumentaes do Algarve. Capítulo V, Tempos históricos”. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15: 209-233.
- VIEGAS, C. (2016) – “Almagro 51C (Lusitania Meridional)”. In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-meridional-lusitania>), 08 julho, 2016; consulta 2017-05-25.

Em Torno dos Mais Antigos Modelos de Ânfora de Produção Lusitana

os dados do Monte dos Castelinhos
(Vila Franca de Xira)

João Pimenta

Técnico Superior da Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira. Arqueólogo do
Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
Mestre em Pré-História e Arqueologia
(joao.marques@cm-vfxira.pt).

Texto entregue para publicação em Abril de 2012.

Revisto pontualmente em Novembro de 2013.

Resumo

As escavações em curso no povoado de Monte dos Castelinhos em Vila Franca de Xira, vêm aduzir novos elementos à investigação sobre o início da produção oleira romana no extremo ocidente peninsular.

O povoado fortificado de Monte dos Castelinhos, situa-se em posição de destaque sobre o Vale do Tejo.

Trata-se de uma estação com características singulares. Fundado aparentemente na primeira metade do século I a.C., o sítio foi alvo de uma destruição generalizada ainda no século I a.C., possivelmente correlacionada com os conflitos entre César e Pompeio.

É precisamente nestes níveis de abandono brusco do sítio, bem datados de inícios da segunda metade do século I a.C. pela presença de Campaniense B e ânforas Béticas do Tipo Classe 67, Haltern 70 e Classe 24, que se encontram atestadas as primeiras ânforas de produção Lusitana.

A sua presença nestes contextos bem definidos atesta de uma forma categórica o início da produção de ânforas de tipologia romana no ocidente peninsular em época tardo-republicana.

Trata-se de um conjunto de fragmentos de bocais moldurados e fundos que, pelas suas características formais, se aproximam das primeiras produções de ânforas da *Baetica*, principalmente das Haltern 70, Classe 67 e do universo das Dressel 7/11.

Estas ânforas aproximam-se das mais antigas produções atestadas para as olarias lusitanas do vale do Sado, remontando ao período Júlio-Cláudio.

Palavras-chave: Monte dos Castelinhos, ânforas, comércio, Época Romana (republicana), produção.

Abstract

The ongoing excavations at Monte dos Castelinhos settlement in Vila Franca de Xira have added new elements to the investigation into the beginning of Roman pottery production in the peninsula west region.

The fortified settlement of Monte dos Castelinhos, is placed in a prominent position on the Tagus Valley.

It is an archaeological site with unique characteristics. Founded apparently in the first half of the 1st century BC, the site was subject to widespread destruction still in the 1st century BC, possibly correlated with the conflicts between Caesar and Pompeius.

It is precisely in these levels of abrupt abandonment of the site, well dated from the beginning of the second half of the 1st century BC by the presence of Campanian B and Baetic Amphorae of the Class 67 Type, Haltern 70 and Class 24, which are attested the first amphorae of Lusitanian production.

Their presence in these well-defined contexts clearly confirms the beginning of the production of Roman amphorae in the Western peninsula at the Late Republican period.

It is a set of rims and bases fragments, due to their formal characteristics, are close to Baetica's first amphorae productions, mainly Haltern 70, Class 67 and Dressel 7/11 family.

These amphorae are close to the oldest attested productions at the Lusitanian potteries on the Sado valley, dating back to the Julius-Claudius period.

Key words: Monte dos Castelinhos, amphorae, trade, Roman (republican), production.

Em Torno dos Mais Antigos Modelos de Ânfora de Produção Lusitana

os dados do Monte dos Castelinhos
(Vila Franca de Xira)

João Pimenta

Técnico Superior da Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira. Arqueólogo do
Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
Mestre em Pré-História e Arqueologia
(*joao.marques@cm-vfxira.pt*).

Texto entregue para publicação em Abril de 2012.

Revisto pontualmente em Novembro de 2013.

1. Introdução

O projecto de investigação em curso em torno do sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, vem aduzir novos elementos à investigação sobre o início da produção oleira romana no extremo ocidente peninsular.

Trata-se de uma estação com características singulares. Fundado aparentemente na primeira metade do século I a.C., o sítio foi alvo de uma destruição generalizada pouco tempo depois (PIMENTA e MENDES, 2012). Ainda que alguns materiais recolhidos à superfície atestem uma reocupação no principado de Augusto até aos Flávios, a escavação ainda não logrou identificar estruturas atribuíveis a esta fase (ver PIMENTA, MENDES e NORTON, 2008).

É precisamente nos níveis de abandono brusco do sítio, bem datados de inícios da segunda metade do século I a.C. que se encontram atestadas as primeiras ânforas de produção lusitana ¹. A sua presença nestes contextos bem definidos atesta de uma forma categórica o início da produção de ânforas de tipologia romana no ocidente peninsular em época tardo-republicana.

2. Monte dos Castelinhos, um discurso em construção...

O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos ocupa um extenso morro calcário sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, na freguesia de Castanheira do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira, situando-se hoje em dia a cerca de dois quilómetros e meio da margem direita do rio Tejo (Fig. 1) ².

Esta estação, com mais de dez hectares de extensão, encontra-se numa área de portela de ligação natural entre as margens do Tejo e o interior da Península de Lisboa, através do vale do rio Grande da Pipa (PIMENTA, MENDES e NORTON, 2008).

¹ O termo "lusitana", aqui utilizado com uma perspectiva geográfica, ainda que anacrónico para a época a que nos reportamos, é usado de uma forma consciente, por ser mais operacional numa fase da investigação em que os centros produtores destes modelos ainda não são bem conhecidos.

² Escavações da responsabilidade do signatário e do Dr. Henrique Mendes, a quem expresso aqui o meu agradecimento por todo o apoio.

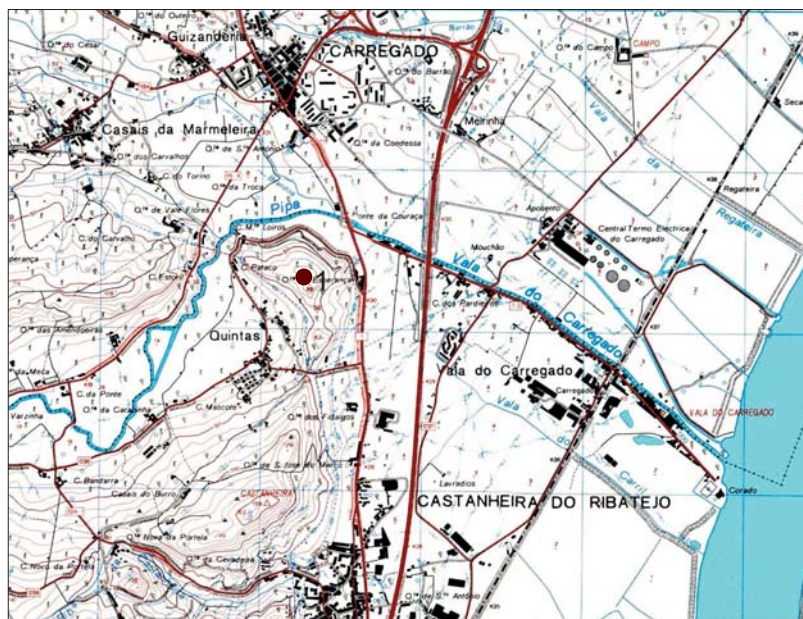


Figura 1 – Localização do Monte dos Castelinhos na Carta Militar de Vila Franca de Xira, escala 1: 25.000, Folha n.º 390.

As características da sua implantação, com ampla visibilidade e defensibilidade natural, levam a que assuma uma posição geoestratégia de controlo de uma zona de fronteira natural. Em frente a Castelinhos encontra-se uma extensa zona de alagadiça, onde correm três importantes linhas de água subsidiárias do Tejo: o rio Grande da Pipa, o rio de Alenquer e o rio da Ota.

As escavações em curso iniciaram-se em 2008, e inserem-se dentro de um projecto plurianual de investigação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira aprovado pelo IGESPAR – “Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo”.

As áreas colocadas a descoberto até ao momento revelaram um notável conjunto urbano de época romana republicana em excelente estado de preservação.

A análise da sua planta permite identificar distintos edifícios e áreas de circulação obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal, que denotam um elevado padrão de romanização.

O esforço para implantação deste urbanismo é assinalável, visto estarmos perante uma área de encosta com forte pendente. Para vencer este desnível, os diversos compartimentos foram construídos em soccos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito.

Pouco tempo após ter sido edificado, o povoado é abandonado de forma brusca e repentina. As paredes são derrubadas, os telhados colapsam e nesses níveis de destruição recolheram-se diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico (PIMENTA e MENDES, 2012).

O estudo das cerâmicas importadas, nomeadamente as cerâmicas campanienses, as paredes

finas, as lucernas e a cerâmica comum, leva-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais, enquadradas *grosso modo* na segunda metade do século I a.C.

O estudo das ânforas presentes nos níveis de abandono permite-nos confirmar esta cronologia. Os conteúdos de produtos alimentares são maioritariamente da vizinha província da *Baetica*, nomeadamente formas tardo-republicanas das Haltern 70, Classe 24, Classe 67 e ovóides gaditanas, encontrando-se escassamente representadas as ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, tão características dos contextos republicanos da primeira metade do século I a.C.

Perante a inexistência de *sigillata* itálica, e face ao estudo das campanienses, das ânforas, e do conjunto numismático, torna-se plausível uma ocupação / abandono centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.)³.

A construção de raiz de um sítio desta dimensão em meados do século I a.C. e a sua brusca destruição apenas alguns anos depois levanta um amplo quadro de questões, que nos encontramos a tentar clarificar, e que se prendem com a interpretação da funcionalidade e relevância do sítio arqueológico.

³ Esta proposta de cronologia, apesar de se afigurar verosímil, ainda é provisória e poderá sofrer afinações, visto o estudo exhaustivo dos materiais datantes encontrar-se em curso.



Figura 2 – Planta simplificada do urbanismo romano republicano identificado na área de Sondagem 4, em 2010.

Figuras 3 e 4 – Trabalhos de 2010. Fotografias do desenrolar da campanha de escavação (à esquerda) e do aspecto final do Ambiente 6 (em baixo).

3. Breves considerações sobre as ânforas do Monte dos Castelinhos

Não sendo aqui o sítio para apresentar o já extenso conjunto de ânforas recolhido nas diversas campanhas realizadas no Monte dos Castelinhos, importa porém traçar em linhas gerais o ambiente em que surgem as primeiras produções lusitanas. As intervenções realizadas até ao momento lograram aferir e registar uma sequência estratigráfica bem definida, que permite enquadrar o ritmo de importação de ânforas ao longo da vida do sítio.



A análise do conjunto anfórico permite verificar, desde a fundação até à destruição / abandono do sítio, a relevância do abastecimento de produtos alimentares em ânforas.

Em linhas gerais, verifica-se um claro domínio da importação de ânforas da área da Bética, mais em concreto do vale do Guadalquivir (55 %). Entre estas, destacam-se formas precoces das suas produções, com bons paralelos com o panorama das importações verificado para *Scallabis* em meados do século I a.C. (ALMEIDA, 2008), tais como exemplares das formas Haltern 70, Classe 67 e Classe 24.

Em segundo lugar, surgem as importações da área da Bética costeira, possivelmente da baía de Cádiz, (22 %), com a presença de ânforas piscícolas das formas Dressel 12, Ovóides Gaditanas e algumas ânforas da Classe 67.

A importação do vinho e do azeite da península itálica encontra-se escassamente representada (7 %), correspondendo a níveis correlacionados com a fundação do sítio. Nos níveis de ocupação e abandono do urbanismo romano republicano, estas ânforas praticamente já não circulam.

Por último, as ânforas de produção lusitana encontram-se bem atestadas no momento de abandono / destruição do sítio (15 %).

A sua presença nestes contextos bem definidos atesta de uma forma categórica o início da produção de ânforas de tipologia romana no ocidente peninsular em época tardo-republicana.

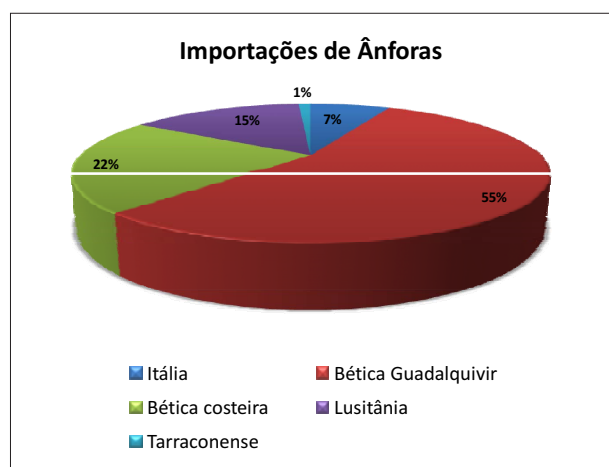


Figura 5 – Gráfico de distribuição de proveniência das ânforas identificadas em contexto. NMI 127.

Trata-se de um conjunto de fragmentos de bocais moldurados e fundos que, pelas suas características formais, se aproximam das primeiras produções de ânforas da *Baetica*, principalmente das Haltern 70, Classe 67 e do mundo das Dressel 7/11.

A análise macroscópica das pastas dos exemplares em estudo permitiu definir um único grupo de fabrico, que identificamos com as conhecidas pastas atribuíveis ao Vale do Tejo / Sado. Caracteriza-se por uma pasta compacta e pouco depurada. A cor varia entre o vermelho-claro (5 YR 6/6) e o castanho-avermelhado (10 YR 5/4). Os elementos não plásticos são abundantes, constituídos por quartzos de dimensões variáveis predominantemente rolados ou sub-rolados, algumas inclusões negras, escassos elementos de cerâmica moída e vacúolos alongados. As paredes apresentavam-se alisadas, do tom da pasta ou com uma leve aguada de tom castanho-acinzentado.

4. Os mais antigos modelos de ânforas de produção lusitana

Uma das questões que se mantém na ordem do dia, no que diz respeito à produção e tradição oleira de ânforas na província romana da Lusitânia, é a do seu início, quer em termos de cronologia, quer de enquadramento (FABIÃO, 2008).

Ainda que intuída (ver DIOGO, 1987 e DIOGO e FARIA, 1990), a existência de uma fase inicial de produção de ânforas de tipologia romana datada de época romana republicana, só recentemente começou a definir-se com base sólida assente em dados de índole estratigráfica (MORAIS e FABIÃO, 2007).

A questão foi levantada por Rui MORAIS (2003), na sequência da identificação de diversos conjuntos de ânforas de fabrico claramente lusitano evidenciando morfologia ovóide, recolhidos em contextos tardo-republicanos (concretamente, de meados a finais do século I a.C.) provenientes de vários sítios da Galiza (Castro de Panxón, Montecastro e Castro de Vigo - Vigo), da região entre os rios Douro e Minho (Castro de Santa Luzia e Castro da Terronha, Viana do Castelo; Rua da Banharia e Aljube, Porto; e Castro de Fiães, Vila da Feira), e a Sul no Vale do Guadiana, no sítio de Castelo da Lousa, Mourão (MORAIS, 2003: 40).

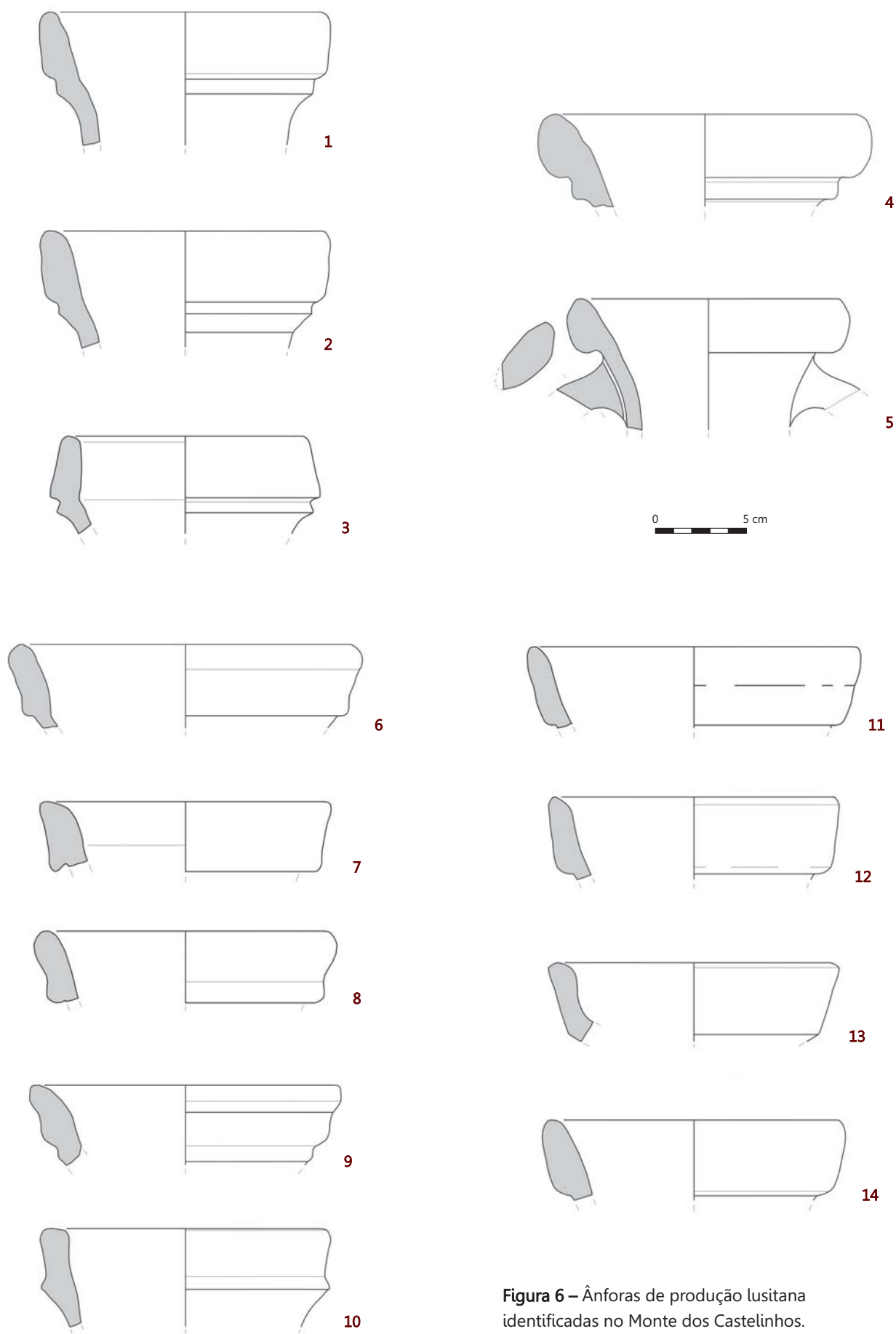


Figura 6 – Ânforas de produção lusitana identificadas no Monte dos Castelinhos.

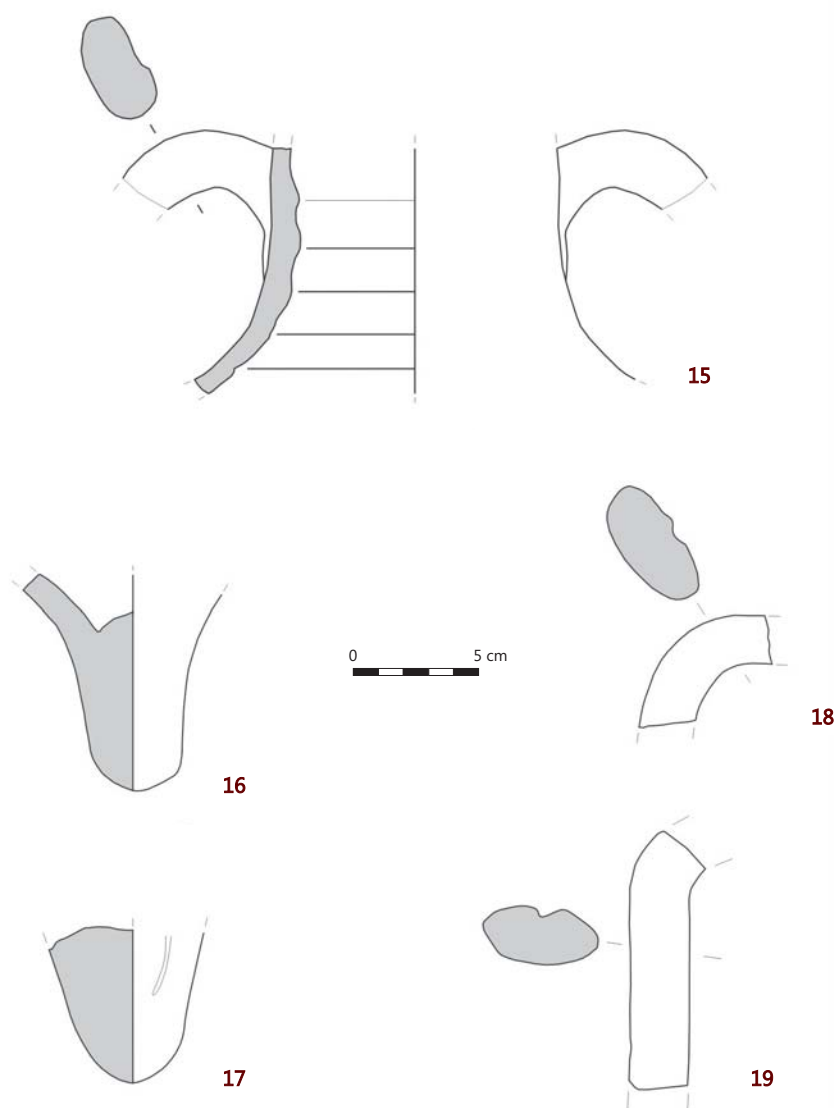


Figura 7 – Ânforas de produção lusitana identificadas no Monte dos Castelinhos.

Subsequentemente, os recentes estudos e publicações de diversos conjuntos de ânforas provenientes de centros de consumo como Berlengas (BUGALHÃO e LOURENÇO, 2006), Santarém (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO, 2006), Coruche (QUARESMA e CALAIS, 2005), Lisboa (FILIPE, 2008); Alcácer do Sal (PIMENTA *et al.*, 2006), Castelo dos Mouros da Graça do Divor, em Évora (MATALOTO, 2008), o sítio de Soeiros, em Arraiolos (CALADO, DEUS e MATALOTO, 2000), e diversos fortins alentejanos da região de Monforte (BOAVENTURA e BANHA, 2006), atestam uma ampla dispersão destes primeiros modelos de ânforas lusitanas de morfologia ovoide, permitindo assumir estarmos claramente perante uma verdadeira “fase inicial da produção lusitana” (FABIÃO e MORAIS, 2007: 127).

Desafortunadamente, grande parte deste relevante acervo de informação carece de contexto primário e de uma associação estratigráfica segura, que permita perceber a cronologia destas produções e dos seus ritmos comerciais.

Por outro lado, o estado fragmentado da esmagadora maioria desses materiais tem igualmente impedido uma melhor tipificação das ânforas. Conhecem-se apenas dois exemplares de perfil completo, depositados nos museus de Vila Franca de Xira e de Évora, com claras afinidades morfológicas com os tipos Haltern 70 e Dressel 7 (MORAIS e FABIÃO, 2007: 128).

A recente proposta de Rui Morais e de Carlos Fabião, de uma precoce produção de “ânforas ovóides” similares às produzidas na baía gaditana durante este período, apresenta-se particularmente interessante e, face aos presentes dados, assaz operativa. Entenda-se que, o facto de estarmos a lidar com material muito fragmentado, e na sua maioria bocais, limita à partida a leitura da evolução do corpo do recipiente. Recorde-se que estas produções ovóides apresentam uma grande variedade de perfis de bocais. Perante esta limitação, e até dispormos de mais exemplares completos que permitam definir as primeiras produções

lusitanas, parece-nos mais seguro manter em aberto a classificação.

Face ao acima exposto, optámos por classificar estes contentores como “ânforas ovóides”, mantendo por uma questão de coerência a distinção entre os diferentes grupos de bocais que podemos individualizar, que remetem directamente para o universo das produções béticas tardo-republicanas (GARCÍA VARGAS, 1998; CERDÁ I JUAN, 2000).

No que diz respeito aos centros produtores de onde terão saído estes contentores, conhecem-se há já algum tempo vários locais onde se encontra documentada a produção de uma ânfora similar à Dressel 14, mas porém de menores dimensões que a forma canónica e evidenciando bocais moldurados, elemento característico das fases mais antigas de produção (FABIÃO, 2004).

Essas produções estão documentadas nas olarias de Pinheiro e Abul (MAYET e SILVA, 1998), no Largo da Misericórdia, na área urbana da cidade de Setúbal (SILVA, 1996) e, mais recentemente, na área urbana de Alcácer do Sal, no Forno da Parvoíce (PIMENTA, SEPÚLVEDA e FERREIRA, no prelo), todos no vale do Sado. Contudo, as datações apontadas para esses sítios não recuem para lá do período de Júlio-Cláudio. Uma eventual produção destes modelos iniciais é igualmente presumível para o sítio de Porto de Sabugueiro, Muge, no baixo vale do Tejo (CARDOSO, 1990) ⁴.

O recente projecto de estudo em torno da olaria romana do Morraçal da Ajuda, em Peniche, veio aduzir novos dados a esta problemática sendo aparentemente o mais antigo centro produtor de ânforas romanas da Lusitânia que se conhece. Com início de produção no período de Augusto, aqui terão sido fabricados modelos anfóricos com evidentes afinidades morfológicas com as Dressel 7/11 e Haltern 70, para além de Pascual 1, Dressel 14 e outras formas com bocais moldurados e colos e asas curtas, ou lábio quase indiferenciado, que os responsáveis designaram, respectivamente, de Morraçal 1 e Morraçal 2 (CARDOSO, RODRIGUES e SEPÚLVEDA, 2006).

Face aos dados dos recentes trabalhos de escavação no sítio de Monte dos Castelinhos, fica contundente a existência de uma produção e comercialização de ânforas em inícios da segunda metade do século I a.C. no Vale do Tejo, sendo que esta produção não se enquadra em nenhum dos centros produtores por ora conhecidos.

Esperemos que a continuação do projecto em torno desta estação do baixo-Tejo permita esclarecer de uma forma categórica que tipo de sítio é este, para melhor entender o padrão das suas importações de produtos alimentares em ânforas. Entenda-se que, nesta fase dos trabalhos, e ainda que as evidências comecem a adensar-se, não é claro estarmos perante um povoado precocemente romanizado e destruído no contexto dos conflitos endémicos da segunda metade do século I a.C., ou perante um sítio de características militares correlacionado com estes conflitos. Em que contexto e em que moldes é que se terá dado início à produção de ânforas no território actual português? É uma das questões em aberto e para a qual não dispomos de dados objectivos. Contudo, não deixa de ser pertinente supor que, pelo menos como hipótese de trabalho, tal como na Bética, o início da produção de ânforas encontra-se indelevelmente conotado com a presença de contingentes militares e a necessidade de suprir as necessidades de abastecimento de produtos alimentares localmente (FABIÃO, 2000). ■

⁴ A acrescentar à informação já disponível e publicada sobre este sítio Ribatejano, recentes trabalhos de prospecção e escavação aí realizados pelo signatário, em colaboração com Henrique Mendes, lograram recolher alguns fragmentos de ânforas inseridas tipologicamente no mundo destas produções precoces, tendo algumas claras deformações resultantes de deficiente cozedura.

Bibliografia

- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C. e GONÇALVES, A. (2010) – “Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002”. *Studia Lusitana*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romana. 5.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las Ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona (*Col. Lecció Instrumenta*, 28).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2006) – “Ânforas Lusitanas da Alcáçova de Santarém”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 233-252 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).
- BOAVENTURA, R. e BANHA, C. (2006) – “Ânforas da Região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 24: 360-399.
- BUGALHÃO, J. e LOURENÇO, S. (2006) – “As Ânforas Romanas da Ilha da Berlenga”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 279-294 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).
- CALADO, M.; DEUS, M. e MATALOTO, R. (2000) – “O Sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar”. *Revista de Guimarães, volume especial*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. II, pp. 759-774 (Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Centenário da morte de Martins Sarmento).
- CARDOSO, G. (1990) – “O Forno de Ânforas de Muge”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes typologie, production et commerce*. Coimbra: Museu Monográfico de Conímbriga, pp. 153-165.
- CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (2005) – “Olaria Romana do Morraçal da Ajuda”. In *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, pp. 83-102.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. e SEPÚLVEDA, E. (2006) – “A Olaria Romana de Peniche”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 253-278 (Actas do Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet).
- CERDÁ I JUAN, D. (2000) – *Les Àmfores Salseres a les Illes Balears*. Palma: Consell Insular de Mallorca.
- DIOGO, A. M. D. (1987) – “Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. 5: 179-191.
- DIOGO, A. M. D. e FARIA, J. C. L. (1990) – “Elementos para a Caracterização e Periodização da Economia do Baixo Sado Durante a Época Romana”. In *Arqueologia Hoje*. I, “Etno-Arqueologia”. Universidade do Algarve, pp. 92-106.
- DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1998) – “Uma Perspectiva Sobre Tróia a Partir das Ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação de ânforas romanas em território português”. *O Arqueólogo Português*. 16: 187-220.
- FABIÃO, C. (2000) – “Sobre as Mais Antigas Ânforas «Romanas» da Baetica no Ocidente Peninsular”. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano*. Écija. Editorial Graficas Sol. Vol. 2, pp. 665-682.
- FABIÃO, C. (2004) – “Centros Oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds). *FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. Oxford: BAR - International Series. 1266, Vol. 1, pp. 379-410.
- FABIÃO, C. (2008) – “Las Ânforas Romanas de Lusitânia”. In BERNAL CASASOLA, Dario e RIBERA i LACOMBA, Albert (eds.). *Cerâmicas Hispanoromanas. Um estado de la question*. Cádiz: Universidad.
- FILIPE, V. (2008) – *As Ânforas do Teatro Romano de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. Policopiado. Dissertação de mestrado.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La Producción de Ânforas en la Bahía de Cádiz en Época Romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.
- MATALOTO, R. (2008) – “O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura «ciclópica» romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Ebora*”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2): 299-316.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro*. Portugal. Paris: De Boccard.

- MORAIS, R. (2003) – “Problemàtiques i Noves Perspectives Sobre les Àmfores Ovóides Tardorepublicanes. Les àmfores ovoïdes de producció Lusitana”. In *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona, pp. 36-40 (*Monografies del Casc*, 5).
- MORAIS, R. (2010) – “Capítulo 7.5. Ânforas”. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C. e GONÇALVES, A. (coords.). *Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romana, pp. 181-218 (*Studia Lusitana*, 5).
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – “Novas Produções de Fabrico Lusitano: problemáticas e importância económica”. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Universidade de Cádiz, Noviembre de 2005. Oxford: BAR - International Series. 1686, pp. 127-133.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2012) – “Sobre o Povoamento Romano ao Longo da Via de *Olisipo* a *Scallabis*”. *Cira Arqueologia*. 1: 41-63 (Actas da Mesa Redonda de *Olisipo* a *Scallabis*. A rede viária romana no vale do Tejo, Vila Franca de Xira).
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008) – “O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira”. *Al-Madan*. II Série. 16: 26-37.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E. e FERREIRA, M. (no prelo) – “Acerca da Dinâmica Económica do Porto de *Urbs Imperatoria Salacia*: o estudo das ânforas”. In *Congresso Homenagem João Carlos Faria – 1º Encontro de Arqueologia e História de Alcácer do Sal, 22-24 Maio, 2009*.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J. C. e FERREIRA, M. (2006) – “Cerâmicas Romanas do Lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 4: ânforas de importação e de produção lusitana”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2): 299-316.
- QUARESMA, J. C. (2005) – “Ânforas Romanas Provenientes da Pesca de Arrasto no Tejo, Depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2): 403-428.
- QUARESMA, J. C. e CALAIS, C. (2005) – “S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-cláudia”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2): 429-447.
- SILVA, C. T. (1996) – “Produção de Ânforas na Área Urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. M. C. (eds.). *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa / Seixal: Pub. Dom Quixote / Câmara Municipal, pp. 43-54 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa - UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 3).

As Ânforas Keay 78 da Necrópole da Caldeira, Tróia (Grândola)

João Pedro Almeida

Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
UNIARQ – Centro de Arqueologia da
Universidade de Lisboa (joao.pla@gmail.com).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.
Revisto pontualmente em Outubro de 2013.

Resumo

A escavação da necrópole da Caldeira em Tróia (Grândola) entre as décadas de 40-60 do séc. XX, sob a direcção de Manuel Heleno, revelou parte de um grande espaço funerário que foi implantado em meados do séc. I d.C. e que se estende pelo menos até meados do séc. V d.C.

Estes materiais – em depósito no Museu Nacional de Arqueologia – foram alvo de estudo pelo autor, o que permitiu uma a conexão entre materiais dispersos e de proveniência duvidosa ou desconhecida e respectivos contextos funerários.

Entre eles, encontra-se um conjunto de ânforas do tipo Keay 78 (=Cardoso 91; Diogo 8; Sado 1 var. B) intencionalmente adaptadas de modo a servir como pequenos sarcófagos destinados ao enterramento de infantes. Este tipo de ânfora, exclusivamente produzido nas olarias sadinas, foi identificado pelas escavações da equipa luso-francesa nos fornos de Abúl e Pinheiro, o que permitiu distinguir duas variantes de um tipo a que os autores chamaram de Sado 1, e que correspondem aparentemente a duas fases de produção: a variante A, presente em Abúl nos meados / finais do séc. III d.C., e a variante B no Pinheiro entre o séc. IV e V d.C.

O conjunto aqui apresentado conserva, na sua maioria, o perfil completo e revelou variações não só ao nível do bordo anteriormente identificadas, mas também no que diz respeito à sua capacidade e características do fundo, relançando assim a discussão sobre a identificação morfológica deste contentor lusitano e da sua cronologia.

Palavras-chave: Tróia (Grândola), necrópole, ânforas, Keay 78.

Abstract

The excavation of the Caldeira necropolis in Troia (Grândola) between the decades of 40th and 60th of the 20th century, under the direction of Manuel Heleno, revealed part of a large funerary space that was implanted in the middle of the 1st century AD and which extends at least until the middle of the 5th century AD.

These materials - stored at the National Archaeological Museum - were the object of study by the author, which allowed to link dispersed materials of dubious or unknown origin to their original funerary contexts.

Among them, a set of Keay 78 amphorae (= Cardoso 91, Diogo 8, Sado 1 var B) are intentionally adapted to serve as small sarcophaguses intended for infant burials.

This type of amphora, exclusively produced in the Sado's potteries, was identified by the excavations of the Portuguese-French team at Abúl and Pinheiro kilns, which allowed to distinguish two variants of a type that the authors called Sado 1, apparently two phases of production: variant A, present in Abul in the mid / end of the 3rd century AD, and the B variant in Pinheiro between the 4th and 5th century AD.

The presented set mostly has completed profiles and revealed variations not only at rims previously identified, but also with respect to its capacity and base characteristics, thus relaunching the debate about the morphological identification of this Lusitanian container and its chronology.

Key words: Troia (Grândola), necropolis, amphorae, Keay 78.

As Ânforas Keay 78 da Necrópole da Caldeira, Tróia (Grândola)

João Pedro Almeida

Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
UNIARQ – Centro de Arqueologia da
Universidade de Lisboa (joao.pla@gmail.com).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.

Revisto pontualmente em Outubro de 2013.

Introdução

A escavação da necrópole da Caldeira (Figura 2), sob a orientação do então director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), Manuel Heleno, entre 1948 e 1960 aproximadamente, colocou a descoberto parte de um grande espaço funerário junto à lagoa com o mesmo nome, directamente relacionado com o complexo industrial de Tróia (ALARCÃO, 1988) (Figura 1), cujos materiais recolhidos foram progressivamente depositados no MNA. Através do estudo e análise destes materiais e de várias documentações produzidas durante os trabalhos (ALMEIDA, 2008), foi possível identificar dois grandes momentos na utilização deste espaço, que correspondem genericamente aos dois rituais funerários de incineração e inumação.

O espaço consagrado à instalação da necrópole não convive directamente com a zona industrial e habitacional conhecida, como aliás é apanágio das necrópoles do Alto Império, onde o mundo dos mortos e o mundo dos vivos não convivem no mesmo espaço. Sobre a primeira fase importa assinalar a delimitação física de uma área, cujos limites desconhecemos



Figura 1 – Localização de Tróia.

por enquanto, através de paredes baixas que criaram provavelmente uma fronteira e não uma verdadeira barreira física, como podemos observar na Figura 3. Desta estrutura restam-nos as paredes que a delimitam a Sul, junto à linha de água da lagoa, e a Oeste. No interior desta delimitação, foi ainda possível identificar, através da documentação gráfica, outras estruturas



Figura 2 – Primeira fase da escavação da necrópole da Caldeira, s/d (Arquivo MNA).

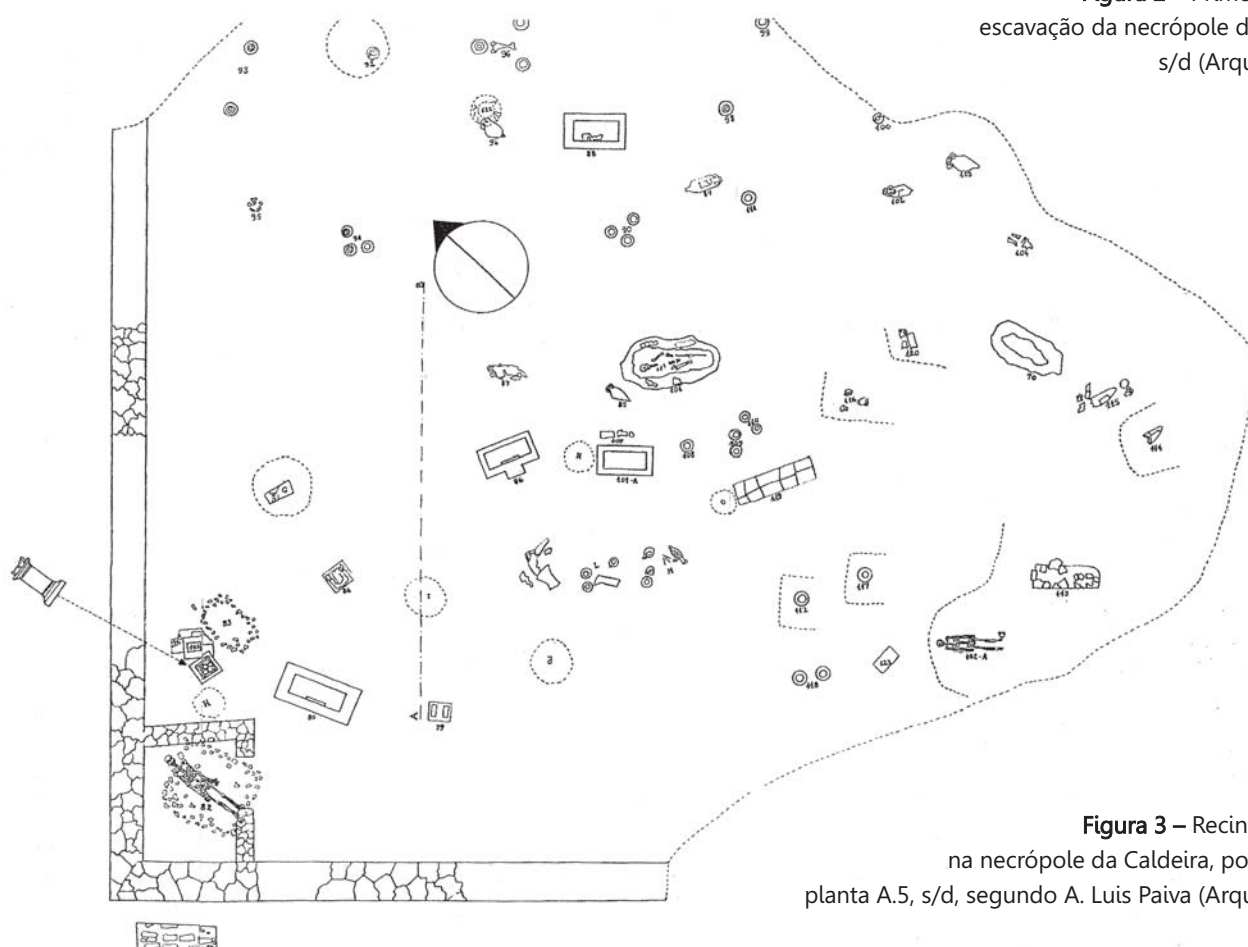


Figura 3 – Recinto murado na necrópole da Caldeira, pormenor de planta A.5, s/d, segundo A. Luis Paiva (Arquivo MNA).



Figura 4 – Cisterna, necrópole da Caldeira, s/d. (Arquivo MNA).

de captação e armazenamento de água, respectivamente um poço e uma cisterna (Figura 4). Aparentemente não se trata de um sistema sofisticado de canalização. Bem pelo contrário, trata-se apenas de uma solução simples, que visa a obtenção de água naquele local. Este tipo de estruturas não é inédito na Península Ibérica, sendo que os paralelos mais evidentes parecem ser os das necrópoles da área de Córdova, que, segundo os autores,

servem como apoio à manutenção do espaço em geral e em particular das estruturas funerárias, quer se trate da sua simples limpeza ou, por outro lado, da água necessária libações (DESIDERIO VAQUERIZO, 2001: 157).

Para além destas características, é importante salientar que toda a epigrafia (IRCP 208, 212, 218, 220, 223) da área está associada às sepulturas que estavam no seu interior. Perante estas evidências, aliadas a uma fraca dispersão de enterramentos no interior, em contraste com os contextos da mesma época e posteriores, nomeadamente no exterior desta estrutura, devemos considerar a possibilidade de estarmos perante espaço gerido por uma associação, provavelmente um colégio funerário. A concentração de enterramentos aumenta em directa proporção na medida em que avançamos cronologicamente na ocupação do espaço, ou seja, a partir do século III d.C. este deixa de ser uma área de enterramentos dispersos e aparentemente exclusivos, para se transformar numa zona funerária sem constrangimentos associados a alguma barreira física (Figura 5).

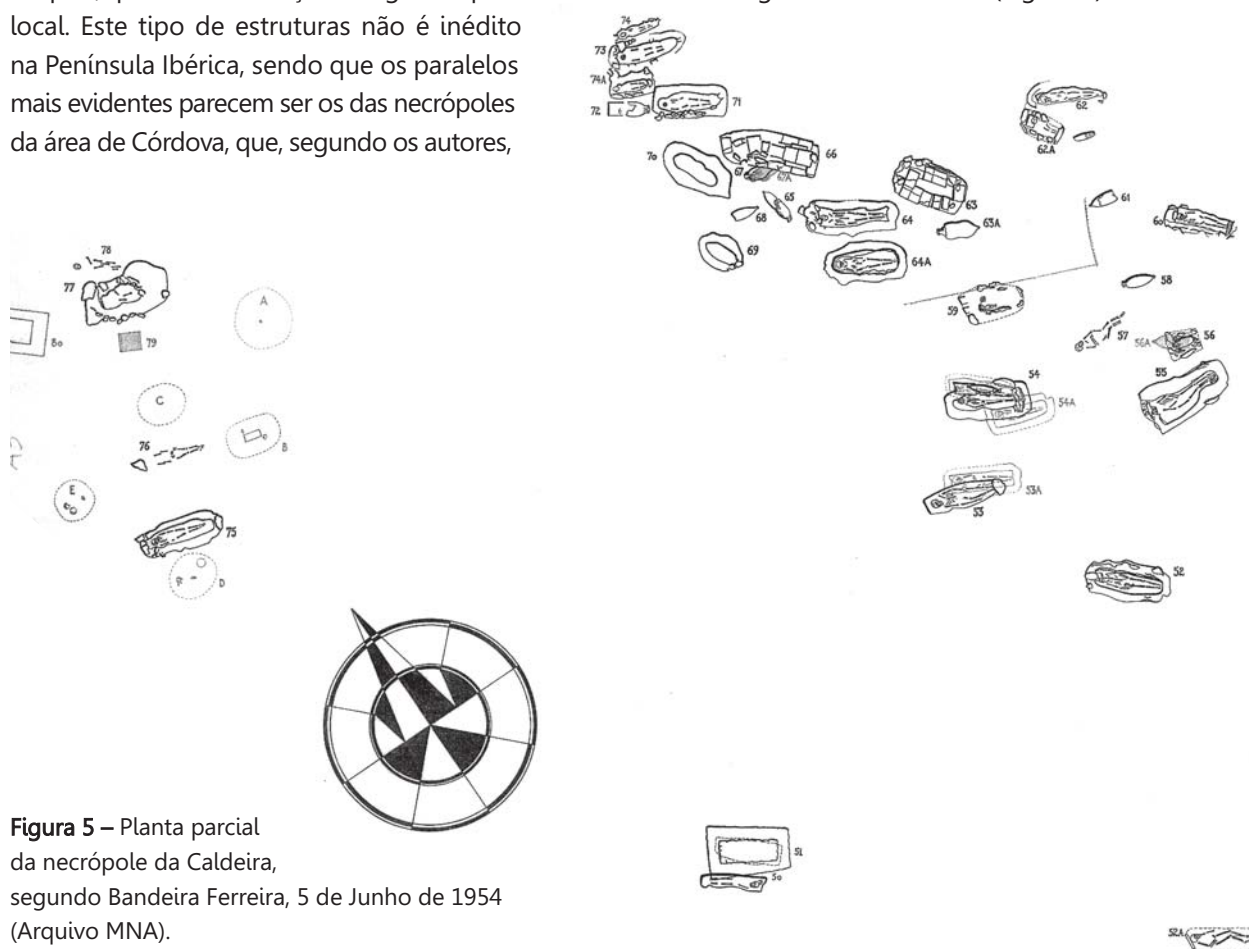


Figura 5 – Planta parcial da necrópole da Caldeira, segundo Bandeira Ferreira, 5 de Junho de 1954 (Arquivo MNA).

Com os dados actualmente disponíveis, podemos afirmar que a primeira fase de ocupação da necrópole da Caldeira se situa nos meados do século I d.C. (ALMEIDA, 2008: 30-48), confirmando as propostas cronológicas da equipa luso-francesa para o estabelecimento do complexo (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: 30), assim como dos estratos romanos mais antigos da área urbana de Setúbal (SOARES e SILVA, 1986). A incineração, embora residual, ainda é praticada no início do século III e as inumações já estão presentes em Tróia nos finais do século II e estendem-se, pelo menos, até ao século V. d.C.

A segunda fase (ALMEIDA, 2008: 49 e seguintes), que corresponde ao momento em que as últimas incinerações convivem ainda com as primeiras inumações, revela também um aumento na quantidade e qualidade, se assim podemos afirmar, do espólio depositado. É também interessante notar que a configuração das primeiras sepulturas de inumação em Tróia, orienta-se num eixo oposto àquele observado em época tardia. Aparentemente relacionadas com um cariz solar, estas orientações parecem corresponder a um ciclo de vida e morte, tal como o próprio ciclo do Sol. Neste caso, o cadáver é depositado com os pés orientados para Poente, ao contrário das inumações mais tardias que se crêem cristãs, onde o indivíduo está virado para Oriente, local de onde o Messias surgiria numa perspectiva escatológica para um último julgamento. Independentemente das religiões que possamos associar a estas orientações, cuja evidência não é apenas residual e está devidamente atestada, esta segunda fase relaciona-se sem dúvida com a chegada a Tróia de cultos orientais, sendo tentador, embora totalmente imperceptível no registo arqueológico e por isso infundado, atribuir estas primeiras inumações a qualquer culto com essas características, incluindo o culto mitraico (CUMONT, 1929), bem atestado em Tróia.

A partir da segunda metade ou de finais do século III d.C., assistimos à presença de enterramentos em ânfora na necrópole da Caldeira. A prática utiliza este contentor como sarcófago infantil e não se verifica em épocas anteriores, como teremos oportunidade de comentar mais à frente.

Do total das 111 inumações identificadas ao longo deste trabalho, 27 correspondem a enterramentos em ânfora e, dos tipos passíveis de identificação segura, onze a ânforas do tipo Keay 78, uma do tipo Africana IID (identificada apenas por fotografia), uma do tipo Almagro 50, duas do tipo Almagro 51 a-b e três do tipo Almagro 51c, duas delas da variante C, sendo que a outra é impossível precisar.

O tipo Keay 78 representa assim cerca 41 % do total de enterramentos em ânfora, distribuindo-se pelas sepulturas 3, 19, 25-A, 58, 61-A, 65, 72, 56-A e 89. Estas sepulturas distribuem-se pelas fases 2C e 2D, datadas a partir da segunda metade do século III até meados do século V (?) d.C. (ALMEIDA, 2008).

O tipo 78 de Keay

Este tipo de contentor, que já conheceu uma série de denominações – a saber: Cardoso 91 (CARDOSO, 1986, 163); Keay 78 (KEAY, 1984, fig. 173, n.º 3); Diogo 8 (DIOGO, 1991); Sado 1, var. B (MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996) (PINTO e ALMEIDA, 2013) (Figura 6) –, está presente no registo arqueológico das olarias sadinas da Quinta da Alegria, Pinheiro e Abúl, mas a ausência de exemplares de perfil completo nestes centros produtores faz com que ainda suscite algumas dúvidas, pelo menos no que diz respeito às suas variantes, cuja existência é indelével, como teremos oportunidade de observar.

A típica Keay 78 descrita pelo investigador britânico (KEAY, 1984, fig. 173, n.º 3) caracteriza-se por ser um contentor de paredes mais finas que as ânforas sadinas cronologicamente anteriores, bordo curto de perfil almofadado, asas curtas, colo pouco estrangulado, com uma pança larga que termina num fundo em botão, maciço, que pode apresentar uma ou várias caneluras. Esta é a ânfora de eleição no que diz respeito aos enterramentos infantis em Tróia, o que não espanta devido sobretudo ao seu tamanho, embora, como já referimos, haja a assinalar a presença de outros tipos utilizados como sarcófagos (ALARCÃO, 1988; DUARTE, 2003; ALMEIDA, 2008).

A produção deste tipo corresponde, portanto, a um momento em que surgem novas formas, de características morfológicas distintas das anteriores. Esta forma em particular, parece ter algumas afinidades com as produções norte-africanas, nomeadamente

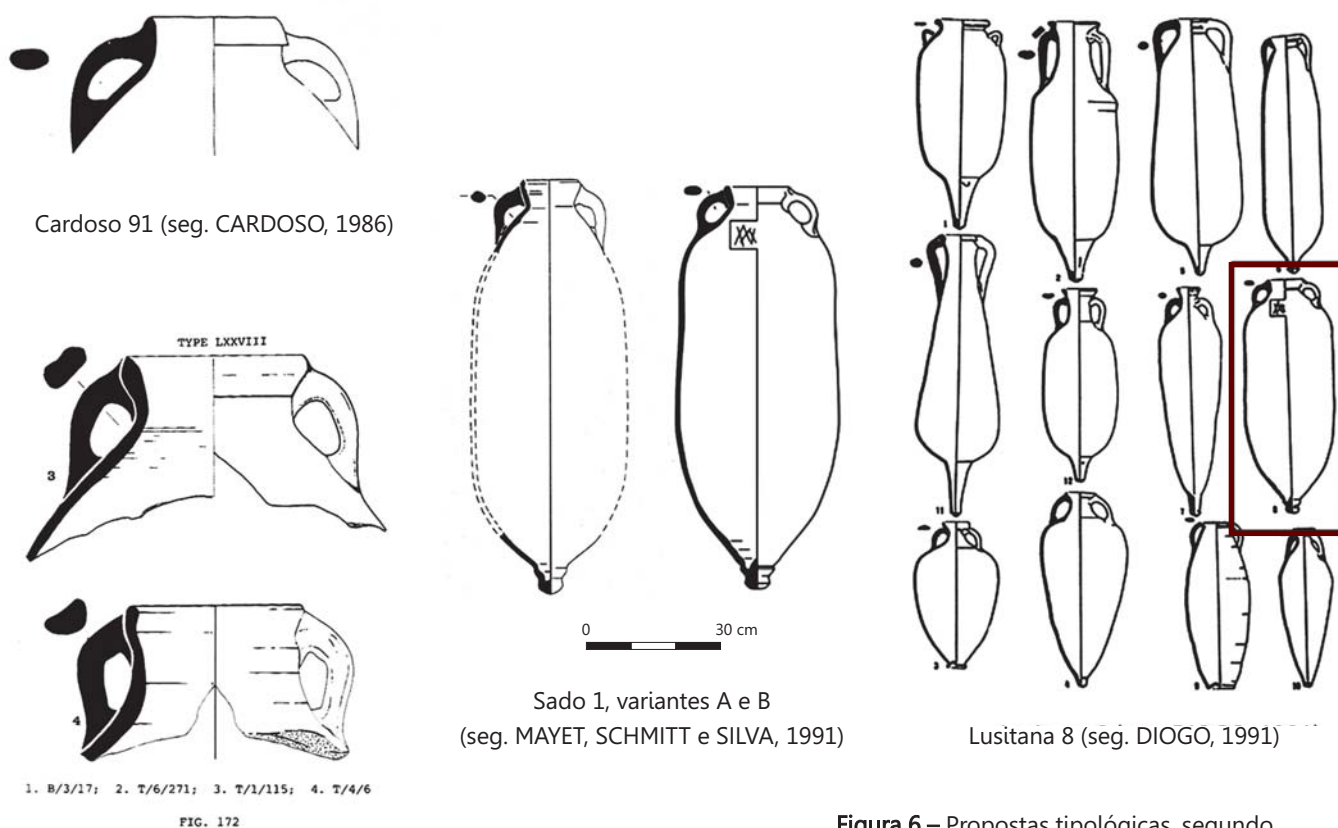


Figura 6 – Propostas tipológicas, segundo CARDOSO, 1986; KEAY, 1984; DIOGO, 1991 e MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996.

com uma espessura de parede mais fina, quebrando a tradição que se verificava nas produções anteriores, e um fundo maciço, quiçá fruto da chegada de oleiros originários daquela área (FABIÃO, 2008: 738). A presença de exemplares inteiros no Museu Nacional de Arqueologia serviu de base para a reconstituição das formas apresentadas nas publicações anteriormente citadas, sem que se precisasse o seu contexto arqueológico exacto. No entanto, Guilherme Cardoso refere pela primeira vez que se trata de ânforas provenientes da necrópole da Caldeira, e vai mais longe, referindo que convivem com ânforas do tipo Africana Grande na mesma necrópole (CARDOSO, 1986). A cronologia proposta para o início da produção da variante A do tipo Sado 1 situa-se, segundo Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva, na segunda metade do século III, e a da variante B do mesmo tipo (Keay 78) já durante o século IV. d.C. (MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996). Por sua vez, Simon Keay situa-a entre os séculos IV e meados do V, baseando a sua cronologia nos fragmentos recolhidos em níveis tardios de Tarragona (KEAY, 1984).

Ainda sobre a variante A do tipo Sado 1, não detectámos com segurança qualquer exemplar na necrópole, nem sob a forma de registo gráfico ou fotográfico, nem pela existência de qualquer material com estas características nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, embora a fotografia da ânfora utilizada na sepultura 58 (Figura 7) aparente ter um bordo e asas diferentes da típica Keay 78, especialmente o estrangulamento muito pronunciado do gargalo, em linha com aquilo que poderá ser a variante A do



Figura 7 – Sepultura 58, necrópole da Caldeira, s/d (Arquivo MNA).

tipo Sado 1, descrita nos anteriores trabalhos sobre a produção anfórica do Sado (MAYET e SILVA, 1998: 144). Infelizmente, no acervo do Museu Nacional de Arqueologia apenas se encontram conservados a pança e o fundo.

Depois da análise dos relatórios da escavação da necrópole da Caldeira, é possível que a ânfora Keay 78 já se encontre presente nos finais do século III d.C., devido à associação de contextos da mesma época, embora as inumações destas últimas fases sejam extremamente difíceis de datar, sobretudo quando se trata de dados antigos e de escavações longe de satisfazer os parâmetros actuais. Certo é que esta forma já se encontra devidamente "estabilizada" durante todo o século IV d.C., sendo que a sua enorme capacidade parece confirmar um pico na produção em Tróia e consequente exportação a longa distância, embora, como já referi, não se conheça totalmente o alcance desta exportação. A suportar esta teoria, é significativo o quadro que se refere aos enterramentos da necrópole da Caldeira, sendo evidente que nesta pequena amostra de mais de uma centena de enterramentos, mais de metade correspondem precisamente aos séculos IV e V, reflectindo a presença de pessoas no local e contrariando a ideia de uma decadência económica da Lusitânia na Antiguidade Tardia.

Para além da forma típica Keay 78, identificámos uma ânfora de características um pouco diferentes. Durante o desenho da ânfora da sepultura 65 (Figura 8, n.º 3), encontrámos a parte superior de uma ânfora que se integra sem dificuldades no tipo Keay 78, embora apresente um bordo ligeiramente mais alto que as anteriores, mas que cola efectivamente com um fragmento de pança e fundo que à, primeira vista, se aproximaria mais da forma Almagro 51c variante C, ou até mesmo de uma Almagro 51 a-b. Esta colagem, sobre a qual não restam quaisquer dúvidas, permitiu a identificação de uma variante do tipo Keay 78 que até agora permanecia inédita, sobretudo pelas características que geralmente se reconheciam neste tipo. Esta situação vem lançar alguma confusão, sobretudo na identificação de fragmentos isolados que, à partida, podiam ser integrados no conjunto das Almagro 51c mais tardias, com corpo estreito e alongado e fundo apontado, ou das Almagro 51 a-b,

Catálogo

Sepultura 19 (Figura 8, n.º 1)

Datação: meados / finais do século III d.C.

Ânfora Keay 78

Sepultura 58 (Figura 7; Figura 8, n.º 2)

Datação: segunda metade do século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78 (?) / Sado 1, var. A (?)

Sepultura 65 (Figura 8, n.º 3)

Datação: séculos IV-V d.C.

Ânfora Keay 78 (?)

Sepultura 72 (Figura 8, n.º 4)

Datação: segunda metade do século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78

Sepultura 56-A (Figura 8, n.º 5)

Datação: segunda metade do século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78

Sepultura 89 (Figura 8, n.º 6; Figura 11)

Datação: segunda metade do século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78

Sepultura 3 (Figura 8, n.º 7; Figura 12)

Datação: finais do século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78

Nota: Apesar de não se encontrar descrita nos cadernos de campo nem existir registo fotográfico, esta ânfora tem a marcação de número de sepultura.

A colecção de numismática do MNA também regista a presença de uma moeda de Diocleciano cunhada em Alexandria entre 296-297 d.C. * (Figura 8, n.º 8): Anverso: IMP C DIOCLETIANVS P F AVG. Busto de imperador à direita; Reverso: CONCORDIA MILITVM Imperador à esquerda, recebendo de Júpiter, à direita, uma estatueta de Vitória que o coroa. Marca de controlo B, exergo: ALEXANDRIA (RUIVO, 2008, p. 348, n.º 58).

* Agradecemos ao Doutor José Ruivo a preciosa ajuda na leitura e análise do conjunto numismático da necrópole da Caldeira.

como referi. Para já, não existem dados suficientes para tecer qualquer proposta sobre a evolução para, ou a partir, deste tipo, embora nos inclinemos para uma fase mais tardia da produção, já que convive no mesmo estrato que uma Almagro 51 a-b também utilizada como contentor funerário (ALMEIDA, 2008: 57).

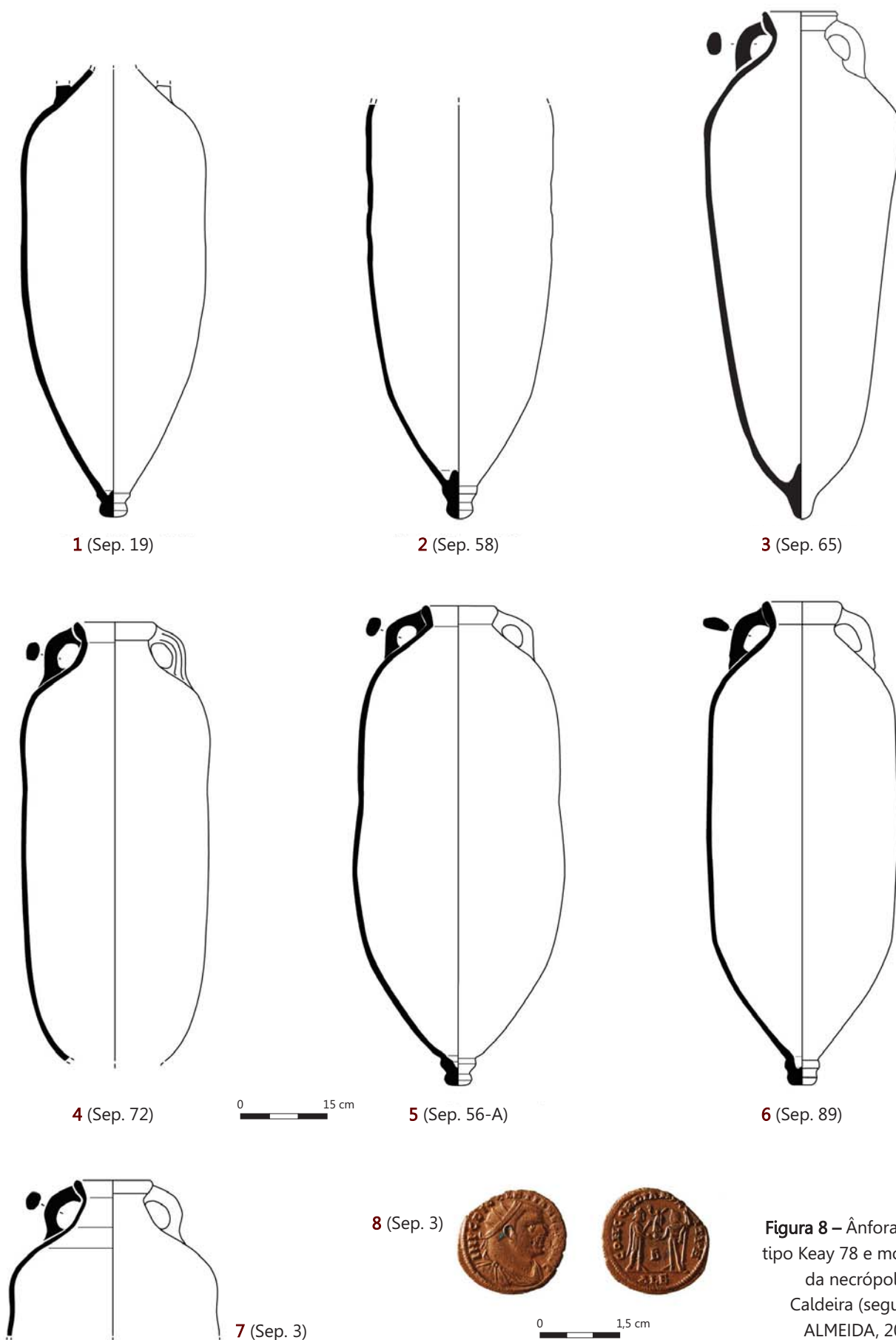


Figura 8 – Ânforas do tipo Keay 78 e moeda da necrópole da Caldeira (segundo ALMEIDA, 2008).

Figuras 9 e 10 –

À direita, Sepultura 25-A,
necrópole da Caldeira, s/d
(Arquivo MNA).

Em baixo, Sepultura 61-A,
necrópole da Caldeira, s/d
(Arquivo MNA).

**9**

A utilização ou reutilização de ânforas como sarcófagos infantis em contexto funerário não é um tema consensual no que diz respeito à sua justificação ou opção no momento de inumar o cadáver. Alguns autores defendem que a prática revela uma tendência étnica de longa tradição, "importada" do Norte de África e que se estendeu em Época Tardia um pouco por toda a bacia do mediterrâneo (CORRADO, 2003: 102). Outros propõem que o enterramento de infantes e nados mortos em ânforas é uma forma de regresso simbólico ao útero relacionado com a protecção maternal e com o renascimento (NORMAN, 2002).

Os paralelos para este tipo de ritual são extensos, pelo que seria praticamente impossível enumerá-los neste espaço. Sob pena de omitir grande parte dos locais onde foram identificados enterramentos infantis em ânfora, remetemos o leitor para a consulta de bibliografia que acompanha as referências das grandes áreas onde se praticou este tipo de ritual funerário: península Itálica – Óstia (CALZA, 1940; TOYNBEE, 1971: 102; PAVOLINI, 1983), Roma (ARENA *et al.*, 2001: 249), Poggio Gramignano (SOREN e SOREN, 1999) –; Sul da Gália (BEL *et al.*, 1987: 22); Norte de África – Pupput (BEN ABED e GRIESHEIMER, 2004: 143 e seguintes), Lamta (*Leptiminus*) (STIRLING, MATTINGLY e BEN LAZREG, 2001), Cartago (BOUCHNAKI, 1975: 168, n.º 478), Tipasa (*idem.* 167-168) –; Espanha – Ampúrias (ALMAGRO, 1955; KEAY, 1984, I: 9-11, 13-14), Barcelona (RIBAS BELTRÁN, 1967; KEAY, 1984, I: 30-36), Tarragona (*idem.* I: 21-27; DEL AMO, 1979; PASCUAL, 1967; VILARÓ, 1944) e Cartagena (CAPARRÓS e REVERTE, 1995). Da análise desta lista – muito sumária – torna-se óbvio que o denominador comum a este tipo de enterramentos, para além de uma cronologia homogénea

**10****Catálogo****Sepultura 25-A (Figura 9)**

Datação: séculos IV-V d.C.

Ânfora Keay 78 (não localizada no MNA)

Sepultura 61-A (Figura 10)

Datação: segunda metade de século III / início do século IV d.C. (?)

Ânfora Keay 78 (não localizada no MNA)

(séculos III-V a VI d.C.), reside no facto de se encontrarem todos na bacia do Mediterrâneo ocidental, como já tivemos oportunidade de comentar.

Parece-nos assim que, independentemente da validade de que se trata de uma tradição ou um elemento cultural, a reutilização de ânforas na forma de sarcófagos é também consequência da abundante disponibilidade deste tipo de contentores, precisamente nas áreas directa ou indirectamente expostas ao comércio feito por via marítima. Em Tróia não é difícil sustentar esta hipótese, uma vez que, para além da massiva utilização destes contentores para o envase



Figura 11 – Necrópole da Caldeira: sepulturas 89 (à esquerda) e 3 (à direita). Fotos de João Almeida.

e transporte no complexo industrial, o sítio convive com vários centros produtores de cerâmica, na sua larga maioria dedicados à produção de ânforas.

A abundância deste tipo de material em bom estado de conservação, reutilizado ou até rejeitado, poderá ser determinante para um estrato social baixo, sem hipóteses de providenciar um túmulo construído ao falecido. A reutilização de ânforas para outro fim que não o do envase e transporte é aliás bastante recorrente e diversificada. São utilizadas em fins tão díspares como canalizações, reservatórios, fontes, construção de estruturas ou modelação de terrenos e, obviamente, como sarcófago (PEÑA, 2007).

O ritual é frequentemente associado a uma simbologia uterina, não só no caso da utilização de ânforas, mas de todo e qualquer artefacto que se preste a conter os restos de incineração ou inumação. Os antropólogos relacionam esta prática com os ritos de reintegração da morte e do seu renascimento, associando a urna ao útero materno (THOMAS, 1980 *apud* in GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 88-89).

Enterramentos infantis na necrópole da Caldeira

Da extensão conhecida até hoje da necrópole da Caldeira, não parece existir uma diferenciação

entre o local de enterramento de adultos e de neonatos em Época Tardia. A atitude perante a morte prematura parece ter sido diferente durante o Alto Império, já que existe apenas uma excepção no panorama funerário desta fase, onde se documentou a inumação de um infante coberto por um *imbrex* junto a uma sepultura de incineração (ALMEIDA, 2008: 48, sepultura 107). Este enterramento confirma a passagem de Plínio ¹, onde se refere que os cadáveres dos infantes que ainda não tivessem revelado a sua dentição não deveriam ser incinerados, uma vez que se perderiam quaisquer vestígios físicos no decorrer do processo. Para além da importância da preservação destes restos humanos, a atitude perante a morte de um recém-nascido é substancialmente diferente daquela que se observa no caso dos adultos ou jovens adultos. À semelhança do que sucede por todo o Império, existe uma clara sub-representação desta faixa etária nas necrópoles romanas, o que está longe de corresponder a uma questão meramente estatística, uma vez que até ao século XX as taxas de mortalidade infantil se mantiveram na ordem dos 20 ou 30 %, no caso de neonatos. Segundo Villaescusa, podemos tentar justificar esta ausência com a exis-

¹ Plínio. *Naturalis Historia*. Livro VII, cap. XVI: LXXII.

tência de necrópoles dedicadas a recém-nascidos, ou até mesmo de enterramentos no interior das áreas habitacionais, relacionados com cultos domésticos ou públicos de tipo fundacional e de carácter pro-filático (GONZÁLEZ VILLAESCUSA, 2001: 80), o que no caso de Tróia não foi ainda documentado.

Em jeito de conclusão é importante referir que os trabalhos em curso no local ², assim como a investigação que o autor está a desenvolver com a sua dissertação de doutoramento, poderão completar o panorama, de certa forma incompleto, que não é mais do que a consequência da análise de uma pequena parte conhecida do mundo funerário em Tróia, a que corresponde a parcela escavada na necrópole

da Caldeira. Os enterramentos infantis em ânfora sucedem-se, por exemplo na área funerária junto ao columbário, a uma necrópole tardia escavada nos anos 70 e que, infelizmente, não conheceu qualquer publicação de resultados. Ocorrem ainda um pouco por toda a estação, ocupando áreas previamente abandonadas, o que lança algumas pistas sobre a forma como os enterramentos tardios eram praticados e de que forma se relacionavam com as áreas públicas e de laboração industrial. ■

² Agradecemos à Doutora Inês Vaz Pinto a colaboração na nossa investigação sobre o mundo funerário de Tróia.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster.
- ALMAGRO, M. (1955) – *Necrópolis de Ampúrias*. Barcelona.
- ALMEIDA, J. (2008) – *A Necrópole Romana da Caldeira, Tróia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno das décadas de 40-60 do século XX*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa. Vols. 1 e 2.
- ARENA, M. S.; DELOGU, P.; PAROLI, L.; RICCI, M.; SAGUÌ, L. e VENDITELLI, L. (eds.) (2001) – *Roma: Dall'antichità al medioevo. Archeologia e Storia*. Roma.
- BEL, V.; BERAUD, I.; GEBARA, Ch. e TRANOY, L. (1987) – "Les Néropoles à Incinération et à Inhumation en Gaule Méridionale du I^{er} au III^e s. après J.C.". In *Incinérations et Inhumations dans l'Occident Romain aux Trois Premiers Siècles de Notre Ère*. IV^e Congrès Archéologique de Gaule Méridionale. Toulouse-Montrejeau, 7-10 Octobre 1987.
- BEN ABED, A. e GRIESHEIMER (coords.) (2004) – *La Néropole Romaine de Pupput*. Roma (*Collection de l'École Française de Rome*, 323).
- BOUCHENAKI, M. (1975) – *Fouilles de la Néropole Occidentale de Tipasa (Matarès) (1968-1972)*. Alger.
- CALZA, G. (1940) – *La Necropoli del Porto di Roma nell'Isola Sacra*. Roma.
- CAPARRÓS, M.^a B. e REVERTE, M.^a L. (1995) – "Tipología de Enterramientos en la Necrópolis de San Antón en Cartagena". In *IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Lisboa 1992*. Barcelona.
- CARDOSO, G. (1986) – "Fornos de Ânforas Romanas na Bacia do Rio Sado: Pinheiro, Abul e Bugio". *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 25: 153-173.
- CORRADO, M. (2003) – "Le Anfore Tarde del «dark layer» di UC VIII (US 1098)". In *Ricerche Archeologiche nei Corti-ki dell'Università Cattolica. Dall'Antichità al Medioevo*. Milão: V&P Università, pp. 101-131.
- CUMONT, F. (1929) – *Las Religiones Orientales y el Paganismo Romano*. Madrid. Tradução castelhana (1987).
- DEL AMO, María Dolores (1979) – *Estudio Crítico de la Necrópolis Paleocristiana de Tarragona, I*. Tarragona.
- DESIDERIO VAQUERIZO (coord.) (2001) – *Funus Cordubensium. Costumbres funerarias en la Cordoba romana. Seminário de Arqueologia*. Córdoba: Universidade de Córdoba.
- DIOGO, A. M. D. (1987) [1991] – "Quadro Tipológico das Ânforas de Fabrico Lusitano". *O Arqueólogo Português*. Série IV. 5: 179-191.
- DUARTE, C. (col.) (2003) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Capítulo 7, "Bioantropologia", pp. 263-296 (*Trabalhos de Arqueologia*, 29).

- ENCARNAÇÃO, J. de (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F. (1994) – *Un Grand Complexe Industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- FABIÃO, C. (2008) – “Las Ânforas de Lusitania”. In BERNAL, D. e RIBERA, A. (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas: un estado de la cuestión*. XXVI Congreso Internacional de la Asociación *Rei Cretariae Romanae Fautores*. Cádiz, pp. 725-745.
- GONZÁLEZ VILLAESCUSA, R. (2001) – *El Mundo Funerario Romano en el País Valenciano. Monumentos funerarios y sepulturas entre los siglos I a de C. - VII d. de C.* Madrid / Alicante : Casa de Velásquez / Instituto A. C. «Juan Gil-Albert».
- KEAY, S. (1984) – *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean, a Typology and Economic Study: the Catalan Evidence*. Oxford. BAR, I. S., 196. 2 vols.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pí-nheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. e SILVA, C. T. (1996) – *Les Amphores du Sado*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- NORMAN, N. (2002) – “Death and Burial of Roman Children: the case of the Yasmina cemetery at Carthage. Part i: setting the stage”. *Mortality*. Routledge. 7: 302-323.
- PASCUAL, R. (1967) – “Les Ânfores de la Necrópolis Paleocristiana de Tarragona”. *B.A.R.S.A.T.* 54-55: 3-27.
- PAVOLINI, C. (1978-1983) – “Ostia: Vita quotidiana I-III”. *Itinerari ostiensi*. Roma. 3-4.
- PEÑA, J. T. (2007) – *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Cambridge University Press.
- PINTO, I. e ALMEIDA, J. (2013) – “Record Sado 1 (Western Lusitania)”. *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (www.amphorae.icac.cat), 2 October 2013.
- RIBAS BELTRÁN, M. (1967) – “Necrópolis Romana en la Basílica de Santa Maria del Mar de Barcelona”. In *Iª Reunión Nacional de Arqueología Paleocristiana* (Vitória 29-30 Outubro 1966). Vitoria, pp. 259-277.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1986) – “Ocupação Pré-Romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos”. In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa, pp. 87-101 (*Trabalhos de Arqueologia*, 3).
- SOREN, D. e SOREN, N. (1999) – *A Roman Villa and a Late-Roman Infant Cemetery: Excavation at Poggio Gramignano, Lugnano in Teverina*. Roma: “L’Erma” di Bretschneider (*Bibliotheca Archaeologica*, 23).
- STIRLING, L. M.; MATTINGLY, D. J. e BEN LAZREG, N. (eds.) (2001) – “Leptiminus (Lamta): a Roman port city in Tunisia. Report no. 2: the East Baths, cemeteries, kilns, Venus mosaic, site Museum, and other studies”. *Journal of Roman Archaeology*. Portsmouth. Suplemento 42.
- THOMAS, L.-V. (1980) – *Le Cadavre. De la biologie à l’anthropologie*. Bruxelas.
- TOYNBEE, J. M. C. (1971) – *Death and Burial in the Roman World*. Baltimore e Londres: John Hopkins University Press.
- VILARÓ, J. S. (1944) – “Sepulcros y Ataúdes de la Necrópolis de San Fructuoso”. *Ampúrias*. 6: 179-207.

Olarias Romanas do Sado

Françoise Mayet

Directeur de Recherche Émerite au CNRS -
Centre National de la Recherche Scientifique.

Carlos Tavares da Silva

Coordenador do Centro de Estudos
Arqueológicos. Museu de Arqueologia e
Etnografia do Distrito de Setúbal
(cea.maeds@amrs.pt).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2011.

Revisto pontualmente em Abril de 2017.

A presente comunicação constitui uma breve síntese dos resultados dos trabalhos arqueológicos promovidos pelos autores (respectivamente, da Missão Arqueológica Francesa em Portugal e do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal) e amplamente publicados em TAVARES DA SILVA, 1996; MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996; MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998, 2002, 2005 e 2009.

Resumo

Apresenta-se uma síntese dos resultados das escavações arqueológicas efectuadas pelos autores em três olarias romanas do Baixo Sado: Largo da Misericórdia, em Setúbal, Abul A e Pinheiro. A primeira funcionou na época de Tibério-Cláudio; a segunda, entre Tibério-Cláudio e meados do século III e a do Pinheiro entre o terceiro quartel do séc. I e meados do séc. V. Foram identificados três grandes tipos de fornos: circulares, que produziram ânforas e cerâmica comum (nas três olarias); pequeno forno quadrangular especializado na cozedura de opérculos de ânforas (no Pinheiro); grande forno rectangular destinado à cozedura de tijolos e telhas (no Pinheiro). Os fornos circulares subdividem-se, segundo a classificação de DUHAMEL (1974), em **Ia**, com data da primeira metade do séc. I (Largo da Misericórdia), e **Ib**, do 3.º quartel do séc. I ao séc. V (Pinheiro). No decurso do Baixo Império, os fornos circulares ocorrem isolados (não geminados, ao contrário do que se verifica no Alto Império); a frontaria de pedra está ausente; o *praefurnium* é tendencialmente mais longo; a câmara de aquecimento torna-se progressivamente mais pequena; a qualidade da construção degrada-se.

Também no que se refere à produção anfórica se nota uma evolução: no Alto Império, a partir de Tibério-Cláudio fabrica-se um único tipo – a ânfora Dressel 14 em três variantes sucessivas (A, nos 2.º e 3.º quartéis do séc. I; B, na 2.ª metade do séc. I e 1º quartel do séc. II; e C, no séc. II); na passagem do séc. II para o III, produzem-se a Dressel 14 tardia e a variante A da Almagro 51c; ao longo do Baixo Império surgem os tipos Almagro 51c nas variantes B (sécs. III e IV) e C (sécs. IV e V), Almagro 50 (sécs. III-V), Sado 1, nas variantes A (séc. III e 1ª metade do IV) e B (2ª metade do séc. IV - séc. V), Sado 2 (séc. V), Almagro 51a-b (da 2.ª metade do séc. IV ao séc. V) e Sado 3 (séc. V).

Palavras-chave: fornos de ânforas, produção de ânforas, Império Romano, economia romana, Sado.

Abstract

The authors are introducing a synthesis on the results of their archaeological excavations in three Roman amphorae kilns in lower Sado: Misericordia square in Setubal, Abul A and Pinheiro. The former was used in the Tiberian-Claudian period, the second between Tiberian-Claudian period and mid third century, and Pinheiro between the third quarter of the first century and mid fifth century. Three main types of kilns were identified: round shaped that produced amphorae and common ceramics (in all the three locations); small square kiln specialized in the production of amphorae lids (Pinheiro); large rectangular kiln used to burn bricks and tiles (Pinheiro). The round kilns were subdivided according to the DUHAMEL (1974) classification: **la**, dated in the first half of the first century (Misericordia square) and **lb**, from the third quarter of the first century to the fifth century (Pinheiro). During the Lower Empire, the kilns with circular plan appeared isolated (not geminated and without a stone façade as it was used in the High Empire); the praefurnium was longer than in the kilns of the High Empire; the heating chamber became progressively smaller and the quality of construction was reduced.

Regarding the amphorae production there was an evolution: in the High Empire, from the Tiberian-Claudian period to the end of the second /beginning of the third centuries, only one type of amphorae was produced - the Dressel 14 in three different variants (A, second and third quarters of the first century; B, in the second half of the first century and first quarter of the second century; C, in the second century).

At the end of the second century or beginning of the third, late Dressel 14 and type A of Almagro 51c were produced. During the Lower Empire a great diversity of forms were observed: Almagro 51c, variant B (third and forth centuries), variant C (forth and fifth centuries), Almagro 50 (from the third century to the fifth), Sado 1, variant A (third century and the first half of the forth) and B (second half of the forth century and fifth), Sado 2 (fifth century), Almagro 51a-b (from the second half of the forth to the fifth centuries) and Sado 3 (in the fifth century).

Key words: Amphora kiln, amphora production, Roman empire, Roman economy, Sado.

Olarias Romanas do Sado

Françoise Mayet

Directeur de Recherche Émerite au CNRS -
Centre National de la Recherche Scientifique.

Carlos Tavares da Silva

Coordenador do Centro de Estudos
Arqueológicos. Museu de Arqueologia e
Etnografia do Distrito de Setúbal
(cea.maeds@amrs.pt).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2011.

Revisto pontualmente em Abril de 2017.

A presente comunicação constitui uma breve síntese dos resultados dos trabalhos arqueológicos promovidos pelos autores (respectivamente, da Missão Arqueológica Francesa em Portugal e do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal) e amplamente publicados em TAVARES DA SILVA, 1996; MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996; MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998, 2002, 2005 e 2009.

Foram até ao presente identificadas (com segurança), no Baixo Sado, nove olarias romanas ¹. Oito localizam-se na margem direita do paleo-estuário: Barrosinha, a montante de Alcácer do Sal, Bugio, Enchurrasqueira, Abul A, Abul D, Pinheiro, Quinta da Alegria e Largo da Misericórdia (Setúbal). A nona tem lugar no Zambujalinho (margem esquerda da ribeira de Marateca) e foi objecto de comunicação por I. C. Fernandes e C. Fabião a este Seminário. Somente quatro foram escavadas arqueologicamente: Largo da Misericórdia (TAVARES DA SILVA, 1996), Pinheiro (MAYET e TAVARES DA SILVA, 1998), Abul A (MAYET e TAVARES DA SILVA, 2002) e Zambujalinho.

A olaria do Largo da Misericórdia assentou em areias de uma restinga; as restantes ocuparam áreas de geologia terciária ricas em argila e situaram-se na antiga margem do paleo-estuário, o que permitiu o fácil escoamento, por via fluvial, do material cerâmico nelas produzido. A madeira necessária ao funcionamento dos fornos seria obtida nas proximidades, em flo-

restas de pinheiro e sobreiro, como as que ainda hoje se podem observar enquadrando a maior parte desses arqueossítios.

Cronologia

O funcionamento dos referidos estabelecimentos oleiros remonta ao Alto Império (alguns deles iniciaram a actividade durante o período Tibério-Cláudio, como o do Largo da Misericórdia), com a excepção de Abul D, que começa a laborar somente no Baixo Império, na sequência do encerramento de Abul A, ocorrido por meados do século III.

¹ Após a apresentação da presente comunicação, um dos autores (C.T.S.) identificou, na Rua António Joaquim Granjo, n.º 19, no centro histórico de Setúbal (através de escavações arqueológicas promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal), entulheira de uma nova olaria datável do período augustano e onde se produziram ânforas lusitanas precoces.

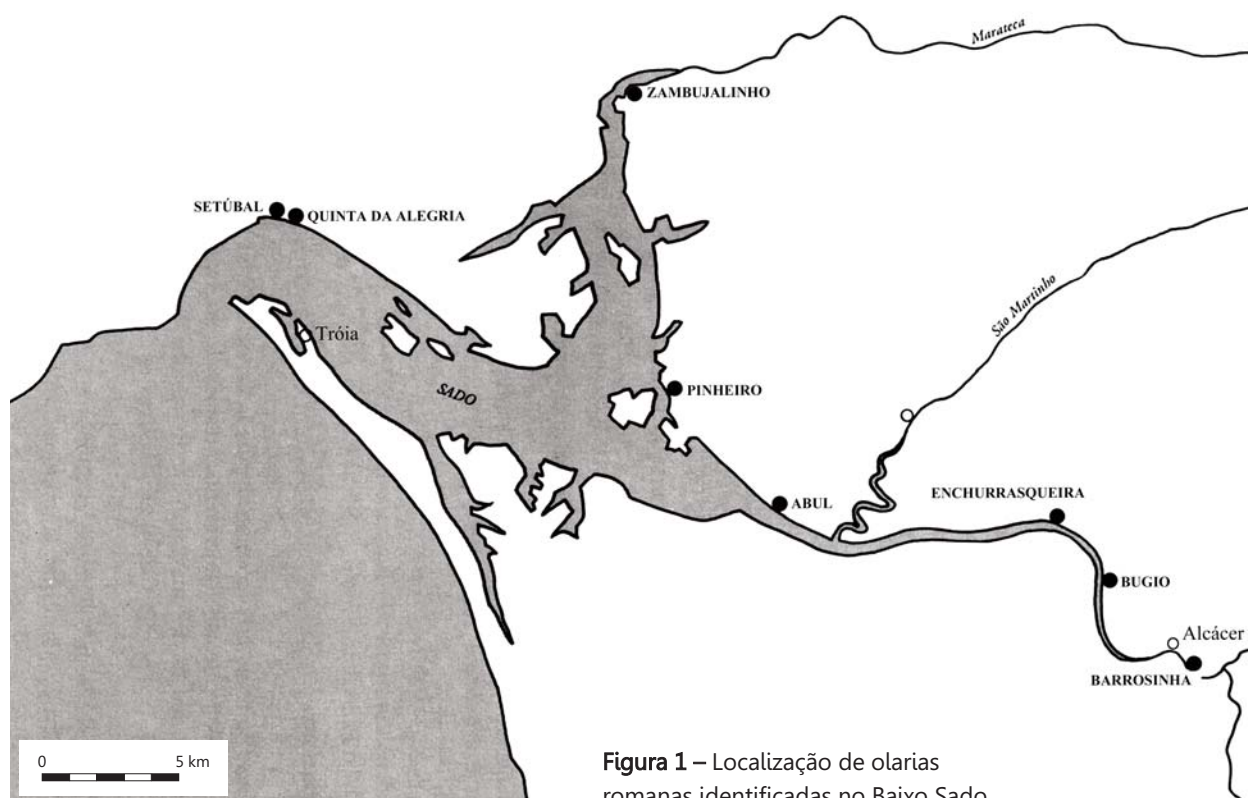
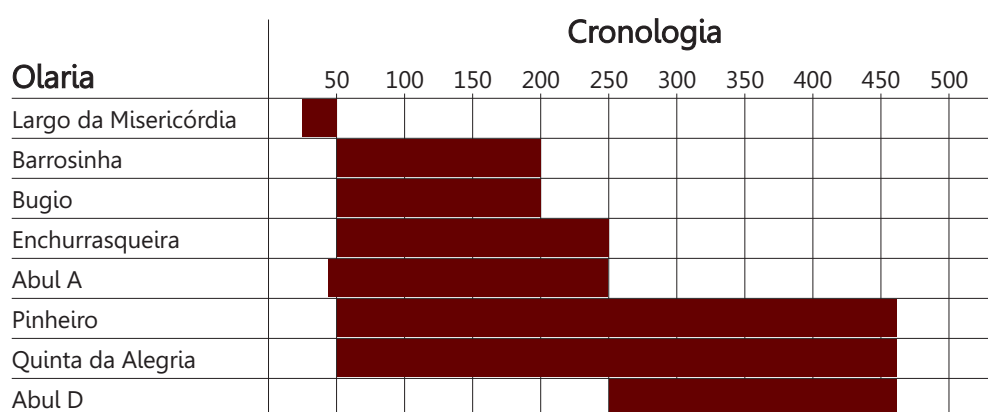


Figura 1 – Localização de olarias romanas identificadas no Baixo Sado.

Figura 2 – Cronologia aproximada das olarias romanas identificadas no Baixo Sado.



Já a cronologia do seu abandono é muito diversa: a olaria do Largo da Misericórdia não teria ultrapassado o reinado de Cláudio; as da Barrosinha e Bugio podem ter atingido o século II; a de Abul A e talvez também a de Enchurrasqueira encerram por meados do século III; as de Abul D, Pinheiro e Quinta da Alegria teriam funcionado até ao século V.

Organização espacial de uma olaria

A escavação da olaria romana de Abul A forneceu-nos elementos sobre a sua organização espacial. O sítio arqueológico de Abul A ocupa pequena península da margem direita do paleo-estuário do Sado, limitada a Norte e a Sul por duas enseadas que oferecem boas condições naturais de carácter portuário. A área central desta península é elevada, formando como que um promontório. Sobre este foi erguido, no século VII a.C., um edifício de acentuadas características orientalizantes.

Abandonado no século VI a.C., o local é reocupado na primeira metade do século I d. C.; a partir da época claudiana, desenvolve-se aí uma olaria; situava-se entre a vertente Sul do promontório e a margem da enseada meridional, abrangendo a área de cerca de 2000 m². Os diferentes sectores de actividade organizavam-se em torno de um pátio que funcionaria a céu aberto e onde as peças de barro ficariam a secar. O limite Norte era constituído por uma bateria de cinco fornos, protegida por telheiro e que reutilizou, para a sua implantação, o fosso que, no século VII a.C., rodeava o palácio-feitoria fenício. A Sul, na margem do rio, situava-se a zona portuária, tendo sido posto a descoberto um extenso armazém onde os artefactos cerâmicos (ânforas e cerâmica comum) produzidos na olaria ficariam a aguardar o transporte por barco para o complexo fabril de produção de preparados piscícolas localizado a jusante, em *Caetobriga* (Setúbal), Tróia, Comenda e Creiro. A Leste, o pátio seria encerrado por um muro, exumado parcialmente em dez metros do seu comprimento.

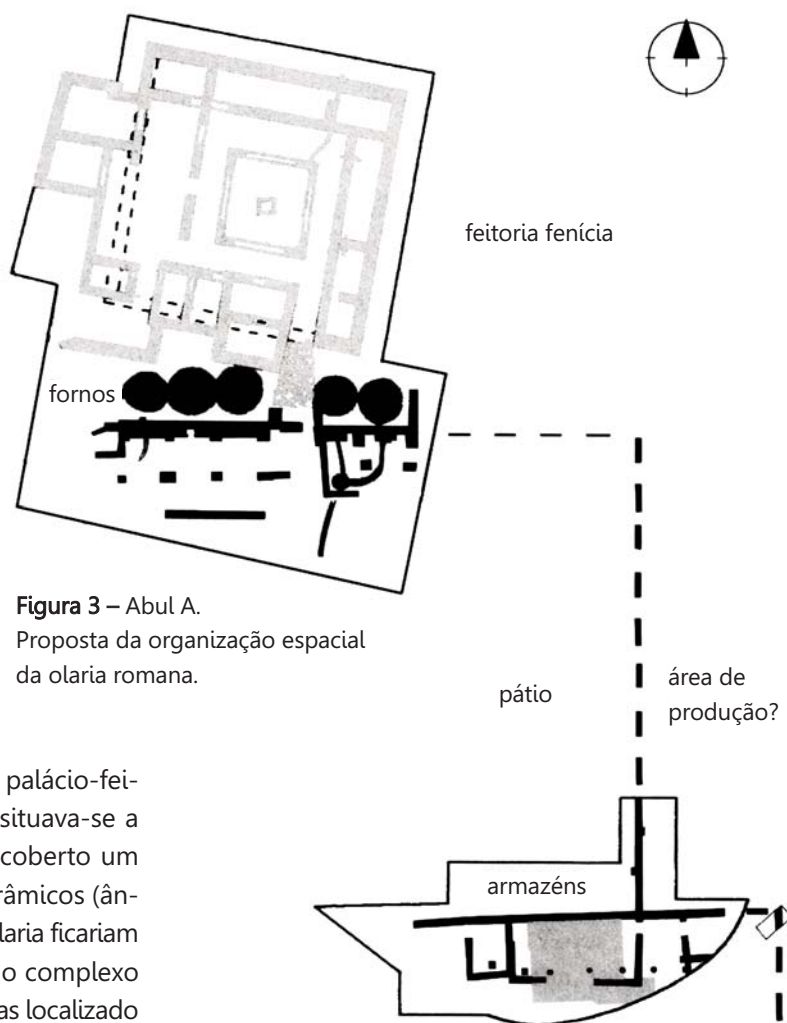


Figura 3 – Abul A.
Proposta da organização espacial
da olaria romana.

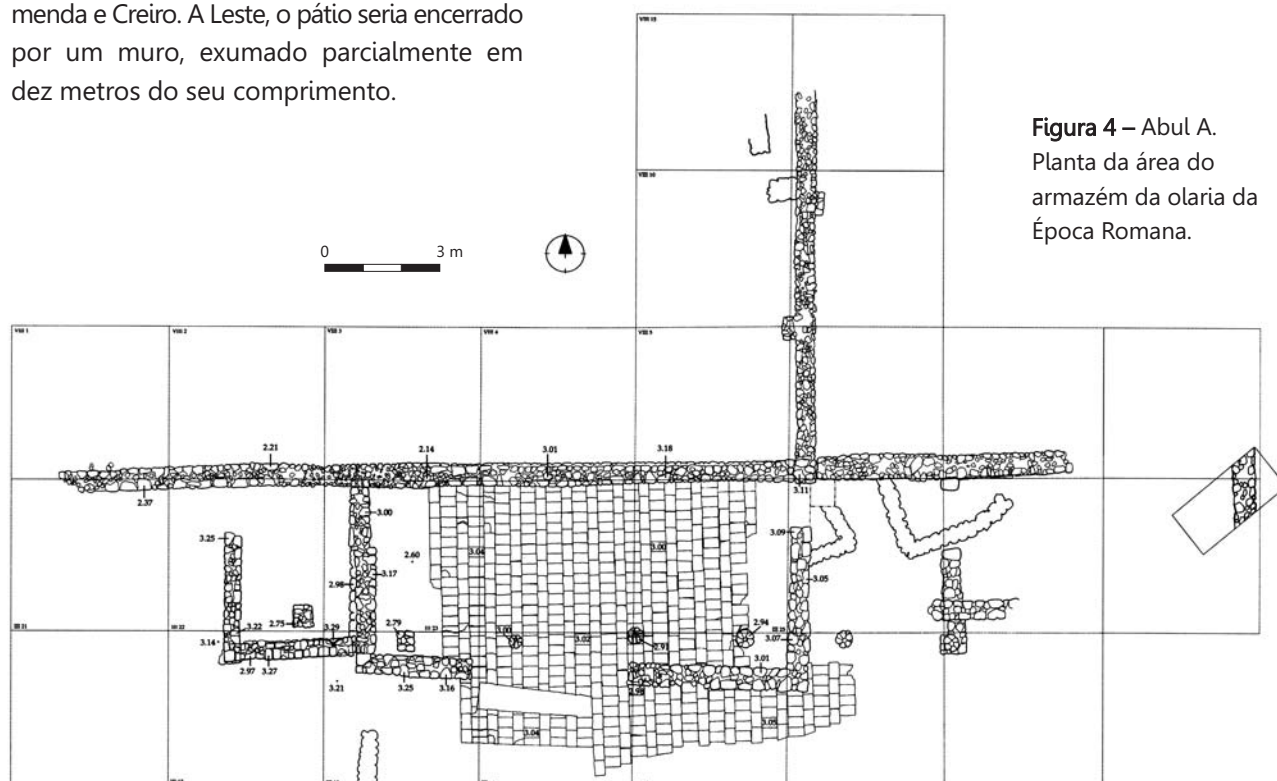


Figura 4 – Abul A.
Planta da área do
armazém da olaria da
Época Romana.

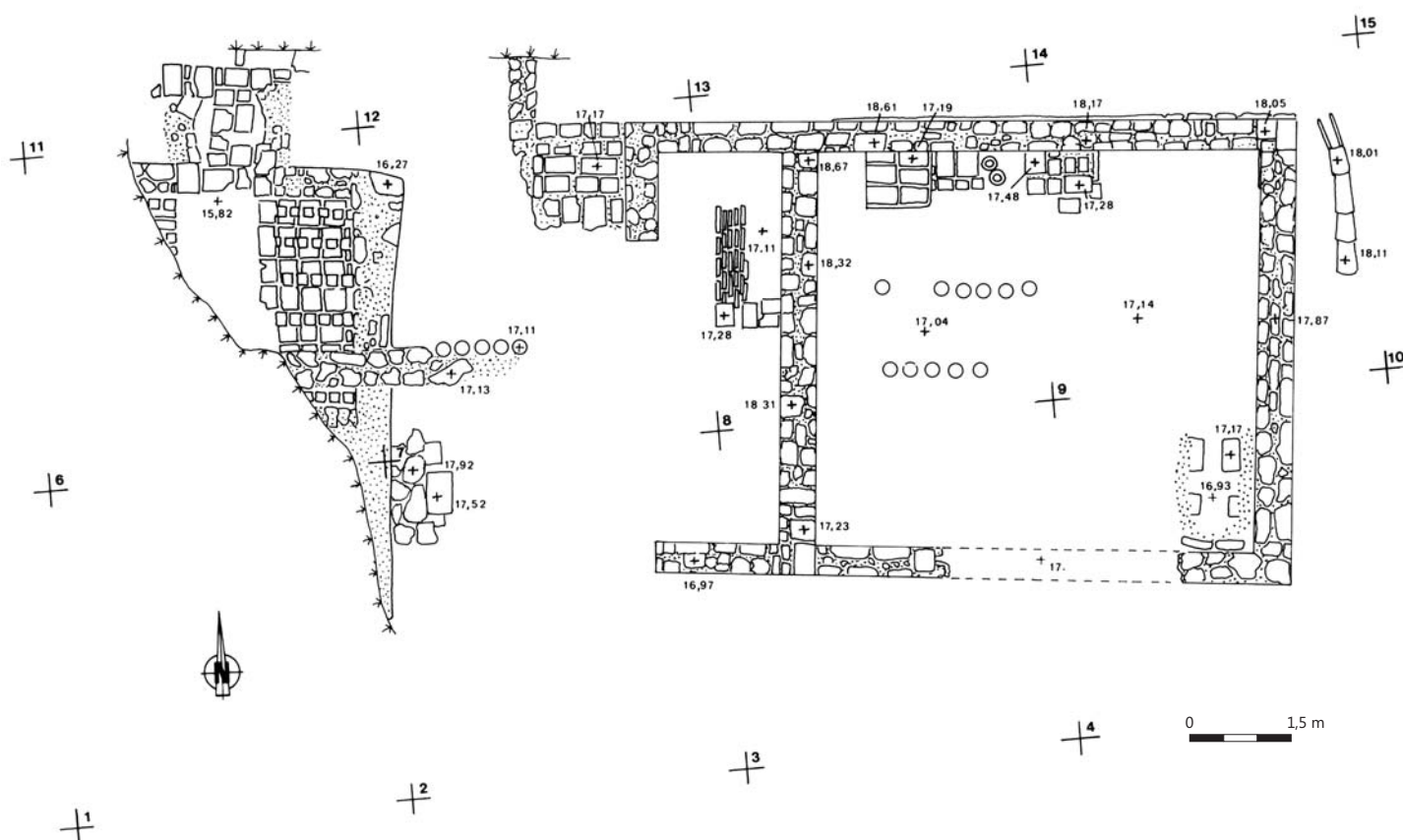


Figura 5 – Pinheiro. Planta da “cozinha comunitária” (lado direito) e de forno rectangular destinado à cozedura de material de construção (lado esquerdo).

O armazém portuário revelou três fases de construção. Na primeira fase, datada da época claudiana, era pavimentado por tijoleiras, possuía mais de 30 m de comprimento e largura indeterminada.

Na segunda fase (final do século I), o edifício primitivo é dividido em três salas, sendo a central, a mais extensa (14 m de comprimento), pavimentada a tijoleiras. O telhado seria de duas águas, suportado por fiada central de seis colunas.

A terceira fase de construção, datada dos inícios do século III, consistiu numa reestruturação do edifício preexistente, sendo erguidos muros irregulares que definiram um compartimento com 10,7 m de comprimento por 4,3-4,8 m de largura, compartimento que comunicava com duas salas laterais. A camada de derrubes correspondente a esta última fase do armazém é datável de meados do século III, ou seja, do final do funcionamento da olaria de Abul A.

No sítio arqueológico do Pinheiro, que a partir dos anos 50 do século XX foi objecto de exploração de areias destinadas à construção de canal de rega, o que provocou a destruição de cerca de um terço da

sua área, os nossos trabalhos não obtiveram qualquer informação sobre a organização interna da olaria da época romana. Contudo, além de termos registado sete fornos, pusemos a descoberto uma estrutura arquitectónica do Alto Império a que atribuímos a função de “cozinha comunitária”. Trata-se de um edifício de planta rectangular com 6,5 por 6 metros. A presença, no seu interior, de um forno de cozer pão, de uma lareira e de fundos de ânforas (tipo Dressel 14) implantados no solo, talvez utilizados para conter produtos culinários, parece corresponder a uma cozinha comunitária. A confirmar-se esta função, seríamos levados a admitir que os oleiros não viviam no Pinheiro durante a totalidade do ano, mas sim sazonalmente, assoldados em regime de “ranchada”.

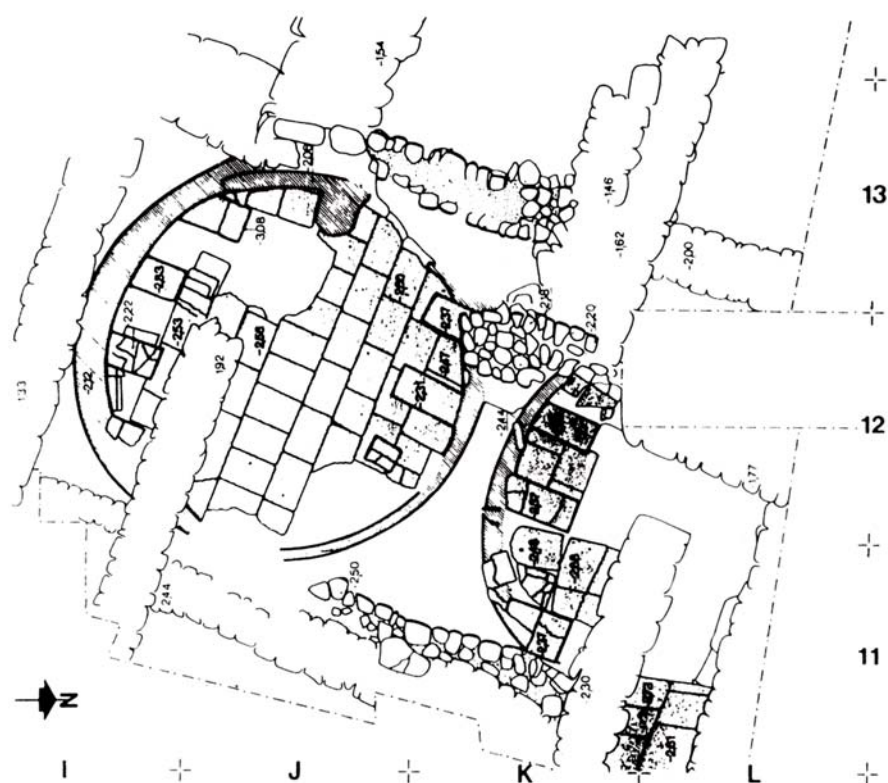
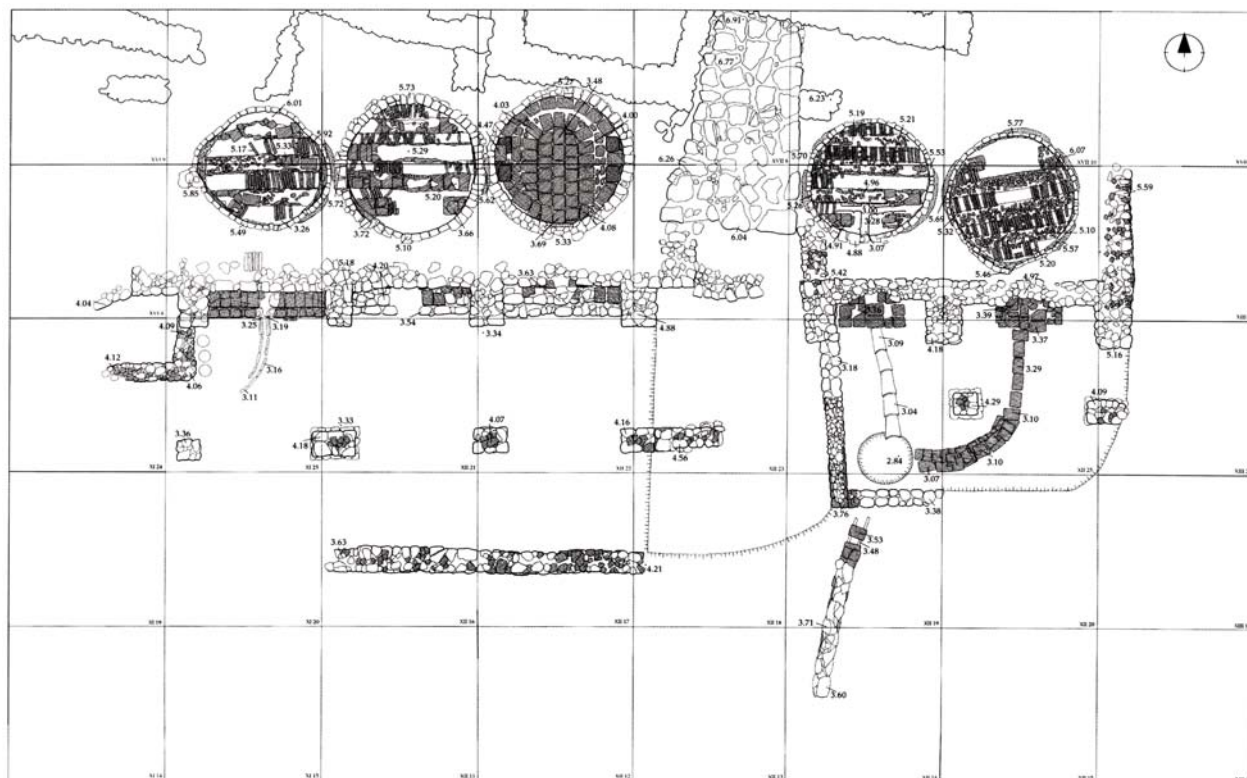
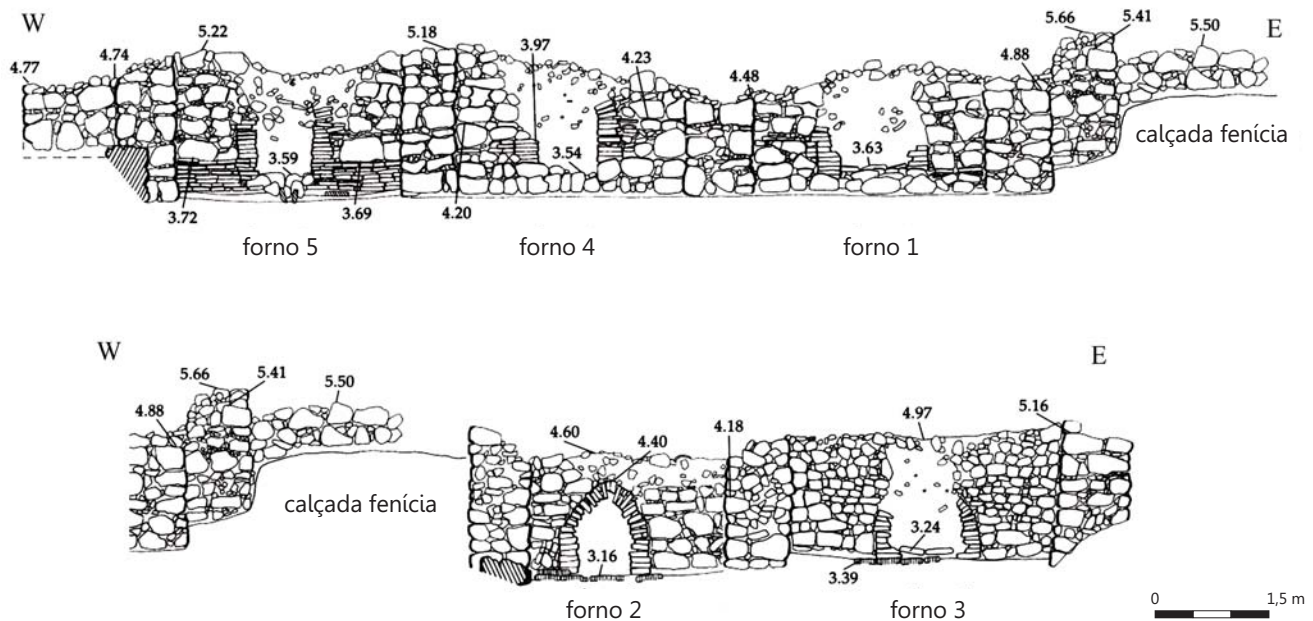


Figura 6 – Largo da Misericórdia (Setúbal). Base de duas câmaras de aquecimento de fornos circulares da época de Tibério-Cláudio.

0 3 m

Figura 7 – Abul A. Bateria de cinco fornos circulares que funcionaram durante o período situado entre Tibério-Cláudio e meados do século III.





Os fornos

Identificámos três grandes tipos morfofuncionais de fornos: circulares, que produziram ânforas e cerâmica comum; pequeno forno quadrangular especializado na cozedura de opérculos de ânforas; grande forno rectangular destinado à cozedura de tijolos e telhas.

Os fornos circulares distribuem-se por dois subtipos: o de câmara inferior ou de aquecimento com dispositivo de canais de tipo **la** da classificação de P. DUHAMEL, 1974 (canal principal atravessando diametralmente a câmara e, no mesmo plano, canais secundários, separados pelos pilares da *suspensura*, perpendiculares àquele); câmara de aquecimento com dispositivo de canais do tipo **lb** da mesma classificação (canais secundários situados a nível superior ao do canal principal).

O tipo **la** é o mais antigo da Gália romana, onde ocorre a partir dos inícios do século I, sendo substituído, no segundo terço do mesmo século, pelo dispositivo **lb**. O mesmo parece verificar-se no Baixo Sado, onde o dispositivo **la** se encontra bem representado na olaria do Largo da Misericórdia (Setúbal), datável da época de Tibério-Cláudio, enquanto o **lb** se desenvolve a partir de meados/terceiro quartel do século I e atinge o século V, como é patente no Pinheiro.

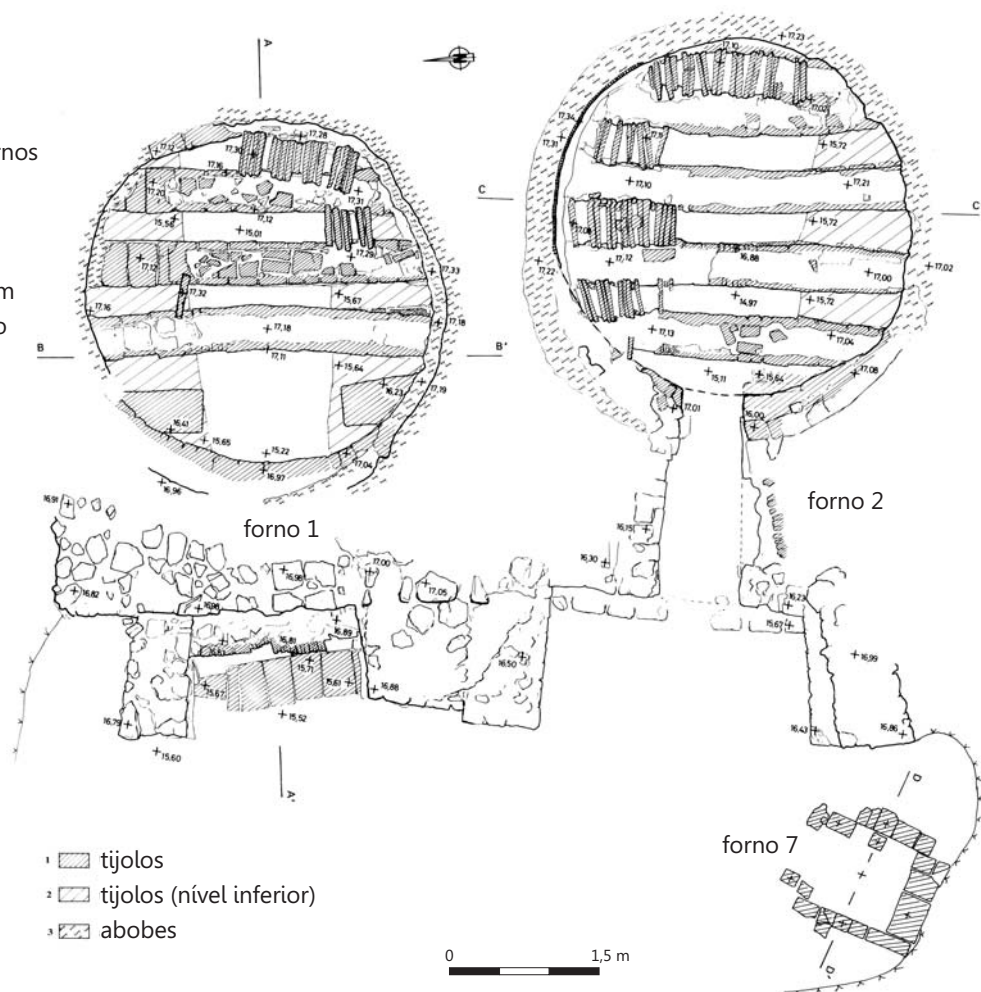
Figura 8 – Abul A. Frontaria da bateria de fornos da figura anterior.

No Largo da Misericórdia, onde somente se conservou a parte inferior das câmaras de aquecimento, estas, abertas a Leste e com 3 m de diâmetro interno, possuíam pavimentos revestidos por tijoleira, revelando duas fases de construção: o pavimento mais antigo assentava sobre formação arenosa de praia; o mais recente cobria um nível rico em fragmentos de ânfora Dressel 14, variante A, embalados por cinzas, carvões e fragmentos de adobes queimados. Os pilares da *suspensura* delimitavam, por um lado, um canal central com dois metros de largura, e, por outro, curtos canais laterais perpendiculares àquele e no mesmo plano.

A implantação destes dois fornos, e ao contrário do que se observou nos restantes fornos conhecidos no Baixo Sado, dispensou o adossamento a um talude preexistente.

Na olaria de Abul A foi construída uma bateria de cinco fornos, construídos provavelmente também na época de Tibério-Cláudio; foram instalados em depressão de antigo fosso, do período orientalizante, que rodeava a área onde no século VII a.C. havia si-

Figura 9 – Pinheiro. Planta dos fornos 1 e 2, de produção de ânforas e cerâmica comum, e do forno 7, especializado na cozedura de opérculos de ânforas. Funcionaram durante o Alto Império, com início em meados / terceiro quartel do século I.



do construído o “palácio-feitoria” fenício. Circulares, com cerca de três metros de diâmetro e abertos a Sul, quatro deles conservavam grelhas suportadas por *suspensura* em arco; possuíam, no lado Sul, fachada bem construída em alvenaria de pedra, provida de contrafortes e na qual se abriam as entradas dos *prae-furnia*.

O tipo **Ib** da classificação de Duhamel foi bem documentado na olaria do Pinheiro, com início em meados/terceiro quartel do século I. A partir deste momento, assistimos à seguinte evolução arquitectónica:

– Durante o Alto Império (fornos 1 e 2 do Pinheiro) a construção é cuidada e os fornos, geminados, apresentam frontaria de alvenaria de pedra, com robustos contrafortes que ladeiam o vão de acesso ao *prae-furnium*. Este é relativamente curto (o comprimento é cerca de metade do valor do diâmetro da câmara de aquecimento, diâmetro que oscila entre 3,45 e 3,60 m).

– Com o Baixo Império (fornos 3, 4, 5 e 6 do Pinheiro), a qualidade de construção degrada-se, surgem isolados e não geminados; a frontaria de pedra está ausente; o *prae-furnium* é tendencialmente mais longo, aspecto particularmente notório no século V: o seu comprimento iguala ou ultrapassa mesmo o diâmetro da câmara de aquecimento, que se torna progressivamente mais pequena (diâmetro de 2,3 a 2,4 m nos fornos do século IV e de 1,6 m nos do século V).

O pequeno forno quadrangular especializado na produção de opérculos, que integrava, na olaria do Pinheiro, nível arqueológico datável da época de Flávio-Trajano, possuía câmara de aquecimento quase quadrada (0,87 x 0,9 m), com canal de alimentação (0,5 m de comprimento) aberto a Norte, paredes de tijolo e grelha constituída por duas telhas de rebordo reutilizadas, em que foram abertos, posteriormente ao seu fabrico, orifícios subcirculares com 3,5 a 4 cm de diâmetro. O Pinheiro revelou também, como atrás dissemos, um forno rectangular de produção de cerâmica de construção; teria funcionado entre meados do século I e o final do século II. Chegou até nós o *prae-furnium* e parte da câmara de aquecimento (dimensões mínimas: 3,6 x 3,16 m). As paredes eram de alvenaria de pedra; o piso apresentava-se revestido por tijoleiras; o *prae-furnium* tinha planta oval (1,5 x 1,06 m); no interior da câmara de aquecimento existia um canal central, que partia do *prae-furnium*; ao mesmo nível, formavam-se canais laterais delimitados por muretes de tijolo que constituíam as bases da *suspensura*.

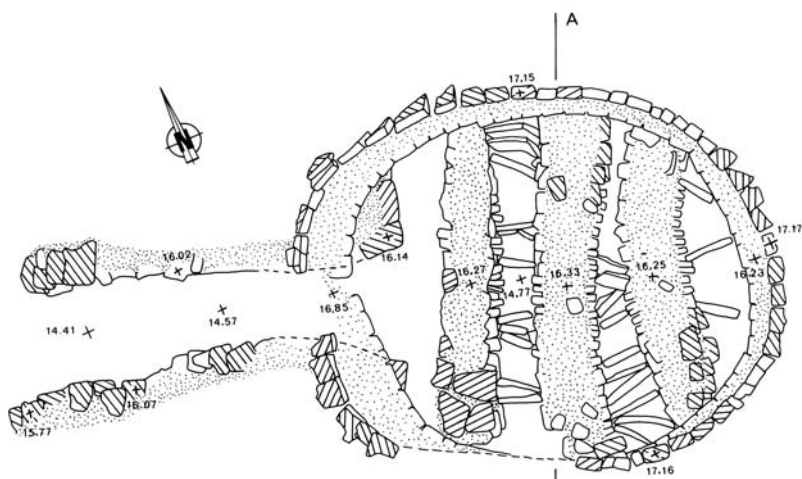


Figura 10 – Pinheiro.
Planta do forno 4
(século IV).

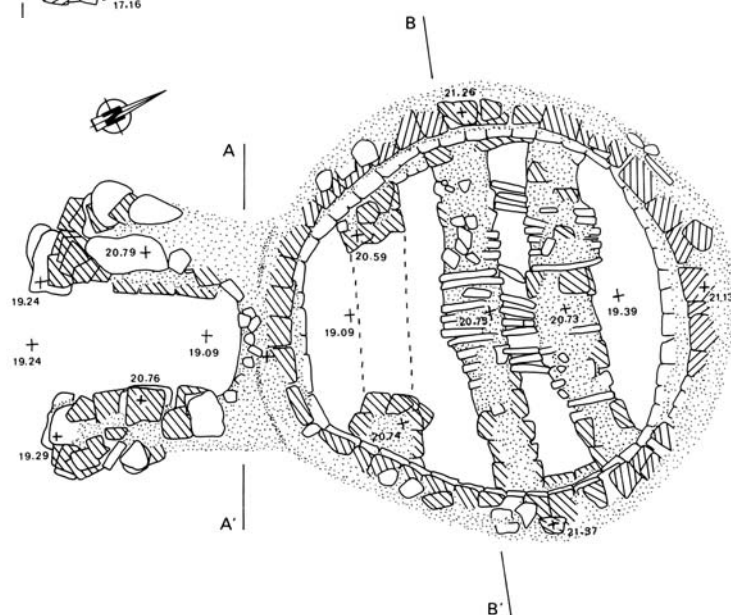


Figura 11 – Pinheiro.
Planta do forno 5
(século IV).

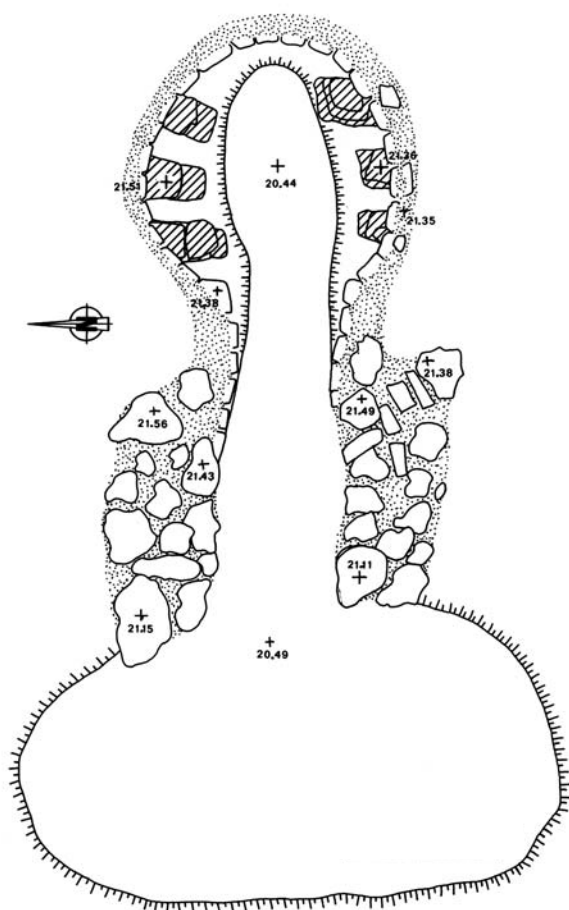


Figura 12 – Pinheiro.
Planta do forno 6
(século V).

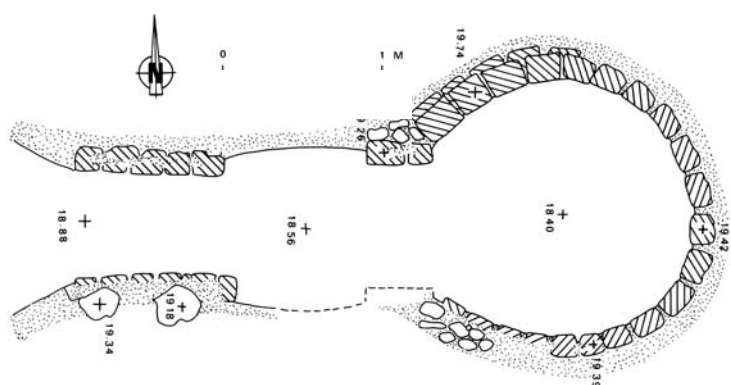


Figura 13 – Pinheiro.
Planta do forno 3
(século V).

Produções anfóricas

Não obstante os fornos circulares terem produzido ânforas e cerâmica comum, iremos referir somente as produções anfóricas.

As mais antigas ânforas produzidas nas três olarias que escavámos pertencem ao que designámos por variante A do tipo Dressel 14 ².

A ânfora Dressel 14, com uma altura que oscila em geral entre 100 a 110 cm, possui bojo subcilíndrico a tender para ovóide; o colo, largo, liga-se ao bojo por curva contínua, sem ombros bem marcados; o pé é cónico e oco; as asas são em fita larga com sulco longitudinal na face externa. A variante A, que surge com Tibério e se desenvolve na época claudiana, oferece bordo em fita, mais ou menos saliente, e a extremidade do pé aplanada; é exclusiva na olaria do Largo da Misericórdia (Setúbal), encontrando-se ainda bem representada em Abul A.

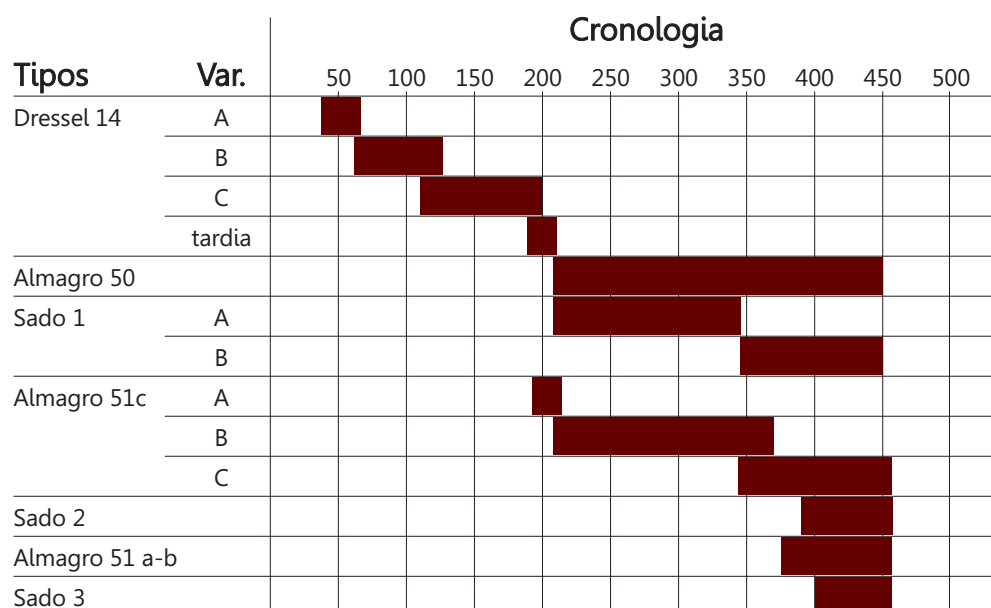
As nossas escavações no Baixo Sado permitiram identificar duas outras variantes da ânfora Dressel 14. A variante B, de bordo inclinado para o exterior e com espessamento de secção triangular e com a extremidade do pé em forma de glande, é muito frequente em Abul A e no Pinheiro, onde se desenvolve na segunda metade do século I, a partir dos Flávios.

A variante C, de bordo encurvado para o exterior e com espessamento arredondado e pé terminando em glande, é característica do século II, sendo muito comum em Abul A e no Pinheiro.

Além das referidas variantes, há ainda a considerar a Dressel 14 tardia, produzida em Abul A e no Pinheiro na transição para o século III. Com as características gerais do tipo clássico, apresenta, porém, dimensões menores (altura total inferior a um metro, colo com menos de 10 cm de altura, diâmetro da boca variando entre 14 e 16 cm – 18 a 21 cm na Dressel 14 clássica); as asas são mais curtas e sem sulco longitudinal; o pé, que se mantém cónico e oco, é mais curto e largo; o bordo oferece acentuada diversidade morfológica.

² A olaria a que aludimos na nota 1, situada na Rua António Joaquim Granjo n.º 19, Setúbal, e que teria funcionado durante a época de Augusto, produziu ânforas lusitanas precoces (MORAIS, 2010): ovóides, de bordo em fita, por vezes com concavidade na superfície externa; asas curtas, de perfil semicircular, secção transversal oval e com sulco longitudinal na face externa; pé curto e oco. Estas ânforas, com pastas típicas do Sado (MAYET, SCHMITT e TAVARES DA SILVA, 1996), lembram as da forma Ovóide 4, do Guadalquivir (GARCÍA VARGAS, ALMEIDA e GONZÁLEZ CESTEROS, 2012).

Figura 14 – Tipos de ânforas, e respectiva cronologia, produzidos no Baixo Sado.



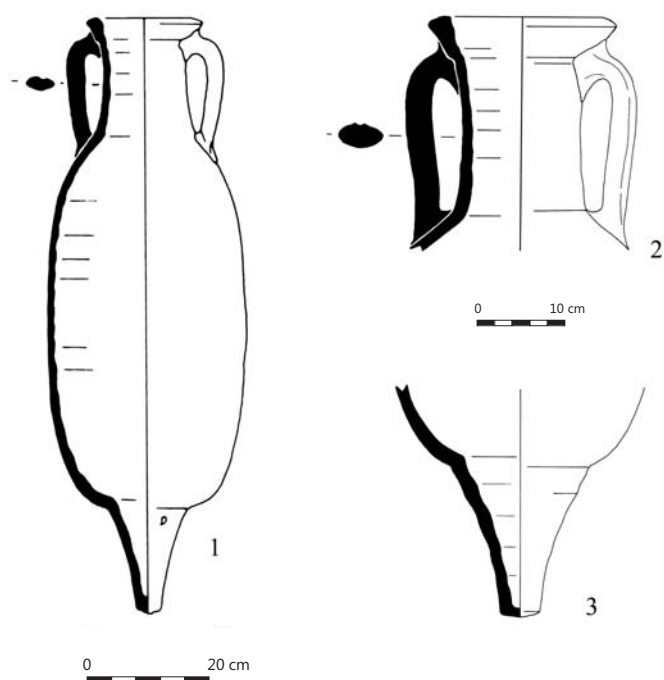


Figura 15 – Ânfora Dressel 14, variante A.
Exemplares provenientes de Abul A.

Figura 16 – Ânfora Dressel 14, variante B.
Exemplares provenientes de Abul A.

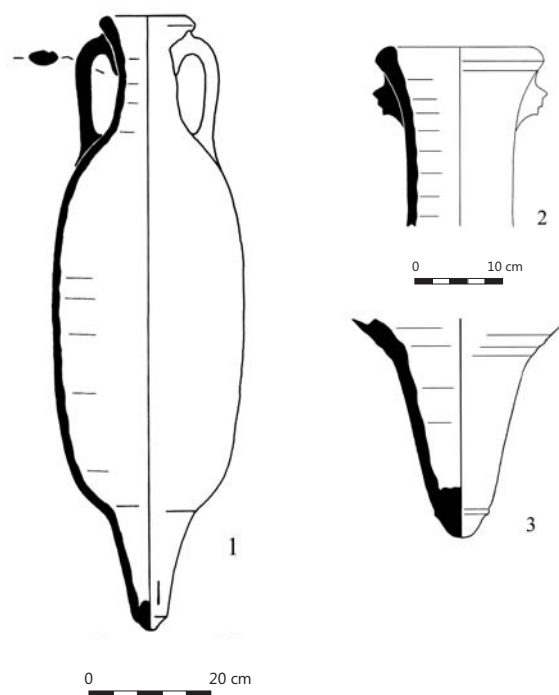


Figura 17 – Ânfora Dressel 14, variante C.
Exemplares de Abul A (n.ºs 1 e 2) e Pinheiro (n.º 3).

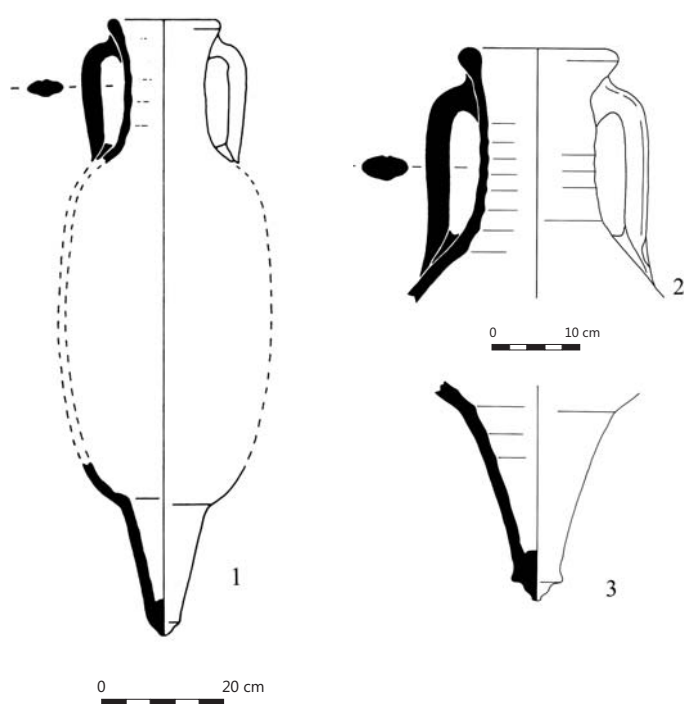
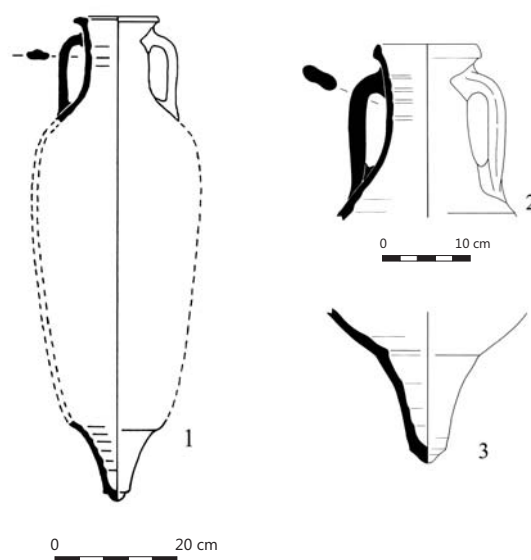


Figura 18 – Ânfora Dressel 14 Tardia.
Exemplares de Abul A.



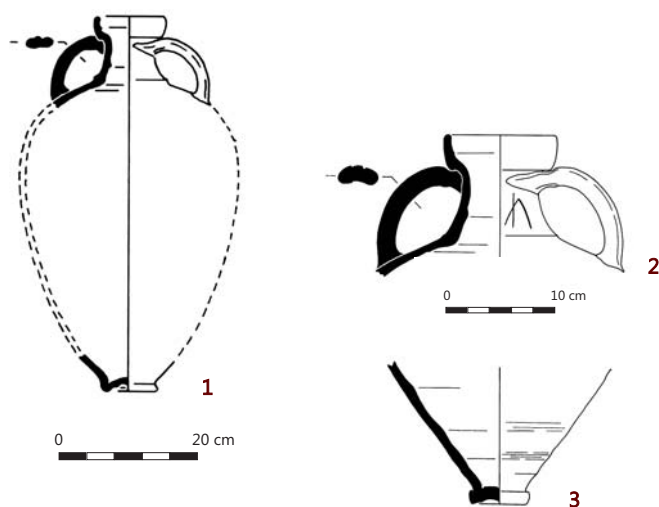
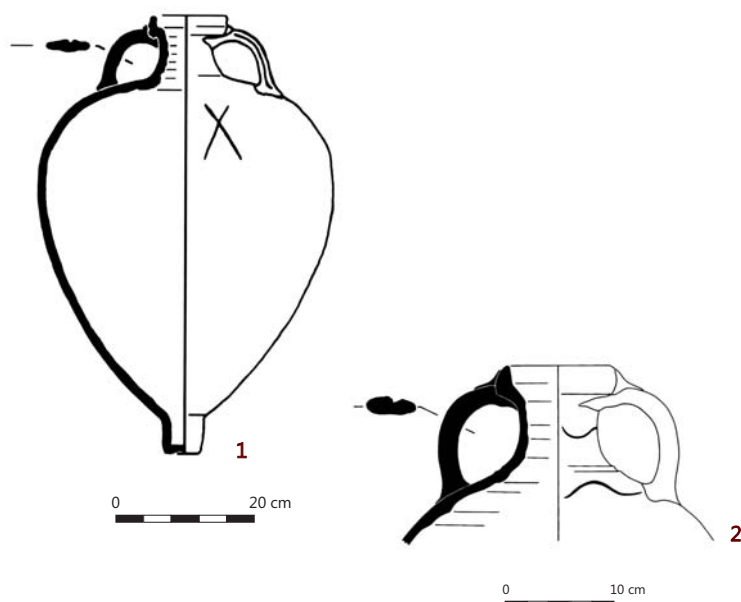


Figura 19 – Ânfora Almagro 51c, variante A. Exemplares do Pinheiro (n.ºs 1 e 2) e de Abul A (n.º 3).



Nos alvares do Baixo Império inicia-se nova fase no processo de produção anfórica do Baixo Sado, a qual coincide com as transformações ocorridas nas unidades fabris de preparados de peixe. Enquanto no Alto Império (a partir de Tibério-Cláudio) a produção de ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas se reduz a um único tipo – a Dressel 14 –, dos séculos III ao V vamos assistir a relevante diversidade tipológica.

Logo na transição para o século III, a par da Dressel 14 tardia, as olarias de Abul A e do Pinheiro fabricam uma ânfora de bojo piriforme, com cerca de 60 cm de altura, colo estreito e curto que termina por bordo vertical, asas em fita, com um ou dois sulcos longitudinais, partindo da base do bordo, e pé anelar. Trata-se da Almagro 51c variante A.

Durante o mesmo século, as referidas olarias irão produzir quatro novas formas de ânforas: a variante B da Almagro 51c (que se manterá até ao século IV), a Almagro 50 e a Sado 1 (variante A).

A Almagro 51c, variante B, que adquire grande difusão, tem cerca de 70 cm de altura e mantém bojo piriforme, colo estreito e curto e asas partindo da base do bordo; este é arredondado ou com espessamento de secção triangular; o pé, cilíndrico, é estreito e oco.

Figura 20 – Ânfora Almagro 51c, variante B. Exemplares de Abul A (n.ºs 1 e 3) e do Pinheiro (n.º 2).

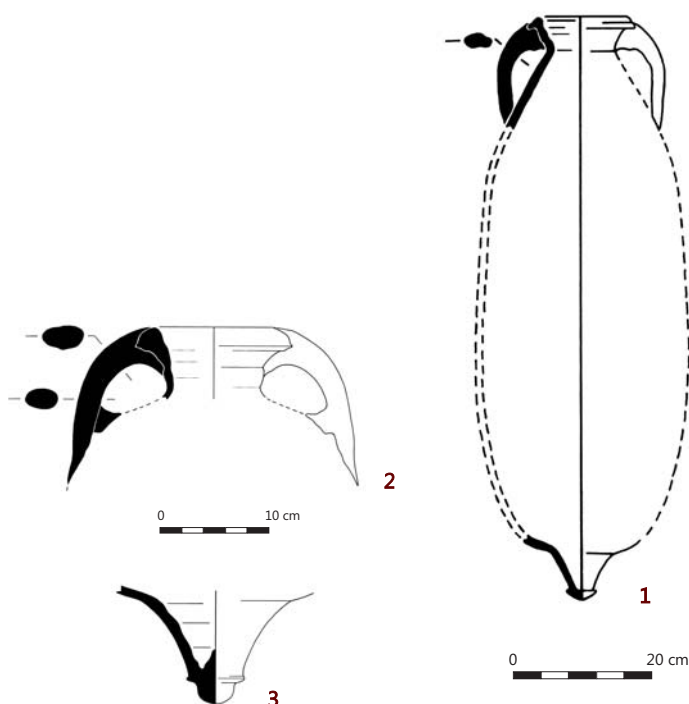


Figura 21 – Ânfora Almagro 50.
Exemplares de Abul A.

A Almagro 50, com cerca de 85 cm de altura, bojo cilíndrico, colo curto e estrangulado, bordo almendrado ou de secção triangular, asas curtas de secção oval ou circular que arrancam do bordo com o qual fazem corpo, pé cónico, oco e de extremidade arredondada, é característica do século III, podendo atingir o V, e representou produção secundária dos fornos de Abul A e do Pinheiro.

A variante A da ânfora Sado 1, presente em percentagens reduzidas quer em Abul A quer no Pinheiro, tem sido, por vezes, confundida com a Almagro 50; distingue-se desta, fundamentalmente, ao nível do bordo, que é oblíquo e encurvado, sem lábio diferenciado ou com ligeiro espessamento interno, e do fundo, arredondado e moldurado.

A Sado 1 irá prolongar-se, no Pinheiro, pelo século IV, mas agora através do que designámos por variante B (= Keay LXXVIII), que se distingue da A por possuir bordo com espessamento almendrado, vertical ou oblíquo.

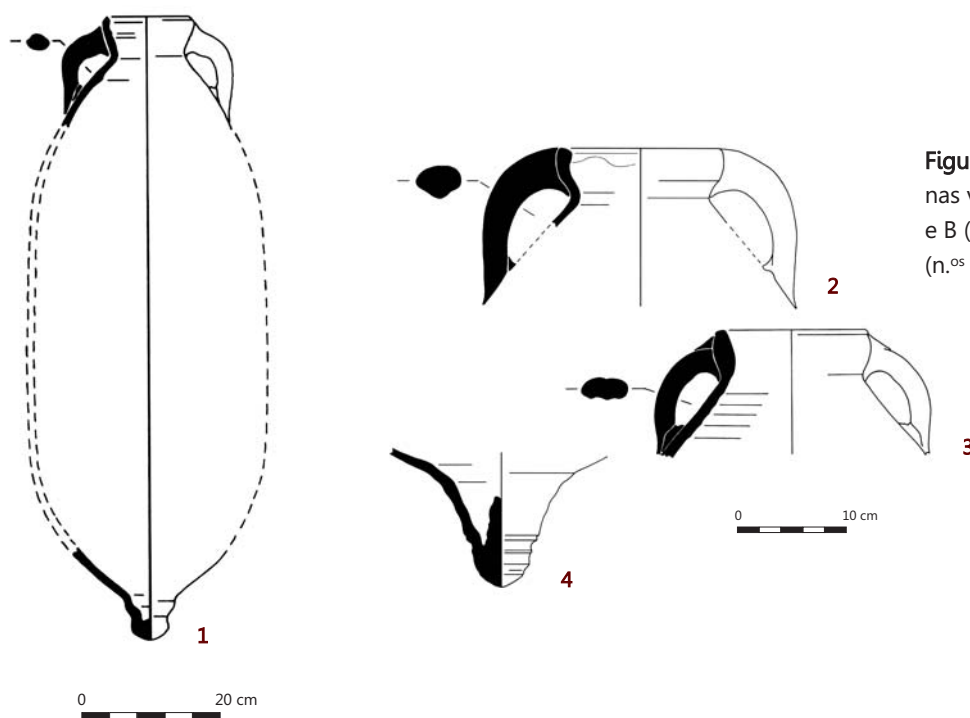


Figura 22 – Ânfora Sado 1,
nas variantes A (n.ºs 1 e 2)
e B (n.º 3). Exemplares de Abul A
(n.ºs 1, 2 e 4) e Pinheiro (n.º 3).

Durante o século IV, o Pinheiro fabricará ainda: a variante C da Almagro 51c, que se desenvolve a partir da segunda metade deste século; a Sado 1, que havia surgido no século III; e a Almagro 51a-b, com forte presença no último quartel do mesmo século. Estas formas irão prolongar-se, no Pinheiro, pela primeira metade do século V.

A variante C da Almagro 51c, com cerca de 75 cm de altura, apresenta, ao contrário da variante B, bojo estreito e alongado, fusiforme, colo acentuadamente estrangulado, bordo de perfil triangular, asas em fita pouco espessa e estreita, frequentemente sem sulco longitudinal na face externa, apoiando-se superiormente no bordo, e bico fundeiro cónico sem qualquer solução de continuidade na ligação ao bojo. A ânfora Sado 2 tem forma geral barrilóide, cerca de 50 cm de altura, colo curto, bordo encurvado para o exterior, definindo abertura com 13 a 15 cm de diâmetro, bojo oblongo, na fase final da produção (último quartel do século IV e durante o século V), asas em fita e fundo com 8 cm de diâmetro em média.

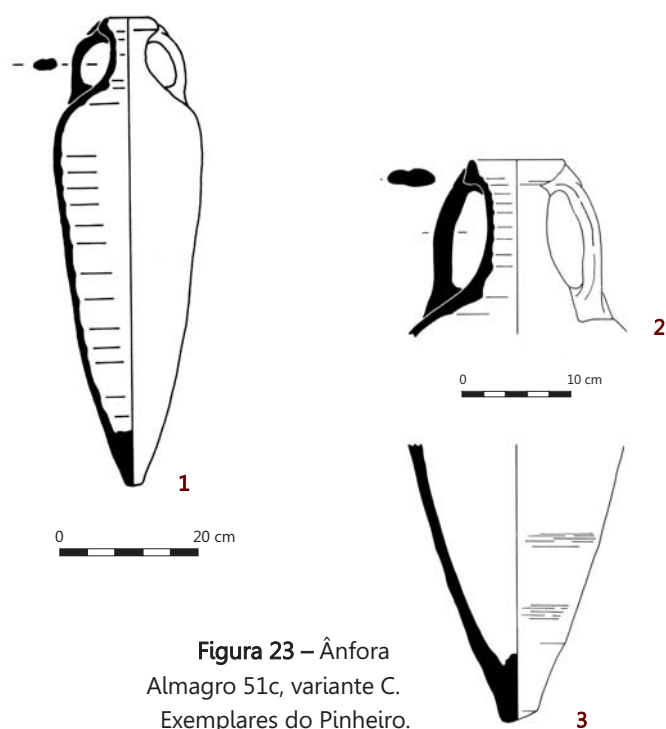


Figura 23 – Ânfora Almagro 51c, variante C. Exemplares do Pinheiro.

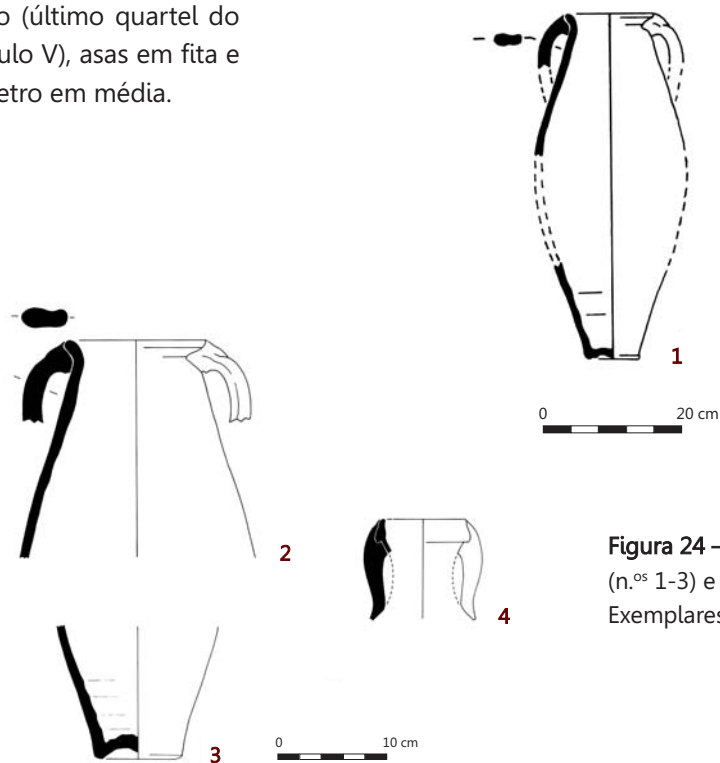


Figura 24 – Ânfora Sado 2 (n.ºs 1-3) e Sado 3 (n.º 4). Exemplares do Pinheiro.

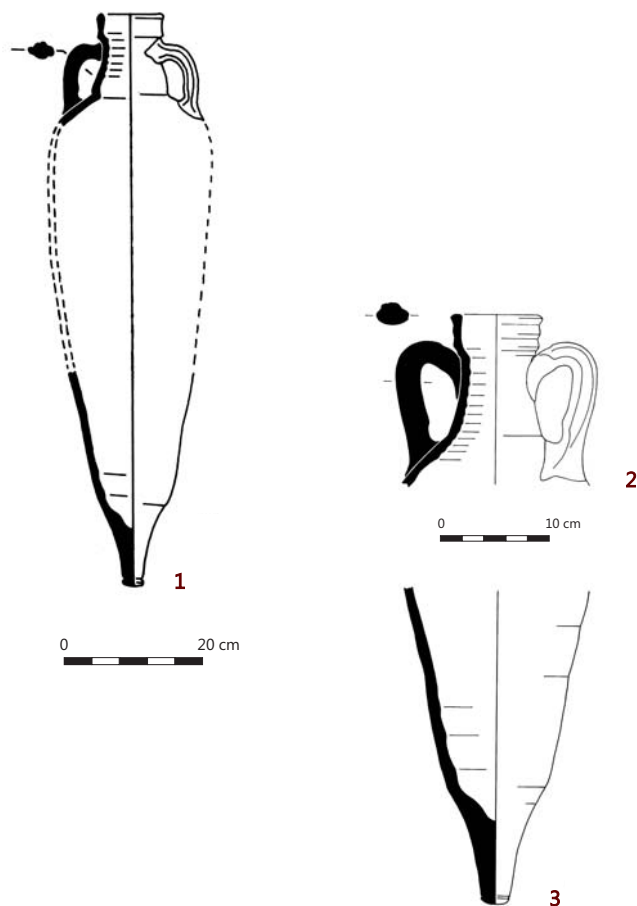


Figura 25 – Ânfora Almagro 51a-b. Exemplares do Pinheiro.

A Almagro 51a-b possui, tal como a variante C da Almagro 51c, sua subcontemporânea, bojo fusiforme, mas difere desta em muitos outros aspectos: altura superior (entre 80 e 90 cm); colo relativamente alto, troncocónico, subcilíndrico ou de perfil côncavo; bordo alto, liso ou guarnecido por molduras; asas de secção oval, em arco partindo da base do bordo e, frequentemente elevando-se e definindo contorno que lembra o de uma orelha; bico fundeiro cónico, alto e maciço. Nos exemplares mais recentes (século V) a altura reduz-se, os colos são muito estreitos e côncavos e o bordo é inclinado para o exterior e francamente moldurado.

Um dos últimos tipos produzidos no Pinheiro, ou seja, na primeira metade do século V, parece representar o final da evolução da Almagro 51c; designámo-lo por Sado 3. Dispomos somente de fragmentos de colo e bordo. Este é em banda subvertical, chegando a atingir 12 cm de altura. As asas, lisas e em fita, mostram perfil em S; partem do bordo e descem até à parte superior do bojo, aproximando-se consideravelmente do colo.

Conclusões

Os trabalhos arqueológicos que realizámos no Baixo Sado permitem as seguintes ilações:

1. As mais antigas olarias conhecidas remontam ao segundo quartel do século I ³, tendo produzido a ânfora Dressel 14 (variante A).
2. A actividade oleira manteve-se até à primeira metade do século V, tendo-se verificado uma evolução quer nas estruturas dos fornos quer na produção anfórica.

³ Ver nota 1.

3. Durante um período de mais de quatro séculos, as ânforas foram sempre cozidas em fornos circulares, mas estes passaram por sucessivas transformações:

3.1. No segundo quartel e meados do século I, a câmara de aquecimento possuía canal central e canais laterais integrando o mesmo plano daquele.

3.2. A partir de meados/terceiro quartel do século I, mantém-se o mesmo dispositivo geral de canais, mas os laterais são construídos a cota superior ao do canal central.

3.3. Durante o Alto Império, os fornos revelam construção cuidada, surgem em grupos ou baterias, possuem frontaria de pedra e o *praefurnium* é relativamente curto.

3.4. A partir do século III, os fornos ocorrem isoladamente, a construção degrada-se, são desprovidos de frontaria, o diâmetro da câmara de aquecimento reduz-se enquanto o comprimento do *praefurnium* aumenta.

4. A produção anfórica revela a seguinte evolução:

4.1. Entre o segundo quartel do século I e o final do século II produz-se um único tipo de ânfora – a Dressel 14 – com três variantes, de valor cronológico e com expressão sobretudo ao nível do bordo: a variante A desenvolve-se entre o segundo quartel do

século I e a época flaviana; a B, durante esta última época; a C, no decurso do século II.

4.2. Na transição para o século III (coincidindo com as transformações ocorridas nos centros produtores de preparados de peixe), surge a Dressel 14 tardia, acompanhada pela variante A da Almagro 51c.

4.3. Do século III ao V observa-se grande diversidade tipológica, tendo sido fabricadas: durante o século III, as ânforas Almagro 51c (variante B, com prolongamento pelo século IV), Almagro 50 e Sado 1 (variante A), que se mantêm no século seguinte; no século IV, além das anteriormente referidas, são produzidas as ânforas Sado 1 (variante B), Almagro 51c (variante C) e a Almagro 51a-b (juntamente com a Sado 2 continuarão a ser fabricadas na primeira metade do século V); por fim, restringindo-se ao século V, a ânfora Sado 3.

Tendo em vista a valorização deste património cultural, importa salientar que em Abul A possuímos a maior bateria de fornos contemporâneos conhecida em Portugal e, no Pinheiro, encontramos, a par de diversificada tipologia de fornos, toda a evolução anfórica ocorrida entre meados do século I e o século V. ■

Referências bibliográficas

- DUHAMEL, P. (1974) – “Les Fours de Potiers”. *Les Dossiers de l'Archéologie*. 6: 54-66.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. e GONZÁLEZ CESTEROS, H. (2012) – “Los Tipos Anfóricos del Guadalquivir en el Marco de los Envases Hispanos del Siglo I A. C. Un universo heterogéneo entre la imitación e la estandarización”. *Spal*. 20: 185-283.
- MAYET, F. e TAVARES DA SILVA, C. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F. e TAVARES DA SILVA, C. (2002) – *L'Atelier d'Amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F. e TAVARES DA SILVA, C. (2005) – *Abul. Fenícios e Romanos no Vale do Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- MAYET, F. e TAVARES DA SILVA, C. (2009) – *Olaria Romana do Pinheiro*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. e TAVARES DA SILVA, C. (1996) – *Les Amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MORAIS, R. (2010) – “Ânforas”. In ALARCÃO, J.; CARVALHO, P. C. e GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa. Intervenções arqueológicas de 1997-2002*. Mérida: Junta de Extremadura, pp. 181-218.
- TAVARES DA SILVA, C. (1996) – “Produção de Ânforas na Área Urbana de Setúbal. A oficina romana do Largo da Misericórdia”. In FILIPE, G. e RAPOSO, J. (eds.). *Ocupação Romana nos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, pp. 43-54 (Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal, 1991).

A Produção Oleira Romana no Algarve

João Pedro Bernardes

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia
Artes e Ciências do Património - Universidade
do Algarve (*jbernar@ualg.pt*).

Catarina Viegas

UNIARQ – Centro de Arqueologia da
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
(*c.viegas@letras.ulisboa.pt*).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.
Revisto pontualmente em Abril de 2017.

Resumo

A produção oleira romana no Algarve encontra-se repartida por toda a região, ainda que se fixe no litoral e, na maior parte dos casos, em relação directa com os centros produtores de preparados piscícolas. Conhece-se cerca de uma dúzia de centros oleiros que produziram ânforas, cerâmica doméstica e de construção. A maior parte destes centros oleiros surgem a partir do século III, dedicando-se principalmente à produção de contentores para transporte de preparados de peixe, ainda que, nas olarias do Algarve oriental de S. Bartolomeu de Castro Marim e da Manta Rota, tenha ocorrido ainda no Alto Império. A produção tardia local deste tipo de recipientes tem sido relacionada com diversos factores, sendo sugerido que a região recorreu durante os primeiros séculos da nossa Era a ânforas oriundas da vizinha Bética para envasar os seus produtos piscícolas. Só a partir de então, como reacção ao incremento da exploração local dos recursos marinhos e ao declínio das olarias da Bética, é que os centros oleiros algarvios se afirmaram.

Depois de se abordarem os tipos anfóricos produzidos na região bem como a distribuição dos respectivos centros oleiros, focam-se as estruturas de produção, nomeadamente a organização da olaria do Martinhal, a maior do Algarve, que produziu ânforas, cerâmica comum e cerâmica de construção até época tardia.

Palavras-chave: Algarve, romano, produção oleira, ânforas, cerâmica comum, cerâmica de construção.

Abstract

Roman pottery production in the Algarve was mainly located in the coast, although it was distributed in the whole region and was directly related to the fish sauce production units. About a dozen production centers are known which produced amphorae, domestic and construction pottery. Most of these pottery production centers arise from the third century onwards, devoting primarily to the production of amphorae for transportation of fish sauces, though the pottery production of the eastern Algarve, such as in S. Bartolomeu de Castro Marim and in Manta Rota have occurred in the High Empire. The late production of amphorae has been related to several factors, and it has been suggested that the region would have used baetican amphorae to transport the regionally manufactured fish products. Only afterwards, in response to increased local exploitation of marine resources and due to the decline of the potteries of the Baetican region, have the Algarve potters centers asserted themselves.

After addressing the amphora types produced in the region, as well as the distribution of the production centers, we will focus on the structures of production, namely the organization of pottery production in Martinhal, the most extensive production center in the Algarve, which produced amphorae and ceramic construction until late Roman period.

Key words: Algarve, Roman, pottery production, amphorae, common-ware, architectural ceramics.

A Produção Oleira Romana no Algarve

João Pedro Bernardes

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia
Artes e Ciências do Património - Universidade
do Algarve (*jbernar@ualg.pt*).

Catarina Viegas

UNIARQ – Centro de Arqueologia da
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
(*c.viegas@letras.ulisboa.pt*).

Texto entregue para publicação em Novembro de 2010.
Revisto pontualmente em Abril de 2017.

Introdução

A produção oleira no Algarve encontra-se repartida por toda a região, ainda que concentrada no litoral ¹ e, na maior parte dos casos, em relação directa com os centros produtores de preparados piscícolas. Com efeito, a actividade oleira algarvia concentrou-se no fabrico de contentores para transporte de salgas e molhos de peixe, ainda que a produção de cerâmicas de construção também se registe, associada ou não aos centros produtores de contentores. Alguns fornos de ânforas e de telhas produziram, complementamente, cerâmica doméstica mas, a avaliar pelo que se conhece, com produções pouco expressivas. Encontram-se registados 11 sítios que produziram cerâmicas em território algarvio na época romana: S. Bartolomeu de Castro Marim (ânforas e cerâmica comum?); Manta Rota (ânforas e cerâmica comum); Quinta do Muro-Cacela (cerâmica de construção e cerâmica comum); Torre d'Aires (ânforas?); Alfanxia (ânforas?); S. João da Venda (ânforas); Quinta do Lago (ânforas); Salgados (ânforas e cerâmica comum); Lagos (ânforas e cerâmica comum); Monte Molião (cerâmica comum) e Martinhal (ânforas, cerâmica comum e cerâmica de construção) ².

Ainda que quase todas as produções algarvias sejam tardias e destinadas à produção de contentores de preparados piscícolas a partir de meados do século III, vários sítios associados às actividades de exploração e transformação de peixe da região denotam actividade a partir do século I. Tal facto tem levado a considerar-se que, durante o Alto Império, as actividades piscícolas algarvias recorreriam a envases béticos, denotando uma ligação estreita ou mesmo uma dependência do Algarve em relação à região vizinha (FABIÃO, 2000).

¹ Na leitura da implantação dos centros produtores do Algarve costeiro devem considerar-se os aspectos relacionados com a alteração da linha de costa. De facto, a carta geológica mostra que foi intensa a colmatção das áreas estuarinas. A paisagem que Estrabão descreveu na viragem da Era mostra um litoral recortado por esteiros cuja função seria idêntica à dos rios, informando que as cidades se fundaram nas margens de ambos (III, 2,5).

² Não consideramos aqui os fornos registados por Estácio da Veiga em Mato da Ordem / Arrancada (Conceição, Tavira), bem como o de Monte Canelas ³. Apesar de se poderem tratar de fornos de cerâmica romanos, a informação é demasiado lacónica e insegura (inclusive quanto à cronologia do primeiro) para os classificar seguramente como tais.

Um dos aspectos que tem sido apontado como justificação deste fenómeno relaciona-se com a qualidade das argilas algarvias face às da região gaditana. As características das argilas algarvias não permitiam mais do que produzir contentores de pior qualidade e menos resistentes ao choque do que os produzidos na Bética. Segundo L. Lagóstena a região gaditana terá beneficiado, na sua formação geológica, da formação / criação de depósitos calcários e argilosos, fenómeno que, segundo o autor, condicionou fortemente a escolha deste local para a instalação de olarias (LAGÓSTENA BARRIOS, 1996: 12). Por outro lado, e ao contrário da região do Guadalquivir, o Algarve não é particularmente rico em argilas que, devido a elevados teores em alcalino-terrosos (5 a 12 %), são de má qualidade para serem exploradas na indústria cerâmica. Ainda que variem ao longo da região, tratam-se, globalmente, de argilas de “barro vermelho” essencialmente de tipo íltico, cuja formação se relaciona com ambientes marinhos, o que lhes retira qualidade e, quando cozidas, apresentam-se pouco resistentes e quebradiças (TRINDADE, 2007: 91).

Ao contrário da atenção dada pela investigação à produção do vale do Tejo, onde se desenvolveu o projecto ORESt - Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (RAPOSO *et al.*, 2005), e do vale do Sado, com investigação por parte da Missão Luso-Francesa liderada por F. Mayet e C. Tavares da Silva (MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996; MAYET e SILVA, 1998 e 2002), nenhum dos sítios de produção algarvio foi objecto de um projecto de investigação sistemática. A maior parte das informações disponíveis resultam de intervenções pontuais e de emergência.

Apesar das condicionantes da investigação, existem novos dados sobre alguns aspectos relacionados com a produção oleira que importa destacar. A investigação recente permitiu caracterizar com alguma precisão o consumo em contextos urbanos como Faro, Balsa e Castro Marim (VIEGAS, 2011). Por outro lado, o ritmo da renovação urbana e a construção de infraestruturas têm suscitado intervenções arqueológicas em diferentes sítios, como na área urbana de Lagos, por exemplo, onde se identificaram novos achados de estruturas de produção de preparados piscícolas (RAMOS e ALMEIDA, 2005; RAMOS, 2008), a que se associou recentemente a produção anfórica

(FABIÃO, FILIPE e BRAZUNA, 2010; ver nestas actas FABIÃO *et al.*, 2017). O mapa de distribuição de tanques de salga vai-se adensando, tendo sido identificadas estruturas desta natureza em Monte Molião (Lagos) (Bargão, 2008), na Meia-Praia e em Pedras d’el Rei, para referir apenas alguns exemplos.

Como resposta a outro tipo de ameaças, o perigo de destruição dos fornos de ânforas pelo recuo da linha de costa levou ao retomar da escavação nos próprios centros produtores, como sucedeu no Martinhal (BERNARDES, 2008a).

Noutra vertente da investigação, tem-se assistido igualmente ao esforço sistemático de caracterização química das argilas levado a efeito pelas investigadoras do Instituto Tecnológico e Nuclear (lideradas por Isabel Prudêncio e Isabel Dias). O doutoramento de Maria José Trindade, “Geoquímica de Argilas da Bacia Algarvia: transformações térmicas”, permitiu uma caracterização química das argilas e o estudo do território algarvio e constitui um passo fundamental para estudos futuros sobre a produção local de cerâmica em território algarvio (TRINDADE, 2007).

A produção oleira no Algarve: geografia e dinâmicas dos centros produtores

Até ao momento, apenas se pode colocar como hipótese que tenha existido produção anfórica durante a Idade do Ferro no território algarvio, como sugeriu A. M. Arruda para Castro Marim. Neste sítio, que foi objecto de um projecto de investigação plurianual, detectaram-se alguns fragmentos de ânforas que se encontravam deformados por terem sido sujeitos a elevadas temperaturas, e que se julgou poderem corresponder a uma produção local das ânforas do tipo D de Pellicer (ARRUDA, 1997: 108; ARRUDA *et al.*, 2006). Contudo, as evidências são ainda escassas e pode colocar-se a possibilidade de estes fragmentos terem adquirido este aspecto fruto das condições pós-deposicionais a que foram sujeitos (ARRUDA *et al.*, 2006: 171).

Em Faro, o estudo e caracterização dos fabricos de ânforas pré-romanas recuperadas nas sondagens realizadas no Museu Municipal permitiu verificar que o fabrico mais comum em que foram produzidas as ânforas do tipo B de Pellicer corresponde a uma produção que não se enquadra nas descrições habi-

tualmente feitas para os materiais oriundos da área gaditana, e que foi considerado pelas autoras como um fabrico de origem local (ARRUDA, BARGÃO e SOUSA, 2005). De assinalar ainda que este fabrico se encontra ausente de Castro Marim e de Monte Molião (SOUSA e ARRUDA, 2010), sugerindo uma distribuição restrita à área de Faro.

Não tendo sido identificadas estruturas de produção de cerâmica comum no Algarve para a Idade do Ferro, estudos recentes permitem afirmar que em Castro Marim, em Faro e em Monte Molião (Lagos) se identificaram fabricos atribuíveis aos respectivos locais (SOUSA e ARRUDA, 2010).

Apesar de não se conhecerem estruturas de transformação de preparados piscícolas (cetárias) desta fase, é um facto que estes recursos eram explorados, como o mostra a existência de pesos de rede e de outros objectos que se podem relacionar com a pesca, provenientes, por exemplo, de Castro Marim (ARRUDA, 2006) e Tavira (MAIA, 2006).

Não existe qualquer evidência de produção anfórica no período republicano no território algarvio e a produção de preparados piscícolas não está atestada de forma inequívoca para este período.

Lagóstena Barrios tem defendido que o passado fenício, demonstrado em diferentes sítios do Vale do Tejo e do Sado, seria a prova de que a exploração do sal era praticada e certamente também a transformação do pescado seria uma realidade (aspectos que o registo arqueológico ainda não confirmou).

O autor associa também, no caso algarvio, os motivos marinhos presentes nas cunhagens monetárias de *Balsa* e *Baesuri* datadas de meados do séc. I a.C. com a transformação de peixe no Algarve que, defende, seria um prolongamento dos interesses gaditanos para este sector da franja litoral (LAGÓSTENA BARRIOS, 2001: 230). A estas cidades podemos ainda juntar *Ossonoba*, onde as cunhagens monetárias ostentam igualmente os motivos marinhos. A respeito dos motivos marinhos nas cunhagens monetárias, é um facto, já há muito apontado por A. FARIA (1989), a semelhança destes motivos com os que ocorrem na área gaditana.

Relativamente à cerâmica comum do período republicano é possível avançar alguns dados preliminares resultantes da análise do contexto específico de Castro Marim, que foi datado de 50-30 a.C. Verificou-se

que no conjunto da cerâmica comum, apenas cerca de 22 % corresponde a produção que se considerou ser de âmbito local (VIEGAS, 2012a). As importações foram atribuídas maioritariamente à Ulterior, embora a cerâmica comum itálica esteja também representada ainda que em muito reduzida percentagem.

Para o período republicano dispomos de alguma informação acerca dos sítios de consumo como Faro e Castro Marim (VIEGAS, 2011), e também do Monte Molião (ARRUDA *et al.*, 2008), sendo possível afirmar que não se assinala a presença de quaisquer ânforas lusitanas nos contextos atribuídos a esta cronologia. Trata-se de importações maioritariamente originárias da Ulterior, dominando os preparados piscícolas envasados em ânforas provenientes da baía de Cádiz. Considerando as três áreas onde se concentra a produção de contentores algarvios – a oriental em torno de Cacela / Castro Marim, a central na área de S. João da Venda / Almancil, e a ocidental localizada em Lagos / Sagres –, verifica-se que as argilas aí existentes são pouco propícias ao seu aproveitamento, levando ainda hoje os oleiros a recorrerem a misturas de argilas como forma de atenuar o problema (TRINDADE, 2007: 89-91).

Encontrando-se a produção anfórica estreitamente relacionada com a produção de preparados piscícolas, merece referência o mapa de distribuição deste tipo de estruturas (Figura 1). O inventário dos sítios onde se regista a presença de tanques de salga ou de unidades de produção de preparados piscícolas (cetárias) e o mapa que daí resulta apresentam várias questões. Desde logo trata-se, em muitos dos casos, de estruturas identificadas no passado, algumas ainda no séc. XIX, desconhecendo-se as cronologias que se podem atribuir ao momento inicial da sua laboração. Reconhece-se esta dificuldade pelas características destas estruturas e mesmo em trabalhos mais recentes como, por exemplo, na fábrica de salga identificada na R. Silva Lopes, não foi possível obter dados estratigráficos inequívocos que apoiassem uma datação para a fase inicial da construção do complexo e da sua utilização (RAMOS e ALMEIDA, 2005). Tradicionalmente aceita-se que a produção terá tido início no Alto Império. Atendendo à evolução das estruturas de povoamento alto imperiais poderá apontar-se o início da produção a partir de meados do séc. I d.C.

Na área mais Oriental situam-se as únicas produções até hoje conhecidas que datarão do Alto Império, nomeadamente a Dressel 14 da segunda metade do século I na Manta Rota (VIEGAS, 2006), em S. Bartolomeu de Castro Marim. Ambos teriam produzido ainda as cerâmicas domésticas e a continuidade da produção é comprovada pela presença de produções das formas tardias Almagro 51c e, no caso de S. Bartolomeu, ainda da forma Almagro 50.

O sítio da Manta Rota também já tinha sido referenciado por Estácio da VEIGA (1887: 401-402) e Leite de VASCONCELOS (1920). Em 1992 realizou-se uma intervenção de emergência suscitada pela construção de um empreendimento turístico, tendo os trabalhos de escavação sido realizados por Cristina Tété Garcia. No conjunto, os dados disponíveis apontam para uma cronologia de ocupação do sítio entre meados do séc. I e o séc. V, datação que foi obtida pela presença de *terra sigillata* de tipo itálico e sudgálica e *sigillata* clara com decoração polida, que os restantes materiais apoiam.

De difícil apreciação dada a inexistência de documentação gráfica e fotográfica inequívoca, a autora dos trabalhos de escavação refere a existência de um forno cuja estrutura teria sido parcialmente escavada. Independentemente disso, as características morfológicas das Dressel 14 identificadas e o fabrico que o conjunto de ânforas partilha, levaram a considerar tratar-se de uma produção local.

Além das ânforas, este centro oleiro produziu igualmente cerâmica comum cujo fabrico possui as mesmas características que as ânforas e tudo aponta para que tenha igualmente existido produção no período baixo imperial, pelo menos de ânforas da forma Almagro 51c (VIEGAS, 2006).

Os dados arqueológicos não permitem uma correcta interpretação do tipo de estruturas associadas, que poderá tratar-se de uma *villa*, como indicou Estácio da VEIGA (1887: 401). Referências recentes à existência de mosaico no local podem também reforçar a hipótese de se tratar de um estabelecimento rural do tipo *villa*.

Em 2008, as investigadoras do ITN levaram a efeito análises químicas dos materiais da Manta Rota e comprovaram tratar-se de um conjunto homogéneo do ponto de vista da caracterização química das argilas comprovando, se dúvidas existissem, que se tratava de um centro oleiro (DIAS *et al.*, 2009).

Em São Bartolomeu de Castro Marim foi ainda no séc. XIX que o fundador do Museu Nacional de Arqueologia identificou um forno e um conjunto de dez ânforas. Trata-se de uma variante tardia das ânforas Dressel 14, tendo sido posteriormente identificada uma marca de oleiro LFT recolhida por M. Maia aquando da realocização do sítio nos anos 70 (MAIA, 1979; FABIÃO e GUERRA, 2004: 235). Segundo a reavaliação efectuada por R. Morais e C. Fabião, esta produção poderá corresponder às fases mais antigas das produções lusitanas (MORAIS e FABIÃO, 2007: 131).

A produção anfórica alto imperial resume-se portanto a estes dois sítios (Manta Rota e São Bartolomeu) e não existem quaisquer testemunhos das formas mais antigas como as Haltern 70 ou Dressel 7/11 lusitanas, tipos que têm vindo recentemente a ser apontados como tendo sido produzidos nos finais do séc. I a.C. (MORAIS e FABIÃO, 2007). Estas produções mais antigas encontram-se identificadas em vários centros de consumo, como em Santarém (ARRUDA *et al.*, 2006), em Alcácer do Sal (PIMENTA *et al.*, 2006) e também na Galiza, Porto e Castelo da Lousa (MORAIS e FABIÃO, 2007).

O estudo da produção de cerâmica comum de âmbito local / regional alto imperial encontra-se ainda em fase embrionária, mas foi possível avançar com alguns dados preliminares em trabalhos recentes (VIEGAS, 2012b). A caracterização dos fabricos de cerâmica comum permitiu identificar alguns grupos que apresentam como característica geral o facto de terem sido produzidos com pastas alaranjadas de origem local. Em estudos recentes são avançados alguns dados acerca de outro dos fabricos dominantes no território algarvio cuja origem precisa não foi possível determinar, mas que poderá ter sido a antiga cidade de *Balsa* (VIEGAS, 2012b). Trata-se de uma cerâmica de pasta cinzenta de textura média / gros-

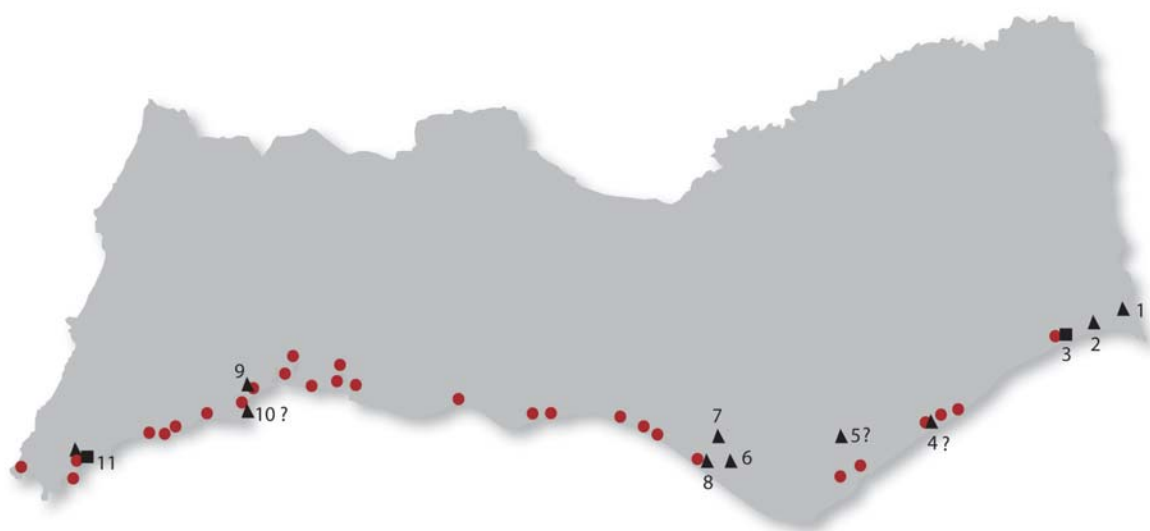


Figura 1 – Centros oleiros e sítios com cetárias no Algarve.

- | | | | | |
|---------------------------------|-------------------|------------------|----------------------|---------------|
| ■ Fornos de planta quadrangular | 1. São Bartolomeu | 4. Torre d'Aires | 7. São João da Venda | 10. Lagos |
| ▲ Fornos de planta circular | 2. Manta Rota | 5. Alfanzia | 8. Quinta do Lago | 11. Martinhal |
| ● Cetárias | 3. Cacela | 6. Salgados | 9. Monte Molião | |

seira cujo âmbito cronológico situamos entre os finais do séc. I até, muito possivelmente, ao séc. III ou mesmo posterior.

Nos trabalhos de escavação de Monte Molião, efectuados nos últimos anos e decorrentes do projecto de investigação aí conduzido por A. M. Arruda, identificaram-se fornos da época romana imperial de cerâmica comum (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2008; ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO, 2010). A produção teve lugar num curto período de tempo que decorreu entre o reinado dos Flávios e os meados do séc. II. As formas representadas cobrem as principais necessidades de cerâmica de uso doméstico, com claro domínio da relacionada com a preparação de alimentos e o serviço de mesa (ARRUDA, VIEGAS e BARGÃO, 2010). De assinalar, entre os recipientes identificados, algumas formas que imitam a cerâmica de cozinha africana (por exemplo, o tacho da forma Hayes 197) (VIEGAS e ARRUDA, 2014). Tudo aponta para uma produção cujo destino principal terá sido o próprio povoado do Monte Molião e a sua área imediatamente circundante. Outra vertente da investigação sobre os centros de consumo como Faro, Balsa e Castro Marim mostra que o território Algarvio, sobretudo na sua vertente central e oriental, se abasteceu principalmente nos mercados da vizinha Bética (VIEGAS, 2011). Dominam claramente nos três sítios estudados as ânforas que

transportaram preparados piscícolas béticos, seguindo uma tradição anterior da Idade do Ferro e do período republicano (VIEGAS, 2011).

Os dados recentes de outros centros de consumo fornecem igualmente novas perspectivas acerca do fraco peso dos produtos lusitanos, noutros contextos. Também em Sevilha é muito escassa a presença de ânforas lusitanas durante o Alto Império, e E. Garcia Vargas indica especificamente que não existem entre os exemplares identificados quaisquer recipientes oriundos do território algarvio: *"En todos los contextos de segunda mitad del siglo I d.C. y primeros años del II d.C. están presentes fragmentos de las características Dressel 14 lusitanas. [...] En todos estos casos, las pastas rojizas con abundantes desgrasantes cuarcíticos remiten al área de la desembocadura de los ríos Tajo-Sado como zona de origen de estos contenedores, no detectándose hasta el presente producciones algarbias del tipo en la ciudad"* (GARCIA VARGAS, 2007: 332).

Essa forte presença bética nos sítios de consumo, que contrasta com igualmente intensa presença de sítios que produziram preparados piscícolas durante o Alto Império (ver Figura 1), tem sido entendida como indicador de que os preparados piscícolas lusitanos seriam transportados nesta fase em ânforas de produção gaditana (FABIÃO, 2000).

Nos finais do séc. II, inícios do séc. III, assiste-se a profundas transformações na produção de preparados piscícolas na Lusitânia, que desencadearam alterações importantes na morfologia dos contentores anfóricos. Por outro lado, a partir desta fase algumas olarias na Bética foram abandonadas.

A produção anfórica algarvia, beneficiando desta “crise bética”, ter-se-á desenvolvido, notando-se, por um lado, continuação da produção nos locais onde já ocorria, na vertente oriental, e, mais importante, verificando-se o surgimento de dois novos pólos de produção: um no Algarve central (S. João da Venda e Quinta do Lago), e outro a ocidente (Martinhal e Lagos).

Em 1990 e 2000, em trabalhos arqueológicos de emergência na Quinta do Muro (Cacela), Cristina Garcia escavou um forno de planta quadrangular, com 2,85 por 2,83 m de lado, e agulheiro da câmara de cozedura suportado por três arcos. Este forno, datável do século III, teria produzido cerâmica de construção e doméstica (GARCIA, 2008: 26, 130-131).

O aparecimento em Torre de Aires de vários fragmentos de ânforas tardias do tipo Almagro 51c de características semelhantes às de fabrico algarvio, apresentando-se um deles recozido, levou Carlos Fabião a considerar, ainda que com cautela, que na área da cidade de *Balsa* se poderia ter localizado um centro oleiro. A existência no local de vários tanques para preparados de peixe, certamente destinados à exportação, reforça a ideia de produção oleira local (FABIÃO, 1994 e 2000).

Em 1969 foram identificados dois fornos romanos numa propriedade perto de Moncarapacho, em Alfanzina, ainda que não seja segura a sua associação com a produção anfórica (MASCARENHAS, 1974: 9-13), uma vez que nunca se fizeram escavações no local. De acordo com a notícia do seu achado, teriam planta circular e um diâmetro de 2,80 m, com cinco arcos de tijolo e um canal central, o que parece aproximá-los da tipologia dos fornos conhecidos para a região.

Nas margens do antigo estuário da ribeira de São Lourenço é conhecida a maior concentração de ola-

rias de toda a região, que terão produzido ânforas das formas Almagro 50, 51a-b e 51c. São três sítios que se estendem da povoação S. João da Venda à Quinta do Lago pelas margens da antiga ribeira de S. Lourenço, que formava, a jusante daquela povoação, um vasto estuário onde se localizava o porto medieval de Farrovilhas (Figura 2). Nos finais do século XIX, Santos ROCHA (1975: 160-161) noticia que detectou em S. João da Venda uma enorme quantidade de fragmentos de ânforas, no decorrer de escavações que ali efectuou e que viria posteriormente a ser interpretado como a entulheira de uma antiga olaria que produziu ânforas do tipo Almagro 51a-b (FABIÃO e ARRUDA, 1990). Já na década de 80, foi escavado na Quinta do Lago um complexo de cetárias associado a uma olaria que produziu ânforas das formas Almagro 51c e Almagro 50 (ARRUDA e FABIÃO, 1990). Finalmente, em 2004, foi detectada no talude da margem esquerda daquele antigo estuário, defronte do empreendimento da Quinta do Lago, no sítio de Salgados, uma entulheira com numerosos fragmentos anfóricos da forma Almagro 51c e, mais raramente, Almagro 51a-b, e de cerâmica comum, recozidos e deformados, associados a um cinzeiro (BERNARDES *et al.*, 2007).

Já na parte ocidental do Algarve só são conhecidos fornos em Lagos e a ocidente desta cidade. Recentes trabalhos na área urbana, na rua 25 de Abril, permitiram detectar indícios de uma produção local de ânforas (FABIÃO, 2009: 567; FABIÃO *et al.*, 2017).

A ocidente da cidade de Lagos conhece-se, desde o século XIX, o sítio do Martinhal, que veio a revelar-se a maior olaria romana da região. Alvo de várias campanhas arqueológicas na segunda metade dos anos oitenta do século passado, foram então detectados e parcialmente escavados quatro fornos de ânforas (SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990). As investigações dos últimos anos permitiram alargar o conhecimento do sítio, estando hoje identificados dez fornos, sendo nove destinados à produção anfórica, sobretudo das formas Almagro 51a-b e 51c, e um à cerâmica de construção (BERNARDES, 2008a), temática que se desenvolve *infra*.

Os dados recentes acerca do consumo de produtos alimentares transportados em ânforas nas cidades de *Balsa* e *Ossonoba* durante o Baixo Império revelam igualmente mudanças significativas no peso dos produtos de origem local / regional face às importações. Se durante os dois primeiros séculos da nossa era as importações eram maioritariamente originárias da Bética, com valores elevados para a importação dos preparados piscícolas da área gaditana, a partir do séc. III verifica-se um incremento significativo das produções de âmbito local / regional da Lusitânia. A presença de produtos lusitanos manifesta-se nas percentagens mais elevadas das ânforas, sobretudo do tipo Almagro 51c (e também Almagro 51a-b), que atingem valores de 38,2 % em Faro e 34,5 % em *Balsa* (VIEGAS, 2011). A relação económica privilegiada com a vizinha Bética, que se expressa na presença das ânforas béticas do tipo Keay XVI, mantém-se nesta fase, apesar da presença das produções lusitanas, e atinge uma percentagem de 30,8 % em Faro e 47,3 % em *Balsa*. Por outro lado, um novo mercado norte-africano (tunisino) surge em peso para aprovisionar o Sul da Lusitânia. Assim, encontra-se entre as ânforas do Baixo Império das duas cidades estudadas uma percentagem importante de ânforas oriundas daquela região, cujo conteúdo piscícola ou oleário ainda é objecto de discussão.

Dados recentes sobre a produção oleira no Martinhal

O sítio e a organização da produção

A olaria romana do Martinhal, situada imediatamente a Leste da praia do Martinhal, está referenciada desde finais do século XIX (VEIGA, 1910: 211), ainda que

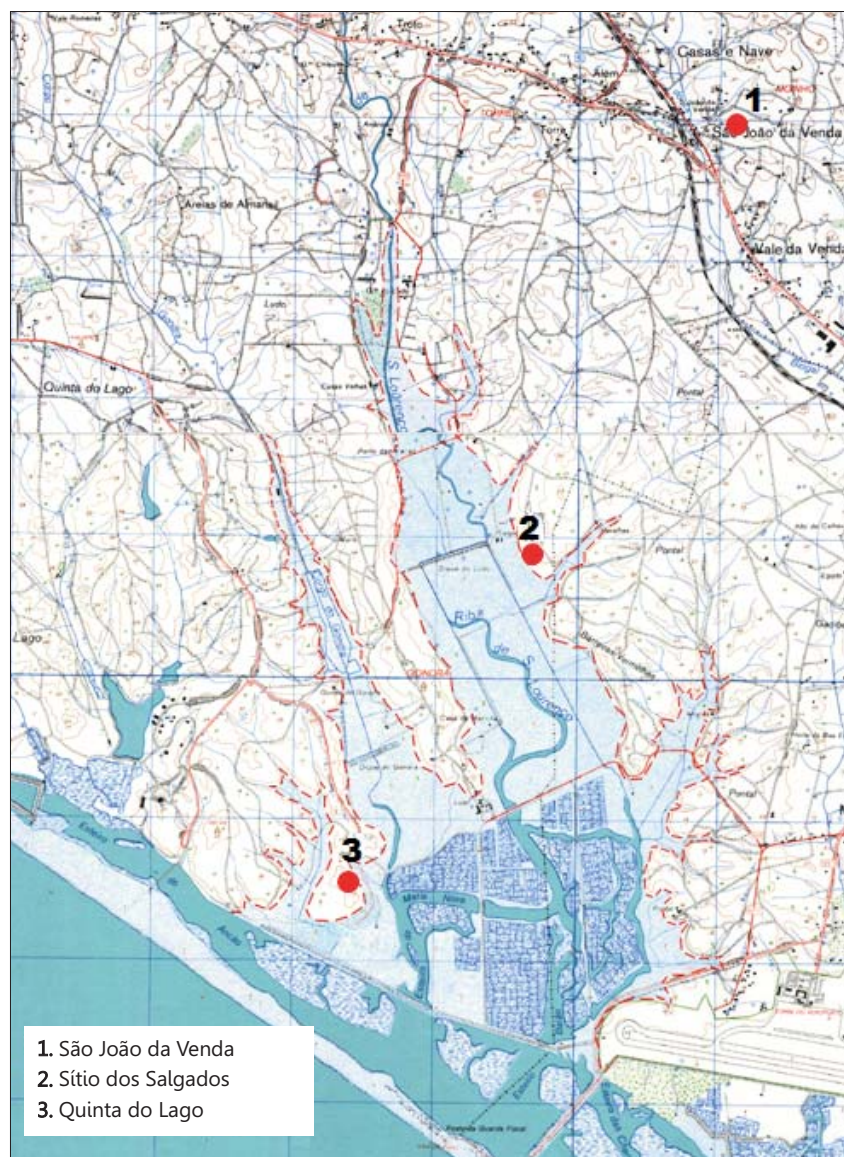


Figura 2 – O antigo estuário da ribeira de S. Lourenço e os sítios com produção oleira.

passasse a ser conhecida com algum detalhe apenas a partir das intervenções de 1987, coordenadas por Carlos Tavares da Silva e J. Neville Ashworth, e de 1988, dirigidas por Carlos Tavares da Silva, Virgílio Hipólito Correia e Nicholas Whitehead. Estas duas campanhas deram lugar a um artigo onde foi abordada a produção de ânforas do sítio, uma vez que os trabalhos incidiram, fundamentalmente, na arriba onde assomavam alguns fornos, tendo sido escavados dois deles, um outro apenas parcialmente e identificado ainda um quarto (SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990). No referido artigo, caracterizam-se relativamente bem as produções anfóricas e estruturas a elas associadas (*IDEM: ibidem*).

Em 1989, nova campanha de escavações sob a responsabilidade científica de Nicholas Whitehead e de Teresa Júdice Gamito, para além de aprofundar os trabalhos até então realizados, identifica mais um forno e faz várias sondagens distribuídas pelo sítio arqueológico, nomeadamente junto à cisterna, com vista a aprofundar o seu conhecimento. Compilando os dados das escavações e do estudo dos materiais, os dois arqueólogos acabam por preparar um estudo monográfico que nunca foi completamente concluído e cujo rascunho se encontrou entre o espólio da Professora Gamito (WHITEHEAD e GAMITO, s.d.; BERNARDES, 2008b).

Em 2006, nova intervenção coordenada por um de nós, permite alargar o conhecimento do sítio ao identificarem-se mais quatro fornos de ânforas na arriba, para além de estudar a organização espacial de todo o sítio com algumas sondagens que permitiram definir a *officina*, delimitada a Leste pela cisterna e a Oeste por um forno de cerâmica de construção (BERNARDES, 2008a). Nesta campanha ficou claro que na área da actual arriba se estendiam em bateria os fornos anfóricos e, na plataforma, a cerca de 15 metros da arriba, localiza-se uma estrutura rectangular com cerca de 42 metros de comprimento por 11 de

largura, com várias subdivisões internas (não escavadas), correspondente à olaria. No lado Este do rectângulo adossava-se uma cisterna com capacidade ligeiramente superior aos 100 m³ que recolhia e guardava águas pluviais e, no lado oposto, localizava-se um forno de planta rectangular destinado ao fabrico de telhas. Toda a área entre os fornos e a olaria, bem como a área imediatamente a Norte desta última e da cisterna, serviu de área de despejos de restos cerâmicos. Em 2008, a Oeste da estrutura rectangular da *officina* e do forno de telhas, foram detectadas, em trabalhos de minimização de impactes, algumas cetárias que associam este centro oleiro à produção de preparados piscícolas (RAMOS, FERREIRA e NUNES, 2010). Finalmente, em 2010, o recuo da arriba permite identificar mais um forno de produção de ânforas, cerca de 40 metros a Oeste dos já identificados e com as mesmas características, conhecendo-se hoje dez fornos no sítio, dos quais um é de material de construção. É claro que nem todos estes fornos deveriam ter laborado ao mesmo tempo, apresentando alguns deles indícios de reconstrução ou mesmo abandono durante uma fase em que o sítio ainda se mantinha activo (WHITEHEAD e GAMITO, s.d.; SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990).

Figura 3 – Fotografia antiga do forno 4.



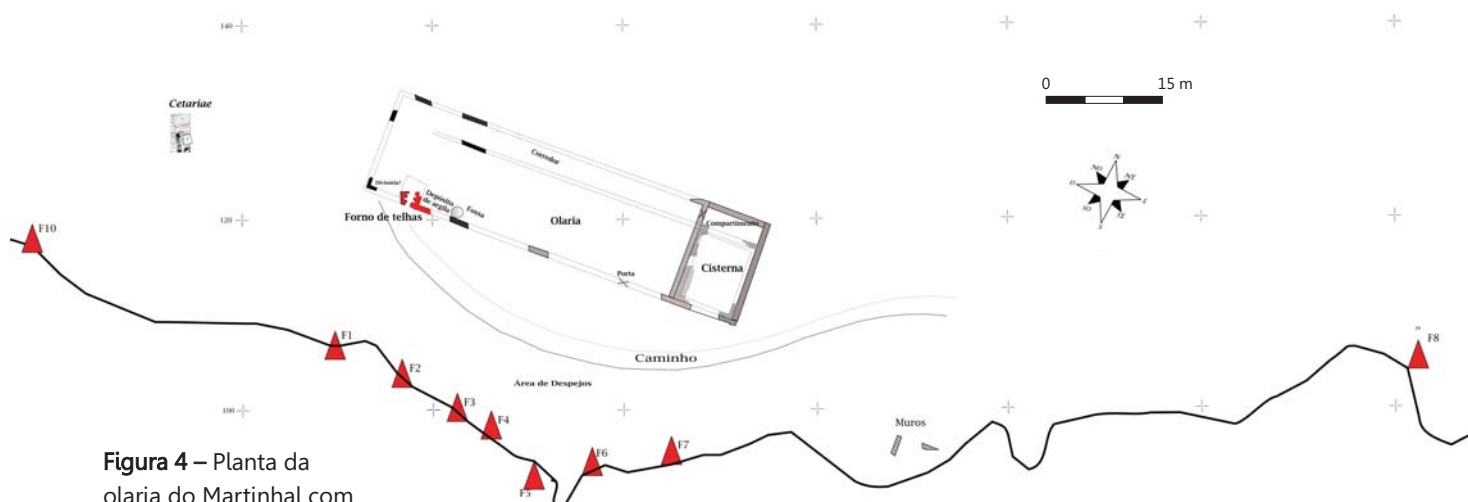


Figura 4 – Planta da olaria do Martinhal com os fornos assinalados.

As produções anfóricas que aqui se produziram enquadram-se, sobretudo, nos tipos Almagro 51a-b e 51c. A forma Almagro 50 foi também produzida, ainda que em muito menor escala. Parece que o sítio terá ainda ensaiado a produção de um tipo anfórico afim ao de Beltran 65a / Keay 25, que, no local, aparece apenas de forma residual.

Fornos e produções

Os fornos do Martinhal estão hoje relativamente bem conhecidos. Excluindo o forno 8 (correspondente ao forno 1 de SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990)³ e o forno 9, dedicado ao fabrico de telhas, os oito fornos de ânforas que se dispõem em bateria ao longo da falésia, a Nascente da praia do Martinhal, correspondem todos a um mesmo tipo, de resto frequente na Lusitânia: um corredor em arcarias escavado no substrato rochoso, que dava acesso a uma câmara de combustão localizada ao mesmo nível e também escavada na rocha, de planta ligeiramente oblonga, com quatro ou cinco arcos que suportavam uma grelha que servia de base à câmara de cozedura, com paredes forradas a argila e igualmente oblonga ou quase circular. As dimensões destes diferentes elementos, ainda que variem de estrutura para estrutura, são sempre do mesmo tipo: o comprimento do corredor em torno dos 90 cm de largo e a altura entre pouco mais de um metro, como no

forno 3, e os 1,8 m que se verificam no forno 4⁴; a câmara de combustão, no primeiro daqueles fornos, media de comprimento 2,82 m, por 1,2 m de largura e 0,9 m de altura, mas já no forno 4 esta câmara possuía 3,75 m de comprimento, por 1,5 m de largura e 1,3 m de altura. Os restantes fornos apresentam dimensões que se inscrevem entre os valores apresentados para estes dois, ainda que a falta de escavação integral dos mesmos não permita conhecer as suas exactas medidas; as dimensões da câmara de cozedura andavam em torno dos três metros de comprimento por um pouco menos de largura, apresentando, no F3, 3,1 m de comprimento por 2,84 m

³ Este forno, localizado a cerca de 75 metros para Nascente do F7 e escavado integralmente em 1987, apresenta uma estrutura diferente dos restantes. Apesar de nas suas imediações existirem restos de ânforas romanas, não é totalmente clara a sua cronologia romana, quer por se diferenciar em termos construtivos e estruturais dos restantes, quer ainda pela sua localização. Os restos anfóricos no local, pouco abundantes e muito fragmentados em relação aos restantes, podem explicar-se pela utilização de fragmentos das entulheiras próximas das produções antigas na sua construção e no processo de selagem dos enforamentos sucessivos.

⁴ As nossas numerações dos fornos são sequenciais de Poente para Nascente. Assim, os fornos 3 e 4 e 5 correspondem, respectivamente, aos números 2, 3 e 4 de SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990, ou aos 191, 195 e 201 do relatório de WHITE-HEAD e GAMITO, s.d.; já o nosso F6 corresponde ao 205 deste último relatório. O F10, identificado posteriormente à atribuição da nossa numeração, é o que se encontra mais a Ocidente.

de largura, no F4, 3,7 m por 3,5 m, e, no F5, 3 m de comprimento por 2,8 m de largura. As câmaras de cozedura assentavam em grelhas constituídas por telhas (*imbrices*) e tijolos argamassados, suportadas por quatro ou cinco arcos de tijolos separados entre si por cerca de 25 cm. As paredes desta câmara eram revestidas internamente a argila vermelha, com uma espessura até 5 cm, e cobertas exteriormente por fragmentos de telhas e ânforas. O acesso aos corredores e às câmaras de combustão para o respectivo municiamento de combustível era feito a partir de uma plataforma que hoje já não existe devido ao recuo da arriba. O enforamento das peças cerâmicas efectuava-se pelo lado oposto ao da plataforma da boca do forno, localizado a uma cota superior e correspondente à área onde se situava a olaria, de onde era possível descer para as câmaras de cozedura. Alguns destes fornos teriam a sua fachada revestida a pedra calcária e seixos, como ainda era bem visível em fotografias antigas para os fornos 4 e 5, e da qual ainda subsistem vestígios para este último, que, com o F3 e talvez o F6, parece terem feito parte de um único complexo unificado por essa fachada de pedra. Todavia, esse revestimento da frontaria com uma fachada pétrea protectora e de reforço estrutural não terá ocorrido em todos os fornos, como é demonstrado pelo recente aparecimento do F10, onde não existe qualquer indício da sua existência.

Os fornos 1 a 7 alinham-se ao longo de 35 metros da falésia, estando hoje todos parcialmente destruídos devido ao constante aluimento de terras. O desmoronamento da falésia tem levado a que vestígios de fornos bem visíveis num ano possam no ano seguinte desaparecer, para pouco depois voltarem a aparecer mais elementos destas estruturas. É o caso do forno 7, cujos testemunhos, bem visíveis na falésia no Verão de 2006, desapareceram com o recuo da arriba nos anos seguintes, aparecendo, por outro lado, vestígios bem definidos dos fornos 1 e 2 que antes só se adivinhavam; novos restos do forno 7 reaparecem com a queda de terras da falésia no Inverno de 2010, que colocam ainda à vista vestígios de um novo forno, localizado a cerca de 40 metros para Oeste do F1 e a que atribuímos o n.º 10. Breves limpezas efectuadas no Verão de 2010 permitiram constatar que este último forno se encontrava quase completo, possuindo

no seu interior ânforas Almagro 51c completas (de que se recolheu uma em 2011), o que indicia que a grelha teria colapsado durante o processo de cozedura de uma fornada, como já verificáramos, aliás, no forno 2, que produziu ânforas Almagro 51a-b. A instabilidade da falésia onde estes fornos se situam não oferece, porém, as mínimas condições de segurança para a sua escavação, pelo que, com recurso a cabos e material de escalada, foram recolhidas amostras de carvões nas câmaras de combustão dos fornos 1, 2, 5 e 6 e efectuadas as recolhas e registos possíveis.

O combustível

Destes quatro fornos foram recolhidos, dos cinzeiros das respectivas câmaras de combustão e corredores de acesso, carvões correspondentes às últimas fornadas. Foram analisadas antracologicamente várias amostras de cada forno, obtendo-se os resultados expressos no Quadro 1.

Como se vê pelo Quadro, a maior parte da madeira usada como combustível nos fornos era do género *Erica*, sobretudo de *Erica arborea* ou urze-branca. Esta espécie, frequente em Portugal em solos ácidos siliciosos, é um arbusto de grandes dimensões, de porte quase arbóreo, que desenvolve na base dos troncos formações lenhosas muito densas e compactas, de combustão lenta e muito caloríficas. Isso justifica que esta espécie lenhosa se encontre frequentemente entre as madeiras tradicionalmente preferidas e muito utilizada na indústria oleira algarvia, sendo ainda hoje um dos combustíveis de eleição nas olarias tradicionais de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Moncarapacho. Característica de matagais secundários e evoluídos, esta espécie está bem representada a alguns quilómetros do Martinhal, onde se dá a transição dos calcários para os xistos. Outras espécies de ericáceas associadas aos mesmos ambientes foram também utilizadas, ainda que em percentagens muito menores, como a *Erica umbellata* (queiró) ou o *Arbutus unedo* (medronheiro). Mais espécies lenhosas de alto valor calórico estão ainda presentes, nomeadamente a oliveira / zambujeiro (*Olea europaea*), o zimbro (*Juniperus*), a giesta (*Cytisus*) ou a esteva (*Cistus ladanifer*), que a seguir às ericas é a espécie mais representada.

Quadro 1 – Martinhal. Análises antracológicas
Amostras de Carvão de Madeira (recolhidas no interior dos fornos)

Nº de Fragmentos	Forno 1	Forno 2	Forno 5	Forno 6	Forno 10	Total	%
<i>Erica arborea</i> (urze branca)		12	80	8	44	144	49 %
<i>Erica umbellata</i> (queiró)			3			3	1 %
<i>Erica</i> sp.		4		1	22	27	9 %
<i>Arbutus unedo</i> (medronheiro)		9	2			11	4 %
<i>Olea europaea</i> (zambujeiro/oliveira)		4				4	1 %
<i>Juniperus</i> (zimbros, sabina-da-praia)		2				2	1 %
<i>Cytisus</i> (giesta, piorno)		4				4	1 %
<i>Cistus ladanifer</i> (esteva)	8	9	1			18	6 %
Indeterminado		11	46		25	82	28 %
Total de fragmentos	8	55	132	9	91	295	100 %

A cronologia

Possuímos hoje um conjunto de elementos cronológicos que situam o auge da produção do Martinhal no século IV. Já no decorrer das escavações de 1987 o achado de um fragmento queimado de *terra sigillata* clara D da forma Hayes 61a, recolhida no canal de acesso à câmara de combustão e datável de 325 a 400-420 d.C., apontava para aquela cronologia (SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990: 228-231). Também em 2006 já se recolhera, entre os entulhos dos fornos de ânforas e de telha situados a Norte da cisterna, três moedas do mesmo tipo, sendo a única legível do reinado de Licinius I, cunhada em Arles entre 308 e 324 d.C. Apesar destes dados cronológicos, que remetiam a cronologia da produção para o século IV, com maior incidência nos seus meados e segunda metade, desconhecia-se até quando teria estado activa. Deste modo, foram enviadas para análise por AMS amostras dos carvões de *Erica arborea* e de *Cistus ladanifer* recolhidas nas câmaras e canais de acesso correspondentes às últimas combustões ali efectuadas⁵. Os resultados apontam para que a produção não tenha ido além da primeira metade do século V d.C. Conjugando estas datações radiocarbónicas com os outros dados cronológicos já referidos, parece que a produção do Martinhal se poderá ter extinto por esta altura, como aliás o posicionamento do fragmento de Hayes 61a, também ele recolhido entre as cinzas e carvões

Quadro 1 – Análises antracológicas a restos carbonizados dos corredores e câmaras de combustão dos fornos 1, 2, 5, 6 e 10 do Martinhal
 (efectuadas por Paula Queiroz, *Terra Scenica*).

que subsistiram das últimas fornadas do forno 4, já indiciava. Se o desvio padrão das datações dos quatro fornos exclui praticamente a hipótese da continuidade da produção além do século V, admite, por outro lado, como muito provável que, pelo menos alguns deles, como o F2 e o F6, estivessem activos em pleno século III (cf. Quadro 2). Estes dados parecem demonstrar que nem todos os fornos do Martinhal estiveram em funcionamento ao mesmo tempo e que a produção, sendo concentrada no IV, se teria iniciado no século anterior. Ainda a julgar por estes dados, a produção do Martinhal teria sido uma realidade durante cerca de um século e meio.

Considerações finais

A produção de cerâmica comum à escala local no território algarvio em época republicana deve ter sido uma realidade cujo alcance se desconhece ainda em grande medida, mas que a futura investigação

⁵ Todas as análises, antracológicas e radiocarbónicas, foram efectuadas no âmbito do projecto *Ceratonía* "A Exploração dos Recursos Marinhos Algarvios na Época Romana".

Quadro 2 – Martinhal. Análises radiocarbónicas

Forno	Amostra	Ref ^a Lab.	Data BP	Data CalAD
F1	<i>Cistus ladanifer</i> (esteva)	WK - 28203	1668 +/- 30 BP	68.2% probability 340AD (68.2%) 420AD 95.4% probability 250AD (9.4%) 300AD 310AD (86.0%) 440AD
F2	<i>Erica arborea</i> (urze-branca)	WK - 28204	1765 +/- 30 BP	68.2% probability 230AD (25.6%) 265AD 275AD (42.6%) 335AD 95.4% probability 130AD (95.4%) 380AD
F5	<i>Erica arborea</i> (urze-branca)	WK - 28205	1710 +/- 30 BP	68.2% probability 250AD (18.5%) 290AD 320AD (49.7%) 390AD 95.4% probability 250AD (95.4%) 410AD
F6	<i>Erica cf. E. arborea</i> (urze)	WK - 28206	1735 +/- 34 BP	68.2% probability 245AD (68.2%) 345AD 95.4% probability 230AD (95.4%) 400AD

Quadro 2 – Análises radiocarbónicas por AMS do laboratório de Waikato University.

Atmospheric data from REIMER *et al.* (2009); OxCal v3.10 Bronk RAMSEY (2005);
cub r:5 sd:12 prob usp[chron].

deverá permitir conhecer com maior detalhe. O desconhecimento de qualquer produção oleira romana na área que tem concentrado ao longo dos últimos séculos boa parte da tradição oleira algarvia, devido à abundância e qualidade das suas argilas, nomeadamente nas regiões de Moncarapacho e Santa Catarina da Fonte do Bispo, pode resultar apenas da falta de investigação nestas zonas do barrocal algarvio.

Há, pois, neste campo, um longo caminho a percorrer a partir do estudo dos acervos cerâmicos já recolhidos e da investigação mais aprofundada de um ou outro sítio oleiro já conhecido ou a conhecer onde se registam produções de cerâmica comum.

Face ao estado actual dos conhecimentos, não há dúvida que a maior parte da produção teve lugar no Baixo Império e parece estar relacionada com a tendência das ânforas lusitanas passarem a assegurar o transporte dos preparados piscícolas locais (BERNARDES e VIEGAS, 2016). O aprofundar do estudo dos fabricos algarvios e da sua identificação nos centros de con-

sumo poderão no futuro próximo ilustrar o alcance das exportações piscícolas algarvias e da produção oleira com ela relacionada.

Para já, parece ser frequente a associação das produções de ânforas e cerâmica comum, como a que recentemente se registou no sítio do Martinhal e se verifica em outros centros produtores. Mas a produção oleira algarvia parece estar ainda intimamente articulada com os complexos piscícolas.

No vale do Sado, tudo aponta para que tenha havido uma separação entre os locais onde se produziram os preparados piscícolas e os sítios onde se regista produção oleira. Poucas estruturas associadas às olarias não permitem reconhecer o tipo de estabelecimento – *villa*, ou outro relacionado com as estruturas de produção. Pelo contrário, os dados disponíveis acerca da produção anfórica no território algarvio parecem apontar para uma frequente associação entre estruturas de transformação de pescado (cetárias) e fornos de ânforas, frequentemente relacionadas com contextos urbanos ou suas imediações.

Se os grandes complexos produzem desde o período alto imperial, eles sofrem modificações significativas no fim do séc. II / inícios do séc. III – momento a partir do qual continua a produção com contentores diferentes respondendo, possivelmente, também a preparados piscícolas diferentes.

Apesar da produção dos contentores piscícolas assumir aqui uma certa vitalidade, não existe produção de ânforas para transporte de azeite ou vinho, embora a sua produção se encontre atestada em diversos locais, por vezes com uma forte expressão, como na *villa* de Milreu. ■

Bibliografia

- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D. e REINER, F. (1990) – “A Propósito dos Fornos de Cerâmica Lusitano-Romanos de S. Bartolomeu do Mar”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diff. E. de Boccard, pp. 193-198 (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988).
- ARRUDA, A. M. (1997) – *As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- ARRUDA, A. M. (2006) – “Os Recursos Marítimos na Economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe”. In *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*. Cádiz: Junta de Andalucía / Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, pp. 383-405 (Actas de I Conferencia Internacional, Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004).
- ARRUDA, A. M. (dir.) (2007) – *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- ARRUDA, A. M. e FABIÃO, C. (1990) – “Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diff. E. de Boccard, pp. 199-213 (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988).
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P. e SOUSA, E. (2005) – “A Ocupação Pré-Romana de Faro: alguns dados novos”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (1): 177-208.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008) – “Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso”. *Xelb. Silves*. 8 (1): 137-168 (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. e BARGÃO, P. (2010) – “A Cerâmica Comum de Produção Local do Monte Molião (Lagos)”. *Xelb. Silves*. 10: 285-304 (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves).
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. e PEREIRA, R. (2006) – “A Importação de Preparados de Peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 153-176 (actas de Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica, Setúbal).
- BARGÃO, P. (2008) – “Intervenção de Emergência na Rua do Monte Molião: primeiras leituras”. *Xelb. Silves*. 8 (1): 169-189 (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- BERNARDES, J. P. (2008a) – “O Centro Oleiro do Martinhal”. *Xelb. Silves*. 8 (1): 191-212.
- BERNARDES, J. P. (2008b) – “As Escavações de 1989 na Olaria Romana do Martinhal”. In BERNARDES, J. P. (org.). *Sic Memorat. Estudos em Homenagem a Teresa Júdice Gamito*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 93-107.

- BERNARDES, J. P.; DIAS, F.; SANTOS M.; CARRUSCA, S. e MENDONÇA, V. (2007) – “Salgados. Um sítio com produção de ânforas. Contributo para o estudo da ocupação romana no estuário da Ribeira de São Lourenço (Almancil - Loulé - Faro)”. *Promontoria*. Faro. 5: 227-243.
- BERNARDES, J. P. e VIEGAS, C. (2016) – “Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal)”. In PINTO, I. V.; ALMEIDA R. R. e MARTIN, A. (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Oxford: Archaeopress, pp. 81-92 (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 10).
- DIAS, M. I.; VIEGAS C.; GOUVEIA, M. A.; MARQUES, R.; FRANCO, D. e PRUDÊNCIO, M. I. (2009) – “Geochemical fingerprinting of Roman pottery production from Manta Rota kilns (Southern Portugal)”. In *Proceedings of EMAC 07 (Budapest, Outubro de 2007)*. Budapest, pp. 83-91.
- FABIÃO, C. (1994) – “As Ânforas”. In NOLEN, J. *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*. Balsa. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura / Instituto Português de Museus, pp. 17-34.
- FABIÃO, C. (1997) – “Duas Notas Sobre Ânforas Lusitanas”. *Al-Madan*. II Série. 6: 55-68.
- FABIÃO, C. (2000) – “O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade?”. In *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*. Vol. II, pp. 717-730.
- FABIÃO, C. (2004) – “Centros Oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In BERNAL CASASOLA, D. e LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.). *Actas del Congreso Internacional Figlinae Beticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.) (Cádiz, Noviembre 2003)*. BAR - International series. 1266: 379-410.
- FABIÃO, C. e ARRUDA, A. M. (1990) – “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conimbriga / Diff. E. de Boccard, pp. 215-224 (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988).
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (2004) – “Epigrafia Anfórica Lusitana. Uma perspectiva”. In REMESAL RODRÍGUEZ, J. (ed.). *Epigrafía Anfórica*. Barcelona, pp. 221-244 (*Coll. Instrumenta*, 17).
- FABIÃO, C.; FILIPE, I. e BRAZUNA, S. (2010) – “Produção de Ânforas em Época Romana em Lagos: os dados resultantes das intervenções de contrato realizadas no âmbito do Projecto URBACOM”. *Xelb*. 10: 323-336 (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves).
- FARIA, A. M. (1989) – “A Numária de *Cantnipo”. *Conimbriga*. 28: 71-99.
- GARCÍA VARGAS, E. (2007) – “Hispalis como Centro de Consumo desde Época Tardorrepública a la Antigüedad Tardía. El testimonio de las ánforas”. *Anales de Arqueología Cordobesa*. 18: 317-360.
- GARCIA, C. (2008) – *Cacela, Terra de Levante. Memórias da paisagem algarvia*. Vila Real de Santo António.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1996) – *Alfarería Romana en la Bahía de Cádiz*. Cádiz: Universidad de Cádiz / Publicaciones del Sur.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de Salsas y Conservas de Pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona (*Coll. Instrumenta*, 11).
- MAIA, M. (1979) – “As Ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim”. *Clio*. 1: 141-151.
- MAIA, M. G. P. (2006) – “La Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”. In *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*. Cádiz: Junta de Andalucía / Instituto de Investigación y Formación Agraria y Pesquera, pp. 455-487 (Actas da I Conferencia Internacional, Puerto de Santa María Cádiz, Junho de 2004).
- MASCARENHAS, J. F. (1974) – *Fornos de Cerâmica e outros Vestígios Romanos no Algarve*. Lourenço Marques: ed. do autor.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (2002) – *L'Atelier d'Amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. e SILVA, C. T. (1996) – *Les Amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E. de Boccard.
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – “Novas Produções de Fabrico Lusitano: problemáticas e importância económica”. In LAGÓSTENA, L.; BERNAL, D. y ARÉVALO, A. (eds.). *Cetariae 2005. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford. BAR - International series. 1686: 127-133.

- PEREIRA e M. L. E. V. S. (1974-1977) – “Marcas de Oleiros Algarvios do Período Romano”. *O Arqueólogo Português*. Série III. 7-9: 243-268.
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E. de; FARIA, J. C. e FERREIRA, M. (2006) – “Cerâmicas Romanas do Lado Ocidental do Castelo de Alcácer do Sal. 4: ânforas de importação e de produção lusitana”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2): 299-316.
- RAMOS, A. C. (2008) – “Novos Dados sobre a Ocupação Antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, nº 53-55”. *Xelb. Silves*. 8 (2): 87-98 (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- RAMOS, A. C. e ALMEIDA, R. (2005) – “O Complexo Industrial Conserveiro de Época Romana na Rua Silva Lopes, Principais resultados de uma intervenção de emergência no Centro Histórico de Lagos”. *Xelb. Silves*. 5: 101-118 (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve).
- RAMOS, A. C.; FERREIRA, N. M. e NUNES, J. (2010) – “Martinhãl: o centro oleiro que também produziu preparados piscícolas”. *Xelb. Silves*. 10: 351-372 (Actas do VII Encontro de Arqueologia do Algarve).
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. e GOUVEIA, A. (2005) – “ORESt Project: late Roman pottery productions from the low Tejo”. In GURT i ESPARRAGUERA, J. M.^a; BUXEDA i GARRIGÓS, J. e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.). *Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: Archaeopress, p. 37-54 (British Archaeological Reports. International Series, 1340).
- ROCHA, A. S. (1975) – “Notícia de Algumas Estações Romanas e Árabes do Algarve”. In *Memórias e Explorações Arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 145-208 (publicado pela primeira vez em *O Arqueólogo Português*, 1 e 2, 1895-1896).
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. e CORREIA, V. H. (1990) – “Produção de Ânforas Romanas no Martinhal (Sagres)”. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.). *As Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção, comércio*. Coimbra / Paris: Museu Monográfico de Conímbriga / Diff. E. de Boccard, pp. 225-246 (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988).
- SOUSA, E. e ARRUDA, A. M. (2010) – “A Gaditanização do Algarve”. In *Los Púnicos de Iberia: Proyectos, revisiones e síntesis*. Mainake. Málaga. 32 (2): 951-974.
- TRINDADE, M. J. F. (2007) – *Geoquímica e Mineralogia de Argilas da Bacia Algarvia: transformações térmicas*. Aveiro: Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento.
- VASCONCELLOS, J. L. (1898) – “Olaria Luso-Romana em S. Bartolomeu de Castro Marim”. *O Archeólogo Português*. 4: 329-336.
- VASCONCELLOS, J. L. (1920) – “Coisas Velhas. 120. Olaria lusitano-romana (?) da Manta Rôta”. *O Archeólogo Português*. 24: 229.
- VEIGA, S. P. Estácio da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. II.
- VEIGA, S. P. Estácio da (1910) – “Antiguidades Monumentaes do Algarve”. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15.
- VIEGAS, C. (2006) – “O Forno Romano da Manta Rota (Algarve)”. *Setúbal Arqueológica*. 13: 177-196 (actas de Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica, Setúbal).
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Tese de doutoramento. Lisboa: UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 3).
- VIEGAS, C. (2012a) – “Imports and local production: common ware from urban sites in Southern Lusitania (Algarve)”. In *Rei Cretaria Romanae Fautorum Acta*. Belgrado: RCRF. 42: 407-417.
- VIEGAS, C. (2012b) – “A Cerâmica Cinzenta Grosseira do Algarve”. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.). *Cerâmicas hispanorromanas II. Producciones regionales*. Cádiz, pp. 681-697.
- VIEGAS, C. e ARRUDA, A. M. (2014) – “A Cerâmica de Cozinha Africana e as Suas Imitações em Monte Molião (Lagos, Portugal)”. In MORAIS, R.; FERNANDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds.). *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Tomo I, pp. 247-260 (Actas do II Congresso Internacional da SECAH - *Ex Officina Hispana*, Braga, 2013).
- WHITEHEAD, Nicholas e GAMITO, Teresa (s.d.) – *Industrial Reuse of a Redundant Villa. Excavations at Martinhal (Sagres) 1987-1988*. Policopiado.

Balance Provisional de un Proyecto Atípico

el programa *Officina*

Luis Carlos Juan Tovar

EX OFFICINA HISPANA –
Sociedad de Estudios de la
Cerámica Antigua en Hispania.

Texto presentado para su publicación en septiembre de 2010.

Revisado puntualmente en noviembre de 2013.

Resumen

Durante casi quince años el programa *Officina* dedicó su actividad al estudio de los centros de producción cerámica de época romana en la Península Ibérica, sus estructuras de producción y a algunas de las familias cerámicas que en ellos se elaboraron, así como a las fuentes históricas que pudieran aportar alguna información sobre esta actividad, para ello se emplearon por primera vez en la península técnicas que nunca se habían utilizado en el estudio de alfares romanos, como la localización mediante termofotografía oblicua a baja cota, la teledetección mediante sondeos geoelectrónicos y geomagnéticos, y la datación de hornos por paleomagnetismo. Con todo, su actividad, no se dedicó exclusivamente a la época romana, pues también se abordaron estudios pioneros sobre la actividad alfarera en la prehistoria y protohistoria peninsular o la caracterización con mayor precisión de la naturaleza de los hornos ibéricos mediante el estudio de uno de los hornos más emblemáticos atribuidos a esta época: Fonstcaldes, estudios que fueron decisivos para diferenciar los hornos de tradición ibérica de los primeros hornos de producción, tecnología y tradición itálicas de Hispania.

Pioneros fueron también los trabajos en el primer horno asociado a una unidad militar, excavado en Herrera de Pisuergra, o la excavación del horno tardorromano de Relea. No obstante muchos de los resultados obtenidos en esos tres lustros nunca vieron la luz, como es el caso del inventario completo de más de ochocientos alfares hispanorromanos localizados o la catalogación y estudio de más de trescientos hornos. Esta ingente documentación formará, sin embargo, la base documental de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania y de sus futuras bases de datos.

Palabras claves: *Officina*, alfar, horno, producción, cerámica.

Resumo

Durante quase 15 anos o programa *Officina* dedicou a sua atenção ao estudo dos centros cerâmicos de Época Romana na Península Ibérica, às suas estruturas de produção e a algumas das famílias cerâmicas que neles se produziram, assim como às fontes históricas que pudessem aportar alguma informação sobre esta actividade, empregando para isso técnicas que nunca se haviam aplicado na Península ao estudo das olarias romanas, como a localização por termofotografia oblíqua a baixa altitude, a teledetecção mediante prospecção geoelectrica e geomagnética, e a datação dos fornos por paleomagnetismo. Contudo, esta acção não se centrou exclusivamente na Época Romana, pois também se desenvolveram estudos pioneiros sobre a actividade oleira na Pré-História e na Proto-História peninsulares, ou a caracterização mais precisa da natureza dos fornos ibéricos, através do estudo de um dos fornos mais emblemáticos atribuídos a esta época (Fontscaldes), estudos que foram decisivos para diferenciar os fornos de tradição ibérica dos primeiros fornos de produção, tecnologia e tradição itálicas da Hispânia. Pioneiros foram também os trabalhos no primeiro forno associado a uma unidade militar, escavado em Herrera de Pisuerga, ou a escavação do forno tardo-romano de Relea. Não obstante, muitos dos resultados obtidos nestes três lustros nunca foram divulgados, como é o caso do inventário completo de mais de oitocentas olarias tardo-romanas identificadas, ou da catalogação e estudo de mais de trezentos fornos. Esta importante documentação constituirá, porém, a base documental da Sociedade de Estudos de Cerâmica Antiga na Hispânia e das suas futuras bases de dados.

Palavras chave: *Officina*, olaria, forno, produção, cerâmica.

Abstract

For almost 15 years, the *Officina* program focused on the study of the Roman Period potteries centres in the Iberian Peninsula, its production structures and some of the ceramic types produced there, as well as historical sources that could provide some information about this activity, employing techniques that had never been applied in the Peninsula for the Roman potteries study, such as the location by oblique thermo-photography at low altitude, remote sensing by geoelectric and geomagnetic prospecting, and kilns dating by paleomagnetism. However, this action did not focus exclusively on the Roman era, since pioneering studies on pottery activity in peninsular prehistory and proto-history were also developed, or the more precise characterization of the Iberian kilns nature, through the study of one of the most emblematic kilns attributed to this time (Fontscaldes), studies that were decisive to differentiate the Iberian kilns from the first production kilns in Hispania with italic technology and tradition.

Pioneer was also the work at the first kiln associated to a military unit, excavated in Herrera de Pisuerga, or the excavation of the late-Roman kiln of Relea. Nevertheless, many of the results obtained during these 15 years have never been divulged, as in the case of a complete inventory of more than 800 identified late-Roman potteries, or the cataloguing and study of more than 300 kilns. This important documentation will, however, constitute the documentary basis of the Sociedade de Estudos de Cerâmica Antiga na Hispânia (Society for the Study of Ancient Ceramics in Hispania) and its future databases.

Key words: *Officina*, pottery, kilns, production, ceramics.

Balance Provisional de un Proyecto Atípico

el programa *Officina*

Luis Carlos Juan Tovar

EX OFFICINA HISPANA –
Sociedad de Estudios de la
Cerámica Antigua en Hispania.

Texto presentado para su publicación en septiembre de 2010.

Revisado puntualmente en noviembre de 2013.

En el año 2003 se publica el II Simposio de Arqueología de Mérida, que celebrado en 2001 se había dedicado a las cerámicas tardorromanas y altomedievales de la Península Ibérica. En su presentación se proclama una idea: “*No puede haber tipología sin contextualización...*”, quienes esto exponían como un concepto novedoso y renovador para los estudios ceramológicos, estaban haciendo suyo uno de los principios epistemológicos que quince años antes había empezado a proclamar un grupo de investigadores que llevaban a cabo uno de los proyectos de investigación más atípicos y renovadores de la época, un proyecto que se denominó programa *Officina*.

En él se defendía que sin el conocimiento de los centros productores, de los alfares, de los talleres, de esos contextos primigenios, la ceramología sería una ciencia incompleta, amputada, huérfana. Cada testar, cada vertedero de un alfar es un manual ceramológico irremplazable, cuya lectura debe hacerse con paciencia, meticulosidad y esmero, porque nunca dispondremos de una verdadera tipología sin un profundo conocimiento de estos contextos originarios. Sin una arqueología de los gestos, de las microtransformaciones, de las sutiles variaciones que una forma experimenta con el tiempo, nunca llegaremos a com-

prender verdaderamente las cerámicas ni a quienes las hicieron.

En esos vertederos deberíamos poder encontrar no sólo la historia sino la prehistoria de esa producción, los primeros fallos y los primeros aciertos, el nacimiento de cada forma, los sutiles cambios, los motivos, los ciclos productivos. Las vicisitudes formales, económicas y técnicas de esas cerámicas y de quienes las dieron forma.

Y aunque este hecho sólo pudiera darse satisfactoriamente en uno de cada cien alfares descubiertos, por el grado de conservación o deterioro con que el tiempo nos lo hubiera transmitido, su valor sería aun mayor y la necesidad de su conservación y estudio más imperiosa e inexcusable.

Debíamos ser muy conscientes de que perder un alfar, cualquier industria cerámica, no era sólo perder un yacimiento arqueológico, siempre valioso, era perder mucho más, era perder irremisiblemente la historia de toda una producción y de quienes la llevaron a cabo, una parte de la historia económica y social de la Antigüedad, cuya repercusión alcanza a cada vaso fabricado en ese taller allá donde se encuentre, porque perdemos su identidad, sus raíces, su misma razón de ser y existir, en definitiva su memoria.

La primera experiencia de lo que un año más tarde se denominaría programa *Officina*, surge precisamente con la destrucción y desaparición del primer y único alfar altoimperial de terra sigillata documentado hasta la fecha en la antigua provincia romana de Lusitania, en la ciudad de Caesarobriga, hoy Talavera de la Reina, cuyos escasos vestigios se publicaron entre 1983 y 1988, y entre los cuales se encontraba el primer y único punzón nominativo documentado hasta la fecha en un alfar hispánico (Fig. 1).

Ante esta trágica desaparición se nos planteó enseguida la necesidad de elaborar un inventario de los alfares de sigillata hispánicos a fin de conocer su número y estado de conservación, trabajo que desde el estudio inicial de Mezquiriz de 1961 no se había realizado y del que en el trabajo de Talavera se daba un primer avance. Al año siguiente, por tanto, se publica un exhaustivo trabajo de recopilación con más 40 alfares o indicios de ellos (Fig. 2), en el que además de darse a conocer documentos

inéditos de importantes yacimientos, como los fragmentos de molde del alfar de TSHT de Clunia, o la planimetría completa de los talleres de Cartuja en Granada, se incluye un primer estudio sobre las estructuras de producción, herramientas y hornos conocidos hasta aquel momento en este tipo de talleres.

Tras estos primeros ensayos el programa *Officina* comienza a articularse en torno a tres objetivos básicos: la realización de un inventario general de todos los alfares de la Antigüedad conocidos en Hispania, el estudio de las estructuras de producción y dependencias asociadas, con el fin de empezar a comprender su organización interna, y por último la excavación de centros alfareros que nos permitieran conocer de primera mano sus características, aplicando en ellos nuevas técnicas de detección, excavación y datación.



Figura 1 – Caesarobriga (Talavera de la Reina, Toledo) (1983).

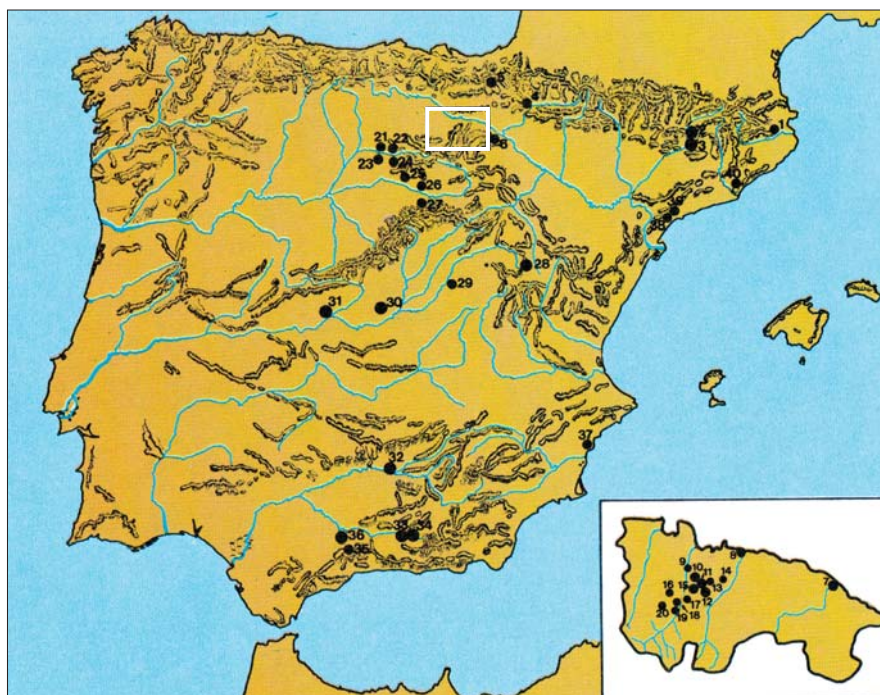


Figura 2 – Alfares de Terra Sigillata Hispanica (1984).

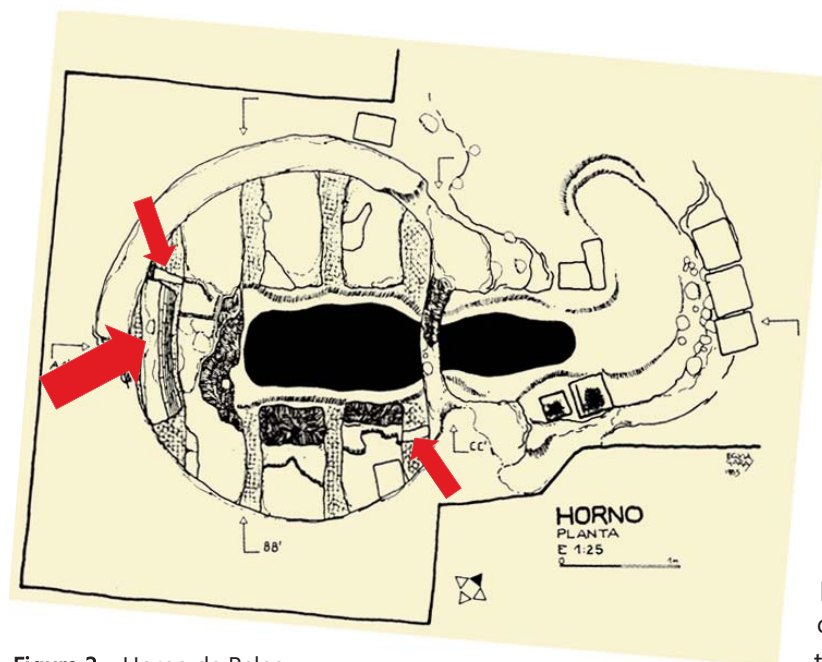


Figura 3 – Horno de Relea
(Palencia) - S. IV d.C. (P. Oficina, 1985).

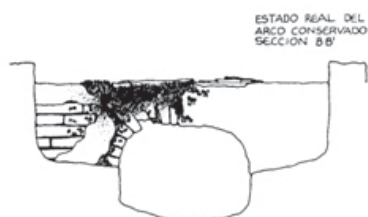
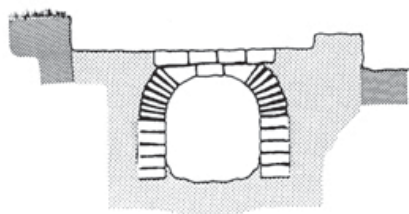
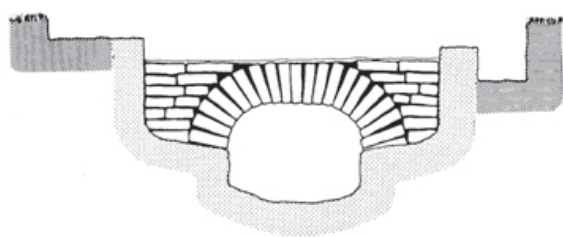
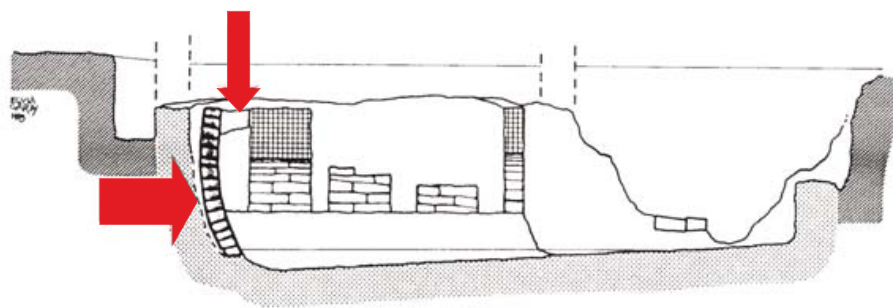


Figura 4 – Horno de Relea
(Palencia) - S. IV d.C.
(P. Oficina, 1985).
Secciones.

La primera oportunidad de estudiar un taller cerámico se nos presenta en 1985, cuando con carácter de urgencia realizamos la excavación de un horno asociado a una explotación agrícola –posiblemente una villa de cronología tardorromana a pocos kilómetros al noroeste del gran *palatium* de la Olmeda, en las proximidades de la localidad palentina de Relea. En circunstancias meteorológicas muy adversas, tuvimos que proceder a la excavación –en dos cortas campañas- de una estructura de planta circular dedicada a la producción de materiales de construcción –tégulas, imbrices y ladrillos- y quizá algún tipo de cerámica común, aunque este último extremo no

quedó suficientemente demostrado, sin que fuera viable ampliar la excavación en busca de otras posibles dependencias. El horno, de muy buena factura, presentaba soluciones técnicas inéditas, que pusieron de relieve tanto la pericia del constructor, como la aparente inexperiencia del artesano que lo manejó. El primero le doto de solidez

y estanqueidad, con gruesos soportes para la carga compuestos de arcos y muros apoyados en sendos bancos corridos laterales, ausencia de parrilla y un corredor central en declive para aminorar la corriente térmica y recoger los residuos de la combustión, cualidades todas ellas que el segundo no supo aprovechar ya que un mal control de las temperaturas y el flujo térmico dentro del horno y seguramente la sobrecarga del mismo provocaron, primero que este tuviera que ser reforzado con un muro para reducir el choque térmico y aminorar el flujo de calor en el fondo del horno, que más tarde tuviera que ser apuntalado para evitar el desplazamiento de los arcos y por último que hubiera de ser abandonado ante la amenaza de colapso de toda la estructura portante (Figs. 3 y 4).

Entre los materiales recuperados se encontró un singular accesorio cuyo uso como obturador o tapón quedaba fuera de duda ya que mientras el extremo más grueso aparecía calcinado y vitrificado, el más delgado sólo estaba cocido, aunque su función exacta no pudo determinarse ya que bien podría haberse utilizado para obstruir una mirilla desde la que controlar el interior del horno o servir como tapón de un tiro de calor en la superestructura.

Este horno, gracias a un basurreo que llegó a ocupar parcialmente la boca del *praeefurnium* en sus últimos momentos de uso, pudo datarse hacia la primera mitad del s. IV d.C., convirtiéndose así en el primer horno tardío excavado en el interior peninsular, con testimonios muy escasos y poco documentados en el resto de Hispania. En su publicación también se incluyó un primer estado de la cuestión sobre los talleres cerámicos conocidos en la provincia de Palencia. El programa *Officina* en sus albores empezaba a obtener resultados inéditos. Al año siguiente, en 1986, se nos invita a supervisar la excavación de un horno descubierto en Herrera de Pisuerga (Palencia), antiguo asentamiento de la Legio IIII Macedónica.

Aparecido en 1983 durante unas labores agrícolas, la estructura conservaba en el momento de su hallazgo, casi completo, el nivel inferior incluida casi toda la parrilla y el laboratorio hasta una altura máxima de 30 cms. Se trataba de un horno de planta cuadrada, de mediano tamaño, 2,00 por 2,00 mts. y excelente factura, que fue parcialmente excavado y desmontado, en una actuación precipitada bastante desafortunada, si bien toda la documentación fotográfica y arqueológica previa a nuestra intervención nos fue entregada para que la pudiéramos evaluar (Figs. 5 y 6). Afortunadamente los niveles del cenizal tanto del *praeefurnium* como del interior del horno no habían sido tocados, ya que resultaron ser los más interesantes.



Figura 5 – Horno de Herrera de Pisuerga (Palencia). Legio IIII Macedónica (Hallazgo Septiembre 1983).

Entre los muchos datos significativos que nos aportó este horno, tal vez dedicado a la producción de cerámica común fina, está el del tipo de soporte que sustentaba la parrilla, consistente en ocho muros laterales, cuatro a cada lado, que salvaban el hogar mediante un sistema de aproximación de hiladas o de falsa bóveda, semejante al que ya conocíamos en el horno I de Ampurias (ver Fig. 16), un sistema de soporte que ya en la época en que fue construido comenzaba a estar anticuado.

Alrededor del horno no se detectó ningún tipo de dependencia ni vertedero, aunque la posible existencia de otros hornos en los alrededores parecía indicar un alfar de cierta entidad del que este horno formaría parte (Fig. 7).

Gracias a un dupondio de Claudio de la ceca de Roma acuñado entre el 41 y el 50 d. C., aparecido en el cenizal del interior del horno, pudo datarse en época de Tiberio-Claudio, convirtiéndose además en el primer horno asociado a una unidad militar que se excavaba en Hispania y el horno romano más antiguo excavado hasta la fecha en la Meseta (Fig. 8).



6



6



6



7

Figuras 6 y 7 – Horno de Herrera de Pisuerga
(Palencia). Legio IIII Macedonica:

6. Intervención Septiembre 1983;

7. P. *Officina*, 1986-1987.

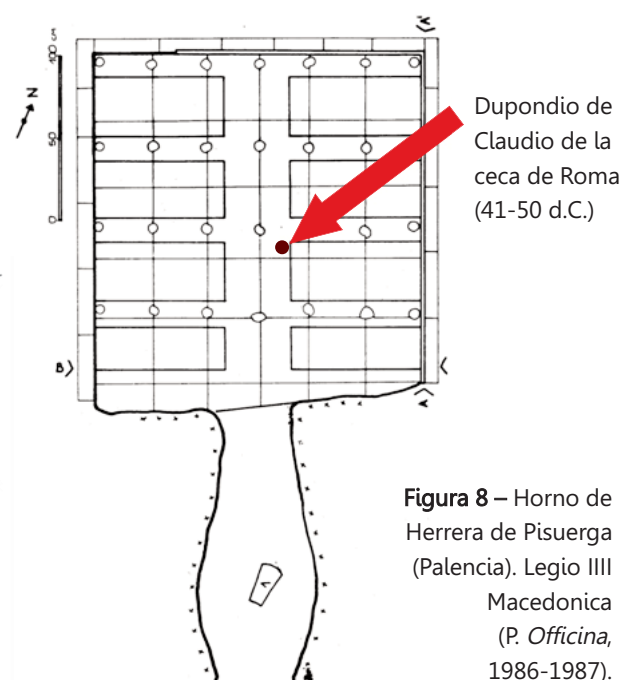
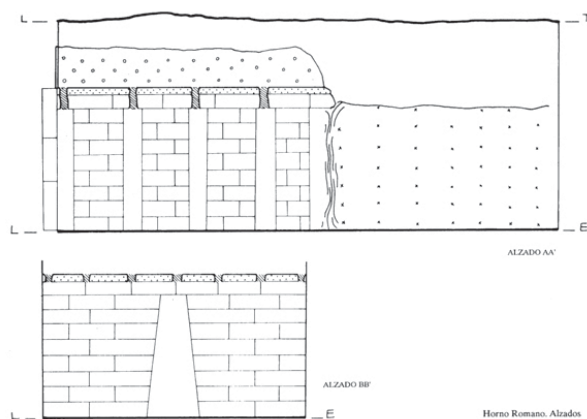


Figura 8 – Horno de
Herrera de Pisuerga
(Palencia). Legio IIII
Macedonica
(P. *Officina*,
1986-1987).

En 1987 con motivo de las Jornadas Internacionales de Granollers, el programa *Oficina* presenta un primer avance de su recopilación cuando ya se llevaban computados más de 400 alfares, con un planteamiento epistemológico inicial, aunque el marco geográfico examinado en esa ocasión únicamente comprendía la antigua Hispania Citerior. En el ya se perfilaban algunas zonas con mayor concentración de esta industria, aunque era demasiado temprano para determinar si su naturaleza era real o sólo provocada por una atención diferencial sobre esas zonas por parte de la investigación (Fig. 9).

Ya en este avance uno de los problemas que se nos había planteado a la hora de encuadrar cronológicamente algunos hornos ibéricos, y por tanto los talleres a los que servían, era su aparente ambigüedad tipológica y la carencia de estudios modernos, que en un primer momento llegaron a confundirnos. Para intentar esclarecer estos extremos emprendimos ese mismo año 1987 el estudio de la más paradigmática de estas estructuras: el horno de Fontscaldes, y otros 16 hornos con encuadramiento y tipología similares. Este horno había sido excavado en los años 20 del pasado siglo por Colominas Roca en el paraje de La Coma y en su reconstrucción planimétrica proponía unas soluciones técnicas insólitas consistentes en una plataforma maciza a modo de parrilla, pero sin perforaciones, y unas toberas laterales situadas entre los arcos que desembocarían a la altura del suelo de esa plataforma tras describir una trayectoria curva. Por cierto en su dibujo la plataforma sólo está sustentada por tres arcos quedando el cuarto y un supuesto quinto (?) sin función.

La descripción de Colominas era tan sucinta que debemos fiarlo todo a los dibujos que dejó del horno. El problema que planteaba esa restitución es que no sólo nunca se había excavado una estructura similar ni de época ibérica ni posterior, sino que semejantes

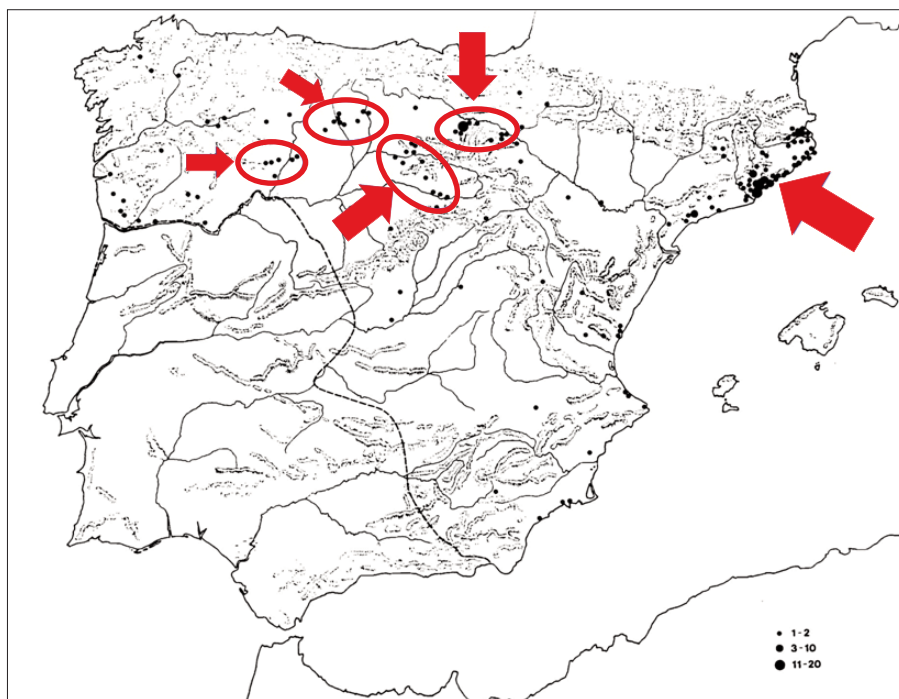


Figura 9 – Alfares hispano-romanos de la Hispania Citerior (P. *Officina*, 1987).

toberas a modo de sifón apuntando a las bases de las pilas de cerámica almacenadas en su interior, en el momento álgido de la cocción hubieran actuado posiblemente como un soplete, provocando la fusión de la cerámica más próxima y el consiguiente desmoronamiento y destrucción de la carga. Por lo tanto parecía una solución técnicamente inviable (Fig. 10). Dado que el horno de Fontscaldes se había logrado conservar bajo una caseta de obra casi milagrosamente, tras obtener los permisos oportunos procedimos al desescombro y limpieza de su interior, y a realizar una nueva planimetría y un examen minucioso, con resultados que arrojaron nueva luz sobre su estructura real, y que no solo permitieron conocer mejor su funcionalidad, sino arrojar nueva luz sobre su posible cronología (Fig. 11).

Del horno excavado por Colominas había desaparecido la supuesta plataforma o parrilla si es que alguna vez llegó a existir, quedando únicamente un posible vestigio de una parrilla real a la derecha entre el tercer y cuarto arcos. De los dos arcos descubiertos sólo se conserva uno y toda la estructura presentaba unas características que distaban mucho de ser las que Colominas había descrito.

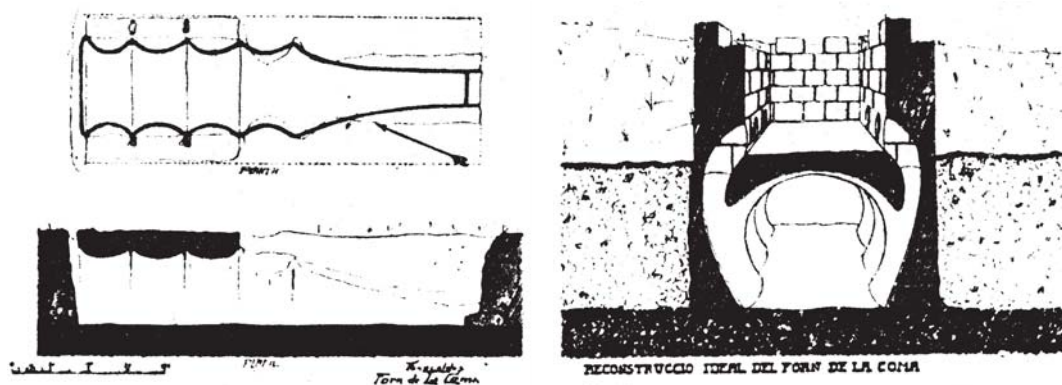


Figura 10 – Horno de Fontscaldes (Tarragona) s. COLOMINAS (1923).

Planta y sección muy simétricas:
Arcos de la misma anchura;
Separación homogénea;
Paredes de la cámara curvadas.
Restitución idealizada.

La planta del horno era rectangular con las paredes del hogar abiertas en V, no curvadas. Los soportes laterales, que no arcos, eran de diferentes anchuras y un considerable espesor (entre 50 y 80 cm). Habían sido construidos apilando y compactando fragmentos de adobes, pero sin formar hiladas ni dovelaje alguno, y con unas separaciones entre unos y otros no homogéneas. De las supuestas toberas no existía el menor indicio, además la escasa separación entre estos falsos arcos hacía innecesaria una plataforma, dando a entender más bien un tipo de parrilla se-

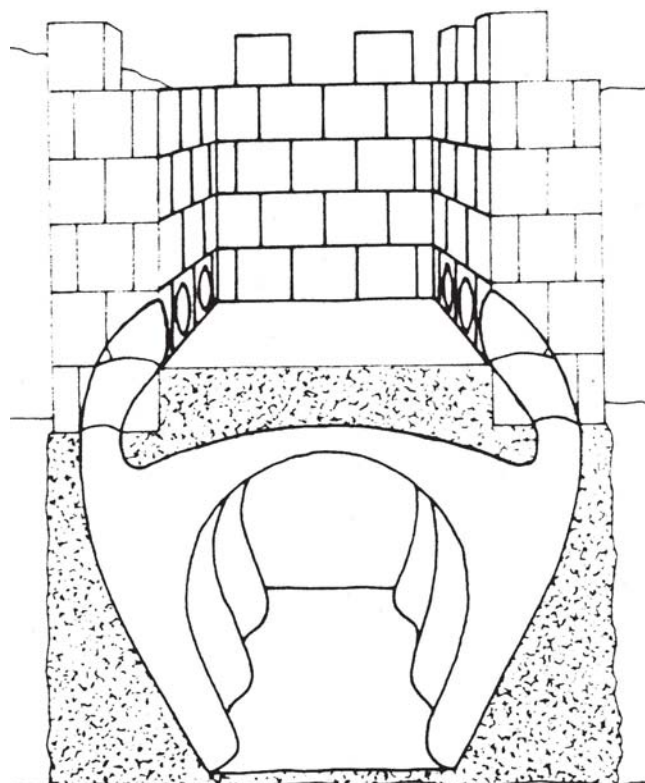


Figura 11 – Horno de Fontscaldes (Tarragona) (P. Oficina, 1987).



mejante a los que ya conocíamos en otros hornos cerámicos o incluso la ausencia de ese elemento (Fig. 12). Además en un examen de los alrededores del horno pudimos constatar la existencia de abundantes desechos semivitrificados de *tegulae*, lo que unido al colosal soporte que presentaba el horno y otros muchos indicios, nos hizo sospechar que estábamos en realidad ante un horno de materiales de construcción y por tanto de cronología romana, como veremos más tarde.

Con el fin de comprender mejor la presencia del taller de La Coma y su horno en una ubicación alejada de cualquier tipo de asentamiento, inmediatamente después del estudio del horno iniciamos un amplio examen arqueológico del territorio en un radio de entre 10 y 12 km. en torno al alfar, estudiando en primer lugar el medio natural en que debió desenvolverse con especial atención a las fuentes de materias primas – arcillas-, madera y agua los tres elementos imprescindibles para la actividad alfarera y a continuación las posibles vías de comunicación (Fig. 13) y los eventuales mercados más próximos conocidos (Fig. 14). Los resultados de este estudio apoyaron tanto nuestra hipótesis sobre la producción del horno de Fontscaldes, como la cronología de su actividad fechable entre finales del s. II a.C. y la centuria siguiente. Pero nuestro trabajo con el horno de Fontscaldes no acabó aquí.

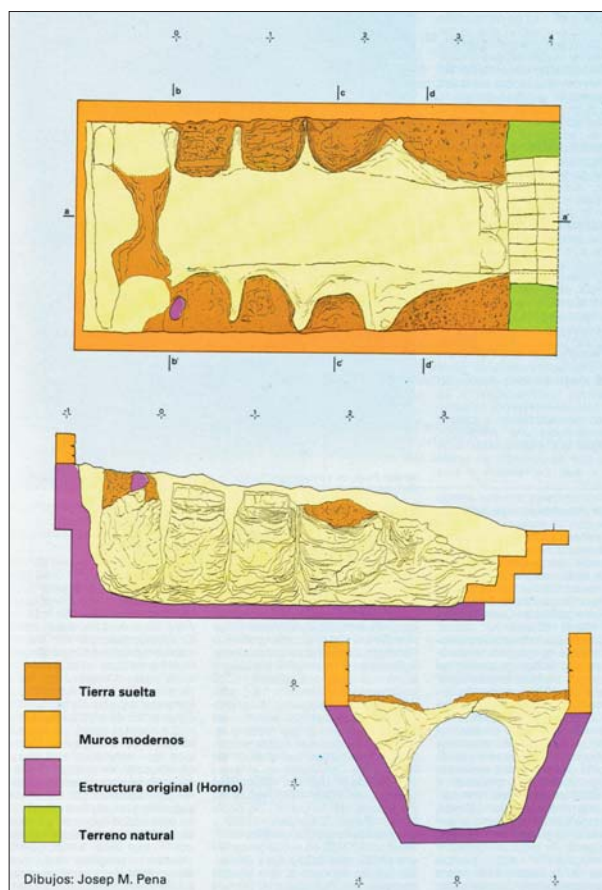
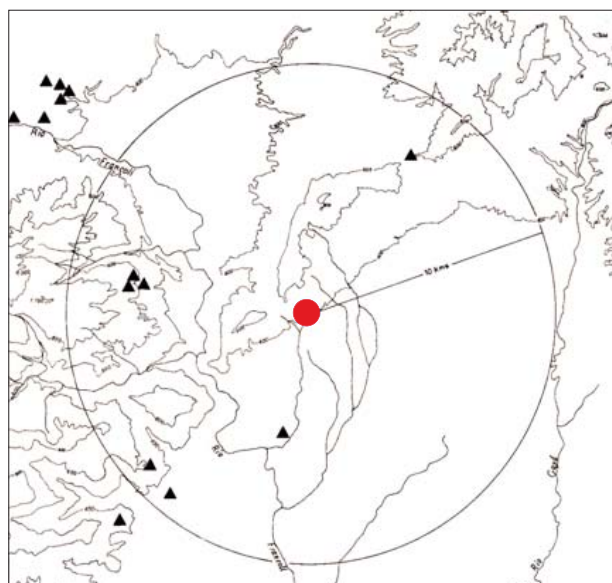


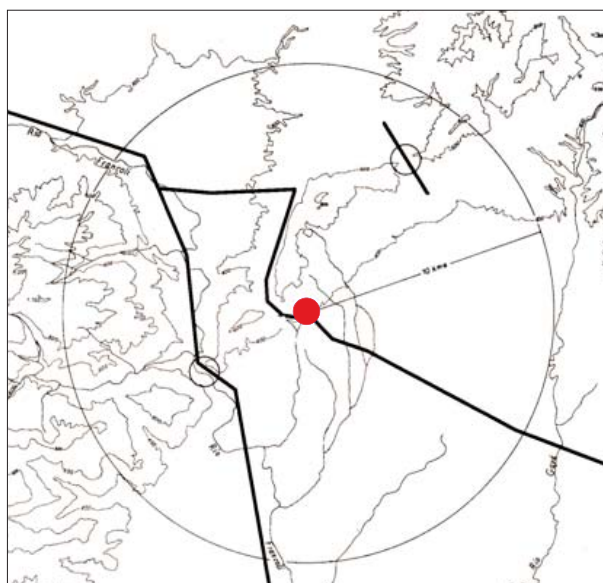
Figura 12 – Horno de Fontscaldes (Tarragona) (P. *Officina*, 1987).

Planta y sección asimétricas:
Arcos de diversa anchura;
Separación no homogénea.
Ausencia de toberas.
Ausencia de parrilla o plataforma.
Paredes de la cámara inclinadas.

Figura 13 – Situación de Fontscaldes en relación a los recursos y vías de comunicación (P. *Officina*, 1989).



A. Principales yacimientos de arcillas en torno al taller.



B. Principales rutas de comunicación y pasos naturales en torno al taller: trazados hipotéticos.

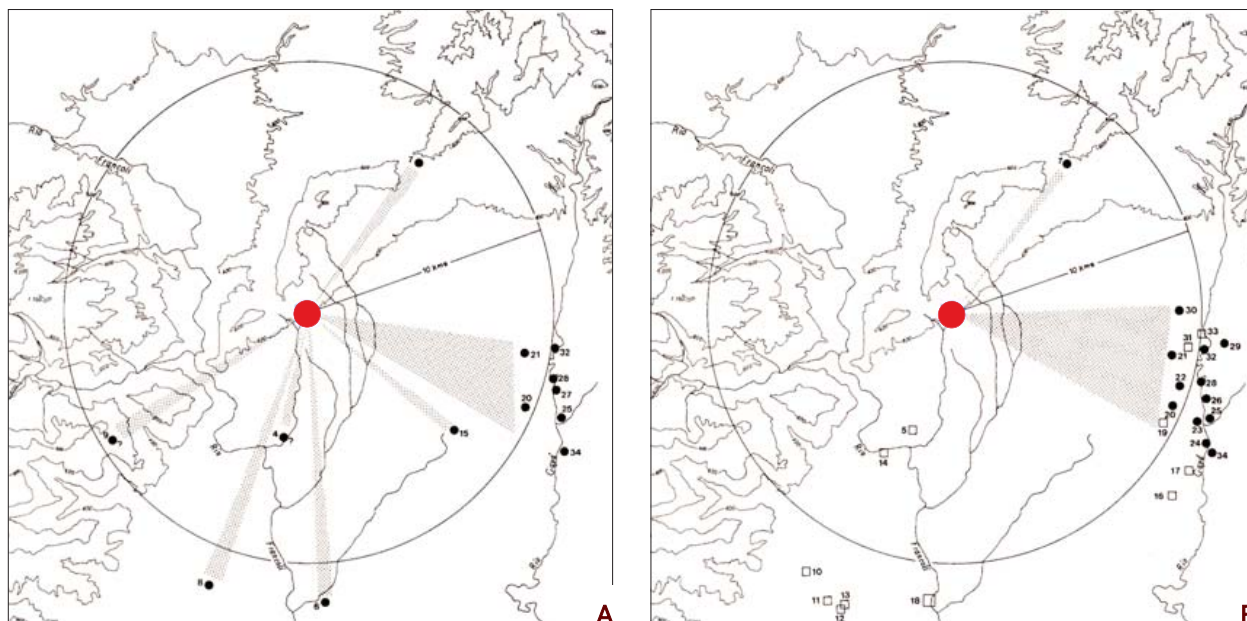
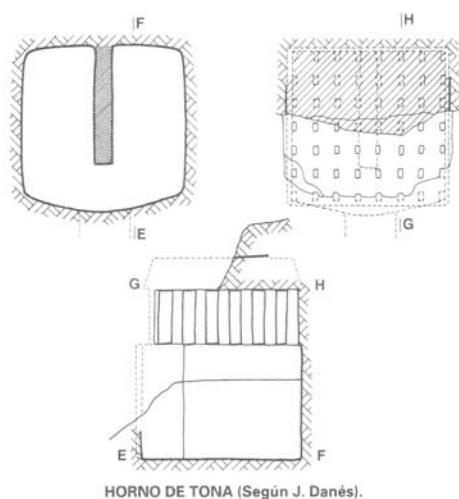


Figura 14 – Situación de Fontscaldes en relación al poblamiento de la zona (s. II-I a.C.) (P. Oficina, 1989).

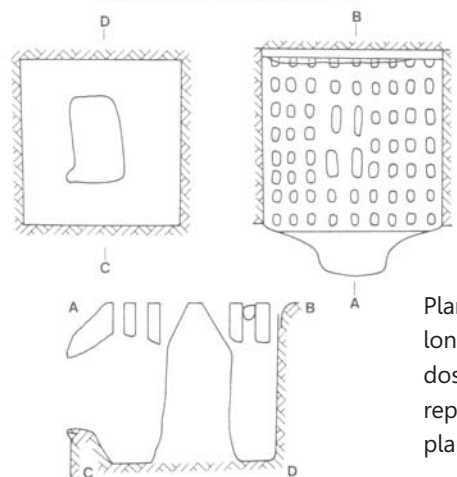
Poblamiento y eventuales focos de comercialización:

A. Siglo II a.C.;

B. Siglo I a.C. Los cuadros indican yacimientos altoimperiales.



HORNO DE TONA (Según J. Danés).



HORNO DE SAN MIGUEL DE FLUVIÀ (Según M. A. Martín).

Plantas y sección longitudinal de dos hornos republicanos de planta cuadrada.



Figura 15 – Hornos republicanos de planta cuadrada: tipos y distribución geográfica (P. Oficina, 1989).

Talleres cerámicos de época republicana en Cataluña con hornos de la planta cuadrangular.

1. Ampurias; 2. Clos Miquel (S. Miquel de Fluvià);
3. Alpens; 4. La Villa (Tona); 5. Pinós (Seva); 6. Tossa de Mar;
7. La Roqueta (Bergús); 8. Samalús; 9. Can Badell (Bigués-Riells del Fal);
10. S. Llorenç del Pla; 11. Matadepera; 12. Can Fatjó (Rubí);
13. Viña del Pau (Vilafranca del Penedès); 14. Can Cassanyes (Castellet i la Gornal);
15. Les Badies (Castellet i la Gornal); 16. La Coma (Fontscaldes);
17. Barranc de la Premsa Cremada (Botarell).

Su puesta en relación con otras estructuras de planta cuadrangular calificadas como ibéricas se hacía imprescindible para deslindar la tradición alfarera propiamente ibérica de la de cronología y tecnología romanas. El estudio de estos 17 hornos antes mencionados, la mayoría localizados en la Cataluña litoral, excepto un par de ellos que se hallaban más al interior, la zona de más temprana romanización de la Península, fue publicado en 1989, separando por vez primera de manera precisa la naturaleza de los hornos ibéricos de los de época y tradición romana, y por extensión, de los prerromanos y romanos de la Península Ibérica (Fig. 15).

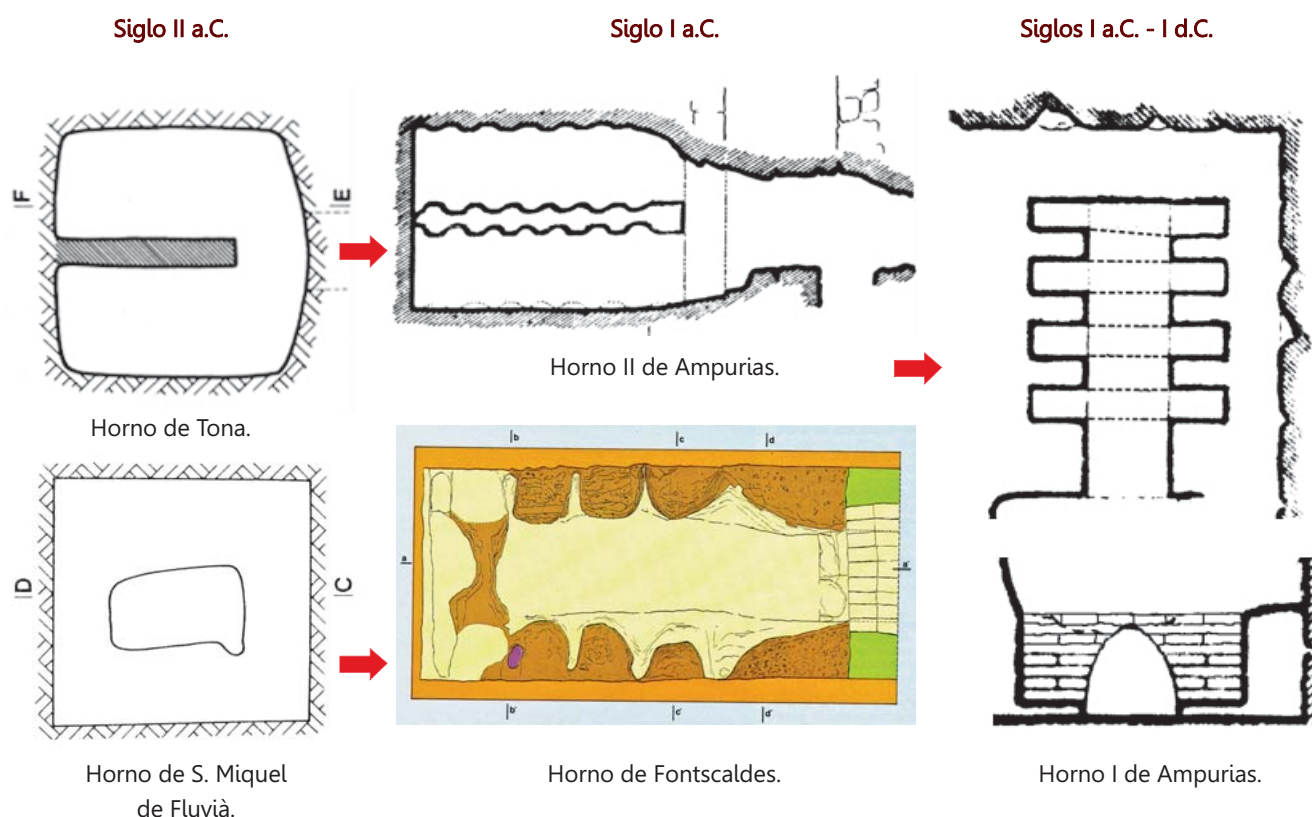


Figura 16 – Evolución de los hornos de planta cuadrangular (P. *Officina*, 1989).

De gran ayuda para comprender este tipo de hornos fue la excavación en 1988 del horno de Botarell en Tarragona por parte de un miembro del programa *Officina*, estructura que a pesar de su alto grado de destrucción aportó un volumen de información muy importante.

De esta manera se podía obtener una primera secuencia cronológica en la evolución de los hornos romanos más antiguos, de planta cuadrangular, de la Península Ibérica y empezar a reunir un valioso registro de datos cronoestructurales con los que abordar la futura tipocronología de los hornos cerámicos de la Antigüedad en Hispania intentando ir un paso más allá de lo avanzado por Di Caprio en Italia, Duhamel y Le Ny en la Galia y Swan en Britania (Fig. 16).

Para reforzar nuestra hipótesis de trabajo y los resultados obtenidos hasta aquel momento se inició un estudio paralelo de los hornos pre y protohistóricos peninsulares que se publicaría en 1991, trabajo también pionero en su género, que nos gustaría poder ampliar en un futuro próximo dada la abundante información aparecida desde entonces (Fig. 17).

Entre tanto en ese intervalo habíamos dado a conocer un estado de la cuestión sobre los talleres de época romana en la provincia de Tarragona (1989) y un primer acercamiento al papel jugado por las vías de comunicación en relación a la actividad alfarera (1990).

Pero el hecho más importante en los años posteriores al estudio de Fontscaldes es la participación del programa *Officina* en el estudio de uno de los centros alfareros más singulares que se conocen de la antigua Hispania: los talleres del *offinator* y probable *negotiator* o *mercator rei cretariae Gaius Valerius Verdullus* en el lugar conocido como La Maja cerca de la antigua *Calagurris Iulia Nassica*, actual Calahorra en La Rioja.

Las posibilidades que este yacimiento brindaba tras un sondeo en 1984 y dos campañas en 1987 y 1988, anteriores a nuestra intervención, en las que ya se habían descubierto varias estructuras entre ellas un gran horno, eran excelentes de ahí que elaboráramos un proyecto de actuación integral sobre el yacimiento que implicaba el empleo de técnicas de teledetección y datación inéditas en el estudio de un alfar hispano.

Los trabajos preliminares empezaron con un reconocimiento aéreo mediante termofotografía oblicua a baja cota y una campaña de teledetección mediante sondeos geoelectricos y geomagnéticos realizada en mayo de 1989 previa a las campañas de excavación que se efectuarían en julio y septiembre de ese mismo año.

En dichos sondeos se detectó, en uno de los sectores del yacimiento, la presencia de dos posibles hornos (Fig. 18), por lo que iniciamos la excavación por el más oriental de ellos, pudiendo comprobar enseguida que efectivamente se trataba de una gran estructura de cocción, la segunda excavada en La Maja, un horno cuadrangular de cuatro por cuatro metros. Por suerte se trataba de un horno diferente a cuanto habíamos excavado hasta aquel momento, una estructura de doble hogar con cuatro pares de arcos que soportaban la parrilla, esta vez perfectamente dovelados apoyando sobre sendos bancos corridos laterales y un muro axial.

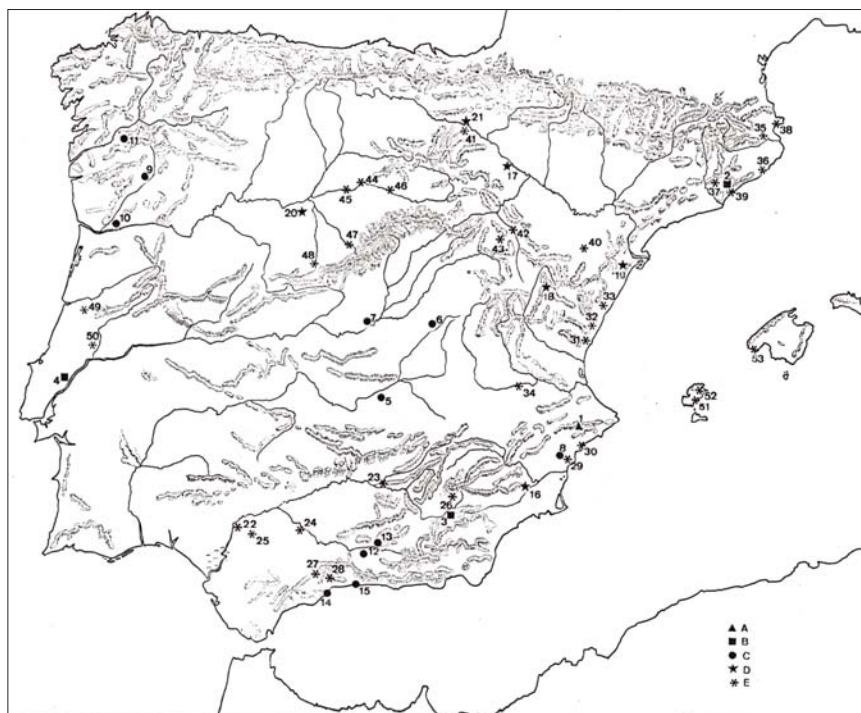
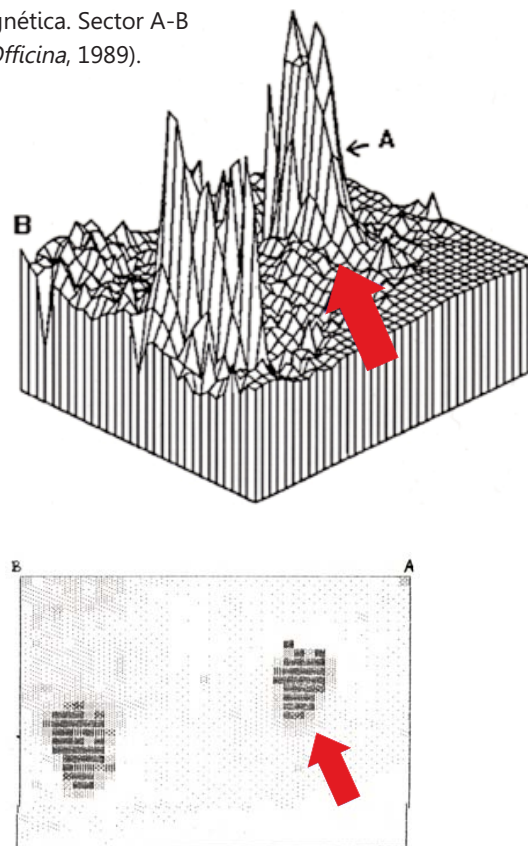
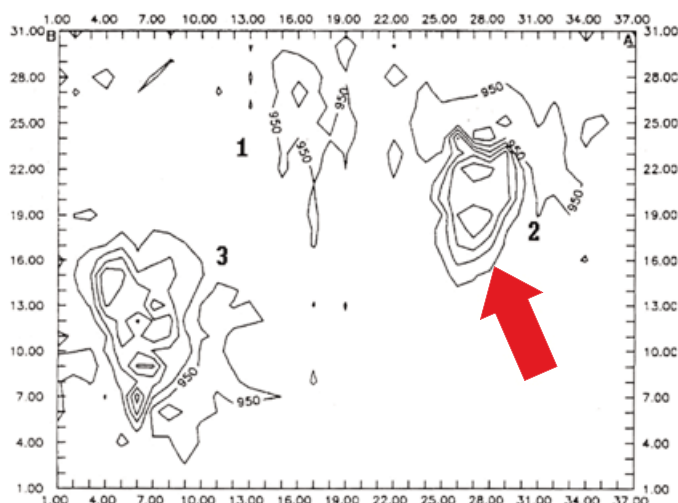


Figura 17 – Talleres pre y protohistóricos de la Península Ibérica (P. Oficina, 1991).

Figura 18 – Alfar de La Maja (Pradejon, La Rioja). Cartas electrica y magnética. Sector A-B (P. Oficina, 1989).



Y además ofrecía una característica inédita en las tipologías conocidas en los hornos romanos hasta el momento: un quinto arco exento precediendo a los pareados (Fig. 19). El horno proporcionó además un gran volumen de información técnica, y dado su enorme interés se decidió realizar en él por primera vez en la arqueología peninsular un estudio de datación por paleomagnetismo que se llevó a cabo en diciembre de ese mismo año.

Para ello un equipo hispano-holandés del Instituto Jaume Almera del CSIC en Barcelona, utilizando métodos inéditos en la toma y orientación de muestras, mucho más precisos que los empleados habitualmente en otros países, especialmente en Francia país pionero en este tipo de trabajos, efectuó un muestreo masivo sobre más de 35 puntos del horno y un muro

adyacente, pero separado del horno, para contrastar.

Del alto volumen de muestras da idea el hecho de que, por ejemplo, en el Alfar de Villamanta en Madrid, en cuyos trabajos el programa *Officina* estuvo asesorando años más tarde, se obtuvieron 14 muestras en el horno 1 y 20 en el horno 2 (Fig. 20).

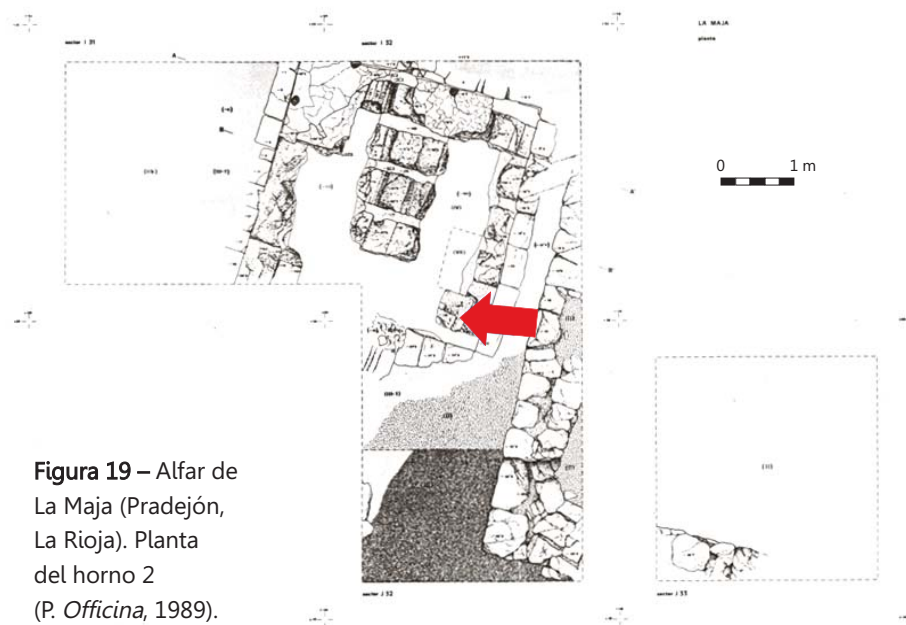
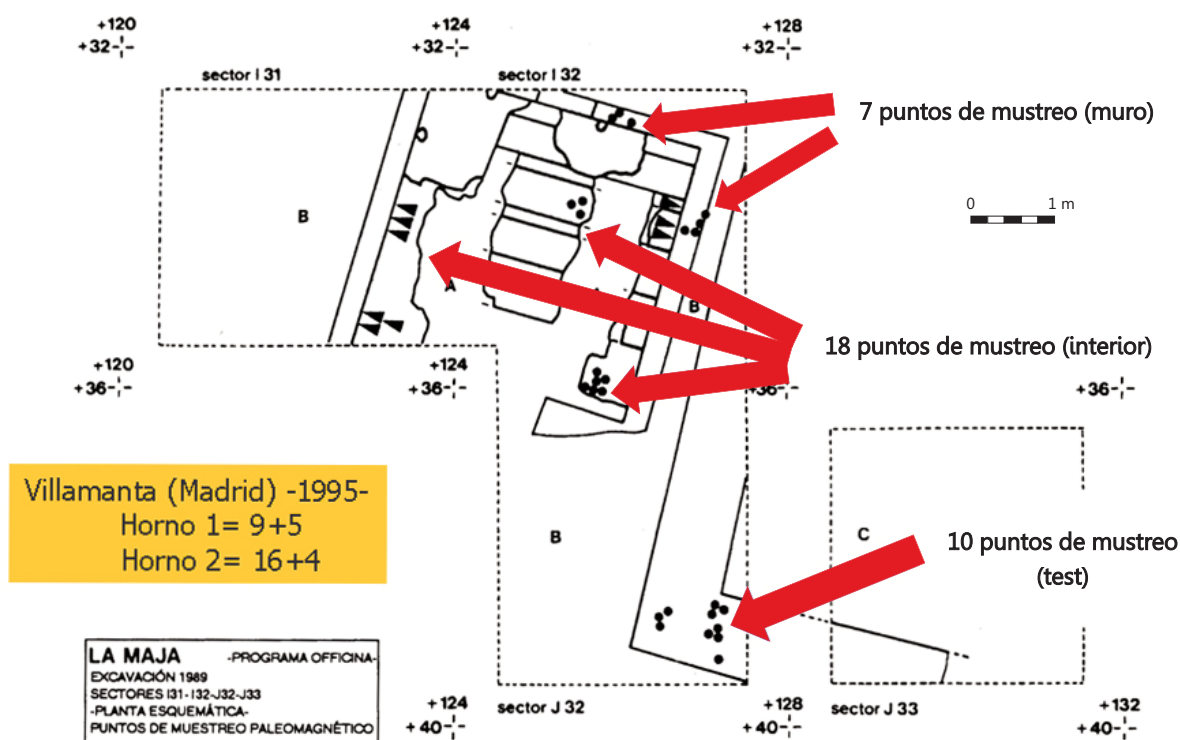
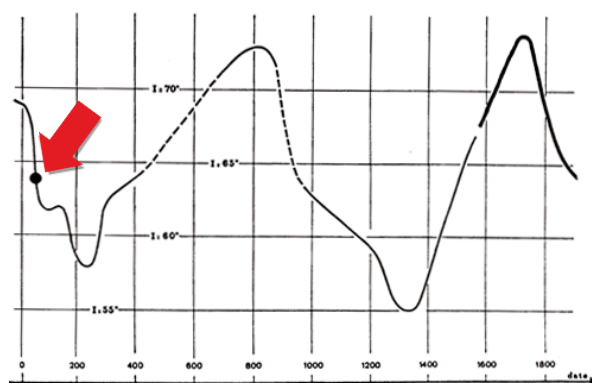
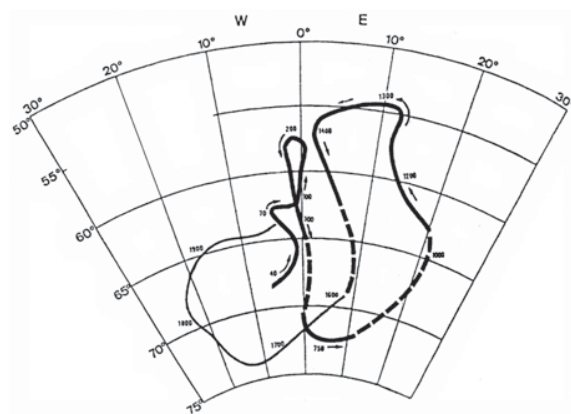


Figura 19 – Alfar de La Maja (Pradejón, La Rioja). Planta del horno 2 (P. *Officina*, 1989).

Figura 20 – Alfar de La Maja (Pradejón, La Rioja). Puntos de muestreo paleomagnético en horno 2 (P. *Officina*, 1989).



curva $I = f(t)$ en París

curva I-D en París

Figura 21 – Curva de variación secular de París. Datación 55 d.C. (P. Oficina, 1989).

El análisis de esas 35 muestras y su calibrado con la curva de variación secular de París, única disponible entonces para realizar este tipo de mediciones, arrojó un resultado sorprendente y de gran precisión que permitió datar el horno entorno al 55 d.C. (Fig. 21). Aquel primer paso adelante del programa *Oficina* pareció servir de ejemplo y quizá de revulsivo y hoy gracias a un enorme esfuerzo científico posterior, la Península Ibérica cuenta con una curva propia de variación secular, que hace que a partir de ahora cualquier estructura de combustión de nuestra Antigüedad pueda ser datada mucho más fácilmente.

Sin embargo, como no todo podía ser suerte, el programa *Oficina* por graves discrepancias con el promotor de la excavación, tuvo que abandonar el proyecto de efectuar en La Maja la primera excavación y estudio integral de un gran alfar hispanorromano.

Pero, prosiguiendo con este balance, en 1990 se publica también un primer estado de la cuestión sobre los talleres cerámicos en la provincia de Zamora, al que siguen diversas reflexiones y estudios epistemológicos y técnicos, en 1992,

en el Seminario de Agost, en 1993 en la revista *Al-Madan*, fruto de una corta pero fructífera colaboración del programa *Oficina* con varios investigadores portugueses y en particular con Jorge Raposo y Ana Luisa Duarte, y en 1996 un nuevo estudio donde incluimos diversas reflexiones sobre terminología de los centros de producción, publicado en Santiago de Chile, junto al primer trabajo introductorio que se hacía en la Península sobre las fuentes clásicas aplicadas al estudio de las industrias cerámicas.

En 1997 se publica por último, un estado de la cuestión sobre los alfares tardíos peninsulares (Fig. 22) al tiempo que se aborda un primer intento de sistematización de la TSHT.

**Figura 22** – Alfares tardorromanos. Siglos III-V d.C. (P. Oficina, 1997).

Aunque en rigor no adscritos al programa *Officina*, pero sí realizados por miembros del equipo y de alguna manera imbuidos de su espíritu, varios trabajos sobre diversas cerámicas salen a luz en ese periodo. Así se publica en 1987 el primer estudio sobre una cerámica casi desconocida pero abundante en ambas mesetas: la Terra Sigillata Hispánica Brillante, las sigillatas de Arcobriga en 1992, las cerámicas del basurero del siglo IV que nos había aparecido en el excavación del horno de Relea, en 1995, las cerámicas comunes tardías que imitan a la sigillata, en 1997 y la terra sigillata de la villa romana de Quintanilla de la Queza en el 2000.

Y es que aunque debamos prestar una atención prioritaria a la cerámica en sus centros de producción, no es posible olvidar su estudio en los lugares de consumo, ya que ambas son las dos caras de una misma moneda.

Pero para estas fechas y por causas muy diversas, el programa *Officina* ya se había paralizado y no ha vuelto a reanudar su actividad.

A pesar de las grandes dificultades por las que tuvo que pasar este programa en sus años de vigencia creemos que el balance ha sido positivo al menos para empezar a conformar una epistemología de la

alfarería de la Antigüedad en la Península Ibérica. La última década ha dado un volumen muy importante de trabajos del más alto nivel tanto en España como en Portugal, por lo que el programa *Officina* tiene ya dignos continuadores.

El gran volumen de material acumulado a lo largo de todos esos años, en buena medida inédito, pasará a formar parte del fondo documental de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), y se pondrá a disposición del grupo de trabajo que sobre alfares y estructuras de producción va a crearse y del que también se nutrirán las bases de datos *on-line* sobre las que ya estamos trabajando, para facilitar las futuras tareas de investigación a todos los que deseen acercarse a este mundo apasionante.

Por encima de los diversos aspectos parciales estudiados, de las excavaciones, de los métodos aplicados y de los resultados obtenidos, el programa *Officina* ha querido poner siempre de relieve dos aspectos clave: la industria cerámica es la actividad manufacturera más importante de la Antigüedad y por tanto se le debe mostrar el respeto y dedicarle la atención que este status le confiere, y segunda, sin un profundo estudio de los alfares y de sus testares nuestro conocimiento de las cerámicas nunca será satisfactorio. ■

Bibliografía del Programa *Officina*

JUAN TOVAR, L. C. (1983) – “Elementos de Alfar de Sigillata Hispánica en Talavera de la Reina (Toledo)”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid. 1 (2): 165-175.

JUAN TOVAR, L. C. (1984) – “Los Alfares de Cerámica Sigillata en la Península Ibérica”. *Rev. de Arqueología*. Madrid. 44: 32-45.

JUAN TOVAR, L. C. (1985) – “Los Alfares de Cerámica Sigillata en la Península Ibérica (II)”. *Rev. de Arqueología*. Madrid. 45: 32-45.

JUAN TOVAR, L. C. y PÉREZ GONZÁLEZ, C. (1987) – “Un Horno Hispano-Romano de Materiales de Construcción en Relea (Palencia) y Otros Alfares de la Cuenca del Duero”. En *Actas I Congreso de Historia de Palencia (1985)*. Palencia. Tomo I, pp. 657-674.

JUAN TOVAR, L. C. (1987) – “Talleres y Producción Cerámica en la Hispania Citerior”. En *Preactas I Jornades Internacionals d'Arqueologia Romana*. Granollers, pp. 387-395.

JUAN TOVAR, L. C. (1988) – “Nuevos Datos Sobre el Alfar de Sigillata de Talavera de la Reina (Toledo)”. En *Actas I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha (1985)*. Ciudad Real. Tomo IV, pp. 141-144.

JUAN TOVAR, L. C. (1989) – “Los Talleres Cerámicos de Época Romana en la Provincia de Tarragona: estado de la cuestión”. En *Acta Arqueológica de Tarragona*. Tarragona. Vol. II, pp. 13-17.

JUAN TOVAR, L. C. y BERMÚDEZ MEDEL, A. (1989) – “Hornos de Época Republicana en Cataluña: Fontscaldes”. *Rev. de Arqueología*. Madrid. 98: 40-47.

- JUAN TOVAR, L. C.; BERMÚDEZ MEDEL, A.; MASSO I CARBALLIDO, J. y RAMÓN, E. (1989) – “Medio Natural y Medio Económico en la Industria Alfarera: el taller ibero-romano de Fontscaldes (Valls, Alt Camp, Tarragona)”. *Butlletí Arqueològic*. Tarragona. Epoca V. 8-9: 59-85.
- BERMÚDEZ MEDEL, A. y JUAN TOVAR, L. C. (1989) – “El Forn Ibèric de Fontscaldes, Primer Objectiu del Programa Officina a Catalunya”. En *XXXV Assemblea Intercomarcal D'Estudiosos*. Valls. Tomo I, pp. 115-122.
- GONZÁLEZ BLANCO, A.; BERMÚDEZ MEDEL, A.; JUAN TOVAR, L. C.; LUEZAS PASCUAL, R. A. y PASCUAL, H. (1989) – “El Alfar Romano de La Maja. Pradejón-Calahorra”. *Estrato*. Logroño. 1: 50-55.
- JUAN TOVAR, L. C.; BERMÚDEZ MEDEL, A. y LUEZAS PASCUAL, R. A. (1990) – “El Alfar Romano de La Maja (Calahorra, La Rioja)”. *Rev. de Arqueología*. Madrid. 105: 61.
- DE JONGE, R. B. G.; JUAN TOVAR, L. C.; PARÉS, J. M.; BERMÚDEZ, A.; PASCUAL, J. O.; LUEZAS, R. A. y MAESTRO, N. (1990) – “Aplicación de las Técnicas Arqueomagnéticas al Estudio de Hornos Romanos”. *Rev. de Arqueología*. Madrid. 111: 8-11.
- JUAN TOVAR, L. C. (1990) – “Alfares y Vías de Comunicación en la Hispania Romana. Acercamiento a una relación”. En *Símpoio Sobre la Red Viária en la Hispania Romana*. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, pp. 293-299.
- BERMÚDEZ MEDEL, A. y JUAN TOVAR, L. C. (1990) – “Talleres Cerámicos de Época Romana en la Provincia de Zamora”. En *Actas del I Congreso de Historia de Zamora*. Zamora. Tomo II, pp. 571-585.
- JUAN TOVAR, L. C. y BERMÚDEZ MEDEL, A. (1991) – “Talleres cerámicos en la Prehistoria y Protohistoria de la Península Ibérica: introducción a su estudio”. *Rivista di Archeologia*. Venezia: Università degli Studi. 15: 116-124.
- JUAN TOVAR, L. C. y BERMÚDEZ MEDEL, A. (inédito) – “Un Programa de Estudios Arqueomagnéticos en Alfares Romanos: primeros resultados y perspectivas”. En *IV Jornadas sobre Teledetección y Geofísica aplicadas a la Arqueología*. Huelva, 6 al 9 de Noviembre de 1991.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992) – “Alfares y Hornos de la Antigüedad en la Península Ibérica. Algunas observaciones entorno a su estudio”. En *Tecnología de la Cocción Cerámica desde la Antigüedad a Nuestros Días*. Agost, pp. 65-85.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992) – “Nuevos Métodos Aplicados al Estudio de los Hornos Antiguos: el horno 2 de La Maja (Calahorra)”. En *Tecnología de la Cocción Cerámica desde la Antigüedad a Nuestros Días*. Agost, pp. 87-103.
- RODRÍGUEZ A. y JUAN TOVAR L. C. (1992) – “Terra Sigillata Gállica”. En CABALLERO ZOREDA, L. (dir.). *Arcóbriga II: Las Cerámicas Romanas*. Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, pp. 15-34.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992) – “Terra Sigillata Hispánica”. En CABALLERO ZOREDA, L. (dir.). *Arcóbriga II: Las Cerámicas Romanas*. Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, pp. 35-134.
- JUAN TOVAR, L. C. (1992) – “Sigillatas Hispánicas y Africanas Tardías”. En CABALLERO ZOREDA, L. (dir.). *Arcóbriga II: Las Cerámicas Romanas*. Zaragoza: Inst. Fernando el Católico, pp. 137-139.
- PARÉS, J. M.; JUAN TOVAR, L. C.; DE JONGE, R.; BERMÚDEZ MEDEL, A.; LUEZAS, R. A. y MAESTRO, N. (1993) – “Archaeomagnetic Evidence for the Age of a Roman Pottery Kiln from Calahorra (Spain)”. *Geophysical J. Int.* 112 (2): 533-537.
- JUAN TOVAR, L. C. y BERMÚDEZ MEDEL, A. (1993) – “O Estudo das Indústrias Cerâmicas da Época Romana na Hispânia. Os trabalhos do Programa Officina”. *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 2: 5-12.
- JUAN TOVAR, L. C. y BERMÚDEZ MEDEL, A. (1995) – “La Investigación Sobre las Industrias Cerámicas de Época Romana en Hispania: el programa Officina”. *Anuario de la Universidad Internacional SEK*. Santiago de Chile. 1: 11-22.
- BERMÚDEZ MEDEL, A. y JUAN TOVAR, L. C. (1995) – “Las Fuentes Clásicas en el Estudio de las Industrias Cerámicas: una introducción”. *Anuario de la Universidad Internacional SEK*. Santiago de Chile. 1: 23-35.
- JUAN TOVAR, L. C.; PÉREZ GONZÁLEZ, C. y FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (1995) – “Un Vertedero del Siglo IV d.C. en Relea (Saldaña): campaña 1985”. En *III Congreso de Historia de Palencia*. Palencia. Tomo I, pp. 381-400.
- BLANCO GARCÍA, J. F. y JUAN TOVAR, L. C. (1996) – “Acerca de M.C.R. y Otros Alfareros Hispánicos: marcas y grafitos en Terra Sigillata Hispánica de Cauca (Coca, Segovia)”. *Bol. de la Asoc. Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 36: 147-155.

JUAN TOVAR, L. C. y BLANCO GARCÍA, J. F. (1997) – "Cerámica Común Tardorromana, Imitación de Sigillata, en la Provincia de Segovia. Aproximación al estudio de las producciones cerámicas del siglo V en la Meseta Norte y su transición al mundo hispano-visigodo". *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 70: 171-219.

JUAN TOVAR, L. C. (1997) – "Las Industrias Cerámicas Hispánicas en el Bajo Imperio. Hacia una sistematización de la sigillata hispánica tardía". En *Congreso Internacional "La Hispania de Teodosio" (Segovia-Coca, Octubre 1995)*. Valladolid. Vol. 2, pp. 543-568.

JUAN TOVAR, L. C. (2000) – "La Terra Sigillata Hispánica de Quintanilla de la Queza". En GARCÍA GUINEA, M. A. (dir.). *La Villa Romana de Quintanilla de la Queza (Palencia). Memoria de las excavaciones 1970-1981*. Salamanca: Diputación de Palencia. Serie Arqueología, pp. 45-122.

La mayor parte de estos trabajos se encuentran disponibles para su consulta, en formato digital, en la Biblioteca Online de la Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH): <http://www.exofficinahispana.org>.

A Evolução Crono-Estratigráfica do Ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal)

segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V

José Carlos Quaresma

Professor Auxiliar Convidado
(FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) /
/ IEM-Instituto de Estudos Medievais
(FCSH-UNL) / CIDEHUS-Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
(Universidade de Évora) / UNIARQ-Centro
de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Texto entregue para publicação em Novembro 2010.

Revisto pontualmente em Fevereiro 2017.

Resumo

Situado na margem esquerda do estuário do Tejo, na freguesia de Corroios e concelho de Seixal, em frente à cidade romana de *Olisipo* (Lisboa), o ateliê anfórico da Quinta do Rouxinol, objecto de escavações nas últimas décadas do século XX, foi sucessivamente datado nos séculos III e IV d.C. (DUARTE, 1990), entre a segunda metade do século II e a primeira do IV (RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995; DUARTE e RAPOSO, 1996) e entre a segunda metade do século II e inícios do V (RAPOSO *et al.*, 2005), com uma tónica dominante numa cronologia de Baixo-Império, em muito estruturada pela sua intensa produção de contentores anfóricos desta época.

O presente trabalho vem contribuir com uma nova proposta cronológica de laboração do centro, baseada numa completa remontagem crono-estratigráfica quantificada, questionando de novo a cronologia inicial, provavelmente de fins do século II, embora a estratigrafia mais antiga recue apenas ao segundo quartel do século III. Por outro lado, propomos uma extensão temporal mais lata para o final da produção do centro, já que as cerâmicas de engobe vermelho não vitrificado possibilitam uma continuidade pelo século V pleno, algo que a *terra sigillata* não permite, porém, confirmar.

Palavras-chave: Quinta do Rouxinol, evolução crono-estratigráfica, comércio, materiais finos.

Abstract

Located on the left bank of the Tagus estuary, in the parish of Corroios and in the municipality of Seixal, in front of the Roman city of *Olisipo* (Lisbon), the pottery of Quinta do Rouxinol, excavated in the last decades of the 20th century, was successively dated from 3rd century to 4th century AD (DUARTE and RAPOSO, 1996), between the second half of the 2nd century and the beginning of the 4th century (DUARTE and RAPOSO, 1996), between the second half of the 2nd century and the beginning of the 5th (RAPOSO *et al.*, 2005), with a dominant tone in a Low-Empire chronology, very structured by its intense production of amphoric containers of this period.

The present work contributes to a new chronological proposal for the pottery production period, based on a complete quantitative chronostratigraphic reassembly, again questioning the initial chronology, probably from the end of the 2nd century, although the earlier stratigraphy recedes only in the second quarter of the 3rd century AD. On the other hand, we propose a longer temporal extension for the final production of the workshop, since the red slip ware allows a continuity for the full 5th century, something that *terra sigillata* does not, however, allow to confirm.

Key words: Quinta do Rouxinol, chrono-stratigraphic evolution, trade, fine materials.

A Evolução Crono-Estratigráfica do Ateliê da Quinta do Rouxinol (Seixal)

segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V

José Carlos Quaresma

Professor Auxiliar Convidado
(FCSH-UNL - Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) /
/ IEM-Instituto de Estudos Medievais
(FCSH-UNL) / CIDEHUS-Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
(Universidade de Évora) / UNIARQ-Centro
de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

Texto entregue para publicação em Novembro 2010.

Revisto pontualmente em Fevereiro 2017.

Introdução

Situado na margem esquerda do estuário do Tejo, em frente à cidade romana de *Olisipo* (Lisboa), o ateliê anfórico da Quinta do Rouxinol, objecto de escavações nas últimas décadas do século XX, foi sucessivamente datado nos séculos III e IV d.C. (DUARTE, 1990), entre a segunda metade do século II e a primeira do IV (RAPOSO, SABROSA e DUARTE, 1995; DUARTE e RAPOSO, 1996), e entre a segunda metade do século II e inícios do V (RAPOSO *et al.*, 2005), com uma tónica dominante numa cronologia de Baixo-Império, em muito estruturada pela sua intensa produção de contentores anfóricos desta época, sobretudo dos tipos Almagro 50 e 51c, mas também Keay 16 e Lusitana 9, bem como Lusitana 3, Dressel 28, sendo rara a Dressel 14 (FABIÃO, 2004: 341; BUGALHÃO, 2001: fig. 24).

O conjunto analisado no presente artigo engloba o espólio de *terra sigillata*, cerâmica africana de cozinha, cerâmica comum africana, vidros e uma primeira contabilização de cerâmicas de imitação de engobe vermelho, que tendem a imitar formas de *terra sigillata*. A estas acrescentamos ainda um pequeno conjunto de cerâmica comum que imita decorações da *terra sigillata* africana D (neste artigo denominadas cerâmicas comuns de imitação). No total, este estudo aborda um universo de 190 fragmentos e 150 indiví-

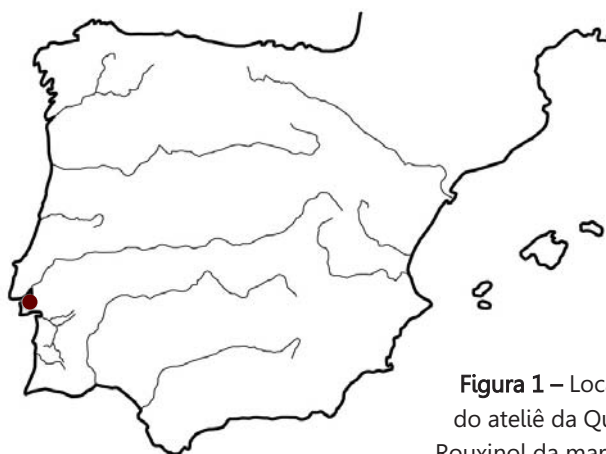


Figura 1 – Localização do ateliê da Quinta do Rouxinol da margem sul do estuário do Tejo e na Península Ibérica.

duos, na grande maioria composto por *terra sigillata* africana, e tem por principal objectivo a definição das fases estratigráficas do ateliê.

Ao Dr. Jorge Raposo e à sua equipa, em particular aos Drs. Cézer Santos e José Carlos Henrique, expresso aqui o meu agradecimento pela participação neste projecto, bem como por toda a informação, sempre prontamente disponibilizada, em particular vários desenhos de cerâmicas de imitação de engobe vermelho que haviam já sido publicados por Cézer Santos na sua tese de mestrado (SANTOS, 2012). Uma primeira apresentação dos dados deste artigo foi feita anteriormente, em conjunto com os espólios anfórico e de cerâmica comum (SANTOS, RAPOSO e QUARESMA, 2015).

1. Comentário das fases estratigráficas

1.1. Fase de 235-250 d.C. (UE 7)

A UE 7, a única unidade que constitui esta fase, diz respeito ao enchimento da vala detrítica que subjaz ao forno 2. Com apenas seis indivíduos, no que respeita aos materiais de cronologia fina, não é assim de cronologia totalmente segura (apesar de ter uma residualidade nula), pelo que colocamos a hipótese de poder pertencer também ela à grande fase da segunda metade do século III, cujas UE formam já o enchimento da vala de abastecimento do mesmo forno 2. Temos, contudo, uma diferenciação estratigráfica clara entre as duas grandes unidades referidas, às quais acresce o facto de a *terra sigillata* africana C, nomeadamente o tipo Hayes 50, ainda estar ausente, o que nos permite datar esta primeira fase (UE 7) ainda antes de meados do século III. Se este é o seu *terminus ante quem*, já o seu *terminus post quem* é-nos dado pelo numisma de 235-238 d.C. presente (RAPOSO *et al.*, 2005). Temos assim uma fossa detrítica anterior à fundação do forno 2, datada entre 235 e 250 d.C., um período aparentemente curto, consonante com a exiguidade de mobiliário presente.

A *terra sigillata* africana C está completamente ausente, sendo o comércio de cerâmicas finas de mesa dominado em pleno pela africana A, através da

Hayes 27, nas duas versões Lamboglia 9a e 9a2 (n.ºs 1-3). HAYES (1972: 49) data este tipo até 220 d.C., enquanto no *Atlante, I (ENCICLOPEDIA...*, 1981: 31-32), a cronologia é estendida até meados do século III, situação reafirmada por BONIFAY (2004: 159). Em *Mirobriga*, alguns exemplares, entre outros de *terra sigillata* africana A, surgem em UE de meados do século III (ou posteriores) e de inícios do século IV, o que poderá estender a sua cronologia (QUARESMA, 2011 e 2013). Dois outros elementos podem ser potencialmente residuais ou estar na sua recta final de difusão. O vidro Isings 82b2 (= AR 135, n. 2347 e AR 135 ou 136, n. 2379) está datado em contextos do século I, mas sobretudo do II, na sua segunda metade, podendo ainda atingir os inícios do século III, segundo ISINGS (1957: 99). B. RÜTTI (1991: 119), no estudo de Augst, data o tipo AR 135 ou 136 entre Cláudio-Nero e a primeira metade do século III (n.º 4). O único exemplar de Imitação de Engobe Vermelho (IEV) inspira-se no tipo Hayes 3C de *terra sigillata* africana A. Apesar de existir um outro tipo mais antigo (Drag. 27), inspirado na *terra sigillata* hispânica (ver *infra* n.º 57, em posição residual de 425+ d.C.), este tipo de inspiração na Hayes 3C é o mais antigo

Quadro 1 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 235-250 d.C. (UE 7)

	Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS – Terra Sigillata TSAf – Terra Sigillata Africana IEV – Imitação de Engobe Vermelho	Vidro		Isings 82b	1	1	1	16,6 %
			H27 = L9a	2	2		
	TS	TSAf A	H27 = L9a2	1	1	3	50 %
			Indeterminado	2			
	IEV	Engobe	H3C (1.3.4.5)	1	1	1	16,6 %
	Numisma		235-238 d.C.	1	1	1	16,6 %
	Total			8	6	6	100 %
	Residualidade: 0 %						
	Intrusibilidade: 0 %						

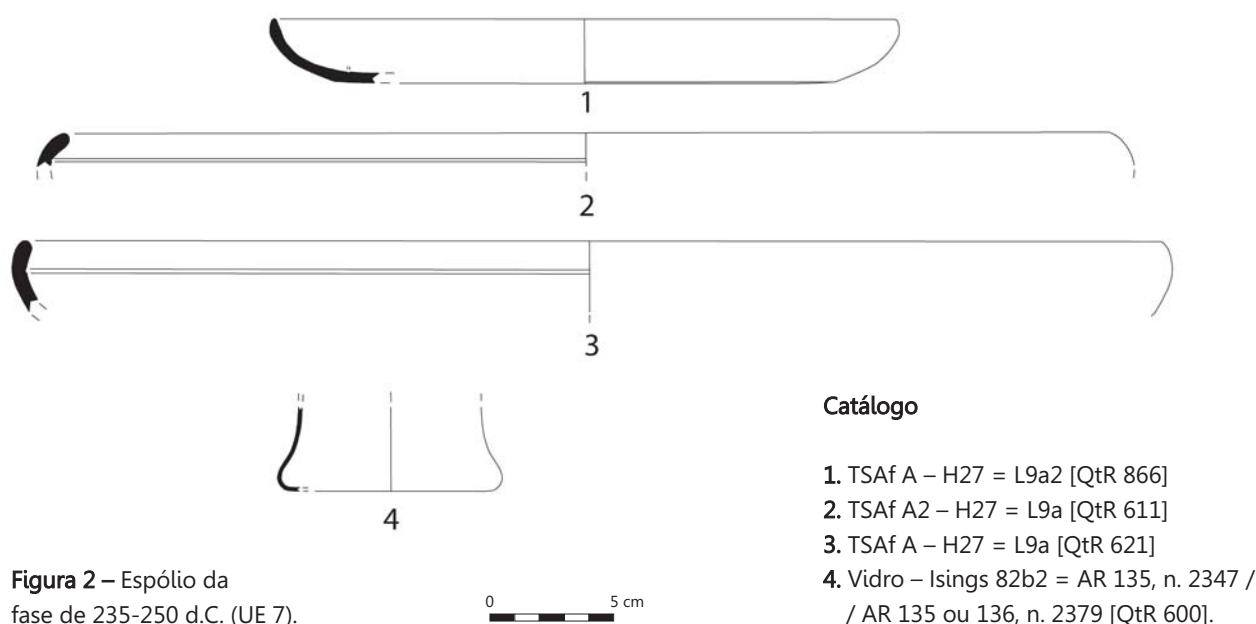


Figura 2 – Espólio da fase de 235-250 d.C. (UE 7).

em estratigrafia na Quinta do Rouxinol. HAYES (1972: 21) data-o no século II, mas em *Ostia* parece ser contemporâneo da formação de UE do final deste século II e do século III (*Atlante*, I = *ENCICLOPEDIA...*, 1981: 24). Já em *Mirobriga*, alguns dados algo posteriores a meados do século III levantam a hipótese de também esta forma ter então uma cronologia que se possa estender até este segundo quartel do século III (QUARESMA, 2012: 162; 2011; 2013).

Esta forma de IEV adquire perfis bastante diversos, que se distanciam da própria Hayes 3 africana, mantendo-se, porém, a sua fisionomia de taça com aba (SANTOS, 2012: estampa VIII, forma 1.3.4.5: tigela de bordo voltado para o exterior em aba alongada e pendente, de parede levemente curvada e oblíqua). O n.º 41, na fase de 400-425 d.C., já residual, é um excelente exemplo das primeiras réplicas deste tipo em IEV.

Em conclusão, temos nesta fase um domínio completo da *terra sigillata* africana A, no que toca à cerâmica fina de mesa, com a ausência de africana C, bem como a ausência de cerâmica africana de cozinha. Por outro lado, atesta-se que, pelo menos nesta fase (se não antes), já se iniciara a produção local de imitação de engobe vermelho.

1.2. Fase de 250-300 d.C. (UE 5 + 6 + 10 + 11 + 12 + 16)

As unidades desta fase constituem o enchimento da fossa de abastecimento do forno 2, sendo assim contemporâneas do seu funcionamento, que pode durar cerca de meio século. O surgimento de exemplares de *terra sigillata* africana C, tipo Hayes 50, dá-nos um *terminus post quem* de 250 d.C., enquanto a ausência de *terra sigillata* africana D nos dá um *terminus ante quem* de 300 d.C. A baixa residualidade desta fase (4,5 %) é um bom indicador de segurança cronológica.

A *terra sigillata* africana A (n.ºs 5-10) mantém-se dominante nesta fase e amplia o seu repertório, embora o tipo Hayes 27 mantenha a liderança, seguido da Hayes 15, tipo que confere uma cronologia de segunda metade do século III à fase, enquanto a difusão dos tipos Hayes 14B e C estará muito mais circunscrita à primeira metade do século III (BONIFAY, 2004: 157). Vários exemplares destes tipos surgem, contudo, nas UE de meados/segunda metade do século III e inícios do século IV em *Mirobriga* (QUARESMA, 2011 e 2013). A produção da Bizacena (n.ºs 12-13) faz agora a sua primeira aparição, através do ti-

po mais comum nesta época, a Hayes 50 e, nomeadamente, a Hayes 50A. Os seus valores representam, contudo, apenas metade do comércio do Norte da Tunísia. A produção de imitações de engobe vermelho parece intensificar-se um pouco e diversificar o seu leque técnico. Se na fase anterior apenas tínhamos a técnica de engobe com a forma Hayes 3C (= 1.3.4.5 de SANTOS, 2012) (à qual podemos acrescentar o referido exemplar de Drag. 27, que surge residualmente na segunda metade do século IV), agora assistimos à continuação desta forma com a técnica de engobe, mas também ao surgimento de uma outra técnica, a de polimento (cuja intensidade lhe confere um aspecto de brunido).

Esta técnica está associada, nesta fase, a duas formas: uma de inspiração na *terra sigillata* hispânica (Hispânica 42) e outra inspirada na cerâmica africana de cozinha (Hayes 181B). A primeira tem um bordo muito simplificado, embora espessado externamente (ver n.º 58, posterior). A produção desta forma em *terra sigillata* hispânica é conhecida nas fases intermédia e tardia, segundo PAZ PERALTA (2008: tipo 11.23-25), com cronologia algo indefinida, que pode atingir o século III pleno ou mesmo as centúrias posteriores. A segunda tem uma parede curva com bordo bastante virado para dentro, mas enquadra-se genericamente na fase que BONIFAY (2004: 213) data entre finais do século II e inícios do IV.

(continua na pág. 282)

Quadro 2 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 250-300 d.C. (UE 5 + 6 + 10 + 11 + 12 + 16)

	Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS – Terra Sigillata TSAf – Terra Sigillata Africana TSH - LR – Terra Sigillata Hispânica - La Rioja IEV – Imitação de Engobe Vermelho PF – Paredes finas	Vidro		Isings 50	1	1	2	9 %
			AR 23	1	1		
	TS	TSAf A	H9 ou 14	3	3	10	45,4 %
			H14B	1	1		
			H14C	1	1		
			H15	2	2		
			H26 ou 27	1	1		
			H27 = L9a	4	2		
			Indeterminado	5			
		TSAf C	H50	2	2	5	22,7 %
			H50a	3	3		
			Indeterminado	5			
	IEV	Polimento	TSH - LR D15/17	1	1	1	4,5 %
			Indeterminado	1			
			H181B (1.1.2.2)	1	1		
			Hisp.42	1	1		
			Engobe H3C (1.3.4.5)	1	1		
	PF	Local / Regional	forma facetada	1	1	1	4,5 %
Total				35	22	22	100 %
Residualidade: 4,5 %							
Intrusibilidade: 0 %							

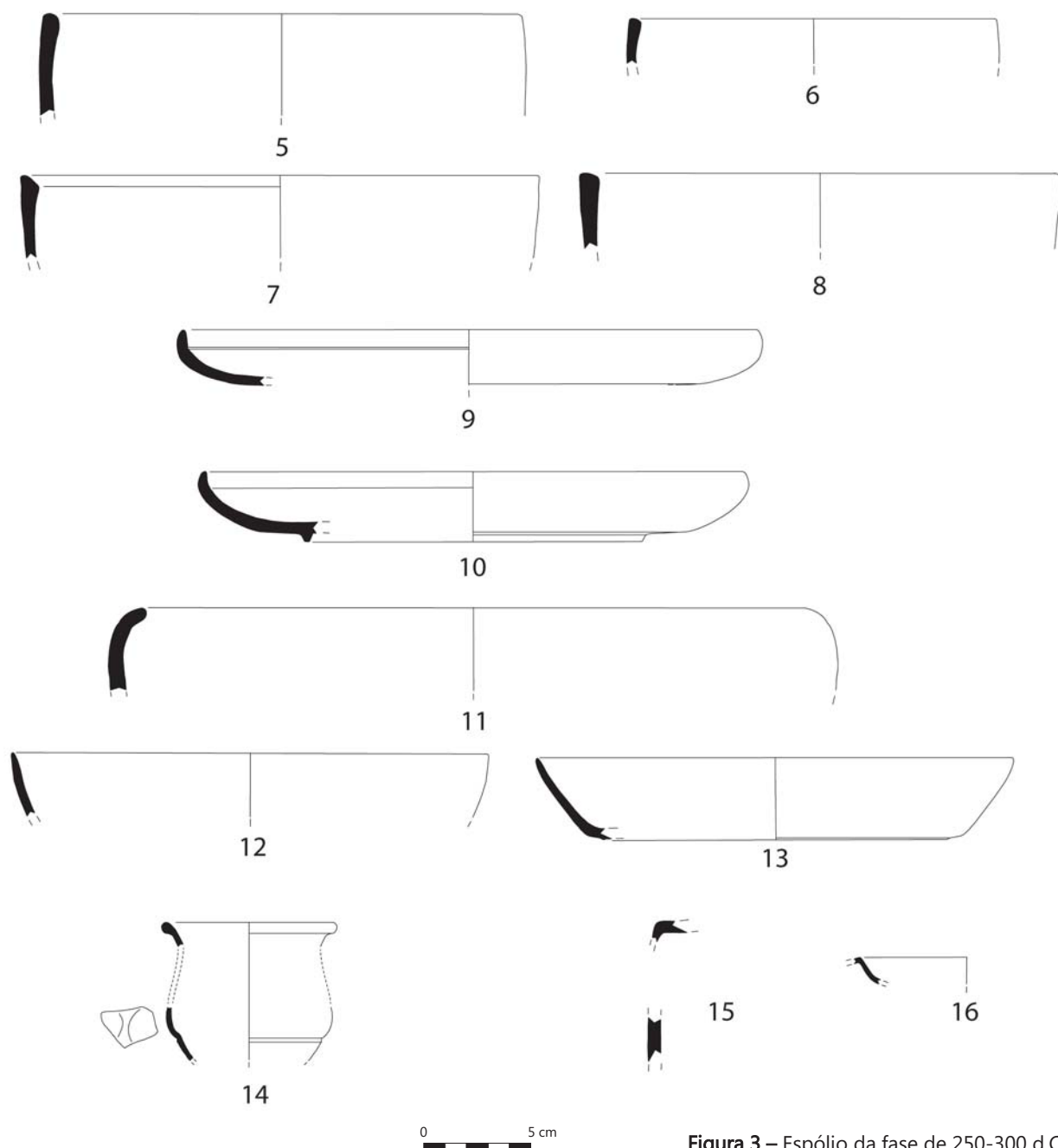


Figura 3 – Espólio da fase de 250-300 d.C.
(UE 5 + 6 + 10 + 11 + 12 + 16).
Decorações à escala de ½.

Catálogo

- | | |
|--|---|
| 5. TSAf A – H14B [QtR 1875] | 12. TSAf C – H50A = L40bis [QtR 1138] |
| 6. TSAf A – H14C [QtR 863] | 13. TSAf C – H50A = L40bis [QtR 33 + QtR 605] |
| 7. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1127] | 14. Paredes finas / Local ou regional – Forma facetada [QtR 1878 + QtR 1879 + QtR 1887] |
| 8. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1876] | 15. Vidro – Isings 50 [QtR 699] |
| 9. TSAf A – H27 = L9a [QtR 859] | 16. Vidro – AR 23, n. 829 [QtR 1141]. |
| 10. TSAf A – H27 = L9a [QtR 860] | |
| 11. IEV / Polimento – H181B (1.1.2.2) [QtR 1882] | |

(continuação da pág. 280)

Mais complicado é aceitar a contemporaneidade da produção hispânica de *sigillata* de La Rioja, embora o tipo Drag. 15/17 ainda seja produzido nesta época (PAZ PERALTA, 2008): os fabricos de *terra sigillata* hispânica presentes na Quinta do Rouxinol possuem as características típicas do Alto-Império, tanto ao nível da pasta como do verniz avermelhado, para além de terem morfologias clássicas. Também a forma facetada de paredes finas (n.º 14) será residual e dificilmente corresponderá a algum tipo conhecido. Quando muito, tendo em conta a fisionomia geral da parede curva e alta, com caneluras na parte inferior, poderá assemelhar-se à forma Mayet 45, produzida em *Augusta Emerita* no século I (MAYET, 1975), mas o seu bordo extrovertido, bem como a curvatura mais intensa na parte inferior, distanciam o exemplar tagano do referido tipo produzido no Sul da Península Ibérica. Residual é também o tipo vítreo AR 23 (n.º 16), flávio-traiano (RÜTTI, 1991). O exemplar de garrafa prismática tem uma cronologia de fabrico que varia entre a segunda metade do século II e os inícios do IV. As garrafas prismáticas, Isings 50, terão tido uma produção essencialmente no Alto-Império, no que toca ao Ocidente do Império, parecendo serem quase exclusivamente produzidas na parte oriental, a partir do século III (RÜTTI, 1991: 91). São, contudo, frequentes no registo estratigráfico do Ocidente até meados do século III (XUSTO RODRÍGUEZ, 2001: 213). Assim, a garrafa prismática n.º 15, terá aqui uma datação provavelmente já residual.

Concluindo, esta fase da segunda metade do século III apresenta a continuação do domínio comercial da *terra sigillata* do Norte da Tunísia, que duplica a nova produção da Bizacena, confirmando a ideia da continuidade dessa produção após os meados do século III, seguramente através do tipo Hayes 15, mas talvez também pelos tipos Hayes 14B e 27 (BONIFAY, 2004; QUARESMA, 2011, 2012 e 2013). O segundo aspecto a relevar é o da confirmação da produção de Imitação de Engobe Vermelho (IEV) que engloba não só a técnica de engobe, mas também uma nova técnica, a do polimento. Ao todo, neste século III, as cerâmicas de IEV da Quinta do Rouxinol inspiram-se em duas regiões de produção de *terra sigillata*, a hispânica e a africana (Norte da Tunísia), mas também na produção de cerâmica africana de cozinha, muito

provavelmente da área meridional da Tunísia, se tivermos em conta que a técnica usada no tipo Hayes 181B é a do polimento, o que condiz com a tecnologia empregue na Bizacena para a produção de cerâmica de cozinha (BONIFAY, 2004: 213, categoria B, de verniz lustrado).

1.3. Fase de 300-350 d.C. (UE 23 + 22C + 22)

As unidades desta fase constituem as primeiras posições do enchimento da grande fossa de despejos do sector B10, cuja cronologia decorre até aos inícios do século V. Estas primeiras UE datam-se já no século IV, em face da presença de um exemplar de almofariz bizaceno, mas deve findar-se em meados da centúria, quando se depositam novas UE, com outros elementos tipológicos. Regista-se um aumento significativo da residualidade, que atinge agora os 35 %.

Mantém-se uma hegemonia dos valores da *terra sigillata* africana A, cuja valorização deve agora ser criticada, devendo-se essencialmente a um processo de residualidade, ao qual, quando muito, poderá escapar o tipo Hayes 15 (n.ºs 17 e 21), cuja cronologia pode alcançar a transição para o século IV (BONIFAY, 2004). Residual será também a *terra sigillata* africana C, já que o tipo Hayes 44 (n.ºs 18-19) centra a sua cronologia no século III (HAYES, 1972: 62), embora no *Atlante*, I (ENCICLOPEDIA..., 1981: 70) se admita um final de produção já no século IV. A Bizacena está assim representada pela produção C/E(?), cujo tipo Hayes 45A (n.º 22) termina nas primeiras décadas do século IV (HAYES, 1972: 62), e por uma segunda novidade desta região, a produção C3 de relevos aplicados, com o tipo Hayes 52B (n.º 20), no qual encontramos peixes aplicados sobre a aba (motivo 45 de *Atlante*, I = ENCICLOPEDIA..., 1981: 168). A cerâmica africana de cozinha surge pela primeira vez, com um fornecimento escasso de Hayes 181B, forma que continua a ser imitada na Quinta do Rouxinol, mas agora com a técnica de engobe, que a aproxima mais da técnica do Norte da Tunísia, onde é produzida com o engobe da *terra sigillata* africana A (BONIFAY, 2004: 211, técnica A). Novidade é também o surgimento de cerâmica comum africana, curiosamente não do Norte da Tunísia (como a cerâmica culinária), mas da Bizacena.

O tipo 10 de BONIFAY (2004: 252) possui uma variante precoce, com aba algo horizontalizada e bordo pouco saliente (n.º 2 do autor), na qual as pedras incrustadas na superfície interna atingem partes altas da parede, ao contrário das variantes clássicas de século IV pleno (segunda metade e, sobretudo, fim), onde estas surgem concentradas no fundo. O exemplar da Quinta do Rouxinol (n.º 23) possui, contudo, uma parede mais espessa, um pé-de-anel mais bem delineado e rectangular, como o n.º 5 de BONIFAY (2004), bem como um aspecto grácil semelhante aos n.ºs 3 e 4 do referido autor. Sendo estes exemplares referidos já de século IV pleno, é possível então que o almofariz importado na Quinta do Rouxinol tenha aspectos de transição entre a variante precoce e a clássica, o que lhe poderá conferir uma cronologia mais extensa, ao longo de toda a primeira metade do século IV.

Em conclusão, a primeira metade do século IV assiste à possível extinção (se não ocorreu antes) das importações de *terra sigillata* africana A (tipo Hayes 15) nos seus primeiros momentos, sendo a fase de primeira predominância da produção bizacena que alarga o repertório e as técnicas presentes (C, C/E? e relevos aplicados).

Por outro lado, surgem pela primeira vez cerâmicas culinárias e comuns, tanto do Norte como do Centro da Tunísia.

A produção de IEV mantém-se baixa percentualmente e ligada a um tipo já conhecido anteriormente, a Hayes 181B (inspirada na cerâmica africana de cozinha), agora pela primeira vez produzida em engobe, técnica que só havia produzido até então formas inspiradas na Hayes 3C (*terra sigillata* africana A).

(continua na pág. 285)

Quadro 3 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 300-350 d.C. (UE 23 + 22C + 22)

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS	TSAf A	H3 ou 6	1	1	6	42,8 %
		H14	1	1		
		H14A	1	1		
		H15	3	3		
		Indeterminado	2			
	TSAf C	H44	2	2	2	14,2 %
		Indeterminado	2			
	TSAf C3 (relevos aplicados)	H52B	1	1	1	7,1 %
	TSAf C ou C/E	H45A	1	1	1	7,1 %
CAC	Norte da Tunísia	H181B (BONIFAY, 2004)	1	1	1	7,1 %
CCAf	Bizacena	Tipo 10 (BONIFAY, 2004)	1	1	1	7,1 %
IEV	Engobe	H181B (1.1.2.2)	2	2	2	14,2 %
Total			18	14	14	100 %
Residualidade: 35 %						
Intrusibilidade: 0 %						

TS – *Terra Sigillata*

TSAf – *Terra Sigillata Africana*

CAC – Cerâmica Africana de Cozinha

CCAf – Cerâmica Comum Africana

IEV – Imitação de Engobe Vermelho

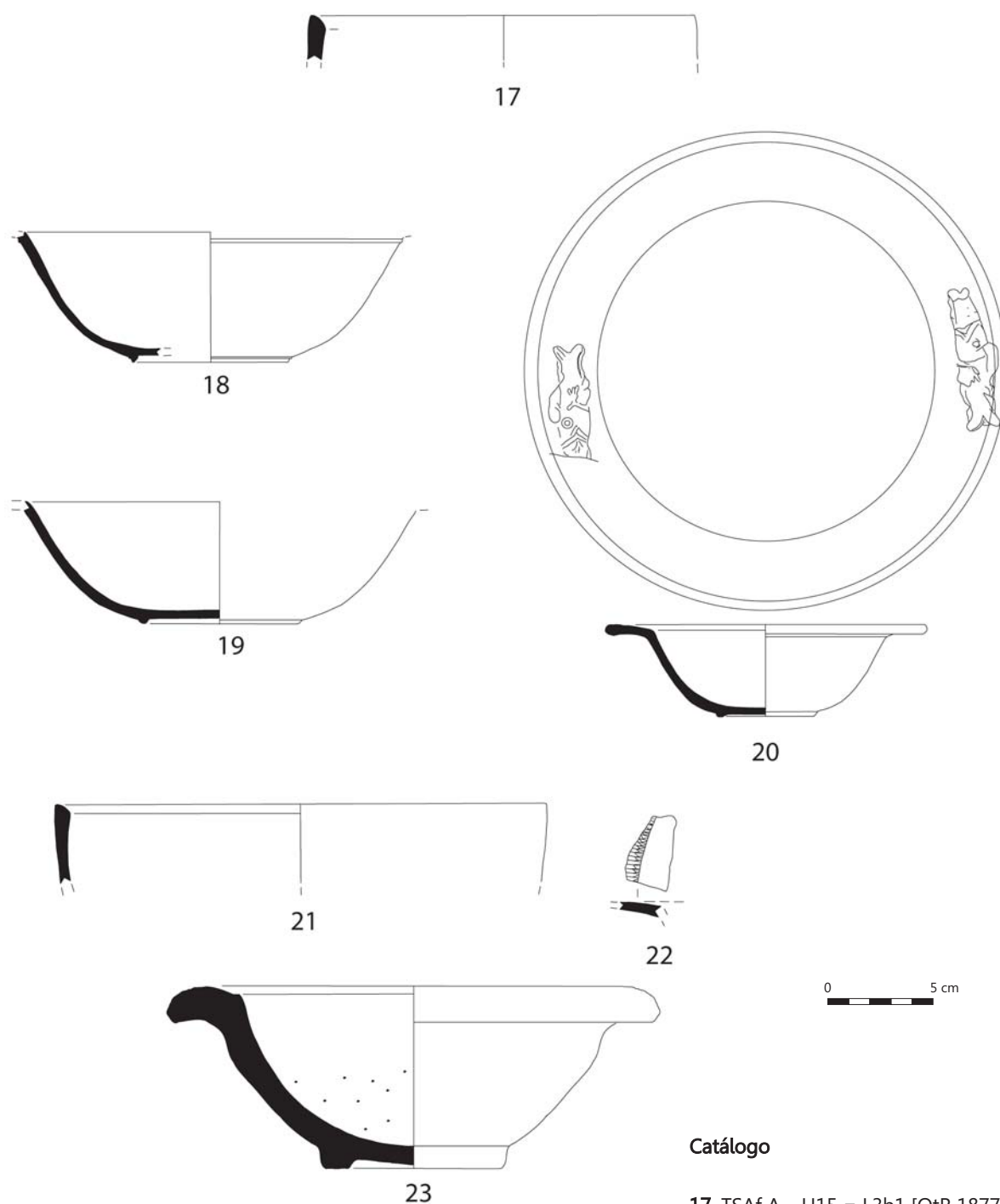


Figura 4 – Espólio da fase de 300-350 d.C. (UE 23 + 22C + 22).
Decorações à escala de ½.

Catálogo

- 17. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1877]
- 18. TSAf C – H44 [QtR 509 + QtR 99]
- 19. TSAf C – H44 [QtR 580]
- 20. TSAf C3 / Relevos aplicados – H52B [QtR 555 (RAPOSO e DUARTE, 1999)]
- 21. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1107]
- 22. TSAf C ou C/E – H45A [QtR 472]
- 23. Cerâmica comum africana / Bizacena – Almofariz tipo 10 (BONIFAY, 2004). Pequenas pedras basálticas, negras, no fundo interno [QtR 66 + QtR 68 + QtR 93].

(continuação da pág. 283)

1.4. Fase de 350-400 d.C. (UE 22B + 22A)

As unidades da segunda metade do século IV continuam o enchimento da grande fossa detrítica do sector B10. O nível de residualidade mantém-se em torno dos 30 %, nos quais se engloba toda a *terra sigillata* africana A (n.ºs 25-29) e hispânica de La Rioja (n.º 24).

Apesar da escassez de numismas em estratigrafia no sítio, é de salientar o aparente aumento de circulação monetária no século IV, sendo as cunhagens presentes nesta fase datáveis na fase anterior, em termos de produção (uma das cunhagens é atribuível a 310-320 d.C. – RAPOSO *et al.*, 2005).

Quadro 4 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 350-400 d.C. (UE 22B + 22A)

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS	TSAf A	H9B, n. 16 = L2b	1	1	6	24 %
		H14A	1	1		
		H14B	3	3		
		H27 = L9a	1	1		
		Indeterminado	6			
	TSAf C	H44	1	1	8	32 %
		H45	2	2		
		H45A	1	1		
		H50	3	3		
		H50A = L40 bis	1	1		
		Indeterminado	1			
	TSAf C3 (relevos aplicados)	H52B	1	1	1	4 %
		H59A	1	1	1	4 %
	TSAf D1	Indeterminado	1			
	TSH - Andújar	D27	1	1	1	4 %
CAC	Norte da Tunísia	H197	1	1	2	8 %
		H23	1	1		
IEV	Engobe	H3C (1.3.4.5)	1	1	2	8 %
		H67A (1.3.4.9)	1	1		
	Polimento	H67A (1.3.4.9)	1	1	1	4 %
CCI	Sem engobe	Tigela (1.3)	1	1	1	4 %
Numisma		310-320 d.C.	1	1	2	8 %
		Século IV	1	1		
Total			33	25	25	100 %
Residualidade: 32 %						
Intrusibilidade: 0 %						

TS – Terra Sigillata

TSAf – Terra Sigillata Africana

TSH – Terra Sigillata Hispânica

CAC – Cerâmica Africana de Cozinha

IEV – Imitação de Engobe Vermelho

CCI – Cerâmica Comum de Imitação

O surgimento de Hayes 67A, em cerâmicas de imitação de engobe vermelho, dá-nos um *terminus post quem* para esta fase estratigráfica que, por outro lado, não deve ultrapassar a charneira para o século V.

A *terra sigillata* africana é dominada pela produção bizacena, sendo já residuais os tipos Hayes 44 e 45 (n.º 30). Temos assim, contemporâneos a esta fase, os tipos Hayes 50 e 50A (n.º 31), bem como um novo exemplar de relevos aplicados, mais uma vez com peixes a servirem de temática (n.º 32) (motivo 45 de *Atlante*, I = *ENCICLOPEDIA...*, 1981: 168). A produção de *terra sigillata* do Norte da Tunísia (agora produção D) ressurge, embora timidamente, através de um exemplar de Hayes 59A, que MACKENSEN (1993: 399-401) data a partir do segundo quartel / meados do século IV. A cerâmica de cozinha africana da mesma região continua a abastecer a Quinta do Rouxinol, pelos tipos Hayes 23 (uma carena) e Hayes 197, cujas cronologias podem atingir perfeitamente o século IV. O bordo do n.º 33 é ainda de perfil clássico, afastando este exemplar das variantes de finais do século IV (BONIFAY, 2004: 225).

As cerâmicas de engobe vermelho têm agora alterações tipológicas fundamentais para a datação do contexto, para a qual contribui também o surgimento de cerâmica comum local com imitação de estampas decorativas da *terra sigillata* africana D. É exactamente essa nova produção de *terra sigillata* africana que inspira os oleiros de Imitação de Engobe Vermelho (IEV), os quais produzem agora exemplares, embora sempre em número reduzido, da nova moda, tanto em técnica de engobe, como de polimento (ver exemplo na fase 425+ d.C.: n.º 59). Um novo aspecto estilístico neste sítio reside num pequeno conjunto de cerâmicas comuns (quatro NMI ao todo no sítio) que imitam decoração estampada da *terra sigillata* africana D. Nesta fase, as paredes não possuem qualquer tratamento (este surge apenas num caso na fase 425+ d.C., com engobe creme). O n.º 34 é um fundo de tigela com quatro palmetas frustres na área central, dispostas em raio, entornadas por uma banda de ziguezague, motivo bem conhecido em diversas maneiras e formas da cerâmica comum do sítio (SANTOS, 2012). A disposição destas duas temáticas parece assim materializar um estilo de fusão entre uma temática local e um motivo e uma disposição adscritas ao es-

tilo A(ii) de HAYES (1972: 219), datado a partir de 350 d.C. e no qual são muito frequentes palmetas, embora de desenho muito mais perfeito (motivos 1 a 5 de HAYES, 1972).

Em conclusão, a segunda metade do século IV assiste a uma aparente maior circulação monetária, à manutenção do comércio bizaceno de *terra sigillata* africana C (e relevos aplicados), bem como de cerâmica africana de cozinha do Norte da Tunísia, região que passa a fornecer timidamente *terra sigillata* africana D. A grande questão a realçar nesta fase (apesar de não ser propriamente reiterada na fase seguinte) é a da importância crescente dos fenómenos de imitação de engobe vermelho, através de um tipo coevo inspirado na Hayes 67A (tipo 1.3.4.9 de SANTOS, 2012), e o surgimento de cerâmicas comuns com motivos de imitação no seu fundo, inspirados na mesma produção fina africana. Este fenómeno atingirá o seu auge na fase de 425+ d.C.

1.5. Fase de 400-425 d.C. (UE 21 + 20)

As unidades de topo do enchimento da vala detrítica do sector B10 possuem uma residualidade muito alta, com o valor mais elevado de toda a estratigrafia do sítio. Neste bolo residual estão todos os elementos de *terra sigillata* hispânica e africana A e C, bem como a cerâmica africana de cozinha do Norte da Tunísia, já que os tipos Hayes 181B e Hayes 196 (variante B) não alcançam os inícios do século V (BONIFAY, 2004: 225-227) (n.ºs 35, 38 e 39). O mesmo se pode dizer do tipo Hayes 3C de IEV, tanto em engobe como em polimento, cuja datação não ultrapassa a primeira metade do século III. Também o único vidro presente, tipo Isings 50, é residual (ver cronologias *supra*). O numisma de 375-395 d.C. dá-nos um *terminus post quem*, reforçado pelo tipo Hayes 59B, datado por BONIFAY (2004: 117) a partir de finais do século IV.

Esta fase é assim dominada normalmente pela *terra sigillata* africana D, que à já conhecida Hayes 59 (agora na variante B) acrescenta uma nova taça, Hayes 67B (n.ºs 36-37). Diz assim muito pouco sobre este período: atestamos a continuidade das importações de *terra sigillata* do Norte da Tunísia, e assistimos também à circulação mais tardia de moeda, com uma cunhagem um pouco anterior.

(continua na pág. 289)

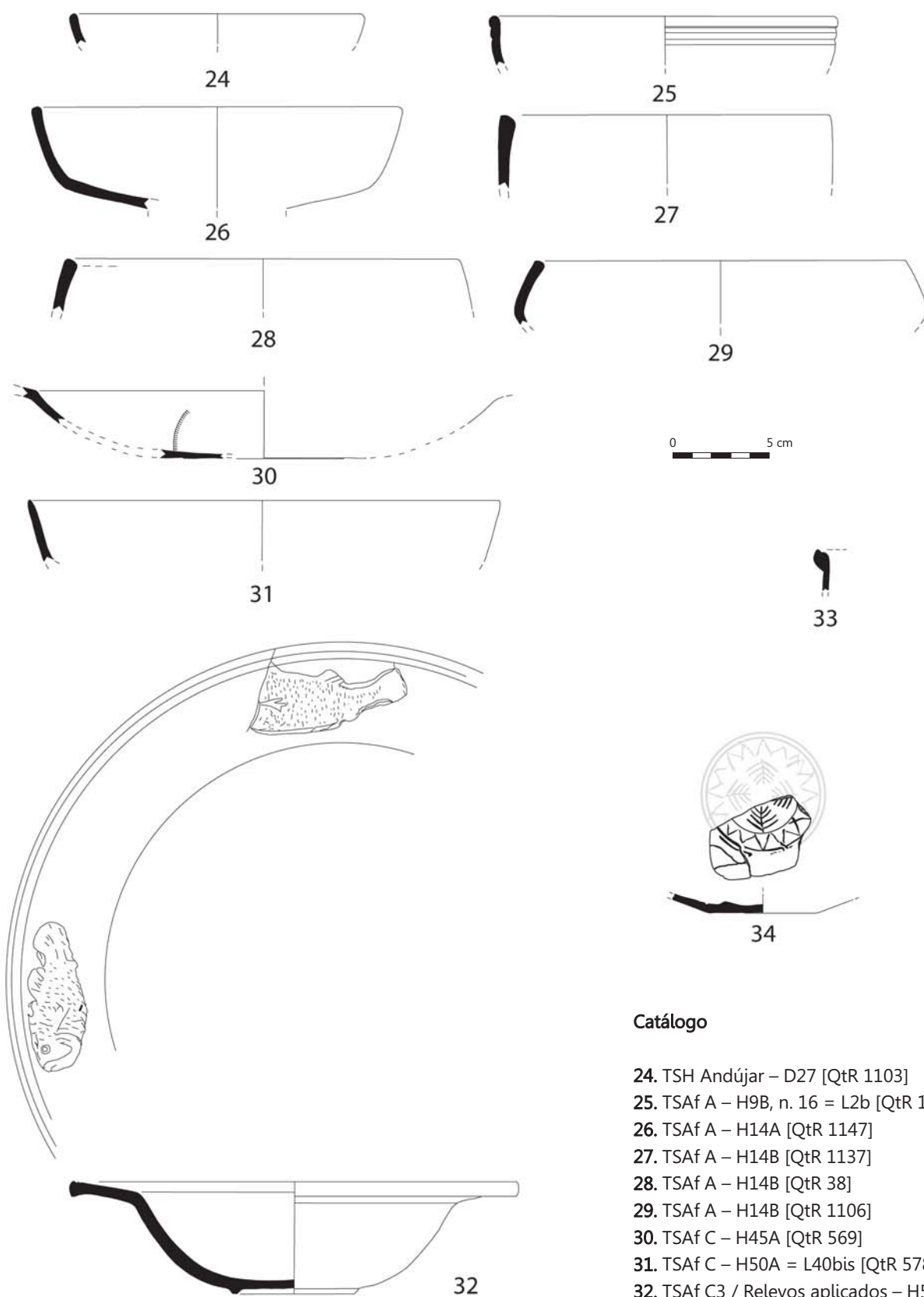


Figura 5 – Espólio da fase de 350-400 d.C. (UE 22B + 22A).
Decorações à escala de ½.

Catálogo

- 24. TSH Andújar – D27 [QtR 1103]
- 25. TSAf A – H9B, n. 16 = L2b [QtR 1111]
- 26. TSAf A – H14A [QtR 1147]
- 27. TSAf A – H14B [QtR 1137]
- 28. TSAf A – H14B [QtR 38]
- 29. TSAf A – H14B [QtR 1106]
- 30. TSAf C – H45A [QtR 569]
- 31. TSAf C – H50A = L40bis [QtR 578]
- 32. TSAf C3 / Relevos aplicados – H52B
[QtR 556 (RAPOSO e DUARTE, 1999)]
- 33. CAC / Engobe A2 – H197 [QtR 1874]
- 34. CCI – Tigela (1.3)
[QtR 60 (SANTOS, 2012)]

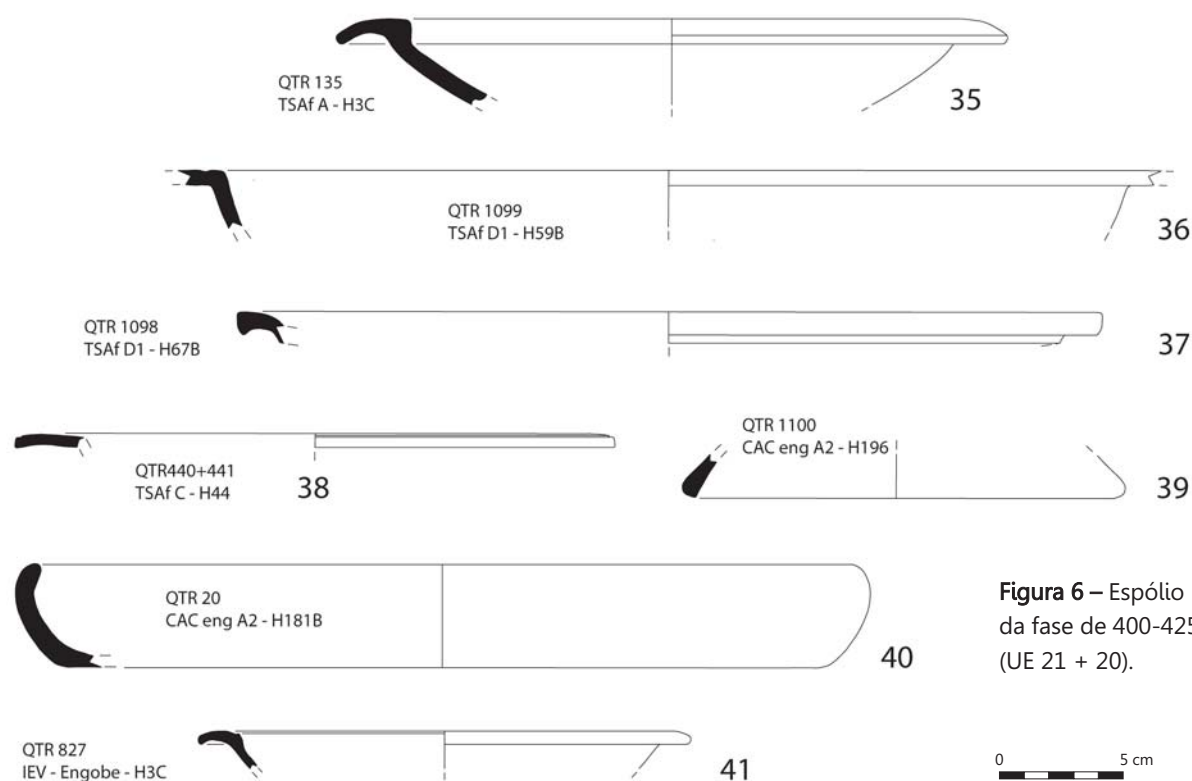


Figura 6 – Espólio da fase de 400-425 d.C. (UE 21 + 20).

Quadro 5 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 400-425 d.C. (UE 21 + 20)

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS	TSAf A	H3C	1	1		
		H27 = L9a	2	2	4	25 %
		H27 = L9a2	1	1		
	TSAf C	H44	1	1	1	6,2 %
		Indeterminado	2			
	TSAf D1	H59B	1	1	2	12,5 %
		H67B	1	1		
CAC	Norte da Tunísia	TSH - LR	1	1	1	6,2 %
		H181B	1	1		
		(BONIFAY, 2004)	1	1	2	12,5 %
IEV	Engobe Polimento	H196	1	1		
		H3C (1.3.4.5)	2	2	4	25 %
Vidro	Azul	H3C (1.3.4.5)	2	2		
Numisma		Isings 50	1	1	1	6,2 %
		375-395 d.C.	1	1	1	6,2 %
Total			18	16	16	100 %
Residualidade: 68,7 %						
Intrusibilidade: 0 %						

Catálogo

35. TSAf A – H3C
[QtR 135 (SANTOS, 2012)]
36. TSAf D1 – H59B
[QtR 1099]
37. TSAf D1 – H67B
[QtR 1098]
38. TSAf C – H44
[QtR 440 + QtR 441]
39. CAC / Engobe A2 – H196 [QtR 1100]
40. CAC / Engobe A2 – H181B [QtR 20]
41. IEV / Engobe – H3C
[QtR 827 (SANTOS, 2012)]

TS – Terra Sigillata

TSAf – Terra Sigillata Africana

TSH - LR – Terra Sigillata Hispânica - La Rioja

CAC – Cerâmica Africana de Cozinha

IEV – Imitação de Engobe Vermelho

(continuação da pág. 286)

1.6. Fase de 425+ d.C. (UE 1)

A UE 1 consiste na amortização da fossa do forno 3 e é a fase estratigráfica mais rica em indivíduos das tipologias estudadas neste artigo, embora apresente também o segundo nível mais elevado de residualidade, acima dos 50 %. Cinco produções são completamente residuais: a *terra sigillata* africana A e C (n.ºs 42-53), a hispânica de La Rioja, os vidros e as paredes finas. Esta última possui aqui o seu segundo exemplar local ou regional de uma forma facetada, já debatida *supra* (ver n.º 14). Os vidros do tipo Isings 80 = AR 20.2, n. 818 (n.º 69) variam a sua cronologia entre Cláudio-Nero e meados do século III, segundo B. RÜTTI (1991: 40), ou na transição do século II para o III, segundo ISINGS (1957: 96). O tipo Isings 92 = AR 169, n. 4076, AR 172.1, n. 4100 ou AR 172.2, n. 4112 (n.º 68), está datado por ISINGS (1957: 110) em finais do século II, e por RÜTTI (1991: 172-174) desde a segunda metade do século I, no caso do tipo AR 169, mas sobretudo na segunda metade do século III e primeira do IV. O tipo AR 98.C, n. 1782 (RÜTTI, 1991: 91) (n.º 71) tem uma cronologia de fabrico que varia entre a segunda metade do século II e os inícios do IV.

A cronologia em torno aos inícios do segundo quartel do século V que atribuímos a esta fase é-nos fornecida pelo exemplar de IEV inspirado possivelmente na Hayes 80A, forma que está datada por BONIFAY (2004: 173) em meados ou segunda metade do século V, enquanto MACKENSEN (1993: 406) recua o seu início a 420 d.C. Em Cartago (Hayes 80/81) está diagnosticada desde o primeiro quartel do século V (REYNOLDS, 1995: 149; FULFORD e PEACOCK, 1984: 57, missão britânica), mas é sem dúvida a partir do segundo quartel do século V que esta forma surge com mais intensidade em vários sítios de consumo. Na missão italiana de Cartago, o tipo Hayes 80/81 representa 9,8 % (ANSELMINO *et al.*, 1986; REYNOLDS, 1995). No contexto 21 da *Bourse* de Marselha, surgem três indivíduos de Hayes 80B e oito de Hayes 81B (BONIFAY, CARRÉ e RIGOIR, 1998). Na cisterna de Sa Mesquida (Maiorca), a Hayes 80 surge com dois exemplares e a Hayes 81 com um (ORFILA PONS e CAU ONTIVEROS, 1994: UE 5). A Hayes 80B faz parte do naufrágio Dramont E (SANTAMARIA, 1995), mas não

do de Port Miou (DENEAUVE, 1972: fig. 3). No contexto de Vila-Roma (*Tarraco*), as formas Hayes 80A e 80B representam 4,1 % (TED'A, 1989: 57).

Na Quinta do Rouxinol, tal como no século IV e primeiro quartel do século V, o comércio de *terra sigillata* africana D1 mantém-se em níveis baixos e essencialmente com as mesmas formas, Hayes 59 e 67 (n.ºs 54-56). Esta última apresenta agora a variante B, datada por BONIFAY (2004: 171) nos finais do século IV e primeira metade do V.

A informação mais importante desta fase é, sem dúvida, a alta percentagem de imitações de engobe vermelho que, no total das duas técnicas, a de polimento, minoritária, e a de engobe, maioritária, com o dobro dos indivíduos, somam 46,3 %. Falamos então de uma produção, se não intensa, pelo menos muito regular, da qual devemos extrair, por serem claramente residuais, os tipos Hayes 3C, 14B, 181B, Drag. 27 e Hispânica 42 (ROCA ROUMENS e FERNÁNDEZ GARCÍA, 1999), que representam cerca de 1/3 desta tipologia (n.ºs 57-58).

Na produção com a técnica de polimento, apenas dois tipos são coevos. Um é a Hayes 61 (tipo 1.2.3.3 de SANTOS, 2012), de perfil muito próximo ao protótipo africano (n.º 60), mas, tal como em todos os casos de Hayes 61 em IEV da Quinta do Rouxinol, com uma face externa do bordo muito amendoada, o que não acontece no protótipo africano, excepto nas suas variantes tardias (BONIFAY, 2004: 169, tipo 61B3), que de todo não se assemelham aos indivíduos produzidos na Quinta do Rouxinol. Um outro exemplar desta época possui perfil com semelhanças aos tipos Hayes 73 e 70, de bordo em aba (tipo 1.3.4.8 de SANTOS, 2012).

A técnica maioritária, de engobe, possui dois almofarizes de aba inspirados na Hayes 91 (tipo 1.5.10.1 de SANTOS, 2012: na publicação o número constante é o de 1.3.10.1), um exemplar inspirado na Hayes 80A, com pelo menos uma canelura externa mas parede um pouco curva, o que não sucede no protótipo (HAYES, 1972: 126) (n.º 62), um exemplar de Hayes 61 de parede muito funda e fundo plano, com bordo de ressalto externo, típico nas variantes A/B4 ou B1

(continua na pág. 292)

Quadro 6 – Quinta do Rouxinol
Quantificação da fase de 425+ d.C. (UE 1)

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção	Catálogo
Vidro		Isings 92	1	1	4	7,1 %	42. TSAf A – H27 = L9a [QtR 594]
		Isings 80	1	1			43. TSAf A – H27 = L9a [QtR 747]
		Isings 50	1	1			44. TSAf A – H27 = L9a [QtR 864]
		AR 98	1	1			45. TSAf A – H27 = L9a2 [QtR 1118]
TS	TSAf A	H9 ou 14	1	1	14	25 %	46. TSAf A – H16 [QtR 1135]
		H14C	1	1			47. TSAf A – H16 [QtR 872]
		H15	4	4			48. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1114]
		H16	2	2			49. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1115]
		H26 ou 27	1	1			50. TSAf A – H15 = L3b1 [QtR 1116]
		H27 = L9a	4	4			51. TSAf C – H50A = = L40bis [QtR 609]
		H27 = L9a2	1	1			52. TSAf C – H50A = = L40bis [QtR 598]
		Indeterminado	4				53. TSAf C – H50A = = L40bis [QtR 858]
	TSAf C	H50a	4	3	3	5,3 %	54. TSAf D1 – H59 [QtR 1136]
		Indeterminado	4				55. TSAf D1 – H67A [QtR 899]
	TSAf D1	H59	1	1	3	5,3 %	56. TSAf D1 – H67B [QtR 865]
		H67A	1	1			
		H67B	1	1			
IEV	TSH - LR	D15/17	1	1	1	1,7 %	
		Drag. 27	1	1			
		H3C (1.3.4.5)	1	1			
		H14B (1.3.2.2)	1	1			
		H61 (1.2.3.3)	10	10			
		H61 (1.2.3.4)	1	1			
		H67A (1.3.4.9)	2	2			
	Engobe	H80A	1	1	19	32,1 %	
		H91 (1.5.10.1)	2	2			
		H181B (1.1.2.2)	1	1			
		Hisp.42	1	1			
		H14B (1.3.2.2)	4	4			
		H61 (1.2.3.3)	1	1			
		H70/H73 (1.3.4.8)	1	1			
CCI	Engobe	Tigela (1.3.4.6)	1	1	1	1,7 %	
	Sem engobe	Prato (1.1)	1	1	3	5,3 %	
		Tigela (1.3)	2	2			
PF	Local / Regional	Forma facetada	1	1	1	1,7 %	
Total			66	57	57	100 %	
Residualidade: 55,3 %							
Intrusibilidade: 0 %							

[ver Figura 7, na página seguinte]

TS – Terra Sigillata

TSAf – Terra Sigillata Africana

TSH - LR – Terra Sigillata Hispânica - La Rioja

IEV – Imitação de Engobe Vermelho

CCI – Cerâmica Comum de Imitação

PF – Paredes finas

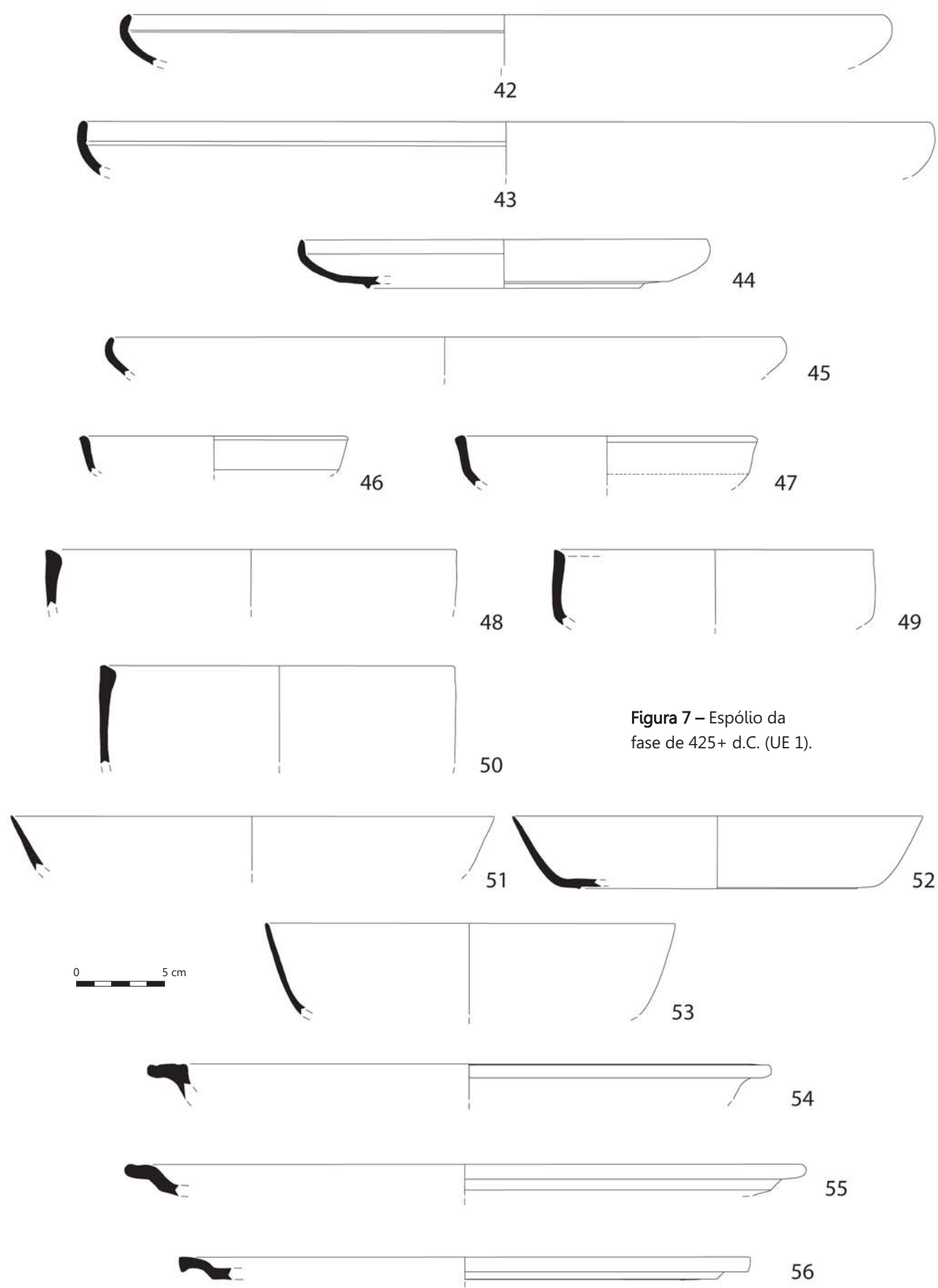


Figura 7 – Espólio da fase de 425+ d.C. (UE 1).

(continuação da pág. 289)

de BONIFAY (2004: 168) (tipo 1.2.3.4 de SANTOS, 2012) (n.º 61: altura de 81mm) e, sobretudo, dez exemplares de Hayes 61 de parede com altura menos distante do congénere africano, embora no caso do n.º 60 a fisionomia geral esteja muito próxima. Este exemplar possui, contudo, um pé-de-anel muito baixo, mas largo. O bordo típico destas peças parece ser uma síntese das fisionomias das variantes. A esta fase pertencerá também (do ponto de vista crono-tológico) o exemplar de inspiração na Hayes 67B, proveniente de UE remexidas, onde encontramos um outro exemplar de inspiração na Hayes 67A (ver *infra* n.ºs 76 e 75). O perfil destes exemplares em IEV e do n.º 55 em *terra sigillata* D1, tipo Hayes 67A, é na realidade semelhante ao do tipo *Atlante* XXXVIII, 2, cujas rupturas de perfil dos segmentos do bordo são suavizadas. Este tipo está datado em Cartago em níveis imediatamente anteriores à muralha de *Theodosius* II (425 d.C.), no naufrágio de Anse Gerbal e pelo contexto de 425-450 d.C. de *Portus Sucronem* (*Atlante*, I = *ENCICLOPEDIA...*, 1981: 259; HURTADO *et al.*, 2008: fig. 7, n.º 7).

A cerâmica comum de imitação com decorações inspiradas em motivos da *terra sigillata* africana apresenta agora o seu maior conjunto. Se na segunda metade do século IV havíamos constatado um exemplar de tigela com uma decoração inspirada no estilo A(ii), quando analisada a organização esquemática (n.º 34), agora encontramos dois exemplares que poderão fiar-se na mesma inspiração, mas deixam de ter quatro palmetas centrais para incluir uma única, mais elaborada e com mais folhas. Não encontramos agora o ziguezague circundante, mas uma fiada de roleta larga ou duas fiadas (uma simples e outra em *feather-roulleting*, como acontece na *terra sigillata* africana E – HAYES, 1972) (n.ºs 65-66). Noutros dois exemplares encontramos a palmeta central, não tão elaborada como nos dois exemplares anteriores e sem qualquer banda decorativa circundante. O fundo interno apenas possui uma ou três caneluras em volta dessa palmeta isolada (n.ºs 63-64). O n.º 66 é também o único caso desta tipologia de imitação com engobe creme, tratando-se todos os outros de

cerâmica comum sem qualquer tratamento de superfície. Sendo que, nesta fase, a decoração africana está já em plena transição para o estilo A(iii), com uma única banda decorativa bastante afastada do centro (HAYES, 1972), podemos concluir uma de duas coisas: ou estes exemplares pertencem às duas fases estratigráficas anteriores (350-400 e 400-425 d.C.), ou são de facto reproduções com uma grande dose de originalidade, que acabam por adaptar motivos africanos em organizações de inspiração local/regional.

Em conclusão, sobre esta fase, podemos dizer que estamos perante um domínio da *terra sigillata* africana D1, mas através de um comércio de fraca expressão no que toca às importações. Estes inícios do segundo quartel do século V assumem-se como uma fase de expansão das cerâmicas de imitação de engobe vermelho (IEV), que ultrapassam largamente os valores da *terra sigillata* africana D1. A esta tipologia acresce também uma pequena quantidade de cerâmica comum com temáticas decorativas de inspiração africana (CCI – Cerâmica Comum de Imitação). JUAN TOVAR (2012) nomeia esta tipologia como CIS – Cerâmica de Imitação de *Sigillata* – e aponta datações, com suporte estratigráfico no interior peninsular, para o segundo, terceiro, e último quartéis do século V.

A fase final de laboração da Quinta do Rouxinol data-se também, por este quadro tipológico e técnico, no dealbar das décadas centrais do século V, o famoso período vândalo inicial/médio, que se caracteriza por um abaixamento dos valores de difusão da *terra sigillata* africana (REYNOLDS, 1995: 2). Podemos comparar os valores estratigráficos desta fase da Quinta do Rouxinol com os obtidos em Vigo, onde, em estratos coevos, as cerâmicas IEV atingem 76,6 %, seguidas pela *terra sigillata* hispânica tardia (ausente na Quinta Rouxinol), com 16,7 %, restando à *terra sigillata* africana D1 uns poucos 6,7 % da fase (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, 2011: 666). Também em *Bracara Augusta* estas cerâmicas congêneres, entretanto denominadas de *terra sigillata* bracarense tardia, encontram nesta fase o seu apogeu (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012: 135).

(continua na pág. 295)

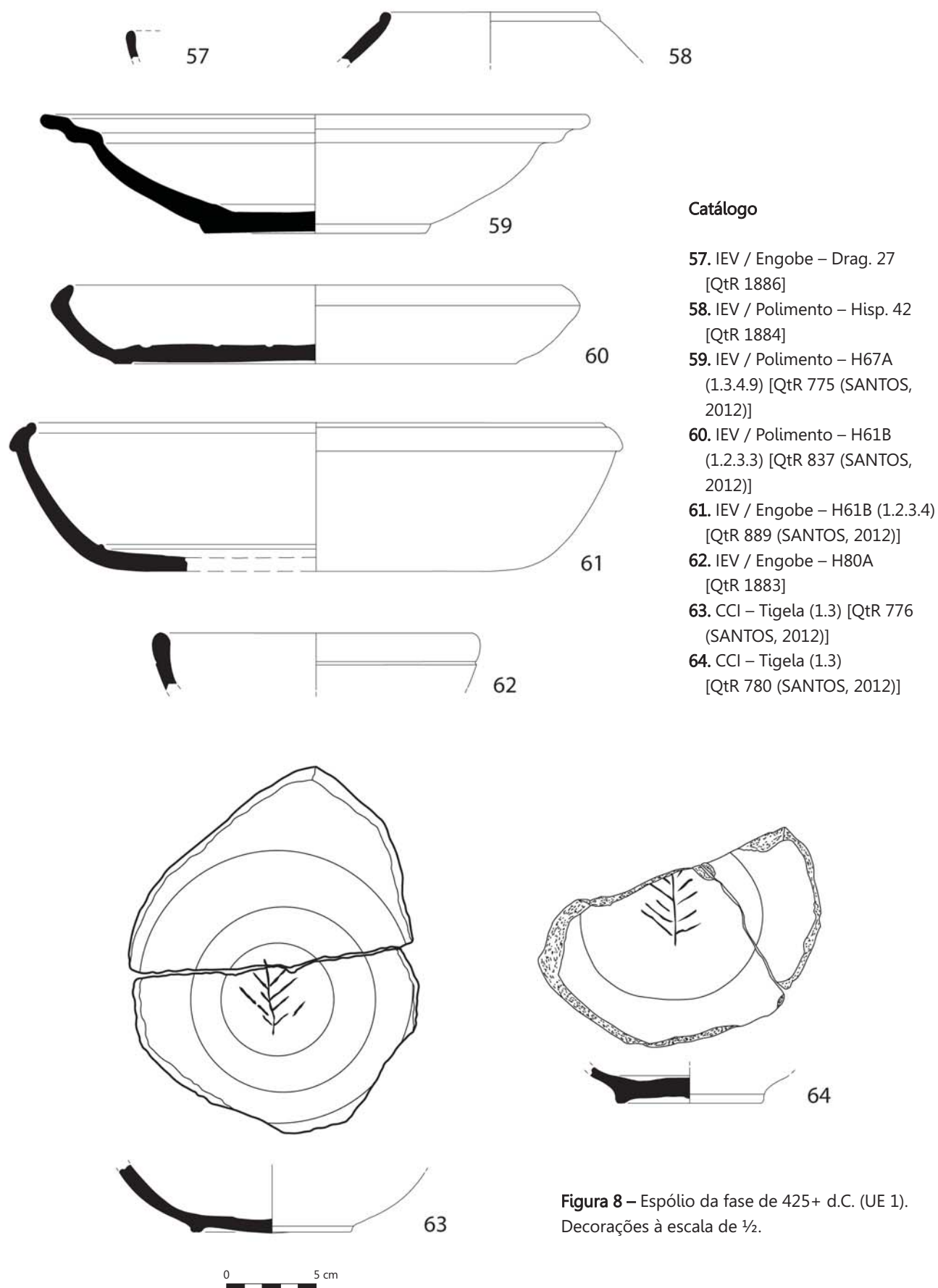


Figura 8 – Espólio da fase de 425+ d.C. (UE 1).
 Decorações à escala de ½.

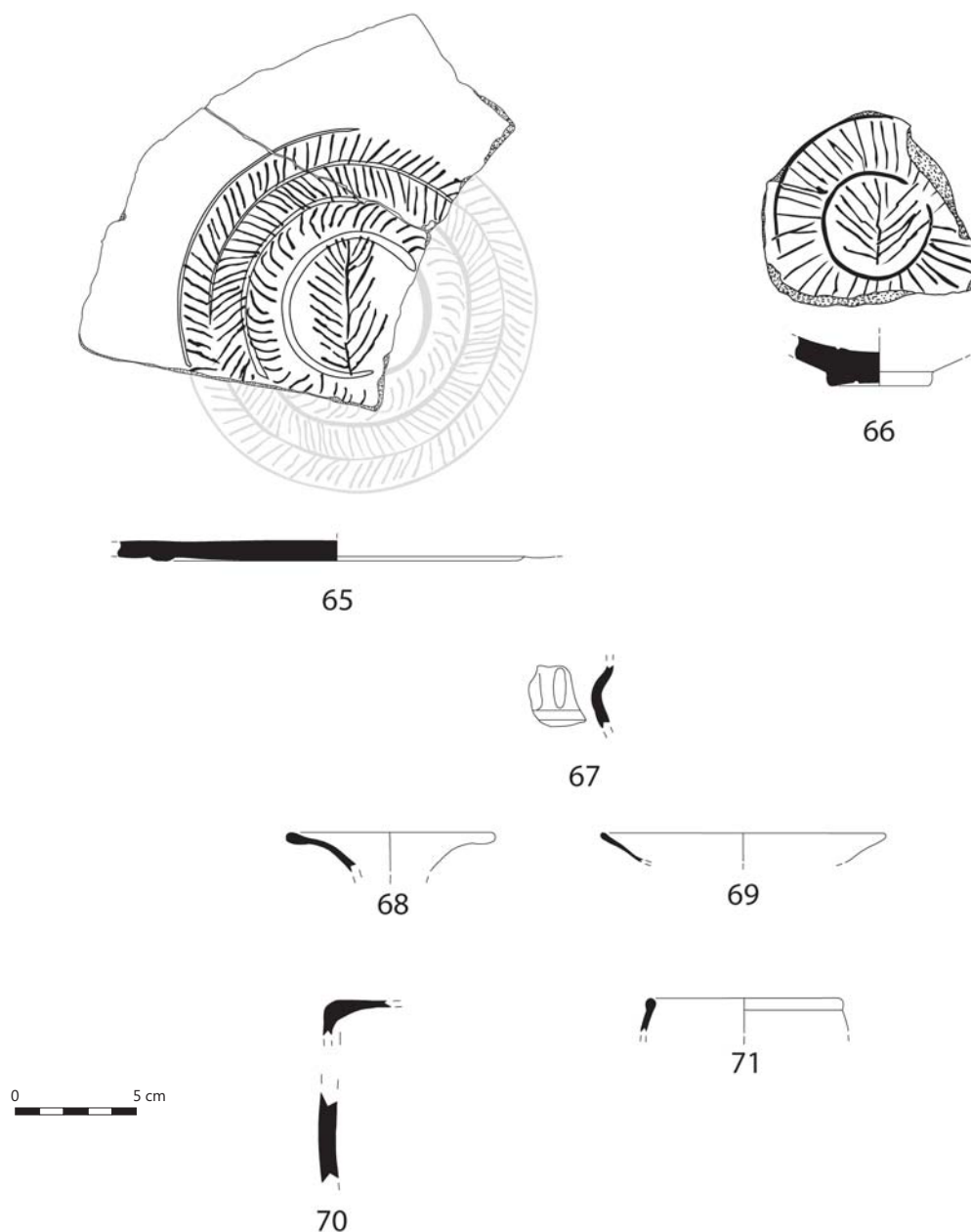


Figura 9 – Espólio da fase de 425+ d.C. (UE 1).
Decorações à escala de ½.

Catálogo

65. CCI – Prato (1.1) [QtR 777 (SANTOS, 2012)]
 66. CCI / Engobe creme – Tigela (1.3.4.6)
 [QtR 779 (SANTOS, 2012)]
 67. Paredes finas / Local ou regional –
 Forma facetada [QtR 188]
 68. Vidro – Isings 92 = AR 169, n. 4076 /
 / AR 172.1, n. 4110 / AR 172.2, n. 4112
 [QtR 603]
 69. Vidro – Isings 80 = AR 20.2, n. 818
 [QtR 1043]
 70. Vidro – Isings 50 [QtR 610]
 71. Vidro – AR 98.C, n. 1782 [QtR 1044]

(continuação da pág. 292)

1.7. Unidades estratigráficas remexidas

Um pequeno conjunto de cerâmicas provém de UE remexidas, sem valor cronológico subsequente. Já nos referimos *supra* aos n.ºs 75 e 76, de tipologia IEV, mas podemos ainda acrescentar outros exemplares mais conservados de Hayes 14B, 15 e 59 (n.ºs 72-74), tipologias já debatidas anteriormente também.

2. Apreciação geral

2.1. As cerâmicas de imitação de engobe vermelho (IEV): uma primeira apresentação

O estudo das cerâmicas de imitação de engobe vermelho (IEV) é ainda uma primeira visão de uma problemática que requer, numa segunda fase, uma triagem aturada dos exemplares que tecnicamente se

enquadram num processo de imitação de engobes de *terra sigillata* e das morfologias associadas.

Nesta primeira fase, quantificámos apenas as formas que mais directamente se inspiram em protótipos africanos e hispânicos, denominando também os tipos presentes em IEV, não por uma nova tipologia (Forma 1, etc.), mas antes conferindo-lhes o nome do protótipo, do qual, como dissemos, apresentam muitos elementos de distanciação e variações que as tornam verdadeiras formas *similis* de grande complexidade, como qualquer repertório de inspiração feito em moldes locais e regionais. Sobre o conceito, tipos e fabricos, vejam-se os trabalhos recentes de *Bracara Augusta* (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012) e de *Asturica Augusta* (PAZ PERALTA, 2013), no Noroeste, mas também, na região do Tejo, o de Freiria e Sub-Serra (CARDOSO, 2013).

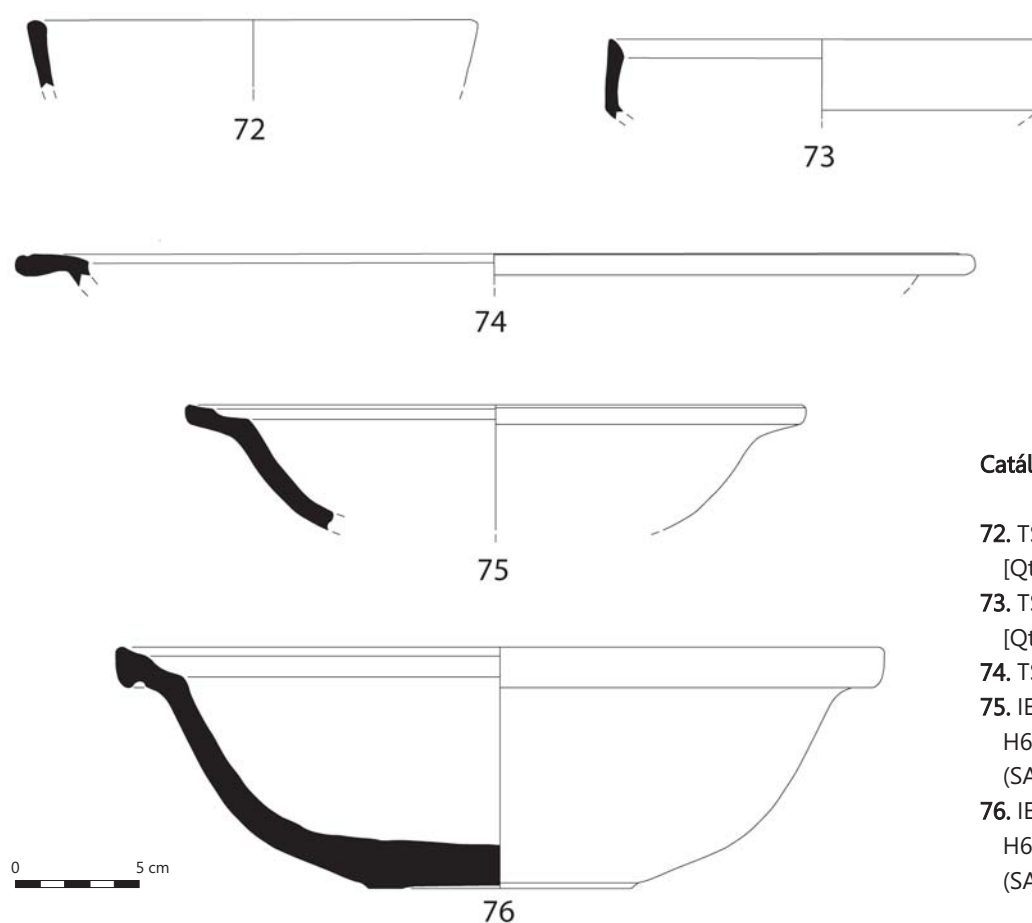


Figura 10 – Espólio de UE remexidas.

Catálogo

- 72. TSAf A2 – H14A [QtR 1108]
- 73. TSAf A2 – H15 = L3b1 [QtR 570]
- 74. TSAf D1 – H59 [QtR 1143]
- 75. IEV / Polimento – H67A (1.3.4.9) [QtR 211 (SANTOS, 2012)]
- 76. IEV / Polimento – H67B (1.3.4.9) [QtR 431 (SANTOS, 2012)]

Distinguimos pelo menos cinco fabricos distribuídos pelas duas grandes técnicas presentes: a de engobe, maioritária, e a de polimento. Se é verdade que a técnica de engobe, por vezes, é frustrante e próxima de uma aguada, já o polimento adquire maioritariamente bons resultados, aproximando-se de um brunido. No fabrico de polimento da Hayes 181B, a pasta é depurada, cor castanho-claro rosado, com mica branca e quartzo hialino de pequenas dimensões. A superfície é muito bem polida, castanha escura. É um fabrico de excelente qualidade.

No fabrico de polimento da Hispânica 42, a pasta é muito depurada, castanho-vermelho, com grão relativamente fino. Possui rara mica branca e quartzo hialino de pequenas dimensões. A superfície é castanho-vermelha escura.

No fabrico de polimento das restantes formas, a pasta é muito depurada, castanho-vermelha, com grão relativamente fino. Possui rara mica branca e quartzo hialino de pequenas dimensões. A superfície é castanho-vermelha, com o mesmo tom das formas engobadas.

No fabrico de engobe, a pasta é de grão relativamente fino, castanha, com tonalidades mais cremes na superfície (*sandwich*). Possui mica branca fina e quartzo hialino médio. A superfície é rugosa e o engobe castanho-vermelho.

No fabrico de engobe da Hayes 80A, a pasta é de grão médio, com muito quartzo hialino médio. A superfície externa é muito rugosa e o engobe castanho-vermelho.

Tipologicamente, há um claro predomínio das formas inspiradas na Hayes 61 de *terra sigillata* africana D, o que condiz bem com a total presença deste tipo na fase de 425+ d.C., fase (juntamente com a de 400-425 d.C.) que se apresenta como a do auge desta produção, cujo início recua, contudo, à época alto-imperial, a ver pelo exemplar isolado de Drag. 27. Mas é sem dúvida no século III que a produção ganha dinâmica, fenómeno visível não só pelo início da estratigrafia disponível, mas também pela quantidade apreciável de formas inspiradas na *terra sigillata* africana A, tipos Hayes 14B e 3C. Nesta fase, assiste-se também a um predomínio da técnica do polimento, que persiste até ao fim da vida do ateliê, mas é ultrapassada pela técnica de engobe provavelmente já na transição do século IV para o V: a Hayes 67A tem

três indivíduos de cada técnica, mas a Hayes 67B e, sobretudo, a Hayes 61 (mais próximas das variantes A/B e B) dão a hegemonia ao engobe.

A produção da Quinta do Rouxinol antecede largamente a de *Bracara Augusta*, cujo início poderá recuar aos finais do século III, mas que se data mais seguramente na primeira metade do século IV (FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ e MORAIS, 2012). Por outro lado, tanto a capital galaica como o ateliê tagano revelam um *floruit* produtivo de IEV a partir de inícios do século V. É nesta data que PAZ PERALTA (2013) supõe iniciar-se a produção de cerâmicas cinzentas e laranjas, que atribui a uma possível influência das migrações bárbaras de 411 d.C., em boa parte devido às influências essencialmente gálicas na produção. Na área do baixo Tejo, os dados das *villae* de Freiria (Cascais) e Sub-Serra (Castanheira do Ribatejo, na margem norte do Tejo), indiciam um fenómeno não anterior à segunda metade do século IV, em face da presença conjunta de Hayes 61 e 67 e de cerâmicas de imitação. É de realçar, nos dados destes dois sítios da península de Lisboa, uma aparente menor influência decorativa africana e uma influência aparentemente hegemónica de formas, motivos e disposições das derivadas de *sigillata* paleo-cristãs (DSP) gálicas (RIGOIR, 1968). Por outro lado, nenhum exemplar apresenta engobe, mas sim polimento ou brunido em vários exemplares (CARDOSO, 2013: para a decoração, ver fig. 16, n.ºs 1-15).

2.2. Os resultados estatísticos gerais e a sua integração na dinâmica do estuário do Tejo e da Lusitania na Antiguidade Tardia

O quantitativo geral da Quinta do Rouxinol é hegemonicamente tardio, isto é, localizado entre os séculos III e V, mas alguns materiais deixam antever uma ocupação alto-imperial, talvez iniciada no século I, na fase flávia. Para esta ideia concorrem os escassos indivíduos de *terra sigillata* hispânica de la Rioja e Andújar que, no total, somam 2,6 %, mas também algum raro espólio vítreo, nomeadamente os tipos Isings 82 e AR23, bem como o tipo Drag. 27 de IEV e as paredes finas locais. Convém frisar que a fisionomia de todos os exemplares de *terra sigillata* ou IEV referidos exclui qualquer possibilidade de uma fase pré-flávia, e que não há qualquer evidência estratigráfica

anterior ao século III. Alguma escassa *terra sigillata* africana A, nomeadamente os tipos Hayes 3 ou 6, 3C e 9 preenche, hipoteticamente, um século II, talvez mais centrada na sua segunda metade, mas sem ser de excluir uma cronologia já de século III para estes exemplares.

A grande fase de produção do ateliê inicia-se pois no segundo quartel do século III, época da primeira fase estratigráfica, e parece não ter qualquer hiato de ocupação até aos inícios do segundo quartel do século V, época em que situamos o seu abandono. Se tivermos em conta os resultados estatísticos gerais dos tipos presentes, duas grandes tipologias se destacam: a *terra sigillata* africana A e as cerâmicas de imitação de engobe vermelho, a primeira com 30,2 % e a segunda com 32,8 %. É evidente assim que a residualidade detectada nas fases dos séculos IV e V obliterou informação do século III, na qual se situaria o consumo de *terra sigillata* africana A, o que deveria fazer dessa época, provavelmente, a principal na vida do ateliê. Mas a produção local de IEV confere também aos inícios do segundo quartel do século V (e, provavelmente, também ao seu primeiro quartel, já que a Hayes 61A/B e B, forma na qual se inspira a maior parte dos indivíduos desta tipologia, começa a sua vida nos inícios do século V – BONIFAY, 2004: 171) um lugar de destaque, o que parece fazer da recta final da Quinta do Rouxinol, não uma época de declínio, mas antes de continuidade na capacidade produtiva, com vectores de inovação consideráveis. O ocaso do ateliê dá-se assim numa fase plena produtividade.

No estuário do Tejo, o centro oleiro do Porto dos Cacos apresenta uma cronologia final com várias semelhanças na sua base empírica. O enchimento do forno tem um conjunto de *terra sigillata* africana D semelhante, com Hayes 61A decorada com o estilo A(ii)-(iii), Hayes 67 e 73B (RAPOSO e DUARTE, 1996: 252 e fig. 7) que podem perfeitamente atingir as décadas centrais do século V (HAYES, 1972: 219). Contudo, no Porto dos Cacos podemos equacionar um lapso temporal de significado impreciso, já que à superfície foi recolhida uma moeda de Égica, governante do século VII (FABIÃO, 2009: 31).

Na margem direita do Tejo, em *Olisipo*, o espólio de abandono da unidade 3 das cetárias da Rua dos Correeiros é composto por Hayes 67 (30 %), Hayes 73

(14 %) e outros tipos, como a forma Hayes 59, sendo possível especificar variantes como a Hayes 61A/B ou o estilo A(ii)-(iii) num exemplar de Hayes 67B (BUGALHÃO, 2001: 115 e 130 e fig. 82), repertório formal perfeitamente consentâneo com o grande momento de ruptura (?) nos centros oleiros da margem esquerda. Também na Baixa de Lisboa, a unidade de fabrico de preparados de peixe da Rua dos Fanqueiros tem como *terra sigillata* mais tardia os tipos Hayes 61A, 67, 76 e 91 de *terra sigillata* africana D (DIOGO, 2000: 184). As cetárias da Casa do Governador da Torre de Belém, cujo fim de laboração impreciso deve acontecer no século V, possuem, contudo, um *Pentanium* de Justiniano I (538-542 d.C.), recuperado, contudo, em UE possivelmente posterior à laboração do espaço (FABIÃO, 2009: 26), o que torna este caso algo semelhante ao do Porto dos Cacos.

A possível continuidade de laboração oleira na margem esquerda encontra um reflexo mais preciso em *Olisipo*, na escavação da *Sommer*, onde os níveis da segunda metade do século V e primeira metade do século VI possuem uma boa quantidade de ânforas lusitanas, sobretudo de Almagro 51c (informação oral de João Pimenta), que poderia ser fornecida pelo vale do Tejo, mas também de Almagro 51a-b, que obriga necessariamente a pensar num fornecimento cumulativo a partir do Sado, talvez de Sines, e sobretudo do Algarve, onde a produção deste tipo está bem diagnosticada, embora sem se conhecer actividade oleira em época tão tardia (Abul II – DIOGO e FARIA, 1990; Pinheiro – MAYET e SILVA, 1998 e 2004; Quinta da Alegria – MAYET, SCHMITT e SILVA, 1996: 78; Sines – DIOGO e COSTA, 1996; S. João da Venda – FABIÃO e ARRUDA, 1990; Martinhal – SILVA, COELHO-SOARES e CORREIA, 1990; ver ainda FABIÃO, 2000: 725 e 2004: 404).

Para além da produção oleira diagnosticada no espaço lusitano durante a Antiguidade Tardia, a dispersão dos contentores no espaço imperial demonstra uma nova vitalidade desta província a partir do século III. No Mediterrâneo oriental, as ânforas lusitanas estão escassamente representadas em Beirute, entre os séculos II e IV, embora com destaque para o tipo Keay XVI (REYNOLDS, 2000: 1043). Vários sítios atestam a dinâmica comercial da *Lusitania*, a média distância, no século IV: em Arles e Narbonne, os preparados de peixe lusitanos estão em igual quantidade

aos béticos (REYNOLDS, 2005: 385), mas em *Hispalis*, entre 235 e 450 d.C., os preparados lusitanos dominam com cerca de 49 % das importações, aos quais se juntam contentores vínicos em igual proporção aos béticos (GARCIA VARGAS, 2007).

Embora em Beirute já não devam existir importações lusitanas no segundo quartel do século V (REYNOLDS, 2005: 391), dois depósitos desta época atestam uma outra força comercial dos preparados de peixe lusitanos, em âmbito peninsular: em Santa Tecla (*Tarraco*) representam 8,16 % (REMOLLÀ VALVERDÚ, 2000), e em *Portus Sucronem* são a segunda origem mais representada, com 25,8 %, dominados pela Almagro 51c, seguida pela Almagro 51a-b (HURTADO *et al.*, 2008). Se contrastarmos igualmente este valor mais meridional com o de Ampúrias, a Norte de *Tarraco*, na mesma época, onde se cifra em apenas 3,1 % (REYNOLDS, 2005: 416), obtemos uma imagem distributiva bastante consentânea com a rota plausível do naufrágio de Cabrera 3, em 257 d.C., que continha ânforas béticas, bizacenas e provavelmente lusitanas, pelos tipos Almagro 50, Beltrán 72 e Almagro 51c (BOST [*et al.*], 1992).

Outra evidência empírica da vitalidade dos preparados de peixe lusitanos no Baixo-Império consiste no facto do universo de 15 naufrágios compilados por R. ÉTIENNE e F. MAYET (1993-1994: 212-214; ver também LOPES e MAYET, 1990: 300 e FABIÃO, 1996: 335) conter apenas quatro casos de associação de contentores lusitanos e béticos (sempre oleários, tipos Dr.20 e 23), notando-se uma associação privilegiada com o Norte de África, em particular com a Bizacena, área produtora da *terra sigillata* africana C (BONIFAY, 2004: 46). Esta estatística demonstra uma certa independência comercial lusitana, em face dos produtos béticos, certamente associada ao declínio da produção de preparados de peixe nesta última província, a partir do século III, já focada por autores como C. FABIÃO (2000: 718 e 2004: 404). Recentemente, BONIFAY e TCHERNIA (2012) dataram este processo de envolvimento do Estreito com África entre 250 e 325-350 d.C., balizas cronológicas dos naufrágios conhecidos.

Estratigrafias como as de *Hispalis* demonstram o primado do comércio de preparados de peixe, entre os séculos IV e VI, quando lideram com 46 %, rele-

gando o azeite e o vinho para segundo plano, com 35 % e 20,45 %, respectivamente, numa evidente importância dos preparados de peixe na dieta alimentar da Antiguidade Tardia, registada igualmente em *Hispalis*, através de mudanças tipológicas na cerâmica de uso culinário (GARCÍA VARGAS, 2007: 335 e 354). Se é verdade que a produção lusitana de preparados de peixe tem o seu grande ponto de ruptura por volta do segundo quartel do século V (ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994; ÉTIENNE e MAYET, 2002; ver, mais recentemente, a síntese de REYNOLDS, 2010: 112-116), também é verdade que o seu prolongamento, muito embora pontual, até meados do século VI, é inegável (PONSICH, 1988; LAGÓSTENA BARRIOS, 2001; ver também FABIÃO, 2009: 29). Para além das situações do vale do Tejo (Baixa de Lisboa), também no litoral alentejano a Ilha do Pessegueiro não ultrapassa os meados do século V (Hayes 59, 61B, 91 ou 92 de *terra sigillata* africana D – SILVA e SOARES, 1993: 113), tal como Sines (Hayes 62A de *terra sigillata* africana E; Hayes 67/71 de *terra sigillata* africana C tardia – SILVA e COELHO-SOARES, 2006: 120), sítio que prolonga, porém, a sua vida urbana pela Antiguidade Tardia (ALMEIDA, 1968-1970).

Uma produção peninsular, embora de fraca intensidade, até à primeira metade do século VI (primeiro terço?), está atestada em âmbito peninsular (FABIÃO, 1996: 339; BERNAL CASASOLA [*et al.*], 2003: 163; BERNAL CASASOLA, 2008), mas também em várias unidades algarvias, como a Rua Silva Lopes, em Lagos (Hayes 91C e D, 99B e 104^a – RAMOS, ALMEIDA e LAÇO, 2006: 93) e o Cerro da Vila, Loulé (*terra sigillata* focense tardia, tipo Hayes 3E, e *terra sigillata* africana D, tipo Hayes 99 – DIOGO, 2001: 110; Hayes 88A, 99A, 104A2, 91C – TEICHNER, 2008: Tafel 190, F4 e Tafel 200, F9, F8, F14, F10); no vale do Sado, na Comenda (Hayes 104A: primeiro terço do século VI – TRINDADE e DIOGO, 1996: 8) e em Tróia (terceiro quartel do século VI (?): Hayes 96, 97 e 104/105 de *terra sigillata* africana D, apesar do grosso das importações terminar em meados do século V – ÉTIENNE, MAKAROUN e MAYET, 1994: 43; MAGALHÃES, 2010). Este panorama é indissociável da presença estratigráfica de ânforas lusitanas em contextos de finais do século V, como acontece em *Conimbriga*, Martim (Barcelos) e *Hispalis* (*“vertedero de cinizas”* – fins do século V ou inícios

do VI –, que contém Keay 19 béticas e lusitanas, Keay 19C e 23 e Beltrán 72 lusitanas – AMORES CARRE-DANO, GARCIA VARGAS e GONZÁLEZ ACUÑA, 2007: 136), bem como em contextos da segunda metade do século VI em *Tarraco* (apud FABIÃO, 2009: 41). Por último, refiramos os dados mais longínquos do teatro de Arles, onde os níveis de 450 d.C. possuem ânforas lusitanas (Keay 19A/B e Almagro 51c); os níveis de 450-475 d.C. possuem 9 % de ânforas hispânicas, nas quais as lusitanas do Tejo ou Sado dominam (Almagro 51a-b e 51c); mas o mais surpreendente encontra-se nos níveis de 480-520 d.C., quando a

Lusitania representa 17 % do conjunto e é a única presença hispânica, através do tipo Keay 19 (RICHARTÉ, 2011; DJAOUI e QUARESMA, 2016).

Em que moldes se processa o fabrico de contentores nesta Antiguidade Tardia, após a grande ruptura do segundo quartel do século V, é de certo modo uma nebulosa e pressupõe uma reorganização económica do espaço e das redes de fornecimento anfórico às unidades produtivas de preparados de peixe que subsistiram, já longe da dinâmica dos séculos III, IV e inícios do V. ■

Quadro 7 – Quinta do Rouxinol
Quantificação geral do espólio fino

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS	TSAf A	H14	1	1	45	30,2 %
		H14A	2	2		
		H14B	4	4		
		H14C	2	2		
		H15	9	9		
		H16	2	2		
		H16 ou 27	2	2		
		H27 = L9a	13	13		
		H27 = L9a2	3	3		
		H3 ou 6	1	1		
		H3C	1	1		
		H9 ou 14	4	4		
		H9B, n. 16 = L2b	1	1		
		Indeterminado	19			
	TSAf C	H44	4	2	18	12 %
		H45	2	2		
		H45A	1	1		
		H50	5	5		
		H50A = L40 bis	9	8		
		Indeterminado	14			
	TSAf C3 (relevos aplicados)	H52B	2	2	2	1,3 %
	TSAf C3 ou C/E	H45A	1	1	1	0,6 %

TS – Terra Sigillata

TSAf – Terra Sigillata
Africana

Quadro 7 – Quinta do Rouxinol
Quantificação geral do espólio fino [continuação]

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
TS	TSAf D1	H59	2	2	7	4,6 %
		H59A	1	1		
		H59B	1	1		
		H67A	1	1		
		H67B	2	2		
		Indeterminado	1			
	TSH - Andújar	D27	1	1	1	0,6 %
	TSH - LR	D15/17	2	2	3	2 %
		Prato	1	1		
		Indeterminado	1			
CAC	Norte da Tunísia	H181B (BONIFAY, 2004)	2	2	5	3,3 %
		H196	1	1		
		H197	1	1		
		H23	1	1		
CCAf	Bizacena	Tipo 10 (BONIFAY, 2004)	1	1	1	0,6 %
IEV	Engobe	D27	1	1	33	22,1 %
		H3C (1.3.4.5)	6	6		
		H14B (1.3.2.2)	5	5		
		H181B (1.1.2.2)	2	2		
		H61 (1.2.3.3)	11	11		
		H67A (1.3.4.9)	3	3		
		H67B (1.3.4.9)	1	1		
		H80A	1	1		
		H91 (1.5.10.1)	3	3		
	Polimento	Hisp.42	2	2	16	10,7 %
		H3C (1.3.4.5)	2	2		
		H181B (1.1.2.2)	2	2		
		H14B (1.3.2.2)	4	4		
		H61 (1.2.3.3)	1	1		
CCAf	Engobe	H61 (1.1.3.4)	1	1	4	2,6 %
		H67A (1.3.4.9)	3	3		
		H70/73 (1.3.4.8)	1	1		
		Tigela (1.3.4.6)	1	1		
		Prato (1.1)	1	1		
	Sem engobe	Tigela (1.3)	3	3	4	2,6 %

TS – Terra Sigillata

TSAf – Terra Sigillata
Africana

TSH – Terra Sigillata
Hispanica

TSH - LR – Terra Sigillata
Hispanica - La Rioja

CAC – Cerâmica Africana
de Cozinha

CCAf – Cerâmica Comum
Africana

IEV – Imitação
de Engobe Vermelho

CCI – Cerâmica Comum
de Imitação

Quadro 7 – Quinta do Rouxinol
Quantificação geral do espólio fino [continuação]

Classe	Origem	Tipo	Frag.	NMI	NMI Produção	% NMI Produção
PF	Local / Regional	Forma facetada	2	2	2	1,3 %
	Azul	Isings 50	3	2		
Vidro	Incolor baço	Isings 82b2 = = AR 135, n. 2347 e AR 135 ou 136, n. 2379	1	1		
		AR 23, n. 829	1	1		
	Incolor transparente	AR 98C, n. 1782	1	1	7	4,6 %
		Isings 80 = = AR 20,2, n. 818	1	1		
		Isings 92 = = AR 169, n. 4076 / / AR 172.1, n. 4110 / / AR 172.2, n. 4112	1	1		
		Verde gelo opaco	Indeterminado	1		
	Numisma	235-238 d.C.	1	1		
		310-320 d. C.	1	1	4	2,6 %
		375-395 d.C.	1	1		
		Século IV	1	1		
Total			190	150	150	100 %

PF – Paredes finas

PF – Paredes finas

Bibliografia

- ALMEIDA, F. (1968-1970) – “Sines Visigótica”. *Arquivo de Beja*. 25-28: 17-30.
- ALVES, F.; DIOGO, A. M. e REINER, F. (1990) – “A Propósito dos Fornos de Cerâmica Lusitano-Romanos de S. Bartolomeu do Mar”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 193-198.
- AMARO, C. (1990) – “Olaria Romana da Garrocheira, Benavente”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 87-96.
- AMORES CARREDANO, F.; GARCÍA VARGAS, E. e GONZÁLEZ ACUÑA, D. (2007) – “Ánforas Tardoantíguas en *Hispalis* (Sevilla, España) y el Comercio Mediterráneo”. In BONIFAY, M. e TRÉGLIA, J.-M. (eds.). *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, pp. 133-146 (BAR-IS, 1662, I).
- ANSELMINO, L. et al. (1986) – “Ostia. Terme del nuotatore”. In GIARDINA, A. *Società romana e impero tardoantico. Le merci. Gli insediamenti*. Editori Laterza, pp. 45-81.
- ARCE, J. (2005a) – “Antigüedad Tardía Hispánica. Avances recientes”. *Pyrenae*. 36 (1): 7-32.

- ARCE, J. (2005b) – “Hispania y el Atlántico en los Siglos III-V d.C.”. In URTEAGA ARTIGAS, M^a M. e NOAIN MAURA, M^a J. (eds.). *Mar Exterior. El Occidente atlántico en época romana. Congreso internacional. Pisa, Santa Crooce in Fossabanda, 6-9 de nov. 2003*. Roma: Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, pp. 53-60.
- ARRUDA, A. M. e FABIÃO, C. (1990) – “Ânforas da Quinta do Lago (Loulé)”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 199-213.
- BERNAL CASASOLA, D. (1998) – “Las Cerámicas de Importación y la Cronología del Alfar”. In BERNAL CASASOLA, D. (ed.). *Los Matagallares (Salobreña, Granada). Un centro romano de producción alfarera en el siglo III*. Ayuntamiento de Salobreña, pp. 169-230.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) – “El Final de la Industria Pesquero-conserva en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la Evidencia Arqueológica”. In NAPOLI, J. (ed.). *Actes du Colloque Internationale de Boulogne-sur-Mer. Mai 2005*, pp. 31-57 (*Les Cahiers du Littoral*, 2.6).
- BERNAL CASASOLA, D. [et al.] (2003) – “Las Factorías de Salazones de «Iulia Traducía». Espectaculares hallazgos arqueológicos en la Calle San Nicolás nº 3-5 de Algeciras”. In *VII Jornadas de Historia del Campo de Gibraltar. Castellar de la Frontera, 18, 19 y 20 de octubre de 2002*, pp. 163-184 (*Almoraima*, 29).
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (*BAR International Series*, 1301).
- BONIFAY, M. e TCHERNIA, A. (2012) – “Les réseaux de la céramique africaine (Ier-Ve s.)”. In KEAY, S. e GAMBIN, T. (eds.). *Roma, Portus and the Mediterranean*. London, pp. 315-336 (*Archaeological Monographs of the British School at Rome*, 21).
- BONIFAY, M.; CARRÉ, M.-B. e RIGOR, Y. (dir.) (1998) – *Fouilles à Marseille. Les Mobiliers (Ier-VIIe siècles ap. J.-C.)*. Paris: Errance / Lattes: A.D.A.M. (*Travaux du Centre Camille-Julian*, 22 / *Études Massaliètes*, 5).
- BOST [et al.] (1992) – *L'Épave Cabrera III (Majorque). Échanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du IIIe siècle après Jésus-Christ*. Paris: Diffusion de Boccard.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A Indústria Romana de Transformação e Conserva de Peixe em Olisipo. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa: IPA.
- CARDOSO, G. (1990) – “O Forno de Ânforas de Muge”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 153-66.
- CARDOSO, G. (2013) – “Cerâmicas de Imitação de *Sigillata* Tardia das *Villae* de Freiria e de Suberra de Castanheira de Ribatejo”. In *Mesa Redonda “La Terra Sigillata Hispánica Tardía y sus Contextos: estado de la cuestión”. 15 Outubro de 2010*. Madrid, pp. 191-204 (*Ex Officina Hispana / Cuadernos de la SECAH*, 1).
- CARDOSO, G. e RODRIGUES, S. (1995) – “O Contexto Oleiro de Muge na Produção Romana do Médio e Baixo Tejo”. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, pp. 167-178.
- CELIS BETRIU, R. (2005) – “Las Lucernas”. In ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coord.). *Introducción al Estudio de la Cerámica Romana. Una breve guía de referencia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga / Asociación Cultural CVDAS (*Monográfico n.º 1 de CVDAS, revista de Arqueología e Historia*).
- DENEAUVE, J. (1972) – “Céramiques et lampes africaines sur la cote de Provence”. *Antiquités Africaines*. 6: 219-240.
- DIOGO, A. M. D. (2000) – “Vestígios de uma Unidade de Transformação de Pescado Descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3 (1): 181-196.
- DIOGO, A. M. D. (2001) – “Escavação de uma Unidade de Processamento de Berbigão, na Estação Romana do Cerro da Vila, Loulé”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (1): 109-115.
- DIOGO, A. M. D. e CAVALEIRO PAIXÃO, A. (2001) – “Ânforas de Escavações no Povoado Industrial Romano de Tróia, Setúbal”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (1): 117-140.
- DIOGO, A. M. D. e COSTA, J. M. (1996) – “Elementos sobre a Produção de Ânforas em Sines Durante a Época Romana”. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, p. 107-109.
- DIOGO, A. M. D. e FARIA, J. C. (1990) – “Fornos de Cerâmica Romana no Vale do Sado. Alguns elementos”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 173-186.

- DIOGO, A. M. D. e REINER, F. (1987) – “Duas Notícias sobre Fornos Romanos de Fabrico de Ânforas”. *Conimbriga*. Coimbra. 26: 113-124.
- DJAOU, D. e QUARESMA, J. C. (2016) – “Les Amphores lusitaniennes dans l'Épave Arles-Rhône 3”. In VAZ PINTO, I.; ALMEIDA R. e MARTIN, A. (eds.). *International congress. Lusitanian amphorae. Production and distribution*. Archaeopress, pp. 357-368 (RLAMP, 10).
- DUARTE, A. L. (1990) – “Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 97-116.
- DUARTE, A. L. e RAPOSO, J. M. (1996) – “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, pp. 237-248.
- ENCICLOPEDIA dell' Arte Antica Classica e Orientale. *Atlante delle Forme Ceramiche* (1981) – Roma. Vol. I, “Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Medio e Tardo Impero” (= *Atlante*, I).
- ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (1993-1994) – “La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen”. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33: 201-218.
- ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FABIÃO, C. (1996) – “O Comércio dos Produtos da Lusitânia Transportados em Ânforas no Baixo-Império”. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, pp. 329-342.
- FABIÃO, C. (2000) – “O Sul da Lusitania (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade?”. In *Actas Congreso internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija y Sevilla, 17 al 20 de Diciembre de 1998)*. Ecija. III, pp. 717-730.
- FABIÃO, C. (2004) – “Centros Oleiros da Lusitania. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação”. In BERNAL, D. e LAGÓSTENA, L. (eds.). *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la bética romana. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003)*. Universidad de Cadiz, pp. 379-410 (BAR International Series, 1266).
- FABIÃO, C. (2009) – “O Ocidente da Península Ibérica no Século VI: sobre o *Pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém”. *Apointamentos de Arqueologia e Património*. 4: 25-50.
- FABIÃO, C. e ARRUDA, A. (1990) – “Ânforas de S. João da Venda (Faro)”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 215-224.
- FABIÃO, C. e CARVALHO, A. (1990) – “Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 37-64.
- FABIÃO, C. et al. (2008) – “Projecto «A Indústria de Recursos Haliêuticos no Período Romano: a Fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica»”. *Apointamentos de Arqueologia e Património*. 1: 35-40.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. (2011) – *El Comercio Tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste Peninsular a Través del Registro Arqueológico de la Ría de Vigo*. Tese de doutoramento policopiada. Universidade de Vigo.
- FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A. e MORAIS, R. (2012) – “*Terra Sigillata* Bracarense Tardía (Tsbt). O Grupo II das Cerâmicas de engobe vermelho não vitrificável (Delgado 1993-94). O Cerâmicas de Engobe Vermelho. Grupo II (Delgado y Morais, 2009). In BERNAL, D. e RIBERA I LA-COMBA, A. (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas*. II (Producciones regionales), pp. 131-176.
- FULFORD, M. G. e PEACOCK, D. P. S. (eds.) (1984) – *Excavations at Carthage: the british mission*. I, 2 (The Avenue President Habib Bourguiba, Salamambo. The pottery and other ceramic objects from the site). The British Academy.

- GARCÍA VARGAS, E. (2007) – “Hispalis como Centro de Consumo desde Época Tardorrepública a la Antigüedad Tardía. El testimonio de las ánforas”. *Anales de Arqueología Cordobesa*. 18: 317-360.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late roman pottery*. London: The British School at Rome.
- HURTADO, T. et al. (2008) – “Un Nivel de Destrucción del Siglo V en el *Portus Sucronem* (Cullera, Valencia). Contexto material”. *Cuadernos de Prehistoria de Arqueología Castellana*. 26: 95-141.
- INGS, C. (1957) – *Roman glass from dated finds*. Groningen / Djakarta: Academie Rheno-Trajectina (*Archaeologica Traiectina*, II).
- JUAN TOVAR, L. C. (2012) – “Las Cerámicas Imitación de Sigillata (CIS) en la Meseta Norte Durante el Siglo V. Nuevos testimonios y precisiones cronológicas”. In *Durii regione romanitas. Homenaje a Javier Cortes*. Palencia / Santander 2012, pp. 365-372.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de Salsas y Conservas de Pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.)*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- LOPES, C. e MAYET, F. (1990) – “Commerce régional et lointain des amphores lusitaniennes”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (dir.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce (Actes des journées tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988)*. Paris: Diff. Boccard, pp. 295-302.
- MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken Sigillata- und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien). Studien zur Nordafrikanischen Feinkeramik des 4. bis 7. Jahrhunderts (mit einem Beitrag von Sebastien Storz)*. 2 vols. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (*Müncher Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte*, 50).
- MAGALHÃES, A. P. (2010) – *A Terra Sigillata da Oficina de Salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MAYET (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion du Boccard / Publication du Centre Pierre Paris (*E.R.A.*, 552).
- MAYET, F. (2001) – “Les amphores lusitaniennes”. In *Céramiques hellénistiques et romaines*. III, pp. 277-293.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F. e SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, F., SCHMITT, A. e SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ORFILA PONS, M. e CAU ONTIVEROS, M. (1994) – “Las Cerámicas Finas Procedentes de la Cisterna de sa Mesquida, Calvià (Mallorca)”. In *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. Mao (1988)*. Barcelona, pp. 257-288.
- ORFILA, M. (1989) – “Cerámicas de la Primera Mitad del Siglo V d.C. Procedentes de la Cisterna de Sa Mesquida (Santa Ponsa, Mallorca)”. In MASTINO, A. (ed.). *L'Africa romana. Atti del convegno di studio (Sassari, 16-18 dicembre 1988)*. Edizioni Gallizi, pp. 513-533.
- PAZ PERALTA, J. (2008) – “Las Producciones de *Terra Sigillata* Intermedia y Tardía”. In BERNAL CASASOLA, D. e RIBERA I LACOMBA, A. (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 497-539.
- PAZ PERALTA, J. A. (2013) – “La Vajilla de Cerámica Hispánica Tardía Gris y Naranja en *Asturica Augusta* (Astorga, León). Conjunto C”. In *Mesa Redonda «La Terra Sigillata Hispánica Tardía y sus Contextos: estado de la cuestión»*. 15 Octubre de 2010. Madrid, pp. 217-256 (*Ex Officina Hispana / Cuadernos de la SECAH*, 1).
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de Oliva y Salazones de Pescado. Factores geo-economicos de Betica y Tingitana*. Madrid: Universidad Complutense.
- QUARESMA, J. C. (2008) – “Le type Hayes 91 A et B: problématique de sa production au sein de la sigillée africaine D”. In *SFECAG. Congrès international d'Empuries (L'Escala, Espagne)*. 1er-4 Mai 2008, pp. 495-502.
- QUARESMA, J. C. (2011) – “Chronologie finale de la sigillée africaine A à partir des contextes de Chãos Salgados (*Mirobriga?*): différences chronologiques entre l'Orient et l'Occident de l'Empire Romain”. In CAU ONTIVEROS, C.; REYNOLDS, P. e BONIFAY, M. (eds.). *LRFW 1. Late Roman Fine Wares. Solving problems of typology and chronology. A review of the evidence, debate and new contexts*. Archaeopress, pp. 67-86 (*RLAMP*, 1).
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia Antiga a Partir de um Centro de Consumo Lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa: UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 4).

- QUARESMA, J. C. (2013) – “Les contextes de Chãos Salgados, *Mirobriga* (Portugal): début du IIIe s. - premier quart du Ve s.”. In *SFECAG. Congrès International de Amiens. 9-12 Mai. 2013*. Amiens, pp. 385-408.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. R. e LAÇO, T. (2006) – “O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas principais problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional”. In *Simpósio Internacional. Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*, pp. 83-100 (*Setúbal Arqueológica*, 13).
- RAPOSO, J. (1990) – “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 117-151.
- RAPOSO, J. M. e DUARTE, A. L. (1996) – “O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Câmara Municipal do Seixal / Publicações D. Quixote, pp. 249-266.
- RAPOSO, J. M. e DUARTE, A. L. (1999) – “Duas Taças de *Terra Sigillata africana*”. *Al-Madan*. 2ª série. 8: 75-86.
- RAPOSO, J. M. et al. (2005) – “OREST Project: Late Roman pottery productions from the Lower Tejo”. In GURT I ESPARRAGUERA, J. M.; BUXEDA I GARRIGÓS e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.). *LRCW I. Late roman coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean: archaeology and archaeometry*, pp. 37-54 (*BAR IS*, 1340).
- RAPOSO, J. M.; FABIÃO, C. e ALMEIDA, J. (2009) – *Quinta do Rouxinol. Uma olaria romana no estuário do Tejo*. Seixal: Ecomuseu Municipal do Seixal.
- RAPOSO, J. M.; SABROSA, A. e DUARTE, A. L. (1995) – “Ânforas do Vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35 (3): 331-352 (*Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*).
- REMOLLÀ VALVERDÚ, J. A. (2000) – *Las Ánforas Tardoantiguas en Tarraco* (Hispania Tarraconensis). *Siglos IV-VII d.C.* Barcelona: Museu Nacional Arqueològic de Tarragona (*Instrumenta*, 7).
- REYNOLDS, P. (1995) – *Trade in the Western Mediterranean. A.D. 400-700: the ceramic evidence (TEMPVS REPARA-TVVM / BAR IS*, 604).
- REYNOLDS, P. (2000) – “Baetican, lusitanian and tarraconensian amphorae in classical Beirut: some preliminary observations on trends in amphora imports from the western Mediterranean in the anglo-lebanese excavations in Beirut (BEY 006, 007 and 045)”. In *Actas congreso internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio Romano (Écija y Sevilla, 17 al 20 de Diciembre de 1998)*. Ecija. III, pp. 1035-1060.
- REYNOLDS, P. (2005) – “Hispania in the Later Roman Mediterranean: ceramics and trade”. In BOWES, K. e KULKOWSKI, M. (eds.). *Hispania in Late Antiquity. Current perspectives*. Leiden / Boston: Brill, pp. 369-486.
- REYNOLDS, P. (2007) – “Cerámicas, Comercio y el Imperio Romano (100-700 d.C.): perspectivas desde Hispania, África y el Mediterráneo oriental”. In MALPICA, A. e CARVAJAL LÓPEZ, J. C. (eds.). *Estudios de Cerámica Tardorromana y Altomedieval. Primer taller sobre la cerámica tardorromana*. Granada: Universidad de Granada, pp. 13-82.
- REYNOLDS, P. (2010) – *Hispania and the Roman Mediterranean. AD 100-700. Ceramics and trade*. London: Duckworth.
- RICHARTÉ, C. (2011) – “Proposition de périodisation des contextes tardo-antiques du théâtre d'Arles (Ve-VIe s.). Nouvelles données”. In *SFECAG. Actes du Congrès d'Arles. 2-5 Juin 2011*, pp. 71-80.
- RIGOIR, J. (1968) – “Les sigillées paléochrétiennes grises et orangées”. *Gallia*. 26: 177-244.
- ROCA ROUMENS, M. e FERNÁNDEZ GARCÍA, M. I. (coord.) (1999) – *Terra Sigillata Hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.
- RÜTTI, B. (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Augst: Römermuseum Augst (*Forschungen in Augst*, Band 13).
- SANTAMARIA, C. (1995) – “L'épave Dramont «E» à Saint-Raphael (Ve siècle ap. J.-C.)”. *Archaeonautica*. 13.
- SANTOS, C. (2012) – *As Cerâmicas de Produção Local do Centro Oleiro Romano da Quinta do Rouxinol*. Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- SANTOS, C.; RAPOSO, J. e QUARESMA, J. C. (2015) – “Quinta do Rouxinol, Seixal: evolução estratigráfica das cerâmicas finas, cerâmica comum e ânforas entre o segundo quartel do século III e o segundo quartel do século V”. In QUARESMA, J. C. e MARQUES, J. (eds.). *Contextos Estratigráficos na Lusitania (do Alto-Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: AAP, pp. 117-148 (*Monografias AAP*, 1).
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – “A Praça do Bocage. Escavações de 1980”. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7: 249-294.
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A. (2006) – “Produção de Preparados Piscícolas na Sines Romana”. In *Simpósio internacional. Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*, pp. 101-122 (*Setúbal Arqueológica*, 13).
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. e CORREIA, V. (1990) – “Produção de Ânforas Romanas no Martinhal (Sagres)”. In ALARCÃO, J. e MAYET, F. (eds.). *Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce. Actes des journées d'études tenues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988*. Paris: Diffusion E. de Boccard, pp. 225-246.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- TED'A (Taller Escola d'Arqueologia) (1989) – *Un Abocador del Segle V d.C. en el Fòrum Provincial de Tàrraco*. Tarragona: Ayuntamiento de Tarragona.
- TEICHNER, F. (2008) – *Entre tierra y mar. Zwischen Land und Meer. Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Mérida: MNAR (*Studia Lusitana*, 3).
- TORTORELLA, S. (1981) – “Ceramica di produzione africana e rinvenimenti archeologici sottomarini della media e tarda età imperiale: analisi dei dati contribuiti reciproci”. *MEFRA*. 93: 355-380.
- TRINDADE, L. e DIOGO, A. M. D. (1996) – “Materiais Provenientes do Sítio Romano da Comenda (Setúbal)”. *Al-Madan*. 2.ª Série. 5: 7-12.
- XUSTO RODRÍGUEZ, M. (2001) – *O Vidro Provincial Galai-corromano*. Vigo: Universidade de Vigo (*Monografias de Universidad de Vigo. Humanidades e ciências xurídico-sociales*, 39).

O Castro de Segóvia

técnicas de produção de cerâmica manual em Época Romana

Patrícia Bargão

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa
(patricia.bargao@gmail.com).

Texto entregue para publicação em Outubro de 2010.
Revisto pontualmente em Maio de 2017.

Resumo

Pretendeu-se analisar as técnicas manuais de moldagem cerâmica operadas em época romana através do *case study* do Castro de Segóvia. O estudo das técnicas de produção foi realizado com recurso a uma abordagem etnográfica, na qual se pretende caracterizar as principais técnicas de modelagem manual utilizadas, da Idade do Ferro à Época Romana, através das cerâmicas de uso comum.

Através da comparação das características de fabrico dos recipientes modelados à mão produzidos actualmente em diversas manufacturas portuguesas, pretende-se descrever os diferentes processos de produção e identificar os elementos que caracterizam cada modo de produção, numa tentativa de estabelecer critérios de tipificação e classificação dessa informação.

Esta comparação será ilustrada através do registo das técnicas de modelagem actuais, ou seja, com recurso à arqueologia experimental, sendo o resultado dessas mesmas produções comparado com materiais provenientes do Castro de Segóvia, bem como, com publicações de cerâmicas comuns romanas, produzidas em âmbito local ou regional.

Palavras-chave: Castro de Segóvia, cerâmica romana, técnicas de modelagem.

Abstract

We intended to analyze the roman pottery manufacturing techniques, through the Castro Segovia case study. This essay was done using an ethnographic approach in which we aim to describe the main hand building techniques used during Iron age and roman times, through the analysis of the common use pottery.

The comparison of the fabrics between several handmade pottery techniques, allowed us to describe the main elements featuring each production type and establish main production type criteria.

The different ways of shaping clay are showed through the handmade techniques still in use by the Portuguese potters, using an experimental archaeology approach comparing these results with the sample recovered from Segovia's Castro, and other related common ware regional productions.

Key words: Castro de Segóvia, roman pottery, manufacturing techniques.

O Castro de Segóvia

técnicas de produção de cerâmica manual em Época Romana

Patrícia Bargão

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa
(patricia.bargao@gmail.com).

Texto entregue para publicação em Outubro de 2010.
Revisto pontualmente em Maio de 2017.

Introdução

Este trabalho faz parte de um projecto de estudo do Castro de Segóvia e deve ser entendido como uma análise preliminar. Importa antes de mais referir que se trata de um ensaio de arqueologia experimental e, embora não pretenda ser um estudo de materiais, dá um significativo contributo na caracterização da produção cerâmica.

Pretendeu-se apenas esboçar uma proposta sobre técnicas manuais de conformação cerâmica na Idade do Ferro e em época romana, através da comparação dos resultados de um ensaio de arqueologia experimental com os materiais arqueológicos exumados no Castro de Segóvia.

A evolução das técnicas de conformação cerâmica

A chegada de populações do próximo oriente, durante a primeira metade do primeiro milénio a.C., deu origem a um rápido processo de aculturação. A principal característica ao nível das técnicas de produção cerâmica é a introdução, no território peninsular, de novas tecnologias, novas formas de trabalhar a argila, entre as quais se destaca a roda de oleiro (ARRUDA, 1993).

Este *know how* trazido pelos colonizadores fenícios rapidamente se difunde e assimila por parte das populações autóctones, tornando-se o principal modo de produção cerâmica.

As evidentes vantagens do torno, ao nível da rapidez de execução e da qualidade dos acabamentos, alteraram toda a dinâmica da produção cerâmica, passando assim a ser produzida em grandes quantidades e difundida em larga escala.

O reflexo directo deste novo modo de fazer revela-se ao nível estandardização da produção, quando comparada com o período precedente, o que se revela ao nível das formas, variantes e acabamentos.

Naturalmente, este fenómeno origina uma redução na percentagem de produções manuais, cujo fabrico diminui progressivamente durante toda a Idade do Ferro, tornando-se inexpressiva entre o final da Idade do Ferro e inícios da época romana.

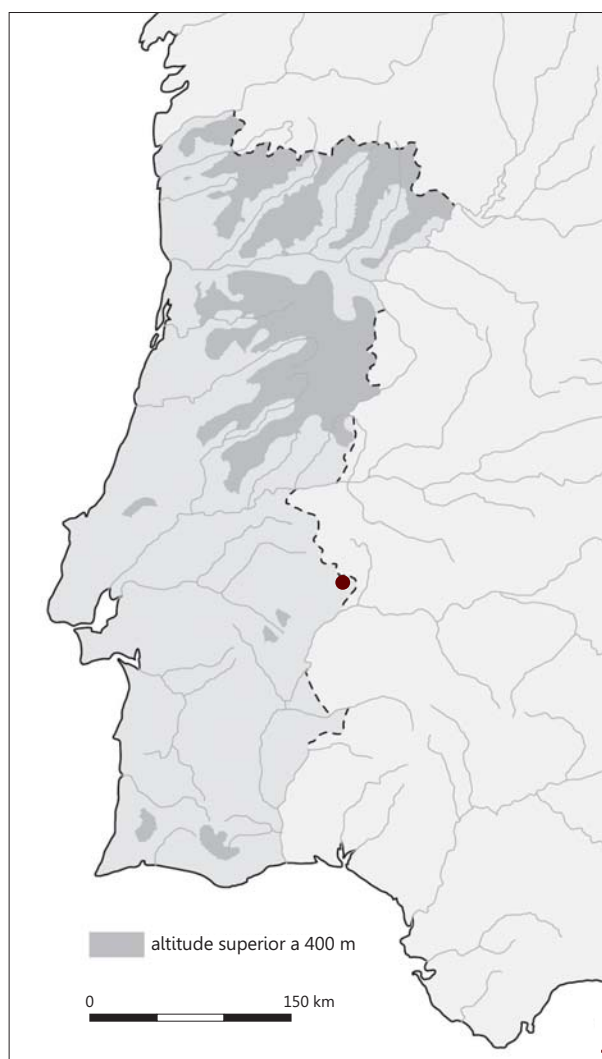
Este fenómeno está quantitativamente documentado em vários sítios litorais ou estuarinos, nomeadamente no território algarvio, onde sítios como o Castelo de Castro Marim (OLIVEIRA, 2007: 109), Faro (SOUZA, 2009) ou Monte Molião são bons exemplos.

O que acabei de descrever é a habitual leitura que se desenha para a evolução das técnicas de produção cerâmica, que se resume a uma abordagem linear, na qual a técnica de modelagem a torno se assume como tecnologicamente mais avançada e substitui, num curto espaço de tempo, a moldagem manual, tornando-se rapidamente na produção dominante. Na prática, assiste-se a uma produção de trabalhos científicos sobre cerâmica da Idade do Ferro, na qual se diferenciam em distintas categorias cerâmicas produções manuais e a torno. Contudo, nos estudos de materiais cerâmicos de época romana, todo o material surge habitualmente aglutinado numa vasta categoria designada por “cerâmica comum”, ou simplesmente não é alvo de publicação (NOLEN, 1985; PINTO, 2003).

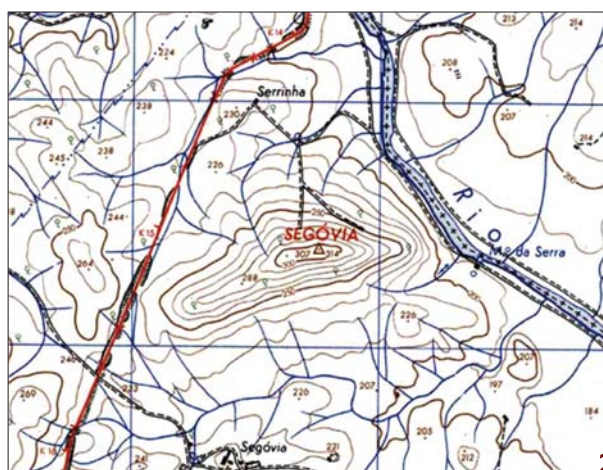
No âmbito da conquista romana do actual território português, os ritmos de colonização do território em época romana ocorrem com apreciáveis descon- tinuidades, dependendo da geografia (FABIÃO, 1998). Pretende-se assim sublinhar que, embora os pressu- postos sobre o estudo da cerâmica comum sejam facilmente aplicáveis a sítios da fachada atlântica portuguesa, onde a chegada de ideias e produtos é realizada de forma rápida e directa, o mesmo não se verifica para locais com uma implantação interior, sem acesso directo ao mar ou a rios navegáveis. Em localizações mais interiores, parece que todo es- te processo é operado de forma mais lenta e, como consequência, as pré-existências são mais marcadas, demonstrando uma clara continuidade das técnicas de produção oleiras desde a Pré-História, algumas das quais terão sobrevivido até aos dias de hoje.

O case study do Castro de Segóvia

No âmbito da investigação de doutoramento que desenvolvi, tive a oportunidade de analisar um vasto conjunto cerâmico proveniente de intervenções ar- queológicas realizadas no Castro de Segóvia. Com uma implantação claramente interior, localizado entre Elvas e Campo Maior, junto à fronteira do Caia, este local apresenta níveis de ocupação romanos e pré-romanos cujo espólio importa referir.



1



2

Figura 1 – Localização do Castro de Segóvia no território português.

1. Mapa de Portugal;
2. Pormenor da carta militar 1:25000, folha 400.

O conjunto cerâmico do Castro de Segóvia é extenso e variado, sendo naturalmente a cerâmica comum a categoria dominante no acervo recolhido.

A cerâmica comum do Castro, no seu sentido mais lato, corresponde a diferentes técnicas de conformação cerâmica, tendo sido identificada após análise macroscópica das peças uma significativa percentagem de produções manuais, bem como um conjunto de cerâmicas que, numa primeira análise, foram classificadas como produções a torno.

No grupo das produções manuais estão representadas diferentes técnicas decorativas e de acabamento das peças. O extenso conjunto conta com mais de seiscentos elementos classificáveis. Contudo, o estudo das cerâmicas a torno colocou *a priori* alguma problemática de âmbito metodológico.

Quando analisamos produções toscas de âmbito local ou regional, é difícil identificar com segurança os modos de produção utilizados. Talvez por este mesmo motivo, encontramos com frequência na bibliografia de referência de âmbito regional a descrição de grupos tecnológicos de produção grosseira, tosca ou mesmo indeterminados (BERROCAL RANGEL, 1989). Quando nos deparámos com o conjunto em estudo, observámos que, para além das produções claramente manuais com acabamentos polidos, brunidos ou simplesmente alisados, existia um outro grande grupo de cerâmicas comuns com acabamentos grosseiros, cuja técnica de fabrico nos era difícil de caracterizar. Neste sentido, hesitámos em incluir estas peças no conjunto das cerâmicas comuns produzidas a torno ou nas produções manuais, tendo ainda sido colocada a terceira hipótese de as separar numa categoria distinta.

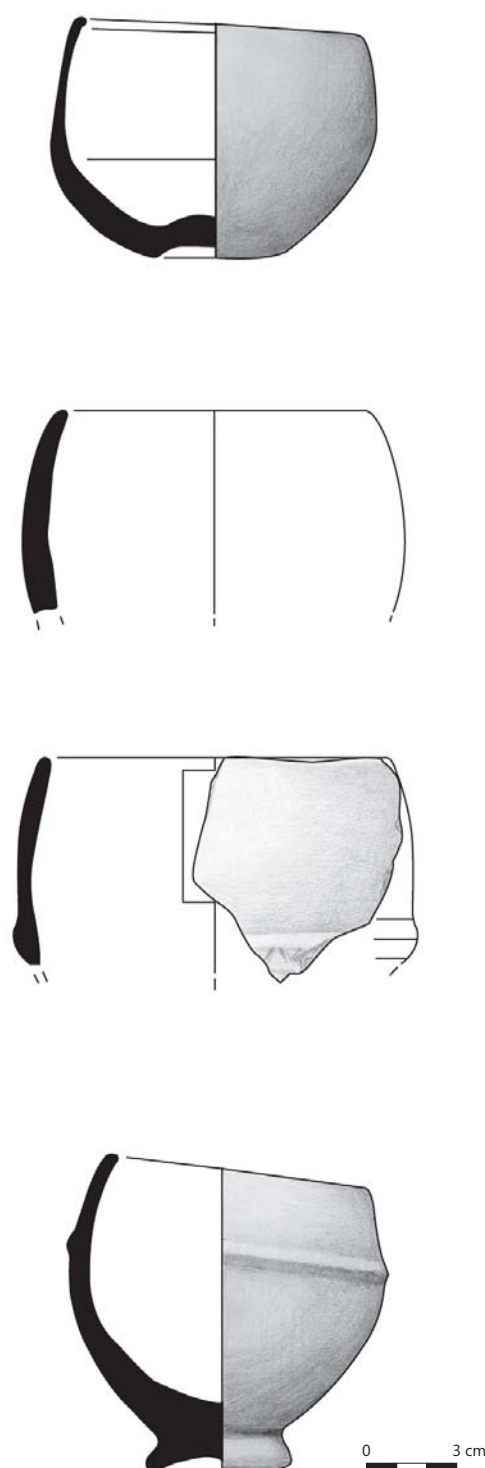


Figura 2 – Exemplos de pequenos recipientes de cerâmica manual polida exumados no Castro de Segóvia.

Não obstante a pasta grosseira e algumas irregularidades de acabamento, estes recipientes apresentam uma ondulação interna semelhante à registada nas produções a torno.

Aliada a este facto, coloca-se a questão de se tratar de materiais recolhidos em elevado número, em contextos de época romana imperial, e de se tratar tipologicamente de formas vulgares de cerâmica comum romana, como alguidares e *dolia*.

A ausência de paralelos de produções manuais com tais características suscitou a dúvida quanto à sua inclusão no mundo das produções manuais. Neste sentido, considerámos que uma incursão no mundo da arqueologia experimental poderia contribuir para clarificar ou, pelo menos, equacionar novas hipóteses quanto aos processos de manufactura.

Técnicas de conformação da argila: um ensaio de arqueologia experimental

Na tentativa de melhor caracterizar as técnicas de moldagem utilizadas por estas comunidades rurais que habitam o interior Sul do actual território português no início da nossa era, tornou-se necessário analisar os procedimentos manuais actuais para conformação da argila ¹.

Alguns dos vestígios indicadores do modo de fabrico são muitas vezes esquecidos até serem identificados através de uma observação de carácter etnográfico. Embora a informação sobre conformação cerâmica não seja essencial para o desenvolvimento e operatividade das categorias taxonómicas, a validade científica desta informação parece-me inquestionável na sua análise, no sentido em que o enquadramento tecnológico de toda e qualquer produção é fundamental para chegar a uma aproximação da matriz cultural do objecto de estudo.

De acordo com a recolha de informação que realizei ao nível da bibliografia especializada, bem como de algum trabalho de investigação no âmbito da ceramologia, importa salientar em primeiro lugar que as peças de argila modeladas à mão caracterizam-se por apresentar irregularidades na forma, superfície e secção (HAMILTON, 1982: 53).



Figura 3 – Produções grosseiras de fabrico local / regional do Castro de Segóvia.

1. Bojo de grande recipiente com um cordão plástico com incisões;
2. Bojo de grande recipiente de armazenagem estampilhado;
3. Bordo de grande recipiente estampilhado.

¹ O termo conformação, de uso corrente em engenharia, deve ser utilizado preferencialmente aos termos modelagem ou formação (NORTON, 1986).

Apesar deste facto, os recipientes construídos com recurso a técnicas manuais podem apresentar um grau de perfeição semelhante aos exemplares desenvolvidos por processo mecânicos, como o torno (*IDEM: ibidem*).

A primeira diferença observável na produção manual de recipientes regista-se ao nível das argilas: a argila destinada a ser modelada à mão deve incluir alguns elementos não plásticos grosseiros, como grãos de areia, para obter um grau médio de plasticidade (HAMILTON, 1982: 53).

No tratamento destas argilas é importante que a porosidade seja suficientemente grande, de modo a permitir a fácil evaporação da água durante o processo de secagem, dado que as peças modeladas à mão possuem uma secção de espessura variável e nas zonas mais espessas o processo de secagem pode ocorrer apenas junto às superfícies, criando no interior bolsas de água (SHEPARD, 1971: 72-74). O resultado deste defeito de fabrico é visível através da presença de rachas, podendo, inclusive, a peça partir-se quando levada ao forno (*IDEM: ibidem*). A presença de rachas em fragmentos de cerâmica manual é um fenómeno frequente no espólio arqueológico do Castro de Segóvia.

Após o tratamento da argila, pode proceder-se à modelação com os dedos da argila húmida em estado plástico.

Neste trabalho debruçamo-nos apenas na análise das técnicas de modelação designadas “à mão livre”, na tentativa de identificar descritores que permitam a sua classificação no estudo de um conjunto cerâmico (MASSARA, 1980: 167).

Na produção cerâmica à mão livre existem três técnicas principais de modelação:

- Conformação com os dedos, técnica bem conhecida, aplica-se apenas à modelação de pequenos recipientes. Consiste em formar uma pequena bola de argila e sustê-la sobre uma mão, fazendo-a girar e simultaneamente fazendo pressão no seu interior com a outra mão.

A princípio obtém-se uma forma tosca, que pode ser refinada modelando e adelgçando as paredes. Pelo que foi macroscopicamente observável nos materiais do Castro de Segóvia, os exemplares produzidos com o recurso a esta técnica são na maioria pequenos recipientes de beber como copos, que apresentam um acabamento cuidado polido ou alisado, com uma elevada percentagem de recipientes decorados com cordões plásticos, incisões e dedadas;

- As placas de argila são uma das formas mais simples de modelação, que consiste na criação de uma placa de argila uniforme de espessura variável consoante as dimensões do vaso, com recurso a um rolo de madeira. O primeiro momento corresponde à modelação da forma maciça do objecto e, antes de a argila ter endurecido completamente, elimina-se a massa supérflua até obter a morfologia desejada (MASSARA, 1980: 168). Trata-se de um método pouco utilizado, que tecnicamente implica a existência de uma utensilagem de suporte à produção da própria placa e à sua posterior conformação, não sendo esta a forma mais rápida ou eficaz de produção cerâmica. Ao nível da sua aplicação no universo em estudo das cerâmicas comuns do Castro de Segóvia, não identificámos descritores fiáveis deste método que permitam o seu reconhecimento na amostra em estudo.

– Por último, a técnica dos rolos consiste na criação de uma placa de argila circular que corresponde ao diâmetro do fundo da peça, sobre a qual se sobre põem rolos de argila previamente amassados, permitindo que o vaso se desenvolva em altura. As peças produzidas com recurso a esta técnica podem apresentar um aspecto final muito variável, dependendo do tratamento de finalização que é dado, ao nível de alisamento e regularização da peça.

Um melhor conhecimento dos processos de fabrico deu uma nova orientação ao estudo do conjunto cerâmico.

Neste sentido, o processo de modelação com os dedos através da técnica da bola é bastante visível nalguns dos exemplares recolhidos no Castro de Segóvia, sendo provável ter sido este o modo de produção dos pequenos recipientes com superfícies polidas, brunidas ou simplesmente alisadas. Por outro lado, a comparação entre as técnicas do torno e mão livre, através da análise macroscópica dos fragmentos, permitiu identificar as irregularidades existentes nos grandes recipientes e descartar a hipótese da sua produção a torno.

Importa referir que a observação macroscópica de superfícies e fracturas para determinar as técnicas de produção não é inovadora, sendo actualmente sustentável defender a possibilidade de identificação de técnicas de manufactura através de estudos de lâmina delgada (CAPEL *et al.*, 1995: 315).

Neste sentido, a recente intervenção arqueológica realizada no sítio ² revelou importantes dados que vieram clarificar esta questão da técnica empregue na produção das cerâmicas grosseiras.

Assim, a recolha de um conjunto de fragmentos de grandes recipientes de tipo *dolia* em contexto de deposição primária com marcas de

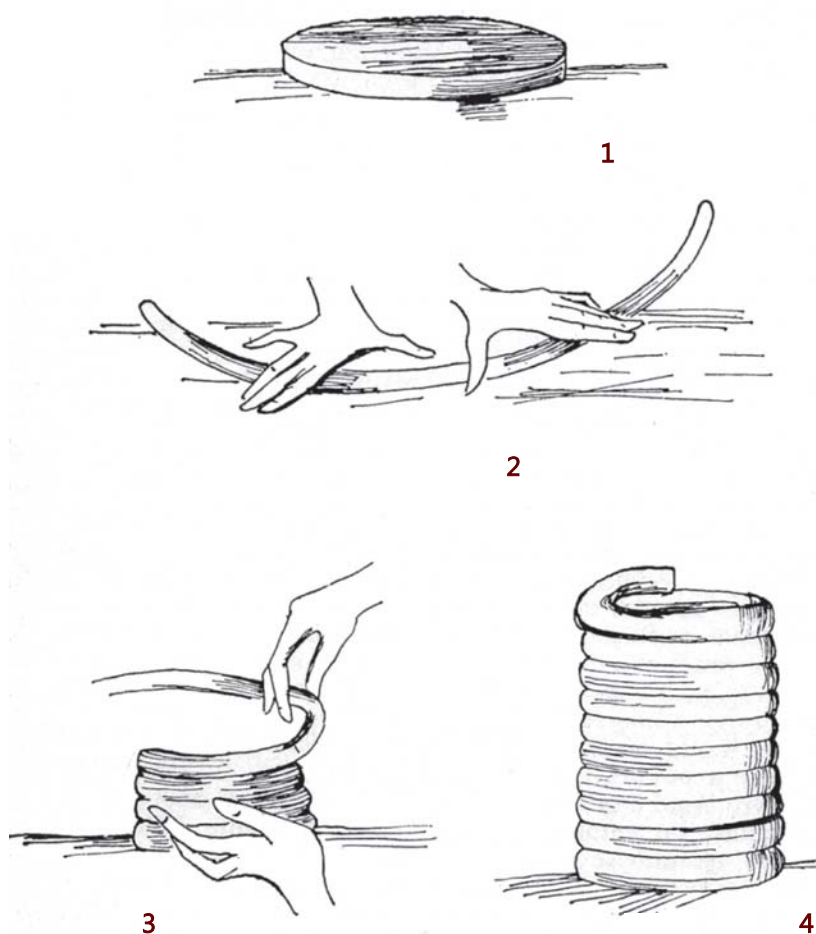


Figura 4 – Técnica dos rolos.

1. Placa de argila circular que corresponde ao fundo do recipiente;
2. Conformação de um rolo de argila fresca;
3. Aplicação de rolos sobrepostos;
4. Rolos sobrepostos, resultado final (MASSARA, 1980: 170).

dedadas nas fracturas revelou o elemento que faltava para a confirmação da técnica de produção.

Estas dedadas surgem em negativo ou positivo nas fracturas, em fiadas paralelas ao bordo, dando a ideia de uma superfície rematada com os dedos, sobre a qual foi aplicada uma argila mais fresca que a anterior, que preencheu as dedadas deixadas anteriormente. Assim, através da pressão, desenha-se na argila fresca sobreposta uma espécie de molde positivo das dedadas da parte inferior.

² Escavações realizadas em Setembro de 2009, no âmbito do PNTA "A Ocupação Humana no Castro de Segóvia".

A identificação destas marcas colocou de novo a questão de se tratar de produções a rolo. O que seria justificado pela pasta grosseira e pela presença de ondulações, bem como de dedadas na fractura.

O estudo das cerâmicas proto-históricas e romanas pode, naturalmente, ser abordado segundo diferentes perspectivas. Ao nível das técnicas de fabrico, um dos métodos de análise consiste na aferição das actuais técnicas de conformação cerâmica, através da experimentação. Para melhor compreender esta dinâmica, procurámos responder a estas questões dirigindo-nos a uma olaria tradicional para documentar as características e as diferentes técnicas. Assim, através da experimentação, podemos controlar os vários factores que inferem no aspecto final dos recipientes cerâmicos e determinar que elementos são reveladores de diferentes métodos de produção. A raridade com que os vestígios de moldagem são reportados está muitas vezes associada não à sua ausência, mas ao desconhecimento por parte dos arqueólogos dos indicadores que revelam o uso de determinadas técnicas de conformação (SHEPARD, 1971: 186).

Deste modo, apurámos um conjunto de características que vieram clarificar os modos de produção cerâmica, bem como a sua aplicabilidade a conjuntos arqueológicos.

Em primeiro lugar, importa destacar a facilidade de execução da técnica a rolo que, ao contrário do torno, não implica uma especialização. Uma pessoa sem experiência alguma consegue, com maior ou menor grau de perfeição, produzir um recipiente através desta técnica.

Por outro lado, a inexistência de uma rotação mecânica permite utilizar argilas pouco depuradas, podendo inclusive criar-se uma peça a partir de um bloco de argila, realizando a modelação directa do rolo sobre a peça.

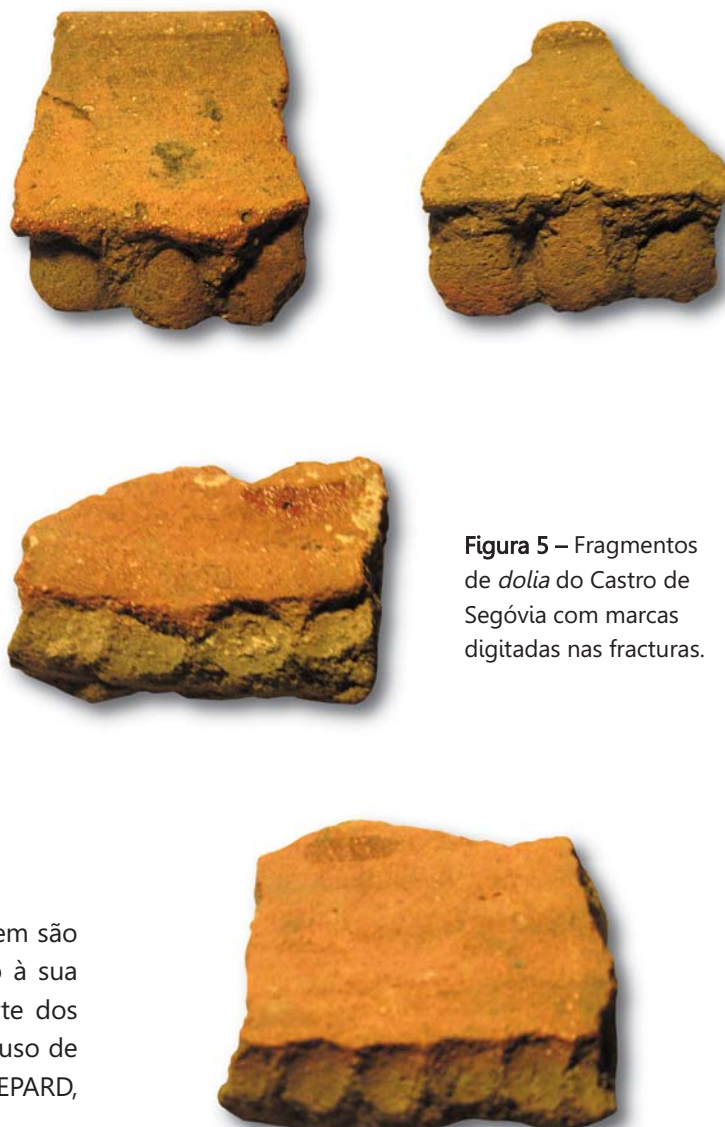


Figura 5 – Fragmentos de *dolia* do Castro de Segóvia com marcas digitadas nas fracturas.

Verificámos também que um dos principais factores a ter em consideração no processo de produção cerâmica são os tempos de secagem da argila.

Neste sentido, um elemento fundamental no processo de execução é o faseamento. O peso da argila sobre a pasta fresca não permite uma rápida execução ou desenvolvimento da peça em altura.

Assim, quando estamos perante recipientes de média e grande dimensão, a produção é faseada, existindo intervalos de tempo entre cada aplicação de argila, dedicados ao processo de secagem. Naturalmente, quanto maior for o recipiente maior é o tempo de

secagem e mais longo se torna todo o processo de execução. Apenas a título de exemplo, o oleiro que visitámos demora em média dois dias a conformar uma talha completa.

Consequentemente, este longo processo de secagem origina que a ligação entre rolos seja feita com argilas de diferentes graus de plasticidade, sendo visíveis após o acabamento da peça saliências que correspondem a cada uma destas ligações.

Este processo cria fragilidades nas peças produzidas em zonas padrão que, dependendo do tamanho da peça, resultam numa junção cada vez que se atinge o limite de peso que a argila fresca permite suportar. As ligações entre os rolos de argilas com diferentes tempos de secagem são imperfeitas, dado que forçam a ligação entre argilas com diferente grau de dureza, existindo maior probabilidade que uma fractura possa ocorrer numa dessas junções.

Ao partir, tornam-se visíveis as dedadas decorrentes da conformação manual dos rolos sobrepostos, sob a forma de digitacões, e é esta a principal evidência de produção que chega até nós através do registo arqueológico. Neste sentido, é importante a observação cuidada não apenas dos fragmentos classificáveis, mas também dos bojos de cerâmica.

A documentação deste processo produtivo não é inovadora e está de facto bem atestada no Alentejo (PARVAUX, 1968: 106). A sobreposição de rolos parece ser, senão o único, pelo menos o processo mais utilizado na produção de talhas. Embora exista a possibilidade de conjugação da técnica de rolos com a técnica de produção de placas, em relação aos materiais do Castro de Segóvia, a inexistência de junções verticais parece fazer descartar essa hipótese.

A confirmação de que os grandes recipientes de pasta grosseira exumados no Castro de Segóvia foram produzidos exclusivamente com recurso a técnicas manuais, permitiu analisar todo o espólio cerâmico sobre outra perspectiva.

Em primeiro lugar, tornou-se claro que através de uma atenta observação macroscópica é possível, não apenas identificar as fracturas de junção, mas também concentrações de argila escalonadas, tendencialmente concoidais, visíveis nas fracturas longitudinais dos recipientes.

Esta evidência permitiu juntar a este grupo de produções a rolo um largo conjunto de fragmentos cerâmicos, correspondentes a recipientes de média dimensão de tipo pote/panela que apresentam estas características.

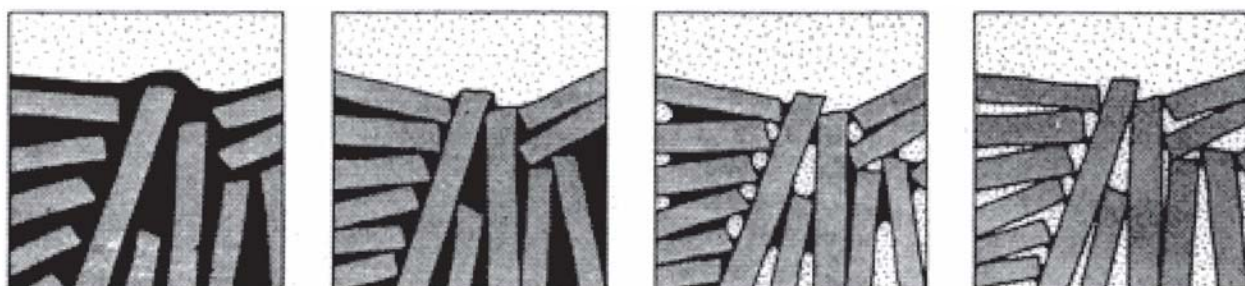
Podendo assim concluir que todos os recipientes de pasta grosseira de produção local ou regional correspondem a uma produção exclusivamente manual, realizada através da técnica dos rolos.

Neste sentido, cabe agora analisar qual o verdadeiro significado desta descoberta do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico regional, que tem óbvias implicações ao nível dos processos de aculturação sofridos por estas comunidades. Poderá o nível de desenvolvimento tecnológico ser utilizado para aferir o índice de romanização destas comunidades?

Uma das hipóteses de resposta a esta questão poderá estar relacionada com a caracterização dos próprios processos de manufactura.

De acordo com alguns estudos de carácter etnoarqueológico realizados sobre a produção cerâmica, a técnica de produção de *dolia* implica um elevado grau de especialização. Neste sentido, alguns autores defendem que, para além da existência de uma produção sazonal mais rentável (PARVAUX, 1968: 106), estes recipientes foram produzidos em ateliês especializados (PINTO, 1997: 149).

Figura 6 – Processo de secagem da cerâmica (SHEPARD, 1971: 73).



A aplicação deste pressuposto à cultura material do Castro de Segóvia é plausível, na medida em que os recipientes que designamos de média dimensão atingem consideráveis proporções, podendo ser enquadrados na categoria de recipientes de armazenamento. As formas fechadas de pequena/média dimensão (com uma altura máxima inferior a 30 cm) apresentam morfologias globulares ou hemisféricas e acabamentos polidos, enquadrando-se no universo tradicional das cerâmicas manuais polidas.

Assim, parecem ter existido dois tipos dominantes de manufatura durante a ocupação do Castro: uma produção de cerâmicas manuais polidas de características indígenas, de origem pré-romana ao nível das formas e acabamentos, e uma produção manual a rolo grosseira de materiais de tipologia romana, como os *dolia* e os *potes*.

Neste sentido, importa referir a abundante presença de materiais de construção de cronologia romana, *tegulae*, cuja pasta apresenta idênticas características mineralógicas e de tratamento que as restantes produções grosseiras.

Aliado a este facto, a presença de *dolia* com revestimentos diferenciados sugere uma produção e utilização tipicamente romana destes recipientes, que em nada difere de uma *villa* romana no Alentejo.

Por este motivo, consideramos que a quantificação dos fragmentos produzidos a torno não é determinante para avaliar o desenvolvimento tecnológico ou o índice de romanização de determinado sítio.

Será necessário equacionar outros factores para estabelecer essa comparação, particularmente no que respeita a áreas geográficas mais desfavorecidas do ponto de vista da acessibilidade e recursos.

Considerações finais

Estamos conscientes que os estudos etnográficos revelam possibilidades de trabalho que são muitas vezes negligenciadas pelos arqueólogos, dado ser extremamente difícil estabelecer critérios rígidos de tipificação e classificação da informação.

Contudo, no estudo de conjuntos cerâmicos cujas produções locais e/ou regionais são dominantes, onde a percentagem de produções toscas ou grosseiras é significativa, a depuração da argila e a técnica de produção são claramente de inferior qualidade quando comparadas com as típicas importações produzidas a torno, torna-se essencial uma abordagem de cariz etnográfico que permita compreender os processos de produção destes conjuntos e o seu significado. O ideal será proceder à inclusão das diversas técnicas de conformação cerâmica na sua classificação.

Foi esta necessidade, verificada no decurso deste projecto de investigação, que suscitou a elaboração de uma análise de cariz etnográfico e experimental, cujo principal objectivo foi o de tentar encontrar respostas na caracterização de modos de produção cerâmica nas actuais técnicas de produção oleira. ■

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (2004) – *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*. Coimbra: CEAUCP.
- ARRUDA, A. M. (1993) – “Oriente no Ocidente”. In MEDINA, J. e GONÇALVES, V. S. (eds.). *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol. 2, pp. 17-44.
- BERROCAL-RANGEL, L. (1989) – “El Asentamiento “Céltico” de Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz)”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 16: 245-295.

- CAPEL, J.; DELGADO CALVO-FLORES, R.; PÁRRAGA, J. e GUADIOLA, J. (1995) – “Identificación de Técnicas de Manufactura y Funcionalidad de Vasijas Cerámicas en Estudios de Lámina Delgada”. *Complutum*. 6: 311-318.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização em Área Céltica do Território Hoje Português*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.

- GAMITO, T. J. (1981) – “A Propósito do Castro de Segóvia (Elvas). Resistência a Roma no Sudoeste Peninsular”. *História*. 29: 32-43.
- GAMITO, T. J. (1982) – “A Idade do Ferro no Sul de Portugal: problemas e perspectivas”. *Arqueologia*. 6: 65-78.
- GAMITO, T. J. (1988) – *Social Complexity in South West Iberia 800-300 B.C. The Case of Tartessos*. Oxford (BAR-IS, 439).
- GAMITO, T. J. (1996a) – “A Cerâmica Estampilhada”. In ALARCÃO, J. (ed.). *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 112-117.
- GAMITO, T. J. (1996b) – “O Castro de Segóvia e a Componente Céltica em Território Português”. In ALARCÃO, J. (ed.). *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia, pp. 107-111.
- HAMILTON, D. (1982) – *Alfarería y Cerámica*. Barcelona: Ed. CEAC.
- MASSARA, F. (1980) – *A Técnica da Cerâmica ao Alcance de Todos*. Barcelona: Ed. Vecchi.
- NOLEN, J. (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança.
- NORTON, F. (1986) – *Introdução à Tecnologia Cerâmica*. Ed. Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, C. (2007) – *A Cerâmica Manual do Castelo de Castro Marim*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, polícopiada.
- PARVAUX, S. (1968) – *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PINTO, I. V. (1997) – “*Dolia* de S. Cucufate et jarres modernes de l’Alentejo. Essai d’ethnoarchéologie”. In ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (eds.). *Itinéraires Lusitaniens: trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: E. de Boccard, pp. 111-156 (actes de la réunion tenue à Bordeaux les 7 et 8 avril 1995 à l’occasion du trentième anniversaire de la Mission Archéologique Française au Portugal).
- PINTO, I. V. (2003) – *A Cerâmica Comum das “Villae” Romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora (Coleção Teses).
- SHEPARD, A. (1971) – *Ceramics for the Archeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington.
- SOUZA, E. (2009) – “A Cerâmica de Tipo Kuass no Algarve”. *Cadernos da UNIARQ*, 4.
- VIEGAS, C. (2009) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ZAKIN, R. (1990) – *Ceramics. Mastering the Craft*. London: A & C Black, cop.

Studying Roman Ceramics from the Production Perspective

David Williams | Department of Archaeology,
University of Southampton,
England.

Text sent for publication in July 2010.

Abstract

Unfortunately, comparatively few Roman coarse ware kilns are known, against what must have been the vast number which produced the superabundance of utilitarian wares that were in use during the course of the Roman period. That is why the opportunity to study Roman coarse ware pottery directly from the production sites where it was made, and where wasters are readily available, provides a unique opportunity for archaeologists. It gives us the opportunity to research pottery from the source, rather than the end product excavated at the consumption site, as is commonly the way.

Aspects to be reviewed in this paper include: [1] characterization of fabrics, local clays and tempers; [2] patterns of production and social organization; [3] understanding technology; [4] typological aspects; [5] understanding processes of continuity or change; [6] the movement of products, distances travelled and patterns of consumption; and [7] social structures of production and the creation of identities.

The study of the production of amphorae is somewhat different from other forms of coarse ware, since it opens up an additional aspect for research: the transportation of local agricultural produce, whether from the land or sea.

Key words: Pottery production, utilitarian, fabrics, consumption, technology

Resumo

Infelizmente, são conhecidos poucos fornos romanos de cerâmica comum, comparativamente com o que terá sido o grande número dos que produziram a superabundância de peças utilitárias em uso durante a Época Romana. Por isso, a oportunidade de estudar a cerâmica comum romana directamente a partir dos sítios onde foi produzida, e onde estão disponíveis zonas de despejo, oferece uma ocasião única para os arqueólogos. Proporciona a oportunidade de investigar a cerâmica a partir da sua fonte, em vez do produto exumado em escavação no local de consumo final, como é mais comum.

Os temas a abordar neste artigo incluem: [1] caracterização dos fabricos, das argilas locais e das inclusões naturais e artificiais; [2] padrões de produção e organização social; [3] compreensão da tecnologia; [4] aspectos tipológicos; [5] compreensão dos processos de continuidade ou mudança; [6] a circulação dos produtos, distâncias percorridas e padrões de consumo; e [7] estruturas sociais de produção e a criação de identidades.

O estudo da produção de ânforas é um pouco diferente do de outros tipos de cerâmica comum, uma vez que abre uma linha de investigação adicional: o transporte de produtos agrícolas locais, seja por terra ou por mar.

Palavras-chave: Produção de cerâmica, utilitária, fabricos, consumo, tecnologia

Studying Roman Ceramics from the Production Perspective

David Williams

Department of Archaeology,
University of Southampton,
England.

Text sent for publication in July 2010.

1. Introduction

This paper discusses in general terms the problems and approaches of studying Roman coarse ware ceramics from the point of view of where they were actually made. Unfortunately, comparatively few Roman coarse ware kilns are known, against what must have been the vast number which produced the masses of common wares that were in use during the course of the Roman period (SWAN, 1984). Because of this, most archaeologists can only study pottery when it turns up on consumer sites. Many excavated settlements contain numerous quantities of pottery, some of which was certainly not made in the immediate vicinity and which clearly shows the wide distribution of ceramic vessels as a whole (e.g. see, for example, the imported ceramics at Benghazi, RILEY, 1979, and Carthage, FULFORD and PEACOCK, 1984). The principal questions usually asked of pottery relate to its' provenance and date, in order to build up a picture of the possible trading connections of the find-site and at the same time to work out a dated stratigraphy for the different levels of the site. Pottery recovered from wrecks can also often be difficult to source since, when excavated, many shipwrecks are found

to contain mixed cargoes, making it difficult to attribute anything but general origins (PARKER, 1984). Chemical provenance studies of this "consumer" pottery have generally been based on a comparison of the elemental composition of pottery of unknown origin with chemical control groups; sampled to be representative of the products of known centres of pottery production (BARCLAY, 2001). In reality, however, there are very few locations of production whose existence in the past is certain. Thus, the majority of chemical control groups comprise pottery assumed on archaeological grounds (in terms of both style and spatial distribution) to form a homogeneous group and to have been made in the vicinity of a major settlement centre. Unfortunately, we now know that the assumption that the majority of pottery at a given site is manufactured locally is often unfounded. However, when kilns are located with associated "waster" sherds, the flawed products of drastic over-firing (Fig. 1), the most frequently asked question about pottery, where was it made – is answered immediately.

That is why the opportunity to study Roman coarse ware pottery directly from the production sites where it was made, provides a unique opportunity for archaeologists. It gives us the opportunity to research pottery from the source, rather than the end product excavated at the consumption site, as is commonly the way. Moreover, this presents us with an unprecedented opportunity to set in motion a detailed analytical approach to describe the products, the kiln and its productive life and to extend this to an investigation of the extent of the marketing of its products. With this profile, we should be able to study the spatial distribution and consumption of kiln pottery at the consumer sites, in order to provide a better understanding of the production decisions taken by the potter in relation to the available technology; as well as environmental, economic, social and political considerations (see, for example, RICE, 1987; PEACOCK, 1982; SINOPOLI, 1991). Such a study of a kiln, or a group of associated kilns, links many aspects of archaeology, anthropology and ceramic technology. The study of the production of amphorae is somewhat different from other forms of coarse ware, since it opens up an additional aspect for research: the transportation of local agricultural produce, whether from the land or the sea (PEACOCK and WILLIAMS, 1986). The discovery of kilns provides an opportunity to analyze pottery that is unquestionably found at its production location, forming a reliable "control group". Furthermore, it enables a different approach to a major theme, that of ceramic technology. The most successful technological studies have concentrated on distinctive classes of pottery, on diachronic change in technology, or on the comparisons of different classes of one period within a site (see, for example, MALFITANA *et al.*, 2006). Examining a kiln assemblage, however, brings us nearer to the individual decisions made by potters within a specific location. In the context of the local environment, to their social and economic organization and to the functional demands



Figure 1 – Misfired "waster" from the modern pottery production village of Margarites, Crete. Source: author.

of the vessels produced (PEACOCK, 1982). Matters of particular interest could include the degree of standardization in such an assemblage and the variation in fabric recipes according to vessel function (RICE, 1987; SINOPOLI, 1991).

The study of kiln waste pottery should therefore have as its aims: [1] an overview of the forms and varieties produced in the kiln, looking for analyzing idiosyncrasies of the manufacturing process; [2] scale and mode of pottery production and establishing a working date for the kiln; [3] fabric study; [4] identifying local clay resources and [5] if possible, experimental kiln firing studies and ethnographic field observations of kiln firings. We should now look at each of these points in greater detail:

2. An overview of the shapes and varieties produced in the kiln

Unfortunately, the number of sherds in the "waster" dump, where it is assumed that much of this pottery is representative of the normal production of the kiln, can often be counted in the thousands (Fig. 2).



Figure 2 – Roman kiln “waster” dump from Lake Mariotes, Egypt. Source: author.

Therefore, a selection policy has to be agreed beforehand, based on an overall idea of the rim, base and handle styles present and the different forms fired in the kiln (SHAW *et al.*, 2001). Profiles and styles from other excavated kilns in the region, if available, can profitably be used to demonstrate possible influences on our potters.

One of the questions that should be asked of the pottery is how standardized are the forms (Fig. 3)? The standardization of a pottery assemblage relates to various aspects of vessels, such as fabric, shapes, dimensions, decoration and manufacturing technology (RICE, 1991). Increased standardization could reflect a response to a demand for more uniform vessels. The degree of standardization may be a function of the number of potters producing a given body of pottery and the number of episodes in which this pottery was made.



Figure 3 – Fired and unfired pottery from a modern kiln site at Moknine, Tunisia. Source: author.

Thus, standardization at a given time and place should be highest in the output of a single potter working during a single episode. The more potters who were involved in the making of a group of pottery, the greater is the likelihood that they followed different practices with respect to standardization.

3. Scale and mode of pottery production and establishing a working date for the kiln

Technological aspects of pottery production and their integration with archaeology and anthropology really began with Anna Shepard's pioneering work *Ceramics for the Archaeologist* in 1956 and many have followed in her footsteps, notably Prudence Rice in *Pottery Analysis: A Sourcebook* (1987), who has reworked, updated and expanded Shepard's work as well as bringing it to life with more of an ethnographical approach. The scale of production, as defined by Rice, refers to how much pottery was made, the levels of labour and the resources used and quantity of output (1987: 170-172). However, this can be difficult to assess for excavated kilns. While production mode relates to manufacturing technology as well as the practical organization of the production activity. Which may be the easier of the two to assess.

An attempt should also be made to estimate the length of the working life of a kiln and to estimate the total numbers of vessels fired. Some kilns were quite small, firing only a small group of vessels at any one time. On the other hand, an amphora kiln excavated at Lake Mareotis, south of Alexandria, which is 39ft across, is estimated to have been able to fire several hundred amphorae at once (Fig. 4). Dates for the construction and operation of the kiln can often be based on stylistic as well as stratigraphical evidence (SWAN, 1984; SHAW *et al.*, 2001). Quite often, the "waster" material of the last kiln load will be left in the abandoned kiln. This can provide a *terminus ante quem* for the kiln's abandonment. A *terminus post quem* for its construction is often more difficult to work out. Estimating the number of pots fired at any one time is also a difficult procedure since we are essentially looking at the number of failures left be-

hind after the firing rather than at the successful products of the kiln but it can be very useful in attempting to estimate the life span of a kiln. Of course, the number of pots in any one firing will depend on: (a) the type and size of vessel being fired and (b) the stacking method (Fig. 5). It can be difficult to calculate the production rate per year, since in the absence of a well-preserved roof (Fig. 6) we can only make very rough estimates regarding a kiln's capacity; furthermore, we do not know the potter's stacking practices and we have no way of knowing how often the kiln was fired in a year.

The stacking processes may be estimated by assuming that the "wasters" represent a certain percentage loss. However, estimating vessel numbers is always difficult, even more so where the "waster" sherds are small and there is variation within a vessel in terms of its colour and rim shape, such as is produced by distorted "wasters". The number of fragments a pot will break up into depends on such things as the size of vessel, the hardness and texture of the original, as well as its post-depositional history in the "waster" dump.

The first problem to be decided is whether the "wasters" are from only one kiln or whether "wasters" from other kilns in the vicinity have been dumped together. Another problem is whether all of the waste material from a particular kiln is accounted for or whether some may have been dumped elsewhere. It is also necessary to provide a detailed understanding of the stratigraphy of any "waster" dump.

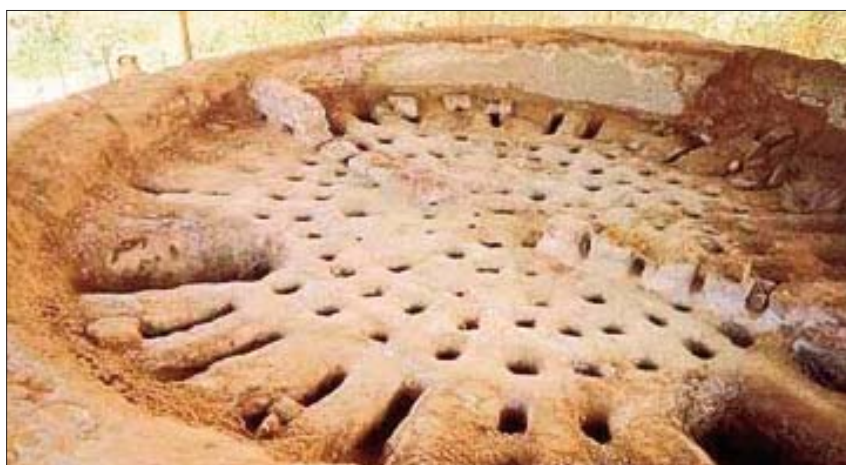


Figure 4 – Large excavated amphora kiln, Lake Mariotes, Egypt. Source: <http://www.touregypt.net/featurestories/lakemariut.htm>.



Figure 5 – Stacking a kiln in Margaretes, Crete. Source: author.

A number of methods are commonly used in pottery studies to estimate vessel numbers from sherd collections. Sherds may be weighed and/or counted and weights may be modified to compensate for vessel thickness (ORTEN *et al.*, 1993: Ch. 13). This method entails weighing sherds in a number of different thickness categories and then using a standard factor to eliminate the weight bias of thick-walled sherds. Vessel equivalents may be calculated by measuring lengths of individual rims, or the percentage of the total rim represented of one vessel type and dividing by the mean rim diameter or the total rim circumference. The disadvantage of this method is the limited numbers of rim sherds which can be used to indicate rim diameter, where the sherds are too small. The larger a vessel is, the bigger the rim sherd must be to give a true rim diameter. It may not be clear how many potters actually made use of a particular kiln.



Figure 6 – Fitting a temporary kiln roof, Margaretes, Crete. Source: author.

Workshops and tools may have left few traces. Nor can the size of the kiln be taken as an indication of its use by multiple producers. Previous studies of traditional potteries show that a single potter with a few assistants can produce sufficient numbers of vessels to supply a large kiln. Is there, for example, any evidence for multiple manufacturers by distinguishing sub-groups in fabric, shape, decoration, or technology,

that would suggest the output of more than one potter or workshop? This question is not an easy one to answer, since a few observed differences among the vessels of a "waster" deposit may be explained chronologically. Are there any potters' marks on the kiln pottery, by which multiple potters would have identified their individual products in a shared kiln? All these above factors can provide an insight into the skills, decisions and organization of production of the potters. On a more detailed level, analytical work on the pottery of the kiln may lead to insights into how the kiln itself functioned.

4. Fabric Study

The general aims of any analytical program should encompass the following: [1] to characterize and group the pottery in mineralogical and chemical terms, relating this to stylistic groups; [2] to investigate the reasons for any compositional variation within a kiln assemblage; [3] to collect information on the firing temperature and atmosphere used in the kiln; and [4] identifying the clay and temper resources exploited in the production of pottery at the kiln site.

One of the main aims of any detailed pottery study is to provide a clear description of the pottery in terms of its fabrics, so that those fabrics may be identified on other sites without necessarily having type samples to hand. This is most often the case for field archaeologists. Being able to identify and quantify the tempering material is often the way to diagnose the origin of the pottery, with information on shapes of inclusions, degree of sorting, alignment of inclusions and surface treatment, plus colours, etc. (WILLIAMS, 1990). In particular, featured sherds like rims and handles should be firstly examined in the hand-specimen, both with the naked eye aided with a x10 hand-lens and also with a low power stereo microscope, with the aim of establishing a number of distinctive fabric groups, which might be easily identified and matched across the vessel classes and ultimately compared with similar fabrics from other sites.

Although hand-specimen sorting and fabric identification is the most appropriate method of analysing a large group of potsherds fairly quickly, it is essential to

use more objective and analytical methods to confirm the fabric groups established by eye and to provide a more quantitative result. An examination by an integrated program of analytical techniques is also of value for our understanding of the technology and organization of ceramic production as well as for the study of pottery provenance and exchange.

Chemical analysis of the clay body of pottery is extremely useful as a basic tool for fingerprinting kiln products but it is worth pointing out that it is of little comparative use in hand-specimen study. One of the great advantages of petrographic thin sectioning is that it provides details of the tempering material – natural and/or that added by the potter – which can then be related directly to a hand-specimen study. It is often extremely useful to use a combination of integrated analytical techniques in studies of ceramic production sites, with thin-sectioning to be done first, followed by scanning electron microscopy and chemical methods. Inductively Coupled Plasma Spectroscopy (ICP), X-Ray Diffraction (XRD), X-Ray Fluorescence (XRF) and Neutron Activation Analysis (NAA) are among the most common chemical methods used in analysing pottery (BARCLAY, 2001). Chemical analysis should also be used to compare the clay body of the "wasters" together with samples of the daub used in the construction of the kiln, with samples also taken from local clays in an attempt to identify the particular clay source used by the potters. Carefully looking for evidence of possible clay mixing. This will tell us something about the local industry and over what distances potters were prepared to haul their clay. However, apart from grouping material together, for provenance studies chemical control groups must be constructed for the areas and the particular types of pottery under investigation. This is where kiln material provides an exemplary compositional control group. All this will reveal a more detailed picture of the process of pottery manufacture rather than using just one method. That is in an ideal world though; in reality money is rarely available to excavators to do all of these things on a single assembly of pottery and normally an excavator is fortunate if one of these methods is available to him. The idea of establishing fabric groups representing possibly thousands of sherds is a somewhat daunting prospect and it is much better to start off in a small

way by using the most easily recognizable group: the rim, base and handle sherds. Once the fabric sub-groups are established for each class of vessel, a check can be made of the body sherds to see if any obvious fabric has been missed. The starting point is the use of the main vessel types or classes. Fabric sub-groups are established for each vessel class and are then matched across the classes to produce a final Fabric Group series.

The basis of this approach is the assumption that a particular fabric corresponds to a particular batch of clay, the mix of which, in terms of the frequency and type of temper, is considered unique and unrepeatable. Each time a potter takes a batch of clay and adds some 'sand', he produces a mixture which will be slightly different to the next batch of clay he works with, even if from the exact same locality (RYE, 1976). In most cases though this "difference" is fairly small and acceptable for fabric grouping. However, at some point seams of clay tend to be worked out and there is also the possibility that the quantity of added temper or a complete change in the temper type can occur over time.

The treatment of raw clay can be observed from numerous ethnographic studies (ARNOLD, 1985). These suggest that only in large potteries is it common to dig out enormous quantities of clay at any one time. Steeping or souring the clay by storing it in wet conditions for very long periods of time, although common in the production of clay for today's modern potters, is not a common feature of ethnographic pottery production. Clay is generally used fairly quickly and perhaps only left for a month or two at the most (Fig. 7). Tempering a raw clay with sand or broken rock fragments, organic or shell material or fired clay, may serve the function of making the clay more easily worked, reducing shrinkage during firing and making the fired vessel more resistant to thermal heat shock during use. A valuable asset if it is a cooking pot, for example.



Figure 7 – Clay storage, Margaretes, Crete. Source: author.

Thermal shock resistance can also be affected, among other things, by the nature of the rock and mineral inclusions present (RYE, 1976).

Each clay mixture or batch would have been used to make a certain number of pots. Such a group of pots should have closely related fabrics which in theory might be distinguished from the fabrics of pots made from other clay mixtures or batches. Hence the use of detailed fabric descriptions, the separation of sherds into groups and the testing of the significance of those groups by statistical analysis. It is most likely that a potter would mix enough clay at any one time to make a pre-planned number of vessels. It takes a lot of effort to dig clay and to mix it to the right consistency for throwing on a wheel and it seems unlikely that a potter of this category would make the effort for just a few pots but would dig and mix fairly large batches at once, especially at the beginning of the firing season if it were a seasonal activity. Present day ethnic potters who make enough pottery for personal use may mix very small clay batches but potters using a permanent kiln and firing for a market would be better organized. If each batch of clay tends to be roughly the same size (if there was one potter and he was efficient and consistent) then the number of vessels produced would depend on the type of vessels being made. It takes considerably more clay to make an amphora or a jug than to make a small bowl or dish.



Figure 8 – Kiln firing at Moknine, Tunisia. In this case the fuel consists of modern rubber tyres, seen stacked up in front of the kiln. Source: author.

And, of course, the former two would take up a lot more space in the kiln.

There can be a very clear correlation between the different clay pastes observed in any analysis and the size of the ceramic vessel. The larger vessels, which were subject to greater mechanical stresses, often have a higher proportion of aplastic inclusions, as might be expected. Moreover, handles in larger vessels tend to be in a coarser fabric than the clay of the body. Post-burial alterations in elemental and mineralogical composition of the ceramics associated with the kiln should also be investigated. These alterations can have important implications for the study of pottery provenance and again a few initial thin sections might help throw light on this problem (WILLIAMS, 1990). For example, displaying voids where certain inclusions have leached out during burial.

Finally, scanning electron microscopy is a well-established technique used for the characterization of ceramic technology. Examination of ceramics under the SEM provides information concerning their micromorphology and, more specifically, the degree of vitrification and the texture (TITE, 1992). The firing parameters (temperature, atmosphere), and the quality of any decoration can also be assessed (RICE, 1987; SILLAR and TITE, 2000).

5. Resources

These have been touched on before to some extent when discussing clays and temper. However, other things need to be considered as well, such as fuel for the kiln (Fig. 8). What was used and how far away did it come from? Is there water situated closeby and is there evidence of a settling tank for the clay (Fig. 9)? Was the water used fresh or salty? Amphorae kilns, for example, are quite often situated near to the sea for logistical reasons and the use of salted water in the clay preparation leads to the forming of a white skin on the outer surface during firing, where the



Figure 9 – 1940's photograph of a kiln site in India. Showing a puddling pool, straw fuel and various activities being carried out. Source: unknown.

salts in the water are drawn to the surface (FULFORD and PEACOCK, 1984: 263-4). Is there any sign of a potters turntable, perhaps unlikely as wood tends not to survive, though burnishing pebbles or bones may well be present. There may be evidence of pigments for decoration: ochre or haematite, for example. Are there any associated buildings that may have been used as a workshop or shelter for finished pottery or prepared clay? Importantly, what was the market, or markets, for the pottery produced at the kiln and how was the pottery transported to the customers?

6. Experimental kiln firing

This covers bonfire firings and kiln firings, plus re-



Figure 10 – Experimental firing. Source: http://www.pottedhistory.co.uk/Ancient_Pottery_Kilns.html

production pottery to see how these reacted to the firing (Fig. 10). All this may make it is possible to reconstruct, one by one, the steps that were most likely followed in the construction of the kiln and the firing of the pottery under consideration.

7. Production systems

Although the archaeologist is mainly concerned with ancient pottery, there is nevertheless a growing awareness in archaeological circles of the benefits of studying recent pottery manufacture and distribution. An appreciation of how traditional pots are made today, and in the recent past, can in many cases throw considerable light on ancient pottery technology and marketing, particularly for those vessels which appear to have been made in a similar way or which have similar distributions to modern equivalents. David PEACOCK's (1982) ethnographically derived models of how pottery may have been produced and distributed in Roman times have much to commend them, in providing a form of yardstick against which we can compare our data of ancient pottery, not just confined to the Roman period. His main models are briefly listed here:

7.1. Household Production

Here pottery is not the object of trade and each woman makes only the pots required for her particular household. It is in essence limited and sporadic pottery making with the simplest methods of manufacture and firing being employed. Probably much prehistoric pottery was made in this manner.

7.2. Household Industry

Similar to household production, this is again a part-time occupation but with some craft specialization and the wares are sold/bartered to supplement the main income, usually derived from farming, when times are hard. The pots are either sold by the potter or occasionally to a middle-man where sometimes they can achieve quite a wide, if thinly spread, distribution.

7.3. Individual Workshops

In this mode the making of pottery becomes a necessary means of subsistence and is usually done by a male, generally for only part of the year. The fast wheel and a kiln are often employed with the wares

generally having a fairly local distribution and with the potter actively involved in the marketing of his own pottery.

7.4. Nucleated Workshops

If the conditions are right, i.e. a ready supply of good raw materials and a large readily available market, a number of small workshops producing similar wares, often with a wide range of types, may be situated fairly close to each other. Here pottery-making is regarded as a major activity. The wares as a whole may well be sold in fairly large numbers by a middle-man and achieve a wide distribution.

7.5. Factories

Applied to ancient pottery-making, this is not strictly speaking how we would view the factory system today and "manufactory" would perhaps be a more accurate term. However, the arretine and samian production centres of northern Italy and France did produce many hundreds of thousands of fine-quality red-slipped table ware cups, bowls and dishes with a degree of specialization amongst the workforce. These products achieved a very wide distribution that called for a high degree of marketing ability and organization.

8. Conclusion

Due to the unique possibilities that production waste offers for defining the technological tradition of pottery production at kiln sites, a detailed study of the techniques and methods used in each step of the manufacturing process should be carried out, as far as it is possible. This would give us a better understanding of the organization of pottery production at particular sites. Also, a detailed comparison of the kiln dump deposit with appropriate settlement sites could reveal patterns of consumption, which in turn might throw light on perceived changes in production strategies and determine the wider economic implications for production based pottery. ■

References

- ARNOLD, D. E. (1985) – *Ceramic Theory and Cultural Process*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARCLAY, K. (2001) – *Scientific Analysis of Archaeological Ceramics: a handbook of resources*. Oxford: Oxbow.
- FULFORD, M. G. and PEACOCK, D. P. S. (1984) – *The Avenue du President Habib Bourguiba, Salammbô: the pottery and other ceramic objects from the site*. Sheffield: The British Academy.
- MALFITANA, D.; POBLOME, J. and LUND, J. (2006) – *Old Pottery in a New Century*. Catania (*Monografie dell'Istituto per I Beni Archeologici e Monumentali*).
- ORTEN, C.; TYERS, P. and VINCE, A. G. (1993) – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PARKER, A. J. (1984) – "Shipwrecks and ancient trade in the Mediterranean". *Archeological Review from Cambridge*. 3 (2): 99-113.
- PEACOCK, D. P. S. (1982) – *Pottery in the Roman World: an ethnoarchaeological approach*. London: Longman.
- PEACOCK, D. P. S. and WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy*. London: Longman.
- RICE, P. M. (1987) – *Pottery Analysis: A Sourcebook*. London: The University of Chicago Press.
- RICE, P. M. (1991) – "Specialization, Standardization, and Diversity: A Retrospective". In BISHOP, R. and LANG, F. (eds.). *The Ceramic Legacy of Anna O. Shepard*. Colorado: Colorado University Press.
- RILEY, J. (1979) – "The Coarse Pottery from Benghazi". In LLOYD, J. A. (ed.). *Sidi Khrebish Excavations, Benghazi (Berenice)*. Tripoli. Vol. II, pp. 91-497.
- RYE, O. S. (1976) – "Keeping your temper under control: materials and the manufacture of Papuan pottery". *Archaeology and Physical Anthropology in Oceania*. 11: 106-137.
- SHAW, J. W.; VAN DE MOORTELT, A.; DAY, P. and KILIKOGLOU, V. (2001) – A LM 1A Ceramic Kiln in South-Central Crete. *Hesperia Supp.* Athens. 30.
- SHEPARD, A. (1956) – *Ceramics for the Archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington.
- SILLAR, B. and TITE, M. S. (2000) – "The challenge of «technological choices» for materials science approaches in archaeology". *Archaeometry*. 42: 3-20.
- SINOPOLI, C. M. (1991) – *Approaches to Archaeological Ceramics*. New York: Plenum Press.
- SWAN, V. G. (1984) – *The Pottery Kilns of Roman Britain*. London: HMSO.
- TITE, M. S. (1992) – "The impact of electron microscopy on ceramic studies". *Proceedings of the British Academy*. 22: 111-131.
- WILLIAMS, D. F. (1990) – "The study of ancient ceramics: the contribution of the petrographic method". In MANNONI, T. and MOLINARI, A. (eds.). *Scienze in Archeologia*. Firenze, pp. 43-64.

Rumansil I (Murça do Douro, Portugal)

uma produção de cerâmicas da segunda metade do século III
e do início do século IV no Vale do Douro

Tony Silvino
António Sá Coixão
Pedro Pereira

Arqueólogos. Investigadores do Centro de
Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e
Memória (FCT/FLUP).

Texto entregue para publicação em Março de 2014.

Revisto pontualmente em Abril de 2017.

Resumo

Rumansil I, escavado principalmente entre 1984 e 1995 por A. Sá Coixão, localiza-se próximo da aldeia de Murça do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa e é composto por três estruturas construídas em blocos de granito. A primeira está ligada à actividade metalúrgica (forno, forja, etc.) e a segunda corresponde a uma área destinada à produção de vinho. Quanto à terceira, a presença de fragmentos de *dolia* e de fornos de cerâmica nas proximidades leva-nos a interpretar o espaço como local dedicado à produção de cerâmica.

A análise das cerâmicas e o seu estudo quantitativo permitem-nos enquadrar o período de actividade deste sítio entre meados do século III e inícios do século IV.

Trata-se de um complexo artesanal e a sua ligação a uma exploração rural de tipo *villa* é evidente.

Será, muito provavelmente, uma dependência da *villa* do Prazo, situada apenas a 3 km.

Foram descobertos dois fornos de cerâmica, de construção similar. Trata-se de estruturas de combustão, de planta circular, totalmente construídas com blocos de granito e argila. Estes fornos, instalados contra um maciço granítico, receberam no interior um pilar central, a partir do qual se dispõem blocos de granito na horizontal, em raio, revestidos com argila. Embora a parte superior tenha desaparecido, aparentam ter sido estruturas sem cobertura. A estrutura da porta superior do forno desapareceu totalmente e a porta da câmara de cozedura foi apenas conservada na sua parte inferior.

A produção do ateliê cerâmico é, essencialmente, vasilhame de tipo *dolia*.

Palavras-chave: Olaria, *villae*, *dolia*, cerâmica comum.

Abstract

Rumansil 1, excavated mainly between 1984 and 1995 by A. Sá Coixão, is located near the village of Murça do Douro, municipality of Vila Nova de Foz Côa and is composed of three structures built in granite blocks. The first is linked to the metallurgical activity (furnace, forge, etc.) and the second corresponds to an area dedicated to the production of wine. As for the third, the presence of *dolia* fragments and kilns nearby, leads us to interpret the space as a pottery.

The analysis of the ceramics and its quantitative study allow us to fit the period of activity of this site between the middle of the 3rd century and the beginning of the 4th century AD. It is a household craft complex and its connection to a rural homestead *villa*-type is evident. It's most likely a dependency of *Villa* do Prado, located only 3 km from it.

Were discovered two kilns with similar construction technique. These are combustion structures, with a circular plan, totally built with granite blocks and clay. The kilns are lying against a granite outcrop, having inside a central pillar from which are arranged in radial formation horizontal granite blocks covered with clay. Although the kiln's upper part has disappeared, it appears to have been originally uncovered.

The kiln's upper door structure has completely disappeared and the firing chamber door has only been preserved in its lower part.

The production of this pottery is, essentially, *dolia* type vessel.

Key words: Pottery, *villae*, *dolia*, common ware.

Rumansil I (Murça do Douro, Portugal)

uma produção de cerâmicas da segunda metade do século III
e do início do século IV no Vale do Douro

Tony Silvino
António Sá Coixão
Pedro Pereira

Arqueólogos. Investigadores do Centro de
Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e
Memória (FCT/FLUP).

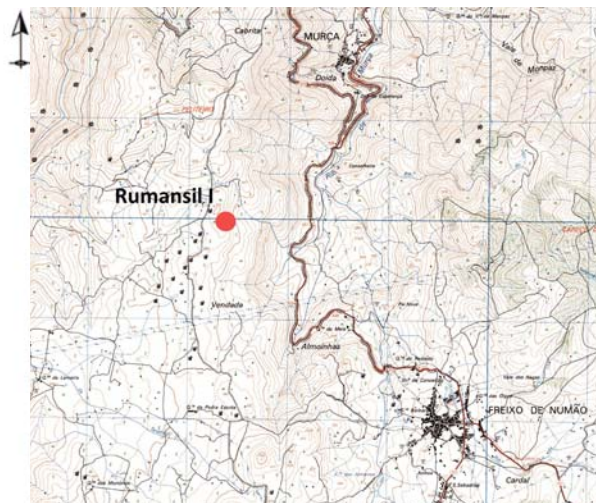
Texto entregue para publicação em Março de 2014.

Revisto pontualmente em Abril de 2017.

O reexaminar da documentação relativa ao sítio arqueológico de Rumansil I, escavado, principalmente entre 1984 e 1995, por A. do Nascimento Sá Coixão, permitiu uma reflexão sobre a importância deste arqueossítio, constituído por diversos edifícios ligados ao artesanato e, em especial, à produção cerâmica. O sítio localiza-se no Nordeste de Portugal, a Sul do Rio Douro, próximo da aldeia de Murça do Douro, no distrito de Vila Nova de Foz Côa, célebre pelas suas gravuras rupestres. Este complexo “artesanal” encontra-se posicionado no extremo de uma plataforma granítica abrigada (a uma altitude de 580 m), com uma orientação a Este, sobre o Vale de Murça.

Rumansil é composto por três estruturas construídas em blocos de granito. Todavia, enquanto a primeira destas estruturas está ligada à actividade metalúrgica (forno, forja, etc.), a segunda corresponde a uma área destinada à produção de vinho. Efectivamente, os vestígios de um *calcatorium*, de um lagar e de dois armazéns de *dolia* foram descobertos nesta zona.

Figura 1 – Localização de Rumansil I na Península Ibérica (no seu contexto dentro da província da Lusitânia) e em pormenor na *Carta Militar Portuguesa* n.º 140 (série 888, 1997).



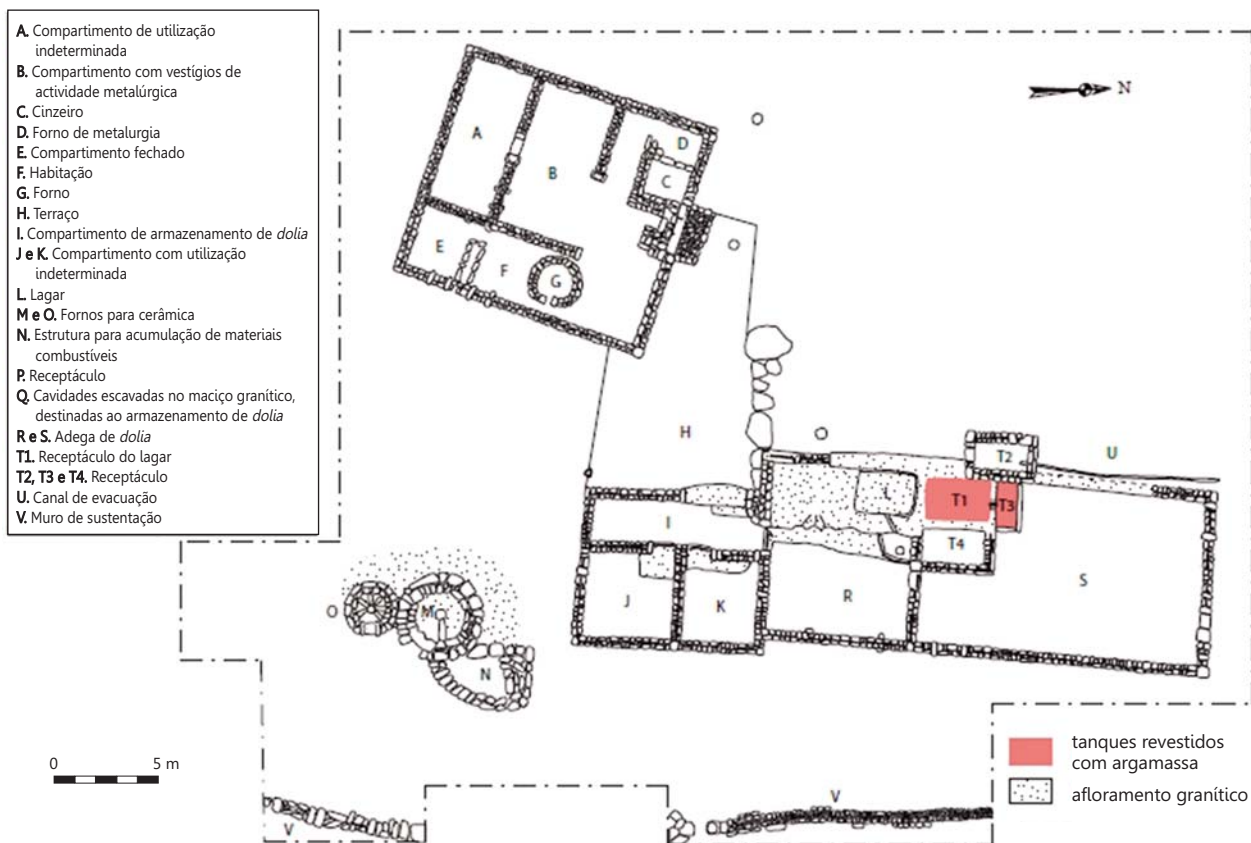


Figura 2 – Rumansil I: planta das estruturas.

Quanto à função da terceira estrutura, localizada a Sul, próxima do edifício ligado à produção de vinho, não a pudemos definir imediatamente com precisão. Porém, a presença de fragmentos de *dolia* e fornos de cerâmica nas proximidades, levam-nos a interpretar estes espaços como locais dedicados à produção de cerâmica. Relativamente à cronologia, a análise das cerâmicas e o estudo quantitativo permitem-nos enquadrar a actividade deste sítio entre meados do século III e inícios do século IV.

Trata-se, antes de mais, de um complexo artesanal. Todavia, a sua ligação a uma exploração rural, de tipo *villa*, é evidente. A presença de vestígios não escavados a 300 m do local não aparenta corresponder a esse tipo de estabelecimento, como sugere um dos autores. Será muito provavelmente uma dependência da *villa* do Prazo (COIXÃO, 1996), situada a apenas 3 km de distância.

Os fornos

Foram descobertos dois fornos de cerâmica de metodologia construtiva similar na zona Sul do sítio. Trata-se de estruturas de combustão, de planta circular, totalmente construídos com recurso a blocos de granito e argila. Estes fornos, com uma grande horizontalidade, foram instalados contra um maciço granítico e receberam, no interior, um pilar central, a partir do qual se dispõem blocos de granito na horizontal, em raio, revestidos com argila. Embora a parte superior destes fornos tenha desaparecido, aparentam ter sido estruturas sem cobertura. A estrutura da porta superior do forno desapareceu totalmente, enquanto a porta da câmara de cozedura foi apenas conservada na sua parte inferior. Aparentemente, esta porta podia ser aberta até ao topo, para permitir uma melhor acessibilidade à câmara de cozedura. Durante o processo de cozedura, esta abertura seria muito provavelmente encerrada com argila. As peças cerâmicas estariam protegidas do fogo directo por um empilhamento de grandes fragmentos de cerâmica (*dolia*), *tegulae* e, provavelmente, terra, para a fase re-



Figura 3 – Fornos cerâmicos de Rumansil I.

dutora da cocção. Foram também descobertos traços de revestimento argiloso nas paredes interiores dos fornos. No que respeita às dimensões, o forno 1 apresenta um diâmetro de cerca de 4 m, com uma altura provável de 3,20 m. O forno 2 é mais pequeno, com uma altura de 1,5 m e um diâmetro de cerca de 2,20 m. Estes fornos constituem uma tipologia pouco documentada na região, ou mesmo na Península Ibérica, na medida em que este tipo de estrutura é inexistente neste território, a nosso conhecimento, durante a Antiguidade. Todavia, exemplos etnográficos dão-nos a possibilidade de estabelecer paralelos. Com efeito, a descrição dos fornos de Rumansil I remetem-nos para modelos conhecidos no Norte da Península Ibérica como “fornos célticos”. Esta nomenclatura provém do facto de este tipo de estrutura se encontrar principalmente nas regiões graníticas da península, onde encontramos também os castros, *habitats* de altitude ligados tradicionalmente aos Celtas. Contudo, os exemplares conhecidos datam normalmente de períodos mais recentes.

Devemos também observar a presença de uma estrutura que se encontra ao lado dos fornos, igualmente construída com recurso a blocos de granito e interpretada como uma zona de armazenamento de combustível. A análise realizada aos carvões encontrados demonstrou a presença de traços de sobreiro, pinheiro, medronho e freixo.

As produções

A produção do ateliê cerâmico é-nos conhecida através de uma quantidade avultada de peças defeituosas descobertas num depósito, situado a Este do sítio, e nos próprios aterros dos dois fornos. Trata-se essencialmente de vasilhames de tipo *dolia*, dos quais numerosos fragmentos foram descobertos no aterro do forno 2. No total, 2666 fragmentos foram inventariados, para um número mínimo de 223 indivíduos. Trata-se de recipientes com uma altura média de 90 cm e com uma largura de pança máxima similar. Com uma capacidade inferior a 100 litros, permanecem bem abaixo da envergadura de *dolia* provenientes de outras províncias romanas, como a Gália Narbonesa ou Itália. O aspecto destas peças aparenta ser algo normalizado, embora uma análise dos bordos nos demonstre a existência de uma grande variedade tipológica, com a presença de quatro tipos principais. Relativamente às pastas, muito grosseiras, elas apresentam cores e tonalidades diversas, variando entre o beije e o vermelho-tijolo. Alguns exemplares apresentam uma decoração penteada no bojo. Nenhuma marca de oleiro foi descoberta, apenas graffiti *post-cocturam*, visíveis em alguns

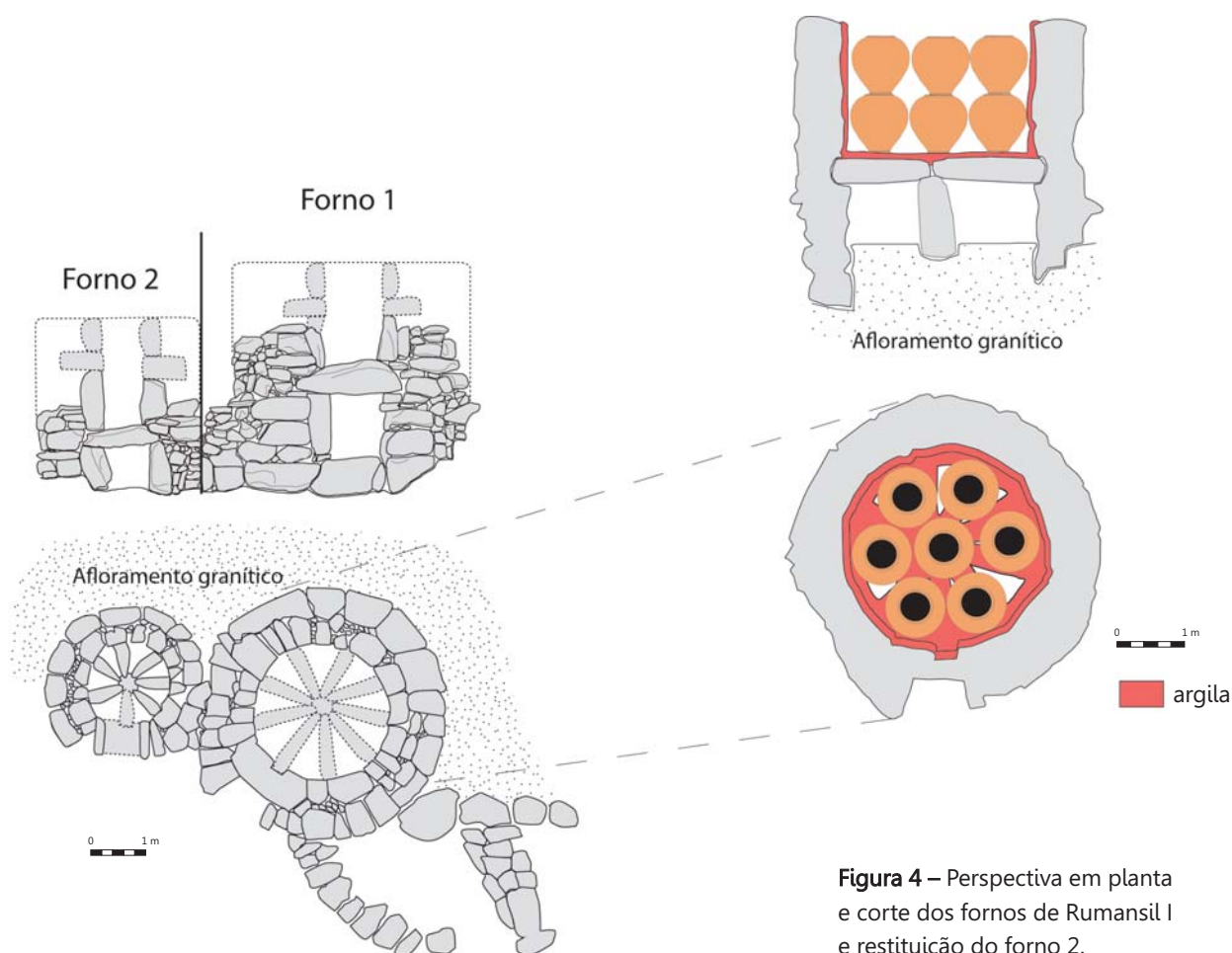


Figura 4 – Perspectiva em planta e corte dos fornos de Rumansil I e restituição do forno 2.

fragmentos de pança. Numa tentativa de restituição da utilização do forno 1, propomos o cozimento de 14 exemplares por fornada, ou seja dois níveis de sete *dolia* cada. Por outro lado, a escavação de alguns exemplares, *in situ* nas zonas de armazenamento, permitiu descobrir o seu sistema de cobertura, lajes de xisto talhadas de forma circular, com um furo no centro. Este furo teria uma dupla funcionalidade: a inserção de um cordão para elevar a tampa, mas também o controlo da fermentação do vinho.

A louça de mesa e cozinha produzida no sítio provém essencialmente do depósito que já referimos. As cerâmicas finas contabilizam 3558 fragmentos, para 659 indivíduos. Foram descobertos dois tipos de produção de pasta fina depurada: as cerâmicas de pasta clara com sílica, e as cerâmicas de pasta cinzenta com sílica. As superfícies destas peças são polidas antes da cozedura. A nível quantitativo, as duas produções apresentam quantidades quase idênticas.

As formas inventariadas foram produzidas nas suas duas variantes: pratos de bordo oblíquo, taças, tampas e jarros.

Relativamente à cerâmica comum, foram inventariados 2254 fragmentos, para 568 indivíduos. Trata-se principalmente de produções de pasta clara com sílica e incrustações micáceas.

Finalmente, as peças produzidas em modo B são extremamente rudimentares.

As argilas utilizadas são semi-grosseiras e apresentam uma variação de cor que vai do vermelho ao laranja. As formas inventariadas, por ordem de importância, são os potes, as marmitas, os pratos de bordo oblíquo e as tampas.

À parte da cerâmica de mesa e de armazenamento, foram também produzidos no sítio pesos de tear. Esta produção é atestada pela presença de pesos com falhas na cozedura no depósito, e de exemplares crus no forno 2.

(continua na pág. 340)

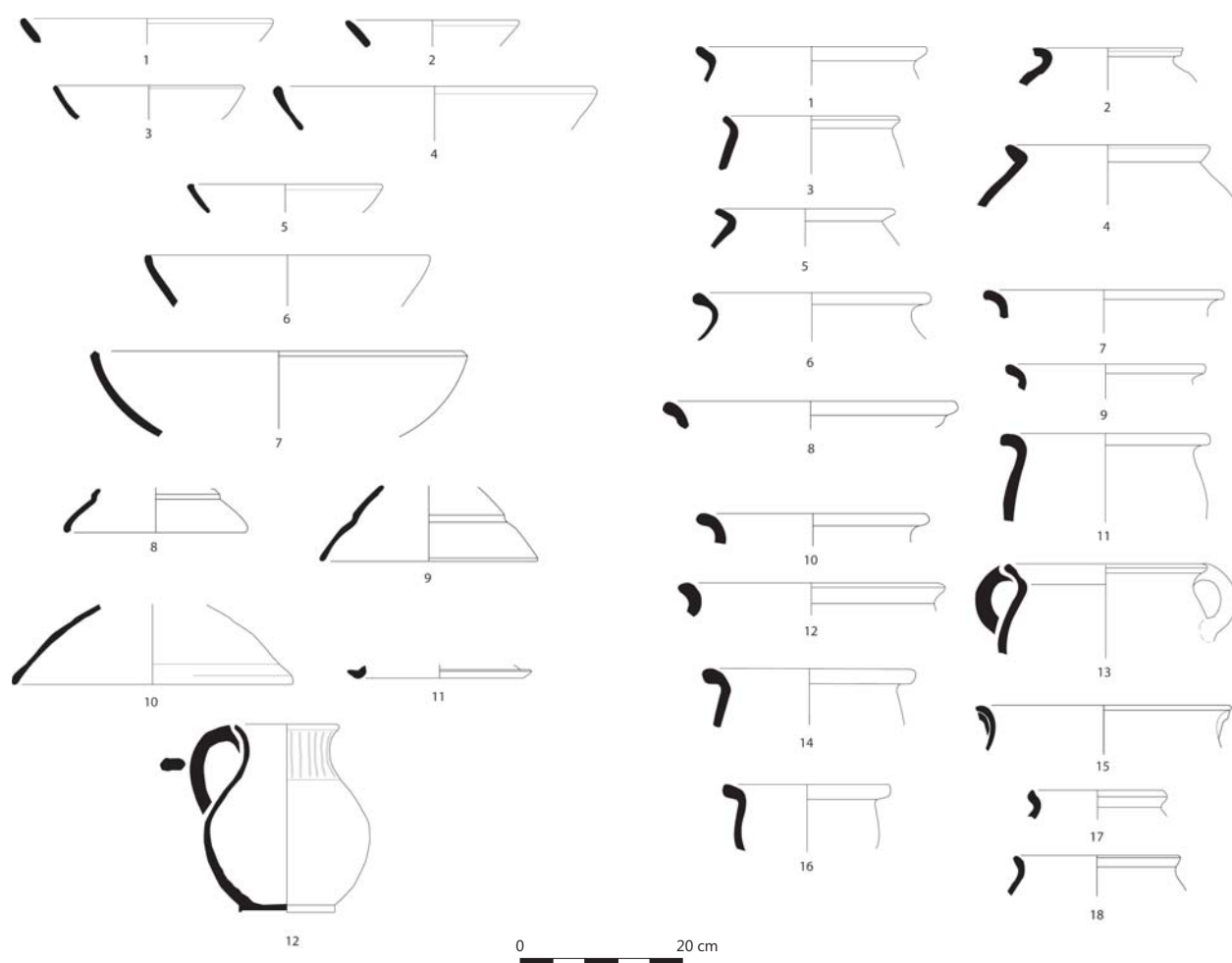
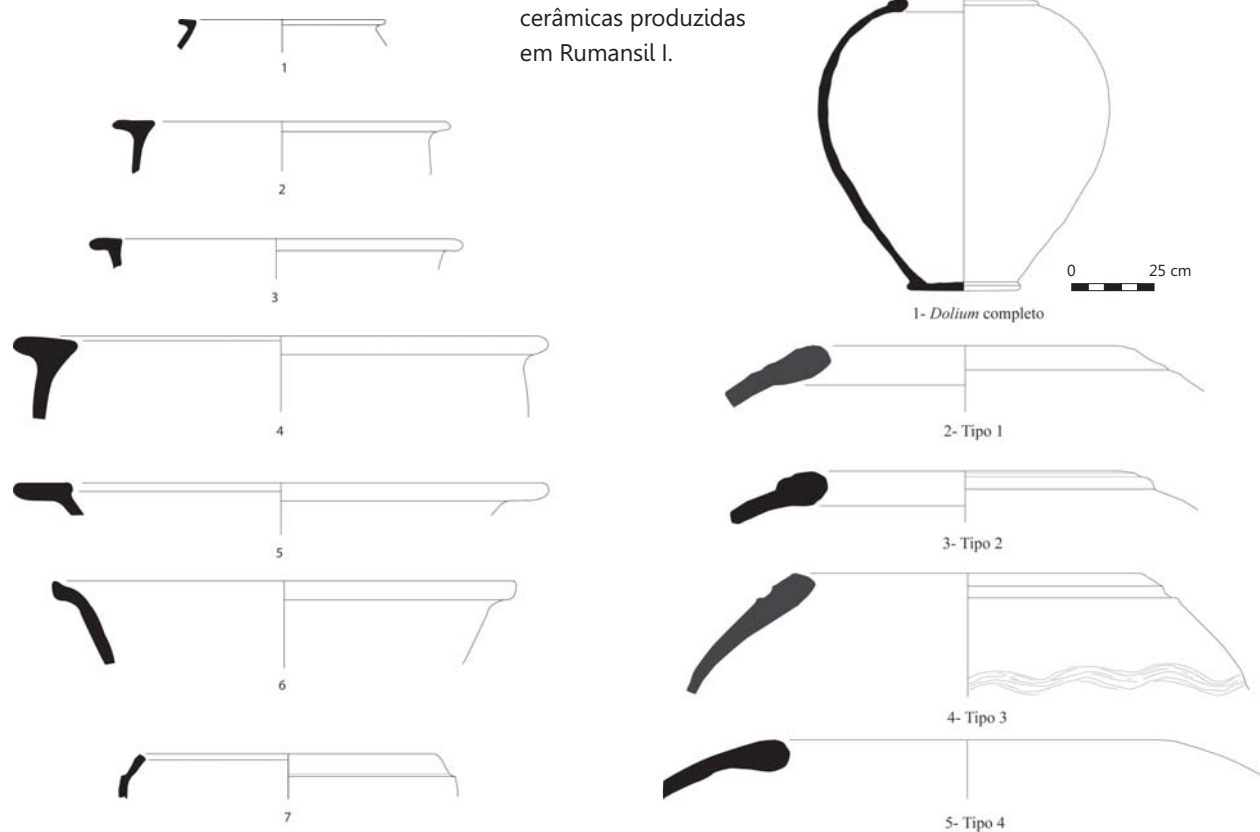


Figura 5 – Tipologias cerâmicas produzidas em Rumansil I.



(continuação da pág. 338)

Difusão

Hoje, o sítio de Rumansil I constitui o primeiro ateliê cerâmico escavado na região, embora seja fácil distinguir as produções deste sítio nos centros de consumo periféricos, essencialmente através das formas e pastas. Se é verdade que uma parte dos *dolia* era destinada a satisfazer as necessidades do lagar, é-nos aparente que a maioria da produção seria destinada aos mercados locais (a *villa* do Prazo seria um destes casos, por exemplo, do qual o sítio dependeria), ou mesmo regionais. Efectivamente, a análise dos conjuntos cerâmicos de sítios periféricos (*villae*, quintas e provavelmente um *vicus*) demonstra a presença da maioria das formas produzidas em Rumansil.

Todavia, estas são formas algo estandardizadas para a Lusitânia, onde a maioria dos conjuntos cerâmicos provenientes de grandes centros de consumo (*Tongobriga*, *Conimbriga*, São Cucufate, etc.), apresenta peças análogas. Da mesma forma, intervenções nos sítios do Alto da Fonte do Milho (TEIXEIRA, 1939; PEREIRA, 2012) e no Zimbório II (COIXÃO e SILVINO, 2006), revelaram peças análogas, não só a nível tipológico, mas também a nível de grafitos pós-cozedura (PEREIRA, 2012 e 2013).

Conclusão

O "complexo" de Rumansil apresenta um grande interesse, pois constitui-se como um sítio de tipologia inédita para a região e mesmo a nível peninsular. Este arqueossítio associa várias actividades artesanais, das quais todas as etapas de produção se encontram comprovadas. É o caso da produção de vinho, onde a instalação vitícola é fornecida pelos *dolia* produzidos ao lado. Por outro lado, este sítio é actualmente o único ateliê de cerâmica da Antiguidade escavado no Vale do Douro (COIXÃO, MAZA e SILVINO, 2005) (localizando-se entre as regiões do Alto Douro e da Beira Interior). Rumansil I demonstra uma produção pouco estudada na região, mesmo se a sua cronologia (segunda metade do século III e início do século IV) é apenas relativa a uma parcela do período romano.

A publicação deste sítio constituirá assim uma base de trabalho e primeira referência, oferecendo paralelos fiáveis para conjuntos cerâmicos descobertos ou ainda por descobrir nesta parte da península. ■

Bibliografia

- COIXÃO, A. N. S. (1996) – *Carta Arqueológica de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. N. S. e SILVINO, T. (2006) – "O Complexo Artesanal de Rumansil I (Murça-do-Douro, Vila Nova de Foz Coa)". *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 8.
- COIXÃO, A. N. S.; MAZA, G. e SILVINO T. (2005) – "Le complexe artisanal du Rumansil I (Murça-do-Douro, Vila Nova de Foz Côa)". *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7.
- LIMA, C. e PEREIRA, P. (2014) – "Os Recipientes de Tipo *Dolium* do Castro de Guifões (Guifões, Matosinhos): novos dados para o estudo da romanização de um castro marítimo". *Al-Madan Online*. 18 (2): 125-130. Em linha. Disponível em <https://issuu.com/almadan>.
- PEREIRA, P. (2012) – "Materiais Esquecidos: o espólio cerâmico de armazenamento (*dolia*) do Alto da Fonte do Milho, Peso da Régua". *Al-Madan Online*. 17 (1): 170-172. Em linha. Disponível em <https://issuu.com/almadan>.
- PEREIRA, P. (2013) – "Uma História de *Dolia*: uma primeira análise aos recipientes cerâmicos de armazenagem de Vale do Mouro (Coriscada, Meda)". *CEM: Cultura, Espaço e Memória*. Porto: CITCEM. 3: 75-82.
- TEIXEIRA, Carlos (1939) – "A Estação Romana de Canelas (Poiares da Régua)". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 9 (1-2): 130-135.

Marcas de Ânfora Lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira

João Pimenta

Técnico Superior Câmara Municipal
Vila Franca de Xira. Arqueólogo
Museu Municipal Vila Franca de Xira.
Mestre em Pré-História e Arqueologia
(pimentamarques@ol.pt).

Henrique Mendes

Técnico Superior Câmara Municipal
Vila Franca de Xira. Arqueólogo
Museu Municipal Vila Franca de Xira.
Mestrando em Arqueologia Medieval
(henriquecale@sapo.pt).

Texto entregue para publicação em Fevereiro de 2014.

Resumo

No âmbito do projecto de estudo sobre a ocupação humana no território do actual município de Vila Franca de Xira, o sector de arqueologia do Museu Municipal desenvolveu um programa de prospecções sistemáticas direccionado ao estudo da ocupação romana.

Os resultados dessa análise, a par com as primeiras campanhas de escavação nalguns dos sítios assim identificados, começam a permitir vislumbrar uma significativa ocupação destes territórios ribeirinhos desde Época Romana republicana.

Nesta fase inicial, assiste-se ao abandono de alguns povoados agrícolas pré-existent e à clara opção por uma distinta implantação na paisagem, com um evidente objectivo de controlo da via terrestre e de algumas áreas de cariz portuário, possivelmente com a implantação de destacamentos militares, como parece suceder em dois dos sítios detectados.

A inserção deste território na *civitas* de *Olisipo* a partir do século I d.C. conduz, através da reorganização do território e parcelamento dos férteis campos das margens do rio Tejo, a uma nova lógica de aproveitamento agrário.

É nesta nova lógica que se inserem os abundantes vestígios de Época Romana que temos vindo a inventariar, correspondendo a diversas *villae* agrícolas, implantadas nos principais vales atravessados por importantes linhas de água subsidiárias do rio Tejo.

É nestes novos sítios, virados para a exploração agrícola e pecuária, que identificamos algumas marcas de ânfora de produção lusitana da forma Lusitana 3.

A sua correlação com os materiais produzidos num dos grandes centros oleiros do vale do Tejo, leva-nos a equacionar a hipótese de a olaria do Porto dos Cacos ter suprido a necessidade destes estabelecimentos em ânforas destinadas à exportação, possivelmente de vinho.

Palavras-chave: povoamento, *villae*, ânforas.

Abstract

In the scope of the study project on human occupation in the territory of the present municipality of Vila Franca de Xira, the archeology sector of the Municipal Museum developed a program of systematic surveys directed to the study of Roman occupation.

The results of this analysis, along with the first excavation campaigns in some of the sites identified, begins to allow a glimpse of a significant occupation of these riverside territories from the Roman Republican era.

At this early stage, there is the abandonment of some pre-existing agricultural settlements and the clear option for a distinct deployment in the landscape, with an evident objective of controlling the land route and some port areas, possibly with the deployment of Military detachments operations, as appears to happen in two of the detected sites.

The insertion of this territory in the *Olisipo civitas* since the 1st century AD leads, through the reorganization of the territory and fertile fields splitting on the banks of the river Tagus, to a new logic of agricultural use.

It is in this new logic that the abundant Roman period finds that we have been inventorying, correspond to several homestead or *villae*, implanted in the main valleys crossed by important lines of water subsidiary of the river Tagus.

It is in these new sites, dedicated to agriculture and livestock, that we identify some of Lusitanian amphora brands of Lusitana 3 form.

Its correlation with the materials produced in one of the large pottery centers of the Tagus Valley leads us to consider the hypothesis that the pottery of the Porto dos Cacos has supplied the need for these establishments with amphorae destined for export, possibly wine.

Key words: settlement, *villae*, amphorae.

Marcas de Ânfora Lusitanas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira

João Pimenta

Técnico Superior Câmara Municipal
Vila Franca de Xira. Arqueólogo
Museu Municipal Vila Franca de Xira.
Mestre em Pré-História e Arqueologia
(pimentamarques@ol.pt).

Henrique Mendes

Técnico Superior Câmara Municipal
Vila Franca de Xira. Arqueólogo
Museu Municipal Vila Franca de Xira.
Mestrando em Arqueologia Medieval
(henriquecale@sapo.pt).

Texto entregue para publicação em Fevereiro de 2014.

Introdução

No âmbito do projecto de estudo sobre a ocupação humana no território do actual município de Vila Franca de Xira, o sector de arqueologia do Museu Municipal desenvolveu um programa de prospecções sistemáticas direccionado ao estudo da ocupação romana.

Os resultados dessa análise espacial, a par com as primeiras campanhas de escavação nalguns dos sítios assim identificados, começam a permitir vislumbrar uma significativa ocupação destes territórios ribeirinhos desde Época Romana republicana (PIMENTA e MENDES 2012).

A inserção deste território na *civitas* de *Olisipo* a partir do século I d.C. conduz, através da reorganização do território e do parcelamento dos férteis campos das margens do rio Tejo, a uma nova lógica de aproveitamento agrário.

É nesta nova lógica que se inserem os abundantes vestígios de Época Romana que temos vindo a inventariar, correspondendo a diversas *villae* agrícolas, implantadas nos principais vales atravessados por

importantes linhas de água subsidiárias do rio Tejo. É nestes novos sítios, virados para a exploração agrícola e pecuária, que identificamos algumas marcas de ânfora de produção regional da forma Lusitana 3. Assim como um invulgar fragmento de cerâmica comum com uma marca que é conhecida do registo arqueológico, como associada às ânforas da forma Lusitana 3.

Estação romana da Quinta do Serrado (Vila Franca de Xira)

Situada em pleno núcleo urbano da actual cidade de Vila Franca de Xira, a ocupação romana da Quinta do Serrado desenvolve-se na margem Sul da Ribeira de Santa Sofia. Trata-se de uma zona plana no sopé da ampla elevação da Costa Branca, com terrenos férteis e abundantes em água, reunindo condições propícias à implantação humana desde época recuada.

Figura 1 – Mapa do baixo-Tejo com a localização dos sítios referidos no texto.



Os dados históricos e documentais disponíveis sobre a ocupação antiga desta área são escassos, limitando-se ao registo da implantação, a partir de Época Moderna, de algum casario nas imediações da antiga Estrada Real. Esta importante via segue aproximadamente o traçado da antiga estrada romana, entre *Felicitas Iulia Olisipo* (Lisboa) e *Praesidium Iulium Scallabis* (Santarém), como pudemos comprovar na escavação do edifício do Museu do Neo-Realismo (PIMENTA e MENDES, 2007).

Disposta fora do primitivo casco antigo da Vila Franca medieval, a área em análise terá sido urbanizada apenas em inícios do século XX, no âmbito do projecto de crescimento planeado sobre uma antiga área rural, a Quinta do Serrado.

A descoberta da existência de uma ocupação romana nesta área decorreu do acompanhamento de valas para a implantação de saneamento (PIMENTA e MENDES, 2006).

Apesar de todos os condicionalismos inerentes a uma intervenção desta natureza, o acompanhamento arqueológico realizado veio a revelar novos dados sobre a história da cidade, reforçando a importância da realização deste tipo de trabalhos.

A detecção de uma estação romana no subsolo urbano coloca uma série de questões, para as quais de momento não podemos apresentar mais do que hipóteses. Que tipo de sítio é este? Estaremos, perante uma *villa* implantada perto da estrada romana, ou perante algo mais?

O estudo dos materiais aí recolhidos aponta para uma longa diacronia de ocupação, desde meados do século I d.C. até ao século V d.C. As ânforas estão bem representadas, dominando os contentores produzidos nas olarias dos vales do Tejo e do Sado (ver Fig. 2). Identificou-se em contexto de acompanhamento arqueológico um fragmento de asa de ânfora Lusitana 3 com uma marca de difícil leitura (PIMENTA e MENDES, 2006: fig. 4, n.º 3).

Quinta da Marquesa I (Castanheira do Ribatejo)

A ocupação romana da Quinta da Marquesa desenvolve-se num extenso terraço quaternário de pendentes suaves, sem quaisquer condições naturais de defesa e com uma excelente visibilidade para o actual curso do rio Tejo.

No decorrer de trabalhos de prospecção deparámo-nos, no sopé do morro onde se ergue o povoado fortificado de Monte dos Castelinhos, junto ao antigo edificado setecentista da Quinta da Marquesa, com remeximentos profundos do terreno. Esta obra da responsabilidade da EPAL prendia-se com a duplica-

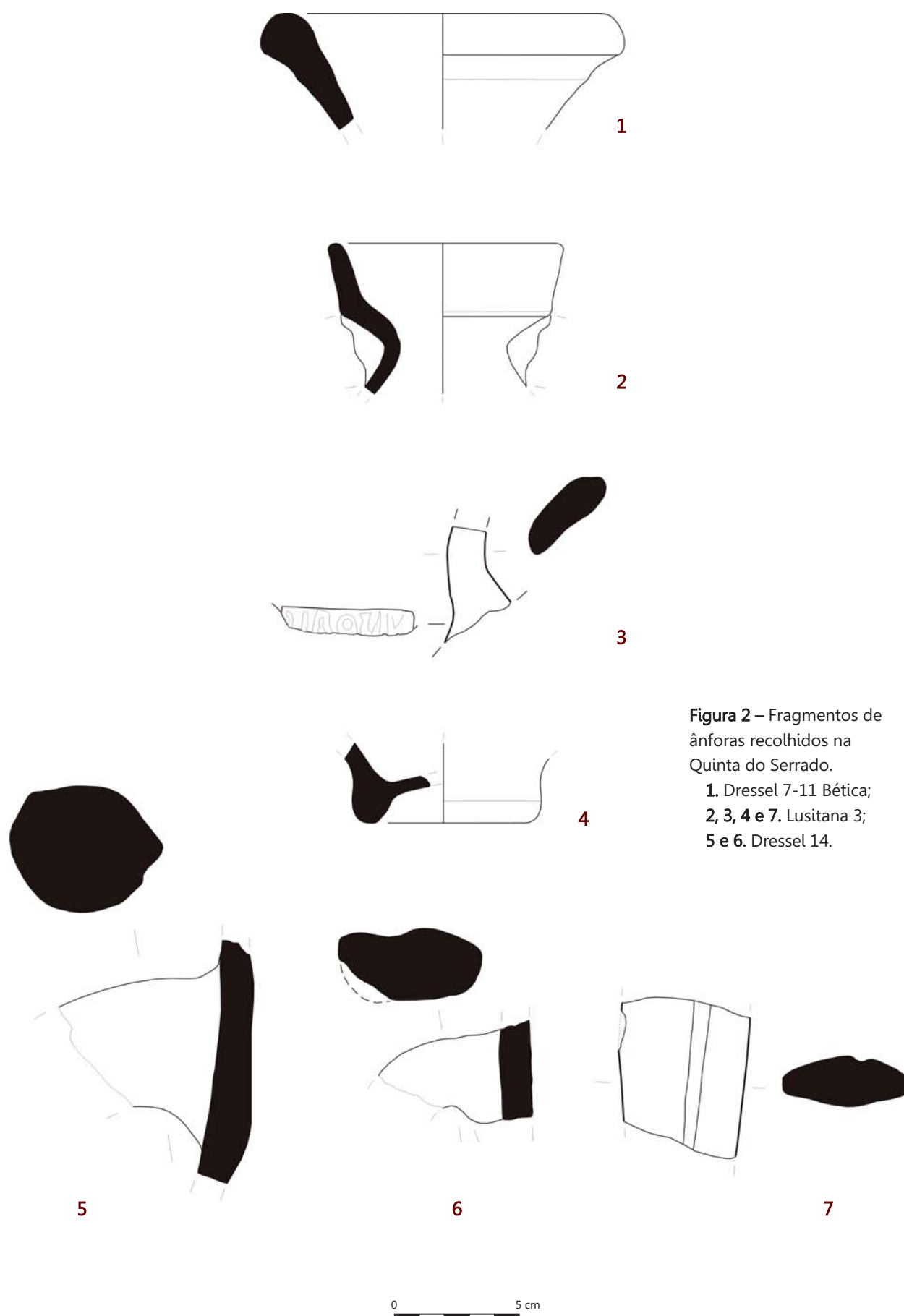


Figura 2 – Fragmentos de ânforas recolhidos na Quinta do Serrado.

1. Dressel 7-11 Bética;
2, 3, 4 e 7. Lusitana 3;
5 e 6. Dressel 14.

ção do Adutor de Castelo do Bode entre a Quinta da Marquesa e a Central Elevatória de Vila Franca de Xira, efectuada infelizmente sem o devido acompanhamento arqueológico neste primeiro troço.

Apesar da área já ter sido alvo de anteriores trabalhos relacionados com o primeiro adutor, a implantação paralela a este de outro aqueduto levou infelizmente à destruição de realidades patrimoniais. Face ao facto consumado de a obra já estar concluída, informámos as entidades competentes à data, o então Instituto Português de Arqueologia, e iniciámos uma prospecção intensiva com um novo enquadramento. Este tinha agora como objectivo tentar assinalar cartograficamente as áreas de maior dispersão de materiais cerâmicos, com o intuito de tentar extrapolar as dimensões da estação e aferir o seu estado de conservação.

No decurso dos levantamentos efectuados deparámo-nos com a presença de uma grande dispersão de materiais cerâmicos de cronologia romana, alguns deles bem preservados, com destaque para a presença de fragmentos de ânforas de produção lusitana, em particular da forma Lusitana 3 (ver Fig. 3).

O material de construção era particularmente abundante, destacando-se a presença de diversos blocos de argila refractária, indicadores da presença de estruturas de combustão.

As evidências assim recolhidas levam-nos a supor podermos estar perante uma área industrial do povoado de Monte dos Castelinhos, que seria de todo o interesse conhecer para a interpretação global do sítio.

Quinta da Barradinha (Alenquer)

O sítio romano da Quinta da Barradinha localiza-se numa colina suave da margem direita do rio de Alenquer, a cerca de 2,5 km da importante estação arqueológica de Paredes-Quinta do Bravo.

Apesar de nunca terem sido realizados trabalhos arqueológicos sistemáticos, parece corresponder a uma importante *villa* romana, com uma lata diacronia de ocupação (ALARCÃO, 1988; SILVA, 2012).

As primeiras referências ao sítio remontam a meados do século XIX, quando Bento Pereira do Carmo deu a conhecer a sua relevância, mencionando a presença

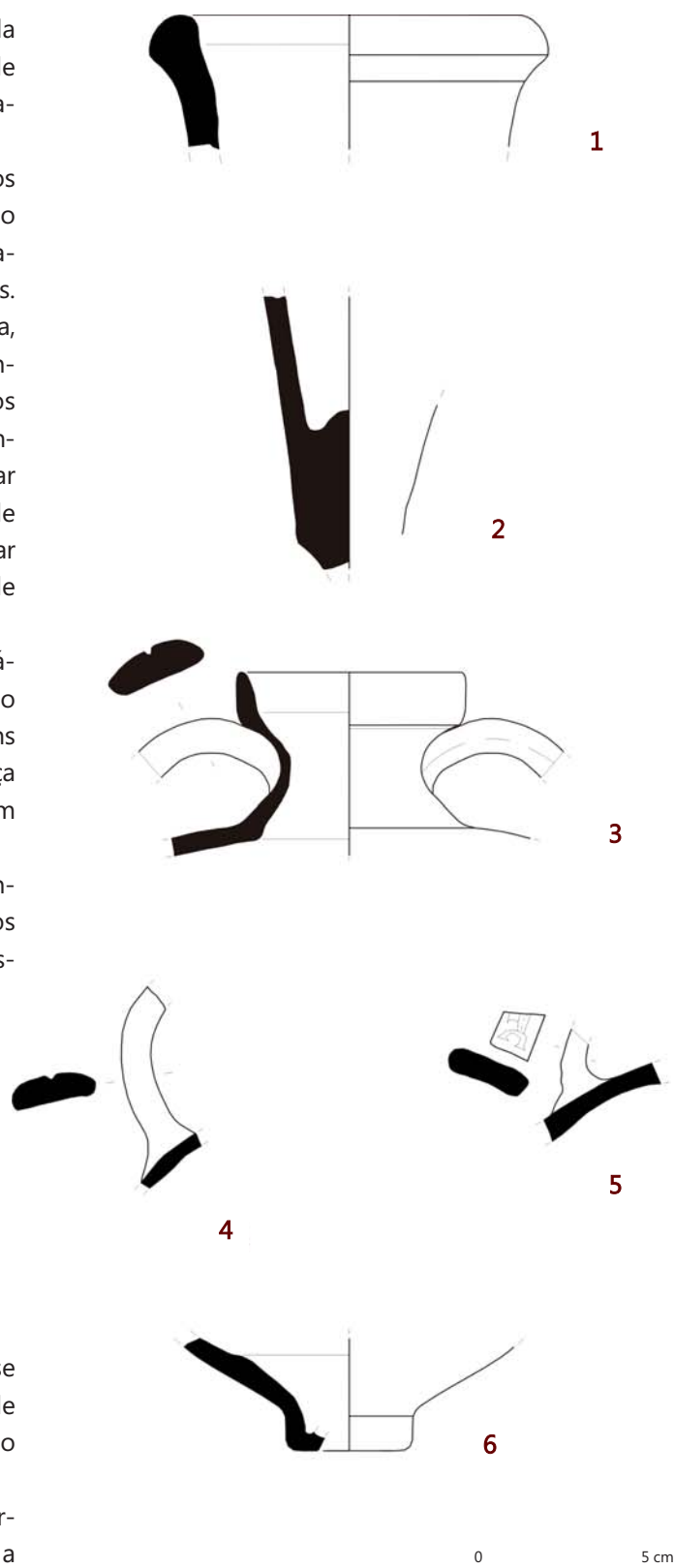


Figura 3 – Fragmentos de ânforas recolhidos na Quinta do Marquesa I.

1 e 2. Dressel 14;

3 a 6. Lusitana 3.

de “lanços de parede subterrâneos, e grandíssima quantidade de telhas e tijolos de tamanho descomunal”, e a recolha de numismas de Trajano, Adriano e Antonino Pio (COSTA, 2010: 122).

Em meados dos anos trinta do século passado, Rui Serpa Pinto refere a existência de importantes mosaicos romanos provenientes desta estação (SERPA PINTO, 1934: 170). Infelizmente o seu paradeiro é hoje em dia desconhecido.

Jorge de Alarcão, no levantamento de inventário das estações de Época Romana apenso ao volume *Roman Portugal*, adiciona a esta informação a existência de uma necrópole de inumação (ALARCÃO, 1988: 118).

Figura 4 – Fragmentos de ânforas recolhidos na Quinta da Barradinha.

- 1 a 3. Dressel 14;
- 4. Almagro 50;
- 5 a 7: Lusitana 3;
- 8. Alguidar em cerâmica comum.

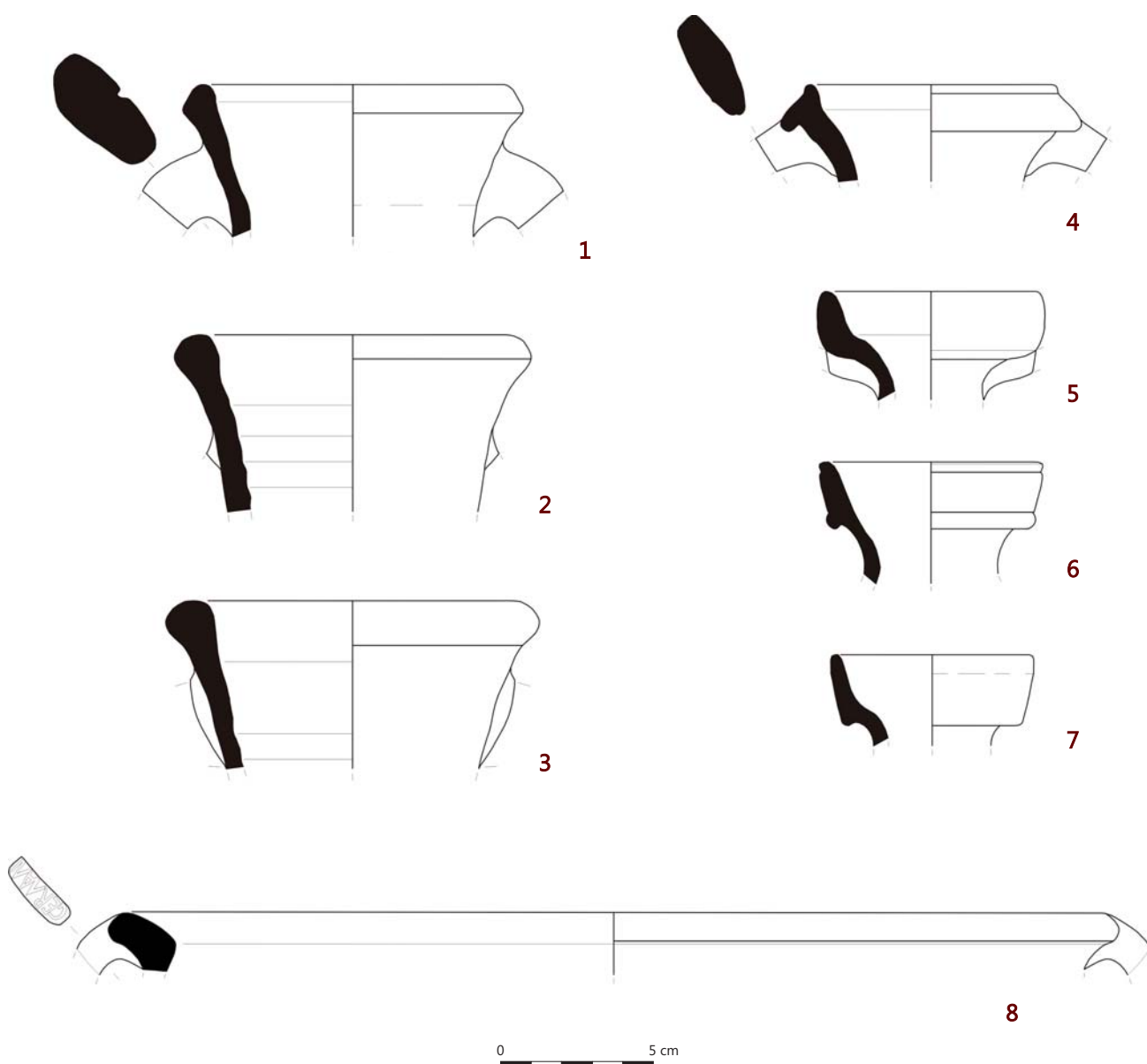




Figura 5 –

1. Fragmentos de alguidar em cerâmica comum da Quinta da Barradinha;
2. Alguidar em cerâmica comum proveniente de Porto dos Cacos (segundo RAPOSO e DUARTE, 1996: 264, n.º 6 - modificado).

Posteriormente, Vasco Mantas no âmbito de estudos viários na área de Torres Vedras, refere a existência no aro deste sítio de um miliário romano onde se leria o nome de um Imperador da dinastia dos flávios (MANTAS, 2000: 17).

No Museu Hipólito Cabaço, em Alenquer, encontra-se depositada

uma significativa colecção de cerâmicas e metais com esta proveniência, incluindo duas marcas de ânfora Dressel 20, assim como fragmentos de ânfora da forma Dressel 14, Lusitana 3 e Almagro 51C.

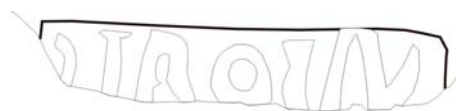
Rodrigo Banha da Silva, no âmbito da sua Tese de Doutoramento, estudou o conjunto de *terra sigillata*, referindo que “[...] as recolhas sugerem um lapso temporal longo de ocupação do sítio, pelo menos cobrindo os séculos I e IV d.C.” (SILVA, 2012: 511). O conjunto das ânforas desta colecção encontra-se em fase de estudo por um dos signatários, em colaboração com Rui Almeida (ver Fig. 4).

Proveniente desta estação, encontra-se depositado no Museu de Vila Franca de Xira um curioso fragmento de bocal de alguidar em cerâmica comum evidenciando a marca *Germani*, gravada sobre o lábio. Os dados disponíveis permitem atribuir uma proveniência concreta a esta marca, relacionando-a com o centro de produção oleira do Porto dos Cacos (Alcochete), on-

de esta marca e este mesmo cunho surge abundantemente atestado sobre a forma de ânfora Lusitana 3 (GUERRA, 1996) (ver Fig. 5).

Não deixa de ser pertinente sublinhar que a forma de alguidar recolhido na *villa* da Quinta da Barradinha encontra um paralelo exacto entre o conjunto de cerâmica comum produzida no centro oleiro do Porto dos Cacos (RAPOSO e DUARTE, 1996).

A correlação desta com os materiais produzidos num dos grandes centros oleiros do vale do Tejo leva-nos a equacionar a hipótese de a olaria do Porto dos Cacos ter suprido a necessidade destes estabelecimentos em ânforas. ■



1

0 1,5 cm



Catálogo

1. L.TROIAN

Ânfora Lusitana 3

Zona de produção: Lusitânia, Vales do Tejo/Sado

Leitura: L(...) TROIAN(i)

Local de recolha: Vila Franca de Xira; Travessa do Mercado 06

Local de depósito: reservas do Museu Municipal Vila Franca de Xira

Contexto: UE [9]

Posição: *in ansa*

Pasta: homogénea, com presença de elementos não plásticos de pequena e média dimensão. Distribuição regular de quartzo, calcite, elementos de cerâmica moída e micas de pequena dimensão. Cozedura oxidante. Pasta de cor laranja (Munsell 5YR 6/6).

Bibliografia: PIMENTA e MENDES, 2006



0 1,5 cm



2

2. [...] IC

Ânfora Lusitana 3

Zona de produção: Lusitânia

Leitura: [...] IC

Local de recolha: Vila Franca de Xira; Quinta da Marquesa 08

Local de depósito: reservas do Museu Municipal Vila Franca de Xira

Contexto: recolha de superfície

Posição: *in ansa*

Pasta: homogénea, com presença de elementos não plásticos de pequena e média dimensão. Distribuição regular de quartzo, calcite, elementos de cerâmica moída e micas de pequena dimensão. Cozedura oxidante. Pasta de cor vermelha clara (Munsell 2.5YR 7/8).

Bibliografia: inédita



3

0 1,5 cm



3. GERMANI

Cerâmica comum - "alguidar"

Zona de produção: Lusitânia

Leitura: GERMANI

Local de recolha: Alenquer; Quinta da Barradinha 09

Local de depósito: reservas do Museu Municipal Vila Franca de Xira

Contexto: recolha de superfície

Posição: *in ansa*

Pasta: heterogénea, com abundantes elementos não plásticos de pequena e média dimensão, constituídos por quartzos, calcite, elementos de cerâmica moída e micas de pequena dimensão. Cozedura oxidante. Pasta de cor vermelha amarelada (Munsell 7.5YR 8/6).

Bibliografia: inédita.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips LTD. Volume II. Fasc. 2 - Coimbra & Lisboa.
- COSTA, Miguel Cipriano Esteves (2010) – *Redes Viárias de Alenquer e Suas Dinâmicas: um estudo de arqueogeografia*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (2004) – “Epigrafia Anfórica Lusitana. Uma perspectiva”. In REMESAL RODRÍGUEZ, J. (eds.). *Epigrafia Anfórica. Proyecto Amphorae*. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 221-244 (*Col·lecció Instrumenta*, 17).
- GUERRA, A. (1996) – “Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE, Graça e RAPOSO, Jorge (eds.). *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 372-390.
- MANTAS, V. (2000) – “A Rede Viária Romana e Medieval da Região de Torres Vedras”. *Turres Veteras*. Câmara Municipal de Torres Vedras. I - Actas de História Medieval.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2006) – “Ocupação Romana no Subsolo da Travessa do Mercado (Vila Franca de Xira). *Al-Madan Online*. 2.ª Série. 14. Em linha. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_14.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2007) – “A Escavação de um Troço da Estrada Romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (2): 189-228.
- PIMENTA, J. e MENDES, H. (2012) – “Sobre o Povoamento Romano ao Longo da Via de *Olisipo* a *Scalabbis*”. *Cira Arqueologia*. 1 (Actas da Mesa Redonda de *Olisipo* a *Scalabbis*. A rede viária romana no vale do Tejo, Vila Franca de Xira). Em linha. Disponível em http://issuu.com/cmvfx/docs/ciraarqueologia_01_jun12.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008) – “O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira”. *Al-Madan*. Almada. II Série. 16: 26-37.
- RAPOSO, J. M. e DUARTE, A. L. (1996) – “O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE, Graça e RAPOSO, Jorge (eds.). *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações D. Quixote / Câmara Municipal do Seixal, pp. 249-266.
- SERPA PINTO, R. (1937) – “Inventário dos Mosaicos Romanos de Portugal”. *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Archeologos*. 1: 161-191.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “Marcas de Oleiro” na Terra Sigillata e a Circulação dos Vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Versão Policopiada.

O Sítio Hispano-Romano de Torrejón de Velasco (Madrid)

novos dados para o conhecimento
da produção cerâmica em âmbito rural na Meseta,
no início do período Imperial

Rui Almeida

Bolseiro da Fundação Para a Ciência e
Tecnologia (rui.dealmeida@gmail.com).

Francisco López Fraile
Jorge Morín de Pablos

Audidores de Energía y Medio Ambiente S.A.,
Departamento de Arqueología, Paleontología
e Recursos Culturales

Texto entregue para publicação em Dezembro de 2010.
Revisto pontualmente em Fevereiro de 2014.

Resumo

A intervenção levada a cabo no *Sector 9 do Plano General de Ordenamento Urbano de Torrejón de Velasco* (Madrid) implicou a identificação e escavação de um sítio hispano-romano rural com uma ocupação compreendida entre a segunda metade do século I a.C. e finais do século II / inícios do século III d.C. Na segunda fase, a partir de momentos iniciais do século I d.C., dotou-se o estabelecimento de um forno. Apesar de bastante destruído, tratava-se de um forno com uma produção maioritariamente dedicada às cerâmicas comuns, e com características particulares, que devem ser enquadradas nos momentos iniciais da produção cerâmica de âmbito romano em contexto rural.

Palavras-chave: Forno romano; Alto imperial; Produção rural; Cerâmicas comuns.

Abstract

The intervention carried out in Sector 9 of the General Urban Planning Plan of Torrejón de Velasco (Madrid) involved the identification and excavation of a rural Hispano-Roman site with an occupation between the second half of the 1st century BC and the end of the 2nd century / beginnings of the 3rd century AD in the second phase, from the first moments of the 1st century AD, the establishment was endowed with a kiln.

Although quite destroyed, it was a kiln mostly devoted to common ware production, and with particular characteristics, which should be framed in the initial moments of the Roman-based rural context of ceramic production.

Key words: Roman kiln, High Imperial, rural production, common ware.

O Sítio Hispano-Romano de Torrejón de Velasco (Madrid)

novos dados para o conhecimento
da produção cerâmica em âmbito rural na Meseta,
no início do período Imperial

Rui Almeida

Bolseiro da Fundação Para a Ciência e Tecnologia (rui.dealmeida@gmail.com).

Francisco López Fraile
Jorge Morín de Pablos

Audidores de Energía y Medio Ambiente S.A.,
Departamento de Arqueología, Paleontología
e Recursos Culturales

Texto entregue para publicação em Dezembro de 2010.

Revisto pontualmente em Fevereiro de 2014.

1. Introdução

A intervenção preventiva realizada no *Sector 9 do Plano Geral de Ordenamento Urbano de Torrejón de Velasco* (Madrid) pela empresa *Audidores de Energía y Medio Ambiente S.A.*, entre 2007-2008, levou à identificação de um estabelecimento hispano-romano de características eminentemente rurais. A consequente escavação permitiu documentar uma ocupação compreendida entre a segunda metade do século I a.C. e finais do século II / inícios do século III d.C., que se pôde subdividir em três grandes fases. Na segunda fase, cujo início remonta aos princípios do século I d.C., para além da realização de consideráveis remodelações nas construções precedentes, mais conformes com parâmetros construtivos e estruturais tipicamente romanos, dotou-se o sítio de um forno na sua área periférica.

A planta conservada permitiu verificar que se tratava de um forno com uma tipologia claramente romana. Os escassos materiais cerâmicos rejeitados que puderam ser recolhidos no seu interior indiciam uma produção maioritariamente dedicada às cerâmicas

comuns, e com características particulares, que devem ser enquadradas nos momentos iniciais da produção cerâmica de âmbito romano em contexto rural, atribuível à mudança de Era / século I d.C.

2. O forno.

Descrição e caracterização da estrutura

O forno, Ambiente 10 do Sector 7 da intervenção, localizava-se na área Nordeste do sítio, numa plataforma superior e numa zona claramente separada e exterior aos espaços construídos de carácter doméstico ou habitacional. O forno apresentava-se seccionado longitudinalmente em sentido Noroeste-Sudeste, aproximadamente, bastante destruído devido não só aos intensos trabalhos agrícolas, mas também a explorações de areias e argilas, ambas ocorridas em época moderna e contemporânea.

Apesar das referidas destruições, a alteração do substrato geológico em época antiga provocada pela combustão na área da câmara e do corredor



Figura 1 – Sítio de Torrejón de Velasco. Estruturas da área Norte (Sectores 1-6) e o forno do Ambiente 10.

(UE.7138), permite reconhecer a forma e as dimensões originais da totalidade da estrutura. Assim sendo, não obstante as condicionantes existentes quanto à leitura estrutural, é possível constatar que se trata de um forno de morfologia claramente romana, com planta rectangular e corredor central, que pode integrar-se no subtipo IIb da tipologia de CUOMO DI CAPRIO (2007), e a câmara no tipo 4a da recente tipologia de J. Coll (COLL CONESA 2008: 119).

No que se refere à estrutura propriamente dita, há que referir em primeiro lugar que a área onde se veio a construir o forno foi integral e devidamente adequada, mediante a escavação do substrato geológico de base (UE.7137), com claros objectivos de

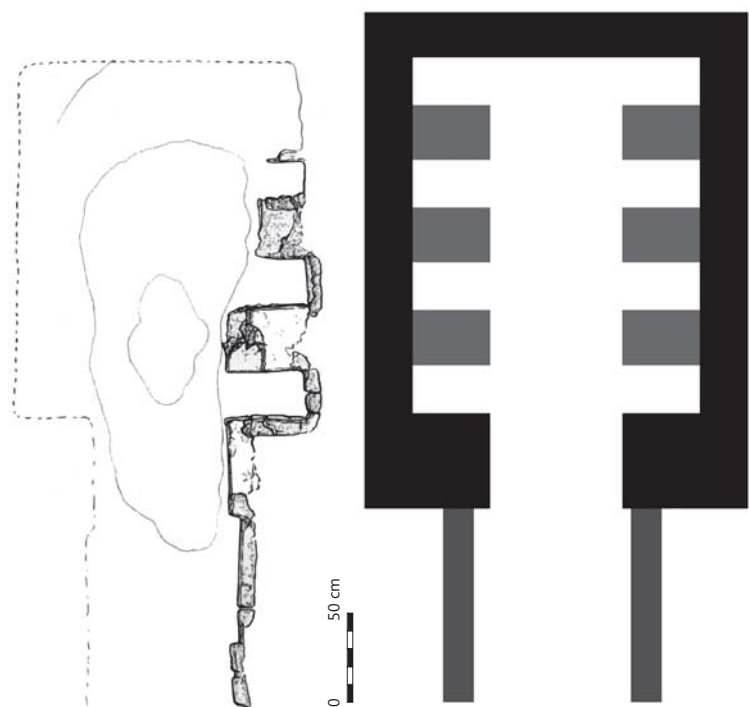


Figura 2 – Planimetria do forno e reconstrução esquemática.



1 facilitar a sua construção, mas também de reduzir as perdas de calor inerentes ao próprio processo de laboração do forno. Na área exterior, circundando a câmara de combustão, foi intencionalmente colocado um pequeno enchimento entre a parede externa do forno e o corte no substrato geológico (UE.7136). Em segundo lugar, no que diz respeito aos diferentes elementos que a compõem, algumas observações são ainda possíveis, permitindo-nos ter uma imagem algo mais fidedigna de como pôde ter sido o forno de Torrejón de Velasco.



Relativamente à câmara de combustão, as paredes foram construídas exclusivamente com tijolos de adobe (UE.7135), com uma clara função refractária, adossados ao corte realizado previamente no substrato de base (UE.7137). A parede oriental, a única preservada, apresentava uma altura média de 40 cm. Por outro lado, a alteração cromática e os diferentes graus de compactação e alteração do nível do solo interno permitiram reconhecer perfeitamente a sua planimetria rectangular – com 2 metros de comprimento por 1,8 metros de largura, resultando numa largura útil de corredor de 80 cm –, e a sua perfeita horizontalidade, não apresentando qualquer tipo de desnível em direcção ao *praefurnium*.

Figura 3 – Aspectos do forno.

1. Vista geral Oeste-Este.
2. Detalhe da vista entre a boca e a câmara de combustão.
3. Detalhe da vista entre a câmara e o *praefurnium*.

No seu interior identificou-se apenas um estrato de enchimento (UE.7111), formado por restos de tijolos colapsados da própria parede, envolvidos num denso estrato de cinzas onde puderam recuperar-se alguns fragmentos cerâmicos que, apesar de não serem fálhos de cozedura, ou seja, não se encontrarem deformados ou "vitrificados", apresentavam sinais de alteração da superfície por excesso de calor.

Em função da evidência disponível, pode afirmar-se com segurança que existem três pilares, correspondentes aos segmentos inferiores do arranque dos arcos, colocados de forma intercalada, existindo aparentemente um quarto, de que não restou nenhum elemento significativo. Da parte superior dos pilares de tijolo cru arrancaríamos os arcos que sustentariam a grelha, seguramente também de tijolos de adobe e provavelmente colocados por aproximação de fiadas. Desta últimas não restou qualquer tipo de evidência.

A parte inferior das paredes na área inicial da câmara de combustão, bem como os primeiros pilares, mostrava um maior grau de deterioração provocado por uma elevada e contínua ação refractária, que praticamente produziu a desagregação dos mesmos. Desta forma, apresentava na superfície interna uma coloração entre o laranja escuro e o laranja acinzentado, e avermelhada ou rosada nas superfícies externas. Este aspecto indica claramente que as temperaturas mais elevadas actuaram directamente na parte inicial da câmara e, conseqüentemente, em menor grau na parte superior das paredes e nas zonas localizadas mais no interior da própria câmara.

Apesar do seu mau estado, ainda assim seleccionaram-se os exemplares de maior dureza para a realização de análises, concretamente a datação por paleomagnetismo, na tentativa de poder datar-se com maior precisão a cronologia de seu uso/abandono. Estes estudos analíticos estão ainda em curso, motivo pelo qual não podemos avançar as ditas datações absolutas.

A ausência de vestígios relativos ao arranque da parede da abóbada não permite saber se esta seria

móvel ou fixa. Não obstante, dadas as dimensões do forno e das paredes da câmara de combustão, uma câmara móvel de menor grossura, que permitia um melhor aproveitamento do espaço de carga interno foi, quiçá, a solução técnica adoptada. A presença de fragmentos informes de argila cozida de reduzida grossura nas proximidades poderá talvez relacionar-se com este tipo de cobertura.

Quanto ao *praeurnium*, as suas dimensões seguem os cânones das medidas tradicionais, com cerca de um metro e meio de comprimento. A alteração do estrato geológico pelos sucessivos episódios de utilização permite afirmar que o local de fogo se situou preferencialmente entre a parte final do *praeurnium* e imediatamente sob o laboratório, no início da câmara de combustão, numa posição mais próxima ao primeiro. Deste modo, a forma do túnel de carga indica-nos indirectamente que a câmara de combustão deveria ser relativamente baixa. Por este motivo, terá sido necessário realizar o fogo na referida área, evitando que as chamas chegassem directamente às peças nos momentos iniciais da cozedura. Assim sendo, os mesmos indícios podem apontar igualmente para uma prática de cozeduras longas, geralmente necessárias à cozedura de pastas mais depuradas (COLL CONESA, 2008: 115).

Tal como na câmara de combustão, também o chão do *praeurnium* apresentava uma perfeita horizontalidade, sem qualquer tipo de rampa para a boca, ou qualquer espaço interno escavado / rebaixado que tivesse podido servir para outras funções, designadamente para guardar combustível, facto que não surpreende dadas as dimensões do forno. Desta forma, é muito provável que o nível do solo exterior em uso estivesse a uma cota aproximada à do interior do *praeurnium*, de maneira a permitir uma correcta alimentação de combustível. Este aspecto vê-se corroborado pela ausência da bancada geológica, na qual foi escavada a câmara, bem como no potente depósito constituído por limos-argilosos misturados com cinza que colmata a parte frontal do *praeurnium*.



Figura 4 – Fotogrametria do forno.

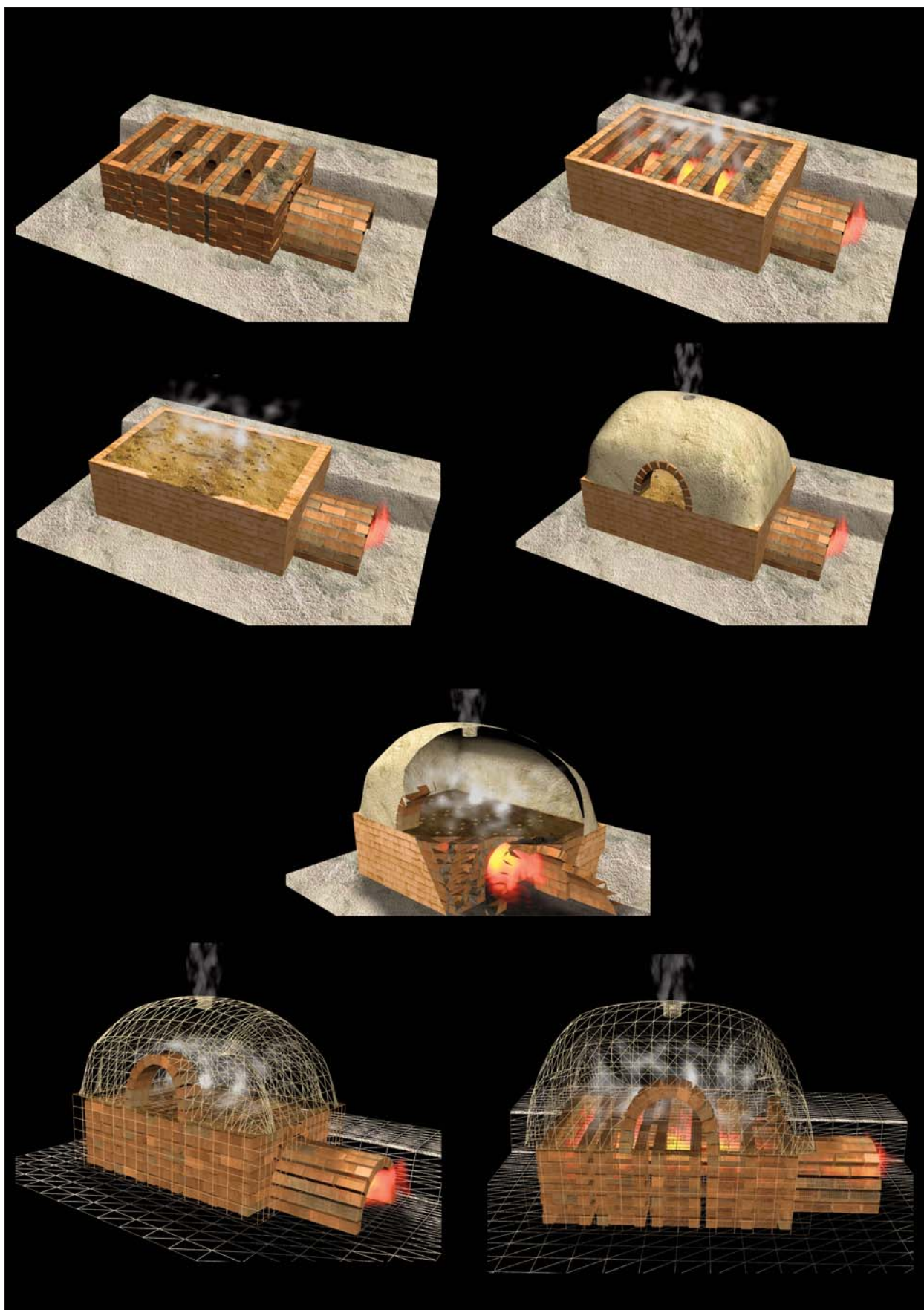


Figura 5 – Reconstrução tridimensional do forno.

3. A leitura possível da produção cerâmica

A evidência disponível na área circundante imediata não autoriza precisar a que tipo de produção cerâmica se destinava o forno de Torrejón, visto que não se identificou nenhuma lixeira nem qualquer tipo de material vertido resultante de falhas de cozeduras. Não obstante, tal como se referiu anteriormente, recolheram-se no seu interior vários fragmentos de cerâmica comum com vestígios de alteração pelo fogo, e em outras áreas do sítio foi possível recolher alguns fragmentos de cerâmica comum e de construção com evidentes defeitos de cozedura.

A maioria das cerâmicas recolhidas no estabelecimento hispano-romano de Torrejón de Velasco pode atribuir-se formalmente à cerâmica tardia da II Idade do Ferro. Estes repertórios tardios começam a ganhar entidade após o final das Guerras Sertorianas e continuam a produzir-se em momentos posteriores, com alguns pequenos matizes, diluindo-se completamente nos conjuntos tipicamente romanos apenas em pleno século I d.C., tal como bem demonstram as associações contextuais documentadas. Aspecto esclarecedor e que confirma este cenário é o facto de ser extremamente frequente a sua presença / convivência com as cerâmicas de cozinha locais de "tipologia romana", juntamente com outras cerâmicas importadas, como *sigillatas* itálicas e sudgálicas, particularmente numa grande fossa de detritos domésticos onde, para além

destas, se recuperaram numismas cunhados na cidade de *Segobriga* (Cuenca) datado de Tibério-Cláudio. No que diz respeito às morfologias desse repertório cerâmico, são praticamente as mesmas que as da II Idade do Ferro, mas com pequenas evoluções. Traços formais, como a diminuição e subida do lóbulo superior das panelas / urnas regionalmente conhecidas como "Pico de Ánade", o menor espessamento das paredes dos potinhos e panelas com bordo exvertido, o aumento dos fundos planos e o aumento dos pés anelares, são sintomas claros dessa evolução. Tecnicamente falando, estas cerâmicas produzem-se segundo os mesmos procedimentos, mas as pastas de muitos destes recipientes e formas começam a ser um pouco menos elaboradas e com menor dureza, apresentando tons mais vermelho-tijolo, alaranjado-escuro ou castanho-avermelhado. As superfícies continuam a apresentar aguadas de cor, recordando

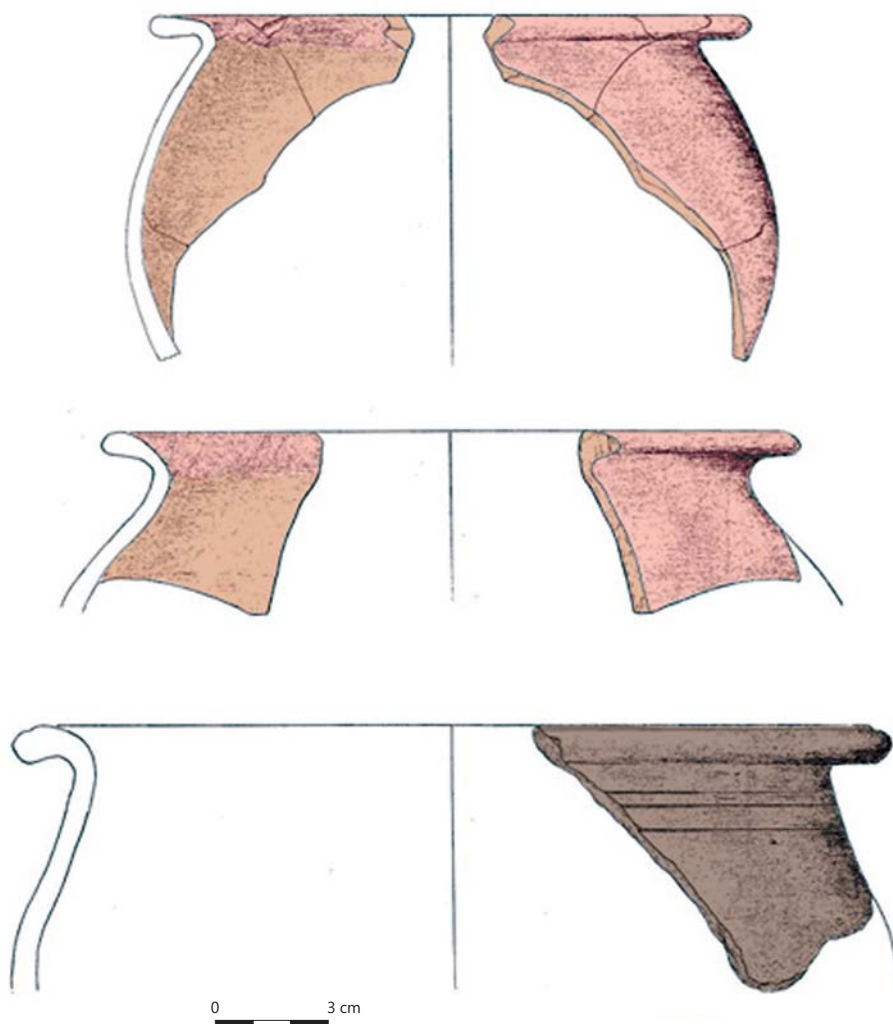


Figura 6 – Cerâmicas recolhidas no interior do forno.

- 1 e 2. Panelas / urnas de bordo esvasado com a superfície aguada / pintada.
3. Panela de cerâmica comum de pasta redutora.

as das anteriores “cerâmicas jaspeadas”, mas mais diluídas e de cores mais próximas à da pasta.

Os fragmentos recuperados no interior do forno inscrevem-se tipologicamente nas panelas de pequeno tamanho com bordos esvasados. As pastas são oxidantes de cor maioritariamente laranja vivo, pouco compactas e com frequentes desengordurantes. As superfícies apresentam aguadas diluídas, pouco cuidadas e aplicadas com pinceladas largas ou com técnica similar, e de cor ligeiramente mais escura do que a pasta, o que lhes confere um aspecto heterogêneo e pouco uniforme.

No que se refere às cerâmicas comuns de cozinha, os fragmentos recolhidos noutras áreas do sítio pertencem a panelas grosseiras e com pastas muito redutoras, que se caracterizam principalmente por bocais amplos e esvasados, com os bordos arredondados e engrossados, e com os colos curtos e pouco desenvolvidos. Outros exemplares análogos, mas sem qualquer tipo de problemas de cozedura, permitem observar que se trata de um recipiente que apresenta corpo arredondado, convexo, cujo diâmetro e curvatura máxima se localizam na parte superior, diminuindo progressivamente à medida que desce para a base. O fundo é plano ou ligeiramente côncavo. Trata-se de uma forma com clara influência da tradição indígena, assemelhando-se às panelas e urnas de bordo esvasado.

4. Conclusões

Em primeiro lugar, há que mencionar a localização do forno de Torrejón de Velasco como idónea para a produção oleira, que se vê condicionada pelos recursos naturais. Desta maneira, viabilizando o sucesso de uma instalação com estas características, a sua localização em área próxima de materiais argilosos

assegura uma disponibilidade permanente de matéria-prima, ao mesmo tempo que a presença de um curso de água permanente na base do estabelecimento garante o abastecimento de água doce para as tarefas de decantação da argila e de modelagem dos recipientes cerâmicos.

Em segundo lugar, ao que tudo indica, ao contrário dos vizinhos complexos oleiros de grandes dimensões de Loranca, Fuenlabrada (OÑATE BAZTÁN *et al.* 2009: 433-436) ou de Arroyo de Prado Viejo, Torrejón de la Calzada (SANGUINO VÁZQUEZ e DELGADO ARCEO, 2009: 447), e do complexo oleiro madrileño de Villamanta (ZARZALEJOS PRIETO, 2002), o estabelecimento oleiro de Torrejón de Velasco tratar-se-á de um centro independente associado a um estabelecimento de tipo *villa*, ou outro de carácter mais rústico de clara ocupação do espaço rural, onde o proprietário ou proprietários do sítio seriam provavelmente os mesmos que os da produção oleira.

No que concerne à cronologia e âmbito(s) da sua produção, avança-se a possibilidade de se tratar de um forno com um período de actividade centrado no século I d.C. – tal como parecem indicar os seus tipos cerâmicos e a própria tipologia do forno –, destinado à produção de parte da cerâmica doméstica e de construção de consumo local.

As evidentes diferenças existentes entre Torrejón de Velasco e os grandes centros oleiros da área madrileña não devem surpreender ou serem consideradas anómalas. Antes pelo contrário. Regra geral, os ateliês rurais de baixa tecnologia e entidade tenderão a uma maior variedade produtiva, adequada às suas necessidades (*tegulae, imbrices, dolia*, cerâmicas comuns, finas, etc.), enquanto os centros qualificados terão uma maior especialização e menor variedade de produtos (COLL CONESA, 2008: 114). ■

Bibliografía

- ALMEIDA, R. R. de; LÓPEZ FRAILE, F. e MORÍN DE PABLOS, J. (2012) – “El Horno Romano de Torrejón de Velasco (Madrid)”. In *Sextas Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid (2009)*. Madrid: Comunidad de Madrid, pp. 219-229.
- COLL CONESA, J. (2008) – “Hornos Romanos en España. Aspectos de morfología y tecnología”. In BERNAL CASASOLA, D. y RIBERA LACOMBA, A. (eds.). *Cerámicas Hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Universidad de Cádiz, pp. 113-125.
- CUOMO DI CAPRIO, N. (2007) – *Ceramica in Archeologia 2. Antiche tecniche di lavorazione e moderni metodi d'indagine*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- OÑATE BAZTÁN, P.; BARRANCO RIBOT, J. M.; ALONSO GARCÍA, M. e VERA CORNEJO, A. (2009) – “Conjunto Industrial del Yacimiento Romano de Loranca 8P.PI.-3 El Bañuelo, Fuenlabrada”. In *Actas de las Terceras Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Comunidad de Madrid, pp. 433-436.
- SANGUINO VÁZQUEZ, J. e DELGADO ARCEO, M. E. (2009) – “Yacimiento Arqueológico «Arroyo de Prado Viejo». Torrejón de la Calzada, Madrid”. In *Actas de las Terceras Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*. Madrid: Comunidad de Madrid, pp. 445-448.
- ZARZALEJOS PRIETO, M. (2002) – *El Alfar Romano de Villamanta (Madrid)*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid (*Patrimonio Arqueológico de Madrid*, 5).

Olaria Romana - seminário e ateliê experimental

balanço organizativo

Amílcar Guerra

Comissão Organizadora.
UNIARQ - Centro de Arqueologia da
Universidade de Lisboa

Texto apresentado na sessão de encerramento,
em 20 de Fevereiro de 2010.

Se ao finalizar este seminário se constata que o número de problemas que enfrentamos cresceu substancialmente, então é sinal de que ele cumpriu realmente os seus objectivos.

Longe vai o tempo em que, quando se delineavam as intenções do trabalho científico e de realizações deste tipo, se iniciavam os diferentes itens com a expressão: "dar resposta" ou "dar **uma** resposta". Nesta fase, creio que temos de ser mais modestos e considerar muito positivo que consigamos "fazer perguntas" ou, por outras palavras, "colocar as questões certas", enunciá-las da forma correcta.

Em boa verdade, nos intentos desta realização encontrava-se a preocupação de juntar aqui "novas e velhas questões", onde se recordassem as dúvidas tradicionais que persistem como pano de fundo da investigação sobre a olaria romana. Onde, por outro lado, se introduzissem novas abordagens, novas perspectivas e, em especial, se desse oportunidade a novas observações, criando situações onde tivesse amplo espaço e tempo precisamente o verbo "observar".

É incontestável que um dos aspectos mais marcantes deste encontro residiu na possibilidade que nos foi oferecida de seguir uma demonstração de arqueolo-

gia experimental, vertente em que arqueologia hispânica não tem muita tradição. Ainda que se possam reconhecer algumas diferenças que nos separam das condições oficinais no mundo ocidental romano, certamente muitos dos aspectos que observámos proporcionaram-nos uma vivência única, que poderá facilmente alterar a nossa perspectiva sobre o processo de produção cerâmica (anfórica, em particular) deste período. Tornear, modelar separadamente as componentes, juntar partes, secar, cozer, desenformar são operações que passam a fazer parte do nosso vocabulário enquanto realidades efectivamente vistas e acompanhadas, e não constituem apenas uma terminologia transmitida por manuais mais ou menos pormenorizados sobre questões técnicas.

Como provavelmente as repercussões desta iniciativa inovadora irão muito além das primeiras observações e das análises preliminares que aqui se fizeram, não será fácil medir o seu alcance. Mas creio que os organizadores têm desde já motivos para considerar muito positiva a vertente mais original desta reunião científica.

Este encontro foi também, como se compreende, um momento de balanço. Nele se retomaram, em primei-

ro lugar “velhas questões”, proporcionando, por um lado, aos menos familiarizados com estas temáticas um espaço de aprendizagem e, ao mesmo tempo, um estímulo e um gerador de sugestões para o desenvolvimento de uma investigação mais especializada. As suas potencialidades revelaram-se em seis aspectos distintos:

1) Fez-se o ponto da situação a respeito de sítios já bem conhecidos, em relação aos quais não há novidades significativas:

– Clementino Amaro e Cristina Gonçalves apresentaram a Garrocheira sob a perspectiva histórica da sua acessibilidade e das transformações das paisagens antigas;

– Jorge Raposo explanou os trabalhos desenvolvidos na Quinta do Rouxinol e Porto dos Cacos e as suas potencialidades informativas enquanto sítios paradigmáticos do Vale do Tejo;

– Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva os resultados fundamentais obtidos na investigação em Pinheiro e Abul como sítios de referência da mais conhecida das áreas de produção anfórica da Lusitânia e onde se regista um amplo conjunto de outros centros produtores menos explorados.

2) Actualizaram-se os dados relativamente a centros de produção cerâmica, a respeito dos quais se puderam apresentar algumas novidades substanciais:

– Desde logo, acompanharam-se os progressos num dos lugares mais surpreendentes dos últimos anos, o Morraçal da Ajuda, Peniche, através de uma intervenção da responsabilidade de Guilherme Cardoso, Severino Rodrigues, Eurico Sepúlveda e Inês Alves Ribeiro;

– Por outro lado, Isabel Cristina Fernandes e Carlos Fabião, apresentaram alguns dos mais interessantes contributos que se revelaram no rico conjunto de Zambujalinho, em que sobressai o seu variado repertório de marcas de oleiro;

– No que toca à área algarvia, as novidades a respeito dos centros de produção cerâmica vieram em particular do Martinhal, onde trabalhos mais recentes, sintetizados aqui por João Pedro Bernardes e Catarina Viegas, trouxeram ao nosso conhecimento não apenas aspectos associados com os fornos, mas igualmente

com a estrutura das olarias e as componentes que lhes estão associadas neste sítio paradigmático.

3) Alguns contributos, mais do que centrados em estruturas produtivas, privilegiaram a apresentação de produtos que implicam a existência, mais ou menos próxima, destas estruturas ou pelo menos de uma particular produção regional ou local.

O caso de Lagos motivou dois contributos distintos: um respeitante às evidências de produção local de intervenção no âmbito do URBCOM, da responsabilidade de Carlos Fabião, Lola Filipe e Sandra Brazuna; e um outro, com vestígios idênticos, associados espacialmente a uma unidade de produção de derivados de peixe, apresentado por Rui Almeida.

As ânforas Keay 78 e o seu aparecimento num contexto muito particular, o da necrópole de Tróia, tão intimamente ligada à produção anfórica, foi objecto de uma intervenção de João Pedro Almeida.

As produções grosseiras de alguns importantes núcleos algarvios centraram a atenção de Catarina Viegas.

As peculiaridades técnicas de alguns contentores de produção manual estiveram na base de um contributo de Patrícia Bargão, que documentou essa antiga tradição com o trabalho ainda actualmente efectuado nas olarias tradicionais.

4) Para além de algumas mais especificamente dedicadas ao tema, parte das citadas intervenções trouxe de novo à discussão alguns dos mais persistentes problemas tradicionais, os de terminologia e de tipologia. Subjazeram particularmente ao contributo de António Dias Diogo algumas questões deste âmbito, sobre as quais se revela manifestamente difícil ainda encontrar consensos. E sobre um aspecto particular deste âmbito se debruçou especialmente a intervenção de Carlos Fabião, Lola Filipe e Sandra Brazuna, da qual resultou uma reflexão sobre a classificação de Almagro 51a-b e uma proposta de uma nova designação.

As questões de cronologia concitaram a atenção de José Carlos Quaresma que, numa nova abordagem, caracterizou o sítio da Quinta do Rouxinol e a sua actividade através das cerâmicas finas, mais fiáveis no momento de proporcionar uma datação.

5) A tarefa de delinear algumas perspectivas de natureza regional, centrada no Ocidente hispânico, ou mesmo de âmbito mais alargado, constituiu outra das componentes fundamentais das intervenções registadas neste seminário:

– Carlos Fabião lembrou a dupla perspectiva tradicional de abordagem dos estudos cerâmicos e a sua pertinência no contexto actual; bem como outros temas, tais como a dialéctica entre tradição local e contactos com o mundo exterior, dando relevo ao jogo dialéctico entre tradição e persistências;

– Françoise Mayet fez um balanço crítico da investigação das últimas décadas, sempre necessário para reequacionar e perspectivar os trabalhos futuros;

– Dario Bernal e José Juan Díaz Rodríguez trataram as mais relevantes questões que se colocam aos estudos das olarias, tendo como base a investigação na área com maior concentração de vestígios deste tipo do período romano; abordaram também a diversidade tipológica, as questões de cronologia e as exigências que se apresentam neste momento à investigação;

– Luís Carlos Juan Tovar, para além da amostragem de alguns exemplos diversificados de intervenções em fornos romanos, apresentou as potencialidades e vantagens do programa *Officina Hispana* e da constituição de uma base de dados das olarias antigas de Portugal e Espanha. Complementarmente, deu a conhecer a Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), seus objectivos, actividades.

– Carlos Alberto Brochado de Almeida traçou um panorama dos vestígios de produção cerâmica do noroeste peninsular, mais centrado em tipos cerâmicos específicos do que em estruturas oficinais, dada a raridade deste tipo de vestígios nesse âmbito geográfico.

6) Não faltou uma intervenção final, de David Williams, que, na sua natureza programática, se revelou rica e profunda: inventariou questões, apontou caminhos, traçou metodologias, indicou instrumentos de trabalho.

Como complemento e em forma de síntese, desta vez relativa à operação de cozedura e à sua bem-sucedida missão (aspectos talvez até demasiado perfeitos, uma vez que não nos importáramos de ter visto peças deformadas ou sobrecozidas), Jorge Raposo e João Coroado apresentaram alguns dados quantitativos e observações utilíssimas para compreender os resultados e as condições de funcionamento do forno.

Na sua generalidade, o conjunto das intervenções, acompanhadas com vivo interesse por participantes de origens e formações diversificadas, para além dos aspectos de contacto pessoal, componente tão necessária à vida científica, actualizou a nossa informação, permitiu rever algumas questões essenciais e delinear percursos de investigação.

Entre as várias linhas programáticas a seguir, considero fundamentais duas delas: o aprofundamento da interdisciplinaridade, cujas potencialidades podem alterar substancialmente os nossos conhecimentos neste domínio; e a necessidade de, na abordagem desta temática, se impor uma perspectiva alargada, que não estude apenas fornos, mas todo sistema de produção. E que este objectivo não se cinja às próprias oficinas, mas procure compreendê-las nos seus mais diversos aspectos, no seu enquadramento económico, social e cultural, enfim, na sua historicidade. ■

Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental
Roman Pottery Works: international seminar and experimental archaeological workshop

Carlos Fabião, Jorge Raposo, Amílcar Guerra e Francisco Silva (coords.)

2017

